

 **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

MELISSA DE MIRANDA NATIVIDADE

**A ALIANÇA PARA O PROGRESSO NO BRASIL: INFLUÊNCIA
ESTADUNIDENSE NA EDUCAÇÃO E PESQUISA PARA O CAMPO
(1961-1970)**

Niterói

2018

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

N278 Natividade, Melissa de Miranda.

A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970) / Melissa de Miranda Natividade; orientadora: Sonia Regina de Mendonça. – 2018.

362 f.: il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2018.

Bibliografia: f. 343–358.

1. Aliança para o Progresso. 2. Modernização agrícola. 3. Educação rural. I. Mendonça, Sonia Regina de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

MELISSA DE MIRANDA NATIVIDADE

**A ALIANÇA PARA O PROGRESSO NO BRASIL: INFLUÊNCIA
ESTADUNIDENSE NA EDUCAÇÃO E PESQUISA PARA O CAMPO
(1961-1970)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense como requisito
parcial para a obtenção do grau de Doutor
em História.

MELISSA DE MIRANDA NATIVIDADE

**A ALIANÇA PARA O PROGRESSO NO BRASIL: INFLUÊNCIA
ESTADUNIDENSE NA EDUCAÇÃO E PESQUISA PARA O CAMPO
(1961-1970)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense como requisito
parcial para a obtenção do grau de Doutor
em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Sonia Regina de Mendonça – Orientadora (UFF)

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos (UFRJ)

Prof.^a. Dr.^a. Dilma Andrade de Paula (UFU)

Prof.^a. Dr.^a. Martina Spohr Gonçalves (FGV)

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo (UFF)

Dedicatória

Aos meus queridos vô Beto e vó Catarina (*in memoriam*) e ao meu companheiro Rogério.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Profa. Sonia Regina de Mendonça, uma orientadora no sentido mais completo que essa função traz. Agora, após sete anos de convivência, posso dizer que ela representa muito mais do que uma excelente orientadora, é minha amiga. Aprendi com ela, antes mesmo de conhecê-la pessoalmente, a necessidade do questionamento, da inquietação, da crítica. Agradeço aos “puxões de orelha”, sempre necessários. Devo a essa relação um amadurecimento acadêmico que com certeza não teria desenvolvido sem seu acompanhamento, além da inigualável experiência de vida.

As reuniões que Sonia preside, no *Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil*, foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Agradeço aos meus companheiros nessas reuniões, que contribuíram muito para que pudesse escrever as páginas que se seguem: Camila Pinheiro, Natália Nicolau, Camila Pizzolotto, Carolina Ramos, Maurício Margalho, André Guiot, Marcelo Ramos, Rodrigo Lamosa, Renata Tuão e Raul Santos. Aos amigos que fiz no Núcleo, que vai muito além das formalidades normais da academia, devo boa parte do amadurecimento que acredito ter alcançado até aqui.

Os agradecimentos se estendem aos professores Bernardo Kocher e Renato Lemos pelas intervenções realizadas de forma muito clara e com muita atenção em minha qualificação, proporcionando, além de crescimento teórico-metodológico, estímulo para concluir o trabalho. Tal estímulo e orientação, o Prof. Renato Lemos me proporciona desde a graduação, sou extremamente grata por ter contado por tantos anos com seu brilhantismo e generosidade.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Nacional (Rio e Brasília), Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional de Agricultura, Biblioteca do Ministério do Planejamento e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, principalmente ao Renan; todos tão atenciosos.

Ao meu querido amigo Vitor Leandro, obrigada pelo apoio, estímulo, conselhos e risadas nos momentos de angústia.

A minha querida amiga Adriana Brigante, obrigada pela força, sem você não teria chegado até aqui.

Ao meu amigo anjo, Pedro Cassiano, por ter dedicado tantas horas a leitura e revisão de todo o trabalho, serei eternamente grata.

Aos meus pais, Glória e Marcos, as minhas irmãs, Paloma e Pamela, a minha avó Catarina e ao meu avô Beto (*in memoriam*), obrigada pelo apoio e compreensão.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida.

Esta tese não seria possível sem o apoio do meu companheiro de tantos anos, Rogério, que sempre foi meu maior incentivador. Sua dedicação e apoio em todos os momentos foram fundamentais. É a ele que dedico todo meu esforço nessa trajetória.

RESUMO

Esta tese se concentra na década de 1960, que foi denominada pelo então recém-eleito presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, como *Decade of Development*, e analisa o programa de assistência técnica e financeira aos países da América Latina denominado Aliança para o Progresso. Tal programa pautou a política externa estadunidense para a América Latina tendo como aparato ideológico a teoria da modernização, que buscava imprimir um caráter racional e científico ao programa. Este trabalho abordará uma série de acordos de cooperação técnica e financeira no bojo do programa que geraram variadas políticas públicas envolvendo educação e pesquisa para o campo. Por detrás do discurso de desenvolvimento apresentavam-se novas formas de atuação imperialista que visavam conformar as estruturas agrárias brasileiras ao capitalismo monopolista.

ABSTRACT

This doctoral dissertation focuses on the 1960s, which was named by the then newly elected President of the United States, John F. Kennedy, as the Decade of Development, and analyzes the program of technical and financial assistance to Latin American countries called the Alliance for Progress. This program guided the American foreign policy for Latin America, having as ideological apparatus the modernization theory, which sought to give a rational and scientific character to the program. This paper will address a series of technical and financial cooperation agreements within the program that have generated varied public policies involving education and research for the field. Behind the discourse of development were new forms of imperialist action that aimed to conform Brazilian agrarian structures to monopoly capitalism.

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira e Crédito e Assistência Rural
ABCOOP – Aliança Brasileira das Cooperativas
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ADESG – Associação dos Diplomados da ESG
ADEP – Ação Democrática Popular
ADP – Ação Democrática Parlamentar
AGCO – Your Agriculture Company
AIA – American International Association for Economic And Social Development
Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AMFORP – American & Foreign Power Company
ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos
ANL – Aliança Nacional Libertadora
APEC – Análise e Perspectiva Econômica
Arena – Aliança Renovadora Nacional
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BGLA – Business Group for Latin America
BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH – Banco Nacional da Habitação
CAI – Complexo Agroindustrial
CASP – Country Analysis and Strategy Paper
CBAP – Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso
CBAR – Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
CCP – Committee on Comparative Politics
CDA – Conselho de Desenvolvimento da Agricultura
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CECLA – Comissão Econômica Coordenadora Latino-Americana
CENIS – Centro de Estudos Internacionais

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPALC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETREINO – Centro Regional de Treinamento para o Nordeste
CIA – Central Intelligence Agency
CIAA – Office of the Coordinator of Inter-American Affairs
CIAP – Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso
CIDA – Comitê Interamericano para o Desenvolvimento
CIES – Conselho Interamericano Econômico e Social
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMBEU – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
COCAP – Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso
COMAP – Commerce Committee for the Alliance for Progress
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CONESP – Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos
CONSULTEC – Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda.
COPLAN – Comissão Nacional de Planejamento
COSINOR – Companhia Siderúrgica do Nordeste
COTEJA – Consultores Técnicos Javes Ltda.
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CNC4-S – Comitê Nacional dos Clubes 4-S
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRB – Confederação Rural Brasileira
CRS – Crédito Rural Supervisionado
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CTRIN-DTRIG – Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da SUNAB
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
DEA – Divisão do Ensino Agrícola
DES – Diretoria do Ensino Secundário
DES – Diretoria do Ensino Superior

DIA – Defense Intelligence Agency

DNPEA – Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária

DPA – Departamento de Promoção Agropecuária

DPEA – Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENA – Escola Nacional de Agronomia

EPE – Escritório de Pesquisa e Experimentação

EPEM – Equipe de Planejamento do Ensino Médio

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

ESG – Escola Superior de Guerra

ETA – Escritório Técnico de Agricultura

ETPAR – Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro

EUA – Estados Unidos da América

ESCD – Escola Superior de Ciências Domésticas

Eximbank – Export-Import Bank of Washington

FAEAB – Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FFPS – Fundo Fiduciário de Progresso Social

FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINEP – Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNAS – Fundo Norte-Americano para Assistência Social

FOA – Foreign Operations Administration

FSD – Food Supply Division

FUNAGRI – Fundo Geral de Agricultura e Indústria

FUNFERTIL – Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais

GETSOP – Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná

GRET – Grupo de Trabalho para Regulamentação do Estatuto da Terra

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBEC – International Basic Economy Corporation
IBM – International Business Machines
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICA – International Cooperation Administration
IIAA – Institute of Inter-American Affairs
IICA – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
ITT – International Telephone and Telegraph Corporation
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IPEACO – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste
IPEACS – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Sul
IPEAS – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul
IPEAL – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste
IPEAME – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias Meridional
IPEAO – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Oeste
IPEAOc – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias da Amazônia Ocidental
IPEAN – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte
IPEANE – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
IRI – International Research Institute
LOEA – Lei Orgânica do Ensino Agrícola
MEB – Movimento de Educação de Base
MCP – Movimento de Cultura Popular
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MIT – Massachusetts Institute of Technology
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OEA – Organização dos Estados Americanos
OESA – Organização e Engenharia S.A.
ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-Americana
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento
PEI – Política Externa Brasileira
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social
SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SAPT – Seção de Aperfeiçoamento de Pessoal Técnico
SAR – Serviço de Assistência Rural
SBA – Sociedade Brasileira de Agronomia
SBMV – Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária
SEAV – Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário
SECERN – Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte
SIA – Serviço de Informação Agrícola
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SNPA – Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas
SPA – Sociedade Paulista de Agricultura
SPLAN – Sociedade de Pesquisas e Planejamento
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SSR – Serviço Social Rural
SSRC – Social Science Research Council
STF – Supremo Tribunal Federal
STM – Superior Tribunal Militar
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito Agrícola
SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento
TCA – Technical Cooperation Administration
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TVA – Tennessee Valley Authority

UDN – União Democrática Nacional

UEE – União Estadual dos Estudantes

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Unasco – União Nacional das Associações de Cooperativas

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNRISD – Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

USAID – United States Agency for International Development

USIA – United State Information Agency

VOA – Voice of America

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1: BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOB A ALIANÇA PARA O PROGRESSO: BALANÇO TEÓRICO E HISTORIOGRÁFICO..... 24	
1.1 – Considerações sobre o conceito de Estado: dos jusnaturalistas a Gramsci	24
1.1.1 – Quadro teórico: Gramsci	27
1.2 – Historiografia da questão agrária no Brasil	35
1.3 – Historiografia da Aliança para o Progresso	64
1.4 – Visão crítica do desenvolvimento.....	72
1.5 – A participação estadunidense no golpe empresarial-militar de 1964	80
1.6 – O <i>revisionismo</i> presente na historiografia do golpe de 1964.....	87
CAPÍTULO 2: O SISTEMA IMPERIALISTA PÓS-1945, A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E SEUS ANTECEDENTES..... 95	
2.1 – O <i>Novo Imperialismo</i>	95
2.2 – Cooperação técnica estadunidense, novidade ou “mais do mesmo”?	102
2.3 – Relações Brasil-Estados Unidos no pós-Segunda Guerra	104
2.3.1 – Militares como <i>agentes modernizadores</i>	108
2.3.2 – Relações interamericanas	118
2.3.3 – A Operação Pan-Americana	125
2.3.4 – A custosa relação entre Brasil e Estados Unidos no contexto do governo João Goulart.....	130
2.3.5 – Algumas considerações sobre a Política Externa Independente (PEI).....	142
2.4 – Antecedentes da Aliança	144
CAPÍTULO 3 - ALIANÇA PARA O PROGRESSO: ESTRATÉGIAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO..... 165	
3.1 – <i>Modernização como ideologia</i>	165
3.2 - O ideal de modernização estadunidense.....	170
3.3 – A <i>Nova Fronteira</i> de Kennedy	176
3.4 – O Progresso pela Aliança	185
3.4.1 – A Aliança no Brasil: “a chave do êxito” do programa	192
3.4.2 – Estrutura de funcionamento da Aliança no Brasil	205
3.4.3 – A sociedade civil na Aliança	208
3.4.4 – Cooperação para o campo na Aliança para o Progresso.....	213

3.4.5 – O caso de Angicos	222
3.5 – O regime empresarial-militar de 1964 e a Aliança para o Progresso	227
3.6 – A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Aliança para o Progresso ...	239
3.7 – Aprofundamento e consolidação da cooperação técnica da Aliança para o Progresso	244
CAPÍTULO 4: ALIANÇA PARA O PROGRESSO E COOPERAÇÃO TÉCNICA EM PESQUISA E EDUCAÇÃO RURAL.....	254
4.1 - A política agrícola nos anos 1960: um rápido diagnóstico	254
4.2 – Acordos de cooperação técnica entre a Aliança para o Progresso e o Ministério da Agricultura	271
4.3 – Cooperação técnica em pesquisa agropecuária através da Aliança para o Progresso	277
4.4 – O Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) e o ensino rural	298
4.5 – Políticas Estatais de Ensino Agrícola no pós-Segunda Guerra	302
4.6 – Cooperação técnica em educação rural básica através da Aliança para o Progresso	306
4.6.1 – Os Acordos MEC-USAID	322
4.7 – O fim da Aliança para o Progresso	333
CONSIDERAÇÕES FINAIS	338
Referências	342
Anexos.....	358

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Indústrias subsidiárias estadunidenses atuantes no complexo agroindustrial no Brasil	51
Quadro 2: Principais nomes da equipe de Kennedy.....	182
Quadro 3: Projetos aprovados entre a COCAP e a USAID com convênios assinados (até junho de 1964).....	202
Quadro 4: Intelectuais orgânicos ipesianos.....	264
Quadro 5: Membros da <i>Comissão de Alto Nível</i> para elaboração do <i>Programa Especial de Pesquisa Agropecuária</i>	291
Quadro 6: Atividades CONTAP II (1967).....	311
Quadro 7: Dirigentes da USAID.....	358
Quadro 8: Composição das agências da Aliança para o Progresso no Brasil.....	359

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Países com maior número de empresas na agroindústria no Brasil na década de 1970.....	61
Tabela 2: Despesas no Brasil da USAID.....	100
Tabela 3: Proposta da missão San Tiago Dantas de assistência financeira internacional, Brasil, 1963-1965 (milhões US\$).....	139
Tabela 4: Acordo Missão Dantas.....	140
Tabela 5: Total dos empréstimos concedidos pela Aliança para o Progresso (setores e agências financiadoras) – até junho de 1966.....	360

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Imagem que representava a união nacional para o desenvolvimento agropecuário.....	269
Imagem 2: Logo oficial da Aliança para o Progresso.....	274
Imagem 3: Técnicos do IRI participam do planejamento na Reunião Anual de Diretores do DPEA, realizada em Sete Lagoas, Minas Gerais.....	281
Imagem 4: Instalação da Unidade Vocacional de Ensino Agrícola e Economia Doméstica em Sauassú (Ginásio de Sauassú) – ES.....	313

Imagem 5: Lançamento da pedra fundamental da Oficina de Economia Doméstica do Ginásio de Sauassú.....	314
Imagem 6: Oficina de técnicas agrícolas do Ginásio de Sauassú.....	314
Imagem 7: Parte do equipamento da oficina de economia doméstica do Ginásio Sauassú.....	315

INTRODUÇÃO

O tema central de nossa pesquisa é a Aliança para o Progresso, programa de cooperação técnica e financeira, direcionado aos países da América Latina, lançado por John F. Kennedy logo no início de seu mandato como 35º presidente dos Estados Unidos, em 1961. O Brasil foi o país do hemisfério que mais recebeu investimentos do programa estadunidense, ademais, o único também na região a contar com duas missões da USAID, uma no Rio de Janeiro e outra em Recife. A *United States Agency for International Development* (USAID), pensada e criada pela equipe de Kennedy, era o braço operacional do programa, onde figuravam importantes empresários e intelectuais acadêmicos que deram o tom e o direcionamento do programa de “ajuda”.

A Aliança para o Progresso perdurou pelo período compreendido entre 1961 e 1969¹, estando integrada à conjuntura da Guerra Fria. Nossa interpretação é a de que o programa foi estruturado para funcionar como um dos instrumentos de contenção do comunismo na América Latina. Após a aproximação de Cuba com a União Soviética, os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental passaram ao estado de alerta com relação aos países latino-americanos. Os programas de assistência financeira e técnica oferecidos pelos países do centro capitalista, traziam a promessa de abundância e desenvolvimento econômico para as nações da periferia do capital, a partir de uma “nova” atuação, menos militarizada e mais “racional” e “científica”.

Definimos neste trabalho a Aliança para o Progresso a partir dos seguintes aspectos: como importante produto de um esforço intelectual em torno da teoria da modernização – arcabouço teórico do programa de Kennedy – pois mobilizou os maiores especialistas da área na sua elaboração; como estratégia contrarrevolucionária preventiva² norte-americana no combate ao comunismo na América Latina (GONÇALVES, 2016), assegurando os “objetivos de segurança da Guerra Fria”; com a função de assegurar as condições de expansão do capitalismo avançado, atendendo às necessidades e demandas capitalistas do período. A Aliança para o Progresso foi também um dos principais

¹ Veremos que no Brasil podemos dizer que foi até 1970, visto termos encontrado documentos deste ano ainda diretamente ligados ao programa.

² Compartilhamos aqui da hipótese de Gonçalves: “O caráter contrarrevolucionário preventivo da Aliança se resumiu ao combate ao avanço do comunismo nos países do continente através do desenvolvimento econômico e na busca pela garantia do *modus operandi* do capitalismo, através da exportação do *american way of business* para a América Latina” (GONÇALVES, 2017, p. 2). Voltaremos a essa interpretação ao longo do trabalho.

instrumentos de disseminação de um ideal de modernização do campo no Brasil, ou seja, um dos principais expedientes utilizados para moldar a estrutura agrária à dinâmica do capitalismo avançado.

Nosso trabalho debruçou-se sobre a operação da Aliança direcionada à agricultura brasileira. Esta última, enfrentou ao longo da década de 1960 uma série de processos, que vão desde a ascensão dos movimentos sociais rurais cada vez mais organizados, passando pelas ferrenhas discussões em torno da reforma agrária e da modernização, desembocando na formação do Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI). O programa estadunidense lançado por Kennedy, integrou, de forma mais direta ou indireta, todos esses processos, deixando a marca de sua ingerência na agricultura brasileira.

A discussão da modernização da agricultura brasileira é ponto central deste trabalho. A Aliança para o Progresso tinha como cimento ideológico a teoria da modernização, que, em nossa interpretação, serviu aos desígnios do capitalismo monopolista que buscava ampliar sua expansão pela América Latina, bem como por outros países do chamado Terceiro Mundo. Na década de 1970, o Brasil contava com dezenas de subsidiárias de grandes companhias norte-americanas que dominavam vários setores agroindustriais no país e compunham com destaque o CAI. Tais empresas buscaram inscrever seus interesses nas políticas públicas para a agricultura, disseminando uma visão de modernidade que contribuía diretamente para a maximização dos seus lucros. Dessa forma, nosso estudo das várias iniciativas perpetradas por meio da Aliança, direcionadas às áreas de pesquisa e educação rural, busca entender o funcionamento de uma das estratégias utilizadas para influenciar na forma de produzir, de se alimentar e de viver da população das áreas rurais brasileiras.

No primeiro capítulo abordaremos o quadro teórico do nosso trabalho, porém, sem a intenção de separar a discussão teórico-conceitual da pesquisa empírica. O objetivo do capítulo é o de demonstrar nossa tentativa de análise construída por meio de um forte cimento teórico, porém, ao longo de todo o trabalho retomaremos as discussões nele apresentadas, além de outras categorias de análise. Nesta parte da tese são tratados também o contexto da criação de conceitos como “desenvolvimento”, “subdesenvolvimento” e “Terceiro Mundo”, pois tais noções formaram a base ideológica a partir da qual foi norteada a Aliança para o Progresso. Compõe o primeiro capítulo ainda um balanço historiográfico sobre a questão agrária no Brasil, a bibliografia que trata especificamente do tema da Aliança para o Progresso, bem como algumas considerações

sobre a participação estadunidense no golpe empresarial-militar de 1964, e o *revisionismo* presente em parte da historiografia sobre o golpe.

O segundo capítulo traz uma reflexão acerca da conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, investigando a configuração geopolítica global tendo os Estados Unidos uma posição hegemônica e as consequências desse processo, principalmente para a América Latina. As relações interamericanas, e entre Brasil e Estados Unidos serão tratadas no bojo do sistema imperialista, reorganizado após 1945. Abordaremos a conjuntura anterior à presença da Aliança para demonstrar uma “ação cooperativa” por parte dos Estados Unidos que data da década de 1940, principalmente no que tange à cooperação técnica, ensino e pesquisa voltados para o campo brasileiro. O que denominamos como antecedentes da Aliança para o Progresso nos ajudam a investigar como funcionaram instrumentos fundamentais utilizados na vulgarização do paradigma estadunidense de modernização no Brasil.

A categoria de modernização é discutida no terceiro capítulo, ligando-a à conjuntura de combate ao comunismo e ao intento norte-americano de difundir ideologicamente pelo globo seu ideal de modernização. Buscamos igualmente esboçar a forma como se estruturou o programa de assistência lançado por Kennedy através da análise dos principais intelectuais orgânicos designados para colocá-lo em prática. Esboçamos como tal projeto foi implementado no Brasil, sobretudo no âmbito de agências e agentes responsáveis pelas políticas destinadas à cooperação técnica no campo. Complementamos ainda as discussões iniciadas no primeiro capítulo no que se refere à reordenação do padrão de acumulação capitalista no Brasil perpetrada no pós-golpe de 1964.

O último capítulo traz a análise dos convênios firmados entre o Ministério da Agricultura (e o da Educação) e a USAID nas áreas de educação e pesquisa, com o objetivo de demonstrar como os tentáculos do paradigma norte-americano de modernização do campo alcançaram amplo número de pessoas nas áreas rurais, cujos saberes foram desqualificados como “atrasados” ou “pouco produtivos”, sendo impelidos a substituírem-nos pelos saberes “tecnológicos” e “modernos”. Os planos nacionais de desenvolvimento, criados pelos primeiros governos militares, contemplavam com destaque a questão da modernização da agricultura aos moldes norte-americanos. Dessa forma, uma série de políticas públicas implementadas com tal objetivo foram profundamente influenciadas pelas ações no bojo da Aliança para o Progresso.

CAPÍTULO 1: BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOB A ALIANÇA PARA O PROGRESSO: BALANÇO TEÓRICO E HISTORIOGRÁFICO

Neste primeiro capítulo desenvolveremos a discussão conceitual que embasa a presente tese, abordando o quadro teórico do trabalho. O objetivo não é separar a discussão teórico-conceitual da pesquisa empírica, pelo contrário, pretendemos apresentar o aporte teórico em sua relação direta com a reflexão histórica. Esse primeiro capítulo funciona apenas como uma forma de demonstrar nossa tentativa de análise construída por meio de um forte cimento teórico, e ao longo de todo o trabalho retomaremos as discussões aqui apresentadas, além de acrescentar outras importantes noções ou conceitos que embasam as nossas hipóteses. Ademais, problematizaremos a criação de conceitos como “desenvolvimento”, “subdesenvolvimento” e “Terceiro Mundo”, pois tais noções formaram a base ideológica a partir da qual foi pensada e posta em prática a Aliança para o Progresso. Realizaremos também um balanço historiográfico sobre a questão agrária no Brasil, privilegiando obras que levaram em consideração a presença de relações sociais capitalistas no campo brasileiro. A bibliografia que trata especificamente do tema da Aliança para o Progresso será igualmente tratada no capítulo. Faremos, inclusive, algumas considerações sobre a participação estadunidense no golpe empresarial-militar de 1964, bem como abordaremos a questão do *revisionismo* presente em parte da historiografia sobre o golpe.

1.1 – Considerações sobre o conceito de Estado: dos jusnaturalistas a Gramsci

Nosso trabalho aborda uma série de acordos e ações colocadas em prática no mundo rural brasileiro, a partir de um programa estadunidense de assistência financeira e técnica. Grande parte dessas iniciativas se converteu em políticas públicas que visavam à modernização do campo. O Estado restrito brasileiro participou ativamente do processo de expansão do capitalismo avançado nos moldes norte-americanos. Dessa forma, se torna importante discutir o conceito de Estado, até para nos diferenciar de abordagens que apresentam o Estado como reflexo de determinado governante ou de alguma agência da administração pública. Muitas vezes, essas apresentações refletem uma “reificação” ou “coisificação” da própria noção de Estado (MENDONÇA, 1998 e 2014).

A matriz liberal elaborada no século XVIII tomava o conceito de Estado a partir do enfrentamento da Igreja e seu pressuposto do Direito divino. Buscando superar tal desígnio, os pensadores liberais procuraram estabelecer leis, a exemplo das ciências exatas, para as ciências humanas, estabelecendo uma universalidade para explicar o comportamento humano. Assim, segundo Mendonça (2014), se origina a base do conceito liberal de Estado, a noção de “estado natureza”, tida como princípio de uma “conduta humana universal”.

A matriz jusnaturalista de Estado chocava-se com a Igreja Católica e sua ideia de Direito divino, representando um significativo avanço no pensamento político ocidental, ao colocar o homem como centro do universo, sendo responsável por suas ações e formas de viver. Espinoza, Hobbes, Locke e Rousseau tinham como ponto de partida a ideia do *contrato social*. A conduta humana era classificada sob duas modalidades: seu estado natural ou “estado (ou sociedade) de natureza” e seu “estado (ou sociedade) civil”, esta como forma mais “civilizada”. Em seu estado natural o homem viveria baseado em seus instintos individuais, inviabilizando o convívio social. Dessa forma, todos deveriam abrir mão de direitos individuais em nome de um Soberano, que regularia a todos de forma imparcial, supostamente acima dos interesses particulares. Dessa forma, surge uma identificação direta entre governante e Estado, e tal premissa impregnará matrizes de pensamento sobre o Estado até os dias atuais. Segundo Mendonça (1998) a mais grave herança deixada pela matriz jusnaturalista de concepção de Estado foi noção de “Estado sujeito”,

ou seja, entidade ativa, que “paira” acima da sociedade e dos homens, dotada de vontade própria, de iniciativa própria, como se não correspondesse a grupos distintos e, por isso mesmo, com total poder de (co)mando sobre a sociedade. Refletindo um pouco mais sobre o assunto, vemos que a visão de Estado ainda em vigor, guarda esta característica, o que torna a sociedade **naturalmente** impotente e totalmente submissa aos desígnios do Estado (MENDONÇA, 1998, p. 17, grifos da autora).

No século XIX, a partir de Hegel, surgem críticas à matriz jusnaturalista de formação do Estado, principalmente a seu caráter a-histórico. A crítica de Hegel girava em torno da ideia do *contrato social*, que transferia para um determinado governante as decisões dos indivíduos, visto sua tendência em agir de forma “natural” e instintiva. Os indivíduos, e a sociedade por eles composta, são tomados como coadjuvantes na História, fazendo emergir um “Estado sujeito” (LAMOSA, 2016, p. 41). Segundo Hegel, a principal falha da teoria de Estado jusnaturalista foi “terem procurado identificar o Estado como ele deveria ser, ao contrário de tentar entendê-lo como é” (Ibidem, p. 42).

Marx apresentou uma inovação fundamental para a teoria do Estado, pois leva em consideração seu papel na história do desenvolvimento do capitalismo. Influenciado pelo pensamento hegeliano, o alemão problematizou o “estado de natureza”, imputando-o um caráter social:

Os homens teriam uma sociabilidade própria, que lhes era conferida não por um “contrato”, mas, sim, pelo lugar por eles ocupado no processo de produção e de trabalho onde alguns eram proprietários dos meios de produzir, enquanto outros, não. Os não proprietários, por seu turno, exerciam distintas funções no processo produtivo, como operários, lavradores, etc. Logo, o que a matriz marxiana apresentou de inovação foi uma visão profundamente histórica e classista da sociedade e dos homens, os quais pertencem, sempre, a certa classe social, inexistindo, assim, individualidades essencialistas e soberanas em “estado de natureza” [...] (MENDONÇA, 2014, p. 31).

Marx e Engels analisam que a massa de operários nascida a partir do capitalismo industrial funcionava como “soldados” da indústria, sendo escravos do Estado burguês. Nessa tese o Estado nada tem de natural, mas sim histórico-social. Segundo Mendonça a matriz marxiana parte de dois elementos coletivos, o primeiro é a infraestrutura, representada pelo espaço da produção e a superestrutura, representada pela dominação do Estado e sua ideologia (MENDONÇA, 2014, p. 31).

Mendonça aborda a problemática que envolveu a definição de Marx do Estado como “comitê”, que gerou dentro do próprio marxismo inúmeras interpretações mecanicistas e economicistas, ou seja, imputaram um predomínio do econômico sobre o político e o ideológico. Nas palavras da autora:

Gestava-se, assim, uma variante da matriz marxiana onde o Estado, no lugar do papel de Sujeito ocupado na matriz liberal, erigia-se em Estado Objeto, ou seja, cuja existência devia-se, tão somente, para garantir e fazer valer os interesses econômicos das classes dominantes, baseado fundamentalmente na coerção e no “engodo” ideológico (Ibidem, p. 32).

A partir da complexificação das sociedades capitalistas Antonio Gramsci retomou e aprofundou o debate sobre o Estado e as formas de dominação. Gramsci preocupava-se em explicar a ascensão do fascismo na Itália e a adesão a ele por parte do campesinato e da classe trabalhadora, na verdade uma adoração das classes subalternas ao *Duce*. Para tanto, o marxista sardo estudou as formas de dominação nascentes do capitalismo do século XX, onde se complexificaram as estruturas produtivas, bem como as superestruturas que garantiam a reprodução da ordem social. Dessa forma, o rico e complexo conceito de Estado gramsciano representa as peculiaridades da atuação do Estado no capitalismo de seu tempo, com destaque para a atuação dos agentes

organizadores da vontade coletiva e o papel da cultura, da política e da ideologia (Ibidem, p. 32).

1.1.1 – Quadro teórico: Gramsci

Partimos de um objeto que se constitui em um programa de ação capitaneado pela maior potência capitalista da região, direcionado aos países do hemisfério americano, tendo como objetivo principal acelerar “o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes” (CARTA DE PUNTA DEL ESTE, 1961). O presente trabalho ancora-se nos estudos de Antonio Gramsci para interpretar como o referido programa estadunidense foi implantado no Brasil, no sentido de adequar as estruturas agrárias à dinâmica do capitalismo avançado.

Nossas pesquisas recaem sobre a aplicação do programa estadunidense no Brasil em suas áreas rurais, abordando as políticas públicas em educação e pesquisa emanadas do Estado brasileiro na década de 1960. Tais políticas estão contidas no âmbito dos acordos que envolveram a Aliança para o Progresso. O principal intento é demonstrar as estratégias de vulgarização, de “direção intelectual e moral” e de difusão ideológica estadunidense no Brasil. Para tanto, alguns conceitos do marxista sardo são fundamentais para elaborar esse estudo que tem como premissa não a noção de Estado que “paira sobre as nossas cabeças”, mas um Estado eivado de interesses da classe dominante, com a participação direta na dominação de classes presente nas sociedades capitalistas.

Gramsci afirma em suas cartas e anotações carcerárias que seus estudos ampliavam muito a noção de intelectual, levando à caracterização de um conceito de Estado mais amplo e renovado:

[...] Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais [...]. (Carta a Tania, 7-9-1931; *Cartas*, vol. 2, p. 84, apud COUTINHO, 2011, p. 267).

A noção de Estado em Gramsci só pode ser entendida em seu sentido orgânico e ampliado, isso porque, em passagens dos *Cadernos do Cárcere* o marxista sardo apresenta que “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia

encouraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 244). A definição de “Estado Ampliado” em Gramsci foi apresentada por Christine Buci-Gluksmann para sintetizar a fórmula do pensador (BIANCHI, 2008, p. 177) e passou a ser muito utilizada, porém vale uma observação nos seus escritos sobre o par sociedade civil e sociedade política.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 20-21).

Para Gramsci não existe separação entre sociedade civil e sociedade política, ele insiste em seus escritos que tal separação só poderá ser realizada para fins de análise, pois a correlação de forças entre elas é fulcral nos seus estudos sobre o Estado no capitalismo. A sociedade política é o Estado em seu sentido restrito, o “aparelho de governo”, já a sociedade civil é o “aparelho privado de hegemonia” (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 254-255). Dessa forma, a materialidade da sociedade civil pode ser entendida através do “conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’”, que Gramsci destaca como sendo formado por igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos, imprensa, entre outros (BIANCHI, 2008, p. 179).

O autor utiliza a metáfora do Centauro para ilustrar sua interpretação orgânica e mais ampla do Estado, a inter-relação permanente entre sociedade civil e sociedade política, ou entre consenso e coerção, “dialeticamente imbricadas e inseparáveis” (MENDONÇA, 2014, p. 37).

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI, 2011, v.3, p.33)

A sociedade civil para Gramsci é a esfera de ação dos intelectuais, pois é nela que se organizam e por ela que se difundem as ideologias dos grupos dominantes. Bianchi (2008) interpretando a obra do autor afirma que a função dos aparelhos privados de hegemonia é “articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes” (idem, p.179).

Chama atenção, então, a figura do intelectual como “efetivo organizador das vontades e da ação coletiva” (MENDONÇA, 2014, p.3 5), que promoverá a inscrição do projeto da fração de classe hegemônica – ou em vias de assim se tornar – na sociedade política. Além disso, ele organiza a construção do “consenso das grandes massas pouco organizadas”, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes. Essa capacidade organizativa dos intelectuais está materializada nos aparelhos privados de hegemonia, que buscam a construção do consenso.

Perpassam todas as nossas considerações, a concepção ampliada de Estado de Gramsci, ou seja, não pensamos o Estado – os Ministérios, as agências governamentais, etc. – como sujeito nem como objeto, mas, sim, como uma condensação de relações sociais. O Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais presentes na formação histórica estudada, incorporando em si mesmo, ou seja, em sua própria materialidade, os conflitos vigentes na sociedade. O Estado capitalista, para Gramsci, tem sua peculiaridade quando guarda um espaço não só de coerção (violência legítima), mas, também, e principalmente, de consenso, sendo esse consentimento/convencimento obtido a partir da organicidade dos aparelhos privados de hegemonia e também de determinadas ações do Estado restrito, que igualmente promove e generaliza os projetos das frações de classe hegemônicas.

A partir, então, dos nossos estudos sobre políticas públicas emanadas do Estado restrito brasileiro, dentro da órbita do programa de auxílio técnico e financeiro da Aliança para o Progresso, acreditamos conseguir demonstrar como as análises de Gramsci sobre o estado capitalista, podem ser não apenas a nossa base teórica, mas também uma ferramenta metodológica:

[...] posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise da constituição/transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não

poderia deixar de ser a **Totalidade** (MENDONÇA, 2014, p.38, grifos da autora).

Gramsci aponta em seus estudos que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, v.2, p.18), o pensador está preocupado com essa “função” do intelectual, e a entende como efetivo organizador das vontades e da ação coletiva. Ao contrário de algumas interpretações, Gramsci não está apenas preocupado com os intelectuais “prepostos” da classe dominante, porém, uma vez que tem como horizonte a complexificação do capitalismo no início do século XX, sua análise se concentra no Estado e nas modalidades de dominação de classe (MENDONÇA, 2014, p. 33).

Considera a sociedade civil espaço privilegiado para que a classe, ou fração da classe dominante hegemônica, exerçam o consenso sobre a classe subalterna pouco organizada, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes. Dessa forma, o autor indica a importância de se estudar e entender essa capacidade organizativa dos intelectuais da classe dominante:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe [...] (GRAMSCI, 2001, v.2, p.15).

A longa citação demonstra a centralidade no pensamento de Gramsci da função do intelectual orgânico, que deve ser não apenas técnica, mas também diretiva. Para que uma classe ou fração desta, exerça a hegemonia, a direção é essencial para complementar a dominação. “A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral” (GRAMSCI, 2002, v.5, p.62). Dominação interpretada como predominantemente presente no âmbito da sociedade civil

e direção no âmbito da sociedade política. Supremacia aqui entendida como a realização plena da hegemonia³.

Em uma das notas dos escritos carcerários de Gramsci sobre hegemonia, o autor aborda o par dialético coerção e consenso, demonstrando a partir de sua dinâmica caracterização de Estado ampliado, como o Estado capitalista, já desde sua época, tem como marca peculiar o fato de guardar, simultaneamente, espaço de consenso e de força, além do esforço em equilibrar as duas dimensões.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2011, v. 3, p. 95)

Gramsci nos apresenta caminhos de pesquisa para a realização de análises das “forças que atuam na história” em um determinado período. Segundo o marxista sardo, as relações de força presentes em uma dada sociedade precisam ser analisadas levando-se em consideração seus vários níveis, “a começar pela relação das forças internacionais”, aqui Gramsci estava refletindo sobre os sistemas de dominação das grandes potências hegemônicas sobre as médias e pequenas. Ademais, precisa-se analisar, segundo o autor, as relações “objetivas sociais” (grau de desenvolvimento das forças produtivas), passando para as relações de força política ou de partido, ou seja, sistemas hegemônicos no interior do Estado, chegando até as “relações políticas imediatas”, os militares (Ibidem, p. 19-20). O autor exemplifica a importância de compreender esses diversos níveis de relações de força:

Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários [...] o chamado “partido estrangeiro” não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mais precisamente o partido mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas [...] (Ibidem, p. 20).

Gramsci, de forma didático-analítica distingue os vários momentos ou graus das “relações de força”, para se diferenciar de abordagens históricas que as tratam de forma genérica e pouco analítica sobre relações de força favoráveis ou desfavoráveis a “esta ou

³ Curso Gramsci com Alvaro Bianchi, Revista Movimento – crítica, teoria e ação, disponível em : <https://movimentorevista.com.br/2017/07/curso-gramsci-com-alvaro-bianchi/>, acesso em 17/07/2017.

àquela tendência”. Dentro de sua realidade histórica, o autor diferencia vários graus correspondentes à momentos da consciência política coletiva:

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante [...] sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico [...]. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (Ibidem, p.41, grifos do autor).

Aqui as reflexões gramscianas são fundamentais para o entendimento da hegemonia de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. Quando uma determinada classe ou fração dela, passa do nível econômico-corporativo para esse terceiro momento, mais estritamente político, as ideologias geradas por aquele grupo formam um “partido” – no sentido gramsciano – que concorre com outras frações de classe para que seu projeto vença e se imponha. Dessa maneira, não sem conflitos, as ideias desse partido são irradiadas “por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral”. Essas análises ligam-se ao conceito elaborado pelo marxista sardo de Estado integral, em sua forma orgânica e mais ampla, além da noção do intelectual orgânico, peça chave nesse processo orgânico de grupos sociais: “O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo [...] (Ibidem, p. 41).

Gramsci destaca ainda que essas relações internas de um “Estado-Nação” se entrecruzam com as relações internacionais, dessa forma, emergem novas situações histórico-concretas que precisam ser estudadas. “Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações” (Ibidem, p. 42).

Ao longo dos escritos dos *Cadernos*, Gramsci realizou uma série de abordagens sobre política internacional, perpassadas pela análise do imperialismo. Em um contexto de pós-guerra, de ascensão do nazi-fascismo e pós-Revolução Russa, o italiano parte, muitas vezes, da realidade italiana na periferia do capitalismo naquele momento, para entender a corrida imperialista e os novos atores nesse processo, Estados Unidos e Japão, por exemplo (Ibidem, p. 142). Os Estados Unidos aparecem nos escritos como uma forte potência que surge após a Primeira Guerra Mundial já como hegemônica:

Guerra mundial. Impérios centrais bloqueados: a *Entente* senhora dos mares: os Estados Unidos reabasteceram a *Entente*, aproveitando-se de todas as oportunidades que se ofereciam. O custo colossal da guerra, as profundas perturbações da produção europeia (a revolução russa), fizeram dos Estados Unidos o árbitro das finanças mundiais. Daí sua afirmação política (Ibidem, p.131, grifos do autor)⁴.

Para avançarmos no entendimento de Gramsci sobre os Estados Unidos e sua importância no sistema imperialista, torna-se necessária uma abordagem de seus escritos sobre *americanismo e fordismo*. Para o autor o americanismo e o fordismo foram resultado de uma necessidade constante de se chegar à organização de “uma economia programática”. A passagem do “velho individualismo econômico” para a “economia programática” passava por questões como manipular e racionalizar as forças subalternas de acordo com as novas metas (GRAMSCI, 2015, p. 241). O marxista ressalta que a indústria de Henry Ford desenvolveu uma forma “moderníssima” de produção e de formas de trabalhar, e que fez parte desse processo o proibicionismo. A “lei seca”, promulgada nos Estados Unidos em 1919, que perdurou até 1933, que proibia a produção e o consumo de álcool em todo o território americano, foi considerada por Gramsci essencial para moldar o novo tipo de trabalhador adequado à indústria “fordizada” (Ibidem, p. 241-242).

Gramsci contrasta a realidade “velha e anacrônica” europeia com a formação social norte-americana, concluindo que a Europa buscava os benefícios de uma produção fordista, porém conservando “seu exército de parasitas”. O americanismo, segundo o autor, apresentava uma “composição demográfica racional”⁵, não precisando lidar com “classes absolutamente parasitárias”, marca da “tradição”, da “civilização” europeia (Ibidem, p. 243).

A América, com sua formação histórica diversa da europeia, racionalizou, de forma relativamente fácil, segundo Gramsci, a produção e o trabalho, combinando de forma hábil:

[...] a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários⁶, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda

⁴ Agradeço aos integrantes do *Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil* pelas tão frutíferas discussões.

⁵ Gramsci reflete que a “vocação laboriosa” não era um traço exclusivo das classes operárias norte-americanas, mas estava presente também nas classes dirigentes, uma vez que um milionário poderia trabalhar até a velhice ou a morte, “fen meno” tipicamente americano que, segundo Gramsci, surpreendia o europeu médio (GRAMSCI, 2015, p. 269).

⁶ Gramsci aponta em outra nota que o chamado “alto s lrio” era uma “arma de dois gumes”, pois era necessário garantir que o trabalhador o gastasse “racionalmente”, “o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência muscular-nervosa, e não para destrui-la ou danificá-la”

ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (Ibidem, p. 247-248).

Dessa maneira, para Gramsci, nos Estados Unidos, essa racionalização definiu a necessidade de moldar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo (Ibidem, p. 248). O marxista destaca, então, a questão sexual e aponta como os industriais norte-americanos, especialmente Ford, se interessavam pela organização familiar e pelas relações sexuais de seus empregados. O instinto sexual precisava ser “regulamentado”, se afastando dos apelos naturais, das “perversões”, e se aproximando da razão, do controle:

[...] a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado (Ibidem, p.252).

Portanto, Gramsci destaca que a racionalização do trabalho e o proibicionismo – este último disfarçado de “puritanismo” – demonstram o significado do fenômeno americano, “o maior esforço coletivo até agora realizado” para criar de forma rápida “uma consciência do objetivo jamais vista na história”, o novo tipo de trabalhador e de homem. Gramsci cita a teorização taylorista “cínica” da sociedade americana, que afirmava a necessidade de desenvolver no trabalhador comportamentos “maquinais e automáticos”, retirar desse trabalhador qualquer resquício de participação ativa da inteligência, da fantasia, de iniciativa própria (Ibidem, p. 266).

As tentativas feitas por Ford para intervir, com um coro de inspetores, na vida privada de seus empregados e para controlar como eles gastavam os salários e como viviam são um indício destas tendências ainda “privadas” ou latentes, que podem se tornar, num certo ponto, ideologia estatal, articulando-se com o puritanismo tradicional, ou seja, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros, do “verdadeiro” americanismo, etc. (Ibidem, p. 268).

O marxista sardo aponta nesta passagem como os interesses “privados” de uma determinada classe dirigente, se tonavam política de Estado, ou seja, se imbricavam no Estado e se espalhavam pelo conjunto dos grupos dominados. O Estado restrito aqui com a incumbência de garantir com que os interesses das classes dirigentes se tornassem a ideologia dominante.

(GRAMSCI, 2015, p. 267). Aqui aparece a questão sexual e o álcool, que precisavam ser controlados ou proibido.

1.2 – Historiografia da questão agrária no Brasil

A Aliança para o Progreso é entendida neste trabalho como um instrumento importante dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, direcionada também a países latino-americanos, com o objetivo de “guiá-los” ao processo de adequação à dinâmica do capitalismo avançado. Dessa forma, para tratar das ações do programa implementadas no Brasil, no tocante ao mundo rural, torna-se necessário uma abordagem historiográfica sobre a questão agrária brasileira. Em face dessa historiografia sendo extensa e diversificada⁷, optamos por privilegiar abordagens identificadas com análises totalizantes, que levem em consideração as relações sociais capitalistas no campo brasileiro. Ademais, como temos preocupação com a atuação do Estado restrito brasileiro no processo de modernização do campo, procuramos bibliografia crítica a uma visão de *Estado Sujeito*, ou que credite tais mudanças no agro a um empresariado rural que se modernizou. Ou seja, a relação entre Estado e empresariado não era marcada simplesmente por representação e influência, mas pela imbricação entre sociedade civil e sociedade política, contagiando o Estado restrito de interesses da classe dominante que foram difundidos como de interesse do conjunto da sociedade.

A questão agrária brasileira é entendida aqui como uma noção vasta e antiga que remete a longa história das lutas sociais no país (MENDONÇA, 2008). A crítica de Mendonça (2000 e 2008) gira em torno da necessidade de diferenciação das noções de “reforma agrária” e “questão agrária”, uma vez que, a “confusão” entre os termos muitas vezes visa desqualificar a histórica luta social pela terra no Brasil. Mendonça entende, então, a questão agrária no Brasil como

[...] o conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a “mais adequada” para o desenvolvimento nacional (MENDONÇA, 2000, p. 9).

Importante ressaltar que a década de 1960 foi um momento onde movimentos sociais dos trabalhadores rurais se organizavam e passaram a ser um ator social importante no cenário da luta de classes no Brasil. O pensamento social brasileiro, principalmente da esquerda, em torno da questão agrária, ganhou impulso e o Partido

⁷ Para citar apenas algumas das quais não priorizamos aqui: PALMEIRA, 1989; COSTA & SANTOS (org.) 1998; BRUNO 1993, 1997; DINIZ, 1978; MARTINS, 1972; MEDEIROS, 1989; STÉDILE, 1994; ABRAMOVAY, 2008.

Comunista Brasileiro (PCB) internalizou a discussão. A *Declaração Sobre a Política do PCB*, de março de 1958, divulgada pelo Comitê Central do partido, mais conhecida como *Declaração de Março de 1958*, pregava uma política de “conciliação” e de “acumulação de forças”, uma aliança de *camponeses* e operários com a burguesia nacional no combate às forças imperialistas e latifundiárias. A declaração reforçaria a ideia central segundo a qual as contradições básicas existentes na sociedade brasileira, naquele momento específico da história, dar-se-iam entre o conjunto da nação, de um lado, e as relações de produção semifeudais e semicoloniais predominantes no campo, de outro.

A Declaração de Março de 1958 apresentava uma novidade teórica no entendimento da realidade brasileira: reconhecia, explicitamente, o desenvolvimento capitalista em curso dentro do país, passando a indicar a necessidade da interferência dos comunistas nos rumos deste processo, por meio de pressões populares sobre o Estado. Daí a participação cada vez maior do PCB junto aos movimentos nacionalistas e, em princípios dos anos 1960, na campanha pelas *reformas de base*⁸, compondo um amplo arco de alianças que apostava numa alternativa de desenvolvimento econômico anti-imperialista. Para alcançar tal objetivo, no entanto, seria necessária a ultrapassagem dos “resquícios feudais” que uma parte dos comunistas insistia em identificar na realidade brasileira, o que os mantinha presos à perspectiva etapista da plena realização do capitalismo como forma de iniciar a transição para a sociedade socialista.

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento conseqüente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa do arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. [...] A ação das massas se mostra indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistar a aprovação de leis que correspondam aos interesses dos trabalhadores agrícolas, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo (Declaração de Março de 1958).

A partir dessa perspectiva, o PCB passou a estimular, junto aos trabalhadores do campo, a criação de associações civis registradas em cartório. Leonilde Servolo de Medeiros (1995) analisando os processos que geraram a “constituição de uma identidade e imagem de classe” sobre e para os trabalhadores rurais, destaca uma das dimensões

⁸ Conjunto de iniciativas propostas pelo governo de João Goulart (1961-1964) que abarcavam as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária, universitária, dentre outras.

desse processo de construção protagonizada pelo PCB através de sua imprensa. O PCB, destaca a autora, manteve nos anos 1950 e início dos anos 1960, uma imprensa ativa, editando regularmente um jornal de âmbito nacional, o *Voz Operária*, que, a partir de 1959, foi substituído por *Novos Rumos*, além de outros de âmbito estadual e regional (MEDEIROS, 1995, p. 53). Especificamente para os trabalhadores do campo, o partido criou o jornal *Terra Livre*, e estimulava que o mesmo fosse lido em voz alta em pequenos grupos, como forma de vencer o alto índice de analfabetismo no campo. Por meio desses periódicos o partido buscou construir uma linha de diálogo e de difusão das teses de aliança entre “todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano” (Declaração de Março de 1958).

O periódico também teve como objetivo a divulgação das ações da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), fundada em 1954, sob orientação do PCB, que representaria as associações de trabalhadores do campo em âmbito nacional. O *Terra Livre* tinha uma coluna chamada *Conheça os seus direitos*, que por longo tempo foi assinada por Lyndolpho Silva, presidente da ULTAB. O periódico cumpria, então, o papel de instrumento para a construção de uma linguagem e identidade para os conflitos rurais, unindo diferentes categorias com base na luta contra um inimigo em comum – o latifundiário (RAMOS, 2011, p. 38).

As formulações políticas da *Declaração de Março* foram ratificadas no V Congresso do PCB, em 1960, onde ficou confirmada a premissa de conclamar um “caminho pacífico para a revolução” (SANTOS & COSTA, 1997). Tal postura considerava a reforma agrária fundamental para a luta contra os agentes internos e os resquícios feudais existentes no campo, sendo importante elemento para a consolidação de uma revolução democrático burguesa, etapa considerada primordial para o avanço das ideias socialistas (RAMOS, 2011, p. 37). A leitura anacrônica e etapista dos dirigentes do PCB nesse período compreendia que o desenvolvimento econômico capitalista em curso no Brasil, entraria em choque com a exploração imperialista, aprofundando a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, tomado como principal obstáculo para a expansão desse crescimento (COSTA, 2005, p.91).

Cumpram ressaltar, por conseguinte, ser indiscutível a presença, como protagonistas e não como meros atores coadjuvantes, das classes trabalhadoras no cenário político dos anos que antecederam ao golpe empresarial-militar de 1964. Em todo o país era evidente a maior participação dos trabalhadores, não só nas lutas sindicais, mas também na vida

política e parlamentar. A forte influência do PCB junto às entidades sindicais e à sociedade civil, com alguns de seus dirigentes nacionais tendo conquistado a distinção de dialogar diretamente com o Presidente da República, assustava concretamente as classes dominantes, que articularam o golpe de Estado como uma “reação à ameaça vermelha”, ou seja, ao crescente poder de mobilização dos trabalhadores brasileiros, representados pelo movimento sindical e pelos partidos a ele vinculados. Ameaça que se tornava visível também no campo, onde o poder secular dos latifundiários se sentia ameaçado diante do grande e forte crescimento das organizações de trabalhadores e de não proprietários.

Segundo Ricardo da Costa Gama (2005), uma das mais fortes tradições construídas pelos comunistas brasileiros ao longo de sua história foi a capacidade de desenvolver uma política de atração de intelectuais para seu programa em torno da posição crítica ao sistema capitalista, fazendo com que gravitasse ao redor do PCB estudantes, jornalistas, artistas, pintores, poetas, músicos, em suma, homens e mulheres ligados à Cultura de uma forma geral (COSTA, 2005, p. 104). Surgiram no interior do PCB, durante a década de 1950, duas publicações coordenadas por comunistas, sem que sua direção nacional participasse ativamente na definição de suas linhas editoriais. A revista *Brasilense* articulada por Caio Prado Junior e Elias Chaves Neto e o jornal *Para Todos*, criado por iniciativa de Oscar Niemeyer, Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães, Moacir Werneck de Castro e James Amado.⁹

Caio Prado Jr. esteve à frente da *Revista Brasiliense* desde 1955, que se propunha um centro de debates e estudos brasileiros. O historiador diminuiu seu ritmo de atividades partidárias dentro do PCB e pode ser tido como um contraponto à visão dominante no partido cristalizada nos anos 1950, por caracterizar o Brasil como capitalista e periférico desde o período colonial.

Em artigo publicado originalmente no periódico *A Classe Operária*, de 1947,¹⁰ o autor afirma que o uso do termo “feudalismo” só poderia ocorrer para simbolizar o baixo nível econômico e social do Brasil, ou seja, de forma “retórica”. Para Caio Prado “feudalismo, que comporta um sentido muito preciso, e que se refere a um tipo específico de organização social que existia na Europa antes do advento do capitalismo e da sociedade burguesa; e que não existe nem existiu nunca no Brasil” (SANTOS, 2007b, p.

⁹ Para uma melhor análise sobre o contexto político-partidário da criação dos periódicos ver COSTA, 2005, especialmente o capítulo II.

¹⁰ Artigo intitulado *Os fundamentos econômicos da Revolução Brasileira*, publicado no Boletim de Discussão dedicado ao IV Congresso do PCB, in: *A Classe Operária*, 1947(SANTOS, 2007b, p.131-142).

134). Explica ainda que a economia brasileira, desde seu início, ou seja, desde que se organizou a colonização no Brasil, foi “essencialmente mercantil”, fundada na produção para o mercado de produtos e comércio internacional. Os traços dessa economia colonial eram a grande propriedade monocultural, explorada em larga escala, e o trabalho escravo de indígenas e africanos importados pelo tráfico. Posteriormente, a substituição da mão de obra escrava pela juridicamente livre, “não modificou fundamentalmente, dede logo, os quadros essenciais da estrutura agrária vigente” (Ibidem, p. 134-135).

Seguindo em sua exposição, Caio Prado toca na questão da forma e objetivos da revolução brasileira.

Será pelo “fomento do capitalismo”, como pensam alguns? Por uma “revolução democrático-burguesa” que, suprimindo as “sobrevivências feudais” da nossa economia, abra perspectivas amplas para o progresso do regime capitalista? Evidentemente não. Não é a debilidade do nosso capitalismo o responsável pelo atual estado de coisas no país e o atraso da nossa economia. Esta é uma tese visceralmente burguesa e falsa, o que só pode iludir as massas trabalhadoras e oprimidas (Ibidem, p.140).

A conclusão do historiador gira em torno da interpretação de que o incipiente capitalismo brasileiro desse período, em conjunto com o imperialismo, não tinha problemas em usufruir largamente e de tirar proveito das condições vigentes. Já existia no Brasil, para Caio Prado, “uma burguesia capitalista não somente financeiramente forte, mas poderosa e politicamente dominante” (Ibidem, p.140).

Assim, para Caio Prado, os caminhos para a construção de uma revolução socialista no Brasil seriam bem diversos daqueles preconizados por intelectuais como Alberto Passos Guimarães.¹¹

Em suma trata-se de aproveitar o capitalismo naquilo que ele ainda oferece de positivo nas condições atuais do Brasil; e contê-lo, e o suprimir mesmo no que possa se opor às reformas que o país necessita. E ao mesmo tempo, ir preparando os elementos necessários para a futura construção do socialismo brasileiro (SANTOS, 2007b, p.142).

Em texto posterior, intitulado *Valorização do trabalho e acesso a terra*, publicado em *Novos Rumos*, em junho de 1960¹², Caio Prado defende que a concentração da propriedade agrária seria a maior responsável pelo baixo nível de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais¹³. Porém, define que o problema da reforma agrária, naquele período,

¹¹ Que será abordado a seguir.

¹² Parte de um conjunto de sete outros textos publicados por Caio Prado (sob o título geral *As teses e a Revolução Brasileira*) na Tribuna de Debates do V Congresso do PCB. *Novos Rumos* de 17 a 23/06/60.

¹³ Alberto Passos Guimarães trabalhou com o conceito de camponês, já Caio Prado com o de trabalhador rural.

residia na contradição entre, de um lado, uma “reduzida minoria de grandes proprietários” que detinha o monopólio da terra e por consequência “as oportunidades de ocupação e trabalho” no campo, e de outro, a “massa trabalhadora” do campo, que depende dessas oportunidades para garantir sua subsistência.

Os trabalhadores rurais alcançarão uma posição melhor na luta por suas reivindicações imediatas, e mais facilmente se beneficiarão dela, na medida em que as oportunidades de trabalho e ocupação não forem unicamente as proporcionadas pelos grandes proprietários. Haverá sempre a alternativa de se estabelecerem por conta própria em terras de sua propriedade. Circunstância essa que naturalmente terá grande peso no mercado de trabalho rural, favorecendo a parte que oferta a sua força de trabalho (SANTOS, 2007b, p.244).

Para o historiador a luta pelo acesso à terra deveria, necessariamente, passar por melhores condições de trabalho, pela valorização da legislação trabalhista, ou seja, parte do que o autor chama de reivindicações imediatas. A partir dessas últimas, figuraria o caminho de acesso da massa trabalhadora à propriedade da terra (Ibidem, p.246). Para tanto, Caio Prado define a tributação da terra como o principal e mais adequado instrumento de realização da reforma agrária, “a maneira adequada às condições” do período, na medida em que a isenção fiscal de que gozavam os grandes proprietários rurais facilitava a aquisição e manutenção de grande reserva de terra com objetivos especulativos. Sendo assim, os altos preços da terra tornavam inviável qualquer plano de reforma agrária. O valor especulativo da terra declinaria, segundo Caio Prado, somente por efeito de uma forte sobrecarga tributária, estimulando a mobilização comercial e o retalhamento da propriedade fundiária (Ibidem, p.244-245).

Caio Prado relembra que tal proposta de tributação fundiária fora sustentada pelos comunistas com assento na Assembleia Constituinte e Legislativa de São Paulo em 1947, porém, a direção do partido, na ocasião, não só não a apoiou, como, por vias indiretas, dificultou a ação da bancada, sob a alegação de que a tributação constituía medida e processo “reformista”. Essa opinião foi abandonada e, no que se refere às Teses do V Congresso do PCB de 1960, a tributação seria, então, apresentada como instrumento central a ser adotado como passo inicial e estímulo preliminar à reforma agrária. Segundo Caio Prado, porém, as premissas teóricas que fundamentaram as Teses estariam erradas. Isso porque elas propunham a tributação territorial como medida de incentivo a produtividade e, para o autor, tal formulação constituiria típico “pensamento burguês do problema agrário” (Ibidem, p.245-246). E seguindo suas colocações sobre o que defendia como reforma agrária:

[...] a melhoria das condições de vida da população trabalhadora rural. Essa melhoria não será trazida pelo simples aumento da produtividade, [...]; e ocorrem mesmo frequentemente situações em que o aumento da produtividade agrícola é acompanhada pelo agravamento das condições de vida do trabalhador. A contradição fundamental na economia agrária brasileira reside, como vimos, na oposição de grandes proprietários e a massa trabalhadora efetiva ou potencialmente a serviço deles [...]. A par das reivindicações imediatas (legislação trabalhista, regulamentação da parceria em benefício do trabalhador, etc.), figurará a facilitação do acesso da massa trabalhadora à propriedade da terra [...]. A tributação, como medida essencial para aquele fim de proporcionar terra aos trabalhadores, deve portanto visar em primeiro e principal lugar, o barateamento e a mobilização comercial da terra, e não a simples produtividade que será consequência da reforma, e não constitui condicionamento dela (Ibidem, p.246).

Prosseguindo com suas críticas às posições do PCB, Caio Prado ressalta a importância da legislação trabalhista para o campo no âmbito das discussões da reforma agrária. No texto *Marcha da questão agrária no Brasil*, publicado na *Revista Brasiliense*, no início de 1964, afirma que no documento onde definiram sua posição frente às reformas de base¹⁴, os comunistas não incluíram no texto que se ocupou da reforma agrária propriamente dita, bem como das medidas destinadas a promovê-la, a legislação trabalhista. Caio Prado critica a “subestimação” da questão da luta pela legislação trabalhista por parte dos comunistas, que colocaram esse ponto como secundário, a ele dedicando um “discreto lugar”. Para o autor, ao contrário, a luta pela reforma e renovação da economia agrária brasileira deveria passar pela aplicação efetiva da legislação trabalhista, sua ampliação e correção, visto mostrar-se defeituosa e insuficiente (SANTOS, 2007b, p. 264).

O historiador traz um estudo de caso, citando as ações do governo de Miguel Arraes (1963-1964) em Pernambuco. Aponta que Arraes buscou manter-se próximo a gestão dos conflitos de classe, trazendo as reivindicações dos trabalhadores rurais para a Secretaria Assistente.¹⁵ Procurando cumprir o Estatuto do Trabalhador Rural e garantir um canal de entendimento entre as entidades sindicais e o patronato rural, o governador foi alvo da oposição sistemática de órgãos de classe patronais.¹⁶

A experiência do Nordeste, segundo o autor, constituía evidência de que uma frente decisiva da luta pela reforma agrária residia, sobretudo, na implantação geral e definitiva das normas reguladoras do trabalho no campo. O aumento dos níveis de

¹⁴ “A posição dos comunistas diante das Reformas de Base”, *Novos Rumos*, de 1 a 9/05/63.

¹⁵ Criada ainda no governo Cid Sampaio (1959-1963), pela Lei N.º 3.319, de 02/02/1960, para assistir ao Governador do Estado em variados aspectos, principalmente, no que se referia à manutenção de contatos juntos aos órgãos de classe.

¹⁶ Sobre o governo de Miguel Arraes e a atuação da Secretaria Assistente ver: BARROS, 2013.

remuneração do trabalhador da área açucareira em Pernambuco, que para o historiador ainda não eram extraordinárias, eram resultado da sindicalização dos trabalhadores pernambucanos e da ação amparadora e estimuladora do governo do Estado. Caio Prado traz uma abordagem na tentativa de demonstrar como toda a região no entorno de regiões canavieiras foi beneficiada economicamente com a elevação dos padrões de vida dos trabalhadores de cana (Ibidem, p. 265-267).

Desenvolvendo críticas mais duras e reafirmando suas teses, Caio Prado discorda de que a divisão de terras seria o principal aspecto da reforma agrária naquele período. Contra o que chama de “forças de esquerda”, ou seja, parte da cúpula do PCB, afirmava que essa noção trazia prejuízos para a marcha da reforma agrária, uma vez que, o aspecto da divisão de terras apresentava menores perspectivas de “ação prática” naquele momento:

Apegando-se unicamente a um aspecto [divisão de terras] dessa reforma que apresenta menores perspectivas de ação prática no momento, os seus defensores vêm contribuindo, embora inconscientemente no mais das vezes, para fazer da palavra de ordem da reforma cada vez mais um simples pretexto de agitação política de cúpula, traduzida em *slogans* que não atingem a massa trabalhadora rural (como sejam “reforma agrária radical”, “eliminação do latifúndio”, “terra para quem a trabalha” etc.), e que se oferecem algum rendimento demagógico em restritos setores completamente afastados dos problemas do campo, pouco ou nada tem de prático no terreno da luta efetiva pelas reformas (Ibidem, p.268-269).

Na raiz do que para o historiador era uma falseada orientação política, residia uma incompreensão da realidade brasileira e do sentido do processo revolucionário do país. Dessa forma, considerava que distorções errôneas eram produzidas a partir de concepções teóricas inspiradas em realidades econômico-sociais totalmente diferentes da brasileira. A obra de Caio Prado se tornou referência do pensamento social brasileiro e ensejou uma série de debates e um sem número de autores que dialogam de alguma forma com suas teses.

Leonilde Servolo de Medeiros (1982) também abordou a questão da reforma agrária no Brasil, no período entre 1955 e 1964, em sua dissertação de mestrado. A autora tratou o referido período como um momento histórico em que “a reforma agrária tornou-se uma das palavras de ordem mais importantes da conjuntura” (MEDEIROS, 1982, p.1). Ela destaca que sua problemática envolvia esmiuçar as relações entre a propriedade da terra e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Além disso, o período escolhido foi marcado pela ampla mobilização dos trabalhadores rurais na luta pela terra,

ampliando sua organização e questionando o padrão dominante de propriedade fundiária no Brasil (Ibidem, p. 12). Tratando das discussões que envolvia o tema Medeiros define:

O que se convencionou chamar de questão agrária foi um complexo de transformações porque passou o campo brasileiro nos anos 50/60. Ela emergiu no quadro de rápida industrialização do país e se configurou através de três dimensões fundamentais: suposta incapacidade da agricultura de se adequar às exigências do processo de desenvolvimento econômico; transformação das relações de produção no campo e quebra do padrão tradicional de dominação (MEDEIROS, 1982, p.18).

A autora faz uma rápida análise de como o campo era interpretado por intelectuais do período – como Caio Prado e Celso Furtado – e aponta que não existia um consenso em termos de caracterização do conteúdo da questão agrária, porém elas apontavam para a dimensão política, para as lutas entre classes e frações de classe em torno do problema da terra. Medeiros então problematiza:

O debate que se trava não é no sentido de buscar soluções técnicas para um problema econômico, mas sim de buscar soluções possíveis para um conflito que progressivamente deixa de ser latente, toma o campo, impõe-se à cidade e também coloca em jogo as alianças que até então imperaram. As soluções “técnicas” apenas encobriram a polarização dos interesses no seio da sociedade civil (Ibidem, p. 23).

A autora realizou estudos junto aos periódicos das entidades de classe do patronato rural e verifica que desde 1955, era repetidamente defendida uma posição contrária a qualquer reforma agrária de caráter distributivista. A *Revista Gleba*, publicação da Confederação Rural Brasileira (CRB), publicava sobre o tema que:

[...] a reforma agrária é mais uma obra de *educação* e de *preparação técnica*, seguida de *apoio financeiro*, do que um problema de terra; o problema da terra e seu acesso é o de menos; a adubação técnica e o apoio econômico é substancial (*A Gleba*, dez. 1955, p.24, apud MEDEIROS, 1982, p.73, grifos nossos).

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) entidade patronal de São Paulo, presidida por Renato da Costa Lima¹⁷, posteriormente Ministro da Agricultura de João Goulart, defendia igual posicionamento. Seu periódico, *A Rural*, difundia o pensamento dos dirigentes da agremiação, afirmando que “reforma agrária é dar assistência técnica e financeira ilimitadas e não condicionadas e restringidas” (MEDEIROS, 1982, p.74).

¹⁷ Paulista; agropecuarista e empresário; gerente da Usina Itaquara de Açúcar e Álcool S.A. de 1940 a 1953; e diretor, em 1953, a convite de Nelson Rockefeller, da Empresa de Mecanização Agrícola, de capital norte-americano; presidente da Avicultura, Comércio e Indústria S.A. (Avisco); ministro da Agricultura entre 1962 e 1963; membro do Conselho Fiscal do Unibanco; vice-presidente da Cooperativa Central de Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar) e presidente da Makro Atacadista S.A. (MENDONÇA, 2010a, p. 295).

Analisando o período do pré-golpe de 1964, Medeiros discorre sobre o “salto organizativo” da burguesia brasileira, que buscou agir para garantir seus interesses de classe. Esse processo de organização burguesa culminou com a criação do complexo formado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)¹⁸ e pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)¹⁹. Utilizando a obra de Dreifuss (1981), a autora identifica que os grupos de pressão, compostos, na maioria das vezes, por interesses ligados às empresas multinacionais, se converteram em organização de classe, objetivando a construção de um projeto de desenvolvimento para o país (Ibidem, p. 91).

Alcançado o Estado, o regime instalado a partir de abril de 1964, mudou a conjuntura das lutas sociais, uma vez que o forte aparato de repressão minou os movimentos sociais no campo. Medeiros avalia a aprovação do Estatuto da Terra como parte das reformas parciais do regime, que poderiam existir desde que deixassem de fora qualquer iniciativa dos movimentos populares. Caracteriza o Estatuto como uma legislação baseada nos projetos dos setores mais avançados da burguesia, que visava a modernização, visto sua ênfase na empresa rural, e uma reforma agrária pontual, restrita aos locais onde as tensões sociais assumissem caráter insustentável (Ibidem, p.143).

No pós-golpe de 1964, a agricultura brasileira passou pelo processo de modernização, sendo privilegiadas políticas produtivistas que superassem o “atraso”. As discussões em torno da reforma agrária com ampla participação de movimentos sociais rurais, que agitaram o governo de João Goulart (1961-1964), foram substituídas pelo mantra da modernização que gerou um conjunto de políticas públicas em favor do grande capital. A *modernização conservadora* do campo brasileiro, que distribuiu crédito e subsídios seletivamente, e disseminou a tecnologia, reproduziu a concentração fundiária e automaticamente a expropriação de trabalhadores rurais.

José de Souza Martins é um dos intelectuais brasileiros que mais visitou o tema da questão agrária brasileira. Guardadas as diferentes “fases” intelectuais do autor²⁰,

¹⁸ Fundado em maio de 1959, congregando empresários brasileiros e estrangeiros que buscaram se organizar com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e organizar sua ação política de influência nos rumos do debate econômico, político e social do país. Foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o recebimento de dinheiro vindo de empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses, durante a campanha eleitoral de 1962. O IBAD foi dissolvido pelo Poder Judiciário no final de 1963.

¹⁹ Fundado oficialmente em fevereiro de 1962, mas que envolveu encontros desde 1961, resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo. O IPES se auto intitulava “apolítico” e rapidamente ganhou a adesão das classes dominantes de todo o país. Um dos principais aparelhos privados de hegemonia envolvidos na urdidura do golpe de 1964 e com participação ativa de seus membros no regime implantado.

²⁰ Para uma análise dessas fases ver ALVES, 2003. A autora considera que uma primeira fase da produção intelectual de Martins, que se concentrou no final dos anos 1960 indo até o final dos anos 1970, estava mais

destacamos sua avaliação crítica com relação à questão agrária e ao debate sobre a reforma agrária no Brasil, dando ênfase a atuação dos chamados *agentes de mediação* (Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e também focando no surgimento e na permanência do escravismo e do latifúndio como partes de uma estrutura perversa de dominação e apropriação de trabalho não pago. O sociólogo refuta as teses dualistas, que realizam análises levando em consideração aspectos “pré-capitalistas” nos países periféricos. Ao contrário, para o autor, na periferia do capital, não houve um momento pré-capitalista, o que ocorreu foi uma acumulação primitiva contemporânea da acumulação capitalista propriamente dita.

Aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terra haviam se tornado empresários capitalistas [...] (MARTINS, 2000, p.100).

Para Martins, entender o significado da questão agrária brasileira é passo fundamental, no sentido de ampliar e compreender as discussões sobre a histórica estrutura dos problemas agrários no Brasil. Dessa forma, o debate a respeito da escravidão e sua questão residual da posse da terra são dois temas que continuam fortemente pendentes nas inquietações sociais e políticas do país (MARTINS, 1984, p. 11). Martins parte do pressuposto de que a questão agrária deve ser entendida no bojo do processo histórico: “A questão é, portanto, essencialmente uma questão histórica” (MARTINS, 2000, p. 99). O autor procura não desvincular a questão agrária das questões estruturais, a exemplo, do escravismo e das formas de ocupação das terras no Brasil. Define que a forma como se deu o processo do fim da escravidão no Brasil levou à “institucionalização de um direito fundiário que impossibilita, desde então, uma reformulação radical da nossa estrutura agrária” (Ibidem, p. 102).

Martins afirma que a partir dos anos 1950, a luta política dos trabalhadores rurais se fortaleceu, deixando de se caracterizar pelo “messianismo”, com a formação das Ligas Camponesas e sindicatos rurais. No período entre 1955 e 1964, reforça o autor, pela primeira vez na história, os trabalhadores rurais ingressaram maciçamente no cenário político brasileiro. Dessa forma, caracteriza o golpe de 1964 a partir da articulação entre

centrada na sua afirmação profissional no espaço acadêmico na Universidade de São Paulo, do que propriamente nos estudos voltados para os processos agrários. Já em uma segunda fase, a obra do autor estaria voltada para o *campesinato*, principalmente na expansão da fronteira para a Amazônia legal e os conflitos pela posse da terra. Ademais, tal fase marca o profundo “debate agrarista” do autor, bem como sua reflexão analiticamente mais densa sobre a reforma agrária e o papel dos mediadores nessa problemática.

militares e grandes empresários, tendo como uma de suas finalidades, “impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais” (MARTINS, 1984, p. 21).

Tendo como preocupação a *militarização da questão agrária no Brasil*, Martins, em obra homônima, destaca a criação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP)²¹, criado em 1962. Traz o referido Grupo como um exemplo de precedente da intervenção militar nas lutas rurais, mesmo antes do golpe de 1964. Funcionando como organismo ligado à Casa Militar da Presidência da República, o órgão estava encarregado de equacionar os graves problemas de luta pela terra no Paraná²², e Martins o tem como indicativo do envolvimento militar direto na questão da terra (MARTINS, 1984, p. 21-22).

Martins ressalta a rapidez da aprovação do Estatuto da Terra²³, caracterizando-o como um projeto elaborado por empresários e militares, que manteria a estrutura fundiária, porém permitindo conciliar a “ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural”, dessa forma, segue o autor, a reforma agrária beneficiaria preferencialmente “lavradores com vocação empresarial” (Ibidem, p. 22). O pagamento das indenizações de desapropriações sociais com títulos de dívida pública resgatáveis a longo prazo, aprovado no governo Castelo Branco (1964-1967) de forma rápida, demonstra para o sociólogo a intenção do governo em realizar desapropriações, mesmo com todas as contestações de proprietários de terra, aliadas à promoção do desenvolvimento empresarial e capitalista da agricultura brasileira.

Para Martins os agentes do governo militar, percebiam as medidas reformistas para o campo como necessárias, porém, dirigiram suas ações com o objetivo de despolitizar a questão agrária e excluir politicamente o *campesinato* das decisões sobre os seus próprios interesses.

O governo militar separava o problema social e econômico, representado pela concentração fundiária, da questão política, das mediações – os sindicatos, as ligas camponesas, os partidos e grupos políticos – que se interpunham entre os trabalhadores do campo, entre as lutas camponesas, nelas se legitimando, e o Estado, cuja composição se chocava com tais pressões (Ibidem, p.31).

²¹ Decreto Nº 51.431, de 19 de março de 1962.

²² No Sudoeste do Paraná, em meados dos anos 1950, ocorreram uma série de conflitos abertos, inclusive armados, que envolveram questões da posse da terra, entre trabalhadores rurais de diversas categorias e empresas colonizadoras.

²³ No capítulo 4 (a partir da página 261) trataremos sobre o Estatuto da Terra.

A condução da questão agrária pelos governos militares foi marcada, segundo o sociólogo, por dois processos: o da expansão da empresa capitalista no campo e o do esvaziamento político do campo. Isso porque, o direcionamento da questão fundiária estava diretamente atrelado ao desenvolvimento econômico como um todo, e o da agricultura mais especificamente, entendido como fortalecimento e expansão da grande empresa capitalista.

O próprio Estatuto da Terra foi elaborado de tal forma que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural. O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família. O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital (Ibidem, p.33).

Ademais, Martins aponta que a reforma agrária ficou circunscrita às áreas prioritárias onde os conflitos sociais atingissem níveis mais dramáticos, sendo realizada através de desapropriações por interesse social e por reassentamento e colonização. Assim, a questão agrária brasileira, nesse período, foi “tecida pelo processo de reprodução ampliada do capital”. Incentivando a instalação de grandes empresas no campo, a política agrícola brasileira, durante os governos militares, se baseou no pressuposto da expropriação e da expulsão dos trabalhadores; na concentração da propriedade da terra e no aumento da produtividade agrícola (Ibidem, p. 34).

Para Martins o desenvolvimento do capitalismo no Brasil seguiu caminhos específicos, sendo marcado pelas opções de mudança da escravidão pelo trabalho livre e pela aprovação da Lei de Terras de 1850. Dessa forma, aponta o autor, a propriedade da terra no Brasil se “institucionalizou como propriedade territorial capitalista”, esteve à frente do andamento da instauração, difusão e consolidação do capitalismo, ou seja, “acasalou terra e capital”, concentrou os ganhos e alargou a reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2010, p. 10).

No processo de modernização da agricultura, Martins também destaca estereótipos e diagnósticos sobre o homem do campo, feitos de forma unilateral e parcial, que demonstram uma ideologia com um sentido explícito modernizador. Essas concepções podem ser verificadas em programas de extensão rural, que apresentam “ignorância” e “baixa produtividade” como questões inter-relacionadas no que tange ao trabalhador rural.

[...] é uma atividade em que predominam baixos índices de produtividade em todos os fatores, especialmente no *trabalho humano*. Há a necessidade de substituir a maneira tradicional, porém primitiva da família rural viver e

trabalhar, por *métodos modernos* e práticos, que são dificilmente absorvidos pelo agricultor e sua esposa, cujo *nível de instrução* quase nunca vai além da escola primária (Associação de Crédito e Assistência Rural. Situação do Meio Rural Mineiro, Relatório 1956/57, apud, MARTINS, 1972, p.6, grifos nossos).

O relatório citado por Martins claramente demonstra uma relação de dependência entre o aumento da produtividade e a escolaridade do trabalhador rural. Nesse processo de modernização passam a figurar com papel central agentes de crédito, máquinas, fertilizantes defensivos e empréstimos. Investigaremos neste trabalho a influência estadunidense nesse decurso que ressaltava a imperiosa necessidade de levar às populações rurais o “novo”, o “moderno”.

Alberto Passos Guimarães, tornou-se referência como intelectual da formação histórica brasileira, principalmente sobre a questão agrária do país, e buscou demonstrar como os interesses internacionais, sobretudo estadunidenses, permearam a modernização da agricultura. Em texto publicado no jornal *Novos Rumos*, que expressava a linha política adotada pelo PCB após 1958, ressaltava a importância da Declaração de 1958 e das Teses do V Congresso de 1960, para a formulação de “novos horizontes” da política dos comunistas no campo. Estabelecido o principal inimigo, o imperialismo norte-americano, poder-se-ia perceber que a “verdadeira opressão” sobre a nação não eram os resquícios feudais, mas sim o imperialismo (GUIMARÃES, 1960, apud SANTOS, 2007, p.131).

As reflexões do intelectual alagoano visavam o entendimento da questão agrária com o objetivo de alcançar a “revolução agrária antifeudal no Brasil”. Para tanto discutindo sobre o método da luta de classes no campo, citando Lênin em *O programa agrário da social democracia russa*, Passos diferenciava a realidade russa da brasileira. Quando na Rússia havia duas formas essenciais de luta de classe no campo – campesinato versus proprietários e proletariado rural versus burguesia rural – no Brasil, destacava três, ressaltando seu entrelaçamento e integração no processo da revolução agrária brasileira:

1º) a luta de todo o campesinato contra as várias modalidades da opressão e da espoliação imperialista; 2º) a luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários, e 3º) a luta dos assalariados e semi-assalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra (GUIMARÃES, 1960, apud SANTOS, 2007, p.135).

Ao citar como exemplo positivo a expropriação do Engenho da Galileia, em Pernambuco, Guimarães resalta que caso as terras pertencessem a uma empresa americana, para se lograr êxito seria necessário que a luta de classes no campo atingisse um nível mais alto, o da forma anti-imperialista, não sendo suficiente apenas a forma anti-feudal da luta de classes. Afirmava que, então, era “mais forte a contradição com o

imperialismo do que a contradição com o feudalismo, também no que se refere ao movimento agrário” (Ibidem, p. 140).

Outro ponto programático importante para Guimarães era a questão de que no contexto histórico brasileiro da época, a “forma pacífica” de luta revolucionária era “mais vantajosa e mais eficaz” do que a forma “violenta”, ou seja, a defesa de um caminho “pacífico para a revolução brasileira”. A formação dessa “ampla frente nacional democrática”, segundo o autor, deveria impulsionar a luta de classes no campo, gerando reformas “pacíficas” de conteúdo revolucionário, que destruíssem as “bases do feudalismo” (Ibidem, p.140-141).

De forma paralela a sua militância política, Alberto Passos Guimarães produziu também alguns trabalhos que se tornaram clássicos do pensamento social brasileiro.²⁴ Apontamos aqui um texto publicado no jornal *Opinião*, de 1976, no qual trata sobre o complexo agroindustrial brasileiro, assim como o capítulo quatro da obra *A crise Agrária* (1982), intitulado *O complexo agroindustrial*. Importa-nos destacar, de suas análises acerca do papel de empresas multinacionais na modernização da agricultura no Brasil, o papel das subsidiárias estadunidenses.

Essa modernização pode ser traduzida por mecanização da agricultura e uso dos chamados insumos modernos. Guimarães aponta que, entre 1960 e 1970, o consumo de fertilizantes no Brasil foi triplicado e o número de tratores cresceu de 63.493 para 156.594 unidades. Porém, avalia o autor, o progresso tecnológico beneficiou uma minoria de grandes explorações que detém a propriedade das melhores terras, aprofundando a desigual distribuição de renda do país, pois essa minoria concentra a maior parte dos resultados obtidos no desempenho agrícola. O aumento da concentração de renda nas áreas rurais nesse período foi brutal, pois a maior parte da população rural foi marginalizada pela industrialização do campo, mantendo baixos níveis de produtividade (GUIMARÃES, 1976).

A questão central do autor era estudar as estratégias implantadas no Brasil, a partir da década de 1950, que geraram as causas básicas da “deterioração na estrutura da renda agrária”. Tais estratégias foram delineadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos²⁵

²⁴ Podemos citar duas: *Quatro séculos de latifúndio* (1968) e *As Classes Perigosas-Banditismo Urbano e Rural* (1982b).

²⁵ “Formada no âmbito do Ministério da Fazenda, e integrada por técnicos brasileiros e norte-americanos, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico foi resultado das negociações entre Brasil e Estados Unidos iniciadas em 1950, durante o governo Dutra, visando ao financiamento de um programa de reaparelhamento dos setores de infraestrutura da economia brasileira. A Comissão foi criada oficialmente em 19 de julho de 1951 e encerrou seus trabalhos em 31 de julho de 1953. Era parte do

que teriam continuado a constituir o delineamento dos projetos agrícolas durante as décadas de 1970 e 1960.

O projeto de mecanização, nos termos propostos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, teria de resultar no fortalecimento das grandes fazendas, na criação de novas e na ampliação das já existentes, à custa do desaparecimento e da incorporação às grandes, de muitas explorações menores. A tratorização exigiria outras práticas modernizadoras, como o uso de sementes selecionadas e fertilizantes químicos. Tratores, sementes selecionadas e fertilizantes químicos são insumos que, além de estarem apenas ao alcance dos agricultores ricos, só seriam obtidos, à época, via importações, e as importações precisariam de investimentos estrangeiros. Depois das importações, viria a substituição das importações, naturalmente com a instalação no país de indústrias subsidiárias, donas das tecnologias avançadas, as quais, para aqui se instalarem, tiveram de ser favorecidas por concessões e incentivos (GUIMARÃES, 1976, p.1).

O autor segue apontando para o equívoco da escolha desse projeto estratégico inadequado para a realidade brasileira, e cita algumas consequências, como a excessiva comercialização de equipamentos agrícolas. Grande parte dos pequenos e médios agricultores acabaram com disponibilidade de maquinário muito superiores a suas reais necessidades e à sua capacidade financeira.

A segunda etapa da mecanização do campo, segundo Guimarães, se deu com a implantação da indústria de tratores e máquinas agrícolas, a partir do final da década de 1950. Os investidores estrangeiros receberam uma série de vantagens através de políticas governamentais, tais como: importação sem cobertura cambial de máquinas-ferramenta, isenções de tarifas aduaneiras e câmbio favorecido para as amortizações e juros de financiamento (GUIMARÃES, 1982, p. 132). Em fins de 1967, estavam implantadas várias fábricas no país, dentre elas a Massey-Ferguson S.A., “a maior produtora mundial de equipamentos agrícolas” (GUIMARÃES, 1976). A Massey-Ferguson surgiu ao final dos anos 1950, de uma fusão de marcas originárias dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, sendo comprada pela norte-americana AGCO (Your Agriculture Company), nos anos 1990. No Brasil desde os anos 1960²⁶, sua fábrica, segundo o alagoano, controlava o mercado com mais de 50% da produção total de tratores (GUIMARÃES, 1976 e 1982).

plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina conhecido como Ponto IV [...]” (D’Araújo, M. C. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista> . Acesso em: 07/09/2017). Voltaremos a abordar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

²⁶ Um dos primeiros tratores da marca fabricado no Brasil foi batizado de *Cinquentinha*, em homenagem ao então presidente Juscelino Kubitschek.

O autor assinala que, no Brasil, com a instalação de fábricas de tratores, de máquinas e implementos agrícolas mais avançados, bem como a das fábricas dos fertilizantes e produtos químicos diversos, se completou o “dispositivo mediante o qual as indústrias supridoras e as indústrias processadoras passavam a controlar, pelos dois lados, a atividade agropecuária”. Tendo definitivamente montado no país o complexo agroindustrial, nos anos 1970 (GUIMARÃES, 1982, p. 133). Guimarães fez uma análise das indústrias que compõem esse dispositivo, confirmando a forte participação do capital estrangeiro. O autor expõe, então, sob a forma de um quadro, as 100 subsidiárias de empresas multinacionais que mais atuavam no país, dentre as indústrias supridoras de insumos e processadoras de matérias-primas agrícolas. Afirma ainda que tais empresas atuavam no mercado em condições de monopólio ou oligopólio o que, para ele, demonstra uma participação dentro do complexo agroindustrial, ainda mais completa (Ibidem, p. 134). Deste total, 46 eram de origem estadunidense, ou seja, quase metade das companhias que compunham o complexo agroindustrial brasileiro tinha sua sede nos Estados Unidos. Isso corrobora uma de nossas hipóteses: a de que a Aliança para o Progresso foi uma das estratégias utilizadas para influenciar na forma de produzir, de se alimentar e de viver da população das áreas rurais brasileiras. Retiramos do quadro apresentado por Guimarães (1982)²⁷ apenas as subsidiárias norte-americanas, com o fim de expor de forma mais detalhada essa atuação.

Quadro 1: Indústrias subsidiárias estadunidenses atuantes no complexo agroindustrial no Brasil

Número de ordem ²⁸	Empresas	Controle ou vínculo acionário	Produção principal
1	Massey-Ferguson do Brasil S.A	Massey-Ferguson Industries, CAN e EUA	Tratores e máq. agrícolas
4	Ford Brasil S.A.	Ford Motor Co., EUA	Tratores
5	Ultrafertil S.A.	Phillips Petroleum Co., EUA	Adubos
10	Central Soja Rações Granjeiro Ltda.	Central Soya Inc., EUA	Rações
11	Purina do Brasil Alimentos Ltda.	Ralston Purina Inc., EUA	Rações
12	Anderson Clayton & Cia S.A.	Anderson Clayton Co., EUA	Rações

²⁷ Guimarães afirma que realizou um levantamento numeroso, porém, não exaustivo, apresentando os maiores expoentes do *agrobusiness* mundial (GUIMARÃES, 1982, p. 143-146).

²⁸ No quadro apresentado pelo autor, as companhias foram numeradas de 1 a 100, infelizmente, não fica muito claro no trabalho qual a metodologia utilizada nesse ordenamento. Porém, analisando outros quadros que o autor apresenta, acreditamos que o critério utilizado foi a ordem do faturamento das empresas no ano de 1975. De toda forma, optamos por manter o *número de ordem* estabelecido pelo autor às empresas estadunidenses.

13	Cargill Agrícola S.A.	Cargill Inc., EUA	Rações
14	Sementes Agroceres S.A.	Grupo Rockefeller, EUA	Sementes
15	Arbor Acres S.A.	Grupo Rockefeller, EUA	Matrizes avícolas
16	Granjas H. & N. do Brasil Ltda.	H. & N. Inc., EUA	Matrizes avícolas
17	Avisco Avicultura Com. e Ind. S.A.	Grupo Rockefeller, EUA	Matrizes avícolas
21	Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.	Abbott Laboratories, EUA	Defensivos
23	Du Pont do Brasil S.A.	Du Pont de Nemours, EUA	Defensivos
36	Phillip Morris Brasileira S.A.	Phillip Morris Inc., EUA	Cigarros
37	Cia. De Fumos Santa Cruz	Phillip Morris Inc., EUA	Cigarros
44	Anderson Clayton & Cia S.A.	Anderson Clayton Co., EUA	Alimentos
45	Laticínios Luna S.A.	Anderson Clayton Co., EUA	Laticínios
46	Norremose & Cia.	Anderson Clayton Co., EUA	Laticínios
47	Refinações de Milho Brasil Ltda.	CPC International Inc., EUA	Alimentos
48	Produtos Alimentícios Kellogg's Ltda.	Kellogg Co., EUA	Alimentos
49	Pommy Alimentos Ltda.	Standard Brands Inc., EUA	Alimentos
52	Leite Glória Ltda.	Standard Brands Inc., EUA	Laticínios
53	Leite Glória do Nordeste S.A.	Standard Brands Inc., EUA	Laticínios
54	Prods. Aliment. Fleishmann e Royal Ltda.	Standard Brands Inc., EUA	Alimentos
60	Produtos Alimentícios Adria S.A.	Borden Inc., EUA	Massas
61	Kibon S.A. Indústrias Alimentícias	General Foods Corp., EUA	Alimentos
62	Kibon do Nordeste S.A. Prod. Alim.	General Foods Corp., EUA	Alimentos
63	Indústrias Alimentícias Gerais	General Foods Corp., EUA	Alimentos
64	Paisa Prod. Alim. Infantis S.A.	Gerber Products Co., EUA	Alimentos
65	Produtos Alimentícios Quaker S.A.	Quaker Oats Co., EUA	Alimentos
75	Drury's S.A.	Heublein Inc., EUA	Bebidas
76	Dreher S.A.	Heublein Inc., EUA	Bebidas
77	Distac-Destilaria de Alcool e Cereais S.A.	Heublein Inc., EUA	Bebidas
81	Seagers & Stock Brasil Imp. Ind.	Rapid American Corp., EUA	Bebidas
83	Grapette S.A.	Anderson Clayton Co., EUA	Bebidas
84	Coca Cola Refrescos S.A.	Coca Cola Co., EUA	Bebidas
85	Pepsi-Cola Refrigerantes Ltda.	Pepsico Inc., EUA	
87	Chadler Industrial da Bahia S.A.	Hershey Foods Corp., EUA	Cacau
88	Conservas Del Monte Ltda.	Del Monte Corp., EUA	Alimentos
89	L. F. Legumes Frescos do Brasil Ltda.	Del Monte Corp., EUA	Alimentos
90	IBT-Ind. Bras. de Tripas Ltda.	Hygrade Foods Products Corp., EUA	Alimentos
91	Liggett & Myers do Brasil Cigarros Ltda.	Liggett & Myers Inc., EUA	Cigarros, fumo
92	Flórida Comercial S.A.	Liggett & Myers Inc., EUA	Cigarros
94	Campbell do Brasil Ind. Com. Ltda.	Campbell Soup Co., EUA	Alimentos
96	Champion Papel e Celulose S.A.	A.C. Israel / US Plywood Champion, EUA	Celulose, papel

98	Shellmar Embalagem Moderna S.A.	Continetal Can., EUA	Embalagem papel
----	------------------------------------	----------------------	-----------------

Fonte: GUIMARÃES, 1982, p. 143-146).

Guimarães traz alguns estudos de caso para corroborar sua análise da influência de grandes empresas estrangeiras, com destaque para as de origem estadunidense, na forma de produzir e consumir no Brasil. Os agricultores brasileiros, penetrados pela propaganda sistemática que passou também pela educação, como veremos neste trabalho, endividavam-se para introduzir na produção as técnicas modernas:

Frequentemente tentados por uma propaganda que lhes promete melhorias milagrosas na produtividade, aumentam desnecessariamente seus custos de produção e o valor de suas dívidas. Suas opções tecnológicas ficam limitadas aos tipos de marcas oferecidos no mercado, não sendo raros os casos de emprego ocioso de máquinas e de super-equipamento (GUIMARÃES, 1976, p. 8).

Outra empresa destacada por Alberto Passos Guimarães foi a subsidiária da norte-americana Anderson Clayton. Aponta que a companhia iniciou suas atividades no Brasil como exportadora de produtos agrícolas, logo após ingressando, em larga escala, no ramo industrial como processadora de gêneros alimentícios e supridora de insumos. A Anderson Clayton era dona de marcas como a *Claybom* e *Saúde*, tendo sido adquirida, em 1986, pela Unilever. A Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – Sanbra, pertencente ao grupo Bunge, foi destacada pelo autor por possuir uma trajetória muito semelhante à da Anderson Clayton. As duas se especializaram na indústria de óleo de caroço de algodão, “um dos mais lucrativos negócios” do período. Ampliaram usinas, importaram máquinas com isenção de direitos alfandegários e constituíram-se num “‘truste’ ou numa ‘entente’ comercial”. Além disso, destaca, mantém o agricultor na dependência dos preços determinados por empresas internacionais.

Outro setor produtivo abordado no texto foi o de óleo de soja. Tendo a Sanbra e a Anderson Clayton posição dominante na produção e no mercado de óleos vegetais:

Depois de terem contribuído para a substituição do consumo de gorduras animais pelas gorduras vegetais, as multinacionais dos óleos prosseguem em seu programa de modificação dos hábitos alimentares dos brasileiros empenhando-se na substituição do consumo de manteiga por sucedâneos artificiais. Para isso têm o concurso de outra poderosa multinacional, a Unilever, e as três juntas, compõe o cartel das margarinas, cujo mercado lhes pertence (GUIMARÃES, 1976, p. 9).

Aparece, ainda, nos estudos do autor, a monopolização da produção de rações no Brasil por quatro subsidiárias de empresas estadunidenses, uma vez que o mercado

nacional passou para as mãos das companhias Ralston Purina, Cargill, Central Soya e Anderson Clayton. Passos aponta que a Cargill Agrícola S.A., no final dos anos 1970 montou, em Minas Gerais, sua décima fábrica, com capacidade para produzir 15 mil toneladas de rações por mês (GUIMARÃES, 1982, p. 141). Na esteira da monopolização estadunidense via subsidiárias instaladas no Brasil, é também destacado o mercado de matrizes avícolas. Guimarães afirma que as empresas Arbor Acres, Avisco e H&N, acabaram tomando conta do mercado brasileiro de matrizes avícolas após “terem fracassado (ou de terem feito fracassar)” as experiências de produtores brasileiros na criação de linhagens nacionais. Dessa forma, o país voltou a importar linhagens norte-americanas, demonstrando o quanto essas multinacionais disputavam “intransigentemente” setores de alta lucratividade no Brasil (Ibidem, p. 141-142).

Alberto Passos critica o problema das multinacionais no Brasil, enfatizando que não se trata, apenas, de questões econômicas, mas também pelo fato de as empresas estrangeiras determinarem que opções técnicas seriam utilizadas, a preferência por certas culturas em detrimento de outras, gerando uma extrema desigualdade de renda no campo e aumentando o “subemprego”. Afirma que a política alimentar do país estava sendo definida a partir de estratégias internacionais, gestadas em centros de comandos estranhos ao país (Ibidem, p. 142-143).

José Graziano da Silva também analisa esse processo de modernização da agricultura no Brasil – datado pelo autor no período entre 1967 e 1972 – levando em consideração que, apesar de alcançar níveis maiores de produtividade, ela se fez acompanhar de “unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola (SILVA, 1982, p. 29).

Estudando o significado da dominação do capital no campo e as contradições geradas por seu desenvolvimento, Graziano da Silva avalia que a agricultura brasileira foi marcada por avanços e recuos de “uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização”. Porém, essa modernização se deu apenas em determinados setores e em grande parte sustentada por subsídios do Estado (Ibid., p. 33). Para o autor, uma das questões centrais em sua análise sobre questão agrária no Brasil, gira em torno do alto grau de concentração da propriedade da terra que, historicamente, marcou a estrutura agrária brasileira. Além disso, constata também que as grandes áreas rurais geraram as maiores rendas, demonstrando a importância da propriedade da terra como meio de acesso a outras formas de riqueza (Ibid., p. 35).

A questão central para se entender a presença dessas relações de produção é que a forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra (Ibid., p.36).

O crédito rural foi abordado pelo autor como o principal instrumento de política pública responsável pela transformação capitalista da agricultura brasileira. Tal política teria criado mecanismos que favoreceram a capitalização da grande propriedade. Todavia, ao avaliar o crédito rural, que funcionou como “instrumento de modernização”, o autor encontra indicadores de que grande parte desses recursos foram investidos pelos grandes proprietários, prioritariamente na compra de mais terras, enquanto reserva de valor (Ibid., p. 39). Tal análise demonstra o caráter perverso da modernização do campo no Brasil que agravou a exclusão social no campo e na cidade, engrossando o número de trabalhadores desprovidos de direitos básicos.

Analisa Graziano da Silva ainda que, o debate em voga no início dos anos 1960, sob o argumento de que a estrutura agrária brasileira baseada no latifúndio improdutivo era um empecilho ao desenvolvimento do país, foi relegado para um segundo plano diante do “aparente sucesso das altas taxas de crescimento no período 1967-72”. Ou seja, a estrutura agrária já não se colocava como um problema, pois o necessário desenvolvimento capitalista chegara ao campo. As forças que lutavam em prol de uma reforma agrária foram derrotadas, e o “rumo da História seguiu o caminho da modernização conservadora” (Ibid., p. 41-42).

Guilherme Delgado, em obra baseada em sua tese de doutoramento, *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)*, se propôs a analisar o desenvolvimento econômico da agricultura brasileira no período compreendido entre 1965 e 1985. Ao caracterizar esse desenvolvimento, o autor parte da interpretação de que o projeto foi marcado por uma “modernização conservadora”, visto manter intocada a estrutura da propriedade agrária, “sancionando-a como base de integração e valorização junto ao sistema de crédito” (DELGADO, 1985, p. 11).

Para o autor, o Estado assume papel decisivo na regulação do processo de modernização da agricultura no Brasil. O Estado foi entendido pelo economista a partir de Gramsci, em seu sentido ampliado, sendo tal abordagem teórica apenas citada em uma nota de rodapé (Ibidem, p. 48). Porém, é notória a preocupação de Delgado em interpretar o Estado entremeado por interesses de classe, regulando de forma destacada o projeto

capitalista para a agricultura. Um projeto de acumulação capitalista que, segundo Delgado, era descompromissado com as condições de vida e trabalho das populações rurais, agravando as péssimas condições sociais no campo.

O Brasil assumiu um estilo de desenvolvimento econômico baseado na associação do grande capital com o Estado, desembocando em uma “privatização das agências do Estado” (Ibid., p. 14). Esse estilo de desenvolvimento gerou questões críticas no âmbito da política agrária, como a concentração da propriedade e da renda no campo brasileiro.

O autor explica que fez seu corte histórico a partir de 1965, pois identifica nesse período um processo de mudança na *base técnica* da agricultura brasileira e a consolidação do denominado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI). Essa mudança significou que a agricultura se tornou cada vez mais articulada à indústria produtora de insumos e bens de capital, bem como à indústria de processamento de alimentos (Ibidem, p.19). Ademais, no projeto de cunho modernizador teve, segundo este autor, papel relevante a política de crédito rural, que experimentou sua institucionalização e expansão em 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

O argumento do economista aborda a transformação da *base técnica* da agricultura como um primeiro momento do processo da modernização, pois na década de 1950 ocorreu a elevação dos índices de tratorização e consumo de fertilizantes, defensivos e corretivos de solo. Essa marcha foi estimulada e facilitada pelo governo brasileiro e por empresas estadunidenses, foi inaugurado um “novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de meios de produção industriais” (Ibid., p. 33). Já no final dos anos 1950, em um segundo momento, ocorre a industrialização dos processos de produção rural, com a implantação da indústria de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura, como a de tratores, por exemplo. Porém, Delgado identifica que o processo de modernização somente encontrou dinamismo e abrangência desde 1965 até o final da década de 1970, com um sistema financeiro apropriado, ou seja, o SNCR, que possibilitou a “introdução maciça das transformações na base técnica da agricultura” (Ibid., p.34).

O final dos anos 60 é considerado como marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI), denominado ainda por alguns autores de arrancada do processo de *industrialização do campo*. Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias [...] (Ibid., p. 34-35, grifos do autor).

Avaliando o caráter conservador do processo de modernização, Delgado verifica a diferenciação e exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não se tratou de um movimento que homogeneizou, tampouco democratizou o espaço e o espectro social e tecnológico da agricultura no Brasil. Ao contrário, o economista ressalta a concentração espacial do projeto de modernização que abarcou, basicamente, os estados do Centro-Sul brasileiro. Dessa forma, ficaram relegados à periferia da agricultura brasileira, enormes contingentes populacionais, ou seja, as mudanças induzidas pela industrialização do campo engrossaram uma massa de marginais sociais.

Importante destacar também a inserção do Estado nas análises do autor, que buscou demonstrar como a máquina estatal perpetrou por dentro as condições e meios de reprodução do capital na agricultura. Dentro do que o autor chama de esfera *normativa* do Estado, aborda o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º 4214, de 02-03-63):

Observe-se, entretanto, que essa legislação somente teria sentido prático num corpo de reformas mais gerais da estrutura agrária, o que então era o propósito do governo que a promoveu. Contudo, o que sucede à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural é a mudança do regime político, em 1964, e a promulgação posterior do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de dezembro de 1964). Esse contém toda uma legislação agrária, consubstanciada, por um lado, no *princípio da reforma agrária*, e, por outro, na estruturação de condições favoráveis ao *empreendimento capitalista na agricultura* (Ibid., p.44, grifos do autor).

O regime empresarial-militar instaurado a partir de 1964, enterrou o Estatuto do Trabalhador Rural e afogou reformas mais gerais da estrutura agrária no caldo do desenvolvimento sob o patrocínio do grande capital.

Em obra revista e ampliada, 25 anos depois da publicação de seu Livro/Tese, o autor retoma sua abordagem histórica do período 1965-1985, considerando-o como a “etapa do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo” (DELGADO, 2012, p.13). Dessa forma, a integração técnica da indústria com a agricultura, ocorreu no Brasil nas décadas de 1960 a 1980. Delgado segue sua hipótese de que foi a articulação, através do Estado, do Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir de 1965, que serviu de base à reorientação das políticas agrícolas dos institutos por produto²⁹, e para o “fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista do setor” (Ibidem, p.13).

²⁹ Para citar alguns: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da SUNAB (CTRIN-DTRIG), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPALC).

Outro importante Livro/Tese que abordou a questão agrária brasileira foi o de Wenceslau Gonçalves Neto, na área de História Econômica, intitulado *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. O autor também discutiu o que chamou de processo de modernização desigual da agricultura brasileira. Seu objetivo foi o de esquadrihar melhor o agro brasileiro para apresentar uma visão mais concreta do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro (GONÇALVES NETO, 1997, p. 23-24).

A primeira parte do livro apresenta uma discussão mais teórica sobre o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, apresentando a visão de “clássicos” como Maria da Conceição Tavares, Octávio Ianni, Chico de Oliveira, Antônio Barros de Castro e Florestan Fernandes.

Gonçalves Neto estudou o papel do Estado no processo de desenvolvimento da agricultura, analisando os planos econômicos dos governos brasileiros direcionados ao campo, no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980. Para tanto, se torna importante citar de que forma o historiador entendeu o Estado. A partir de Karl Marx, Nicos Poulantzas, Louis Althusser, dentre outros, define:

[...] o que entendemos por Estado e pelo seu papel na sociedade: como um aparelho de dominação de classe, surgido do processo de luta, refletindo as contradições da estrutura econômica; porém, apesar de se caracterizar como elemento superestrutural, goza de uma certa autonomia em relação à classe dominante e é portador de poder de interferir também na infraestrutura. Essa interferência *aparece* sob a forma de mediação supraclasse, aparentemente sem tomar posição entre elas e, às vezes, até com posição contrária à da burguesia, mas que, em última análise, almeja a manutenção do *status quo*. E essa atuação na estrutura se dá por medidas de política, que são os instrumentos de intervenção do Estado (Ibid., p. 119-120).

O autor ressaltou que a luta de classes que perpassa o Estado não se dá entre dois blocos homogêneos – burguesia e proletariado – mostrando a necessidade de análise das diversas subdivisões desses grupos, porém, ao fim e ao cabo, unidas por determinados objetivos comuns. No caso da burguesia, foco da obra do autor, bem como deste trabalho, o que a une como objetivo comum é a acumulação capitalista. As contradições intraclasses burguesas demonstram a luta pelo controle do processo de acumulação, na qual as diversas frações se digladiam para conquistar posição no Estado, ou seja, controlar mecanismos de decisão. Dessa forma, para o entendimento do autor sobre a política governamental para o setor agrário, no Brasil, se tornou necessário identificar a posição que o setor ocupava na economia, tal como no Estado.

O crédito rural subsidiado também aparece com destaque nas considerações de Gonçalves Neto, tomado como ponto central da política agrícola instituída no Brasil a partir da década de 1960. Política essa que girou em torno do atendimento da necessidade de modernização da agricultura. Com o objetivo principal de manter inalteradas as formas de acumulação, avalia o historiador, ocorreu a modernização de boa parte da agricultura, com o aumento da produtividade, sem, no entanto, atingir os padrões de acumulação (Ibidem, p.122).

O autor percebe a década de 1970 como aquela em que mais se aprofundaram as transformações no meio rural brasileiro, culminando modificações do processo de modernização do setor agrário iniciadas em anos anteriores, com destaque para a alteração na base técnica da produção rural, com grande absorção de capital e o estabelecimento de um sistema nacional de crédito rural. Analisando os panos globais de desenvolvimento dos governos brasileiros nesse período³⁰, tem como pano de fundo demonstrar a ação planejadora do Estado, assumindo o papel de direção da expansão do capital. Sua conclusão avalia que todos os planos têm como ponto focal “a busca da modernização do setor rural”.

Mesmo o Plano Trienal, originário de uma realidade política totalmente diferente, e que pretendia investir primeiramente contra os descompassos da estrutura agrária, preocupava-se ao mesmo tempo com a modernização das técnicas e das relações de trabalho. Nos planos dos governos militares, à proporção que se esvai a força das propostas transformadoras da estrutura agrária, vão tomando cada vez mais força as propostas modernizantes, nas quais caminhará a política agrícola de todo o período. No pós-64 a questão da agricultura passa a ser tratada pelo princípio da eficiência, dando-se realce à reação do setor aos preços e à necessidade de se proceder à intensificação da utilização de insumos modernos, para o aumento da produção e da produtividade (Ibidem, p.140).

Importante destacar que Gonçalves Neto levou em consideração em suas análises os diferentes contextos histórico-políticos, demarcando as mudanças geradas pelo golpe de 1964 na condução de políticas públicas para o agro. O processo de modernização desigual da agricultura brasileira foi aprofundado durante os governos militares, adequando o campo à dinâmica do capitalismo avançado naquela conjuntura.

Bernardo Sorj analisando o processo de penetração e expansão do capital na base do processo produtivo da agricultura aponta para características disfuncionais, como o

³⁰ São analisados pelo autor: o *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)*; o *Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)*; o *Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970)*; as *Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973)*; o *I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974)* e o *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Ao longo desse trabalho retomaremos alguns destes estudos de Gonçalves Neto.

fato de grande parte dos latifúndios terem se tornado modernas empresas capitalistas, em detrimento dos pequenos produtores que foram ou marginalizados, ou foram absorvidos pelo complexo agroindustrial de forma desigual.

A ênfase na análise do complexo agroindustrial nos permitiu caracterizar as determinações que caracterizam a "penetração do capital" na agricultura, mostrando a existência de uma fração de capital ligado à modernização agrícola que determinará a existência de interesses industriais específicos na orientação e na forma que assumirá esta modernização. Isto é, a "modernização" não tem uma forma universal, dependendo dos padrões de acumulação e as estruturas sociais pré-existentes (SORJ, 1980, p.13).

Investigando a estrutura agrária brasileira antes e após o golpe de 1964, Sorj (1980) afirma que no pós-golpe, o grande capital monopolista aliado aos grandes proprietários rurais, orientaram a nova dinamização da produção agrícola. Entre 1964 e 1978, segue o autor, os trabalhadores rurais e pequenos produtores, mesmo derrotados no projeto de modernização da agricultura implantado pelo Estado brasileiro, buscaram afirmar sua presença, que foi parcialmente reconhecida pelo Estado autoritário.

Sorj também trata da atuação das multinacionais agroindustriais no Brasil, dividindo-a em três períodos que se sobrepõem: um primeiro momento, até 1930, em que as multinacionais da agricultura buscavam controlar os produtos de exportação; um segundo momento, que compreende o período de 1930 até 1960, marcado pelo surgimento das primeiras grandes processadoras de alimentos para atender ao mercado interno e o último momento apontado pelo sociólogo, a partir de 1960, quando ocorre a produção interna de insumos agrícolas e a diversificação das indústrias processadoras de alimentos (SORJ, 1980, p. 32-33).

O autor destaca a importância do Brasil como um dos grandes centros de expansão do capital internacional na agricultura, importância reconhecida, inclusive, pelo *Agrobusiness Council*³¹. O autor traz uma pesquisa que demonstra que após a década de 1960, mais de 65% das empresas ligadas a agroindústria no Brasil, eram consideradas de propriedade estrangeira. Os Estados Unidos aparecem em primeiro lugar na lista de nacionalidades, com um total de 17 empresas agroindustriais atuantes no país. Os Estados Unidos possuíam empresas em todos os ramos analisados na pesquisa, com um número maior delas no setor de processo de alimentos.

³¹ Iniciado no governo do presidente Lyndon B. Johnson em 1967, o Conselho foi formado por um grupo de líderes empresariais e acadêmicos para facilitar a participação do agronegócio americano em programas de comércio e desenvolvimento agrícola com países em desenvolvimento e representar interesses da agricultura do setor privado junto ao governo federal.

Tabela 1: Países com maior número de empresas na agroindústria no Brasil na década de 1970

Nacionalidade	Total	Maquin.	Agropec.	Alim.	Mad. e polpa	Comércio
EUA	17	1	2	8	5	1
Alemanha	4	1	-	2	1	-
Japão	10	1	1	1	1	6
Suíça	5	-	-	2	-	3
Argentina	5	-	-	2	-	3
Inglaterra	4	-	-	3	-	1
África do Sul	4	-	-	4	-	-

Fonte: SORJ, 1980, p.33.

Para o sociólogo a expansão do complexo agroindustrial no Brasil, baseada em tecnologia importada e privilegiando certo tipo de máquinas e insumos, estava diretamente ligada ao processo de abertura ao capital estrangeiro – aprofundado no pós-golpe empresarial-militar de 1964 – ao sistema de distribuição de renda, aos subsídios estatais ao crédito agrícola e à repressão política do período (Ibidem, p. 34-35).

O autor marca o surgimento do complexo agroindustrial³² no Brasil – que se deu no início dos anos 1960 – a partir da implantação da indústria de maquinaria e insumos agrícolas. O crescimento da indústria de tratores e máquinas agrícolas foi relativamente rápida no Brasil, porém, segundo ele, o caso era diferente com relação ao desenvolvimento da indústria de fertilizantes. As empresas internacionais produtoras de fertilizantes não tinham interesse que a produção nacional se desenvolvesse, a situação só mudaria a partir de 1973, quando o Estado brasileiro passou a apoiar sistematicamente o desenvolvimento de uma indústria nacional desse setor. Foi criado o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, e uma subsidiária da Petrobrás assumiu o controle de uma empresa de fertilizantes (Ibidem, p. 36).

Bernardo Sorj examina também a expansão da produção da indústria de rações no Brasil, encabeçada por multinacionais estadunidenses como a Ralston-Purina, a Cargill, a Central soja e a Anderson Clayton. Outro setor controlado em grande parte pelo capital internacional era o da produção de defensivos animais. O autor destaca a Wellcome-Cooper, companhia estadunidense que controlava importante parte do mercado de

³² O autor explica que entende por complexo agroindustrial “o conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial” (SORJ, 1980, p.29).

vacinas contra a febre aftosa, além da Pfizer, que controlava o negócio de produtos veterinários.

Ao examinar a Anderson Clayton, Sorj ressalta que se tratava de uma das primeiras grandes empresas agroindustriais internacionais a chegar no Brasil, tendo lucros tão altos que permitiram a superação de uma crise que a companhia enfrentou nos Estados Unidos. A empresa diversificou sua atuação no Brasil, que envolvia atividades agroindustriais como o processamento de óleos, gorduras e margarinas vegetais, fabricação de rações para aves e animais, armazéns gerais, sementes selecionadas e exportação de café, algodão e subprodutos (Ibidem, p.42).

Sorj observa que após o golpe de 1964, a ação do Estado se deu no sentido de uma “reorganização do capital na direção de uma maior concentração e centralização”, isso com a participação maciça do capital estrangeiro, tendo por suporte as empresas estatais (Ibidem, p. 68). A ação do regime empresarial-militar implantado no Brasil, a partir de 1964, no que se refere especificamente à agricultura, foi plenamente direcionada para a modernização. Dessa forma, a estratégia para inserir a agricultura dentro do modelo de desenvolvimento capitaneado pelo grande capital monopolista, conclui Sorj, girou em torno da opção centrada no desenvolvimento do complexo agroindustrial liderado pelo capital internacional e pela “correlação de forças sociais, no campo, totalmente favoráveis aos grandes proprietários” (Ibidem, p.69).

Para o autor, a ação do Estado, a partir de 1964, alterou a política para o setor agrícola, com o objetivo de expandir o complexo agroindustrial, e ao mesmo tempo, direcionou medidas para resolver problemas relacionados com as contradições sociais presentes no campo:

Portanto, colocava-se diante do regime a possibilidade de aplicar uma reforma agrária parcial em certas regiões do país, que, não modificando basicamente o padrão de desenvolvimento agrícola, poderia pelo menos permitir a criação de um setor de pequenos proprietários reformados em regiões tradicionalmente dominadas pelo latifúndio tradicional. Dessa forma, ter-se-ia institucionalizado, ao nível nacional, o desenvolvimento combinado *farmer/junker* (Ibidem, p.70, grifos do autor).

O autor, então, ao abordar como os governos militares trataram a questão da reforma agrária, traça uma divisão: no período de 1964 a 1969, durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, apesar de algumas tentativas de avançar em alguma iniciativa de reforma agrária, não chegaram a gerar políticas efetivas. Num segundo período, compreendido entre 1970 e 1973, a proposta de uma reforma agrária foi substituída por programas específicos e localizados, principalmente para a região

Nordeste. Já entre 1973 e 1978, a distribuição foi totalmente marginalizada, sendo o minifúndio tido como principal problema fundiário do país.

Para Sorj os problemas sociais no campo, durante o regime militar, foram transfigurados em problemas técnicos. Não esteve em jogo qualquer alteração da estrutura fundiária brasileira, o que ocorreu e se aprofundou cada vez mais foi a simbiose entre os interesses do grande capital e a estratégia de manutenção da estrutura fundiária (SORJ, 1980, p.72-73).

Buscando ainda abordar estudos que privilegiaram a problemática da penetração do capitalismo no campo brasileiro, penetração essa que combinou a agricultura tradicional e o favorecimento da acumulação capitalista mais avançada, destacamos a obra *Agricultura, cooperativas e multinacionais*³³. Antoinette Fredericq pesquisando sobre as formas de atuação e expansão de uma empresa agroindustrial no Brasil, a Nestlé, parte da hipótese de que ocorreu no país um processo de subordinação da agricultura ao capital industrial e financeiro. No final dos anos 1970, o autor faz um diagnóstico da integração da agricultura com a indústria:

[...] o agricultor precisa receber um financiamento bancário para comprar seus insumos e ampliar suas instalações. É procurado pelas firmas difusoras das tecnologias mais sofisticadas em matéria de equipamentos. E acaba vendendo sua colheita a baixo preço, sob as pressões constantes de comerciantes e industriais garantidos por uma forte posição oligopsônica. A agricultura se encontra em contato constante com o capital agroindustrial e financeiro, e esse contato não é de igualdade: a agricultura está subordinada a esses setores por mecanismos complexos e variados, que podem ser alterados em função de acontecimentos conjunturais (CORADINI e FREDERICQ, 2009, p.90).

Avalia que o resultado desse processo era o endividamento de pequenos e médios produtores, destacando a intervenção do Estado através do crédito rural. Junto com a melhora da produtividade, a agroindústria contribuiu para o aumento do potencial de extração do sobretabalho no campo. Os produtores, segue Fredericq, passaram cada vez mais a depender da agroindústria tanto para a compra de seus insumos, como para a venda de sua produção, intensificando a subordinação (Ibidem, p. 91).

Fredericq sumariza as empresas internacionais que atuavam no Brasil dentro do complexo agroindustrial. Com relação ao mercado de insumos citou a Ford, Massey-Ferguson, Valmet, Fiat, Mitsui, Bunge y Borne, Central Soja, Ralston Purina, Anderson-Clayton, Cargill, Bayer, Ciba-Geigy e o grupo Rockefeller; do lado do processamento

³³ CORADINI e FREDERICQ, 2009. O livro é fruto de pesquisas realizadas nos anos de 1977 e 1978, sendo uma síntese dos resultados apresentados pelos autores nas dissertações de mestrado defendidas no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais

industrial, Unilever, Nestlé, SwiftArmour, CPC International, Standard Brands, Del Monte, Coca-Cola, Carnation, General Foods, Borden, BsN-Gervais Danone, Ajinomoto, Kellogg. Afirma que todas eram integrantes da lista das 50 maiores empresas agroalimentares do mundo (Ibidem, p.92).

Foram essas empresas que passaram a participar de uma série de operações ligadas à produção agrícola brasileira, desde a escolha do tipo de tecnologia que colocam no mercado, até as decisões a respeito de como e quanto vai ser plantado, e de como e quanto da produção agrícola vai ser processado (Ibidem, p.92).

Com relação à participação do capital internacional na agricultura brasileira, trata a intervenção estatal como essencial. A política dos governos militares para o campo agiu em torno da “reorganização do padrão de acumulação em torno do grande capital monopolístico”, ademais, buscaram gerar incentivos à implantação do capital transnacional no país para modernizar a agricultura, integrando-a ao complexo agroindustrial. Avançando em sua análise da expansão e atuação da Nestlé e do papel do capital internacionalizado nesse processo, identificou o que pode ser denominado como “ideologia agroindustrial”, que procurou substituir produtos tradicionais de consumo por outros manufaturados, geralmente de preços mais altos e menor valor nutritivo (Ibidem, p.2).

A nossa tese tem como objetivo central demonstrar qual o papel da Aliança para o Progresso nessa marcha modernizadora da agricultura brasileira. Ou seja, como essa política externa estadunidense buscou influenciar um tipo de desenvolvimento nas áreas rurais que garantisse condições para a expansão do capitalismo avançado. Dessa forma, retomaremos várias das questões tratadas pelos autores acima ao longo dos capítulos deste trabalho.

1.3 – Historiografia da Aliança para o Progresso

A bibliografia que trata, especificamente da Aliança para o Progresso não é extensa. Destacamos, inicialmente, a tese de doutoramento em Ciência Política que se traduz em um dos mais citados trabalhos sobre o programa estadunidense. Ricardo A. Ribeiro estudou a relação Brasil-Estados Unidos sob a ótica da Aliança para o Progresso, realizando um relato da implementação e condução do programa no Brasil.

O cientista político considerou a Aliança mal estudada no Brasil, principalmente em comparação com a enorme bibliografia produzida nos Estados Unidos. Entende o programa como sendo “o resumo, a substância” da política externa dos governos Kennedy e Johnson para o continente americano. Além disso, defende que o estudo do programa

muito auxilia no entendimento dos processos políticos, sociais, econômicos e ideológicos no Brasil, durante os conturbados anos 1960. O quadro geral da Aliança para o Progresso também ajuda na compreensão da reação norte-americana “aos eventos de março-abril de 1964” (RIBEIRO, 2006, p. 21).

O autor traz na tese uma grande contribuição aos estudos sobre a teoria da modernização³⁴ - delineamento teórico da Aliança para o Progresso - abordando as origens, evolução e consolidação desse “novo pensamento”. Demonstra como, em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, a teoria da modernização teve grande influência sobre as Ciências Sociais norte-americanas, tendo vários de seus intelectuais ocupado altos cargos na burocracia estatal daquele país³⁵.

Não obstante a importante contribuição da referida tese, temos posição conflitante em alguns pontos das interpretações de Ribeiro. Uma delas relaciona-se com sua abordagem sobre as “ilhas de sanidade”:

A decisão de trabalhar diretamente com os governos estaduais, configurava uma estratégia que visava objetivos múltiplos, alguns não distantes do pensamento da Aliança contido na Carta de Punta del Este. Na verdade, poderia dar substância e sentido a algumas proposições de Rostow³⁶, encarnadas no documento. Além de contrabalançar a influência de elementos da esquerda radical na região e dar apoio aos governos que opunham-se à uma aproximação com Goulart e a ala esquerda de sua administração, esta aproximação era um instrumento que teria a capacidade de mostrar que a revolução violenta não era o único caminho para a melhoria do bem-estar social, bem como preparar uma demonstração de que governos democráticos de centro podem responder às demandas populares (RIBEIRO, 2006, p.185).

Acreditamos que o autor estabelece uma relação direta entre o conteúdo da Carta de Punta del Este e as ações dos quadros da Aliança para o Progresso, desconsiderando as artimanhas envolvidas e sem qualquer crítica a como os estrategistas do programa utilizaram a ideologia do desenvolvimento para garantir interesses econômicos nos países da América Latina. Como trataremos no terceiro capítulo deste trabalho, o Departamento de Estado³⁷ norte-americano, através da *United States Agency for International*

³⁴ No terceiro capítulo realizaremos uma análise desta teoria, demonstrando que a entendemos com uma ideologia (LATHAM, 2000).

³⁵ Voltaremos a suas análises sobre a teoria da modernização no terceiro capítulo deste trabalho.

³⁶ Walt Rostow foi um intelectual, professor de História da Economia do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e da Universidade de Cambridge. Foi conselheiro e presidente do *Policy Planning Council* (Conselho de Planejamento) do Departamento de Estado; representante norte-americano no Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso (CIAP); Diretor do Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado e depois substituiu McGeorge Bundy como Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA.

³⁷ O Departamento de Estado dos Estados Unidos é a agência do governo responsável pelas relações internacionais do país do Norte – *Foreign Office*.

Development (USAID), colocou em prática a estratégia de negociar a ajuda externa diretamente com a administração de estados brasileiros, principalmente aqueles que fossem abertamente opositores do governo federal, sendo a política de ilhas de sanidade tática norte-americana de desestabilização do governo João Goulart. Dessa forma, tal política se transformou em intervenção nas lutas sociais no Brasil (SILVA, 2008).

Ribeiro considerou que durante os “conturbados” governos de Jânio Quadros e João Goulart, a Aliança apresentou diversos problemas de aceitação. O programa agrupou “inimigos dentro do Estado brasileiro, no interior das entidades partidárias e entre muitos grupos sociais organizados. A esquerda e os grupos nacionalistas nunca aceitaram ou apoiaram o programa” (RIBEIRO, 2006, p.222). Conforme abordaremos adiante, confirmamos em nossa pesquisa que apesar das conturbadas relações entre Brasil e EUA durante a gestão Goulart, houve esforço de implementação do programa.

O autor também considerou que o programa de assistência estadunidense se aprofundou enormemente após o golpe de 1964, transformando o país no principal beneficiário da Aliança do hemisfério. Atribuiu tal penetração a uma inflexão na teoria da modernização, pois esta teria passado a postular a tese de que as forças armadas dos países subdesenvolvidos eram “instrumentos modernizantes por excelência”, e isso teria influenciado o governo dos Estados Unidos a mudar sua política externa (Ibidem, p. 222-223). Imprimimos uma interpretação diversa no que se refere ao aprofundamento das políticas que envolveram a Aliança no pós-golpe empresarial-militar de 1964, pois verificamos que não houve inflexão da teoria da modernização, uma vez que não existiam contradições entre o programa de assistência técnica e financeira e os programas de assistência militar desde os primórdios da Aliança para o Progresso.

Com interpretações mais próximas ao nosso trabalho, Vicente Gil da Silva, em sua dissertação de mestrado expõe seu pressuposto:

[...] que a expansão norte-americana obedece aos imperativos de expansão do próprio sistema do capital, o que faz necessário que o país enfrente todas as possíveis barreiras a esse processo. Na década de 1960, o comunismo e os movimentos de esquerda na América Latina eram alguns dos principais obstáculos a serem superados pelos Estados Unidos. O controle sobre o continente latino-americano, fonte de matéria-prima e de mão de obra, assim como local de escoamento de produtos de consumo, assumia importância fundamental para os estadunidenses. Em vista disso, os estrategistas norte-americanos elaboraram um plano para conter o avanço de movimentos revolucionários, atribuindo à Aliança para o Progresso a função de atuar como veículo desse conflito (SILVA, 2008, p.27).

O objetivo principal do historiador foi o de apresentar uma definição do que o projeto da Aliança para o Progresso representou para as estratégias estadunidenses, o que

aquele país esperava como desempenho do programa no Brasil, no período de 1961 até 1964. A hipótese central do autor gira em torno de que a Aliança, neste período, se converteu de propaganda anticomunista em instrumento de intervenção política. Com o crescente descontentamento do governo norte-americano com João Goulart, Kennedy e sua equipe de governo estabeleceram estratégias de ação para tentar convencer o presidente brasileiro a “corrigir” o rumo de sua administração. Dessa maneira, Silva procura demonstrar que o programa passou a encarregar-se de fortalecer políticos e grupos internos opositores ao governo Goulart:

Aqui, claramente, o programa serviu como um instrumento de intervenção na política brasileira. [...]. No entanto, não se pode ignorar que a política das ilhas de sanidade administrativa buscava, em última instância, realizar essa intervenção. Ou seja, desconhecemos o resultado, mas podemos identificar a intenção. Desse modo, a Aliança para o Progresso acabou por cumprir no Brasil uma função não prevista expressamente por seus idealizadores. Ainda assim, isso não significa dizer que sua proposta tenha sido subvertida: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política, a Aliança para o Progresso sempre foi, em essência, um instrumento de intervenção nas lutas sociais da América Latina (Ibidem, p. 226-227).

Henrique Alonso Pereira estudou a Aliança para o Progresso sob a ótica de sua relação com os acordos para treinamento militar firmados entre os Estados Unidos e países da América Latina. Para ele a implantação da Aliança para o Progresso, tomada como principal programa da política externa estadunidense na década de 1960, “influenciou no treinamento militar desenvolvido pelos Estados Unidos na América Latina”.

A administração John Kennedy tentou transformar as estruturas socioeconômicas das nações latino-americanas através da Aliança para o Progresso. Enquanto intervinha nos processos políticos dos países do continente latino, prestando apoio e suporte a líderes, movimentos e instituições com orientação anticomunista, conduzia também uma verdadeira guerra contra o governo castrista cubano [...] Ela [administração Kennedy] procurou romper com a noção segundo a qual as Forças Armadas latino-americanas teriam apenas a responsabilidade de defender seus respectivos países de um ataque externo. Ao invés disso, o governo estadunidense procurou usar sua ajuda militar como um incentivo para convencer e conduzir os oficiais militares a se concentrarem na segurança interna e no desenvolvimento nacional (PEREIRA, 2011, p. 309).

Pereira procurou mostrar que, apesar das críticas de Kennedy à política do governo de Eisenhower para com a América Latina, o democrata aprofundou noções como contrainsurgência, ação civil e segurança interna em sua política externa para os países do sul do hemisfério. Ademais, o autor demonstra como as ideias de alguns dos estudiosos norte-americanos ligados aos quadros da administração Kennedy e envolvidos

diretamente na Aliança para o Progresso, giravam em torno da concepção de que os órgãos militares poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico-social, tal como proposto pela Aliança para o Progresso.

Um desses intelectuais acadêmicos era Lucian Pye, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), foi um dos maiores defensores de que os militares poderiam agir como “agentes modernizantes” no processo de desenvolvimento de nações. Outro autor citado por Pereira foi Max Milikan, importante expoente do programa de ajuda da Aliança, propunha que mais militares latino-americanos deveriam ser levados aos Estados Unidos para entender melhor os “usos potenciais do exército na economia e no desenvolvimento social” (PEREIRA, 2011, p. 312). Pereira demonstra como até mesmo Walt Rostow, principal intelectual da teoria da modernização – pano de fundo da Aliança para o Progresso – pregava a importância dos militares no processo de modernização, que poderia ser comparada ao de um médico, professor ou especialista em agricultura (Ibidem, p.312).

Quebrando promessa feita quando do lançamento da Aliança para o Progresso de que iria restringir os gastos com armamento, a administração de Kennedy expandiu a assistência militar aos países da América Latina. Além disso, aponta Pereira, nos anos 1960 o país do Norte incluiu representantes das forças policiais latino-americanas em programas de treinamento em segurança interna. Em 1962, foi criado um órgão de assistência ao treinamento policial chamado *Office of Public Safety*, sendo a USAID a responsável pela sua implementação. Pereira então conclui:

Assim, desde o início do lançamento da Aliança para o Progresso, as iniciativas da política externa norte-americana na América Latina estavam divididas e encaminhavam ações que pretendiam impulsionar o “progresso” econômico e, concomitantemente, promover treinamento policial e militar (Ibidem, p.315).

O autor aprofunda mais essa questão e aponta que os Estados Unidos fabricaram e divulgaram uma “construção imagético-discursiva”, que alardeava ideais e valores democráticos imputados à Aliança para o Progresso. Porém, na verdade, o que fizeram foi, direta ou indiretamente, contribuir de forma significativa para a extensão do papel dos militares na América Latina (Ibidem, p. 317). Pereira analisa que essa construção discursiva de que os Estados Unidos eram uma espécie de “baluarte” da manutenção e disseminação da democracia e da liberdade pelo mundo, foi fartamente utilizada na elaboração da Aliança para o Progresso. Dessa maneira o Brasil ocupou papel central no programa por sua importância geopolítica no hemisfério.

Tratando especificamente da Aliança para o Progresso no Brasil, Henrique Alonso Pereira assinala que o país foi o que mais recebeu investimentos do programa estadunidense.³⁸ Para os norte-americanos a região Nordeste brasileira era considerada “região explosiva”, por onde a “ameaça comunista” poderia entrar. O autor analisa a ação das ilhas de sanidade e seu impacto na política interna brasileira no início da década de 1960 (PEREIRA, 2007, p.2).

Tratando também da política externa estadunidense durante a década de 1960, Pereira destaca que, ao mesmo tempo em que buscou criar vários programas de assistência financeira através da Aliança, os Estados Unidos visavam o combate ao comunismo. Dessa forma, junto com o forte caráter anticomunista desse programa de ajuda financeira, o governo norte-americano procurou investir pesado na “formação, doutrinação e treinamento” das forças militares e policiais dos países latinos. O autor ressalta a aproximação entre essas ações estadunidenses e a série de golpes de Estado que ocorreram na América Latina, demonstrando a ingerência daquele país na expansão do papel dos militares latino-americanos na política:

Os desdobramentos dessas ações do governo dos Estados Unidos na América Latina estiveram muito distantes das propaladas intenções de contribuir para o estabelecimento de governos “plenamente democráticos”, quando do lançamento oficial da *Aliança para o Progresso* em 1961. Durante a década de 1960, e também no início dos anos 1970, o continente latino-americano foi varrido por uma série de golpes de Estado que implantaram ferrenhas ditaduras militares. Grande parte destes golpes de Estado teve considerável e significativa ajuda do governo norte-americano (PEREIRA, 2007, p.6).

O historiador aborda a participação estadunidense no golpe que derrubou João Goulart em 1964, destacando a campanha de desestabilização do governo, através do complexo IPES/IBAD, que contou com financiamento do país do Norte, a política de Ilhas de Sanidade e o apoio logístico-militar dos norte-americanos aos golpistas brasileiros.

O tema da Aliança para o Progresso foi tratado por uma série de trabalhos, mesmo que de forma secundária, muitas vezes para assinalar a política externa estadunidense no contexto da Guerra Fria. Porém, o que detectamos é o fato de poucos trabalhos analisarem o programa sob uma perspectiva que levasse em consideração a expansão capitalista dos Estados Unidos, bem como sua ação imperialista nesse período.

³⁸ Ribeiro (2006) apresenta uma tabela que corrobora essa informação (RIBEIRO, 2006, p. 383).

A tese de doutoramento da historiadora Martina Spohr Gonçalves ocupa papel fundamental para preencher essa lacuna. A autora demonstra como os interesses do empresariado norte-americano inseriram-se no Estado restrito durante a administração Kennedy e pautaram o programa da Aliança para o Progresso. Ademais, a autora evidencia a aproximação de interesses entre frações da classe dominante brasileira e estadunidense³⁹ durante o governo Goulart, detendo protagonismo nas ações que envolveram o golpe empresarial-militar de 1964.

Uma hipótese central da autora é a de que a elite orgânica⁴⁰ nacional, liderada pelo IPES, estabeleceu relações diretas com a elite orgânica estadunidense. O IPES e sua ação no processo do golpe de 1964 demonstrou um caráter contrarrevolucionário preventivo como estratégia anticrises no Brasil. Analisando a Aliança define:

O lançamento da Aliança para o Progresso (Alpro), no ano de 1961, parte da estratégia norte-americana de entrada na política econômica dos países periféricos [...] A criação do programa da Aliança pode ser compreendida, dentro do contexto da política internacional, como uma estratégia anticrises desenvolvida pelo presidente Kennedy e seu *staff* com a finalidade de prevenir qualquer eventual direcionamento da política externa latino-americana que possibilitasse um afastamento da órbita norte-americana (GONÇALVES, 2016, p.1-2).

Definindo melhor sua interpretação de que a Aliança para o Progresso se tratou de uma estratégia anticrises dentro do contexto da Guerra Fria, Gonçalves define que o programa estava revestido de um caráter contrarrevolucionário, demonstrado no combate ao avanço do comunismo na América Latina por meio do desenvolvimento econômico e na busca pela “garantia do *modus operandi* do capitalismo, através da exportação do *american way of business* para a América Latina” (Ibidem, p. 2).

Gonçalves trabalha com o conceito de Estado ampliado de Gramsci e, analisando a permanente interação entre sociedade política e sociedade civil, investiga como o

³⁹ Gonçalves utiliza o conceito de elite orgânica transnacional.

⁴⁰ O conceito de elite orgânica foi desenvolvido por René Dreifuss em sua obra *1964: A conquista do Estado*. E em obra posterior *A Internacional Capitalista* o autor aprofunda suas notas sobre o conceito: “a elite orgânica seria um agente ‘relativamente autônomo’, vinculado em termos político-ideológicos às classes e grupos que compõe sua matriz social”. “[...] a elite orgânica tem funções conectivas e organizacionais, intervindo no interior das classes dominantes, almejando uma articulação hegemônica”. “[...] se responsabiliza pela formulação e desenvolvimento de um discurso político-ideológico para o conjunto das classes dominantes, apresentando não só como de interesse coletivo do capital mas até da própria Nação” (DREIFUSS, 1986, p.25-26). Ainda segundo Hoeveler: “a elite orgânica é, portanto, o conjunto articulado de agentes político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe. A elite orgânica é assim um momento mais avançado numa consciência de classe capitalista, estabelecendo ‘a unicidade organizacional e política na diversidade ideológica classista interna, incorporada e interiorizada em seu programa de ação e em seu projeto de Estado’” (HOEVELER, 2014, p.4).

empresariado, organizado em aparelhos privados de hegemonia, assumiu postos no Estado restrito, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Insere a Aliança para o Progresso dentro do contexto de pós-Segunda Guerra, hegemonia estadunidense e a consequente expansão do seu capital para o “Terceiro Mundo”. Ademais, a pesquisa demonstrou que a “elite orgânica transnacional” procurou inserir-se na Aliança para obter oportunidades de investimento maciço na América Latina, unindo interesses do empresariado norte-americano e brasileiro.

Nesse sentido, Gonçalves identifica uma ligação direta entre os empresários e o governo de Kennedy e a forma como o democrata buscou camuflar essa relação. A autora pontua que o relacionamento entre as empresas privadas e a administração Kennedy ganhou “contornos mais profundos” a partir do lançamento da Aliança para o Progresso e da preocupação norte-americana em priorizar uma robusta política externa para a América Latina. Procurando diferenciar sua pesquisa de demais trabalhos sobre o programa de assistência financeira estadunidense, a historiadora demarca que sua dinâmica foi “pautada pelos interesses da empresa privada”. Isso porque o empresariado buscou organizar-se e exercer ingerência sobre a Aliança na tentativa de reverter um de seus princípios, o de ajuda entre governos. Uma das estratégias para essa influência foi a organização de órgãos como o *Commerce Committee for the Alliance for Progress* (COMAP) e o *Business Group for Latin America* (BGLA)⁴¹, centrais para o trabalho de Gonçalves.

A partir das interpretações dos autores acima, podemos verificar algumas dimensões da Aliança para o Progresso, que vão desde uma estratégia de propaganda anticomunista e de intervenção social, até espaço de ação do empresariado transnacional em busca de expansão de capitais. Acreditamos que abordar este programa estadunidense sob a ótica de sua atuação junto ao campo brasileiro, ajuda a demonstrar tanto a brutal entrada do capitalismo avançado nessa área, como as formas da penetração do paradigma estadunidense de modernização através de acordos de cooperação técnica em educação e pesquisa. Desse modo, interpretamos esta política de assistência internacional estadunidense como um instrumento de controle, ou seja, foi direcionada aos países da América Latina como forma de combate ao “perigo vermelho” e asseguradora da expansão de capitais.

⁴¹ Voltaremos a analisar os dois organismos no terceiro capítulo.

1.4 – Visão crítica do desenvolvimento

Arturo Escobar, antropólogo colombiano, avalia que durante quase cinquenta anos a América Latina, juntamente com Ásia e África, foram bombardeadas pelo discurso do desenvolvimento. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos e na Europa, formulou-se um modelo de desenvolvimento baseado nos países considerados economicamente mais avançados, que deveria pautar uma mudança econômica e tecnológica no chamado Terceiro Mundo.

Em sua obra *La invención del Tercer Mundo* (2007), Escobar preocupou-se com a importância da dinâmica do poder do discurso junto a realidades sociais. Analisando o desenvolvimento como uma área do conhecimento, o autor aponta para a importância do reconhecimento do poder contido no discurso do desenvolvimento e seu impacto nas sociedades da América Latina, Ásia e África. O desenvolvimento, segundo Escobar, deve ser visto como uma invenção que resultou da história do pós-segunda guerra e que moldou a concepção da realidade e a ação social dos países que passaram a ser conhecidos como subdesenvolvidos (ESCOBAR, 2007, p. 12).

Representando o importante papel desempenhado pelos Estados Unidos nesse processo, o antropólogo trouxe o discurso de posse de Harry Truman, de janeiro de 1949, e sua preocupação em resolver os problemas das áreas subdesenvolvidas do globo:

[...] Creio que deveríamos colocar a disposição dos amantes da paz os benefícios do *nosso acervo de conhecimento técnico* para ajudá-los a conseguir suas aspirações de uma vida melhor [...] *Produzir mais* é a chave para a paz e a prosperidade. E a chave para produzir mais é uma aplicação maior e mais vigorosa do conhecimento técnico e científico moderno (TRUMAN, 1964 apud ESCOBAR, 2007, p. 19-20, grifos nossos)⁴².

Para que o “sonho americano” de paz e abundância se estendesse pelo mundo, eram necessárias algumas condições básicas como o aumento dos níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção material e dos níveis de vida e adoção generalizada da educação e de valores culturais modernos (ESCOBAR, 2007, p.20) – ou seja, para superar o *subdesenvolvimento* era necessário promover a *modernização*. Apesar dos Estados Unidos aparecerem na vanguarda desse discurso, não estavam sozinhos na empreitada. Escobar cita um documento preparado por especialistas das Nações Unidas, nos anos

⁴² *Creo que deberíamos poner a disposición de los amantes de la paz los beneficios de nuestro acervo de conocimiento técnico para ayudarlos a lograr sus aspiraciones de una vida mejor... Producir más es la clave para la paz y la prosperidad. Y la clave para producir más es una aplicación mayor y más vigorosa del conocimiento técnico y científico moderno.* Tradução minha.

1950, que tinha como objetivo desenhar políticas e medidas para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. O texto destaca que um progresso econômico importante não se daria sem “ajustes dolorosos” e que para alcançar o progresso seria necessário “pagar um preço”. Para o colombiano o que o documento propunha era uma “reestruturação total” das sociedades subdesenvolvidas.

As análises do autor nos auxiliam a descortinar o discurso da Aliança para o Progresso, ou seja, esmiuçar a atuação imperialista estadunidense na América Latina a partir desse programa. Nas palavras do próprio autor sobre sua obra:

Este livro narra a história daquele sonho, e de como pouco a pouco se converteu em pesadelo. Porque ao invés do reino de abundância prometido por teóricos e políticos dos anos 1950, o discurso e a estratégia do desenvolvimento produziram o contrário: miséria e subdesenvolvimento massivos, exploração e opressão [...] Todavia, se trata, sobretudo, da forma como se criou o “Terceiro Mundo” através dos discursos e das práticas do desenvolvimento desde o princípio em começos do pós-segunda guerra (Ibidem, p. 21).⁴³

Dessa maneira, para Escobar, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial, surgiu uma nova estratégia que se converteu na invenção do desenvolvimento, nos moldes estabelecidos pelos Estados Unidos e países da Europa ocidental. Analisando o contexto histórico de surgimento deste discurso e da luta contra a pobreza, Escobar aborda as relações dos Estados Unidos com os países latino-americanos. A política da “boa vizinhança” de Washington demarca o crescente interesse daquele país na América Latina, que pode ser demonstrada através da atuação da Fundação Rockefeller na região, que trataremos no segundo capítulo deste trabalho. Para o autor, porém, apesar do interesse norte-americano, não se “construiu uma estratégia explícita e global com relação às nações latino-americanas” (Ibidem, p. 59).

No pós-segunda guerra, avalia Escobar, essa situação se altera profundamente e, enquanto os Estados Unidos insistiam em seus objetivos militares, os países do sul do hemisfério priorizavam metas sociais e econômicas. No contexto da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), apesar da crescente “cruzada” anticomunista e de uma política externa militarizada, Washington reconhece, até certo ponto, a agenda demandada pelos latino-americanos sobre a necessidade de políticas econômicas apropriadas. Porém, não se comprometeram com grande ajuda financeira e

⁴³ *Este libro narra la historia de aquel sueño, y de cómo poco a poco se convirtió en pesadilla. Porque en vez del reino de abundancia prometido por teóricos y políticos de los años cincuenta, el discurso y la estrategia del desarrollo produjeron lo contrario: miseria y subdesarrollo masivos, explotación y opresión ... Pero se trata, sobre todo, de la forma en que se creó el “Tercer Mundo” a través de los discursos y las prácticas del desarrollo desde sus inicios a comienzos de la segunda posguerra.* Tradução minha.

procuraram garantir o acesso aos recursos e mercados na região (ESCOBAR, 2007, p. 60).

Apresentando ainda o contexto pós-1945, o colombiano explica que as noções de subdesenvolvimento e de Terceiro Mundo foram “produtos discursivos” do contexto do pós-guerra, uma vez que não existiam antes de 1945. Já no início dos anos 1950, então, a noção de “três mundos” estava firmemente implantada como um regime de representação geopolítica. Destarte, o antropólogo destaca os fatores que deram forma ao discurso do desenvolvimento: as lutas anticoloniais da Ásia e da África; o crescente nacionalismo latino-americano; a Guerra Fria; a necessidade de novos mercados; o temor ao comunismo e a “fé” na ciência e na tecnologia (Ibidem, p. 65).

Entre 1945 e 1955, os Estados Unidos se consolidaram como país hegemônico dentro do sistema capitalista mundial. Aprofunda-se, então, a necessidade de expandir mercado para seus produtos e encontrar novas áreas de investimentos para seus excedentes de capital. A política externa estadunidense desse período destinava-se à revitalização da economia europeia e, com relação aos países latino-americanos, Escobar explica:

O Terceiro Mundo não merecia o mesmo tratamento. Em contraste com os 19 bilhões de dólares recebidos pela Europa, durante o mesmo período [1945 e 1950], menos de 2% desse total da ajuda dos Estados Unidos, por exemplo, foi para a América Latina [...] em 1953 foram gastos somente 150 milhões de dólares para o Terceiro Mundo em conjunto no Programa Point IV [...] Ao Terceiro Mundo se pedia que privilegiasse o capital privado, doméstico e externo, o que implicava em criar “um clima adequado”, incluindo um compromisso com o desenvolvimento capitalista e com o controle do nacionalismo, da esquerda, da classe trabalhadora e do campesinato (ESCOBAR, 2007, p.68).⁴⁴

Escobar ressalta como a Guerra Fria foi um dos fatores mais importantes dentro da estratégia dos defensores do desenvolvimento. A expansão da esfera de influência política e cultural, no contexto do confronto entre Estados Unidos e União Soviética, conferiu legitimidade à empreitada do desenvolvimento baseado na modernização. Escobar relembra que, pouco a pouco, a noção de segurança nacional esteve cada vez mais associada às estratégias de desenvolvimento. Ademais, o temor anticomunista era

⁴⁴ *El Tercer Mundo no merecía el mismo tratamiento. En contraste con los 19 mil millones de dólares recibidos por Europa, durante el mismo período, menos de 2 por ciento del total de la ayuda de Estados Unidos, por ejemplo, fue a América Latina ... en 1953 se gastaron solamente 150 millones de dólares para el Tercer Mundo en su conjunto bajo el Programa Point IV ... Al Tercer Mundo se le pidió que privilegiara el capital privado, doméstico y foráneo, lo que implicaba crear “el clima adecuado”, incluyendo un compromiso con el desarrollo capitalista y el control del nacionalismo, la izquierda, la clase trabajadora y el campesinado.* Tradução minha.

um dos principais argumentos na defesa do compromisso com o desenvolvimento econômico, este último sendo considerado como meio de combate crucial ao comunismo. Esta forma de interpretação estava presente nos meios acadêmicos, militares e junto a agências governamentais norte-americanas (Ibidem, p. 70).

A fé na ciência e na tecnologia se converteu no caminho para o progresso. O colombiano caracteriza o Programa Ponto IV⁴⁵ como reflexo desse pensamento, que passou a preconizar ser necessário aplicar tecnologia moderna e capital nas áreas mais pobres do globo, com principal destaque para a assistência técnica. A aprovação pelo Congresso estadunidense do Ato para o Desenvolvimento Internacional de 1950, autorizando o financiamento da cooperação técnica internacional e a criação, em outubro do mesmo ano, da *Technical Cooperation Administration* (TCA), agência do Departamento de Estado responsável pela coordenação dos projetos de cooperação técnica, significaram a tradução da fé na tecnologia moderna. Segundo Escobar, já em 1952, os Estados Unidos dirigiam operações de cooperação técnica em quase todos os países latino-americanos, além de Ásia e África (Ibidem, p. 73).

Outro exemplo apontado pelo autor que deu forma ao discurso do desenvolvimento foi a crença cada vez maior no reconhecimento da necessidade de algum tipo de planejamento e ação governamental junto à economia, demonstrado pela experiência de planejamento social do *New Deal*⁴⁶, legitimada pelo keynesianismo. Nessa mesma ótica cita também a companhia pública criada por iniciativa do governo estadunidense chamada *Tennessee Valley Authority* (TVA)⁴⁷, que criou também corporações regionais de desenvolvimento na América Latina inspiradas em seu modelo de planejamento.

Escobar problematiza a crença dos países ricos em sua capacidade financeira e, principalmente, tecnológica, para cooperar com o progresso no mundo. Por trás da cortina de fumaça do desenvolvimento e da convicção que bastava um planejamento estratégico

⁴⁵ Tratou-se de um programa de cooperação técnica entre os Estados Unidos e os países latino-americanos proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman. Recebeu esse nome por ser o quarto ponto do discurso da posse presidencial, em janeiro de 1949. O Ponto IV procurou abranger as áreas de economia, administração pública, administração orçamentária e financeira, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação, transportes entre outras. Voltaremos a este programa, especialmente no capítulo 2.

⁴⁶ Conjunto de programas implementados nos Estados Unidos pelo governo de Franklin Delano Roosevelt entre 1933 e 1937, com o objetivo de recuperar e reformar a economia após a Crise financeira de 1929.

⁴⁷ Autarquia criada na década de 1930 para o desenvolvimento de áreas do país. Arelada a uma gama de experiências internacionais a autarquia se ampliou muito com ações de grupos como a Fundação Rockefeller.

adequado, a partir dos países desenvolvidos, para que todo o mundo alcançasse o desenvolvimento, estavam novas formas de atuação imperialista:

Por trás do interesse humanitário e da aparência positiva da nova estratégia começaram a operar novas formas de controle, mais sutis e refinadas [...] Os pobres do mundo se tornaram alvo de práticas cada vez mais sofisticadas e de uma multiplicidade de programas aparentemente inescapáveis. A partir das novas instituições de poder nos Estados Unidos e na Europa, dos escritórios do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento e das Nações Unidas, das universidades, centros de investigação e fundações norte-americanas e europeias, e das agências de planejamento recém estabelecidas nas grandes capitais do mundo subdesenvolvido, este era o tipo de desenvolvimento que se promovia e que, em poucos anos, penetraria todas as esferas da sociedade (Ibidem, p.77-78)⁴⁸.

Escobar define como premissa básica do discurso do desenvolvimento, formulado nos anos 1940 e 1950, a convicção no papel da modernização como a única força capaz de destruir superstições e relações arcaicas. Ou seja, a industrialização e a urbanização eram rotas inevitáveis para a modernização, uma visão de que o progresso social, cultural e político só seriam alcançados com o desenvolvimento material. A destruição das relações tomadas como arcaicas estava relacionada com considerações culturais, como a educação e a necessidade de promover valores culturais modernos. Atrelado a isso, Escobar aponta a necessidade de criação de instituições adequadas para implementar o projeto do desenvolvimento e potencializar essas premissas. Instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional; grande parte das agências técnicas das Nações Unidas; e escritórios de planejamento nacionais que, segundo o autor, se multiplicaram na América Latina especialmente após o início da Aliança para o Progresso. Foi a ação organizada e sistemática dessas e de várias outras agências que deu substância à ideologia do desenvolvimento.

Escobar (2000) traz para o centro de suas análises também a noção de planejamento, apontando que durante o “despertar da era do desenvolvimento” nos países do Terceiro Mundo, no final da década de 1940, “o sonho de desenhar sociedades através do planejamento” encontrou terreno fértil. O autor aborda como era necessário introduzir nesses países uma nova visão de mundo, baseada no “moderno” e científico. Suas

⁴⁸ *Detrás del interés humanitario y de la apariencia positiva de la nueva estrategia comenzaron a operar nuevas formas de control, más sutiles y refinadas [...] Los pobres del mundo se convirtieron en el blanco de prácticas cada vez más sofisticadas y de una multiplicidad de programas aparentemente ineludibles. Desde las nuevas instituciones de poder en Estados Unidos y Europa, desde las oficinas del Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento y de las Naciones Unidas, desde las universidades, centros de investigación y fundaciones norte-americanas y europeas, y desde las oficinas de planeación recién establecidas en las grandes capitales del mundo subdesarrollado, este era el tipo de desarrollo que se promovía y que, al cabo de pocos años, penetraría todas las esferas de la sociedad.* Tradução minha.

conclusões nos ajudam a pensar a noção de planejamento no contexto da Aliança para o Progresso e sua ingerência no campo brasileiro:

Para que fosse possível introduzir o planejamento no Terceiro Mundo, no entanto, era necessário estabelecer certas condições estruturais e comportamentais, normalmente em detrimento das concepções já existentes nessas sociedades [...] Devido aos imperativos de uma “sociedade moderna”, planejar significava sobrepor-se às “tradições”, “obstáculos” e “irracionalidades” ou erradicá-los completamente, isto é, uma transformação total das estruturas humanas e sociais existentes, para substituí-las por outras consideradas racionais (ESCOBAR, 2000, p.215).

As Nações Unidas, bem como o presidente Kennedy, repetiam como um mantra suas preocupações com a miséria e a pobreza do Terceiro Mundo, refletindo uma posição etnocêntrica que não levava em consideração as valiosas tradições e sistemas de valores vigentes nesses países, tampouco suas muitas conquistas históricas. Dessa forma, ressaltava Escobar, todas essas sociedades eram consideradas apenas “uma matéria-prima que necessitava ser transformada urgentemente, com a ajuda do planejamento” (Ibidem, p. 217). Para ultrapassar a vida “miserável” dessas populações, era preciso superar a “sociedade tradicional” e alcançar a moderna, calcada científica e racionalmente, no aprendizado de determinadas técnicas. Escobar aponta a forma de atuação dos planejadores desenvolvimentistas:

As áreas-chave para a intervenção eram o ensino básico, a saúde, a nutrição, a habitação, o planejamento familiar e o desenvolvimento rural [...] as práticas de saúde, educação, agricultura e reprodução dos povos do Terceiro Mundo foram todas objeto de uma longa sucessão de programas, introduzidos com a justificativa de expandir o “capital humano” desses países e de garantir um nível mínimo de bem-estar aos seus habitantes (Ibidem, p.219).

Escobar retrata que apesar do planejamento supostamente basear-se em práticas consideradas racionais e objetivas, estas, na realidade são extremamente ideológicas e políticas. Os programas de desenvolvimento das décadas de 1950 até 1980 tinham uma roupagem racional e técnica, porém, seus resultados foram, e vêm sendo, prejudiciais às populações dos países mais pobres. O colombiano traz como exemplo os programas de desenvolvimento rural, que apresentavam apenas dois possíveis diagnósticos: 1) o pequeno produtor utilizaria o maquinário em seu processo produtivo e se converteria em empresário agrícola ou 2) o pequeno produtor não estaria preparado para incorporar tecnologia nos níveis ideais e seria excluído do mercado. Esse “gerenciamento de vidas”, segue o autor, presente em tais programas, trouxe uma crescente pauperização para as populações rurais, tudo em busca de uma modernização dos processos produtivos do Terceiro Mundo, tendo como modelo os Estados Unidos e ignorando totalmente “toda a

dinâmica da economia, da cultura e da sociedade que serve de contexto para as práticas agrícolas” desses países (ESCOBAR, 2000, p.221-223).

Gustavo Esteva (2000) propõe uma visão do desenvolvimento em toda sua “nudez conceitual”. Para tanto, parte do contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia. Dessa maneira, em janeiro de 1949, o discurso do presidente Truman foi emblemático para o que o autor chama de uma “campanha política” de nível global. O país do Norte buscava tornar sua hegemonia permanente e abriria a “era do desenvolvimento”:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas.
O antigo *imperialismo* – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática (TRUMAN, discurso inaugural, apud ESTEVA, 2000, p.59-60, grifos nossos).

Os Estados Unidos iniciavam, assim, um novo tipo de ação imperialista, ao converterem bilhões de pessoas em subdesenvolvidas. Sob uma nova roupagem, o desenvolvimento virou um símbolo, um emblema da “era da hegemonia norte-americana”. Esteva lembra que Truman não foi o primeiro a usar a palavra subdesenvolvido nesse contexto:

Wilfred Benson, antigo membro do Secretariado da Organização Mundial do Trabalho, foi quem provavelmente a inventou quando, em 1942, ao escrever suas bases econômicas para a paz, referiu-se às “áreas subdesenvolvidas”. Na época, porém, a expressão não encontrou eco, nem com o público nem com os “experts”[...] Arthur Lewis, também em 1944, referiu-se à distância que existia entre países pobres e países ricos. Durante toda essa década, a expressão apareceu ocasionalmente em livros técnicos, ou em documentos das Nações Unidas. Só se tornou realmente importante, no entanto, quando Truman a introduziu como um símbolo de sua própria política externa (ESTEVA, 2000, p.60).

Apesar de Truman referenciar o imperialismo como explorador e atrasado, Esteva lembra que esse discurso de anticolonialismo estava revestido de um projeto colonizador. Na América Latina, avalia o intelectual mexicano, o *Peace Corps*⁴⁹, o Programa Ponto IV, a Guerra à Pobreza e a Aliança para o Progresso contribuíram para difundir e incutir a noção de subdesenvolvimento no entendimento da população. O autor trata também da literatura latino-americana crítica às estratégias desenvolvimentistas estadunidenses, que

⁴⁹ O programa consistiu na atuação comunitária aos países do Terceiro Mundo, nos campos da educação, saúde e desenvolvimento agrícola com o objetivo de promover o progresso nos moldes estabelecidos pela política externa estadunidense dos anos 1960.

diziam que os países “atrasados” ou “pobres” estavam naquela situação devido às pilhagens passadas do processo de colonização e “ao estupro contínuo da exploração capitalista” a que tais países eram submetidos (Ibidem, p.66).

Esteve afirma que o conceito de desenvolvimento, que já sofrera nas mãos de Truman uma metamorfose dramática e grotesca, foi ainda mais empobrecido nas mãos dos primeiros defensores que o reduziram a crescimento econômico. Cita Walt Rostow como importante influenciador do pensamento institucional e do público em geral sobre o tema, dando ênfase no crescimento econômico que também refletia o espírito da época (Ibidem, p.67). As Nações Unidas deram especial atenção ao tema e criaram a Primeira Década de Desenvolvimento (1960-1970), além do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD), unindo desenvolvimento econômico e social. Desenvolvimento social aqui visto “parcialmente como uma pré-condição para o crescimento econômico e parcialmente como uma justificativa moral para esse crescimento e para os sacrifícios que ele pressupunha” (Ibidem, p.68).

Giovanni Arrighi (1998) discute sobre a *ilusão do desenvolvimento* argumentando existir um erro nas suposições de correntes de pensamento que defendem que “industrialização” seria o equivalente de “desenvolvimento”. Um de seus argumentos, baseado em pesquisas realizadas no final dos anos 1980, revela uma fonte importante da ilusão desenvolvimentista: o foco na industrialização. O autor demarca a diferença entre industrialização e avanço econômico, este último entendido como distribuição de riquezas (renda de longo prazo). Analisando o processo de industrialização nos países da periferia do capitalismo, entre os anos 1930 e 1980, Arrighi concluiu que “a expansão da industrialização aparece não como desenvolvimento da semiperiferia⁵⁰, mas como periferização de atividades industriais”. Afirma ainda que esta industrialização reproduziu a hierarquia da economia mundial (ARRIGHI, 1998, p.231).

Arrighi denomina o processo de industrialização dos países periféricos de “proletarização” do mundo e afirma que criou tensões e contradições que influenciaram de forma decisiva a política mundial. Demarcou a semiperiferia como o “epicentro” dessas tensões e contradições, atribuindo como consequência a “crise geral de ditaduras” que varreu esses países nos anos de 1970 e 1980. Os diversos tipos de regimes autoritários

⁵⁰ Para um estudo de como o autor utiliza o conceito de semiperiferia ver ARRIGHI, 1998, especialmente o capítulo intitulado *A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica*. O autor discute a dualidade de interpretações que avaliavam que, por um lado, um número de Estados estariam em posição de “maturidade” ou “atraso”, conforme a teoria da modernização; ou entre o “centro” e a “periferia”, de acordo com os teóricos da dependência.

que despontaram nos países semiperiféricos, segundo o autor, apesar de suas particularidades, possuem características comuns como a preservação da extrema desigualdade de distribuição de riquezas entre as classes e desempenharam funções subordinadas nos “processos globais de acumulação de capitais” (Ibidem, p. 234).

No prefácio da referida obra, Fernando Haddad esclarece o que significava o conceito de *núcleo orgânico da economia mundial* para Arrighi:

[...] um grupo de unidades econômicas e estatais situadas no Ocidente/Norte diferenciadas e engajadas em cooperação e em competição mútuas, que mantiveram uma posição constante, neste último século [XX], no topo da hierarquia global da riqueza, estabelecendo todos os padrões que todos os demais governos tentaram imitar (Ibidem, p.12).

Os Estados Unidos aparecem nesse processo como grande modelo a ser seguido. Para Arrighi, com pouquíssimas exceções, a expansão da industrialização, ou seja, o modelo de desenvolvimento do núcleo orgânico da economia mundial, não cumpriu o prometido.

Houve muita industrialização (e ainda mais urbanização) com incalculáveis custos humanos e ecológicos para a maioria das pessoas envolvidas. Mas houve pouca “equiparação” com o padrão de riqueza estabelecido pelo Ocidente. A industrialização, ou mais geralmente, a modernização, não conseguiu cumprir suas promessas e esse fracasso está na raiz dos sérios problemas enfrentados atualmente pela maior parte dos países do Leste e do Sul (Ibidem, p. 256).

O autor analisa que os Estados Unidos, como nova potência econômica no pós-guerra, estabeleceram uma “receita” para a prosperidade econômica e se auto-consagraram como a liderança que levaria as nações a alcançar esse padrão pré-estipulado. Cita como exemplo de arquitetura desse receituário Walt Rostow, em seu *Manifesto Não-Comunista* (1966), onde pregava que os princípios da livre iniciativa asseguravam que “todas as nações alcançariam o estágio de elevado consumo de massa” (Ibidem, p. 270). Arrighi observa que essa doutrina e suas variantes foi o que forneceu o “cimento ideológico que deu coesão à ordem mundial norte-americana”. Dessa forma, políticas desenvolvidas pelos países latino-americanos, no que se referia ao desenvolvimento, foram pensadas e apoiadas a partir de parâmetros estadunidenses, através, principalmente, da teoria da modernização.

1.5 – A participação estadunidense no golpe empresarial-militar de 1964

O golpe de 31 de março de 1964, que retirou do poder o presidente João Goulart foi engendrado por vários setores das classes dominantes, além de parte do alto oficialato

das Três Armas, com total apoio dos Estados Unidos. A participação estadunidense no golpe de 1964 conta com algumas obras de referência, que realizaram ampla pesquisa principalmente no Arquivo Nacional daquele país. Obras bem conhecidas como as de Phyllis Parker⁵¹, Marcos Sá Correa⁵² e Moniz Bandeira⁵³, trouxeram à tona, ainda na década de 1970, a Operação Brother Sam⁵⁴ e o papel dos Estados Unidos na campanha muito bem orquestrada de desestabilização do governo de Goulart.

Moniz Bandeira nos anos 1960 escrevia uma coluna política no *Diário de Notícias*, tendo sido assessor político, desde 1956, do deputado federal Sérgio Magalhães, do Partido Trabalhista Brasileiro. Para a primeira edição de *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil*, de 1977, o autor consultou documentação que recebeu da família e de políticos ligados a João Goulart, documentos do Arquivo Nacional norte-americano e da biblioteca de Lyndon Johnson, além de dezenas de entrevistas. Para Bandeira o governo Goulart refletiu o aguçamento da luta de classes no Brasil e afirma que os personagens principais de seu livro foram, justamente, as classes sociais (BANDEIRA, 1978, p. 8). Nos anos 2000, o autor retornou aos Estados Unidos e analisou outros conjuntos documentais que, juntamente com depoimentos e livros de memória, resultou em uma edição revista e ampliada da obra, em 2010.

Bandeira (2010) aponta que somente no ano de 1962, 4.968 norte-americanos desembarcaram no Brasil, ao passo que, no ano de 1960 por exemplo, foram 1.184. Boa parte desses americanos era composta de oficiais das Forças Armadas e paramilitares com o objetivo de combater a “insurgência subversiva”. Para Bandeira encontrava-se no Brasil uma espécie de Exército secreto dos Estados Unidos, as *Special Forces*, conhecidas como *Green Berets* (boinas-verdes) e imbuídos da doutrina da contrainsurreição. (BANDEIRA, 2010, p.267-268). Os Estados Unidos apesar de defenderam, no plano discursivo, a prioridade de uma política externa de cooperação técnica e financeira para os países latino-americanos, na prática atuavam, cada vez mais, junto a questões como segurança interna e contrainsurgência, temas estes que dominavam as discussões em Washington.

⁵¹ 1964: *o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁵² *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977. Livro baseado na série de reportagens do autor sobre os documentos descobertos por Parker, publicadas no final de 1976, no *Jornal do Brasil*.

⁵³ *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁵⁴ Operação desencadeada pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de apoiar os golpistas no Brasil, em 1964, caso houvesse qualquer reação do governo de João Goulart.

Em consonância com as políticas de contrainsurreição estava a defesa dos interesses do capital estadunidense investido no Brasil, que se sentia ameaçado pelos crescentes movimentos sociais com traços de antiamericanismo. Além disso, era necessário assegurar condições de expansão de mercados e de capital nos países latino-americanos. Bandeira destaca os esforços do *Council of The Americas* (Conselho das Américas), entidade empresarial liderada por David Rockefeller, na desestabilização do governo Jango, com o conhecimento e participação da CIA. Outro exemplo da preocupação da classe proprietária do país do Norte com o governo brasileiro foi abordado pelo autor:

E a primeira equipe do *Special Group* (CI) chegara ao Brasil em 8 de outubro de 1962, após as eleições, integrada pelos representantes da CIA, AID, USIA e chefiada pelo banqueiro William H. Drapper, que manteve diversos contatos com elementos da comunidade empresarial norte-americana e, a refletir suas opiniões, sugeriu a Dean Rusk que os Estados Unidos adotassem a linha dura, recusando qualquer ajuda ao balanço de pagamentos do Brasil, até que Goulart ou aplicasse um plano de estabilização monetária satisfatório para o FMI ou caísse do governo [...] (BANDEIRA, 2010, p.270).

O entendimento era combater internamente a “agitação comunista”, cada país ameaçado pelas “agitações” que geravam insurgência social, deveria conter *in loco* tais ameaças. Pentágono e Casa Branca reuniram esforços para “ajudar” os países da América Latina na ofensiva contra o comunismo, aumentando a importância da contrainsurgência dentro de suas agências e departamentos. Os principais estrategistas da teoria da modernização também já garantiam as ferramentas políticas sobre o inimigo que deveria ser combatido e a forma de fazê-lo, além de fornecerem legitimação teórica.

Uma escola de contrainsurgência fundada na Carolina do Norte, realizava cursos que contavam com a participação de diplomatas e funcionários do Departamento de Estado. Para Bandeira (2010) a estratégia estadunidense de repressão aos chamados movimentos insurrecionais era a “outra face” político-militar da Aliança para o Progresso. Ademais, o empresariado representante do capital financeiro com interesses no Brasil tratou de pressionar Kennedy para garantir segurança e as condições de rentabilidade de seus investimentos no país. Dessa forma, os Estados Unidos exigiriam que Goulart cortasse relações com Cuba; reprimisse movimentos e políticos de esquerda; indenizasse a *International Telephone & Telegraph* (ITT), bem como a *American and Foreign Power Company* (AMFORP)⁵⁵ com valores estipulados pelas companhias e que revisse a Lei de

⁵⁵ Trataremos desse processo no capítulo 2.

Remessas de Lucros⁵⁶. O autor classifica estes últimos como o contencioso que direcionou Washington para a urdidura da desestabilização e a subversão da democracia no Brasil (BANDEIRA, 2010, p. 271).

A figura do coronel Vernon Walters, adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, merece destaque. Walters era agente da *Defense Intelligence Agency* (DIA), o serviço secreto do Exército norte-americano e coordenava as operações da CIA no Brasil. O coronel mantinha estreitas relações como o alto comando das forças armadas brasileiras, era amigo pessoal dos ideólogos da “Sorbonne” da Escola Superior de Guerra (ESG). Nas vésperas do golpe de 1964, Walters mantinha conversas frequentes com Castelo Branco e informava o Departamento de Estado estadunidense sobre o andamento das articulações, além de intermediar os pedidos de ajuda dos conspiradores (FICO, 2008, p.94-95).

Bandeira (2010) ainda destacando a importância dos interesses privados norte-americanos no Brasil, cita companhias como a Standard Oil, Johnson & Johnson, Bond & Share, ITT, Hanna Mining, Coca-Cola, entre outras. Os representantes de todo esse capital aplicado no Brasil agiram no sentido de conter os movimentos sociais no país que vivia um recrudescimento das greves e uma grande mobilização dos trabalhadores rurais. O empresariado norte-americano e brasileiro intensificou ações para acelerar a queda de Goulart, bem como agiu de forma orgânica para pensar e colocar em prática uma “nova” direção política e econômica para o Brasil.

Dessa forma, a participação dos Estados Unidos no golpe empresarial-militar de 1964, apesar de apresentar contornos de luta contra o comunismo no âmbito da Guerra Fria, inclui, também, estratégias de busca de expansão de capitais. É sob essa perspectiva que analisamos a *Operação Brother Sam*, uma ação político-militar estadunidense que orquestrou um plano de ação de participação direta daquele país na queda do presidente brasileiro.

Fico (2008) explica que a chamada *Operação Brother Sam* foi mais ampla do que se havia notado, não sendo apenas uma força-tarefa naval, porém também formada por um plano de contingência que previa quatro cenários possíveis para o caso brasileiro,

⁵⁶ “A lei restringia a remessa a 10% do lucro líquido obtido pelas empresas, e este deveria ser obrigatoriamente aplicado no Brasil. Goulart não sancionou nem vetou a lei, que fora aprovada em 1961 na Câmara e no Senado. Sancionada pelo presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, é regulamentada por Goulart apenas em janeiro de 1964, através de um decreto e revogada por Castello Branco no início de seu governo, abrindo a economia brasileira para o capital internacional e permitindo o aumento do envio de lucros ao exterior” (GONÇALVES, 2016, p. 272).

fornecendo quatro linhas de ação correspondentes.⁵⁷ Algumas das diretrizes observadas no plano de contingência norte-americano foram efetivamente colocadas em prática pelos golpistas brasileiros, indicando, segundo Fico, que os brasileiros que derrubaram Goulart tinham conhecimento dos planos e estratégias dos americanos. Previa-se, no plano, que em caso de golpe e de luta entre as “forças democráticas” (que na verdade eram os golpistas) e os legalistas apoiados por Goulart, seria necessário a formação de um governo alternativo, que controlasse uma região significativa do Brasil e solicitasse legitimação internacional. Tal situação caracterizaria uma situação de beligerância que permitiria o reconhecimento de legitimidade de um novo governo em detrimento do anterior (FICO, 2008, p. 91). Afonso Arinos, ex-Ministro das Relações Exteriores do governo parlamentarista de Goulart, dois dias antes do golpe de 1964, foi nomeado pelo governador Magalhães Pinto Secretário estadual de Minas Gerais. O objetivo da nomeação era obter o reconhecimento internacional do estado de beligerância do governo golpista. Outro exemplo de linha de ação prevista no plano de contingência estadunidense e efetivamente colocado em prática, conforme Fico, seria:

o controle militar temporário (mediante uma junta militar, que se configurou no “Comando Supremo da Revolução”), a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli e a posterior eleição de um novo presidente (Ibidem, p.93)

A operação militar propriamente dita envolveu um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros, sendo dois ocupados com mísseis teleguiados, todos carregados com cerca de 100 toneladas de armas, incluindo um tipo de gás lacrimogênio para controle de multidões, além de quatro navios-petroleiros carregados de combustível suficiente para o abastecimento dos “revoltosos”. Toda a operação seria colocada em prática em etapas, dependendo do decorrer dos acontecimentos. Porém, em 1º de abril, Castelo Branco informou a Lincoln Gordon⁵⁸ que não precisaria do apoio da *Brother Sam*. Fico traz ainda informações contidas em um telegrama de Dean Rusk⁵⁹ enviado a Gordon, se queixando dos altos gastos que envolviam a retenção de petroleiros que seriam enviados ao Brasil. Tais gastos não poderiam ser assumidos pelo Departamento de Defesa, levantando a desprezível possibilidade de reembolso pelo governo brasileiro (Ibidem, p. 99).

⁵⁷ Para uma análise dos quatro cenários e as correspondentes ações ver FICO, 2008, p.87-92.

⁵⁸ Embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966. Economista especialista em estudos sobre o desenvolvimento econômico na América Latina e um dos principais agentes da Aliança para o Progresso.

⁵⁹ Secretário de Estado norte-americano entre 1961 e 1969.

O chefe da missão norte-americana em Brasília, o diplomata Robert Dean, casado com a sobrinha do deputado udenista Herbert Levy, esteve em contato com Rusk na madrugada do dia 2 de abril e transmitiu informações dos bastidores políticos do golpe. Lyndon Johnson⁶⁰ então enviou telegrama reconhecendo o golpe, que havia sido chancelado pelo Congresso Nacional, que nomeara Ranieri Mazzilli – então presidente da Câmara dos Deputados – para a presidência da república. Waldir Pires, Consultor-geral da República de João Goulart, declarou em depoimento que ele e outros membros do governo ficaram perplexos com a notícia de que o presidente dos Estados Unidos aprovou a posição golpista na madrugada da deflagração do golpe.⁶¹

Bandeira analisa a ação dos golpistas, bem como a dos norte-americanos de uma forma mais próxima à nossa interpretação. Toda a urdidura do golpe com participação direta dos Estados Unidos não se resume a uma operação político-militar temerosa de que fosse implantado o comunismo no Brasil.

O comunismo era o CGT, esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes empresariais, pretendendo comprimir os salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses dos Estados Unidos, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na presidência da República, possibilitava a emergência dos trabalhadores (BANDEIRA, 2010, p.341-342).

A historiadora Martina Spohr Gonçalves, em sua tese de doutorado citada anteriormente, escreveu um capítulo onde analisa a participação dos Estados Unidos no golpe empresarial-militar de 1964. A autora retoma os argumentos de algumas das principais obras sobre o assunto, cotejando-as com suas hipóteses sobre a relação entre a elite orgânica brasileira e estadunidense na construção do golpe e o esforço de legitimação empreendido no período inicial do novo regime.

Para Gonçalves a movimentação em torno da derrubada de Goulart tinha por foco a ameaça aos investimentos norte-americanos no Brasil e o discurso do perigo da expansão comunista foi muito válido para justificar a ofensiva de Washington. A estratégia adotada foi uma política externa baseada no “patrocínio” e no “incentivo da entrada de capital estrangeiro nos países da América Latina”, o que se realizaria através da Aliança para o Progresso. De forma bem semelhante ao que defendemos neste

⁶⁰ Presidente dos Estados Unidos que assumiu o cargo após a morte de Kennedy.

⁶¹ 1964: *O golpe – Debate*. Documentário produzido pela UNIVESP TV, como parte das atividades dos 40 anos do golpe de 1964. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5tV85QBA7SE>. Consultado em 21/10/17.

trabalho, Gonçalves avalia que as ações em torno do desenvolvimento defendidas pela Aliança para o Progresso, visavam à adequação da economia dos países latino-americanos ao capitalismo norte-americano e suas estratégias de expansão.

Com o afluxo de capitais estrangeiros incentivando o desenvolvimento nacional, o *modus operandi* do capitalismo norte-americano e seu caráter imperialista se imbricaram à política nacional. Em nossa compreensão, a perspectiva do posicionamento norte-americano não era pautada mormente pelo anticomunismo, como os analistas da Operação Brother Sam dão a entender. Constitua uma estratégia de contrarrevolução preventiva no âmbito das relações econômicas (GONÇALVES, 2016, p.272).

A autora ressalta que sua hipótese não trata de desconsiderar o caráter anticomunista e ideológico da política externa norte-americana junto aos países da América Latina, mas sim de defender a primazia da concepção da expansão capitalista como objetivo final da “estratégia contrarrevolucionária” da Aliança para o Progresso.

Discutindo sobre as análises em torno da desestabilização do governo Goulart e da *Operação Brother Sam*, a historiadora avalia que se não foi necessária a efetivação da operação militar norte-americana no Brasil, pode-se afirmar que “a intervenção econômica e a construção de um processo contrarrevolucionário sim”.

A nosso ver, essa é a maior intervenção dos Estados Unidos no país, realizada através do apoio ao golpe empresarial-militar de 1964. A estratégia de financiar projetos via Aliança para o Progresso diretamente aos estados, criando as “ilhas de sanidade”, teve objetivo claro de enfraquecer a autoridade de Goulart e de fortalecer a perspectiva norte-americana de beneficiar seus possíveis aliados. Isso fica claramente demonstrado pelo fato de que, logo após o golpe, o governo Lyndon Johnson liberou um vultoso empréstimo ao governo central brasileiro (Ibidem, p.281).

O trabalho de Gonçalves parte da extensa pesquisa de Dreifuss (1981) para compreender o caráter “transnacional da elite orgânica”. Utilizou um grande número de fontes que envolveram arquivos pessoais de importantes agentes do processo no Brasil e uma busca nos arquivos depositados em diferentes instituições dos Estados Unidos. A autora pesquisou arquivos da família Rockefeller, depositados no *The Rockefeller Archive Center*, além de fontes inéditas sobre a atuação dessa família no Brasil. Ademais, realizou pesquisa na Biblioteca John F. Kennedy em diversos fundos e desenvolveu trabalho em colaboração com o projeto intitulado *Opening Archives*⁶², pela Brown University.

A partir da análise dessas fontes, Gonçalves buscou traçar a ação transnacional do empresariado, que agiu de forma orgânica e buscou ampliar sua consciência de classe e a

⁶² O projeto inclui a digitalização e indexação de 100.000 documentos do governo dos Estados Unidos sobre o Brasil produzidos entre 1960 e 1980. Disponível em: <http://library.brown.edu/create/openingthearchives/pt/>. Consultado em 21/10/17.

compreensão de seu papel como agente político no processo de expansão capitalista. A obra buscou “contribuir para o debate ampliando a definição de elite orgânica cunhada por Dreifuss” (GONÇALVES, 2016, p. 289)

Dessa forma, assim como a historiadora supracitada, interpretamos a participação estadunidense no golpe empresarial-militar de 1964 como recoberta por interesses econômicos e disfarçada sob a bandeira do anticomunismo. Nossas análises sobre a Aliança para o Progresso buscam demonstrar que, por trás do discurso do desenvolvimento, apresentavam-se novas formas de ação imperialista. Após o golpe de 1964, o programa de assistência técnica e financeira se aprofundou e centenas de projetos foram colocados em prática sob a égide da imperiosa necessidade do desenvolvimento. O Estado restrito foi *conquistado*, para utilizar uma expressão de Dreifuss (1981), pelos ativistas do complexo IPES/IBAD⁶³ que passaram a controlar o processo de formulação de diretrizes e tomadas de decisão no Brasil.

A influência norte-americana através de acordos de cooperação técnica para o campo no Brasil data da década de 1940, mas, após o golpe de 1964 encontraram terreno fértil para estender seus tentáculos sobre o modo de produzir e de viver das populações rurais. No início da década de 1970, o complexo agroindustrial brasileiro estava consolidado: levantamento das 100 indústrias subsidiárias de multinacionais atuantes nesse complexo, no mesmo período, demonstra que 44 eram norte-americanas (GUIMARÃES, 1982, p. 143-146), traduzindo a enorme presença do empresariado dos Estados Unidos junto à atividade agrícola brasileira. Esse processo foi fomentado pelos primeiros governos do regime empresarial-militar, tendo a Aliança para o Progresso como uma das estratégias de internalização da modernização da agricultura.

1.6 – O *revisionismo* presente na historiografia do golpe de 1964

Abordar o *revisionismo* presente em obras que trataram o golpe de Estado no Brasil em 1964, adquire como principal motivação neste trabalho a de se contrapor a tais interpretações. Segundo Melo (2014) o *revisionismo*⁶⁴, em certos casos, apresenta cunho renovador de abordagens e reconsiderações de interpretação e, em outros, um caráter de “viradas ético-políticas” baseadas em disputas ideológicas do presente. Porém, para o

⁶³ Dreifuss, no capítulo nove de *1964: a conquista do Estado*, demonstra como funcionou a “tomada do poder do Estado” por poucos representantes de grandes empreendimentos industriais, financeiros e multinacionais (DREIFUSS, 1981, p.417-479). Ao longo deste trabalho retornaremos a esse debate.

⁶⁴ Para um melhor entendimento sobre o conceito de *revisionismo histórico* ver a introdução de MELO, 2014, p.17-49.

autor, na maior parte das análises revisionistas existe uma mistura entre ambos os elementos (MELO, 2014, p.19).

As teses revisionistas sobre o contexto do início da década de 1960 no Brasil, foram inauguradas por Argelina Cheibub Figueiredo e sua obra *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*⁶⁵, interpretação que irá se repetir na obra de historiadores do Brasil contemporâneo considerados importantes, como por exemplo, Jorge Ferreira. O livro foi escrito entre 1986 e 1987, resultado da tese de doutoramento da autora apresentada no Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago, tendo como orientador Adam Przeworski.⁶⁶

Com base nessa concepção de análise, Figueiredo interpreta o período pré-golpe apontando que, no início dos anos 1960, a sociedade brasileira se defrontava com “um conjunto de reformas políticas e socioeconômicas” que se transformaram em prioridade na agenda política, as escolhas das “instituições democráticas” brasileiras levaram à sua “ruína”, uma vez que cederam à pressão de “forças polarizadas e radicalizadas a favor e contra a mudança social” (FIGUEIREDO, 1993, p 22). O estudo buscou investigar as “possibilidades de sucesso de soluções político-institucionais que, dadas as condições vigentes, pudessem combinar democracia com reformas sociais”, tendo como pressuposição central:

que o regime autoritário instalado em 1964, no Brasil, não foi o resultado de uma toda-poderosa conspiração direitista contra o governo anterior. Tampouco foi a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos [...] Através da reconstrução das possibilidades que estavam abertas à ação política naquele contexto histórico específico, bem como das oportunidades perdidas, tentarei avançar no debate [...] (Ibidem, p.22).

A cientista política visou uma revisão da literatura sobre o golpe de 1964, baseada principalmente em dois tipos de explicações, que nomeia como “estrutural” e “intencional” ou “orientada-para-o-ator”. Afirma que as explicações de tipo estrutural trazem uma noção de “inevitabilidade” dos acontecimentos, apresentando incapacidade de visualizar um “curso diferente para a história” (Ibidem, p. 26). No que se refere ao que denominou intencionais ou orientadas-para-o-ator, seriam centradas na “conspiração internacional e/ou direitista” contra o governo Jango. A crítica aqui recai sobre a obra de Dreifuss (1981) e o método da autora consistiu em destacar conceitos extremamente

⁶⁵ Título que já dá pistas sobre o tom da obra.

⁶⁶ O cientista político polonês defende que a prática de determinados atores sociais não parte de determinação estrutural, mas de escolhas entre *alternativas disponíveis*, o que caracteriza a teoria da *escolha racional* com a qual Figueiredo trabalha.

sofisticados usados por Dreifuss – elite orgânica, tecno-empresários, complexo IPES/IBAD, bloco de poder multinacional e associado – sem sequer discuti-los teoricamente, para afirmar que a “falha” nesse tipo de análise “toma a mera existência de uma conspiração como condição suficiente para o sucesso do golpe político”, e segue a crítica indicando que os conspiradores eram vistos como “onipotentes” e que suas ações não foram investigadas em relação a outros grupos (Ibidem, p. 28). Além de uma riquíssima discussão teórica de cada uma das noções gramscianas usadas pelo cientista político uruguaio, seu livro apresenta uma refinada pesquisa sobre as relações entre as frações de classe envolvidas no golpe.

Interessa-nos destacar aqui a análise que Figueiredo realizou no âmbito das discussões sobre a questão agrária. Seguindo seu pressuposto de abordagem das “oportunidades perdidas”, afirma que quando da apresentação da Emenda Bocaiúva Cunha⁶⁷, a “coalizão de esquerda pró-reformas” não levou em consideração a existência de uma maioria conservadora no Congresso. Além disso, defende que, tal como apresentada, a emenda era inaceitável e que se, realmente, o PTB tivesse a intenção de negociar ou que a emenda tivesse chance de ser aprovada, não teria mantido tamanha intransigência durante as discussões. Assim a autora relata a estratégia da *esquerda radical*:

Embora tivesse *plenamente consciente* de que o projeto de reforma agrária, na forma apresentada, não tinha a menor chance de ser aprovado, o PTB escolheu levá-lo até a derrota final, em plenário, pretendendo assim apresentar ao público o espetáculo de um Congresso “reacionário”, hesitante em decretar até mesmo reformas modestas. Essa decisão, bem como a mudança de Goulart, estavam de acordo com a estratégia, defendida pela *esquerda radical*, de recorrer a pressões diretas sobre o Congresso, por meio de organizações *não parlamentares* e de respaldo *militar* (FIGUEIREDO, 1993, p. 126-127, grifos nossos).

Para a autora tanto o IPES, quanto o Partido Comunista concordavam com a reforma agrária – sem ao menos fazer qualquer distinção do tipo de reforma agrária que ambos os aparelhos defendiam⁶⁸ – e foi a intransigência do PTB com relação a emenda

⁶⁷ O líder petebista na Câmara, Luís Fernando Bocaiúva Cunha, encaminhou emenda constitucional que propunha a indenização dos imóveis desapropriados por interesse social, com títulos da dívida pública, resgatáveis em prestações e sujeitos à correção do valor monetário.

⁶⁸ Em nossa dissertação de mestrado analisamos o conteúdo de classe dos projetos de reforma agrária desse período (NATIVIDADE, 2013). O projeto de reforma agrária do IPES era parte de sua estratégia de oposição ao Executivo nacional-reformista de Goulart. Dreifuss (1981) aponta que o empresariado reunido no Instituto não estava alheio à luta política, e buscou sempre ter uma visão mais abrangente das questões nacionais. As reformas propostas pelo IPES e posteriormente colocadas em prática no governo Castelo Branco – denominadas como “apolíticas”, “racionais”, vazias de conteúdo ideológico pelos próprios ipesianos – na verdade teriam sido conduzidas diretamente por um bloco de frações de classe, formado por

constitucional para a reforma agrária que minou as possibilidades de formação da coalizão tornando, dessa forma, o projeto do PTB inaceitável aos grupos centristas, impossibilitando um acordo sobre uma alternativa mais viável (Ibidem, p. 194).

A “cereja do bolo” da interpretação revisionista da autora, que passou a inspirar vários outros estudos, está no último parágrafo da última página do livro. O parágrafo, que reproduzimos abaixo, apresenta o pressuposto básico da autora que caracteriza o período em tela, onde não se *combinou democracia e reformas* pois imperava uma *visão instrumental de democracia*, mantida tanto pela direita, quanto pela esquerda:

De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. A direita, por exemplo, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas (Ibidem, p. 202).

Nos ressentimos, na obra da autora, da ausência de abordagens que levassem em consideração questões como a Guerra Fria ou mesmo a composição do Congresso Nacional. Toledo (2006) pondera que essas interpretações não têm comprovação empírica ou factual, além se serem, teoricamente, frágeis. Nada mais fazem do que retomar, 40 anos depois, os argumentos da direita golpista. São falaciosas, tem significado político e ideológico claros e precisos no debate historiográfico, endossando – ou revivendo – uma visão conservadora e reacionária do golpe de 1964 (TOLEDO, 2006, p. 36).

Assim, quando Figueiredo questiona as reformas “radicais” em nome da preservação das “instituições democráticas”, acaba por legitimar democracias liberais excludentes. Ademais, a autora parte do suposto de que democracia e reformas podem ou não se combinar, negando assim, que possa existir uma relação de complementaridade entre democracia política e mudanças sociais e econômicas. A fala da autora transmite um *golpismo* emanado dos grupos de esquerda e “imputa às esquerdas uma cultura política não-democrática pelo fato destas serem críticas da democracia liberal” (TOLEDO, 2006, p. 47). Toledo aponta que as especulações do revisionismo não são inocentes. Contribuem para legitimar os argumentos de quem realizou o golpe e, na

empresários e tecno-empresários ligados ao IPES. Retomaremos o debate sobre o IPES e a questão agrária no quarto capítulo.

melhor das hipóteses, atenua a responsabilidade dos militares e da direita civil. Admitir que as esquerdas não eram democráticas é, certamente, uma grave concessão ao pensamento da direita (Ibidem, p. 44-45).

De forma um pouco menos sofisticada, o historiador Jorge Ferreira avalia que durante a crise política de 1961, “a bandeira da democracia e da legalidade estava nas mãos dos trabalhistas e das esquerdas”, porém, em 1964, preocupadas em implementar as reformas “a qualquer preço”, as esquerdas “passaram a denunciar o regime democrático”. Dessa forma, a “bandeira da legalidade” passou para as mãos dos conservadores e da extrema-direita que, em termos retóricos, “defenderam a ordem democrática” (FERREIRA, 2008a, p. 338-339). E assim, convertidas em porta-estandarte pelo autor, direita e esquerda, ambas “pouco apegadas à democracia”, contribuíram para o golpe de 1964.

Analisando o golpe de 1964 Ferreira conclui, seguindo os passos da análise de Figueiredo, que a questão democrática não figurava na agenda da direita e tampouco da esquerda. “Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa” (Ibidem, p. 400). Melo (2014) observa ainda que, na obra do autor, a direita aparece sempre como “reagindo” ou “assustada” com a radicalização da esquerda, “praticamente uma *vítima* daquelas circunstâncias” (MELO, 2014, p. 162).

Ferreira conclui que todos os protagonistas envolvidos no golpe – esquerdas, direita-civil e militares – viram-no como uma “grande incógnita”. Para o historiador não havia um projeto “a favor de algo, mas contra” (FERREIRAa, 2008, p. 401). A obra de Dreifuss (1981), tão criticada por essa historiografia revisionista, ao lado de outros trabalhos que nela se basearam⁶⁹, demonstra o notável envolvimento político de empresários em conjunto com militares, sua organização e ação na tomada do Estado e do aparelho de formulação de diretrizes. Essas e outras pesquisas demonstram que os golpistas tinham planos de governo prontos e bem articulados.

Carlos Fico (2008) em suas análises sobre a *Operação Brother Sam* propõe uma crítica à obra de Dreifuss (1981). Para Fico existe uma grande diferença entre a “campanha de desestabilização” do governo de Goulart e o que chama de “conspiração” para derrubá-lo, também imputando à análise de Dreifuss uma inevitabilidade do golpe.

⁶⁹ As pesquisas de doutorado em andamento, das quais incluímos também este trabalho: REGINATTO, 2017 e BORTONE, 2017. O recente texto de LEMOS, 2017. Para uma análise sobre o debate historiográfico acerca do revisionismo ver FICO, 2017.

O autor se aproxima, de forma mais disfarçada, das críticas de Figueiredo (1993) ao livro de Dreifuss, que teria supervalorizado o papel dos empresários reunidos no IPES. O historiador afirma que essa perspectiva atribui aos envolvidos no processo de desestabilização uma “intenção inicial que talvez não houvesse” (FICO, 2008, p. 75). Porém, o cientista político uruguaio, além de ter se dedicado à discussão da natureza da crise vigente desde inícios dos anos 1960, ligou-a de forma substantiva à ação orgânica de empresários na tomada do Estado. Ademais, Dreifuss buscou demonstrar a existência de um projeto de classe inscrito tanto no golpe, quanto no novo regime implementado, questão que Fico simplesmente desconsidera, em função do fato dele próprio classificar seus estudos como “desapaixonados” (Ibidem, p. 100) o que, para nós consiste num apagamento ou negação do conteúdo de classe do golpe de 1964.

Outro procedimento adotado por Fico foi o de atenuar a participação de Lincoln Gordon no processo do golpe, justificando que “não se deve demonizar a figura de Gordon” uma vez que o embaixador estava inserido no contexto da Guerra Fria e cumpria seu papel de *cold warrior*, servindo ao seu país. Tal interpretação liga-se diretamente à visão do autor segundo a qual uma parte da esquerda teria exagerado nas pretensões “imperialistas” norte-americanas (Ibidem, p. 100, grifos meus). Ou seja, Fico não quer reconhecer o caráter imperialista da atuação estadunidense, que visava adequar a economia brasileira a seus interesses em expandir capitais. O próprio autor indica não querer realizar uma análise como a da história socioeconômica do século XX, que ao “privilegiar classes sociais e causas estruturais, praticamente suprimiu o sujeito”, e segue:

Para entender as relações entre Brasil e Estados Unidos no período em questão é preciso considerar a Guerra Fria e as transformações que a inserção brasileira no capitalismo demandavam, mas também é indispensável entender, por exemplo, por que Castelo Branco e Vernon Walters se tornaram amigos (Ibidem, p. 13).

Mesmo reconhecendo a importância da obra de Fico (2008), principalmente no tocante à análise de fontes, dele nos afastamos no que concerne à interpretação sobre o caráter do golpe justamente porque, em nossa concepção, é impossível separar o processo de modernização do capitalismo brasileiro, extremamente influenciado pelos Estados Unidos, das relações entre Castelo e Walters, por exemplo.

Marcelo Badaró Mattos (2014) em importante texto tece considerações críticas sobre as bases teóricas de uma parcela significativa da historiografia brasileira recente, identificada com a chamada história cultural, com uma referência culturalista dominante. Uma questão fundamental para Mattos é a sobrevalorização dos discursos ou das

representações e a desvalorização dos conflitos sociais. O historiador aponta que a crítica do culturalismo toma para si uma crítica ao marxismo ou a qualquer concepção de história que se proponha a formular explicações totalizantes para a vida social, defendendo que as explicações ditas “deterministas e totalitárias” não atentaram para a importância da dinâmica cultural (MATTOS, 2014, p. 78).

Mattos aponta os usos do conceito de “cultura política”, presentes na historiografia brasileira, como um exemplo da matriz culturalista no Brasil, cuja principal inspiração deriva do historiador francês René Remond⁷⁰ que, segundo Mattos, tem uma perspectiva de anulação dos conflitos sociais, em nome de uma “singularidade do comportamento de um povo”. Outra referência principal dos historiadores brasileiros é Serge Berstein⁷¹, que fala em culturas políticas em “um complexo sistema de representações partilhado por um grupo expressivo dentro da sociedade” (BERSTEIN, 2009, p. 30-31). Para Mattos esse autor também anula conflitos e demonstra a clara matriz culturalista:

A definição de cultura política como “sistema de representações” não deixa muitas dúvidas sobre a matriz em que se assenta a discussão. São essas representações, e de forma alguma interesses objetivos ou as ideologias a eles relacionadas, que explicam a ação coletiva – de “grupos” ou “cidadãos”, não classes, volto a insistir (MATTOS, 2014, p.85).

A partir de tais premissas e sem discutir suas referências teóricas, como critica Mattos, surge no Brasil uma vasta historiografia que reinterpreta conflitos sociais e classes como comportamentos políticos individuais e coletivos. Historiadores que pesquisam o Brasil do período contemporâneo tidos como referência, tais como Ângela de Castro Gomes, Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira, compõem um grupo de analistas inspirados na chamada *Nova História Política*.

Ângela de Castro Gomes, de forma cuidadosa para com os usos do conceito de cultura política, traz a questão do “trabalhismo”. Segundo Mattos, trata-se de uma forte crítica e abandono das análises das relações de dominação entre Estado e classe trabalhadora em nome do trabalhismo, “compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais” (MATTOS, 2014, p.87). Gomes (2005) tratou da chave de leitura representada pela cultura política na historiografia brasileira. A autora parte dos mesmos pressupostos da matriz francesa para tratar de uma “renovação” da história política no Brasil que, como na França, foi influenciada pela história cultural. Assim, essa revisão historiográfica alterou uma certa matriz de pensar

⁷⁰ REMÓND, René, 2003.

⁷¹ BERSTEIN, Serge, 2009.

as relações entre dominados e dominantes na sociedade brasileira. Para a autora, o novo enfoque dado aos estudos da ação política de atores sociais até então negligenciados passa a levar em consideração categorias tais como gênero, etnia, pacto, negociação e a própria noção de cultura política. Gomes afirma que a noção de cultura política, apesar de polêmica, tem sido considerada bastante “operacional” em vários campos das Ciências Sociais, bem como no campo da História.

Utilizando a concepção de Estado ampliado em Gramsci, acreditamos conseguir explicar o processo do golpe de 1964 em sua totalidade, sem retirar o caráter de classe ou os conflitos de classe e intraclasse. Para analisar o Estado em sentido orgânico e mais amplo – como propõe Gramsci – não se pode pensar o Estado restrito apenas como coerção, porém, também, como consenso, não enquanto uma negociação, mas sim como resultado da disputa pela imposição hegemônica de um dado projeto de classe ou fração de classe. Isto é qualitativamente distinto de afirmar que existe um espaço de negociação entre dominantes e dominados quando, na verdade, existem sujeitos coletivos empenhados em ver como hegemônico seu projeto de classe ou fração de classe (NATIVIDADE, 2011).

Para compreendermos, então, as políticas públicas para o campo emanadas da Aliança para o Progresso em uma perspectiva gramsciana de análise do Estado ampliado, empreendemos uma pesquisa da atuação do programa no Brasil relacionada com o contexto de Guerra Fria, bem como com a “ação cooperativa”⁷² estadunidense desde fins da Segunda Guerra Mundial.

⁷² O que chamamos aqui de ação cooperativa consistiu nas várias iniciativas estadunidenses de estabelecer acordos de cooperação técnica com países mais pobres, visando a reprodução, em escala global, das características das sociedades “avançadas” do período: altos níveis de industrialização e urbanização, tecnicização da agricultura, melhora nos padrões de vida e adoção de educação e valores culturais “modernos” (MENDONÇA, 2010b, p. 88).

CAPÍTULO 2: O SISTEMA IMPERIALISTA PÓS-1945, A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E SEUS ANTECEDENTES

Neste segundo capítulo refletiremos acerca da conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente sobre o surgimento dos Estados Unidos como hegemônico na cena mundial e as consequências desse processo, principalmente para a América Latina. As relações entre Brasil e Estados Unidos serão tratadas no bojo do sistema imperialista, reorganizado após 1945. Procuraremos identificar antecedentes do programa lançado por Kennedy com o objetivo de demonstrar a efetividade de uma “ação cooperativa” norte-americana desde a década de 1940, principalmente no que tange à cooperação técnica, ensino e pesquisa voltados para o campo brasileiro. Abordaremos a conjuntura anterior à presença da Aliança para demonstrar como se deu o que consideramos o “primeiro compromisso norte-americano com a ajuda internacional em larga escala”, o chamado Ponto IV. Nosso objetivo nesse capítulo é sinalizar como, no âmbito da cooperação técnica para o campo, o Programa Ponto IV e, posteriormente, a Aliança para o Progresso, foram instrumentos fundamentais para a vulgarização do paradigma estadunidense de modernização.⁷³

2.1 – O Novo Imperialismo

Lênin (1982) teorizou sobre o imperialismo, caracterizando-o como uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo. Harry Magdoff (1978) aponta os traços do que se considera como um “novo” imperialismo, dotado de novas características a partir do pós-1945. Dois desses traços foram o surgimento dos Estados Unidos como “líder” na cena mundial e a concentração do poder econômico junto a um número reduzido de empresas financeiras e industriais integradas (MAGDOFF, 1978, p. 23-24). Após o fim da Segunda Guerra Mundial, interpreta o autor, os Estados Unidos passaram a organizar e liderar todo o sistema imperialista, em decorrência de sua maturidade econômica e potência militar. Essa organização envolvia agências como as Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, além disso, Washington controlava uma série de programas de ajuda econômica e militar (Ibidem, p. 43). O autor cita uma emblemática declaração do Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, de maio de 1965, que

⁷³ Em 1961, o Ponto IV foi incorporado à Aliança para o Progresso com posição de destaque.

demonstra bem o papel assumido pelo país do Norte. “Esse planeta tornou-se muito pequeno. Devemos cuidar dele todo – com toda a sua terra, água, atmosfera e espaço circundante” (RUSK, apud MAGDOFF, 1978, p.44).

Magdoff destaca que os Estados Unidos se colocavam em posição de comando junto à rede imperialista mundial não deixando, porém, de levar em consideração a importância dos países da Europa Ocidental e do Japão. Para o autor, o “novo” imperialismo possui três traços que o distinguem do anterior: o primeiro seria a mudança da rivalidade das grandes potências para dividir o globo entre si, para uma espécie de conciliação em nome da luta contra o encolhimento do sistema imperialista; o segundo a liderança e organização do sistema imperialista pelos Estados Unidos; e por fim um avanço tecnológico de caráter global (Ibidem, p. 42).

Conforme destacado acima, o sistema imperialista forjado no pós-1945, se organizou por intermédio de agências internacionais como as já fartamente citadas, todas elas com grande influência estadunidense. A luta contra o comunismo estava na ordem do dia, pregando a união do “mundo livre” e a necessidade de consolidação do sistema capitalista. Rostow, ainda em 1956, já chamava atenção para a questão do desenvolvimento diretamente ligado a segurança dos países mais ricos:

A localização, recursos naturais e população das áreas subdesenvolvidas são tais que, se ligados efetivamente ao bloco comunista, os Estados Unidos passariam ao segundo lugar, como potência mundial [...]. Indiretamente, a evolução das áreas subdesenvolvidas poderá determinar o destino da Europa Ocidental, do Japão e, portanto, também a eficácia das regiões industrializadas da aliança do mundo livre, a qual estamos comprometidos a liderar. Se as áreas subdesenvolvidas caírem sob o domínio comunista ou *se fixarem numa atitude hostil* para com o Ocidente, diminuirá a capacidade econômica e militar da Europa Ocidental e do Japão [...] estão em jogo, na evolução das áreas subdesenvolvidas, nossa segurança militar e nosso modo de vida, além do futuro da Europa Ocidental e do Japão. Nós temos, evidentemente, interesse nacional maior no desenvolvimento de uma *coalizão do mundo livre* [...] (ROSTOW, apud ibidem, p. 59).

Tal “coalizão do mundo livre” envolveu a ação encabeçada pelos Estados Unidos, porém não a ele restrita, de dominação suscitada pela expansão do capitalismo monopolista. Neste processo, os EUA assumiram o papel hegemônico de exportadores de capital sendo que, na década de 1960, seus investimentos no estrangeiro ultrapassaram, em muito, os do Reino Unido. Dentre eles constavam títulos e aplicações diretas, representados pela propriedade de filiais e subsidiárias de empresas. O país do Norte protagonizou uma imensa expansão de investimentos em indústrias manufatureiras no exterior e, dessa maneira, garantiram sua penetração e monopolização desses mercados.

As subsidiárias instaladas em um determinado país conquistavam boa parte dos mercados internos nacionais (MAGDOFF, p. 62).

Em 1961, foi estabelecido o *Agreement between the Department of State and the Department of Commerce on International Commercial Activities*. Os Estados Unidos aumentaram sua riqueza mesmo tendo se defrontado com um déficit de seu balanço de pagamentos. Assim, o acordo objetivava “a expansão do comércio externo dos Estados Unidos, visando à manutenção da balança de pagamentos internacionais” (GONÇALVES, 2016, p. 92). O Departamento de Comércio dos Estados Unidos, importante agência nesse contexto de expansão, era responsável por “promover a indústria e os negócios nacionais, seu comércio interno e externo, o crescimento científico e técnico”. Gonçalves (2016) aborda as relações estabelecidas entre essa agência do estado restrito estadunidense e o empresariado, sendo o Departamento quem providenciava – quer para o governo, quer para os empresários – “informações, assistência e as necessidades do governo em relação ao empresariado e vice-versa” (Ibidem, p. 92).

O cargo de especialista comercial (*Commercial Specialists*), criado a partir do referido acordo nos postos diplomáticos e consulares, recebeu uma série de atribuições, demarcando a preocupação de Washington com o estímulo à participação da empresa privada em questões da política externa americana. Dentre estas atribuições estavam:

[...] conduzir o trabalho relacionado às questões comerciais em seus postos; proporcionar serviços e ajuda para empresários norte-americanos e locais, guiando e dando assistência para estabelecer conexões empresariais; promover um *background* de informações sobre potenciais mercados consumidores, fontes de abastecimento ou outras oportunidades de negócios; auxiliar na preparação e apresentação de propostas de negócios; promover encontros e dar assistência para contatar oficiais do governo local [...] promover a exportação de produtos norte-americanos; buscar oportunidades de investimentos e negócios para o empresariado dos EUA; promover o investimento privado; manter contato com homens de negócios estrangeiros e membros de governos no exterior com o propósito de estimular produtos, investimentos e interesses internacionais norte-americanos; e proteger seus interesses no exterior. Deveria ainda manter e promover bibliotecas e arquivos com informações comerciais e econômicas, para assistência do empresariado norte-americano e local, encorajando sempre a utilização de padrões norte-americanos para que as empresas dos Estados Unidos pudessem competir de maneira mais efetiva. Era incentivado o estímulo à participação de empresários dos Estados Unidos em eventos e feiras de negócios locais (Ibidem, p. 92-93).

Apesar do discurso da cúpula do governo de Kennedy persistir em sua crítica à ocupação de cargos de confiança do Estado por parte de empresários, estes lá permaneciam, direta ou indiretamente. Dessa forma, ainda em 1961, foram criados mais de 80 novos postos a serem ocupados por especialistas comerciais. No Brasil, dentre os

representantes do Departamento de Comércio estavam Lincoln Gordon – isto demonstra a posição estratégica do embaixador – e Jack B. Kubish, então Ministro para Assuntos Econômicos e Diretor da USAID, dois dos principais agentes da Aliança para o Progresso no país. Em 1963, era possível contar 21 postos ocupados por agentes do Departamento de Comércio americano, distribuídos pelos consulados de São Paulo e Recife, além da embaixada no Rio de Janeiro (Ibidem, p. 94).

As iniciativas estabelecidas pelo acordo entre o Departamento de Estado e o de Comércio não ocorreram sem tensões entre ambas as agências. Gonçalves cita carta enviada por Luther Hodges (secretário de Comércio) a Dean Rusk (secretário de Estado), em que o primeiro critica fortemente a atuação do Departamento de Estado:

Eu acho que agora é hora de o Departamento de Estado reconhecer, não apenas em palavras, mas em ações, que o Departamento de Comércio deve ser o principal contato do Governo dos EUA com a indústria em matéria de comércio e investimentos. [...] E não devem ser tomadas medidas que degradem este papel do Departamento, muito menos devem ser seguidos procedimentos que criam confusão na mente da comunidade empresarial quanto ao local ocupado pela Administração nas políticas definidas (Ibidem, p. 96).

As atividades internacionais eram cruciais para os Estados Unidos, principalmente para consolidar sua posição mundial. Dentre elas destacavam-se os investimentos privados, as despesas militares e os programas do governo de assistência ao exterior. “Essas três atividades possuem um traço comum: servem para manter e reforçar o *controle*” (MAGDOFF, 1978, p. 123). O Departamento de Defesa estadunidense empenhava-se em liderar o combate ao comunismo, destacando as conexões entre este último e os programas de ajuda externa. Robert McNamara, secretário de Defesa, em discurso proferido em 1966, falava sobre a importância da assistência econômica:

Aproximadamente cem países estão, hoje em dia, enfrentando as dificuldades da transição para sociedades modernas. Não há entre eles taxa de progresso uniforme e eles variam de sociedades conglomeradas primitivas [...], até países relativamente sofisticados e bem encaminhados no que toca à auto-suficiência agrícola e à capacidade industrial. Essa avassaladora onda de desenvolvimento, particularmente através de toda a metade sul do globo, não tem paralelo na história (MAGDOFF, 1978, p. 125).

Tratando especificamente da Aliança para o Progresso, o secretário de Defesa defendia:

As tensões sociais, a distribuição desigual da terra e da riqueza, as economias instáveis e a falta de uma estrutura política de bases amplas criam uma perspectiva de instabilidade contínua em muitas regiões da América Latina. A solução para esse e para outros problemas associados [...] está na Aliança para o Progresso, à qual nós e nossos amigos latino-americanos estamos consagrando grandes recursos. *Mas as metas da Aliança só podem ser*

conseguidas dentro de um quadro de referências de lei e ordem (Ibidem, p.131, grifos do autor).

MacNamara, após ocupar o posto de Secretário de Defesa de Kennedy e Johnson, ocuparia a presidência do Banco Mundial, em abril de 1968, e sua gestão selaria a consolidação do Banco como agência líder no âmbito da assistência internacional ao desenvolvimento. Sua administração, segundo Pereira (2009), dinamizou, inovou e expandiu as operações do Banco numa escala inédita, ampliando sua gravitação financeira, política e intelectual e consolidando-o, definitivamente, como uma agência fulcral no âmbito das políticas de desenvolvimento (PREREIRA, 2009, p. 112).

Seguimos neste trabalho a interpretação de que a política de assistência internacional estadunidense, ao longo da década de 1960 e inícios de 1970, foi direcionada para funcionar como um instrumento de *controle*. A Aliança para o Progresso foi um desses instrumentos junto à América Latina, buscando combater o “perigo vermelho” e assegurar a expansão de capitais. De acordo com Kennedy, em discurso para o Clube Econômico, em Nova Iorque, em 1962:

[...] a ajuda externa é o método pelo qual os Estados Unidos mantêm uma posição de influência e controle no mundo e sustentam muitos países que, definitivamente, entrariam em colapso ou passariam para o bloco comunista (MAGDOFF, 1978, p. 126).

Magdoff (1978) classifica as iniciativas norte-americanas de ajuda internacional segundo suas finalidades ou resultados, analisando-as ponto a ponto. A sumarização da análise do autor ajuda a demonstrar a profunda inserção dos Estados Unidos no sentido de expandir tanto o seu *american way of life*, quanto o *american way of business* (GONÇALVES, 2016) para os países da América Latina, tendo a Aliança para o Progresso como instrumento central.

- 1) Para implementar a política militar e econômica de âmbito mundial dos Estados Unidos.
- 2) Para reforçar a política da porta aberta; a liberdade de acesso a matérias-primas, comércio, oportunidades de investimento dos E.U.A.
- 3) Para assegurar que o desenvolvimento efetivamente registrado nos países subdesenvolvidos se enraíze firmemente nos usos e práticas capitalistas.
- 4) Para obter lucros imediatos para os negociantes norte-americanos à procura de oportunidades comerciais e de investimentos.
- 5) Para tornar os recebedores da ajuda cada vez mais dependentes dos EUA e de outros mercados de capital. (As dívidas criadas pelos empréstimos perpetuam a sujeição dos recebedores quanto aos mercados de capital e centros metropolitanos) (MAGDOFF, 1978, p. 126).

O *controle* passava também pela assistência militar, por relações de amizade entre o alto oficialato latino-americano e estadunidense, em simbiose ímpar. O *Chairman* do

Comitê de Relações Exteriores norte-americano declarava, em maio de 1965, que a “ajuda militar” daquele país na derrubada do governo de João Goulart fora um fator importante para dar às forças golpistas “uma doutrinação sobre os princípios da democracia”, além de uma “orientação pró-Estados Unidos”. “Muitos desses oficiais foram treinados nos EUA, sob o programa da AID. Sabiam que a democracia era melhor que o comunismo” (Ibidem, p. 132).

A operação envolvia assegurar financiamentos a governos favoráveis a Washington, a fim de mantê-los no poder. E, nesse quesito, o Brasil foi o principal laboratório estadunidense, utilizando o programa da Aliança para o Progresso como meio de barganha para garantir um governo alinhado a suas políticas. A tabela abaixo evidencia os valores das despesas feitas pela USAID no Brasil, demonstrando claramente que, na gestão Goulart, os Estados Unidos evitaram ao máximo liberar assistência substantiva ao Brasil, no que contribuiria, diretamente, para maximizar a já difícil crise financeira e abalar o já complexo quadro político. Podemos verificar que em 1964 os valores sofreram uma queda brusca, confirmando a estratégia de “sangrar” o governo Jango, diminuindo o fluxo de capitais forâneos, fundamental para equilibrar o balanço de pagamentos e conter a inflação. Após o golpe, a assistência econômica foi retomada com maior fôlego, contando também com a participação de instituições como Banco Mundial e o FMI, na cruzada em prol da promoção do desenvolvimento.

Tabela 2: Despesas no Brasil da USAID

em 30 de junho o ano fiscal termina	Despesas (milhões de dólares)
1962	81,8
1963	38,7
1964	15,1
1965	122,1
1966	129,3

Fonte: USADI, apud MAGDOFF, 1978, p. 152.

Os relatórios da USAID exaltavam a administração de Castelo Branco que, segundo dirigentes da agência, conduzia um “eficaz e severo” programa de estabilização

econômica, desenvolvimento e reformas. Ademais, ele promovera o “encorajamento” de empresas privadas, através de políticas públicas que puseram fim à anterior “tendência de estatização”.

Foram criados novos incentivos e removidos velhos obstáculos, num esforço para aumentar a participação da empresa privada, tanto a estrangeira quanto a interna. Novos investimentos estrangeiros foram procurados para o desenvolvimento de minerais e petroquímicos e foi assinado um tratado de Garantia de Investimentos, com os Estados Unidos (USAID, apud MAGDOFF, 1978, p. 155-156).

O referido tratado de Garantia de Investimentos, previa um seguro contra as perdas financeiras de empresários norte-americanos que investissem no exterior, em caso de nacionalizações ou dificuldades de conversão das taxas de lucro em dólares. O *Foreign Assistance Act*, de 1963, pressionava os países subdesenvolvidos que demandassem qualquer ajuda financeira a assinar o tratado de Garantia. Caso contrário, a partir de 1965, nenhuma assistência a eles seria concedida no caso de não instituírem o programa de garantia de investimentos (Ibidem, p. 140). O Brasil assinou o acordo em fevereiro de 1965 e o governo acreditava que, dessa forma, seria encorajada a participação privada na geração de recursos econômicos e maximização da capacidade produtiva. Esperava-se um volume de 250 milhões de dólares de investimento privado norte-americano em setores como a indústria de tratores e produtos químicos, trazendo “know-how, trabalho especializado e técnico, fomento de pesquisa e tecnologia moderna” (BRASIL, COCAP, 1966, p. 145). O que significava, na verdade, expansão de indústrias norte-americanas, com acesso facilitado por políticas públicas aos mercados e à força de trabalho latino-americanas.

Verificamos em nossa pesquisa, analisando os acordos que envolveram a Aliança para o Progresso, que funcionários norte-americanos participavam, em vários níveis, das tomadas de decisão nos países que recebiam a assistência técnica-financeira, por exemplo. Todavia, a rede imperialista do pós-guerra também envolvia outras nações desenvolvidas que, juntamente com os Estados Unidos (mas não sem competição entre elas), através de agências multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, buscavam aprofundar a cooperação com os países subdesenvolvidos, enraizando, progressivamente, sua dependência. “O impacto do trabalho em conjunto dessas organizações, não raro à maneira de um consórcio, é dar a impressão ao recebedor de que não existe outro recurso senão o de seguir os conselhos e instruções dos outorgantes de ajuda e empréstimo” (Ibidem, p. 158).

Percebe-se que a hegemonia estadunidense no pós-Segunda Guerra ancorou-se na atuação militar aliada à expansão de negócios e lucros pelo mundo. Com a proteção de sua força militar “patrulheira do globo”, em alerta contra o “perigo vermelho”, suas indústrias e finanças se espalharam pelas mais diversas nações, alcançando alta lucratividade, revertida para o país de origem.

2.2 – Cooperação técnica estadunidense, novidade ou “mais do mesmo”?

O programa de cooperação financeira e técnica estadunidense estudado neste trabalho tem suas diretrizes descritas na chamada Carta de Punta del Este, a qual definiu como seu objetivo central “acelerar o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos”. Foram também fixadas, no documento, as metas para o período chamado de *Decade of Development*⁷⁴, dentre elas:

2. Pôr à disposição de todos os setores econômicos e sociais os benefícios de crescimento econômico mediante distribuição mais equitativa da renda nacional, *elevando mais celeremente as rendas e os padrões de vida das classes mais pobres*;

5. *Aumentar consideravelmente a produtividade e a produção agrícola e melhorar igualmente os serviços de armazenamento, transporte e distribuição*;

6. *Impulsionar (...) programas de reforma agrária integral encaminhada à efetiva transformação, onde for necessária, das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e de minifúndios por sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição de seus produtos*;

7. *Eliminar o analfabetismo entre os adultos do Hemisfério e, até 1970, garantir um mínimo de seis anos de instrução primária a toda criança em idade escolar, na América Latina; modernizar e ampliar os meios para o ensino secundário, vocacional, técnico e superior; aumentar a capacidade para a pesquisa pura e aplicada, assim como prover o pessoal habilitado requerido pelas sociedades em rápido desenvolvimento.* (Carta de Punta del Este, 1961, grifos nossos).

Constatamos que parte importante das pesquisas dedicadas ao tema da Aliança para o Progresso, interpretou-a como uma grande “inovação” na política externa estadunidense. Para elucidar essa afirmação citamos o importante trabalho de Ribeiro (2006), onde o autor avalia que:

A novidade do programa foi, em parte, o fato de esperar que o desenvolvimento econômico e as reformas sociais, *nunca antes* propostas pelo governo americano na América Latina, criassem uma estabilidade política, uma legitimidade dos regimes democráticos da região, detendo o presumido avanço comunista (RIBEIRO, 2006, p. 18, grifo nosso).

⁷⁴ “Década do Desenvolvimento”, esse termo era frequentemente utilizado pelos quadros da Aliança para o Progresso em sua propaganda sobre a importância do programa para a América Latina. A Organização das Nações Unidas (ONU) também utilizava o termo (PEREIRA, 2009).

O autor, que é um dos mais citados pelos especialistas na temática, não deixa de contemplar, em sua tese de doutoramento, uma análise da política externa estadunidense no período prévio à Aliança. Interpreta que, apesar das continuidades com relação ao *New Deal*, ao Plano Marshall⁷⁵ e ao Ponto IV, o que os Estados Unidos se propunham a realizar através da Aliança para o Progresso “não tinha precedentes ou paralelos na história, na experiência política dos programas de desenvolvimento”. Ademais, defende que a “Aliança para o Progresso significou uma nova abordagem”, ligada aos interesses econômicos dos Estados Unidos (Ibidem, p. 25).

Com tal postura, entendemos que o autor acaba endossando o discurso dos formuladores da política externa de Kennedy (1961-1963) – mesmo que esse não tenha sido seu objetivo – ao avaliar a Aliança para o Progresso como inovadora. Cremos que Ribeiro estabelece, muitas vezes, uma visão positiva das diretrizes contidas na Carta de Punta del Este, atribuindo a ela a responsabilidade pela mudança de visão por parte dos dirigentes norte-americanos para com a América Latina. Ribeiro não deixa de levar em conta o idealismo contido no programa e seu papel ideológico no contexto dos anos 1960, porém, não o relaciona com os objetivos de expansão capitalista dos Estados Unidos, o que, ao nosso ver, levou-o à interpretação de “inovação”. Ribeiro considera que os esforços precedentes à Aliança, realizados no governo de Eisenhower, pareciam “improvisados e inadequados” (Ibidem, p.81). De igual forma, Arthur M. Schlesinger⁷⁶ (1966) escreve que a ajuda externa da administração anterior à de Kennedy era “fragmentária e ineficiente”. Como veremos no próximo capítulo, John F. Kennedy desde inícios de sua campanha criou um grupo de trabalho para realizar avaliações sobre a América Latina e traçar as linhas mestras da futura *United States Agency for International Development* (USAID). Tal grupo, do qual Schlesinger fazia parte, teceu inúmeras críticas à política externa da administração Eisenhower, que subsidiaram os argumentos para a criação da nova agência de desenvolvimento, em 1961.

Defendemos neste trabalho a hipótese de que o referido programa não foi uma “inovação” emanada da política externa norte-americana, já que tal “ação cooperativa” tem antecedentes desde os anos 1940, principalmente no tocante à cooperação técnica

⁷⁵ Foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países europeus aliados nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall.

⁷⁶ Principal conselheiro de J. Kennedy, historiador com vasta experiência em política internacional. Professor da Universidade de Harvard assumiu o cargo de assistente especial de Kennedy, permanecendo no mesmo cargo durante o governo de Lyndon Johnson (1963-1969). Recrutado para trabalhar já na equipe de campanha de Kennedy.

destinada à agricultura no Brasil. Entendemos, sim, que a política externa perpetrada a partir da gestão Kennedy representou um esforço de unificação das diversas agências de desenvolvimento, tendo como justificativa teórica a chamada teoria da modernização.⁷⁷ Ademais, a partir da revolução em Cuba e de seu alinhamento ao bloco soviético, os Estados Unidos intensificaram sua atuação no hemisfério, quer passando tanto pela cooperação financeira e técnica, quer pela cooperação militar.

2.3 – Relações Brasil-Estados Unidos no pós-Segunda Guerra

No período compreendido entre 1930 e 1945, os Estados Unidos reforçaram sua posição hegemônica dentro do continente americano, porém, reformulando a condução das relações exteriores com os países do hemisfério. A Política da Boa Vizinhança (*Good Neighbour Policy*), implementada na gestão de Franklin D. Roosevelt (1933-1945), se apresentava como defensora de princípios básicos tais como o reconhecimento da soberania nacional dos países latino-americanos e uma política de não-intervenção estadunidense. Na economia, os Estados Unidos procuraram assegurar a promoção dos interesses comerciais e financeiros de suas companhias no continente, garantindo sua participação em importantes atividades econômicas, como a exploração do petróleo e de matérias primas. Como avalia Pecequillo (2003), a Política da Boa Vizinhança significou uma forma do país do Norte adequar-se às transformações do sistema internacional e hemisférico.

Com o fim da Segunda Guerra e início das tensões entre Estados Unidos e União Soviética dificultavam-se as possibilidades de inserção internacional do Brasil, uma vez que a América Latina não era considerada uma zona prioritária, mas sim zona de influência norte-americana. Estruturou-se uma nova ordem mundial calcada na hegemonia estadunidense e dotada de diversas frentes de ação. A Conferência de Bretton Woods, em 1944, consagrou o livre comércio e a livre circulação de mercadorias como princípios básicos do intercâmbio econômico internacional. Foram criadas as duas instituições que, no plano do discurso, deveriam assegurar a estabilidade econômica do mundo capitalista: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O BIRD é a organização mais antiga que, posteriormente, constituiria uma das sete organizações do Grupo Banco Mundial.⁷⁸

⁷⁷ Demonstraremos melhor essa hipótese no capítulo 3.

⁷⁸ Sobre o Banco Mundial ver importante trabalho de PEREIRA, 2009.

Segundo Pereira (2009) o BIRD e o FMI possuem uma ligação direta, pois desde sua criação, no bojo das articulações de Bretton Woods, a pré-condição para um país se tornar membro do BIRD era incorporar-se ao FMI.

A chamada *Bretton Woods* foi a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, ocorrida na cidade homônima, em New Hampshire, em julho de 1944, presidida pelos interesses do capital norte-americano de garantias de mercado e de expansão de capitais. Para Pereira (2009), ao final de Bretton Woods, a hegemonia estadunidense se materializou na reorganização geopolítica e econômica internacional do final da Segunda Guerra. Um dos “filhos” da Conferência, o BIRD, sancionou em suas políticas operacionais a visão norte-americana sobre como a “economia mundial deveria ser organizada, como os recursos deveriam ser alocados e como decisões de investimento deveriam ser alcançadas” (PEREIRA, 2009, p. 59). Poucos anos após a Conferência, a noção de um mundo de estabilidade monetária e de livre comércio foi colocada de lado diante da emergência de “blindar” a Europa contra a “ameaça comunista” (Ibidem, p.64). Durante os anos 1950, o Banco “passou a considerar seus projetos como vitrines”. Analisando o *modus operandi* do Banco, abordado por Pereira na citação abaixo, verificamos que sua atuação pode ser aproximada ao que seria colocado em prática, posteriormente, pela *Aliança para o Progresso*:⁷⁹

No debate interno do BIRD sobre a fungibilidade do dinheiro, abordado no relatório anual de 1949-50, o financiamento de projetos teve como justificativa o “papel educacional” que os mesmos desempenhavam ou poderiam desempenhar, funcionando como “salas de aula” para que os governos dos países periféricos aprendessem a “administrar melhor” seus investimentos [...] Como? De duas formas, basicamente. A primeira se dava por meio da assistência técnica e se materializava, em geral, pela montagem de agências específicas — insuladas do conjunto da administração pública ou vinculadas a certos ministérios — para gerir os projetos. A segunda forma ocorria pelo atrelamento, em maior ou menor grau, da liberação de recursos ao comportamento dos prestatários, como a perseguição ou manutenção da “disciplina fiscal e monetária”. Desde o início de suas operações, pois, o BIRD atuou mediante o monitoramento das políticas econômicas dos países periféricos, desempenhando um papel altamente intervencionista (PEREIRA, 2009, p.76-77).

Visentini (2009) interpreta ainda que, ao final da guerra, os Estados Unidos possuíam um quase monopólio das zonas periféricas produtoras de matéria-prima – sendo o Brasil um forte exemplo dessa situação – necessárias para a reconstrução dos países europeus, esta sim, a real prioridade da política internacional estadunidense no imediato

⁷⁹ Indicamos tal aproximação sem deixar de considerar as especificidades de atuação de uma instituição bancária como o BIRD.

pós-Segunda Guerra. Identifica ainda a hegemonia americana no plano diplomático consubstanciada na criação da Organização das Nações Unidas (ONU), de grande relevância para os objetivos de Washington, posto que “representava um instrumento jurídico, político e ideológico do internacionalismo necessário aos seus interesses” (VISENTINI, 2009, p. 57). Os Estados Unidos, cada vez mais, passam a reforçar o que intitularam como sua “missão”: moldar o mundo à sua imagem e semelhança. Sobre a criação da ONU, Pecequilo (2003) analisa:

Nesse sentido criou-se uma instituição universal em seus princípios e valores, garantindo direitos e representação iguais a todos os países, mas que, ao mesmo tempo, possuía um órgão interno, o Conselho de Segurança, que era formado somente pelas potências mais importantes do sistema, refletindo o equilíbrio de poder da época – os vencedores da Segunda Guerra Mundial, mais a China (PECEQUILO, 2003, p. 129).

No contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos assumiram o papel de liderança em manter o mundo capitalista integrado, garantindo a submissão a seus interesses político-econômicos. Nesse sentido, qualquer tipo de nacionalismo que atingisse, minimamente, os princípios de Bretton Woods – tais como as práticas comerciais restritivas ou barreiras alfandegárias – era considerado uma ameaça ao equilíbrio almejado, devendo ser garantida a promoção da empresa privada e dos capitais estrangeiros, sendo, conseqüentemente, rechaçadas quaisquer ações intervencionistas dos Estados na economia.

O período da Guerra Fria marcou o aumento do número de instituições e organismos patrocinados por Washington, assegurando sua hegemonia uma vez que concentrava não apenas recursos, “mas também a legitimidade para agir” (PECEQUILO, 2003, p. 131). Os Estados Unidos complementaram a sustentação de sua hegemonia mediante a criação de instituições e organizações de cunho multilateral, das quais, muitas vezes, detinha a liderança. Ademais, utilizou-se de outras fontes diversas como a “ideologia, as visões de mundo, os projetos e as táticas de convencimento que permitiram ampliar a sua aceitação pelos outros Estados” (Ibidem, p. 131).

A União Soviética, sob o ponto de vista dos Estados Unidos, bem como dos países mais ricos da Europa Ocidental, era um risco às nações coparticipes dos valores da democracia e liberdade, tão preconizados por Washington. Havia a percepção de que existia uma diferenciação e incompatibilidade de visões de mundo, de modos de vida, acarretando a impossibilidade de coexistência. Dessa forma, os Estados Unidos deveriam endurecer sua posição frente à ameaça comunista. Tal separação ideológica estava

presente também na Europa do pós-guerra e Winston Churchill alertava, no famoso discurso de 1946, em que mencionou a “cortina de ferro, para o desejo de Stalin em estender seus domínios pela Europa” (PECEQUILO, 2003, p. 137). Os Estados Unidos então, a partir da Doutrina Truman e com base na incompatibilidade entre ambos os regimes, estabeleceu a política de contenção para combater o avanço do inimigo, resguardando a integridade de sua sociedade e dos países aliados (Ibidem, p. 143).

Pecequilo (2003) trata da publicação de um artigo assinado pelo Sr. X⁸⁰, na revista *Foreign Affairs*⁸¹, em julho de 1947, com o título *The Sources of Soviet Conduct*. O texto enfatizava a política de contenção e defendia uma atuação ainda mais sistemática e agressiva dos Estados Unidos contra Moscou (Ibidem, p. 147). “Reduzir o poder e influência da União Soviética”, a “maior ameaça à segurança” norte-americana, estavam previstos também no documento aprovado pela presidência em 1948, o NSC-20/4.⁸² A contenção funcionava como uma “estratégia de poder que permitia aos Estados Unidos perseguir seus interesses de forma pragmática e sem fronteiras, estando revestida com o discurso de defesa da liberdade”. Tal política também fomentou, internamente, o surgimento de uma série de agências governamentais que articulariam o papel dos Estados Unidos no sistema, na conjuntura da Guerra Fria. Neste momento, a prioridade estadunidense era impedir que a Europa Ocidental, que sofria as consequências da guerra, fosse agregada à órbita soviética, como ocorrera com a região leste (Ibidem, p. 148).

A criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a instituição do Plano Marshall marcaram o fim de um tipo de política internacional “isolacionista” estadunidense (Ibidem, p. 149). Dessa maneira, a aliança norte-americana com os países europeus a ele alinhados no pós-1945, demarcava a nova organização do sistema imperialista global. Um novo documento, o NSC-68,⁸³ de 1950, apresentava um caráter geral e estabelecia formas para que os Estados Unidos exercessem a liderança do conjunto

⁸⁰ Logo após a divulgação do artigo o autor foi revelado, era George Kennan, diplomata do Departamento de Estado (PECEQUILO, 2003, p. 145).

⁸¹ Revista publicada pelo *Council on Foreign Relations* (CFR), conselho norte-americano formado em 1918 que congregava industriais, banqueiros, militares, burocratas, intelectuais, entre outros, para pensar e formar estratégias sobre problemas políticos, econômicos, financeiros e internacionais dos Estados Unidos. Voltaremos ao CFR no capítulo 3.

⁸² “Relatório do Conselho de Segurança Nacional sobre os objetivos dos EUA com respeito à URSS para combater ameaças soviéticas à segurança dos EUA”, documento de 23 de novembro de 1948. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v01p2/d60>, consulta realizada em 12/12/17.

⁸³ Relatório ao Conselho de Segurança Nacional com os objetivos e programas dos EUA para a Segurança Nacional, documento de 12 de abril de 1950. Disponível em https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf, consulta realizada em 12/12/17.

dos “povos livres”. A NSC-68 “pregava uma ação política ocidental mais intensa” e tratou de rever os objetivos da contenção, imprimindo-lhes a necessidade de ação mais apropriada com relação à ameaça de guerra. Dessa forma, pregava a “mobilização para a guerra e a militarização da política externa” (Ibidem, p. 152). Os Estados Unidos também buscavam conquistar a conscientização doméstica acerca da importância de prepararem-se para a guerra, assegurando aprovação para o redirecionamento de recursos e esforços para o conflito. Ademais, tinham a preocupação em ampliar sua influência global e, para tanto, uma das estratégias adotada consistiu no incremento de programas de ajuda e apoio que “deveriam ser incrementados, acelerando-se o processo de fortalecimento e ampliação das estruturas políticas e econômicas do mundo livre (Ibidem, p. 156).

2.3.1 – Militares como *agentes modernizadores*

Nosso trabalho acompanha as interpretações que imputam um caráter contrarrevolucionário da política externa estadunidense – portanto a Aliança para o Progresso – principalmente nas décadas de 1950 e 1960. O que os ideólogos de Washington chamavam de “política de contenção”, nossa pesquisa identifica como uma ação contundente daquele país junto a qualquer nação que, minimamente, indicasse a manifestação de qualquer tipo de nacionalismo, mesmo que identificado com o desenvolvimentismo nos moldes capitalistas. Sob essa ótica, as forças militares dos países subdesenvolvidos deveriam desempenhar importante papel, qual seja: garantir a ordem social, desarticular qualquer tipo de revolução social e mediar acordos políticos. Para tanto, os Estados Unidos garantiriam treinamento de militares, serviços de assessoria, programas de assistência militar e estímulo à venda de armamento (MAGDOFF, 1979).

Além disso, perpassava a ideologia do desenvolvimento a noção da importância dos militares no “processo modernizador”. Walt Rostow destacava como estratégia norte-americana a primazia do combate à guerrilha nas áreas subdesenvolvidas. O conselheiro político de Kennedy e Johnson, ressaltava que ocorria nesses países um “processo revolucionário de modernização” e que o comunismo via nisso uma ameaça, assumindo o papel de “vampiros do processo de modernização”. A estratégia do comunismo, seria, então, sustar o processo de desenvolvimento nos moldes estadunidenses, para que pudessem tomar e conservar seu poder. E a forma de conseguir tal intento seria a guerrilha (ROSTOW, 1965, p.144-145). A partir desses pressupostos, tornava-se imperioso combater militarmente as guerrilhas e mesmo impedir que elas surgissem. Aos Estados Unidos como “líder do mundo livre” (Ibidem, p.149), cabia prestar auxílio aos países em

desenvolvimento para debelarem, internamente, a guerrilha. A América Latina adquiria destaque no tocante a tal estratégia, principalmente após a revolução cubana e o Brasil assumiria papel central no hemisfério sul.

Desde 1945, foram firmados acordos militares entre os Estados Unidos e países da América Latina que incluíam fornecimento de armas, treinamento de oficiais e envio de missões militares. Esses países passaram a adotar modelos organizacionais e técnicas militares do país do Norte. No Brasil, a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG) foi indicativa de tal intervenção. Espelhada em sua congênere norte-americana, a *National War College*, a implantação da ESG contou com a assessoria de uma missão de conselheiros daquele país, que permaneceram no Brasil entre 1948 e 1960.

Ao general Cordeiro de Farias⁸⁴ foi confiada a tarefa de desenvolver toda a organização da ESG. O general defendia que em um país como o Brasil, o problema do desenvolvimento econômico constituía-se em questão de segurança nacional, juntamente com a educação, a indústria e a agricultura. A “inovação” da escola militar brasileira residia na participação de líderes civis oriundos de áreas como educação, indústria, comunicações e sistema bancário, decisão derivada da necessidade de unir, organicamente, desenvolvimento e segurança nacional. A Escola se converteu em um centro ideológico da estratégia contrarrevolucionária no Brasil (BANDEIRA, 2010, p.257). Coadunavam-se, então, os interesses das distintas frações da classe dominante brasileira com os dos militares, e a ESG foi *locus* desse encontro, se constituindo em laboratório das articulações contra João Goulart e “incubadora” das diretrizes do futuro regime empresarial-militar.

A ESG foi criada, formalmente, no governo Dutra, em agosto de 1949 e, em 1963, foi aprovado seu regulamento através do Decreto nº 53.080, de 04 de dezembro. O Curso Superior de Guerra destinava-se a “habilitar civis e militares” para o exercício de funções como “direção e assessoria”, especialmente dos órgãos responsáveis pela formulação, desenvolvimento, planejamento e execução da Política de Segurança Nacional. A ampla gama de questões abarcadas pelas divisões acadêmicas da Escola indica temas considerados importantes para a segurança nacional: Divisão de Assuntos Políticos (DAP); Divisão de Assuntos Psico-Sociais (DAPS); Divisão de Assuntos Econômicos

⁸⁴ Integrou as forças da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra; foi governador de Pernambuco entre 1955 e 1958; envolveu-se ativamente nas articulações do golpe contra João Goulart; na gestão de Castelo Branco chefiou a pasta do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (posteriormente Ministério do Interior).

(DAE); Divisão de Assuntos Militares (DAM); Divisão de Assuntos de Logística e Mobilização (DALMob); Divisão de Assuntos de Informações e Contra-Informações (DAICI) e Divisão de Assuntos Doutrinários e de Coordenação (DADC) (Decreto nº 53.080, de 04/12/1963).

Em meados da década de 1950 os ideólogos da ESG voltaram sua atenção para a inter-relação entre segurança e desenvolvimento nacional, muito influenciados pelos Estados Unidos que, “assumiram a liderança da contrarrevolução mundial” e de “políticas militaristas” como:

[...] as de atacar as nações socialistas e derrotar movimentos nacionalistas em países “subdesenvolvidos”, para mantê-los na rede de dependência imperialista, e a de ampliar o seu poder nacional, de maneira a preencher os vácuos deixados pelo declínio da influência europeia e do Japão na Ásia, África e América Latina (LEMOS, 2017, p .43).

Dessa forma, a ESG tem sua doutrina voltada para a formulação e execução de programas de segurança nacional não apenas para a proteção de fronteiras, mas para a segurança interna ligada ao desenvolvimento econômico. Stepan (1975) destaca que o foco intelectual da ESG passou a ser a “necessidade de um governo forte e de planejamento”.

O general Golbery, principal teórico da ESG e muitas vezes chamado de seu pai, ressaltou em suas obras que, nos países em desenvolvimento como o Brasil, “o planejamento da segurança nacional é um imperativo da hora em que vivemos [...] para nós nos países subdesenvolvidos [...] o planejamento assume aspectos de uma outra ordem que põe tudo o mais em destaque” (STEPAN, 1975, p.132).

Golbery do Couto e Silva, em agosto de 1944, seguiu para os Estados Unidos para um estágio no exército americano, tendo sido depois transferido para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), permanecendo na Itália até outubro de 1945. Além disso, chefiou o IPES no Rio de Janeiro; foi chefe do Serviço Nacional de Informações, durante o governo Castelo Branco e presidente da Dow Química (SILVA, 2003, p.12-13), empresa americana de ciência e tecnologia que se estabeleceu no Brasil em 1956, atuando junto a setores como eletrônicos, água, energia, tintas e revestimentos e agricultura. Golbery, como um dos principais teóricos da ESG e militar atuante na história política do Brasil nesse período, pode ser considerado um defensor do planejamento estatal. Golbery escreveu sobre o tema em 1956, na obra *Planejamento Estratégico*.⁸⁵

⁸⁵ Muitos dos escritos de Golbery foram compilados no livro *Geopolítica e Poder*, 2003. Carvalho (2009) referencia, a partir do livro compilado de 2003, as datas originais dos escritos de Golbery.

Silva (2003) afirma ser o planejamento crucial para o fortalecimento do potencial nacional, necessitando de ações estratégicas nas áreas política, econômica, social e militar. Porém, citando Walt Rostow, o autor fez questão de diferenciar seus pensamentos sobre o tema da política comunista, que para ele era desvirtuada, violenta, burocratizada e equivocada (SILVA, 2003, p.409). Golbery expõe como considera importante a ESG esmiuçar esse tema:

Melhor justificativa talvez não se pudesse encontrar do que nesses períodos tão rudes, mas tão cheios de verdade, para os esforços da Escola Superior de Guerra em debater, estudar e ensaiar exaustivamente, ano após ano, o método, os processos e as várias técnicas do planejamento da segurança nacional, sem que a mova a determinação orgulhosa de impor soluções ou de substituir-se aos órgãos credenciados para tais tarefas, mas com o objetivo fundamental e superior de forjar uma doutrina, de acumular e transmitir uma experiência e, sobretudo, de formar planejadores (Ibidem, p.429).

Essa preocupação com a questão do planejamento absorvida pelo pensamento esguiano não pode ser descolada da perspectiva da dinâmica do capitalismo avançado. Como já abordado no primeiro capítulo, por trás do discurso da necessidade imperiosa de elaborar planos estratégicos que levariam as nações mais pobres rumo ao desenvolvimento, os países desenvolvidos buscavam assegurar meios de controle mais sutis e refinados, garantindo em sua órbita os países subdesenvolvidos. Apesar da roupagem racional e objetiva, o planejamento aos moldes dos países imperialistas era ideológico e político.

A elaboração de uma *Doutrina Geopolítica Brasileira* era fundamental na visão de Golbery e da ESG. As diretrizes gerais para a elaboração da ação geopolítica deveriam inserir-se, igualmente, no contexto internacional uma vez que, segundo Silva, a geopolítica brasileira precisava participar da defesa da “Civilização Ocidental”. Segundo Duarte (2014) a Escola ajudou a estimular “nas elites brasileiras o sentido de pertencimento ao que é denominado de Ocidente cristão”, em oposição ao Oriente comunista⁸⁶ (DUARTE, 2014, p. 115). Ademais, o desenvolvimento econômico e social era tomado como condição *sine qua non* para a própria segurança nacional (SILVA, 2003, p.545-549). Assim como os ideólogos da modernização, a ESG entendia o conhecimento científico como propulsor do desenvolvimento, uma vez que, através de novas tecnologias, poder-se-ia otimizar a produção e, com isso, “assegurar o aumento de bem-estar material e espiritual” (ESG, 1979, p.275). A garantia da segurança nacional, para a Escola, passava por fatores como a ciência e a tecnologia, considerados estratégicos:

⁸⁶ Para uma análise de como a questão do Ocidente aparece nos Manuais da ESG ver DUARTE, 2014.

É preciso, pois, fazer avançar a capacidade de pesquisa científica e tecnológica, examinando-se sempre as possíveis aplicações práticas dos resultados obtidos. Sua urgência, no caso dos países em desenvolvimento, é maior no que se refere às atividades próximas da natureza (ESG, 1979, p. 133).

Carvalho (2009) enfatiza que a “aceitação do capitalismo e do investimento estrangeiro” integravam o pensamento da ESG, incluindo-se aí seu pró-americanismo, mesmo sem deixar de defender, igualmente, o fortalecimento do Executivo e a centralização do poder. Para que tais ideias pudessem conviver teoricamente dentro da Escola, apelava-se para o “interesse nacional” (CARVALHO, 2009, p.77). Stepan (1975) aponta ainda que a “concepção empresarial” da ESG, como forma de defender a segurança nacional, gerou uma série de estudos sobre a política, a economia e a sociedade brasileira. Tecnocratas e militares pesquisaram sobre inflação, reforma agrária, reforma bancária, sistema eleitoral, transporte e educação. Dessa forma, inúmeras conferências da ESG passaram a enfatizar tais questões, apontando o planejamento econômico e a mobilização de recursos como fundamentais para a segurança nacional. A doutrina da Escola passa a defender, cada vez mais, a necessidade de desenvolver o Brasil a partir de todos os recursos possíveis, inclusive os estrangeiros (STEPAN, 1975, p.134-135).

Outro tema caro à ESG, que não deixa de ter ligação com os mencionados acima, era o da integração nacional. A questão aparece desde sua inauguração, porém, quanto mais o binômio “Segurança e Desenvolvimento” dominava as estratégias formuladas pela Escola, mais ela se tornava prioritária. Dessa forma, se tornou essencial ao pensamento esguiano a noção de que seria impossível alcançar um nível de segurança e de desenvolvimento satisfatório com a permanência de regiões dispersas e sem vínculos entre si. Isso significava que todas as regiões do Brasil deveriam ser integradas a partir de uma rede eficiente e moderna de transportes e telecomunicações que atingisse os espaços vazios e as áreas designadas como “atrasadas”.

A concentração industrial em determinadas regiões, bem como com a existência de grandes “espaços vazios” e “atrasados” eram fulcrais e constituíam-se em uma potencial ameaça à segurança nacional. A ESG defendia um desenvolvimento de forma integrada, onde o incremento do processo produtivo e do consumo, caso realizado de forma eficiente e alcançando todas as regiões, impulsionaria a acumulação de capital e, conseqüentemente, garantiria a segurança e o “poder nacional”. Ou seja, o crescimento econômico e a modernização nos moldes do capitalismo avançado eram de “interesse nacional”.

Apreciação da evolução das atividades econômicas, nas diferentes sociedades e através dos séculos, nos mostra que a acumulação de capital economicamente reprodutivo, em amplitude e intensidade, foi um dos elementos fundamentais para a grandeza e o fortalecimento das Nações. Face ao capital acumulado pelas gerações anteriores, as gerações subsequentes têm ainda maiores possibilidades de acumulação de capital, concomitantemente com maiores disponibilidades em bens de consumo. Todavia a utilização dos recursos naturais da nação e dos seus recursos humanos dispersos pelo imenso território exige a disponibilidade de meios que permitam associá-los em atividades econômicas. Quanto maior o patrimônio incorporado à própria base geográfica, sob a forma de estrutura e aparelhamento dos sistemas de transportes, melhor fundamentado ficará o Poder Nacional, não só porque sua expressão econômica poderá ter maior valor, como também porque poderá haver maior disponibilidade de recursos para atender às demais atividades econômicas que concorrem para o engrandecimento do Poder Nacional. Além da disponibilidade, uma estrutura de transportes racionalmente organizada, a eficiente associação dos recursos humanos e o adequado intercâmbio dos meios provenientes da utilização dos recursos naturais distribuídos pelo território tornaram imprescindível a disponibilidade de uma estrutura de comunicações racionalmente organizada, e que, pelos mesmos motivos já expostos na estrutura dos transportes, passam a constituir um fundamento econômico do Poder Nacional (ESG, 1963 apud LIMA FILHO, 2011, p. 135).

Em documento intitulado *Os Interesses e as Aspirações do Povo Brasileiro*, do Departamento de Estudos da ESG, de 1973, fica bastante clara a preocupação da Escola em formar quadros a partir da “elite nacional” capazes de dirigirem a política brasileira. Em nome do “interesse nacional”, das “aspirações do ‘povo’ brasileiro”, esses quadros dirigentes, imbuídos da ideia unívoca de desenvolvimento econômico baseado em industrialização, aumento de produtividade e urbanização, deveriam gerir políticas para o conjunto da sociedade nos moldes do capitalismo avançado. Não é de se entranhar, como veremos nos próximos capítulos, que os dois primeiros governos militares brasileiros tenham desenvolvido, no âmbito da Aliança para o Progresso, projetos a partir desses mesmos princípios.

A elite nacional compreende não só os representantes do povo, integrantes dos poderes constituídos e que são, afinal, os responsáveis pela política nacional e pelo governo do país, como também todos aqueles que atuam com destaque nos setores mais importantes da atividade humana: no lar, na escola, na vida social, na agricultura, no comércio, na indústria, no judiciário, na diplomacia, nas forças armadas, nos setores educacionais, religiosos e de saúde. A elite é, enfim, o conjunto humano que, pelo grau relevante de suas atividades na vida da comunidade nacional, atua mais afetivamente do que o povo em geral no sentido de conduzir os destinos nacionais [...]. Consideramos o desenvolvimento econômico que estabeleça, principalmente, o racional aproveitamento da terra, o aumento da produção e da produtividade, a industrialização em larga escala, o aumento do mercado consumidor interno e o aumento das exportações de produtos primários e de produtos industrializados (ESG, 1973 apud LIMA FILHO, 2011, p. 136).

A questão da integração nacional no pensamento esguiano era perpassada pela ideia de fomentar o crescimento econômico de regiões subdesenvolvidas do país, levando

o incremento da produção e do consumo a todas elas, de forma integral. Dessa maneira, integração nacional ligava-se diretamente ao desenvolvimento e à garantia da segurança nacional.

As ideias da ESG em relação à integração nacional partiam da perspectiva de que a industrialização seria o mecanismo capaz de superar o “subdesenvolvimento” de áreas distantes e refratárias [...]. Neste sentido, as formulações da Escola giravam em torno de fomentar um ambiente favorável à acumulação de capital por intermédio do aperfeiçoamento tecnológico, além da vinculação espacial. A proposta era de que não adiantaria a modernização da produção se não houvesse meios de transportes eficientes que possibilitassem a circulação de mercadorias e capital, necessários ao incremento do processo produtivo. A integração nacional, na ótica da ESG, fundamentava-se no favorecimento da expansão do capital a todas as regiões do Brasil, combinando tecnologia e produção. Neste contexto, as políticas públicas deveriam incentivar a produção capitalista (LIMA FILHO, 2011, p. 137-138).

O general Juarez Távora dirigiu a ESG nos anos 1950 e já formulava as teses da Escola nos moldes do capitalismo avançado, uma visão de integração nacional a partir, principalmente, da construção de rodovias, ferrovias e portos, necessários a dinâmica do capitalismo. No governo Castelo Branco, Távora assumiu o Ministério de Viação e Obras Públicas, colocando em prática políticas públicas baseadas nas diretrizes defendidas pela ESG. Analisando as conferências do general, ligadas às diretrizes da ESG, bem como suas iniciativas como chefe da Pasta do primeiro governo militar, Lima Filho interpreta:

De acordo com a ESG, o Estado deveria redesenhar o espaço territorial por meio do planejamento, de modo a favorecer a expansão do capitalismo dependente. Significava ajustar, por meio da modernização dos meios de transportes, as condições ideais para que as indústrias pudessem se estabelecer em diversos locais do país, pois “sem circulação não pode haver desenvolvimento, porque os mercados exigem, para a sua satisfação e crescimento, que os produtos cheguem até eles, transportados dos centros de produção”. A modernização tecnológica, conjugando produção e circulação, passaria a ser o “carro-chefe” da integração nacional [...] Este modelo de integração partia do pressuposto que as forças produtivas modernizadas, uma vez alcançando todas as regiões do país, reduziriam as desigualdades entre as regiões (Ibidem, p. 141-142).

O planejamento necessário para garantir que todas as regiões brasileiras alcançassem o desenvolvimento passava pelo incentivo à empresa privada, ponto focal na promoção do desenvolvimento das áreas “atrasadas”.

O panorama da economia brasileira nos últimos 20/24 anos revela um sistema econômico em transição para etapas superiores de organização econômica. Verificou-se nesse período um intenso processo de modificações estruturais que configuram um indispensável movimento de construção de um sistema econômico mais complexo, de bases sólidas, mais apto a proporcionar melhores condições de vida à população do País, do que o velho sistema agrário até então predominante. Ampliaram-se as facilidades de transportes e comunicações, do que são testemunhos mais relevantes o reaparelhamento de

portos e da frota mercante, o crescimento e melhoria da rede rodoviária, o reaparelhamento de várias linhas férreas, a implantação de extensa rede de transportes aéreos. Aumentou de modo substancial a produção de energia elétrica, destacando-se, neste particular, empreendimentos de grande porte, alguns ainda em execução, que poderia constituir motivo de orgulho de qualquer nação adiantada da atualidade, tais como o sistema da Cia. Hidroelétrica do São Francisco, as usinas de Furnas, Três Marias, Nilo Peçanha, Cubatão, Urubupungá. Iniciou-se a produção de petróleo e de alguns de seus derivados. Foi implantado um apreciável parque industrial que é capaz de suprir a quase totalidade das manufaturas, inclusive de bens duráveis, que a crescente população utiliza. Esse considerável esforço de expansão não se desenvolveu com a mesma intensidade entre os diferentes setores da economia nacional, ocorrendo ainda desequilíbrios regionais. A partir da 2^a. Guerra Mundial as disparidades das estruturas econômicas regionais se agravaram. É que nesta fase mais recente verificou-se alguns fatores, inclusive as políticas adotadas com vistas à emancipação econômica do País, que concorreram para tornar ainda mais favoráveis as condições da expansão do centro-sul. Criou-se, em conseqüência, um poderoso pólo de atração nas áreas de São Paulo, Guanabara, parte dos Estados do Rio, de Minas Gerais e do Paraná. Pólo de atração de capitais, de trabalho e capacidade empresarial, não apenas do exterior, mas também de outras regiões do País. A maior parte das demais regiões conservou suas atividades rotineiras, enfraquecidas, entretanto, pela perda contínua de capitais e de sua mão-de-obra mais ousada, mais diligente, que demandaram o Sul em busca de melhores oportunidades. Faz-se necessário, então, uma política de subsídios fiscais de inversões diretas na infraestrutura, de apoio financeiro à iniciativa privada que se deseje associar ao esforço de recuperação das zonas menos desenvolvidas. Com esta providência será afastada uma das dificuldades básicas do setor privado das regiões mais atrasadas (ESG, 1967 apud LIMA FILHO, 2011, p. 142-143).

A longa citação demonstra a ênfase dada pelos ideólogos da ESG à defesa de uma economia capitalista de mercado moderna. Ademais, alertava para a necessidade de desconcentrar a acumulação capitalista, levando para as áreas subdesenvolvidas o incremento de capital, vindo da iniciativa privada, a partir de fomentos públicos. A modernização da “infraestrutura econômica e social das áreas subdesenvolvidas” seria alcançada com políticas de incentivo ao setor privado, abarcando áreas prioritárias como a indústria e a agropecuária. “Um programa de industrialização constitui um dos grandes suportes ao desenvolvimento”. Para tanto a ESG defendia que deveriam ser focalizados: a racionalização do sistema industrial tradicional; o apoio à pequena e média empresa industrial; a implantação de distritos industriais e a implantação de indústrias de base e de alto poder germinativo (ESG, 1970 apud LIMA FILHO, 2011, p. 145).

Como já destacado, um dos principais eixos garantidores do binômio “segurança e desenvolvimento”, segundo a ESG, era a questão da integração nacional. Esta seria a maneira mais eficaz de atenuar as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais dentro do próprio território nacional, diminuindo a pobreza e combatendo a possibilidade de penetração das ideias “subversivas” (Ibidem, p. 143). As políticas de desenvolvimento das áreas periféricas, baseadas na formação de um setor produtivo tecnologicamente

dinâmico, funcionariam como um “cordão de isolamento” contra o comunismo, assegurando a segurança interna em defesa do “Ocidente cristão”.

Torna-se importante entender, também, a participação dos círculos militares no golpe de 1964 e sua relação direta com a política externa estadunidense para a América Latina. Alfred Stepan (1975) escreveu obra pioneira sobre o tema, posto pertencer à geração de *brasilianistas* que pesquisou, em plena ditadura empresarial-militar, temas que eram negados aos historiadores brasileiros. Pesquisadores como Stepan e Thomas Skidmore (1975) se debruçaram sobre a história da América Latina e fizeram parte de um grupo de intelectuais que receberam bolsas e incentivos do governo norte-americano, no contexto da Guerra Fria, para estudar de forma detalhada esses países, auxiliando no combate ao “perigo comunista”. Tal estratégia compunha a doutrina de contrainsurgência estadunidense e esses estudos serviram de subsídio para a política contrarrevolucionária dos Estados Unidos.⁸⁷

A citada obra de Alfred Stepan (1975) foi resultado de sua tese de doutoramento na Universidade de Colúmbia. Durante sua pesquisa, o autor recebeu ajuda do adido militar na embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Vernon Walters, figura importante na conjuntura de inícios da década de 1960. Utilizando a Sociologia funcionalista, baseada em análises comparativas, método sistemático e quantitativo, o cientista político estabeleceu um modelo denominado *padrão moderador* para classificar as relações entre civis e militares no Brasil de 1945 a 1964. Para estabelecer seu *modelo moderador*, Stepan analisa traços básicos da cultura política dos países latinos, concluindo que seus militares eram politizados e todos os grupos tentavam cooptá-los para aumentar sua força política.

Dessa maneira, analisa Stepan, os militares foram chamados, repetidas vezes, para atuarem como “moderadores da atividade política” em períodos de crise, conquanto lhes tenha sido negado, “sistematicamente o direito de tentar dirigir o sistema político”. Para o autor o período compreendido entre 1945 e 1964 é considerado como um intervalo durante o qual “este padrão de relacionamento entre civis e militares predominou até a sua dissolução com a revolução de 1964” (STEPAN, 1975, p.51). A própria escolha da

⁸⁷ Para uma fundamental análise do papel dos militares no processo político brasileiro no período anterior ao golpe de 1964, e entender a dinâmica do próprio golpe empresarial-militar, em uma perspectiva que aborda a história e a historiografia desse período ver a aula *on-line* do professor Renato Lemos, durante a disciplina “1964: 50 anos do Golpe”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xb81lhaU11c&t=4514s>. Consultado em 01/11/2017.

palavra *moderador* estava ligada à história do Brasil, ao papel exercido pelo Imperador como *Poder Moderador*, porém, ressalta que utilizou o termo de forma mais genérica, combinando *árbitro* e *moderador*. Seu objetivo é demonstrar uma característica do sistema político brasileiro: o enraizamento da intervenção militar sancionada por grupos civis, destacando o “militarismo civil” existente no Brasil (Ibidem, p. 52).

Curiosamente, apesar do brasilianista integrar um projeto estratégico norte-americano destinado a estudar países latino-americanos, sua análise sobre o papel estadunidense na ruptura do *padrão moderador*, ou seja, no golpe de 1964, forneceu muitas informações sem maiores constrangimentos. Abordando a política de ilhas de sanidade, Stepan traz um importante depoimento de Thomas Mann, secretário-assistente de Estado para Assuntos Interamericanos:

Em janeiro [de 1964], época em que lá estive – não sei quando realmente isso começou – estávamos cientes de que, no Brasil, o solapamento em direção ao comunismo era muito rápido. Mesmo antes de lá chegar, nós já havíamos elaborado uma política de ajuda a certos governos estaduais. Não demos nenhum dinheiro para o balanço de pagamentos, apoio orçamentário, este tipo de coisas, que beneficiassem diretamente o governo central do Brasil. Isto equivaleu a puxar o tapete sob os pés de Goulart (STEPAN, 1975, p.94).

O cientista político frisa, ainda, a relação do alto escalão das Forças Armadas brasileiras com militares norte-americanos desde a Segunda Guerra Mundial. Ressalta que no pós-golpe, a missão da USAID no Brasil se expandiu intensamente, chegando a se tornar o terceiro maior programa norte-americano no mundo. Esse contexto, marcado pela Revolução em Cuba, segundo Stepan, assinalou uma mudança na lógica da política de ajuda militar para a América Latina sob o governo Kennedy. O principal objetivo saltou da segurança hemisférica, para a segurança interna, abrangendo assistência em armas, assistência técnica e amplos programas de educação. Dessa forma, aponta a importância de analisar o conteúdo ideológico das doutrinas militares norte-americanas, por conta de sua “possível influência” sobre a “mudança de atitudes dos militares latino-americanos (Ibidem, p. 95). Para tanto, retrata a doutrina estadunidense de contra insurreição e ação cívica, além da visão de que o Brasil deveria desempenhar o papel de hegemonia anticomunista em toda a América do Sul.

Na visão de Washington o Brasil poderia servir de “santuário” para o comunismo na América do Sul. A “atração pelo medo”, interpreta o autor, aproximou Brasil e Estados Unidos e a fundação da ESG, foi um de seus reflexos. Ainda nos anos 1970, existia um professor estadunidense na ESG e, além disso, os alunos da Escola faziam cursos e visitas em bases militares norte-americanas (STEPAN, 1975, p.97-98).

Stepan traz ainda números sobre os diplomados pela ESG que corroboram o papel fundamental da Escola na urdidura do golpe de 1964 e do regime empresarial-militar a ele subsequente. O autor afirma que, em 1966, a ESG contava com diplomados de setores importantes da estrutura do poder político e econômico do país, sendo 599 militares, 224 empresários, 200 funcionários públicos dos principais ministérios e 97 dos demais órgãos do governo, 39 congressistas, 23 juízes federais e estaduais e 107 profissionais variados (professores, economistas, escritores, médicos, sacerdotes da igreja católica) (STEPAN, 1975, p.130).

A Associação dos Diplomados da ESG (ADESG) também adquiriu proeminência nesse processo, sendo bastante ativa ao patrocinar almoços semanais frequentados por importantes ex-alunos e editar o periódico *Boletim da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*.⁸⁸ Atuando em várias frentes, a Escola disseminou a Doutrina de Segurança Nacional a partir do pressuposto de maximização racional da economia e da minimização das fontes de conflito interno. A ESG era fortemente anticomunista e se tornou o centro ideológico vinculado à estratégia contrarrevolucionária no Brasil (Ibidem, p.132).

2.3.2 – Relações interamericanas

Em agosto de 1947, durante a Conferência Interamericana do Rio de Janeiro⁸⁹, foi discutido o tratado sobre assistência recíproca em caso de agressão ou ameaça de agressão do hemisfério, conhecido como Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Gerson Moura (1990) considera que os reais objetivos do TIAR giravam em torno das estratégias estadunidenses para a América Latina, no sentido de manter o fluxo contínuo de matérias-primas essenciais, assegurar a estabilidade política no continente, manter aberta a possibilidade de utilização de bases latino-americanas por forças americanas, proteger linhas de comunicação e assegurar o apoio latino-americano às posições internacionais dos Estados Unidos. “Pode-se perceber que o TIAR não era propriamente um tratado de defesa hemisférica, mas um canal de articulação da

⁸⁸ “Contém informação pessoal, como aniversários e notas de reuniões sociais e intelectuais da escola, e publica os melhores trabalhos dos alunos da ESG. Em 1968, o título desta publicação mudou para *Segurança & Desenvolvimento: Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*” (STEPAN, 1975, p.131).

⁸⁹ A Conferência se insere no contexto das articulações para a formação de um sistema interamericano em que os Estados Unidos buscavam estratégias para manutenção e aprofundamento de sua dominação no hemisfério.

hegemonia político-militar dos Estados Unidos sobre o conjunto do continente” (MOURA, 1990, p.44).

No início do século XX, as nações do continente americano estavam reunidas em um organismo denominado União Pan-Americana, com sede em Washington. No contexto dos desdobramentos do TIAR, os países americanos se reuniram em Bogotá, na IX Conferência Interamericana de 1948, com o fito de criar a Organização dos Estados Americanos (OEA), organismo permanente de articulação política desses países. A União Pan-Americana transformou-se, então, na Secretaria Executiva da nova entidade. A OEA, sediada em Washington representou, na verdade, uma parte do sistema internacional de poder mais amplo, engendrado pelos Estados Unidos e constituiu-se em elemento valioso para que a diplomacia norte-americana mantivesse sob seu controle a política interna dos países do continente.

Na contramão da ingerência da diplomacia estadunidense foi criada, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile. Desde sua fundação os Estados Unidos procuraram obstaculizá-la, justamente por tratar-se de uma iniciativa dos próprios latino-americanos, preocupados com a situação de dependência na qual o modelo primário-exportador mantinha suas economias. Não obtendo êxito em impedir a criação da CEPAL, o governo norte-americano conseguiu, entretanto, restringir suas funções, que se limitaram à elaboração de estudos. Porém, não se pode deixar de considerar a importância da CEPAL como uma verdadeira escola que influenciou uma geração de políticos, intelectuais e economistas, além de suas grandes contribuições sobre a questão da dependência (VISENTINI, 2009, p. 65-66). Ademais, a criação da CEPAL ocorreu no contexto das reivindicações dos países latino-americanos contra sua exclusão do acesso a financiamentos como o Plano Marshall.

A CEPAL emerge na conjuntura da era do desenvolvimento, tão em voga nesse período, onde os países subdesenvolvidos buscaram uma formulação teórica independente, ou adaptada, daquela oferecida pelos países desenvolvidos. O pano de fundo era a necessidade de instrumentalizar políticas de industrialização como meio fundamental de superação do subdesenvolvimento e da pobreza (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 25). Ricardo Bielschowsky (2000) identifica traços comuns ao longo da história do pensamento cepalino. Da sua origem e ao longo da década de 1950 a CEPAL apresentou um enfoque metodológico centrado na industrialização; já nos anos 1960, segundo o autor, a centralidade do pensamento cepalino residiu nas “reformas para

desobstruir a industrialização” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.18).⁹⁰ Esse período se enquadra no ciclo expansivo mundial do pós-Segunda Guerra, sob a hegemonia estadunidense e os intelectuais da CEPAL voltaram-se para o diagnóstico do “período de transição” das economias latino-americanas do modelo primário-exportador, ao modelo industrial. Sobre o estruturalismo do pensamento cepalino do período o autor define:

A perspectiva estruturalista instalou-se no centro das análises como consequência direta do objeto de reflexão a que a instituição se propunha. Tratava-se de examinar o modo próprio como se dava a transição *hacia adentro* nos países latino-americanos, transição que entendia-se repousar sobre a condição de que o processo produtivo se movia sobre uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdada do período exportador (Ibidem, p.20).

O pensamento cepalino opunha “periferia” e “centro” e dessa forma, a estrutura determinava um padrão específico de inserção na economia mundial. A “periferia” era expressada como “produtora de bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços com demanda doméstica em rápida expansão”. Além disso, as economias periféricas apresentariam um processo de crescimento, emprego e distribuição de renda distinto daquele verificado nos países centrais (Ibidem, p.21-22). Porém, ressalta Bielschowsky, os autores cepalinos não se aproximavam da ideia de etapas de um processo universal de desenvolvimento, tal como os autores da teoria da modernização, principalmente Walt Rostow.

No início dos anos 1970, Francisco de Oliveira publicaria *A economia brasileira: Crítica A Razão Dualista* na revista do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Roberto Schwarz afirma que, do ponto de vista econômico, o ensaio de Oliveira pretendia criticar o dualismo da CEPAL, que “separava a modernização e os setores tradicionais da sociedade” (OLIVEIRA, 2013, p.19). Pensando sobre as condições da expansão do sistema capitalista no Brasil, Oliveira colocou-se em oposição teórica e metodológica ao “paradigma da CEPAL”, porém, ao mesmo tempo, se diferencia daqueles antagonistas da CEPAL fortemente influenciados pelas escolas anglo-saxônicas, sem perspectivas críticas e comprometidos com o *status quo*. Dessa forma, apresenta seu esforço reinterpretativo:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na

⁹⁰ O autor demonstra no Quadro I uma síntese dos elementos analíticos que compõe o pensamento da CEPAL até o final da década de 1990 (BIELSCHOWSKY, 2000, p.19).

maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, **uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”**, se se quer manter a terminologia (OLIVEIRA, 2013, p.32, grifos nossos).

Nosso trabalho busca inserir a Aliança para o Progresso no contexto da ideologia da modernização, como um programa de caráter vulgarizador do arquétipo estadunidense do que deveria ser considerado “moderno”. Ao difundir esse conjunto de dogmas junto ao campo brasileiro, mediante os acordos de cooperação técnica, o programa contribuiria para a geração de uma nova forma de viver e produzir nas áreas rurais. As grandes multinacionais norte-americanas integrantes dos Complexos Agroindustriais no Brasil (CAIs) e do processo de modernização da agricultura consolidado, justamente, no período da Aliança, “cresceram e se alimentaram” da existência do “atraso” no campo. Desse modo, ao analisarmos a Aliança para o Progresso e seus antecedentes no pós-1945, buscamos, assim como Oliveira, interpretar as condições da expansão capitalista no Brasil. A noção de subdesenvolvimento aqui, é entendida como intrínseca a esse processo:

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo (Ibidem, p.32-33)

Durante a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos da OEA, realizada entre março e abril de 1951 em Washington, os Estados Unidos realçaram seu programa de defesa do hemisfério frente à ameaça do comunismo. Por seu turno, o Brasil e outros países da América Latina, já influenciados pelo conceito de subdesenvolvimento, reivindicavam dos americanos maior compromisso com o desenvolvimento, colocando questões como a da pobreza no plano da real ameaça interna (BANDEIRA, 1998, p. 264). Os entendimentos dessa reunião posteriormente se materializariam na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Já o governo de Dwight Eisenhower (1953-1961) foi caracterizado por um período de crises nas relações Brasil-Estados Unidos. Em junho de 1953, Washington resolveu, unilateralmente, extinguir a Comissão Mista (Ibidem, p. 277). Por seu turno, Getúlio Vargas denunciava a “sangria a que os trustes americanos sujeitavam o Brasil” e divulgou publicamente os valores dos lucros remetidos pelas principais subsidiárias de empresas estadunidenses estabelecidas no Brasil que, em 1951, totalizaram 137 milhões de dólares. Dentre essas companhias figuravam a General Motors do Brasil S.A., Ford Motor Co.

Export. Inc., Anderson Clayton Cia. Ltda. e Frigorífico Wilson do Brasil S.A (Ibidem, p. 279). Quando Vargas enviou ao Congresso o projeto de criação da Eletrobrás, que afetaria os interesses de empresas estrangeiras como a Light & Power e a Bond & Share, aumentariam as intenções conspiradoras das classes dominantes, “vinculadas, por inúmeros laços de dependência, ao imperialismo norte-americano (Ibidem, p. 349).

A conspiração contra Vargas toma corpo e em fevereiro de 1954, o *manifesto dos Coronéis*, assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis, criticava fortemente, dentre outras coisas, o aumento de 100% do salário mínimo. Defendiam que o aumento, que quase igualava o salário mínimo ao vencimento de um militar graduado, traria dificuldades ao recrutamento militar e desprestígio às forças armadas. Além disso, denunciavam a “subversão comunista”. João Goulart, então Ministro do Trabalho e principal articulador do aumento, foi destituído do cargo em uma tentativa de esmorecer a suposta ação conspiratória. Por seu turno, John Foster Dulles,⁹¹ Secretário de Estado norte-americano, intensificava a cruzada anticomunista no hemisfério e revertia a tímida política anterior de financiamento de desenvolvimento aos países latino-americanos.⁹² Durante a Décima Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em março de 1954, os Estados Unidos pressionaram para a aprovação de resoluções anticomunistas, principalmente contra o governo da Guatemala, que desapropriou terras da *United Fruit Company*⁹³ (Ibidem, p. 351-352).

O suicídio de Getúlio e sua *carta testamento* geraram comoção no país. Na carta o presidente se apresentava como vítima e acusava os inimigos internacionais aliados aos inimigos internos, além de denunciar o lucro das empresas estrangeiras de “500% ao ano”. Grupos saíram às ruas e atacaram símbolos da conspiração como caminhões do Jornal *O Globo* e a sede da *Rádio Globo* e da *Tribuna Imprensa*. Outro alvo importante foi a Embaixada Americana no Rio de Janeiro, que tinha instalado em seu saguão um “ninho de metralhadoras”. Foram utilizadas bombas de efeito moral contra a multidão e tropas ocuparam todo o entorno do prédio. Outros Consulados dos Estados Unidos no país também foram atacados. O jornal *New York Times* publicou editorial em tom de surpresa

⁹¹ Foi secretário de Estado no período compreendido entre 1953 e 1959. Figura central da política norte-americana para a Guerra Fria, era irmão de Allen Dulles, diretor da CIA também durante a administração Eisenhower.

⁹² Aqui estamos nos referindo ao período da gestão Truman, que será melhor analisada adiante.

⁹³ Multinacional estadunidense produtora e exportadora de frutas tropicais que atuava na América Latina e se converteu em um verdadeiro ator político, exercendo influência direta na vida política do continente.

e denúncia (Ibidem, p. 364-365). O vice-presidente João Café Filho assumiu a chefia do governo e logo o alinhamento direto aos Estados Unidos seria implementado.

Nos Estados Unidos, paradoxalmente, segundo Pecequilo (2003), Harry Truman fora acusado, ao deixar a presidência em 1953, de não ter sido fiel aos mandamentos da política de contenção. Apesar de, ao longo de seu governo, os democratas serem considerados os “falcões”⁹⁴ da política externa, durante a dura campanha para a sucessão de Truman, eles foram acusados pelos republicanos de condescendência com a União Soviética permitindo, assim, o avanço do comunismo. Alguns anos depois, durante a campanha presidencial de 1960, após dois mandatos de Eisenhower, eram os democratas que faziam as mesmas acusações aos ocupantes da Casa Branca (PECEQUILO, 2003, p. 172).

Dessa maneira, a gestão republicana imprimiu algumas reorientações à política externa estadunidense, e a atuação do secretário de Estado Foster Dulles marcaria esse comportamento. A contenção tornou-se uma política não apenas preventiva, mas uma estratégia ativa, não apenas impedindo a expansão soviética, mas também atuando no sentido de regredir sua influência em áreas já alinhadas ou próximas à União Soviética.

Adicionalmente, o caráter da contenção foi transformado, de uma política anti-soviética, em uma política anticomunista, cujo resultado é a extensão sem limites dos compromissos norte-americanos. Mais do que a União Soviética, é a expansão do comunismo internacional que ameaça o mundo como uma “força negra” [...]. Tal percepção faz com que a política externa norte-americana veja diferentes inimigos [...] deixando de compreender as diferenças entre projetos específicos de comunismo (Ibidem, p. 173).

Os questionamentos das nações latino-americanas à política externa dos EUA, acentuados no decorrer da década de 1950, se inserem em um contexto marcado pela evolução da conjuntura internacional: a partir de 1955, o processo de desestalinização e a ascensão de Krushev na URSS, trariam mudanças na política externa soviética, iniciando uma política de ajuda econômica a países subdesenvolvidos, através de acordos bilaterais e assistência técnica. Ademais, vários países latinos se redemocratizaram com a queda de regimes ditatoriais. Esse processo de avanço na conjuntura política latino-americana contribuiu para um maior desgaste da imagem da administração norte-americana, já que esta havia apoiado diversos regimes ditatoriais na América Latina.

⁹⁴ “A divisão entre os linha-dura e os liberais, os realistas e os idealistas é uma das mais tradicionais da política externa norte-americana, correspondendo à classificação de “falcões” e “pombas”. Ao longo dos anos, republicanos e democratas têm-se alternado nas classificações” (PECEQUILO, 2003, p. 172). No início da Guerra Fria, os democratas eram os falcões, posteriormente foram as pombas.

Na esteira do discurso do desenvolvimento (ESCOBAR, 2007), em 1959, foi firmado o acordo para a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através da associação de dezoito países.⁹⁵ Em 1960, ocorreu a Primeira Reunião Anual da Assembleia de Governadores, em El Salvador, sendo eleita sua primeira Diretoria Executiva, sendo nomeado o chileno Felipe Herrera como presidente do Banco. As atividades do BID tiveram início em outubro de 1960, com 87 profissionais e 101 funcionários de apoio administrativo e de secretaria em sua sede em Washington.⁹⁶ A Assembleia de Governadores era composta por um membro de cada país latino-americano e pelos Estados Unidos. Os governadores delegavam poderes administrativos à Diretoria Executiva constituída por seis diretores latino-americanos e um norte-americano. Os diretores eram nomeados ou eleitos por períodos de três anos, e seus votos eram determinados de acordo com a participação no capital do Banco por parte dos países por eles representados (BRASIL, COCAP, 1966, p. 12).

Em 1961, como parte da Aliança para o Progresso, os Estados Unidos entregaram à administração do BID o Fundo Fiduciário de Progresso Social (FFPS), com U\$394 milhões. Dessa maneira, se pode verificar que Washington detinha enorme poder diretivo nas decisões do BID. Além disso, a capacidade de empréstimo do Banco não se limitava a seu capital, pois realizou vendas de participação em seus empréstimos que, em 1966, ultrapassaram 200 operações. Participavam dessas operações 48 bancos comerciais estadunidenses, 10 europeus e 2 canadenses (Ibidem, p. 13). É possível verificar uma massiva participação de entidades financeiras privadas norte-americanas na Aliança para o Progresso.

Nos primeiros anos de seu funcionamento o BID direcionou seus recursos para o financiamento de programas de desenvolvimento da América Latina, nas seguintes áreas: agricultura (24,5%), indústria manufatureira (23,2%), obras de água potável e esgotos (17,6%), projetos de habitação (17,2%) e energia elétrica e transportes (10,9%). Os recursos eram provenientes de fontes fundamentais do Banco, como o FFPS, administrado pelos Estados Unidos (Ibidem, p. 16). Vê-se que foi destinado à Agricultura o maior volume de empréstimos e, tendo o governo norte-americano uma posição central na instituição, podemos concluir que os projetos de desenvolvimento – leia-se

⁹⁵ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana. Em 1960, Uruguai e Venezuela ratificam o Convênio Constitutivo do Banco.

⁹⁶ BID, disponível em: <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/marcos-historicos-1959-1968,3617.html?#1959>. Consulta realiza em 25/11/17.

modernização, mecanização – da agricultura direcionados aos países latino-americanos, no âmbito da Aliança para o Progresso, eram embebidos pelo paradigma estadunidense de modernização.

2.3.3 – A Operação Pan-Americana

No Brasil, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) afirmou-se o nacional-desenvolvimentismo em estreita associação com capitais internacionais. A Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), baixada ainda no governo Café Filho, mantida e aprimorada por Juscelino, possibilitava a importação de máquinas e equipamentos, sem a proteção aos similares produzidos no próprio país, “instituinto um regime de privilégios para os capitalistas estrangeiros, ou melhor, americanos” (BANDEIRA, 1975, p. 10). Segundo Bandeira (1975), com a Instrução 113 foi facultada às corporações internacionais, a importação de maquinário obsoleto em seus países de origem, gerando uma competição dura e desigual a setores já explorados por capitalistas brasileiros (Ibidem, p. 11). Ademais, a industrialização brasileira nesse período, foi marcada pela transferência de empresas nacionais para o controle estrangeiro, através de compra ou associação, seguindo o próprio movimento de acumulação, que “tende a concentrar e a centralizar o capital em mãos dos grupos mais poderosos (Ibidem, p. 12).

No que se refere à política externa, em 20 de junho de 1958, o presidente Kubitschek pronunciou discurso perante os embaixadores das Repúblicas Americanas no Rio de Janeiro – transmitido para todo o país por cadeia de rádio e televisão – onde lançava oficialmente o que passou a chamar-se de Operação Pan-Americana (OPA). A OPA tinha como características centrais o multilateralismo, o desenvolvimento econômico das nações americanas subdesenvolvidas e a maior participação da América Latina na política internacional (ELEK, 2009, p.78 e 79).

Além do contexto regional assinalado acima, a administração de Kubitschek situou-se em um cenário internacional onde ocorreram as primeiras fissuras nos blocos comandados pelas superpotências e de independência política de um número crescente de ex-colônias europeias. Gerson Moura (2002) assinala que a política externa de Juscelino foi marcada por avanços e recuos:

Não tendo formulado com clareza uma diretriz compatível com os novos tempos e as novas forças no sistema internacional e na sociedade brasileira, o governo JK apresentou uma política de avanços e recuos, meias medidas e descompassos entre o discurso e a ação – enfim, contradições geradas pela

própria ideologia do desenvolvimento, que pretendia superar o *laissez-faire* absoluto preconizado por Washington e ao mesmo tempo enquadrar-se nas noções de civilização ocidental (MOURA, 2002, p.63).

Os primeiros passos da política externa na gestão JK deram-se no sentido de reafirmar a solidariedade política aos Estados Unidos e à "causa ocidental". Porém, a partir de 1958, a agenda diplomática brasileira seria substancialmente ampliada tanto no plano econômico quanto no político, ampliação essa que refletia a mudança no padrão do relacionamento interamericano (SILVA, 1992, p.15-16).

A OPA foi articulada no palácio do Catete, com JK sendo auxiliado, principalmente, por Augusto Frederico Schmidt⁹⁷, seu assessor político, passando, dessa forma, ao largo do Ministério das Relações Exteriores, então presidido por J. C. Macedo Soares. Este foi substituído por Francisco Negrão de Lima em julho de 1958, com o objetivo de alinhar o Itamaraty às diretrizes que Juscelino vinha imprimindo à política externa brasileira.

Inicialmente a OPA foi recebida pelo governo norte-americano com frieza e distanciamento já que Washington não pretendia direcionar o debate para o plano da cooperação econômica, insistindo em permanecer no nível da cooperação técnica e militar. Entre a data de lançamento oficial da OPA (junho de 1958) e a aprovação da Ata de Bogotá⁹⁸ (1960), o governo brasileiro empreendeu esforços no sentido de viabilizar as diretrizes da Operação e conseguir, não só o apoio econômico dos Estados Unidos, como também aprofundar as relações entre as nações latino-americanas.

Uma carta de Kubitschek a Eisenhower, de 28 de maio de 1958, marca o início do processo da Operação:

solidariedade e estima que se impõe em virtude das agressões e dissabores sofridos pelo Vice-presidente Nixon em sua recente viagem aos países latino-americanos: [...] As referidas manifestações partiram de simples minorias, mas [...] não é possível esconder que ante a opinião mundial, a ideia da unidade pan-americana sofreu sério prejuízo. Não pode deixar de resultar [...] a impressão de que não nos compreendemos em nosso continente. [...] É preciso fazer algo para recompor a presença da unidade continental (*Operação Pan-Americana*, 1958, p.11-12, apud VISENTINI, 2009, p.109).

⁹⁷ Empresário e jornalista; associado ao IPES, a partir de 1962 teve intensa participação no Grupo de Publicações Editorial (GPE) do Instituto, que reuniu vários profissionais da mídia, do mundo literário, de agências de publicidade e um grupo de militares encabeçado pelo general Golbery do Couto e Silva, para desestabilizar o governo João Goulart (DHBB/CPDOC).

⁹⁸ Assinada na sessão de encerramento da Conferência Econômica Interamericana, firmada por 19 nações do hemisfério, preconizando detalhadas medidas de desenvolvimento econômico e social (*Correio da Manhã*, 09/09/1960).

A carta também tratava da importância do desenvolvimento como garantia da estabilidade do Ocidente, fazendo alusão ao Plano Marshall, com o intento de criticar a ênfase da assistência estadunidense à Europa:

Toda ênfase foi posta na reconstrução, sem que suscitasse igual interesse o sério problema do desenvolvimento dos países de economia ainda rudimentar. [...] A América Latina, que também contribuiria para a vitória democrática, se viu, pouco a pouco, em situação econômica mais precária e aflitiva que as nações devastadas pela guerra, e passou a constituir o ponto mais vulnerável da grande coalizão ocidental (Ibidem, p.110).

A consagração da OPA foi marcada por várias etapas, dentre elas a visita ao Brasil do Secretário de Estado norte-americano Foster Dulles, em meados de 1958. Dulles apresentou uma minuta ao presidente brasileiro que praticamente ignorava a OPA e enfatizava unicamente o combate ao comunismo, a maior repressão ao que era considerado “subversão esquerdista” e a coordenação dos serviços de inteligência. Juscelino rechaçou a minuta e Dulles, para garantir algum sucesso junto ao principal país da América do Sul, cedeu e os princípios da OPA foram parcialmente reconhecidos. Destarte, foi aceita pelo país do Norte a criação de uma entidade financeira continental, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de iniciarem-se os esboços de um mercado comum regional (Associação Latino-Americana de Livre Comércio/Alalc). De forma mais efetiva, o Brasil obteve a liberação de empréstimos junto ao Eximbank⁹⁹ e demais entidades bancárias privadas (Ibidem, p.112).

Ademais, a política externa estadunidense nesse período voltava-se para uma intensificação da cruzada anticomunista, identificando cada vez mais potenciais ameaças ao “mundo livre”. Gonçalves (2016) interpreta a posição norte-americana com relação à OPA e sua relação com a Aliança para o Progresso:

Entendemos que o posicionamento de Dulles frente à OPA e, principalmente, sua ênfase ao combate ao comunismo em detrimento da busca pela integração regional encontradas na proposta [de Kubitschek], mostra claramente o caminho da política externa norte-americana para a América Latina, sendo utilizada como eixo contrarrevolucionário e anticomunista. A ação posterior da política externa promovida pela Aliança para o Progresso aprofundou ainda mais essa característica contrarrevolucionária dos Estados Unidos. As bases desta postura podem ser assim encontradas ainda no final da década de 1950, sendo aprofundadas com o advento da Revolução Cubana em 1959 e a política externa de Kennedy, a partir de 1961 (GONÇALVES, 2016, p. 168-169).

⁹⁹ O *Export-Import Bank of Washington* (Eximbank) foi criado na década de 1930, como uma importante agência norte-americana do período do *New Deal* gestada para impulsionar seu comércio exterior. Nos anos 1960 foi uma agência financeira governamental americana fundamental também dentro do programa da Aliança para o Progresso. Voltaremos ao Eximbank no segundo capítulo.

Dentre as etapas da OPA figura a criação do Comitê das 21 Repúblicas Americanas¹⁰⁰, mais conhecido como Comitê dos 21, incumbido de estudar os principais "pontos de estrangulamento" das economias latino-americanas e formular novas medidas de cooperação econômica interamericana. A estratégia brasileira era a de dotar o Comitê dos 21 de autonomia e flexibilidade de ação, procurando desvinculá-lo ao máximo da estrutura da OEA. Os Estados Unidos, é claro, caminhavam em direção oposta, pleiteando a inserção da OPA no âmbito da OEA, justamente para manter as discussões e direcionamentos sob sua esfera de ingerência.

O *Aide-Mémoire* – documento onde são definidas as diretrizes da OPA – apresentava as características da Operação: ser considerada multilateral por conjugar as vinte e uma Repúblicas do Continente; considerar a luta pela democracia como a luta pelo desenvolvimento porque as zonas subdesenvolvidas seriam zonas abertas à penetração da ideologia antidemocrática; buscar maior participação da América Latina na política mundial. Entre os objetivos que constam no referido documento figuram: a) reafirmação dos princípios da solidariedade continental; b) a definição do subdesenvolvimento como um problema de interesse comum; c) a adaptação de órgãos e agências que promovam a luta pelo desenvolvimento e d) revisão, onde fosse necessário em cada país, das políticas fiscal e econômica, visando assegurar medidas que promovessem o desenvolvimento econômico (ELEK, 2009, p.78-79). O que se observa é a preocupação dominante com o possível avanço do comunismo pelo continente e que a forma de combatê-lo seria através do “desenvolvimento econômico”.

A Ata de Bogotá, documento elaborado na terceira e última reunião do Comitê dos 21, se subdividia em quatro partes distintas:

I. Medidas de melhoramento social: *melhoramento das condições de vida rural e uso da terra*, com ênfase particular numa *distribuição mais equitativa da propriedade fundiária*; (...) II. Criação de um Fundo Especial de Desenvolvimento Social: a ser administrado pelo BID; III. Medidas de *desenvolvimento econômico: ampliação da assistência financeira* dos EUA, Canadá, Europa Ocidental e entidades internacionais de crédito; IV. Cooperação multilateral para o progresso social e econômico: adoção de medidas visando, entre outros objetivos, a reforma da estrutura administrativa do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) e da Secretaria da OEA, com vistas a uma melhor atuação no campo da cooperação econômica; coordenação efetiva das atividades do CIES, CEPAL, BID e organismos especializados das Nações Unidas (*Ata de Bogotá - Medidas de Melhoramento Social e Desenvolvimento Econômico dentro do Quadro da "Operação Pan-Americana"*, apud SILVA, 1992, p.38 e 39, grifos nossos).

¹⁰⁰ Para uma melhor análise em torno da criação do Comitê dos 21, ver SILVA, 1992.

Alexandra Silva (1992) considera que a Ata de Bogotá não apenas constituiu-se em uma “consagração da OPA”, como também em um “preâmbulo da Aliança para o Progresso”. A autora entende que a Aliança preconizava uma “revisão radical da política norte-americana para o continente”, além disso:

Aqui, portanto, chegava-se a um ponto em que a Ata de Bogotá se constituía não apenas numa consagração da OPA, mas também num preâmbulo da Aliança para o Progresso, principal iniciativa diplomática da administração Kennedy para a América Latina. Lançada em março de 1961, a nova ofensiva preconizava uma revisão radical da política norte-americana para o continente, tendo por base os objetivos de desenvolvimento econômico de longo prazo, reforma estrutural e democratização política. [...] O lançamento da Aliança para o Progresso significou um claro esforço norte-americano no sentido de corrigir os erros do passado e fornecer à América Latina um modelo de desenvolvimento econômico e social alternativo ao perigoso exemplo oferecido pela Revolução Cubana. Entretanto, como pudemos observar anteriormente, essa mudança de orientação política já vinha se gestando ao longo do último mandato de Eisenhower, simultaneamente às negociações ligadas à OPA. Vários assessores de Kennedy que participaram diretamente da formulação da Aliança reconhecem a importância e a influência da Operação Pan-Americana, como proposta inovadora e como um alerta em relação aos "perigos" do subdesenvolvimento (SILVA, 1992, p.39-40).

Nossa interpretação do programa lançado por Kennedy é diversa desta autora, uma vez que não o consideramos como uma “revisão radical” da política externa estadunidense. Ademais, não intencionamos apenas divergir, mas também aprofundar as análises em torno desse programa, levando em consideração a teoria da modernização, não abordada pela autora, que influenciou diretamente a diplomacia de fins da administração Eisenhower. Justamente por isso, podemos observar aproximações entre a Ata de Bogotá e a Carta de Punta del Este, porém, acreditamos que essa conformidade ocorreu muito mais em decorrência do contexto de expansão do capitalismo internacional, sob a hegemonia estadunidense. Ou seja, as noções de “Terceiro Mundo” e “desenvolvimento”, forjadas nesse período, formavam o pano de fundo responsável pelo surgimento e aprofundamento de programas como a OPA e a Aliança. Além disso, na prática, a Aliança para o Progresso demonstrou que o caráter “multilateral” dos programas de cooperação, tão almejado pelos países da América Latina, se mostrou muito frágil, constituindo-se muito mais em torno de acordos bilaterais com os Estados Unidos e garantindo formas de dominação estadunidense sobre a Latino-américa.

Outrossim, Silva embasa suas conclusões citando o fato de que os próprios assessores de Kennedy reconheciam a OPA como antecedente da Aliança para o Progresso. Avaliamos que os depoimentos de Douglas Dillon, Arthur Schlesinger Jr. e

Lincoln Gordon¹⁰¹ funcionaram como estratégia desses formuladores do programa, pois exaltaram a OPA e ligaram-na a uma iniciativa dos próprios países latino-americanos, com o intuito de granjear maior credibilidade e aceitação da Aliança.

Concordamos com Gonçalves (2016) no que se refere ao caráter contrarrevolucionário e anticomunista do posicionamento e ações norte-americanas com relação à OPA e, posteriormente, à Aliança para o Progresso. Além disso, procuramos demonstrar neste trabalho que o programa de Kennedy direcionado aos países latino-americanos seguiu preceitos de uma “ação cooperativa” já implementada desde os anos 1940, representada pelos vários acordos de cooperação técnica para o campo no Brasil.

Ao final do governo Eisenhower, dois acontecimentos abalaram as relações Estados Unidos-América Latina: o primeiro foi a visita do vice-presidente Richard Nixon a países da América do Sul e o segundo, a revolução cubana. A “missão de boa vontade” por trás da visita de Nixon acabou desvelando o descontentamento latino para com a política externa estadunidense. Por seu turno, assim que o governo revolucionário em Cuba iniciou reformas sociais profundas – reforma agrária e urbana, principalmente – os americanos iniciaram o processo de isolamento da ilha.

2.3.4 – A custosa relação entre Brasil e Estados Unidos no contexto do governo João Goulart

Nos primeiros anos da década de 1960, as relações entre o novo governo revolucionário cubano e os Estados Unidos entraram em acelerada deterioração, num processo cujo ponto culminante seria a expulsão de Cuba da OEA, em 1962. Para Washington o que estava sendo desafiado era o próprio sistema interamericano nas formas, mecanismos e objetivos que este assumira desde o imediato pós-guerra (TIAR, OEA). Diante disso, o final do governo de Eisenhower e a administração seguinte de John Kennedy buscaram forjar, dentro do sistema interamericano, o consenso político para uma ação coletiva contra Cuba. Mas havia também a percepção crescente de que era preciso evitar uma "nova Cuba", isto é, o reconhecimento de que, em parte, o desafio cubano tinha suas origens na omissão norte-americana em relação aos problemas da América Latina (SILVA, 1992, p.34).

O início do programa de assistência financeira e técnica norte-americano de 1961, coincide com um momento de crise institucional no Brasil, com a renúncia de Jânio

¹⁰¹ Citados pela autora em SILVA, 1992, p.54.

Quadros.¹⁰² Os ministros militares, Marechal Odilo Denis (Exército), Almirante Sílvio Heck (Marinha) e Brigadeiro Grun Moss (Aeronáutica), insurgiram-se contra a posse de Goulart, que estava em missão oficial na China. Ocorreram, por outro lado, manifestações para garantir a investidura do petebista, como a mobilização encabeçada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, consubstanciada na denominada Cadeia da Legalidade¹⁰³. Além disso, ocorreram uma série de greves políticas de trabalhadores em diversos pontos do país.

Bandeira (1978) destaca que os ministros militares receberam dois informes sobre a posição dos Estados Unidos com relação à posse de João Goulart, que demonstravam o jogo de forças no interior do governo daquele país. Apesar de parte da burocracia e dos congressistas norte-americanos terem uma posição de maior apoio à política externa prioritariamente militar – dessa forma contrapondo-se à posse – o recém-eleito presidente e seu *staff*, na esteira da Aliança para o Progresso, eram contrários a um golpe militar. Um dos informes, do próprio presidente dos Estados Unidos, trazia o aviso de que a ajuda financeira da Aliança seria suspensa caso ocorresse ruptura da legalidade pois segundo os preceitos de Punta del Este, não haveria ajuda a regimes ditatoriais¹⁰⁴ (BANDEIRA, 1978, p.23). Tais resistências arrefeceram os ministros militares e uma solução negociada deu origem ao Parlamentarismo, tendo João Goulart seus poderes tolhidos por uma emenda constitucional, aprovada de forma casuística. O Deputado Almino Afonso, então líder do PTB, escreveu a Goulart denominando o ato como um *golpe branco*¹⁰⁵ e vários outros setores também consideraram a emenda parlamentarista da mesma forma.

¹⁰² “Jânio Quadros renunciou para voltar na crista da onda, com o povo, e tornar-se ditador. Mas nós, Ministros militares, tínhamos os nossos receios. Seu erro foi ter renunciado sem antes ter conversado conosco. Ele queria João Goulart como Vice-presidente porque sabia que as Forças Armadas não lhe dariam posse” (Entrevista do Almirante Sílvio Heck ao Autor, Rio de Janeiro, 11-11-1976, apud BANDEIRA, 1978, p.21). Moniz Bandeira (1978) utiliza esse e outros depoimentos para corroborar a tese de que Jânio Quadros tinha um plano de renunciar ao governo, comovendo as massas, e levar as Forças Armadas, sob o comendo dos Ministros militares, a admitir sua volta como ditador para não entregar a presidência a João Goulart.

¹⁰³ Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul, em 1961, organizou ação de resistência contra os generais golpistas após a renúncia de Jânio Quadros.

¹⁰⁴ Essa resolução, um dos alicerces do início da Aliança para o Progresso, foi tomada para garantir o isolamento de Cuba e combater o comunismo na América Latina. Com o passar do tempo, e com as possibilidades diminutas da qualquer influência cubana, os Estados Unidos não tardaram em apoiar as ditaduras no hemisfério e o programa de assistência foi, muitas vezes, alargado sob governos militares ditatoriais, conforme veremos ocorrer no Brasil.

¹⁰⁵ “O parlamentarismo, agora, é *golpe branco* das forças reacionárias; é o mesmo golpe, em termos civis, que os militares tentaram dar. É eminentemente de sentido reacionário. Não significa apenas um *veto* ao seu nome. É o veto a todos que se propõe a defender as teses que correspondem hoje aos interesses do povo” (Carta de Almino Afonso a Goulart, Brasília, 30-08-1961, apud BANDEIRA, 1978, p.23).

Um dos primeiros pontos nevrálgicos entre Brasil e Estados Unidos durante a administração de Goulart foi o *caso Hanna*. A questão girava em torno da legalidade de jazidas de minério sob concessão da Companhia de Mineração Novalimense, subsidiária da *Hanna Mining Company* no Brasil. Ainda na gestão Jânio Quadros, foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as atividades do grupo *Hanna* no Brasil e estudar os problemas relacionados com a exploração das jazidas de ferro e manganês. As práticas da empresa foram alvo de críticas oriundas de vários setores e geraram um debate público no país (*O Semanário*, 02 a 08/07/1960).

O gabinete do Primeiro Ministro Tancredo Neves assinou, então, o cancelamento de todas as concessões de jazidas de ferro feitas à empresa norte-americana. Tais jazidas localizavam-se no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais e sua cessão ao grupo *Hanna* foi considerada ilegal por ferir o Código de Minas brasileiro. O novo Ministro das Minas e Energia, o deputado Gabriel Passos, defendia que “caberia à Vale do Rio Doce, e não à iniciativa privada (associada), a liderança das exportações” e procurou assegurar que os demais produtores reinvestissem seus lucros no país, particularmente no setor siderúrgico (REGINATTO, 2017, p. 21). A embaixada norte-americana no Brasil articulou uma série de tentativas para reverter a decisão e a empresa entrou com um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) que foi negado. O caso *Hanna* teria seu desfecho somente no governo do general Costa e Silva, sucessor de Castelo, quando seria anulada a suspensão das concessões da empresa.

Lucas Lopes¹⁰⁶ presidia a empresa no Brasil e Roberto Campos¹⁰⁷ era consultor técnico da companhia o que, para a nossa pesquisa, demonstra um processo de ligação orgânica, iniciado ainda no governo de Juscelino, entre empresas norte-americanas e tecno-empresários¹⁰⁸ brasileiros que, após o golpe de 1964, seria aprofundada e

¹⁰⁶ Engenheiro; presidiu a *holding* Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) durante a gestão de JK no governo do Estado; foi presidente do BNDE antes de Roberto Campos, acumulando com o cargo de secretário-executivo do recém-criado Conselho do Desenvolvimento, órgão que passou a centralizar a aplicação do Plano de Metas de JK já presidente da república; Ministro da Fazenda de JK; em setembro de 1959, juntamente com antigos colaboradores do BNDE, inclusive Roberto Campos, ajudou a fundar a CONSULTEC (Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda.) (DHBB/CPDOC, DREIFUSS, 1981).

¹⁰⁷ Diplomata; presidente do BNDE entre 1958 e 1959; embaixador nos Estados Unidos entre 1961 e 1964; Ministro do Planejamento de Castelo Branco entre 1964 e 1967. Lucas Lopes e Roberto Campos fizeram parte da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, como veremos abaixo.

¹⁰⁸ Utilizamos a denominação tecno-empresário a partir do trabalho de Dreifuss (1981). No terceiro capítulo o autor discute exaustivamente a *estrutura política de poder do capital multinacional* e explica os tecno-empresários como sendo os “agentes sociais modernizante-conservadores, todos eles intelectuais orgânicos do novo bloco em formação [...] Eles eram os portadores (Träger) e os legitimadores da internacionalização da economia. Ex.: diretores de corporações multinacionais; seus acionistas que também ocupavam cargos de direção; administradores de empresas privadas; técnicos e executivos estatais; oficiais militares.

disseminada, sendo o programa da Aliança um dos caminhos para tanto. Essas multinacionais que operavam no Brasil, tendo a *Hanna* como exemplo, favoreciam a formação de “elites” locais ligadas “organicamente por laços socioculturais, padrão de vida, aspirações profissionais” e procuravam, ainda, garantir relações político-institucionais nos países onde operavam para, dessa forma, garantirem também seus interesses econômico-financeiros (DREIFUSS, 1981, p.72).

Roberto Campos foi designado, ainda por Jânio Quadros, apesar de suas reticências à Política Externa Independente (PEI)¹⁰⁹, como embaixador brasileiro em Washington, somente assumindo seu posto após a crise política que envolveu a posse de Goulart. Um dos primeiros temas tratados com a presidência dos Estados Unidos, quando de sua apresentação de credenciais, foi a posição brasileira com relação a Cuba.

A Revolução Cubana ocorre em janeiro de 1959 e, em maio do mesmo ano, o governo revolucionário aprovaria a Lei de Reforma Agrária, revertendo a posição dos Estados Unidos que, até então, era de advertências ao regime. Washington colocou em prática uma série de ações destinadas a minar a economia cubana, impelindo a ilha a uma aproximação com a União Soviética. A política de retaliação estadunidense se intensificaria ao final do governo Eisenhower e se aprofundaria, severamente, com Kennedy no poder.¹¹⁰ As medidas envolveram a restrição da venda de combustíveis a Cuba, redução drástica da cota de importação do açúcar cubano e a invasão da Baía dos Porcos.¹¹¹ Por seu turno, Cuba nacionalizaria empresas estrangeiras e suas propriedades rurais, além de assinar acordos com a União Soviética de venda de cotas de açúcar e de importação de petróleo soviético. Após o bombardeio norte-americano sobre quartéis e aeroportos cubanos, pouco antes da invasão da Baía dos Porcos, durante o velório das

Economistas, administradores, engenheiros, etc., [...] esses agentes sociais serão doravante designados como tecno-empresários para enfatizar suas funções empresariais nos papéis “neutros”, mas abrangentes que eles desempenhavam [...]. Uma das funções iniciais dos tecno-empresários foi organizar e estruturar suas próprias corporações. No entanto, eles se tornariam também a vanguarda da classe capitalista, sistematizando interesses particulares em termos gerais, isto é, tornando-os ‘nacionais’” (DREIFUSS, 1981, cap. III).

¹⁰⁹ Jânio Quadros, no plano externo, conduziu uma política que buscava favorecer os interesses nacionais e auxiliar ao nacional desenvolvimentismo. Para isso coloca a frente do Itamaraty Afonso Arinos de Mello Franco que inicia as diretrizes do que ficou conhecido como a Política Externa Independente (PEI), não se tratou de uma inovação completa, pois pode ser considerada uma continuidade da política externa varguista. Ao longo do texto trataremos de mais aspectos da PEI.

¹¹⁰ Luis Fernando Ayerbe traça uma reconstrução cronológica dos principais fatos que marcaram a trajetória da relação entre Cuba e Estados Unidos entre 1960 e 1962 (AYERBE, 2004, p.62-63).

¹¹¹ Em abril de 1961 Kennedy autorizou uma invasão secreta a Cuba, para derrubar o governo revolucionário, enviando cerca de 1.400 exilados anticastristas para realizar o que, segundo as leis internacionais, o exército norte-americano não poderia fazer diretamente.

vítimas, Fidel Castro, pela primeira vez, falou em público sobre o caráter socialista da Revolução Cubana (AYERBE, 2004, p.63).

O Brasil mantinha posição contrária à expulsão de Cuba da OEA, bem como a qualquer invasão norte-americana à ilha. O presidente norte-americano questionou Roberto Campos se o governo de João Goulart alteraria a política relativa a Cuba: “Respondi-lhe negativamente, dado que o Gabinete reafirmaria fidelidade aos princípios da não intervenção e autodeterminação, devendo, entretanto, a política externa ser conduzida sem aspectos provocativos”.¹¹² Campos aponta que o presidente estadunidense “expressou desapontamento” pelo que considerava como “incompreensões básicas de vários países latino-americanos em relação a Cuba”, dentre elas a de que os países da América Latina subestimavam a gravidade da infiltração ideológica promovida por Cuba nos meios estudantis, sindicais e militares, capaz de sabotar o sucesso da Aliança para o Progresso.

Dessa forma, com a intenção de mudar o posicionamento brasileiro, Washington inicia sua estratégia de “chantagem” utilizando o programa de assistência financeira como barganha. Ao mesmo tempo em que pressionava o Brasil a assumir posição contrária ao regime cubano, mencionava que já havia nomeado o chefe da USAID no Brasil, responsável pela coordenação da participação do país na Aliança para o Progresso, com instruções para “acelerar a execução desse Programa” e expressava a “esperança de que o Brasil preparava, também, o mecanismo administrativo e de planejamento para acelerar os investimentos e as reformas de base” (RC d emb 61.10.19).

Roberto Campos parecia ter uma posição favorável a essa barganha estadunidense. O embaixador, apesar de formalmente seguir as instruções recebidas do Itamaraty, procurava defender e exaltar o programa da Aliança. Ademais, quando Kennedy solicitou a João Goulart que o Brasil colaborasse com os Estados Unidos em qualquer tipo de ação militar que se fizesse necessária em Cuba¹¹³, o presidente brasileiro respondeu negativamente.¹¹⁴ O embaixador brasileiro enviaria, então, telegrama secreto para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, sugerindo que o Governo brasileiro oferecesse elementos das Forças Armadas para colaborar no bloqueio de Cuba. Essa avaliação de Campos traduz seu papel prestado não simplesmente “a serviço do

¹¹² Telegrama enviado por Roberto Campos da embaixada em Washington para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 1961, logo após apresentar-se na embaixada (RC d emb 61.10.19).

¹¹³ A carta datada de 22-10-1962, foi transcrita em BANDEIRA, 1978, p.76-77.

¹¹⁴ A mensagem de Jango pode ser consultada em RC d emb 61.10.19, doc. 80.

imperialismo americano”, mas de preposto dos interesses de frações da classe dominante de ambos os países, que viam na Aliança para o Progresso uma boa oportunidade para a expansão de seus negócios.

[...] gesto de cooperação, mediante oferecimento de elementos da Marinha e subsidiariamente, da Aeronáutica, constituiria poderoso fator capaz de contrabalançar, no Congresso deste país, correntes políticas desfavoráveis aos nossos interesses, especialmente quanto a aplicação da nova lei de Assistência Externa, dando mão forte ao Executivo na sua interpretação mais liberal da mesma com relação ao Brasil. E mais, “o eventual oferecimento brasileiro ficaria provavelmente limitado a gesto de solidariedade, não se tornando talvez necessária a sua efetivação (RC d emb 61.10.19, doc.81).

Durante a Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, Cuba foi expulsa da OEA num desfecho que, segundo Arthur Schlesinger, principal conselheiro de Kennedy, promoveu “progressos no sentido do isolamento de Cuba dentro do hemisfério maiores do que se poderia prever alguns meses antes” (SCHLESINGER, 1966, p.784). O episódio traduz bem a vitória norte-americana utilizando como moeda de troca a assistência financeira ao desenvolvimento. A delegação estadunidense presente na Conferência realizou reuniões para acertar o posicionamento do país, uma vez que existiam divergências quanto ao tema de Cuba (Ibidem, p.782). O senador Bourke Hickenlooper, tendo uma posição anticomunista mais intensa e preocupado com a opinião pública norte-americana, afirmava que se a delegação não voltasse com uma “ação muito forte contra Castro”, toda a Aliança para o Progresso estaria em perigo (Ibidem, p.782). O discurso revelava a preocupação de que a própria população americana se voltasse contra o programa de assistência financeira e técnica para países que não apoiassem a luta indiscriminada contra o comunismo. Por quatorze votos, com a abstenção do Brasil, a OEA expulsou Cuba e todas as vinte repúblicas do hemisfério, com exceção da ilha, apoiaram a declaração de incompatibilidade do regime cubano com o sistema interamericano.¹¹⁵

Na esteira da tensa relação entre Brasil e Estados Unidos nesse período, o caso da *International Telephone & Telegraph* (ITT) também seria emblemático para expor a posição de barganha norte-americana. O então governador do Rio Grande do Sul, Leonel

¹¹⁵ Ademais, 19 países votaram a favor da criação de uma Comissão Consultiva Especial de Peritos em Questões de Segurança, para combater as “atividades subversivas cubanas”; 16 votaram em favor do prosseguimento dos estudos para ampliar o embargo comercial; além da resolução sobre segurança, determinando que a OEA tomasse todas as medidas adequadas para “autodefesa individual ou coletiva” contra a “intervenção continuada no hemisfério pelas “potências sino-soviéticas” (SCHLESINGER, 1966, p.784).

Brizola, desapropriou os bens¹¹⁶ da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT, realizando o depósito de mais de 149 milhões de cruzeiros que considerou como “justa, atual e prévia indenização”, tendo deduzido do valor total dos bens da empresa as importâncias referentes à “obsolescência, plantas doadas e indenizações de funcionários” (*Diário de Notícias*, 17/02/62, apud BANDEIRA, 1978, p.49). O Departamento de Estado americano, por sua vez, protestou contra a ação de Brizola, classificando-a como “um passo atrás nos planos da Aliança para o Progresso” (Ibidem, p.49).

O presidente da ITT, Harold S. Geneen, enviou telegrama para Kennedy denunciando o processo de expropriação e assemelhando-o ao que fora utilizado em Cuba (MELO, 2013, p.258). O governo brasileiro, no intuito de evitar maiores atritos com Washington, criou a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP), em maio de 1962. Através da Comissão tentava-se uma negociação entre ambos os governos para estabelecer a indenização. Estavam entre os representantes brasileiros nestas tratativas o embaixador Roberto Campos e San Tiago Dantas. É notória, mais uma vez, a presença ativa de Campos nas negociações que, assim como no *caso Hanna*, teve desfecho favorável aos interesses do capital norte-americano durante o regime empresarial-militar.

A *American and Foreign Power Company* (Amforp)¹¹⁷ também pode ser citada como parte das dificuldades nas relações bilaterais Brasil-Estados Unidos durante o governo Goulart. As atividades do setor de energia elétrica no Brasil, em meados dos anos 1950, eram monopolizadas por duas grandes empresas internacionais, a *Brazilian Traction Light and Power*, de origem canadense – que fornecia os serviços de eletricidade, bondes, gás e telefones no Distrito Federal, na cidade de São Paulo e em diversos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo – e a Amforp, que controlava cerca de trinta empresas operando em capitais dos estados do Nordeste e do Sul do país, do Espírito Santo e de Minas Gerais, além do interior de São Paulo, na região de Campinas (CORRÊA, 2007, p.212). O abastecimento de energia elétrica sofria constantes cortes motivados, principalmente, pela falta de investimentos por parte das concessionárias

¹¹⁶ Segundo Bandeira, não ocorreu desapropriação das ações da companhia (BANDEIRA, 1978, p.49).

¹¹⁷ A Amforp era uma empresa do grupo norte-americano Electric Bond and Share Corporation (Ebasco), ligado, por sua vez, ao Grupo Morgan e à General Electric, e foi constituída em 1923 com o objetivo de realizar operações em Cuba, Guatemala e Panamá, além do Brasil (CORRÊA, 2007, p.213). A Amforp se instalou no Brasil em 1927, com a constituição das Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), posteriormente denominadas Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB).

estrangeiras, gerando uma crise na oferta de eletricidade. Colocava-se, então, na ordem do dia, a proposta da participação direta do Estado no setor.

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) foi apresentada proposta de criação de uma *holding* federal destinada a atuar na área de geração de energia elétrica, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). O projeto sofreu grande oposição e foi alvo do *lobby* de empresas estrangeiras, sendo aprovado somente em abril de 1961. O governo Goulart se preparava para comprar empresas estrangeiras visando ampliar o sistema de geração de energia do Brasil. Brizola denunciou que todos os negócios da Amforp em operação no país tinham recuperado, já fazia tempo, o valor dos seus investimentos, obtendo lucros excessivos e ilegais.

Em um comunicado do embaixador Roberto Campos a um membro da CONESP, este declara sua preocupação com as negociações que envolviam a aquisição da empresa e estabelece uma relação direta entre essa venda e a Aliança para o Progresso, sendo condição do governo estadunidense um desfecho favorável para que a cooperação financeira e técnica prosseguisse.

Asseguro-lhe que não existe aqui outra preocupação senão apressar a nacionalização pacífica, removendo as empresas estrangeiras dessa área politicamente sensível. De outro lado, a não solução rápida desse problema criaria sério embaraço para o Executivo, visto que a partir de 26 de janeiro próximo teria teoricamente que suspender todos os programas de auxílio ao Brasil – medida politicamente desastrosa mas infelizmente inevitável – a não ser que tenhamos concluído ou avançado suficientemente as negociações, para dar razoável segurança de que haverá ressarcimento pelo acervo desapropriado. O seu trabalho em acelerar a negociação a cargo da CONESP, conquanto difícil e penoso, é de extraordinária importância para evitar o colapso da Aliança para o Progresso, com todas as consequências políticas e econômicas que isso encerraria. Fui procurado pelo pessoal da AMFORP que se declarou satisfeito e bem impressionado com os trabalhos da subcomissão (RC d emb 1961.10.19, pasta II, doc.72).

Bandeira (1978) trouxe as cifras envolvidas na negociação com a companhia estadunidense e informa que, segundo o balanço das próprias empresas, levantados em 31 de dezembro de 1962, o total de investimentos da Amforp no Brasil era de aproximadamente de 25 bilhões de cruzeiros. Por seu turno, a CONESP, com base em dados fornecidos pelas subsidiárias, calculou de forma “generosa”, como aponta Bandeira, o total de seus investimentos em 46 bilhões de cruzeiros. A Eletrobrás, por fim, elevou essa soma para 57 bilhões, alegando correção monetária. Os representantes da Amforp não concordaram com nenhuma dessas somas e calcularam que deveriam receber uma indenização que ultrapassaria os 166 bilhões de cruzeiros. A comissão interministerial, nomeada por Goulart, concordou com a proposta da empresa norte-

americana e logo Roberto Campos e San Tiago Dantas assinaram um memorando de entendimento (BANDEIRA, 1978, p.101-103).

O assunto tomou as capas de jornais e recebeu severas críticas de diferentes setores, levando o presidente Goulart a interromper as negociações para que fosse avaliado o patrimônio da Amforp por técnicos brasileiros. Importante ressaltar que, no contexto da Guerra Fria e da aproximação cubana com a URSS, os Estados Unidos interpretavam qualquer tipo de nacionalismo – mesmo que desenvolvimentista e nos moldes do capitalismo – como possível ameaça comunista. Dessa forma, o fato da política brasileira interferir negativamente, de alguma forma, nos interesses de grandes empresas americanas que operavam no país – além da chamada PEI, que manteve posição contrária ao país do Norte com relação a não intervenção em Cuba – deteriorou a relação entre ambos os países. Washington assumiu a conduta de apoiar governadores de estados da federação opositores de Goulart, negociando ajuda financeira e técnica diretamente com eles.

Uma das principais formas de combater a crise econômica que assolava o Brasil, se daria a partir da assistência financeira estadunidense. Porém, diante de impasses como o da ITT, da Amforp e da Hanna, os americanos racionalizaram e condicionaram a ajuda. Segundo nos aponta Loureiro (2012), o governo Kennedy foi o primeiro a ter acesso ao Plano Trienal:

Dias antes de o programa ter sido apresentado ao Conselho de Ministros, em 18 de dezembro de 1963, João Goulart organizou um encontro entre Celso Furtado, Lincoln Gordon, Ralph Korp (adido financeiro da embaixada) e Walter Kubish¹¹⁸ (ministro para Assuntos Econômicos), a fim de que Washington recebesse uma “descrição preliminar dos trabalhos” e pudesse “fazer comentários em uma fase inicial” (LOUREIRO, 2012, p.409).

Tal atitude pode ser considerada como uma última tentativa do governo Goulart em – seguindo a determinação da Aliança para o Progresso de elaborar planos nacionais de “desenvolvimento” – contornar as questões mais intrincadas com o governo norte-americano, garantindo o fluxo de capitais externos.

O governo Kennedy realizou algumas críticas ao Plano Trienal, porém, no geral, avaliou-o positivamente, devido à “firmeza” demonstrada pela equipe econômica de Goulart em perseguir o planejamento para a estabilização da economia. Porém, não deixavam de demonstrar preocupação com a orientação ideológica do presidente, como

¹¹⁸ Diretor do Escritório de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado dos Estados Unidos e diretor da USAID no Brasil.

em fevereiro de 1963, na primeira das três reuniões realizadas entre Herbert May¹¹⁹ e San Tiago Dantas para, supostamente, discutir o Plano Trienal. Na oportunidade May reafirmaria que os Estados Unidos não estavam preocupados “apenas com política econômica”, mas também com “a orientação política e a infiltração comunista no governo” (Ibidem, p.414).

Nesse contexto, em março de 1963, o Ministro da Fazenda San Tiago Dantas embarcaria para Washington visando negociar financiamento ao Plano brasileiro. O relatório da missão informava algumas das “preocupações políticas” dos Estados Unidos durante as negociações, dentre elas a chamada “infiltração comunista” em vários postos-chave do governo; a “hesitação” de certos setores governamentais em emprestarem plena colaboração ao programa da Aliança para o Progresso e dificuldades na execução dos entendimentos Goulart-Kennedy sobre a “nacionalização amigável” de empresas concessionárias de serviços públicos (RC d emb. 61.10.19, pasta V, doc.138). Dantas realizou negociações com David Bell, administrador da USAID e defensor da fixação de empréstimos com metas de desempenho. Os ajustes foram intrincados, pois muitos dos critérios de desempenho recomendados pelas autoridades norte-americanas foram considerados inaceitáveis pelo ministro da Fazenda, mas, aos poucos, entraram em entendimento.¹²⁰

Loureiro (2012) analisa os detalhes da Missão Dantas e apresenta os dados que constam da tabela abaixo, onde se pode verificar a proposta brasileira de fontes e de agências de assistência financeira para o período compreendido entre 1963-1965 (em milhões US\$):

Tabela 3: Proposta da missão San Tiago Dantas de assistência financeira internacional - Brasil 1963-1965 (milhões US\$)

	1963	1964	1965
Tesouro	25,0	-	-
Eximbank	150,3	33,6	30,8
USAID	200,0	200,0	200,0
FMI	82,0	80,5	-

¹¹⁹ Secretário de Assuntos Americanos do governo Kennedy.

¹²⁰ Loureiro (2012) aponta os pormenores das discussões a partir da documentação norte-americana e do arquivo pessoal de Roberto Campos (LOUREIRO, 2012, p.409-431).

Europa (refinanciamentos)	46,0	23,0	13,0
Europa (reativação créditos)	77,0	-	-
Total (fontes EUA)	375,3	233,6	230,8
Total (Europa e FMI)	205,0	103,5	13,0
Total	580,3	337,1	243,8

Fonte: LOUREIRO, 2012, p.417.

A seguir o resultado dos acordos financeiros efetivamente estabelecidos pela Missão Dantas (em milhões US\$):

Tabela 4: Acordo Missão Dantas

Instituições de crédito norte-americanas	Valor
I. Fundos sujeitos à liberação imediata*	
USAID	25,5
EXIMBANK	33,0
Departamento do Tesouro	25,5
Subtotal	84,0
II. Fundos sujeitos à liberação posterior**	
USAID	200,0
EXIMBANK	44,5
Leis do Trigo (PL 480)	70,0
Subtotal	314,5
Total (I + II)	398,5

Fonte: RC d emb. 61.10.19, pasta V, doc.138.

*Condicionados ao término da negociação com as subsidiárias da Amforp.

**Condicionados à “performance” político-econômica brasileira.

Contrastando ambas as tabelas, podemos verificar que a equipe econômica responsável pelo Plano Trienal já previa que boa parte da assistência viria da Aliança para o Progresso. Por isso, em sua proposta, estipularam a maior soma à USAID, seguida do Eximbank que, juntos, ao longo do período, somavam 814,7 milhões de dólares, ou seja,

mais de 70% do total de assistência prevista pela missão. Efetivamente, o acordo estipulou também que a maior parte da ajuda partiria de ambas as agências para o desenvolvimento.

Por outro lado, as somas de liberação imediata foram baixas, correspondendo a apenas 21% do total de créditos estabelecido no acordo. O restante ficou condicionado à *performance* do governo brasileiro, que envolvia um conjunto de políticas como a monetária, cambial e fiscal além, claro, das “preocupações políticas” levantadas pelos norte-americanos (RC d emb 61.10.19, pasta V, doc.138). Isso demonstra claramente a estratégia de utilização do programa de assistência financeira lançado em 1961, como instrumento de intervenção junto ao governo brasileiro para assegurar condições favoráveis aos capitais estadunidenses, além de arena de lutas da Guerra Fria. Ademais, esse compromisso norte-americano com o governo Goulart foi irresoluto uma vez que, mesmo com todas as condicionantes a serem cumpridas, o Congresso americano votava anualmente as verbas para o desenvolvimento internacional, ou seja, o fundo da USAID de 200 milhões de dólares previstos, dependia da relação Executivo-Legislativo norte-americano para ser liberado.

A “opinião pública” estadunidense frequentemente era citada nos relatórios da embaixada brasileira em Washington, pois a avaliação do que “pensava a população americana” no tocante à Aliança para o Progresso tinha peso nas votações do legislativo daquele país. Ou seja, era preciso “controlar” a popularidade do programa de assistência à América Latina junto aos estadunidenses, para que o Legislativo votasse favoravelmente as cotas da ajuda externa. Durante o governo Goulart, a imagem do Brasil reforçada pela grande imprensa americana, segundo Roberto Campos, contribuía para que

[...] se cristalize, gradualmente, na opinião pública do país uma imagem do Brasil em que aparecem como traços dominantes a indisciplina financeira, a turbulência social e a instabilidade política, contra um fundo sombrio de caos generalizado (RC d emb 61.10.19, doc. VII 167).

A partir da queda de Santiago Dantas, seguida do abandono do Plano Trienal e da demissão de Roberto Campos, os Estados Unidos tiveram como premissa que os entendimentos de março de 1963 estavam temporariamente congelados (Ibidem, p.75). Tal conduta implicou num dos fatores que resultou a evolução da crise brasileira dificultando, principalmente, a contenção da espiral inflacionária, bem como das reivindicações dos movimentos sociais rurais e urbanos. Por seu turno, os setores contrários a Goulart cada vez mais venciam diferenças e se reuniam, engrossando o caldo da conspiração.

2.3.5 – Algumas considerações sobre a Política Externa Independente (PEI)

A política externa brasileira, no período aqui estudado, abarcava com destaque a questão do desenvolvimento. Rubens Ricupero denominou essa política como *diplomacia do desenvolvimento* (RICUPERO, apud. BRUM, 2008, p. 10). Este direcionamento diplomático segue um processo caracterizado por Escobar (2007), que chama atenção para o fato dos próprios países denominados “subdesenvolvidos” incorporarem esta noção, assim como outras como “Terceiro Mundo” e “desenvolvimento”, forjadas no pós-Segunda Guerra.

Dantas, que também chefiara a pasta do Itamaraty no início do governo Goulart, além de ser considerado um dos principais formuladores da política, interpretou que os pressupostos ideológicos da Política Externa Independente se ordenaram em torno dos seguintes eixos:

- a) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; b) contribuição à preservação da paz, através da coexistência pacífica e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; c) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole; d) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das reações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; e) defesa da política de auto formulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional (DANTAS, 1962, p.6, apud BRUM, 2008).

Pode-se perceber a defesa de relações internacionais sob o diálogo econômico-cooperativo que privilegiava as relações Norte-Sul em detrimento das relações Leste-Oeste. Com relação ao apoio à descolonização, houve momentos de hesitação da PEI, uma vez que, em algumas votações na ONU sobre a emancipação de Angola e Argélia, o Brasil se absteve, não seguindo o discurso de orientação anticolonial. Os países recém independentes asiáticos e africanos eram pontos delicados para a manutenção da hegemonia estadunidense. O denominado “espírito de Bandung”, ensejado a partir de Conferencia homônima¹²¹, gerou a formação de uma identidade e soberania nacionais das jovens nações independentes frente à existência da polaridade da Guerra Fria. Tratava-se

¹²¹ “Entre os dias 24 e 29 de abril de 1955 em Bandung - cidade da Indonésia, nação símbolo da luta anticolonial através da oposição - a tentativa da Holanda retomar o domínio de sua antiga colônia ocupada durante anos pelos japoneses -, vinte e nove países (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, China [República Popular], Costa do Ouro [futura Gana], Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã [República Democrática – Norte], Vietnã [República do – Sul] e Yemen) marcaram de forma definitiva o fim do monopólio na condução das relações internacionais por grandes potências” (KOCHER, 2005, p. 2).

de uma tentativa das novas nações de se manterem independentes – dentro da lógica da Guerra Fria – tanto das tradicionais potências, quanto das novas superpotências.

Assim, sem deixar de ser uma ordem bipolar, as relações internacionais a partir daquele encontro passaram a conter as bases de uma possível ordem internacional tripolar. “Possível” na medida em que uma efetiva associação na forma de “bloco” (como o comunista, por exemplo), demandaria uma integração econômica inviável para as economias e sociedades afro-asiáticas (KOCHER, 2005, p.4).

Tais objetivos de posicionamento no sistema internacional – o “neutralismo” perante os dois blocos de poder – certamente gerava desconfianças por parte dos Estados Unidos. De um lado, por significar o temor de uma possível aproximação com o bloco socialista e, de outro, por gerar potenciais barreiras ao acesso livre aos promissores mercados desses países. Dessa maneira, qualquer ensaio de aproximação político-econômica entre países da América Latina e os não alinhados causaria arestas com os interesses norte-americanos.

O processo de descolonização contribuiu, também, para o início e o aprofundamento de uma nova estrutura para o sistema internacional, promovendo um processo de multilateralização pela introdução de novos agentes e temas no cenário que abalaria a feição bipolar do cenário. Somada à recuperação da Europa Ocidental e do Japão e à consolidação do bloco socialista, a emergência de novas nações ampliou o escopo das relações internacionais, que, embora ainda orientadas pela bipolaridade, passaram a apresentar dimensões mais complexas. [...] as antigas colônias tornaram-se foco de disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética [...] (PECEQUILO, 2003, p. 178).

A partir dos pressupostos da PEI, o Brasil também, de forma pragmática, restabeleceu relações diplomáticas com a Hungria e a Romênia, dando início ao processo de relacionamento com países do bloco socialista, de modo a expandir suas relações comerciais. A missão do então vice-presidente João Goulart à China, durante o episódio da renúncia de Quadros, apesar de amplamente apontada como demonstração do caráter comunista do petebista, nada mais era do que uma missão comercial, segundo as diretrizes da PEI.

No processo de deterioração das relações bilaterais entre Brasil-Estados Unidos, a partir de agosto de 1963, o então ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro¹²², seguro de que a ajuda americana não se encaminharia, aprofundou as diretrizes da PEI.

¹²² Ingressou na carreira diplomática em 1940. Em 1958 assumiu a chefia do Departamento Político e Cultural do Itamarati, participando da formulação da Operação Pan-Americana. Já como Ministro, em novembro de 1963, chefiou a delegação do Brasil à XVIII Sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, defendendo na oportunidade sua política dos "Três D" - Desenvolvimento, Desarmamento e Descolonização (DHBB/CPDOC).

Fez isso, principalmente, através da defesa do princípio do multilateralismo nas relações internacionais e do balizamento da política externa brasileira pelos 3Ds: desarmamento, descolonização e desenvolvimento. A proposta se materializou no longo discurso proferido pelo chanceler na XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, seguido do aprofundamento das relações do Brasil com os países do Terceiro Mundo.

O governo norte-americano passaria a apoiar, cada vez mais, o bloco doméstico de oposição a Goulart, empenhado em forte campanha para desestabilizá-lo. Instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) receberam financiamento estadunidense para disseminar o anticomunismo, através de episódios como o da subvenção de campanhas de candidatos contrários à Goulart, no ano de 1962. Brum (2008) analisa como essa sucessão de eventos culminou no golpe de 1964:

As críticas à PEI transportaram gradativamente para o âmbito doméstico os argumentos maniqueístas da Guerra Fria, de tal modo que contribuiriam para o desfecho da crise em março de 1964. Vale destacar que os golpistas de 64 fizeram oposição sistemática às teses de autonomia diplomática frente aos EUA e de universalização das relações exteriores. Defendiam a tradição diplomática hemisférica e alinhada. Não se pode atribuir à atuação exterior inovadora a derrocada do governo. Porém, sua crescente dimensão dentro da estratégia de poder doméstico e da conjuntura externa teve, sem dúvida, sua cota de participação na queda de Jango (BRUM, 2008, p.73).

Parte da historiografia demonstra como a PEI engrossou o discurso de oposição à João Goulart, servindo de “munição” para acusar o governo de comunista. Visentini (1994) sinaliza que “1964 representou também um golpe contra a Política Externa Independente e uma intervenção bem calculada contra o projeto econômico, social e nacional que esta representava” (VISENTINI, 1994, p. 34).

Com a cooperação econômica norte-americana suspensa, os articuladores da política externa brasileira intensificaram suas ações no sentido de estreitar as ligações Sul-Sul e até Leste-Sul. Washington começou a estreitar vínculos com os grupos pró-americanos dentro do Brasil, tendo participado ativamente do golpe empresarial-militar que derrubou o presidente e instaurou o regime ditatorial. Após o golpe, as relações com os Estados Unidos foram reestabilizadas e o alinhamento político retomado, principalmente nos primeiros anos do regime militar.

2.4 – Antecedentes da Aliança

Temos como desafio nessa parte da tese corroborar a hipótese de que, anteriormente à Aliança para o Progresso, os Estados Unidos já vinham realizando no

Brasil ações que envolviam “cooperação técnica” para o campo – ao menos desde a década de 1940 – balizando fortemente áreas como as de pesquisa e educação rural. Dessa maneira, a Aliança não foi “inovadora”, nem tampouco significou uma inflexão na política externa estadunidense, inserindo-se no contexto de estabelecimento de um “cordão sanitário” no hemisfério para conter a “contaminação comunista”. O que apareceu de inovador com a Aliança para o Progresso foi uma “nova” roupagem vestida pelo imperialismo estadunidense na América Latina. Abordaremos então, algumas iniciativas estadunidenses para demonstrar sua “ação cooperativa” no Brasil mormente no tocante ao mundo rural brasileiro. Dentre elas consideramos, por exemplo, a atuação de Nelson Rockefeller através do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (CIAA), e, posteriormente da AIA.

Durante o governo de Roosevelt (1933-1945), em plena Segunda Guerra, Nelson Rockefeller¹²³ foi escolhido para dirigir uma agência especial para o relacionamento com a América Latina, sobretudo devido a seu bom trânsito junto às classes dominantes latino-americanas. Rockefeller, desde os anos 1930, após tornar-se membro da diretoria da *Creole Petroleum*, defendia a participação do capital americano no “desenvolvimento” econômico dos países “hospedeiros”. “Os interesses comerciais da família Rockefeller com o petróleo na Venezuela e o fascínio pela Amazônia foram a motivação central de Nelson na América do Sul” (OLIVEIRA, 1999, p. 108). A referida agência iniciou suas atividades em agosto de 1940 e Rockefeller “iniciou a montagem de uma das maiores e mais complexas agências do governo Roosevelt, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (CIAA)¹²⁴, ou simplesmente *Office*” (TOTA, 2014, p. 1290), subordinada ao Conselho de Defesa Nacional.

O historiador Pedro Tota caracteriza o *Office* como uma espécie de *Bureau Cultural*. O filme *Alô, amigos* (1942), de Walt Disney, que deu vida ao estereotipado personagem Zé Carioca, foi por ele patrocinado sendo que, além disso, possuía uma divisão de imprensa que, mensalmente, saturava a América Latina com notícias e

¹²³ “Nelson Aldrich Rockefeller nasceu em 1908 e foi batizado em homenagem ao seu avô materno, o senador Republicano Nelson Aldrich. [Nelson] Homem de negócios, político, filantropo, colecionador de artes, entre outras atividades que marcaram a carreira do terceiro filho de John D. Rockefeller e Abby Aldrich Rockefeller, Nelson pertenceu a uma família que conquistou ainda no século XIX uma grande fortuna, inicialmente, com a exploração de recursos naturais: o petróleo, com a Standard Oil Company, cuja subsidiária na Venezuela – a Creole Petroleum Co. – Nelson fez parte do Conselho de Diretores (1935-1940). Ainda no final do século XIX e durante o início do século XX, a família Rockefeller iniciou também a participação em atividades filantrópicas, sendo que a AIA estaria ligada, de acordo com o próprio Nelson, à esta tradição” (SILVA, 2015, p.26-27).

¹²⁴ Em português: Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos.

reportagens controladas e concentradas em donos de jornais específicos que dependiam do fornecimento de papel norte-americano (COLBY & DENNET, 1998, p. 142).

O CIAA mantinha, por toda a latino-américa, equipes comandadas por executivos empresariais que dominavam as engrenagens do poder local e as diretrizes da agência eram discutidas tendo como prioridade as benesses para a comunidade empresarial. O desígnio oficial do escritório comandado por Rockefeller era o de “manter laços culturais” com todo o hemisfério. Sua finalidade real eram os interesses dos grandes grupos empresariais estadunidenses e a tentativa de coadunar-se com seus congêneres locais.

A composição dos principais quadros do *Office* revela um grupo dirigente recheado de intelectuais orgânicos das classes dominantes estadunidenses, como o financista e produtor cinematográfico John Hay Whitney; o rei do algodão do Texas Will Clayton; o banqueiro de investimentos Paul Nitze e o gerente de exportações da *Otis Elevators*, Percy Douglas. O conhecimento sobre negócios imiscuía-se no *Office* e dele emanava. O coordenador-assistente John C. McClintock, por exemplo, ajudou a *United Fruit* a administrar suas vastas plantações na América Latina após a guerra (Ibidem, p. 144).

Segundo Silva (2009), Nelson Rockefeller era considerado, nesse período, “um bom exemplo dos interesses internacionalizados da economia norte-americana”, pois “mantinha investimentos pessoais na América Latina, especialmente na Venezuela, onde seus negócios com petróleo eram significativos”. Ainda segundo Pedro Tota (2014), os laços de Rockefeller com Roosevelt evidenciaram-se a partir da necessidade de manter acordos políticos com a América Latina diante da possibilidade de fechamento do mercado europeu em decorrência do domínio e contínuo avanço dos alemães na Segunda Guerra. Facultou-se, assim, de acordo com o historiador, a ascensão política de Nelson Rockefeller.¹²⁵

O coordenador do CIAA entendia que “a segurança da nação norte-americana dependia de uma estreita cooperação – econômica e cultural – com todos os governos das Américas” (TOTA, 2000 apud SILVA, 2009, p. 59). Isso dentro de uma política caracterizada por Gerson Moura (1980) como marcada pelo “moderado reformismo interno do *New Deal* “que ataca o capital financeiro, mas apoia o grande capital industrial”, que se coadunava perfeitamente com o conservadorismo da Boa Vizinhaça na constituição de um sistema de poder que exigia o estabelecimento de “relações

¹²⁵ Isso apesar de algumas divergências entre o empresário e a administração Roosevelt, pois Rockefeller já alertava que deveria ser priorizada a influência comunista, e não tanto a alemã.

assimétricas entre o centro hegemônico e seus aliados subordinados” (MOURA, 1980, p. 131). Nesse sentido, Nelson Rockefeller e o *Office* seriam instrumentos primordiais para tal política.

Silva (2009) avalia que Nelson Rockefeller, não sendo um *expert* em agricultura, cercou-se de quadros especializados no tema. Durante o trabalho no CIAA uma das partes integrantes deste escritório, o *Food Supply Division* (FSD), iniciou a implementação de projetos relacionados ao aumento da produção agrícola, que teriam influência na atuação da *American International Association for Economic And Social Development* (AIA), agência de Rockefeller após 1945. O FSD promoveu pequenos empréstimos e assistência técnica a agricultores que viviam próximos a cidades como Natal e Recife, que abrigaram o exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2009, p.74).

Desse modo, consideramos o *Office*, coordenado por Rockefeller, como um antecedente da ação cooperativa estadunidense no tocante ao mundo rural brasileiro. Ademais, conforme defende Silva (2009 e 2015) a AIA, projeto sucessor do *Office*, nasceu levando em conta as experiências em agricultura do CIAA, herdando, ainda, muitos dos agentes que trabalharam no Brasil durante a guerra e que também participaram da constituição da AIA. O CIAA bem como, posteriormente, a AIA, representavam a manutenção de interesses não somente econômicos, mas também políticos, dos Estados Unidos no Brasil (SILVA, 2009, p. 84).

A AIA foi criada em 1946 e constituiu-se em outra importante evidência da participação estadunidense junto a projetos de cooperação técnica em matéria de agricultura. Apesar de não ser uma agência diretamente ligada ao governo norte-americano, consideramos a AIA como representante da teoria da modernização, posto visar introduzir conhecimento técnico e desenvolvimento econômico junto a países da América Latina. Podemos conceber a agência como um importante aparelho privado de hegemonia estadunidense, exportadora de uma forma de fazer “negócios” na América Latina. Conquanto sua criação se tenha baseado em uma justificativa filantrópica, amparada em práticas de auxílio técnico para países considerados menos desenvolvidos, a agência foi marcada pela “intrínseca vontade de transformar o mundo à imagem e semelhança dos Estados Unidos” (SILVA, 2015, p.35). Ou seja, uma verdadeira exportação do *american way of business* na agricultura¹²⁶.

¹²⁶ Agradecemos muito tal interpretação sugerida pela historiadora Martina Spohr Gonçalves.

O que chamamos aqui de “ação cooperativa” passou, necessariamente, pela “ação educativa” uma vez que, para a agricultura brasileira modernizar-se conforme o paradigma norte-americano – leia-se utilização de fertilizantes e maquinaria – foi necessário “educar” os produtores sobre as novas formas de produção que lhes eram apresentadas como a única e possível opção para o desenvolvimento da agricultura no país.

Colby & Dennett (1998) trazem um claro exemplo dessa questão ao afirmarem que Rockefeller, em 1947, esperava fundar uma indústria de fertilizantes no Brasil, como parte de um projeto maior destinado a trazer para o país o modelo agrícola do Meio-Oeste americano. Porém, o empresário constatou que não havia mercado para fertilizantes químicos no Brasil e, segundo os autores, poucos produtores brasileiros tinham conhecimento sobre seu uso e mesmo que o tivessem, não poderiam arcar com seu alto custo. A criação de um mercado de fertilizantes no Brasil tornou-se essencial para Rockefeller (Colby & Dennett, 1998, p.250).

Dessa maneira, a equipe de Rockefeller rapidamente elaborou um planejamento para induzir ao aumento do consumo desses insumos: “educar os fazendeiros sobre como aumentar seus rendimentos, implantar meios de adquirir os excedentes dos produtores e melhorar os meios de transporte brasileiros para entregar fertilizantes em bases vantajosas”. Foram estabelecidas parcerias entre empresários norte-americanos e cooperativas e fazendeiros brasileiros, para que estes últimos recebessem fertilizantes produzidos nos Estados Unidos, com o objetivo de testá-los, gerando a demanda de mercado necessária para a futura instalação de fábricas (Ibidem, p. 251).

Para garantir seus lucros a partir da mudança supostamente gerada nesses produtores, em janeiro de 1947, Nelson Rockefeller criaria a “irmã siamesa” da AIA, o *International Basic Economy Corporation* (IBEC) que, posteriormente, seriam separadas. A diretoria do CIAA, recheada de “capitães da indústria”, reaparece neste contexto, pois parte daquela cúpula também figurava nas diretorias da AIA e do IBEC (Ibidem, p. 248). Dessa forma, os projetos que pudessem gerar lucros passaram para a esfera do IBEC, como por exemplo, a perspectiva de instalação de uma indústria de fertilizantes (Ibidem, p.251). Colby & Dennett avaliam a relação AIA-IBEC, junto a qual, no tocante ao caso brasileiro, podemos incluir também a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). O início do projeto extensionista no Brasil¹²⁷ estava ligado tanto aos interesses de grandes

¹²⁷ Voltaremos ao extensionismo adiante.

corporações estadunidenses, quanto aos de boa parte do patronato agroindustrial brasileiro.

Enquanto as equipes da AIA promoviam a criação de frangos, Nelson montava, através da IBEC, uma empresa de ração para aves. As equipes da AIA promoviam as virtudes dos fertilizantes químicos e a IBEC os vendia. A AIA encorajava o uso de sementes mais produtivas, a IBEC vendia sementes híbridas. A AIA pregou o evangelho dos pesticidas e herbicidas e a IBEC montou uma empresa de fumigação. As planícies do oeste do Paraná ofereciam terras adequadas para o cultivo extensivo mecanizado. Lá, o evangelho do trator americano para a fruticultura encontrou ouvintes atentos. A Companhia de Serviços Mecanizados de Agricultura da IBEC (conhecida como EMA) fez boas vendas como representante de uma empresa americana com ampla participação dos Rockefeller, a International Harvester. O Brasil importou mais de um milhão de dólares em maquinaria em quatro anos e a EMA foi contratada para limpar mais de 40 mil hectares de florestas (Ibidem, p.251).

No contexto do Plano Marshall os projetos da AIA no Brasil, desenvolvidos através de programas de cooperação técnica firmados entre ela e instituições brasileiras, demonstraram que o hemisfério já estava integrado à órbita da teoria da modernização. A AIA desenvolveu atividades como, por exemplo, aquelas ligadas ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), entre 1946 e 1950, além da experiência considerada como de maior sucesso da agência: a criação da ACAR, em dezembro de 1948, em parceria com o governo de Minas Gerais.

Importante destacar a tese de Silva (2009 e 2015) de que o processo de constituição e ação da AIA no Brasil foi marcado pela “conformação” de seus projetos às peculiaridades do país. Para o autor, a atuação da AIA no campo brasileiro pautou-se quer em relações tanto de apoio, quer nas de resistência. Nesse sentido, questiona a ideia de “simples adaptação” brasileira às iniciativas da AIA e demonstra um constante processo de negociação, argumentando que as experiências realizadas no período adotaram um ritmo de “conformação de projetos, alguns sendo levados adiante e outros abandonados, dependendo tanto dos interesses das instâncias e grupos brasileiros quanto dos da própria agência” (SILVA, 2015, p.26).

O referido autor foi um dos únicos¹²⁸ que encontramos a tratar especificamente dos programas de cooperação técnica emanados dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra e que estabelece, claramente, a relação direta entre a AIA, o Ponto IV e a Aliança para o Progresso:

Este momento indica [surgimento e atuação da AIA], entre vários aspectos de ordem política e econômica, a manutenção de atividades na América Latina e no Brasil por parte de Nelson Rockefeller; a intensificação de projetos de

¹²⁸ Além da professora Sonia Regina de Mendonça que possui vasto trabalho sobre o tema e que se constitui em nossa referência principal.

cooperação internacional que mais tarde se consolidariam com o Ponto Quatro durante o governo do presidente norte-americano Harry Truman e com o seu “sucessor”, a Aliança para o Progresso, implantado durante o governo Kennedy (SILVA, 2009, p.55).

Em que pesem as diferenças teóricas existentes entre nosso trabalho e o de Claiton Silva, acreditamos poder aproximá-los em função da abundância de dados empíricos sobre a influência exercida pelo imperialismo norte-americano no campo brasileiro, observando de que forma as políticas agrícolas foram sobremaneira influenciadas pelo *american way of life/business*. Ademais, ele favorece uma interpretação crítica sobre a Aliança para o Progresso, fugindo do “dogma” sobre a “novidade” do programa, que conta com vários antecedentes desde o período da Segunda Guerra.

A partir da hipótese levantada neste trabalho, de que diversas políticas imbricadas aos acordos da Aliança para o Progresso atingiram um sem número de práticas destinadas a levar o “saber técnico” a produtores rurais de distintos portes, entendemos o Extensionismo rural¹²⁹ como uma estratégia fundamental neste processo. Em 1948, Rockefeller e o governador de Minas Gerais, Milton Campos, assinaram um acordo para estabelecer a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) que se constituiria em uma agência de crédito agrícola gerida pela AIA, que controlaria o acesso aos empréstimos fornecidos pelo Banco do Estado de Minas Gerais. A ACAR tinha a incumbência de difundir técnicas e tecnologias agrícolas no estado mineiro, que direcionassem os produtores “assistidos” a contraírem crédito bancário para “consumirem as inovações tecnológicas apresentadas pelos extensionistas” (OLIVEIRA, 2017, p. 39). Desse modo, concordamos com a hipótese de que Minas Gerais foi o “portão de entrada”¹³⁰ do modelo de modernização rural aos moldes estadunidenses. Minas Gerais foi escolhida não de forma aleatória, pois o estado era um “reduto agrícola e minerador da facção exportadora conservadora” do PSD (COLBY & DENNETT, 1998, p. 249).

Juscelino Kubitschek quando prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) e governador de Minas Gerais (1951-1955), já aderira ao desenvolvimentismo, buscando intervenções modernizantes como obras arquitetônicas, eletrificação, construção de estradas e industrialização. Sua administração à frente do estado mineiro gestou, em um curto espaço de tempo, a *holding* Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). Seu

¹²⁹ A Extensão Rural consiste em uma política pública, porém, foi permeada pelo irmanamento de interesses patronais agroindustriais e internacionais. Surgida em 1948, em Minas Gerais, e posteriormente tornada nacional, a partir de articulações encabeçadas por Nelson Rockefeller, se baseava em um projeto de desenvolvimento rural via aumento da produtividade pela introdução maciça de tecnologia.

¹³⁰ Agradeço esta consideração observada por Pedro Cassiano de Oliveira.

financiamento veio, em grande parte, de recursos da iniciativa privada, do BIRD e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE)¹³¹. Para presidir a companhia, Juscelino indicou o já citado técnico-empresário Lucas Lopes. A Cemig estendeu suas atividades também pelo interior do estado, expandindo a eletrificação rural. Além disso, Juscelino buscou financiamento alemão para construir uma usina siderúrgica, dando origem ao grupo siderúrgico Mannesmann, em 1954. Conforme nos aponta Oliveira (2013) a experiência da extensão rural no Brasil se articulou com a expansão imperialista estadunidense através de vários acordos de “cooperação técnica firmados entre Brasil e Estados Unidos nas décadas de 1940 e 1950” (OLIVEIRA, 2013, p.22).

Nesse sentido, o projeto extensionista só pode ser encampado devido o apoio das frações da classe dominante agroindustrial brasileiras que apoiaram tais projetos de cooperação que beneficiavam seus próprios interesses. Assim surgiu, em 1948 a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-Minas), as Associações, nos moldes da ACAR-Minas no Nordeste e no sul do país e, em 1956 a criação da Associação Brasileira e Crédito e Assistência Rural (ABCAR) que passou a coordenar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). É importante ressaltar que a ABCAR se constituiu um aparelho de Estado, mesmo que sua configuração jurídica e administrativa seja intitulada de “*direito privado sem fins lucrativos*” (Idem, p.23).

Dessa maneira, o projeto extensionista inspirado pelo paradigma estadunidense e iniciado em Minas Gerais, expandiu-se em nível nacional. Com Kubitschek (1956-1961) na presidência da república foi criada a da Associação Brasileira e Crédito e Assistência Rural (ABCAR), responsável por coordenar as várias associações estaduais já existentes no país (OLIVEIRA, 2017, p. 40).¹³² A AIA de Rockefeller também participaria da agência nacional de extensionismo. Oliveira (2017) identificou que, a partir da criação da ABCAR, a direção da política nacional extensionista ficou sob a responsabilidade de intelectuais orgânicos das frações da classe dominante agrária/agroindustrial brasileira, sobretudo agremiados junto à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e à Confederação Nacional da Agricultura (CNA).¹³³ De igual forma, nossa pesquisa identificou vários intelectuais orgânicos, dirigentes da SNA, à frente dos principais

131

¹³² “Após a criação da ACAR em Minas Gerais foi estabelecida em 1955 a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) que tinha sede em Recife, mas atuava também nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nesse mesmo ano, em parceria com o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) é criado o “projeto ETA 16”, que passaria a ser chamada de Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) atuando no Rio Grande do Sul. Em 1956 surgiram a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) e a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC)” (OLIVEIRA, 2017, p. 40).

¹³³ Ver o ANEXO 10: DIRIGENTES DA ABCAR E SUAS TRAJETÓRIAS (1956-1975) em OLIVEIRA, 2017, p. 312-313.

órgãos do Estado restrito brasileiro, responsáveis pelas políticas públicas no âmbito da Aliança para o Progresso.

Uma questão central que envolveu o Extensionismo no Brasil foi a “íntima relação” entre crédito e extensão rural. Acompanhando a visão embebida no “espírito” da Aliança, segundo a qual o desenvolvimento da agricultura dos países latinos deveria ser “complementado por crédito oportuno e adequado”, o Extensionismo se pautou fortemente pela disseminação do crédito rural.

[...] o *slogan* da agência que trazia a expressão “crédito” antes mesmo da palavra “assistência rural”. Isso significava que para se implantar tais modernizações tecnológicas no campo era necessário investimento prévio. Diante disso, o vínculo estabelecido entre a concessão de crédito e a prática assistencialista é uma marca no extensionismo rural brasileiro e possui um traço de continuidade até a década de 80 (Ibidem, p. 43).

Em sua origem, a extensão rural voltava-se para os pequenos produtores. Oliveira (2017) explica:

O discurso extensionista, em sua primeira década, propunha uma difusão de tecnologia e técnicas agrícolas para “elevar” a produtividade agrícola daqueles que se encontravam à margem do acesso a modernas técnicas de produção agropecuárias. [...] o aumento da propriedade estava fora de questão [...] trecho retirado de uma das cartilhas da ABCAR coloca como uma “vontade do povo” o aumento da produtividade. Assim, o extensionismo era “bem-vindo” e desejado como se a demanda por tal política tivesse partido dos próprios assistidos (OLIVEIRA, 2017, p. 44).

Porém, após o golpe empresarial-militar de 1964, esse público alvo seria redefinido. Em relatório de 1965 a agência expunha mudanças de rumo do Extensionismo no Brasil. Uma das principais conclusões do relatório era a de que a eficácia da política de extensão rural sobre o aumento da produtividade no campo não demonstrara ser satisfatória. Como solução, foram apresentadas algumas sugestões que envolviam “ampliar a clientela da Extensão”, abrangendo cada vez mais os “grandes estabelecimentos produtores”, ou seja, os grandes proprietários/produtores, uma vez que se acreditava que, dessa forma, o impacto na produtividade seria alcançado (Ibidem, p. 61).

Oliveira entende que o processo de modernização da agricultura brasileira exerceu forte pressão sobre a reestruturação das políticas agrícolas a partir do primeiro quartel dos anos 1970, inclusive na política extensionista. O Ministério da Agricultura promoveu uma reorganização administrativa em várias agências da Pasta que, segundo o autor, visavam “atender aos novos interesses e demandas dos grandes produtores rurais”. Dessa forma, a extinção da ABCAR e a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1974, são analisadas pelo historiador como uma readequação

dos interesses de frações da classe dominante agrária/agroindustrial, as quais buscavam garantir seus interesses através das atividades extensionistas desde que vestidas com nova roupagem:

Isso quer dizer que o processo de extinção da ABCAR deve ser analisado no conjunto das modificações da política agrícola, no âmbito da sociedade política, e da mudança na correlação de forças, no âmbito da sociedade civil. Em outras palavras, a extinção da agência de extensão rural foi um processo derivado de múltiplas variáveis, no qual a desarticulação da proposta extensionista de difundir tecnologia para os pequenos produtores/proprietários foi consolidada, claramente alinhada com a mudança da política agrícola em curso (Ibidem, p. 66).

A pesquisa agropecuária também passou por processo de reestruturação dentro do Ministério da Agricultura, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Estabelecemos, no quarto capítulo deste trabalho, uma relação entre esse contexto de redirecionamento da política agrícola brasileira, verificado em inícios da década de 1970, com os projetos da Aliança para o Progresso no decênio anterior.

Retrocedendo no tempo, vale ressaltar que, na esteira dos programas de cooperação para a América Latina, Harry Truman (1945-1953) lançou o chamado Programa Ponto IV¹³⁴, a partir do qual, segundo Mendonça, realmente adquiriu materialidade o compromisso norte-americano com a ajuda internacional em larga escala. Em seu discurso de posse, proferido a 20 de janeiro de 1949, Truman ressaltava o papel dos Estados Unidos como elemento ativo no auxílio à modernização dos países subdesenvolvidos, tendo por meta incentivar a industrialização, urbanização, crescimento da produção e dos níveis de vida, educação e cultura da população desses países. Um dos objetivos centrais era desenvolver tecnicamente a agricultura e, segundo a concepção emanada dos Estados Unidos, o Capital, a Ciência e a Tecnologia seriam os principais elementos para a obtenção dessas metas. Dentre as determinações do programa constava o oferecimento de ajuda financeira e intelectual para que os países subdesenvolvidos elaborassem seus planos de desenvolvimento econômico, funcionando essa “ajuda” como “um importante difusor do modelo de planejamento econômico capitalista defendido pelos Estados Unidos para esses países” (RIBEIRO, 2017, p. 333).

¹³⁴ Trecho do discurso: “Declaro ser política dos Estados Unidos ajudar os esforços dos povos das áreas economicamente subdesenvolvidas a melhorar suas condições de trabalho e de vida, mediante o encorajamento da troca de conhecimento técnico e habilidades e o ritmo de investimento de capital em países que propiciarem condições sob as quais a assistência técnica e de capitais possa efetiva e construtivamente contribuir para elevar os padrões de vida, criando novas fontes de saúde, ampliando a produtividade e expandindo o poder aquisitivo”, *Apud* MENDONÇA, 2010b.

O programa foi batizado em função de seu vínculo ao quarto ponto do discurso presidencial de 1949. A aprovação do Ato para o Desenvolvimento Internacional de 1950, acrescentou ao programa de assistência técnica estadunidense o título de Ponto IV, tendo sido criada uma nova agência coordenadora, a *Technical Cooperation Administration* (TCA) (MENDONÇA, 2010b, p. 86). A TCA absorveu o *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA)¹³⁵ e reestruturou os serviços de cooperação como parte integrante do Departamento de Estado. Em 1953, as funções da agência foram transferidas para a *Foreign Operations Administration* (FOA), responsável por centralizar as operações de comando sobre todos os programas estrangeiros de assistência econômica e técnica em uma só agência, “coordenadora de todas as facetas não militares dos programas norte-americanos”, inserida na estrutura do Departamento de Estado, sendo substituída pela ICA - *International Cooperation Administration* (Ibidem, p. 87).

Por certo o Ponto IV destinava-se a barrar o avanço do comunismo no campo, utilizando o desenvolvimento – de forma similar ao que, posteriormente, o programa de Kennedy o faria – como estratégia de combate à pobreza e de promoção do aperfeiçoamento tecnológico. Porém, a roupagem do desenvolvimento na verdade implicou na utilização da assistência técnica e financeira como instrumentos para assegurar as relações de dominação.

Segundo Mendonça, o sucesso do Ponto IV se deu, sobretudo, em função de ser a educação um de seus principais pilares, o mais importante instrumento da

expansão imperialista que, ao alocar sua lógica na categoria “racionalidade”, tornava-o mais facilmente aceito pelos grupos dominantes locais, uma vez que mantinha intocada a estrutura fundiária e contribuía para minimizar potenciais conflitos de classe no campo (MENDONÇA, 2010b, p.88).

Ainda para a autora, o “desenvolvimento tornou-se um ‘estilo’ de dominação, reestruturação e apropriação da própria autoridade sobre o Terceiro Mundo¹³⁶ e geraria um aparato institucional extremamente eficiente para a produção do conhecimento” (Ibidem, p. 89). Como pudemos verificar em nossas pesquisas, a Aliança para o Progresso foi arquitetada e direcionada para reforçar esta noção de racionalidade, outorgando aos

¹³⁵ O *Institute of InterAmerican Affairs* (IIAA) iniciou suas atividades em 1940, e foi planejado para ser temporário e circunscrito ao esforço de guerra, a agência desenvolvia programas de treinamento e assistência técnica para a América Latina. Foi o IIAA que “organizou o primeiro programa de assistência técnica destinado a “aperfeiçoar” as condições de saúde, educação e agricultura na Latinoamérica” (MENDONÇA, 2010b, p.85). Após a Segunda Guerra a agência continuou desenvolvendo alguns desses programas, porém com um orçamento bem menor (SILVA, 2009, p.56).

¹³⁶ Noção forjada no pós-Segunda Guerra que será melhor tratada no terceiro capítulo.

Estados Unidos a faculdade de introduzir no Brasil seu próprio modelo de educação rural, que contribuiria para o projeto de modernização da agricultura preconizado pela Aliança.

O *Export-Import Bank of Washington* (Eximbank), criado na década de 1930, foi uma importante agência norte-americana do período do *New Deal* gestada para impulsionar seu comércio exterior e passaria a reservar parte de seus recursos para financiar projetos de desenvolvimento articulados ao Ponto IV. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) instalada no contexto desse Programa, pode ser considerada como “um marco relevante na conformação de elementos básicos do projeto desenvolvimentista” e, dessa maneira, assume papel semelhante ao da Aliança para o Progresso, em contexto posterior, contribuindo para aprofundar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.¹³⁷ Integraram a CMBEU figuras como Roberto Campos, Lucas Lopes, Otávio Gouveia de Bulhões¹³⁸, Glycon de Paiva¹³⁹ e Valentim Bouças.¹⁴⁰ Os três primeiros seriam, posteriormente – e não por casualidade – agentes essenciais para a atuação da Aliança para o Progresso no Brasil.

O Eximbank, como uma agência econômica do Estado norte-americano, adquiriu forte dimensão política e atuou no sentido de intervir junto aos rumos assumidos pelo capitalismo brasileiro nos anos 1940 e 1950. Ribeiro (2017), investigando a atuação desta agência conclui:

[...] as primeiras operações do Eximbank incidiram no sentido de buscar resolver os problemas de escassez de câmbio. Porém, tendo em vista a tensa conjuntura interna no Brasil e externa – culminando na Segunda Guerra –, o Eximbank passa a atuar no sentido de apoiar os projetos de desenvolvimento econômico capitalista no Brasil tendo em vista os dividendos políticos que os

¹³⁷ Um importante estudo sobre a CMBEU está em RIBEIRO, 2012.

¹³⁸ Economista de orientação liberal, entre 1943 e 1950 foi consultor técnico e participou de diversos congressos, simpósios e conferências representando o Brasil. Membro do Conselho Nacional de Economia (CNE) de 1950 a 1954; diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) durante o governo de João Goulart e após o golpe de 1964 assumiu a Pasta da Fazenda. No governo de Artur da Costa e Silva Bulhões deixou o Ministério da Fazenda, atuando como membro do CNE e do Conselho Monetário Nacional, e, na área acadêmica, tornou-se catedrático da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de presidente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Foi também presidente da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (1971-1973) e do Banco do Estado da Guanabara (1971-1974) (DHBB/CPDOC).

¹³⁹ Engenheiro, foi Diretor e Presidente do BNDE e diretor da Companhia Vale do Rio Doce. Um dos principais organizadores do IPES, foi do Conselho Orientador e do Comitê Executivo desta instituição. Foi membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, da APEC, CONSULTEC, e do CNE. Trabalhou na diretoria de companhias como a Mercedes Benz, Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi) e Siemens (DREIFUSS, 1981 e DHBB-CPDOC).

¹⁴⁰ Valentim Bouças, em 1940, assumiu a função de diretor da International Telephone & Telegraph (ITT) Corporation. Em 1944 participou da Bretton Woods junto a delegação brasileira, composta também por Otávio Gouveia de Bulhões. Em 1947, integrou a Comissão de Investimento de Capitais Estrangeiros no Brasil. Desde 1917 tornou-se representante da International Business Machines (IBM) no Brasil. Quando a empresa resolveu cassar a representação de Valentim Bouças e operar diretamente no Brasil, Bouças já havia criado outra empresa, além dos Serviços Hollerith, chamada Instituto Brasileiro de Mecanização. A IBM precisou então desembolsar vultosas somas para comprar esta última companhia (DHBB/CPDOC).

Estados Unidos poderiam auferir desse apoio – trazer o Brasil definitivamente para o lado dos Aliados na guerra. Junto a esse apoio financeiro através do Eximbank, as experiências realizadas pelos Estados Unidos de cooperação econômica no Brasil tiveram como objetivo difundir as suas concepções de *planejamento econômico* e de *racionalização da produção* (RIBEIRO, 2017, p.345, grifos do autor).

Pereira (2009) considera que o Eximbank teve uma atuação que transitou da reconstrução dos países europeus no pós-Segunda Guerra para o apoio financeiro a países mais pobres supostamente vulneráveis à influência comunista, com o intento de promover seu desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2009, p. 97). O Eximbank, nos anos 1960, foi colocado na órbita da USAID, passando a controlar as principais linhas de crédito no âmbito da Aliança para o Progresso. Segundo um relatório da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP), de 1966, o Banco tinha como função principal, no âmbito da Aliança, promover vendas, através de empréstimos, de equipamentos industriais e instrumentos agrícolas oriundos dos Estados Unidos (BRASIL, COCAP, 1966, p. 44). Dessa forma, o Eximbank liberava empréstimos a países latino-americanos para que, em nome da modernização do campo, adquirissem maquinaria estadunidense. A “ajuda” aos países subdesenvolvidos não era, efetivamente, ajuda, mas, sim, uma operação comercial travestida de “ajuda casada” ou “ajuda ligada” (ARAPIRACA, 1982), proporcionando a empresas norte-americanas amplo acesso ao mercado desses países, vendendo-lhes seus *pacotes* industriais.

O aparato institucional norte-americano seguiu reproduzindo-se, com as devidas especificidades de cada conjuntura política, até a criação da USAID que, inclusive, absorveu o programa de Truman, multiplicando crescentemente o número de acordos de cooperação técnico-financeira. A agência, em atividade até os dias atuais, coroou a ideologia do desenvolvimento, atuando e promovendo o controle político-econômico sobre a América Latina, além de moldar suas formas de produção sobretudo na agricultura interferindo, inclusive, na forma de viver das populações rurais.

As estratégias de vulgarização do paradigma estadunidense de modernização do campo foram lastreadas, principalmente, pela educação rural que, a partir dos anos 1950, experimentou forte influência norte-americana que respondeu, inclusive, pela ressignificação do próprio conceito de educação. A longa citação abaixo demonstra as reflexões de Mendonça sobre esse processo. Nosso trabalho pretende, justamente, investigar o aprofundamento desse paradigma de “educação para o trabalho” no período

em que o programa de cooperação financeira e técnica lançado por Kennedy inseriu-se no Brasil.

Este quadro, entretanto, sofreria profunda inflexão a partir do envolvimento dos Estados Unidos nas questões econômicas e educacionais brasileiras, mormente aquelas destinadas à “população do campo”. O contexto internacional, inaugurado pelo engajamento norte-americano na Segunda Grande Guerra e, posteriormente, pela Guerra Fria, faria com que a ingerência da nova potência hegemônica na Educação Rural brasileira operasse uma ressignificação do próprio conceito, retraduzindo-o em novas bases que, se por um lado afastariam ainda mais tal ramo de ensino de uma dimensão escolar, por outro, agilizaram de forma insuspeita o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo. Sob tais condições, a nova modalidade de “ensino rural” daí emergente adquiriria um triplo papel: o de imobilizador da força de trabalho no campo; o de neutralizador de conflitos sociais rurais e, finalmente o de qualificador da mão de obra, mediante a afirmação hegemônica do projeto de “educação para o trabalho”, consagrador da segmentação definitiva entre trabalho manual e trabalho intelectual (MENDONÇA, 2010-b, p.81).

Um forte exemplo da ingerência estadunidense na educação rural brasileira – sempre em sintonia com interesses do patronato rural – foi o dos Clubes Agrícolas. Essas instituições no Brasil datam de 1930¹⁴¹, porém nos interessa destacar o período em que foram diretamente influenciados pelos Clubes 4-H¹⁴² norte-americanos. Os primeiros clubes eram ligados às escolas primárias da rede pública e, segundo Nicolau (2016), frequentemente nas fontes sobre o tema aparece o termo “Clubes Agrícolas Escolares”, que são diversos dos Clubes 4-S¹⁴³, sob responsabilidade direta do Ministério da Agricultura. Os Clubes Agrícolas Escolares, que funcionaram paralelamente aos 4-S, segundo Nicolau “buscaram legitimar e valorizar o trabalho no campo, através do conhecimento de práticas e equipamentos ‘modernos’ com objetivo de intensificar a produção”. A autora, partindo dos mesmos pressupostos teóricos de nosso trabalho, argumenta que o chamado “clubismo” contribuiu para transformar o trabalhador rural em “coadjuvante do desenvolvimento econômico”, no contexto de avanço do capitalismo no campo e “se revestia sob a forma de políticas educacionais para alcançar esses trabalhadores e levar a ‘modernização’ ao campo” (NICOLAU, 2016, p. 116).

¹⁴¹ Para uma análise dos Clubes Agrícolas no Brasil ver NICOLAU, 2016.

¹⁴² Clubes de jovens rurais dos Estados Unidos, surgidos em 1914, que tinham como símbolo o trevo de quatro folhas com a letra H em cada uma. Os seus significados eram: *Head* (cabeça), *Heart* (coração), *Hands* (mãos) e *Health* (saúde). “Destinados a ensinar e demonstrar à juventude rural norte-americana os métodos mais indicados para tirar das práticas agrícolas e domésticas melhor resultado possível como fonte de renda e fator de melhoria do padrão de vida, os 4-H *Clubs* tinham como divisa ‘Fazer o Bom Ainda Melhor!’, tendo chegado, no ano de 1948, a treinar cerca de 14 milhões de jovens em práticas da agricultura” (MENDONÇA, 2010b, p. 61).

¹⁴³ Em 15 de julho de 1952 foi organizado no município mineiro de Rio Pomba, na Comunidade de Igrejinha, no distrito de Tabuleiro, o primeiro dos Clubes 4-S do Brasil. Tratou-se de uma iniciativa da ACAR-MG totalmente inspirada nos congêneres norte-americanos (4-H), com a participação ativa da AIA de Nelson Rockefeller. Voltaremos a eles no quarto capítulo.

Importante destacar, também, a imbricação da proposta de educação rural emanada do Ministério da Agricultura com os interesses de grupos dominantes agrários/agroindustriais, principalmente aqueles vinculados à SNA. Até porque, como veremos ao longo deste trabalho, por muito tempo os quadros de primeiro escalão daquela Pasta foram ocupados por dirigentes da SNA. Mendonça ilustra essa imbricação com a criação, em 1940, de uma nova agência do referido Ministério: o Serviço de Informação Agrícola (SIA) o qual adquiriu espaço e projeção, absorvendo não só a responsabilidade pelo controle de toda a documentação produzida pelo Ministério, mas também pela divulgação e organização de Semanas Ruralistas, Clubes Agrícolas e propagandas veiculadas pela imprensa e rádios rurais. O jornal semestral *Informação Agrícola*, publicado pelo SIA e que circulou entre 1947 e 1960, teve como diretor José A. Vieira, igualmente diretor da SNA “por quase duas décadas” (MENDONÇA, 2010b, p. 58).

Na revista *A Lavoura*, publicada por esta entidade patronal, eram veiculadas notas sobre o SIA e demais atividades do Ministério. Chegamos a encontrar na publicação reportagens sobre como fundar um Clube Agrícola junto à escola primária. Também é possível observar o papel de destaque conferido à figura da professora que, segundo a revista, deveria ser a principal responsável não apenas por “despertar nos alunos o interesse pela fundação do clube”, como por todas as atividades dos clubistas. Nicolau (2016) aborda o papel dirigente desempenhado pelas professoras no projeto que envolvia os Clubes Agrícolas, verdadeiras “intelectuais orgânicas subalternas”,¹⁴⁴ responsáveis pela construção do consenso junto a alunos, suas famílias e a comunidade local, em torno da proposta de modernização da agricultura inspirada no modelo estadunidense.

A reportagem mencionada “ensinava”, ainda, como deveriam funcionar os clubes, suas tarefas agrícolas diárias – antes ou depois das aulas – contando, inclusive, com a participação de membros da comunidade. O ensino das técnicas agrícolas deveria ser afastado de “crendices e superstições”, aproximando-se da “Ciência”. Sinalizava, ainda, que a escola deveria exercer “influência decisiva” sobre a comunidade, estendendo sua ação à residência dos alunos. “Além dos trabalhos de campo, constituem atividades atinentes ao Clube, as indústrias rurais, os trabalhos manuais, museu herbário, reuniões cívicas e recreativas” (*A Lavoura*, mai./jun.1962, pp. 26-27). Ou seja, uma das principais agremiações do patronato rural endossava, de forma categórica, a proliferação dos Clubes

¹⁴⁴ Essa categoria foi discutida na obra de Rodrigo Lamosa (2016), *Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas*.

Agrícolas que, nesse período, espelhavam-se fortemente nos clubes para jovens rurais norte-americanos.

A partir da influência estadunidense, os Clubes Agrícolas pautaram sua atuação em princípios do Extensionismo que, através dos jovens, inculcava noções “modernas” junto à população do campo, disseminando “lições” tais como “modernizem-se, produzam, plantem para o Brasil” (OLIVEIRA, 2013, p. 141). Além dos clubes, outra prática extensionista relacionada à educação – cada vez mais afastada da dimensão escolar – e marcada pelo assistencialismo e produtivismo, foi a introdução, em faculdades de todo o país, da disciplina Economia Doméstica.

Segundo Pinheiro (2016) o ensino de Economia Doméstica Rural surgiu no Brasil através da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei nº 9.613 de 1946), coordenado pela Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV)¹⁴⁵, órgão do Ministério da Agricultura. A disciplina era ministrada para alunas que já tivessem completado o chamado “primeiro ciclo” do ensino de grau médio e tinha duração de dois anos, completando-se o “segundo ciclo”, em estabelecimentos denominados Escolas de Magistério de Economia Rural Doméstica e Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica, posteriormente denominados de Cursos de Preparação. “Com a inclusão da Economia Doméstica no currículo secundário há um primeiro objetivo basicamente social: formar boas donas de casa que promovam lares felizes a estabilidade da família, célula da própria sociedade” (PINHEIRO, 2016, p. 68-69).

Economistas domésticas atuavam profissionalmente junto ao Serviço de Extensão Rural, que havia sido concebido com uma face econômica e outra social:

O econômico, aquele que iria incidir sobre os produtores, referia-se ao aumento da produtividade mediante utilização de novas técnicas agrícolas e insumos que seriam apresentados pelo extensionista homem, em geral um agrônomo ou veterinário. Sua viabilização viria através da aprovação do crédito rural. O social que, conotando o trabalho das economistas domésticas direcionado à “família” do agricultor, voltava-se para a mulher rural e dividia-se em três áreas: 1. Alimentação: produção de alimentos; preparo de alimentos; conservação de alimentos. 2. Higiene – Saúde - Puericultura. 3. Habitação: melhoramento da casa; instalação de água; fabrico de móveis simples; limpeza da casa etc. 4. Vestuário. 5. Relações Familiares – Recreação. 6. Indústrias Caseiras. 7. Administração do Lar (Ibidem, p. 69-70).

A formação profissional em Economia Doméstica constituiu-se em uma nova carreira em consolidação ao longo da década de 1950, não apenas pelo aprofundamento

¹⁴⁵ Veremos no quarto capítulo como essa agência do Ministério da Agricultura foi central nos acordos de cooperação técnica que envolveram a Aliança para o Progresso.

da noção de modernização, mas também pelo caráter técnico da profissão e pelo contexto brasileiro onde as universidades não eram amplamente difundidas no país. A criação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), em 1948, faz parte desse contexto, pois tornou-se universidade somente a partir da criação da Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD) que se uniu, neste momento, à Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada em 1926 (Ibidem, p.71). O processo vivido pela UREMG, nos anos 1950, inseria-se no projeto de modernização agrícola no Brasil, o qual, como já ressaltado várias vezes neste trabalho, relacionava-se a investimentos de instituições estadunidenses. Ribeiro (2010) salienta que tal projeto atendia, em parte, a “interesses do governo norte-americano em sua estratégia de manter nosso país como economia agroexportadora inserida de forma subordinada ao mercado internacional e como aliado político no contexto da Guerra Fria que se iniciava” (RIBEIRO, 2010, p.19), além de atenuar as tensões no campo.

A economia doméstica profissional e disciplinadora das donas de casa do meio rural, bem como a “assistência educativa” às populações rurais (jovens e adultos) foram amplamente contempladas por acordos firmados na esfera da Aliança para o Progresso a partir de inícios da década de 1960. A USAID, braço operacional do programa, atuou fortemente junto ao ensino agrônômico brasileiro, garantindo canais de reforço de sua hegemonia na América Latina. A própria UREMG traduz a preocupação dos dirigentes norte-americanos para com o ensino agrícola no Brasil¹⁴⁶ pois, como será abordado no quarto capítulo, “as experiências realizadas nesta universidade, no bojo dos programas de assistência técnica, se tornaram, em alguns casos, paradigma para os convênios estabelecidos entre aquela agência e outras instituições” (RIBEIRO, 2009, p. 462).

Analisando alguns aspectos do ensino agrícola básico no Brasil como uma política estatal, Mendonça avalia a participação norte-americana no pós-Segunda Guerra, “junto às redefinições imprimidas às políticas educacionais destinadas à educação rural, responsáveis pela superação da dimensão escolar por aquela de cunho extensionista e assistencialista, sob a égide do discurso do desenvolvimento” (MENDONÇA, 2010b, p. 11). A teoria da modernização trouxe em seu bojo a noção de que o “desenvolvimento” seria o único remédio para combater a pobreza dos países do Terceiro Mundo e isso se tornou uma “verdade universal”. Os países terceiro-mundistas foram “infantilizados”,

¹⁴⁶ Demonstrando uma ingerência dos Estados Unidos não apenas no ensino rural de nível básico, mas também no de nível superior.

gerando algumas “teorias da salvação”, quase todas passando pela necessidade de levar saber “técnico e científico” para as populações desses países.

Semelhante profissionalização deu-se através da proliferação da ‘Ciência do Desenvolvimento’ e suas ‘subdisciplinas’ as quais, supostamente, tornariam possível remover todos os problemas do âmbito político e cultural, recolocando-os nos termos mais ‘neutros’ da ciência. (...) A institucionalização do desenvolvimento verificou-se em níveis plurais, incluindo desde organizações internacionais e agências nacionais de planejamento terceiro-mundistas, até agências locais, como comitês comunitários de desenvolvimento, órgãos de voluntários privados e agências não governamentais. Um de seus corolários foi o estabelecimento de um verdadeiro “negócio do desenvolvimento” (Ibidem, p. 92).

Nesse processo de institucionalização do desenvolvimento no Brasil, os acordos bilaterais com os Estados Unidos – vigentes desde meados dos anos 1940 – no tocante à educação rural, foram se redefinindo e sofisticando, além de contarem com uma abrangência heterogênea.¹⁴⁷ Importa-nos aqui destacar o Acordo para Execução do Programa de Cooperação Agrícola e de Recursos Naturais¹⁴⁸, firmado entre o Ministério da Agricultura e o Departamento de Estado norte americano, em junho de 1953, responsável pela criação do Escritório Técnico de Agricultura (ETA).¹⁴⁹

O ETA seria o órgão administrador do programa de cooperação agrícola sob a direção de dois codiretores, um norte-americano e outro brasileiro. Ademais, ambos os países deveriam contribuir e colocar à disposição do programa fundos a serem utilizados na execução dos projetos. Este último ponto¹⁵⁰, inclusive, foi motivo de destaque na mudança de configuração do ETA em fins de 1964, conforme veremos no próximo capítulo. O Escritório coadjuvou a expansão do Extensionismo na década de 1950, através de acordos firmados entre o Ministério da Agricultura e o Departamento de Estado norte-americano. As atividades envolviam, dentre outras coisas, a importação de material audiovisual e didático, além de equipamentos agrícolas a serem utilizados pelos serviços de extensão rural no país (OLIVEIRA, 2017, p. 40).

¹⁴⁷ Mendonça avalia vários desses acordos e seu papel na ressignificação da educação rural no período (MENDONÇA, 2010b).

¹⁴⁸ Também citado como Acordo de Cooperação Técnica para a Agricultura.

¹⁴⁹ *Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, para a Execução de um Programa de Cooperação Agrícola* (26/06/1953), 1953.

¹⁵⁰ “[...] as verbas brasileiras, em inícios de 1958, montavam à proporção de CR\$15,00 para cada dólar americano investido, as dotações americanas correspondiam a CR\$ 11,00 por dólar. Além da flagrante desproporção entre as contribuições de ambos os governos – que seria duramente questionada pelo Ministro da Agricultura, Barros de Carvalho – ressalve-se que ‘os dólares se destinam a pagar os técnicos americanos e à importação de veículos e equipamentos para uso nos projetos. Já a contribuição brasileira cresce de ano para ano, passando de 14 milhões de cruzeiros em 1952, para 60 milhões em 1958’” (MENDONÇA, 2007, p.14, grifos da autora).

Esse órgão binacional, criado em 1953, sob a égide do Programa Ponto IV e que, a partir de 1964, seria redefinido apesar de manter-se diretamente vinculado ao Ministério da Agricultura e contando com representante da USAID – assumindo papel diretivo dos acordos da Aliança que envolvessem o campo – se constituiu numa agência que, mesmo em contextos e administrações diversas, serviu abertamente aos desígnios estadunidenses. Programas como o Ponto IV e a Aliança para o Progresso não se realizaram tão somente com a total aceitação dos países hospedeiros. Muito ao contrário, esse “conhecimento técnico” estrangeiro precisou ser adaptado aos costumes e modos de vida dos “locais”. Todo este processo se deu mediante reiteradas acomodações de interesses, adotando relações sutis e cordiais, motivo pelo qual consideramos o ETA uma agência detentora de papel fundamental na coadunação de interesses dos Estados Unidos e das frações de classe proprietárias/agroindustriais brasileiras, no âmbito da “cooperação técnica” para o campo.

Entre a valorização da “cooperação técnica” efetivada no hemisfério via política externa dos presidentes Truman e Kennedy, situou-se a gestão do republicano Eisenhower (1953-1961), cujo partido tendia muito mais para a “cooperação militar” do que para uma de cunho técnico e/ou cultural, como já mencionado acima. Além disso, a nova administração representava a preponderância da iniciativa privada, tendo Nelson Rockefeller voltado aos altos escalões do governo norte-americano. O empresário assumiu o cargo de “assessor especial” do presidente, criando a *International Cooperation Administration* (ICA), em 1955. O órgão tinha um *status* semiautônomo dentro do Departamento de Estado e foi, dentre as agências governamentais responsáveis pela política internacional de cooperação técnica dos Estados Unidos, “a que gozou de maior autonomia relativa, especialmente diante do Congresso” (MENDONÇA, 2010b, p. 125).

Eisenhower imprimiu reestruturações na política de cooperação técnica dos Estados Unidos, quer no tocante a sua abrangência, quer no tocante ao volume de recursos mobilizados. Tais mudanças revelavam o aguçamento de disputas políticas internas ao Estado restrito norte-americano, destacando-se as que envolveram o Executivo americano e suas agências de assistência técnica de um lado, e o Congresso de outro, mais especificamente a Câmara dos Deputados. Mendonça analisa tais disputas, que geraram um sem número de reuniões e relatórios de inspeção avaliando que, na verdade, “a quase totalidade das intervenções com finalidades ‘esclarecedoras’ encobria, mal

disfarçadamente, o ‘forte desejo congressual de controlar a administração da ajuda externa norte-americana’” (MENDONÇA, 2010b, p. 125).

No Brasil, os anos 1950 marcariam a atuação crescente do Ministério da Agricultura no que diz respeito a novos métodos e instrumentos de difusão do conhecimento sobre práticas de cultivo, pautados por um caráter de assistência técnica e gerando um modelo de educação rural crescentemente afastado dos bancos escolares. Como visto acima, o extensionismo foi estratégico nesta lógica, seu contexto de consolidação no Brasil foi marcado pela tendência de não mais priorizar uma educação escolar, porém outra, de cunho eminentemente assistencial e produtivista. Não se tratava apenas de “qualificar” a mão-de-obra do campo, mas organizá-la em “comunidades rurais” aptas a consumirem tecnologia estadunidense. Tal consolidação contou ainda com a montagem de uma complexa rede de agências voltadas para a divulgação e propaganda, na qual órgãos-chave do Ministério da Agricultura revelaram-se estratégicos. Dentre eles apontamos o Serviço Social Rural (SSR), criado dois anos após a fundação do ETA e que se tornou uma agência da Pasta fortemente inspirada em experiências extensionistas estadunidenses (Ibidem, p. 130). O plano de trabalho para o ano de 1962, por exemplo, priorizava a “educação” por meio de Escolas Radiofônicas, Escolas de Economia Rural Doméstica, Desenvolvimento de Comunidades, Extensão Rural, Cooperativismo e “arregimentação de trabalhadores rurais em associações” (*A Lavoura*, mai./jun.1962, p. 4).

No início dos anos 1960, já sob o governo de João Goulart e no contexto dos movimentos sociais rurais em franca organização e mobilização, o SSR cumpriria o papel de propagar o associativismo rural, visando “mudar a mentalidade” dessas populações através de “ações educativas”, “extirpando a ignorância”, ou seja, competindo e tentando desmobilizar tais movimentos. Não por casualidade, a SNA seria uma entusiasta e defensora do Serviço, noticiando constantemente – através de seu periódico – suas ações, resultados e dados estatísticos. A fonte nos permite verificar essa ação potencialmente desmobilizadora e, claro, destinada a afastar do campo qualquer influência de ideias próximas ao “comunismo”, mas que na verdade, eram próximas da busca por direitos sociais elementares:

Os trabalhadores rurais deverão ser arregimentados em associações *bem inspiradas*. Orientados por técnicos do SSR tomarão *consciência* dos seus problemas comuns e de suas reivindicações, passando a lutar por elas. [...] os trabalhadores rurais serão *preparados* para receber os grandes impactos que os aguardam, com a legislação trabalhista, a reforma agrária e a própria sindicalização rural. Deverão estar preparados para receber essas grandes

inovações, desejando-as e notadamente *sabendo desejá-las*, para que sejam, nesse sentido *politizados e educados*, os líderes de suas próprias reivindicações, *sem sofrer a influência* de orientadores que os lançam à luta, nem sempre para proveito deles mesmos trabalhadores. Arregimentados esses trabalhadores em associações, também oferecerão o seu contingente de líderes espontâneos, que serão selecionados e treinados para se colocarem junto com as mulheres a serviço do *processo de mudança*.¹⁵¹

Diante de tudo até aqui exposto, não queremos afirmar que a Aliança para o Progresso consistiu numa “mera” extensão do Programa Ponto IV. Tampouco desejamos analisar a USAID como uma agência que, simplesmente, absorveu outras – a ela precedentes – da burocracia americana, dando continuidade a seus projetos. Nosso propósito, ao identificar “antecedentes” do programa de Kennedy, é de ordem tríplice: por um lado, traçar uma relativa aproximação entre agências e programas identificados com as estratégias do desenvolvimento, envolvidos de forma direta ou indireta com os princípios da teoria da modernização e que contemplaram instrumentos da expansão imperialista estadunidense na América Latina. Por outro lado, buscamos nos contrapor a interpretações sobre a Aliança para o Progresso que a identificam como *inovadora* ou baseada em ações *nunca antes* propostas pelos Estados Unidos. Por fim, estabelecer uma relação entre a vulgarização do paradigma de modernização estadunidense e a formação e expansão do complexo agroindustrial brasileiro. Nosso objetivo consiste em contribuir para o entendimento e problematização do processo de “modernização desigual da agricultura brasileira” (GONÇALVES NETO, 1962, p. 21).

¹⁵¹ Fala do presidente do Conselho Nacional do SSR ao apresentar o Programa de Trabalho ao referido conselho (A Lavoura, set./out. 1961, p.50, grifos nossos).

CAPÍTULO 3 - ALIANÇA PARA O PROGRESSO: ESTRATÉGIAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo será tratado como se estruturou a Aliança para o Progresso, analisaremos o contexto internacional em que o projeto foi concebido e quais foram os principais intelectuais orgânicos designados pelo governo daquele país para colocá-lo em prática. Abordaremos também a denominada teoria da modernização de forma crítica, em sua relação direta com o combate ao comunismo e demais estratégias adotadas pelos dirigentes dos Estados Unidos para garantir sua hegemonia no pós-Segunda Guerra, contemplando a expansão de seus capitais.

Esboçaremos como tal projeto foi implementado no Brasil, sobretudo no âmbito de agências e agentes responsáveis pelas políticas destinadas à cooperação técnica no campo. Igualmente teceremos considerações a respeito de como o golpe empresarial-militar de 1964 implicou numa reordenação do padrão de acumulação capitalista no Brasil e em que medida, para o campo, ele viria a representar a implementação de uma política de modernização da agricultura perpetrada pelos governos militares.

3.1 – Modernização como ideologia

Antes de tratarmos dos pressupostos da chamada teoria da modernização, retomemos algumas críticas já mencionadas no que se refere a conceitos forjados no pós-guerra e que em muito contribuíram para a expansão internacional do capitalismo, sob hegemonia estadunidense. Escobar (2007) analisa como as noções de “Terceiro Mundo” e “desenvolvimento” foram forjadas no pós-Segunda Guerra, por teóricos e políticos estadunidenses e também europeus. O discurso em prol do desenvolvimento dos países mais pobres¹⁵² se converteu em “verdade universal”, sendo o Terceiro Mundo comparado a uma criança que precisava ser guiada. Tal metáfora apontava para a necessidade imperiosa dos países centrais do Ocidente “auxiliarem” o crescimento econômico daqueles mais pobres. Segundo esse discurso, o planejamento seria o instrumento

¹⁵² O Banco Mundial estabeleceu, em 1948, que os países com renda per capita inferior a U\$100 eram pobres. Dessa maneira, ficou decretado que quase dois terços da população mundial foi considerada pobre, e a solução não poderia ser outra se não o crescimento econômico, ditado pelos critérios dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental (ESCOBAR, 2007, p.51).

fundamental para que países do Terceiro Mundo obtivessem êxito em seu crescimento econômico.

Ainda segundo Escobar as lutas anticoloniais na África e na Ásia, bem como o crescente nacionalismo latino-americano, deram forma ao discurso do desenvolvimento, além de outros fatores como a Guerra Fria, a necessidade de novos mercados, o temor ao comunismo e a “fé na ciência e na tecnologia” (ESCOBAR, 2007, p. 65). Dentre todos estes, o autor aponta que a Guerra Fria foi um dos mais importantes para a conformação da estratégia do desenvolvimento. “O temor anticomunista se converteu em um dos argumentos obrigatórios nas discussões sobre o desenvolvimento” (Ibidem, p. 70).

Mais do que uma teoria propriamente dita, a modernização difundida pelos países mais ricos do globo, devidamente revestida de um certo cunho científico, pode ser considerada uma ideologia, que transformou-se numa visão de mundo específica propagada por todo o globo no período. Latham (2000) aponta que para Rostow, sua “corte intelectual” e os dirigentes políticos por eles aconselhados, o conceito de modernização era muito mais que um modelo acadêmico: foi um instrumento utilizado pelos Estados Unidos para entender, acelerar, canalizar e direcionar o processo de mudança global (LATHAM, 2000, p. 137). O processo de descolonização e a luta pela independência geraram, em 1960, aproximadamente, quarenta estados recém-independentes, com uma população de cerca de 800 milhões de pessoas.

Como esses países "emergentes" combinados com nações mais antigas da América Latina, África e Ásia exigem assistência internacional para atender suas necessidades econômicas e sociais, a Guerra Fria tornou-se um confronto global. Regimes instáveis e populações empobrecidas e descontentes, disseram muitos políticos norte-americanos, só poderiam fornecer um terreno fértil para os Marxistas revolucionários (Ibidem, p. 149).

Kennedy, ainda como Senador, acompanhava de perto a política de seu antecessor para conter o “avanço comunista” e advertia sobre a “vulnerabilidade” dos países subdesenvolvidos. Nesse contexto, as teorias da modernização revelaram-se particularmente atraentes para os formuladores de políticas do democrata, que buscavam conter a expansão revolucionária de forma mais efetiva. Quando Kennedy chegou ao poder, uma ampla gama de estudiosos, atuando junto a diversas disciplinas em inúmeros centros acadêmicos diferentes, passaram a traduzir suas ideias em recomendações políticas (Ibidem, p. 174). Segundo Latham, “armados com as ferramentas da ciência social” e confiantes em seus “poderes racionais e analíticos”, pensadores influentes como Rostow, Lucian Pye, Daniel Lerner, Gabriel Almond e James Coleman, de posse de

orçamento do governo federal bastante significativo, iniciaram suas pesquisas destinadas a oferecer soluções para transformar sociedades “tradicionalistas” em “modernas” (Ibidem, p. 180).

Latham analisa que, no início da década de 1960, o problema da mudança social internacional passa a ser guiado pelos estudos do processo de modernização. Conforme os intelectuais debateram, refinaram e aplicaram suas ideias a um complexo conjunto de regiões e sociedades. Suas definições e modelos muitas vezes variaram, porém, o autor resume diretrizes que perpassaram todas as versões da teoria:

Sob o denso jargão acadêmico, no entanto, os conceitos no núcleo da teoria da modernização centraram-se em vários pressupostos sobrepostos: (1) sociedades "tradicionalistas" e "modernas" são separadas por uma dicotomia acentuada; (2) as mudanças econômicas, políticas e sociais são integradas e interdependentes; (3) o desenvolvimento tende a avançar para o estado moderno ao longo de um caminho comum e linear; e (4) o progresso das sociedades em desenvolvimento pode ser extremamente acelerado através do contato com os desenvolvidos. Os teóricos colocaram as democracias ocidentais, industriais, capitalistas e os Estados Unidos em particular, no ápice de sua escala histórica e depois começaram a marcar a distância de sociedades menos modernas de esse ponto. Convencido de que as lições do passado dos Estados Unidos demonstraram o caminho para uma modernidade genuína, enfatizaram as maneiras pelas quais os Estados Unidos poderiam conduzir sociedades "estagnadas" ao longo do processo de transição (Ibidem, p. 193).

As democracias ocidentais, industriais e capitalistas, ou seja, os países mais ricos do sistema imperialista, eram o ideal a ser atingido. A “teoria científica” elaborada a partir desse modelo uma vez aplicada da forma correta a qualquer realidade social do globo, levaria as sociedades “estagnadas” a atingirem a modernização. O modelo estava montado, bastava aplicá-lo sob a direção estadunidense.

Nossa pesquisa sobre as políticas públicas em educação e pesquisa para o campo brasileiro perpetradas pelo regime empresarial-militar, no âmbito da Aliança para o Progresso, trabalha com a perspectiva de que a denominada teoria da modernização – arcabouço teórico da política externa estadunidense para a América Latina – funcionou muito mais do que como uma tese ou modelo, constituindo-se em visão de mundo – ou ideologia na acepção gramsciana. Latham (2000), concentrando-se no período Kennedy, investigou de que modo a modernização funcionou como uma ideologia. O autor inter-relacionou questões fundamentais para comprovar sua hipótese e, dentre elas, considerou como uma comunidade de cientistas sociais estabeleceu a relevância política do

conhecimento que produziu sobre o tema e analisou a relação entre a teoria científica social e a política externa através do estudo de três casos específicos.¹⁵³

Ao retornar à era em que a modernização dominava o campo de pesquisa questionando e examinando sua relação com a conduta das relações externas americanas, procurei mostrar que não era meramente uma formulação científica social. A modernização, argumento, era também uma ideologia, uma estrutura conceitual que articulava uma coleção comum de pressupostos sobre a natureza da sociedade americana e sua capacidade de transformar um mundo percebido como material e culturalmente deficiente (Ibidem, p. 227).

Dessa maneira, o autor explica que, ao caracterizar a modernização nesse período como uma ideologia, não deixou de levar em consideração as várias facetas do modelo. Em determinado sentido, a teoria da modernização serviu como instrumento político; em alguns casos, como modelo analítico utilizado por várias instituições para avaliar opções e gerar políticas; certamente também como uma ferramenta retórica empregada para justificar ações específicas.

No entanto, em um nível diferente e muito mais poderoso, a modernização também era um quadro cognitivo que, muitas vezes inconscientemente, estava intimamente relacionado com o que o historiador Eric Foner descreveu como o "sistema de crenças, valores, medos, preconceitos, reflexos e compromissos" em suma, a consciência social de um grupo. [...] A modernização, nesse sentido de maior alcance, era assim um elemento da cultura americana, uma ideologia compartilhada por muitos funcionários, teóricos e fontes de mídia sobre a nação, seu "desenvolvimento" histórico e sua capacidade e dever de transformar os "menos desenvolvidos" em torno dele (Ibidem, p. 395-396).

No pós-Segunda Guerra Mundial, o governo federal dos Estados Unidos passou cada vez mais a financiar a pesquisa acadêmica. Isto posto, a parceria entre governo e cientistas universitários foi aprofundada e as investigações acadêmicas se tornaram mais orientadas para as políticas públicas, assumindo o Estado o papel de suporte a projetos de pesquisa destinados, especificamente, a “produzir conhecimento útil para resolver problemas militares e estratégicos” (Ibidem, 249). De acordo com Latham, apesar do fato de a maioria deste financiamento ter sido destinada ao desenvolvimento das tecnologias de defesa, no início da década de 1950, organizações privadas como a *Carnegie Corporation* e a *Ford Foundation*, também apoiaram a pesquisa em relações internacionais (Ibidem, p. 250).

¹⁵³ Para uma maior análise sobre os estudos de caso ver LATHAM, 2000: Aliança para o Progresso (capítulo 3 - Modernity, Anticommunism, and the Alliance for Progress), Corpos da Paz (capítulo 4 - Modernization for Peace: The Peace Corps, Community Development, and America's Mission) e Programa Estratégico Hamlet durante a Guerra do Vietnã (capítulo 5 - Modernization at War: Counterinsurgency and the Strategic Hamlet Program in Vietnam. Este último tratou-se de um programa de combate à influência comunista sobre as populações rurais do Vietnã do Sul.

O historiador Michael Adas afirma que, após a Segunda Guerra, o paradigma da modernização tomou o lugar de missão civilizadora como ideologia do domínio Ocidental. Em lugar dos missionários europeus viajantes dos séculos XVIII e XIX, passaram a figurar os cientistas sociais que elaboravam os métodos e caminhos para que todo o globo se padronizasse a partir dos parâmetros estabelecidos pelo Ocidente. Ou seja, modernização significava a transição das sociedades “atrasadas” para o *status* de “modernas”, onde desenvolveriam suas atividades econômicas nos moldes dos países ricos, principalmente dos Estados Unidos (SILVA, 2013, p.176). Latham também argumenta que os ideólogos americanos da modernização projetaram elementos de uma visão de mundo anterior para articular uma adequada a seu tempo. “Embora não seja uma mera apropriação, a ideologia da modernização, em suas formas intelectuais e institucionais, incorporou e revisou estruturas muito antigas” (LATHAM, 2000, p. 429).

Silva (2013) aponta que, no contexto da ideologia da modernização, os Estados Unidos desenvolveram uma “intrínseca” vontade de transformar o mundo à sua imagem e semelhança. Para o autor, a ideologia da modernização, utilizando-se de instrumentos como a assistência técnica e financeira, funcionou como uma espécie diversa de intervenção estadunidense sobre a América Latina, visando a “manutenção de relações de dominação política, econômica e cultural” (SILVA, 2013, p. 171). Dessa maneira, colocava-se na ordem do dia, para os grupos econômicos estadunidenses, a necessidade de promover o desenvolvimento dos países latino-americanos significando, principalmente, estimular uma modernização com base na industrialização.

Cardoso (2005) defende que a teoria da modernização foi apresentada como suporte teórico à teoria do subdesenvolvimento. Deste modo, em ambos os modelos, a história foi tratada como um processo único e integrado de forma evolutiva, seguindo um caminho de mão única cujo destino já estava previamente estabelecido, que era o “estágio” do desenvolvimento avançado contemporâneo que tinha como paradigma o caso dos Estados Unidos (CARDOSO, 2005, p. 1).

Todas as sociedades se distribuiriam ao longo de uma mesma escala, na qual seria possível distinguir um estado ou estágio “primitivo” ou “tradicional” e um outro “moderno”, com variados ou variáveis estados intermediários, cada um dos quais identificáveis por possuírem diferencialmente atributos que a teoria da modernização define no seu nível mais alto de elaboração teórica através de um conjunto de variáveis-padrão (Ibidem, p. 2).

Porém, a autora ressalta que, para além do caráter científico desta teoria, ela se revestiu de significado político, funcionando como ideologia e “engenharia social” a

serviço de Washington e do capital em expansão (Ibidem, p. 3). Na conjuntura do pós-Segunda Guerra, o capitalismo avançava em nova rota de expansão e busca incessante de mercados consumidores. Os economistas, importantes agentes pensantes nesse processo, ganharam cada vez mais a companhia de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e psicólogos. Todos contribuíram, de forma relevante, com suas reflexões e propostas para atender a novas demandas do grande capital (Ibidem, p. 8). A autora resume seus argumentos:

Penso, portanto, que a teoria da modernização deve ser entendida como uma confluência de três fontes que se fortalecem mutuamente: ela é parte de um esforço intelectual para produzir uma teoria geral da sociedade, é também parte de uma busca para garantir os objetivos de segurança da Guerra Fria e é, ainda, parte da atenção às necessidades e demandas capitalistas globais da época (Ibidem, p. 8-9).

Consideramos neste trabalho a Aliança para o Progresso como um produto desse “esforço intelectual” mencionado pela autora, uma vez que a teoria da modernização foi o arcabouço teórico do programa de Kennedy, que mobilizou os maiores especialistas da área na sua elaboração. Além disso, a Aliança também funcionou como estratégia contrarrevolucionária norte-americana no combate ao comunismo na América Latina (GONÇALVES, 2016), assegurando os “objetivos de segurança da Guerra Fria”. O terceiro aspecto, não menos importante, que Cardoso atribui à teoria da modernização e nosso trabalho busca identificar na Aliança para o Progresso, era sua função de assegurar as condições de expansão do capitalismo avançado, atendendo “às necessidades e demandas capitalistas” do período.

3.2 - O ideal de modernização estadunidense

A teoria da modernização foi a alavanca ideológica da política da Aliança para o Progresso. Um de seus principais formuladores, Walt Rostow, participou do grupo de trabalho sobre política econômica externa, criado por John F. Kennedy (1961-1963) antes mesmo de sua posse e, posteriormente, tornou-se conselheiro e presidente do *Policy Planning Council* (Conselho de Planejamento) do Departamento de Estado norte-americano. O cientista político Ricardo Alaggio Ribeiro avalia:

Cientistas sociais americanos, baseando-se na teoria econômica, e nos avanços da teoria social e da psicologia comportamental, criaram a área de estudos conhecida como “teoria da modernização”, dentro da qual desenvolveram-se abordagens que dividiam entre si, um conjunto de pressupostos e premissas. Uma delas, a que deu o nome à escola, era a que acreditava, de forma não-problemática, que o Terceiro Mundo iria experimentar a mesma sequência de crescimento econômico, estabilidade

social e democratização, pela qual haviam passado as sociedades do ocidente industrializado, tornando-se, por sua vez, modernas. O fato é que no final dos anos 50 e no começo dos anos 60, essa teoria pontificou sobre a ciência social americana. Seus principais pensadores chegaram aos mais altos degraus da profissão e aos cobiçados cargos dentro da burocracia estatal (RIBEIRO, 2006, p.54).

Concentraremos nossa análise na abordagem rostowiana da modernização, pois entendemos tal linha de pensamento como fundamental para nossas considerações acerca da política externa de Kennedy e sua Nova Fronteira (*New Frontier*). Rostow foi professor de História da Economia do Centro de Estudos Internacionais (CENIS) do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Centro que iniciou suas atividades em 1951, sob o patrocínio das Fundações Ford e Rockefeller, bem como da *Central Intelligence Agency* (CIA). Segundo Flavio Ribeiro “o primeiro trabalho a partir do qual o Centro viria a se constituir foi um projeto secreto para resolver o problema das interferências nas transmissões de rádio que os Estados Unidos faziam para a União Soviética através do programa *Voice of America* (VOA)”. Além disso, o Centro foi implantado partindo de entendimentos entre o Departamento de Estado e o MIT e a proposta visava realizar um projeto que incluísse, além de físicos e engenheiros, cientistas sociais dispostos a produzirem pesquisas para fundamentar a “propaganda e guerra psicológica” (RIBEIRO, 2007, p. 178).

Não apenas o CENIS/MIT se debruçou sobre a teoria da modernização. Outro importante ambiente onde fermentaram tais ideias foi o *Committee on Comparative Politics* (CCP) do *Social Science Research Council* (SSRC), um *think tank* criado em 1954, com recursos das Fundações Ford, Rockefeller e Carnegie. Seu objetivo central era desenvolver pesquisa empírica voltada para resultados práticos. Como outros centros de pesquisa congêneres, o CCP foi moldado pelos acontecimentos externos e internos aos Estados Unidos. Buscava-se elaborar uma teoria e uma política que pudessem ser aplicadas aos problemas do subdesenvolvimento e da instabilidade política do Terceiro Mundo, em um ambiente no qual a configuração da arena política mundial mudava rapidamente (RIBEIRO, 2006, p. 58-59).

A partir dos anos 1950 tais discussões atingiram, igualmente, o cenário político norte-americano. O livro *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*¹⁵⁴ foi a versão final publicada editorialmente de um texto inicialmente redigido por Walt Rostow e Max

¹⁵⁴ MILLIKAN, M.; ROSTOW, W. *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*. New York: Harper & Brothers, 1957.

F. Millikan¹⁵⁵ para a Conferência de Princeton, em 1954, realizada nos dias 15 e 16 de maio – a chamada Conferência Econômica de Princeton – sob a coordenação de C. D. Jackson¹⁵⁶ e organizada com o apoio de Walt Rostow e Max Millikan. Seu patrocínio deu-se através da grande corporação *Time Inc.*, império da imprensa.

O tema central da Conferência foi a formulação de um “Plano Econômico Mundial” e seus idealizadores tinham como norte a urgência em lançar as bases de uma política econômica de longo prazo, além de mostrar ao mundo que os Estados Unidos tinham “outro caminho, além das bombas, a oferecer” (ROSTOW, apud RIBEIRO, 2007, p. 188). O objetivo era superar a divisão que os *policymakers* costumavam estabelecer entre a política interna e a política externa dos Estados Unidos.

Durante a Conferência foram discutidas temáticas como: estratégias para garantir o entendimento da população norte-americana quanto à necessidade de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos; a importância de expandir o mercado externo dos Estados Unidos para assegurar seu crescimento econômico; estratégias para a difusão em larga escala de uma ideologia do desenvolvimento. Esta última questão foi abordada enfatizando a necessidade de fazer com que esses povos – para onde o capital se expandiria – adotassem o desenvolvimento como sua meta principal, conquistando “corações e mentes”.

O historiador Flávio Diniz Ribeiro aponta que a expansão capitalista no pós-guerra passaria a ser comandada pelos Estados Unidos:

Para dar essa direção, os Estados Unidos precisam de uma política de longo prazo e essa tem que ser uma política econômica – calcada militarmente, politicamente e ideologicamente, ou seja, uma política global fundamentalmente econômica, visando uma expansão mundial, uma política de crescimento econômico dirigida especialmente para aquelas áreas do mundo onde esse crescimento econômico permita a máxima e mais acelerada rentabilidade possível para o capital (excedente) a ser investido nelas (RIBEIRO, 2007, p.214).

O discurso decorrente da teoria da modernização pregava uma união do “mundo livre” visando unir forças para proporcionar o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Os teóricos da modernização resignificaram a noção de capitalismo como “mundo livre” e encorajaram a expansão de capitais como “desenvolvimento

¹⁵⁵ Economista, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Um dos principais teóricos da modernização.

¹⁵⁶ Charles Douglas Jackson foi Assistente Especial do presidente Eisenhower entre 1953 e 1954. Antes e depois disso, foi editor das revistas *Fortune* e *Life*, ambas do grupo Time Inc.

econômico” ou seja, o real intento era a expansão econômica capitalista liderada pelos Estados Unidos a partir da matriz do “modo de vida” americano.

Flávio Ribeiro em sua tese analisa, minuciosa e criticamente, a ideologia do desenvolvimento na obra de Rostow e Millikan – principais teóricos da modernização que foram utilizados como lastro para a Aliança para o Progresso. O autor demonstra, então, como o desenvolvimento foi concebido como uma política econômica internacional, sobretudo para resolver o problema da expansão mundial do capitalismo estadunidense. Tal questão aparece na obra dos dois autores como a necessidade de implementar modificações no sistema produtivo local dos países “em desenvolvimento”, a partir de assistência técnica, transferência de *know-how* e desenvolvimento científico. Porém, Ribeiro traduz o “cientificismo” dos ideólogos da modernização:

O argumento principal é aí certamente o interesse americano na expansão internacional dos mercados para setores importantes da agricultura e da indústria americanos. Uma tal expansão depende inevitavelmente de que outros países possam comprá-los, daí que algum grau de crescimento nesses países seja indispensável. Melhor ainda se esse crescimento for dependente de empréstimos procedentes de capital excedente e negociado em bancos, sob critérios bancários (Ibidem, p.221).

Outro importante fator que contribuiu para legitimar a teoria da modernização foram os estudos sobre o desenvolvimento econômico realizados no próprio âmbito norte-americano. Exemplos como o *New Deal*, o Vale do Tennessee e a TVA (Autarquia do Vale do Tennessee), além do Plano Marshall, eram utilizados para demonstrar a viabilidade do planejamento econômico. As análises de Lincoln Gordon ilustram bem a utilização de tais exemplos:

Tivemos regiões deprimidas nos Estados Unidos, que pareciam quase sem esperanças [...], o Vale do Tennessee, antes da famosa TVA (Autarquia do Vale do Tennessee). Mas, o planejamento cuidadoso, as sólidas técnicas agrícolas, o uso apropriado da água e da energia e o desenvolvimento de comunidades [...]; fizeram da deprimida área montanhosa do Vale do Tennessee uma região de agricultura progressiva e crescente industrialização (GORDON, 1962, p.43-44).

O Plano Marshall foi um importante exemplo, principalmente na configuração da ideologia do desenvolvimento econômico, posto demonstrar que a ajuda externa poderia influenciar, decisivamente, na construção de economias mais prósperas e politicamente alinhadas aos Estados Unidos e ao Ocidente, tornando-se o mais valioso precedente para os programas de ajuda posteriores.

Voltando a nossa análise de *A Proposal*, os autores trazem logo no início da obra sua proposta:

É a tese deste livro que um vasto programa a longo prazo de participação americana no desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas poderia ser um dos principais meios para fazer avançar os objetivos da política externa americana. Nós acreditamos que tal programa é um dos poucos instrumentos concretos disponíveis para alcançar o duplo resultado de (1) aumentar a consciência de que os fins, aspirações e valores do povo americano são os mesmos de outros países, (2) desenvolver sociedades democráticas viáveis, enérgicas e confiantes através do Mundo Livre (MILIKAN e ROSTOW, 1957 apud RIBEIRO, 2006, p. 65).

A ideia central do livro gira em torno da proposta de que os Estados Unidos assumissem a liderança de um programa de cooperação internacional, destinado ao crescimento econômico mundial. Os autores afirmam que “seria um programa de longo prazo para promover o crescimento econômico no Mundo Livre” (Ibidem, p. 67). As etapas do desenvolvimento econômico desenvolvidas por Rostow fundamentaram as teses defendidas em *A Proposal*. Este autor considera que nenhum país é igual ao outro, pois os problemas do crescimento estão ligados aos recursos disponíveis, à cultura, à história e às instituições políticas nacionais. Apesar disso propõe que se admita a existência de elementos em comum nos padrões de desenvolvimento dos diferentes países.

O autor estabelece uma divisão de três estágios de desenvolvimento econômico: 1) período do estabelecimento das pré-condições para o crescimento; 2) período do “*take-off*”, quando o país decola para o crescimento; 3) o período do crescimento autossustentado. Rostow tece ainda algumas considerações acerca das particularidades de cada país afirmando que o fluxo de capital, a assistência técnica e a transferência de tecnologia, deveriam refletir os distintos estágios de crescimento. Aponta para a existência de limites para que a ajuda seja produtivamente utilizada, ensejando a ideia de que cada país teria uma dada “capacidade técnica absorvível” de ajuda externa, a qual dependeria da eficiência técnica e empresarial disponível, do tamanho, estabilidade e motivação da mão-de-obra existente, dos níveis de educação, do desenvolvimento do mercado interno e da oferta de serviços básicos (Ibidem, p. 66-67).

A partir desses argumentos o autor propõe que cada país receptor da ajuda financeira deveria elaborar um plano nacional de desenvolvimento abrangente e detalhado, que seria posteriormente utilizado como principal pré-requisito para o recebimento da assistência financeira da Aliança para o Progresso. Fica claro, diante do até aqui exposto, que esse plano nacional deveria direcionar-se para a criação das condições internas necessárias à expansão do capital norte-americano nos países “receptores”.

A obra, bem como os teóricos da modernização como um todo, não deixa de sinalizar, também, para a importância do combate ao comunismo. A tese defendida é a de que a expansão econômica para o mundo subdesenvolvido deveria constituir o elemento fundamental de uma política de longo prazo, capaz de garantir a segurança dos Estados Unidos, do modo de vida americano e do capitalismo como sistema, o que o poder e a ação militar, por si só, ou como fundamento da política, não seria capaz de assegurar.

Rostow também produziu um livro intitulado *Etapas do Desenvolvimento Econômico – Um Manifesto Não-Comunista*¹⁵⁷, contendo uma narrativa histórica, eivada de pressupostos ideológicos, para refutar os pressupostos da teoria marxista.¹⁵⁸ Resumindo seus argumentos, ele defende que a “ameaça comunista” seria contida pelos próprios benefícios da aceleração do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos. Afirma, ainda, que as novas gerações desses países iriam identificar-se com as nações que as ajudassem a ultrapassar seus estágios de crescimento. Isto significava que era necessário um realinhamento da política externa americana. A nova abordagem visava alterar o foco da corrida armamentista para o que ele chama de “grande ato de persuasão”: “as nações podem mover-se, com sucesso, rumo ao desenvolvimento e, pacificamente, dentro da órbita do mundo democrático” (ROSTOW, 1966, p. 182).¹⁵⁹

A teoria da modernização, aqui analisada principalmente a partir das teses rostowianas, expressava ter por meta a promoção do crescimento econômico mundial. Em outras palavras: criar condições para a expansão do capital na América Latina e em países recém independentes, principalmente. Flávio Ribeiro avalia:

Penso que se deve prestar atenção redobrada à diferença entre desenvolvimento *dos* países subdesenvolvidos e desenvolvimento *nos* países subdesenvolvidos. O discurso ideológico do desenvolvimento costuma enunciar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, mas a análise das medidas concretas propostas e dos critérios que devem nortear a sua aplicação indica, às vezes com nitidez cristalina, que o que se almejava era o desenvolvimento do capitalismo por meio de uma determinada forma – sob rigoroso controle econômico, financeiro, político e militar norte-americano, embora sempre que possível via instituições internacionais – de expansão capitalista, sempre em proveito dos setores dominantes dessa expansão, as grandes corporações multinacionais ou transnacionais, o sistema financeiro internacional e o grande capital americano (RIBEIRO, 2007, p. 239, grifos do autor).

¹⁵⁷ ROSTOW, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico – Um Manifesto Não-Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

¹⁵⁸ Para uma análise da obra citada ver os trabalhos do cientista político RIBEIRO, 2006 e do historiador RIBEIRO, 2007.

¹⁵⁹ Vimos no segundo capítulo que os militares eram vistos por esses teóricos como *agentes modernizantes*.

Defendemos nesse trabalho a hipótese de que o programa de cooperação financeira e técnica denominado Aliança para o Progresso foi também um dos principais instrumentos de disseminação de um ideal de modernização do campo no Brasil, ou seja, um dos principais instrumentos utilizados para moldar a estrutura agrária à dinâmica do capitalismo avançado. Passaremos agora a analisar no que consistiu esse programa e como foi implementado no Brasil.

3.3 – A Nova Fronteira de Kennedy

No final da década de 1950, integrantes da própria administração do presidente D. Eisenhower (1953-1961), já influenciados pelas teses de Millikan e Rostow, questionavam a política de assistência técnica da *International Cooperation Administration* (ICA). John F. Kennedy, naquele momento Senador, defendia: “constitui um perigo igualmente evidente e presente à nossa segurança – o atraso econômico [...] das nações superpopulosas do Sul” (SCHLESINGER, 1966, p. 595). Através da designação de Kennedy para o importante Comitê de Relações Exteriores do Senado, em 1957, ocorreu sua maior aproximação com os problemas da política externa americana do período. No outono de 1957, Kennedy entrou em contato com Walt Rostow, então em ascensão intelectual e política, para que este o auxiliasse em seus projetos de ajuda externa. Dessa maneira, ocorreram os primeiros contatos e o início da elaboração do que futuramente seria a Nova Fronteira e a “nova” política externa estadunidense. Ambos compartilhavam certas ideias sobre a ajuda, entendendo-a como parte de um novo “compromisso moral” em relação à Guerra Fria, onde o combate ao comunismo deveria passar pelo “ataque aos problemas econômicos e sociais dos países subdesenvolvidos” (RIBEIRO, 2006, p. 76).

A atuação de Kennedy como Senador, no que tange à política externa, privilegiou, durante certo período, os problemas da Ásia. Com a efervescência político-social na América Latina em fins da década de 1950 e após a desastrosa viagem do vice-presidente Nixon¹⁶⁰, o jovem Senador, bem como outros setores de Washington, voltaram sua atenção para a o sul do continente americano.

Arthur M. Schlesinger, principal conselheiro de Kennedy, era um historiador com vasta experiência em política internacional. Professor da Universidade de Harvard,

¹⁶⁰ Em algumas capitais como Lima e Caracas, Nixon foi bastante hostilizado principalmente por movimentos estudantis. Na capital da Venezuela ele foi cercado por uma multidão, vaiado e apedrejado.

assumiu o cargo de assistente especial de Kennedy, nele também permanecendo durante o governo de Lyndon Johnson (SPOHR, 2015, p. 7). Recrutado para trabalhar já na equipe de campanha de Kennedy, participou de seus grupos de trabalho formados para elaborar as estratégias do novo governo. Em 1961, Schlesinger realizou viagem à América Latina, da qual resultou um relatório, encaminhado ao então já presidente dos Estados Unidos, com suas considerações sobre os “dilemas da modernização no hemisfério”.

Ali estava metade do hemisfério ocidental, que na hipótese de se voltar contra os Estados Unidos, zombaria de nossa liderança frente ao mundo e criaria uma grande e permanente ameaça à nossa segurança nacional; mas que, se pudéssemos trabalhar eficientemente com o seu povo, poderia dar ao mundo um modelo do processo de desenvolvimento democrático (SCHLESINGER, 1966, p. 190).

Kennedy considerava a política de auxílio externo da administração Eisenhower fragmentária e ineficiente e, já apresentando as diretrizes do que viria a ser sua política de auxílio técnico-financeiro, afirmava que “a essência de qualquer solução [...] deve ser um programa substancial, a longo prazo, de empréstimos produtivos a áreas subdesenvolvidas, com um fundo central integralmente capitalizado” (Ibidem, p. 595).

Percebendo o Estado norte-americano na perspectiva ampliada, integral e orgânica gramsciana e analisando a constante inter-relação entre as sociedade civil e política, temos como essencial a figura do intelectual orgânico. Um olhar mais aproximado sobre os mais destacados membros de assessoria governamental de Kennedy nos ajuda a perceber sua função como “efetivo[s] organizador[es] das vontades e da ação coletiva” (MENDONÇA, 2014, p. 35). Ao arrematar os mais influentes estudiosos em áreas estratégicas, a gestão do democrata buscava inscrever projetos de frações de classe hegemônicas – ou em vias de assim se tornarem – não apenas junto à sociedade política dos Estados Unidos, mas também a serviço do projeto imperialista ocidental. Esses intelectuais tratavam de organizar a construção do “consenso das grandes massas pouco organizadas” (GRAMSCI, 2001, v.2) dos países subdesenvolvidos, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes – a modernização através do desenvolvimento econômico aos moldes capitalistas – buscando a construção do consenso em um nível global.

O discurso sobre a política externa norte-americana era o de cada vez mais direcionar esforços para o crescimento econômico das regiões em desenvolvimento. Antes mesmo de sua posse, Kennedy instituiu uma série de grupos de trabalho para elaborar sua política interna e externa. Em meados de dezembro de 1960, existiam onze

grupos de trabalho sobre política externa e oito sobre política interna. O grupo designado para promover avaliações sobre a América Latina (*Latin American Task Force*) e traçar as linhas mestras do que seria denominado Aliança para o Progresso¹⁶¹, contou com figuras como Adolf Berle Jr.¹⁶², Lincoln Gordon, além dos já mencionados Millikan e Rostow. A equipe de assessores de Kennedy foi apelidada de *Nova Fronteira*.

O citado grupo de trabalho elaborou relatório assinalando que três quartos da ajuda externa norte-americana, no ano fiscal de 1960 e quatro quintos do ano fiscal de 1961¹⁶³, destinavam-se a fundos militares e a programas de curto prazo. Indicava, ainda, que para o desenvolvimento eram destinados apenas 23% em 1960 e 19% em 1961 e concluía que “o sistema existente foi destinado principalmente a ser um instrumento contra o comunismo, e não para o progresso econômico e social construtivo” (SCHLESINGER, 1966, p. 595).

Com os resultados de seus grupos de trabalho sobre política econômica externa em mãos, Kennedy teve como objetivo inicial reorganizar o esforço de ajuda externa estadunidense. Em sua primeira mensagem sobre a questão dizia que:

A tarefa fundamental de nosso programa de ajuda externa na década de 1960 não é combater negativamente o comunismo, mas sim ajudar a demonstrar historicamente que no século XX, como no XIX – no Hemisfério Sul do globo, como no Hemisfério Norte – o crescimento econômico e a democracia política podem caminhar lado a lado (SCHLESINGER, 1966, p. 596, grifos nossos).

Enfatizando a necessidade de reorganização e unificação das agências envolvidas com o tema da cooperação financeira e técnica, a administração Kennedy criou outro grupo de trabalho sobre assistência econômica externa, com a participação de Millikan, George Gant (da Fundação Ford), Theodore Tannenwald Jr. e Henry Labouisse¹⁶⁴. O grupo trabalhou durante os meses de março a junho de 1961 para lançar as bases da nova Agência de Desenvolvimento Internacional (AID)¹⁶⁵, tecendo críticas à política de assistência militar estadunidense. Percebeu que a nova política de assistência

¹⁶¹ “As repúblicas coirmãs ao sul de nossa fronteira, fazemos uma promessa solene: transformar as boas palavras em boas ações, em uma nova aliança para o progresso, a fim de ajudar homens e governos livres a se livrar das amarras da pobreza”. JFK Library, Discurso de posse de Kennedy, janeiro de 1961.

¹⁶² Representava, dentro da configuração do esquema de Kennedy, uma figura conhecida por suas posições liberais, com ligações estreitas com muitos líderes políticos do continente.

¹⁶³ O ano fiscal estadunidense era estabelecido de junho a junho, até por isso os relatórios da Aliança no Brasil seguiam esse padrão.

¹⁶⁴ Nomeado por Kennedy como chefe da ICA, presidiu o grupo de trabalho (JFK Library, JFKPOF-068-007).

¹⁶⁵ Em inglês: *United States Agency for International Development* (USAID). Nas fontes aparecem as duas siglas: USAID e AID, neste trabalho usaremos USAID. O Banco Mundial possuía uma organização denominada Associação Internacional de Desenvolvimento, de mesma sigla, AID.

internacional estaria lastreada em uma nova “concepção de ajuda”¹⁶⁶, enfatizando que a ameaça comunista – na maioria das nações em desenvolvimento – não era a agressão externa, mas a desintegração e subversão internas. Dessa forma concluíram que, para solucionar tal problema, era preciso fomentar o “bem-estar social e econômico e, portanto, recomendava o predomínio da assistência econômica sobre a militar” (SCHLESINGER, 1966, p. 597).

Kennedy enfrentou a relutância dos Secretários de Estado e da Defesa com relação à ênfase na ajuda econômica e, apesar da reformulação do programa de assistência militar, sua importância continuou sendo levada em consideração. Outras resistências surgiram ao longo do processo de implementação da USAID, tanto da parte de funcionários das agências de ajuda externa, quanto do Congresso. Para ficar à frente da nova agência, o presidente norte-americano, segundo Schlesinger (1966), “procurava alguém bastante conservador para tranquilizar o Congresso e, ao mesmo tempo, bastante liberal para levar adiante o programa – um homem de negócios, mas sem mentalidade comercial, como dizia [Kennedy]”.

A USAID era responsável por gerenciar toda a ajuda externa norte-americana e foi incluída no Departamento de Estado. Fowler Hamilton, advogado de grandes corporações estadunidenses, foi nomeado como seu primeiro diretor e, como administrador da USAID, tinha o *status* de Subsecretário de Estado, sendo responsável pela coordenação da assistência externa. A linha de responsabilidade era distribuída entre quatro órgãos regionais, cada qual liderado por um Administrador Assistente. Uma destas subagências era o *Bureau of Latin America*, cujo gestor passou a ser também o Coordenador Americano da Aliança para o Progresso.¹⁶⁷ Segundo Ribeiro a disposição burocrática do programa da Aliança foi debatida e havia aqueles que defendiam a construção de uma organização autônoma, respondendo diretamente à presidência.

Adolf Berle fora um dos defensores desta linha de pensamento, mas Kennedy, com o pretexto de que a Aliança era tão popular no Congresso que poderia evitar que outros segmentos do programa de ajuda externa sofressem cortes orçamentários, colocou a Aliança dentro da estrutura USAID-Departamento de Estado (RIBEIRO, 2006, p.149).

A nova agência passou a congrega os vários órgãos pré-existentes da burocracia estadunidense de ajuda internacional: a Administração de Cooperação Internacional

¹⁶⁶ *New aid concepts* (JFK Library, JFKPOF-068-007-30).

¹⁶⁷ “O primeiro Diretor regional da USAID para a América Latina, e portanto, Coordenador da Aliança foi Teodoro Moscoso, porto-riquenho, economista da CEPAL, embaixador americano na Venezuela” (RIBEIRO, 2006, p. 149).

(*International Cooperation Administration* (ICA), o Fundo de Empréstimos para o Desenvolvimento, os programas Alimentos para a Paz (*Food for Peace*) e Corpos da Paz (*Peace Corps*)¹⁶⁸ e o Banco de Exportação e Importação dos EUA (Eximbank). A USAID seria o braço operacional da Aliança para o Progresso, sendo o Brasil um dos únicos países a receber duas missões da agência, uma no Rio e outra em Recife, demonstrando a importância estratégica do Nordeste brasileiro para o programa norte-americano.

Richard Goodwin, advogado que trabalhava com Kennedy desde 1959, especialista em assuntos relacionados à América Latina, estava incumbido de preparar os esboços de discurso para o então candidato Kennedy. Schlesinger narra que Goodwin estava em viagem pelo Texas, durante a campanha, em setembro de 1960, tentando criar uma frase que expressasse para Kennedy o que o lema “Boa Vizinhança” havia significado para Roosevelt. Chamou sua atenção uma revista em língua espanhola, publicada pela Alianza Hispano-Americana – A *Alianza*. O então candidato à presidência concordou que o termo “aliança” deveria fazer parte da expressão que buscavam criar, e logo a palavra progresso – que essencialmente tinha o mesmo significado em todo o hemisfério – foi escolhida.¹⁶⁹

Dessa forma, a administração Kennedy procurou garantir os “melhores e mais brilhantes” pesquisadores na órbita de seu governo. Rostow deixou o Centro de Estudos Internacionais do MIT, para se tornar um conselheiro de segurança nacional da Casa Branca e mais tarde presidente do Conselho de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado. O economista da Universidade de Harvard, Lincoln Gordon, se juntou ao grupo de trabalho latino-americano de Kennedy, tornando-se embaixador dos Estados Unidos no Brasil; o cientista político Luciano Pye, do MIT, ministrou cursos sobre a teoria da contrainsurgência para o Departamento de Estado e foi conselheiro da USAID. O economista Eugene Staley, do Instituto de Pesquisa de Stanford, aceitou o pedido de Kennedy para dirigir uma missão de desenvolvimento no Vietnã (LATHAM, 2000, p. 270-271).

Com base em redes de laços pessoais, fazendo uso de fundos federais e buscando ativamente cargos na arena de formulação de políticas, muitos cientistas sociais alegaram que sua experiência era essencial para conter o comunismo em um mundo tornado vulnerável pelos perigos da pobreza e o declínio do império ocidental (Ibidem, p. 276).

¹⁶⁸ O documentário *Em nome da América* analisa a atuação do Corpos da Paz no Nordeste, considerando as contradições que envolveram a vinda de centenas de jovens norte-americanos para o Brasil.

¹⁶⁹ A expressão Aliança para o Desenvolvimento foi sugerida, porém Goodwin alegou que dificilmente Kennedy poderia pronunciar a expressão espanhola *Alianza para el Desarrollo* (SCHLESINGER, 1966, p. 196).

O quadro abaixo traz informações sobre alguns dos principais membros da equipe de Kennedy, demonstrando as inter-relações pessoais e profissionais de pesquisadores e especialistas em diversas áreas. Desde sua campanha política, Kennedy buscou cercar-se de *experts* em política externa, alocando em cargos estratégicos e fundamentais para sua administração alguns dos mais destacados estudiosos da modernização. Alguns desses nomes tinham ligação direta com grandes empresas, como McNamara, que fora presidente da Ford Motor e Moscoso, importante empresário porto-riquenho. Outros foram dirigentes das Fundações Ford e Rockefeller – Rusk, Bundy, Dillon e Bell – organizações que buscavam disseminar o “pensamento científico” ocidental, mas que, na verdade, concorriam para fortalecer os negócios de grandes companhias. Na década de 1960, associaram-se a Fundação Rockefeller, Fundação Ford e USAID com o objetivo de patrocinar a criação de centros de pesquisa agrícola em diversos países subdesenvolvidos, visando aumentar sua produtividade no campo (PEREIRA, 2009, p.106). Grandes companhias foram beneficiárias desse processo, conseguindo recursos de instituições como o Banco Mundial, para generalização da *Revolução Verde* naqueles países (FONTES, 2010, p. 184). Além disso, boa parte da composição da equipe do democrata era integrada por intelectuais acadêmicos de universidades privadas como MIT, Harvard e Columbia, inscritos no Estado restrito.

A análise do quadro demonstra também alguns nomes que vinham de administrações anteriores, principalmente de altos cargos no Departamento de Estado, como Rusk, Dillon, e Berle Jr. Identificamos ainda, que McGeorge Bundy fora analista político do *Council on Foreign Relations* (CFR). Hoeveler (2015) aponta a entidade como “primeira matriz” de uma série de outras organizações das “elites orgânicas”, principalmente, por “ter fundado um modelo de ligação entre pesquisa e ação de classe que se estendeu pelo mundo a partir dos EUA” (HOEVELER, 2015, p. 100). O CFR se estabeleceu, desde os anos 1950, como uma instituição “capaz de promover o debate de ideias dentro das elites orgânicas norte-americanas, atuando ao mesmo tempo como um importante centro de formação para o empresariado” (Ibidem, p. 103).

Outro importante centro de ações estratégicas que congregava intelectuais acadêmicos e interesses empresariais, foi o *Committee for Economic Development* (CED), que contou com a participação de Lincoln Gordon, pouco antes de chegar ao Brasil como embaixador. O CED fora criado em 1942, por iniciativa de um grupo de empresários e por membros da comunidade acadêmica estadunidense, com o intuito de,

“em um esforço comum”, pensar e estabelecer a política norte-americana no pós-1945 (DREIFUSS, 1986, p. 40-41). A partir do estabelecimento da Aliança para o Progresso, os membros do CED passaram a promover o estreitamento das relações entre os governos do hemisfério, as grandes multinacionais estadunidenses e o grande capital local, “numa tentativa de dinamização e integração da economia regional e no combate político-ideológico” (Ibidem, p. 108) ao comunismo.

Dessa forma, entendemos a Aliança para o Progresso como uma importante e central estratégia de direção intelectual e moral e de difusão ideológica estadunidense no Brasil. Buscamos demonstrar, com a compilação das informações abaixo, como se estruturou a política externa dos EUA para a América Latina, no período, e sua ação no sentido de garantir a expansão de capitais daquele país. Inscreveram-se nos altos escalões da sociedade política norte-americana, desde representantes da sociedade civil com ação extremamente orgânica através de centros como as Fundações Rockefeller e Ford, CED, CFR, *Rotary International*; até intelectuais acadêmicos de instituições privadas.

Quadro 2: Principais nomes da equipe de Kennedy

Nomes	Funções
Arthur M. Schlesinger*	Principal conselheiro de Kennedy, historiador com vasta experiência em política internacional. Professor da Universidade de Harvard assumiu o cargo de assistente especial de Kennedy, permanecendo no mesmo cargo durante o governo de Lyndon Johnson. Recrutado para trabalhar já na equipe de campanha de Kennedy. Responsável por manter o presidente em contato com os meios intelectuais e um dos principais redatores dos discursos presidenciais.
Robert F. Kennedy	Irmão de Kennedy, como <i>Attorney General</i> , cargo referente à liderança do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.
Dean Rusk	Secretário de Estado, vinha de cargos relacionados à política externa norte-americana . Anteriormente havia sido diretor do escritório para assuntos relacionados às Nações Unidas do Departamento de Estado . Além de sua experiência na área diplomática, ocupou a presidência da Fundação Rockefeller entre os anos 1952 e 1960, saindo desta para ocupar um dos postos mais importantes dentro do governo norte-americano.
McGeorge Bundy*	Intelectual norte-americano, assistente especial para assuntos de segurança nacional do Presidente, atuava também como harmonizador de posições

	divergentes sobre política internacional. Bundy ¹⁷⁰ foi analista político do <i>Council for Foreign Relations</i> na década de 1950, Professor de Governança da Universidade de Harvard e assumiu, após a saída do governo Kennedy, a presidência da Fundação Ford .
Walt Rostow	Ao lado de Bundy era <i>Deputy Assistant</i> para assuntos de segurança nacional, intelectual, professor de História da Economia do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e da Universidade de Cambridge. Ocupou o posto no ano de 1961, passando a conselheiro e presidente do <i>Policy Planning Council</i> (Conselho de Planejamento) do Departamento de Estado. Em seguida, entre 1964 e 1966, tornou-se o representante norte-americano no Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso (CIAP). No governo Johnson foi Diretor do Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado e depois substituiu McGeorge Bundy como Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA. Considerado um teórico da modernização, autor da obra – Max Millikan e Rostow: <i>A Proposal: Key to a Effective Foreign Policy</i> . Recrutado para trabalhar já na equipe de campanha de Kennedy.
Max Franklin Millikan	Economista, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Um dos principais teóricos da modernização. Auxiliou Kennedy na formulação e fundação do <i>Peace Corps</i> . Nos anos 1950 foi Diretor Assistente da Central Intelligence Agency (CIA).
Ralph Dungan*	Um dos principais assessores de Kennedy, já assessorava o político desde seu mandato como Senador. Inspetor presidencial para os programas de ajuda externa e para a política latino-americana e africana. Encarregado de selecionar ocupantes para os altos cargos da administração Kennedy.
Theodore C. Sorensen*	Liberal democrata, trabalhou com Kennedy desde 1953, era o “Conselheiro Especial” devendo participar de variadas decisões políticas e administrativas. Participava, junto com diretores de agências governamentais, da formulação de programas. Tinha acesso às reuniões semanais que presidente mantinha com os líderes do Legislativo.
Gal. Maxwell Taylor	Principal assessor militar de Kennedy
Teodoro Moscoso	Recrutado para integrar Latin American Task Force, empresário atuante em Porto Rico , economista da CEPAL, indicado em 1961 para embaixador na Venezuela, ficando no cargo até 1962. Depois disso, passou a assistente para assuntos latino-americanos da USAID acumulando a função também de coordenador da Aliança para o Progresso entre os anos de 1962 e 1964. Após sua

¹⁷⁰ McGeorge Bundy, ao lado de seu irmão William, e de George Kennan, Allen Dulles (irmão de Foster Dulles) e Richard Bissell, foi membro do famoso “grupo dos notáveis” da CIA, formado em 1949, entidade cujas atividades altamente secretas ajudaram a financiar grupos anticomunistas na França e na Itália. Bundy, durante seu trabalho como assistente de Kennedy e Johnson foi considerado “o melhor e o mais brilhante” estrategista militar dos dois governos, em razão de sua astúcia em planejar os ataques ao Vietnã (SILVA, 2008, p. 98).

	saída do governo, foi presidente do Conselho da <i>Commonwealth Oil Refining Company</i> e administrador da <i>Economic Development Administration</i> de Porto Rico.
Douglas Dillon	Nomeado para secretário do Tesouro, ocupou importantes cargos anteriores, sendo segundo-secretário de Estado entre 1959 e 1961 . Foi também embaixador dos Estados Unidos na França entre 1953 e 1957. Posteriormente foi presidente do Conselho de Supervisores da Universidade de Harvard e presidente do conselho da Fundação Rockefeller (entre 1972 e 1975).
Luther H. Hodges	Secretário de Comércio, foi anteriormente governador da Carolina do Norte. Em seguida, assumiu a presidência do Rotary International .
Robert McNamara	Secretário de Defesa, empresário e presidente da Ford Motor Company em 1960 e integrou o conselho consultivo da Fundação Ford . Ficou no cargo ao longo de todo o governo Kennedy sendo mantido por Lyndon Johnson em sua equipe (1963-1969), enfrentando a Guerra do Vietnã. Entre 1968 e 1981 foi presidente do Banco Mundial.
David Bell	Indicado como diretor do Bureau do Orçamento em 1961, assumiu em 1962 o cargo de administrador da USAID. Em 1966, vira vice-presidente executivo da Fundação Ford . Kennedy designara David Bell para coordenar as relações governamentais com o BGLA .
Walter Heller	Professor da Universidade de Minnesota, ocupou cargos de conselheiro econômico no governo deste Estado, assume o cargo de líder do <i>Council of Economic Advisers</i> , ligado diretamente ao <i>Executive Office of the President</i> , responsável por pesquisas empíricas e apresentação de relatórios econômicos internacionais para embasamento das decisões de Kennedy.
Adolfo Berle Jr.	Recrutado para integrar a Latin American Task Force, advogado, professor de Direito Internacional em Columbia. Era um “new dealer”, tendo trabalhado no Departamento de Estado, durante a grande depressão, na área do comércio com a América Latina. Veio a ser Secretário Assistente e finalmente, embaixador no Brasil, onde estava quando a guerra acabou. Participou ativamente do afastamento de Vargas, em 1945. Representava, dentro da configuração do esquema de Kennedy, uma figura conhecida por suas posições liberais, portando ligações estreitas com muitos líderes democráticos do continente. Participou da criação da política da Boa Vizinhança e segundo Schlesinger foi um elo entre a política da Boa Vizinhança e a Aliança.
Lincoln Gordon	Economista de profissão, começou a vida pública como assessor de Averel Harriman junto a missão americana do Plano Marshall, em Paris. Na década de 1950, foi para Harvard onde pesquisou problemas de desenvolvimento econômico e dirigiu pesquisas sobre o Brasil. Foi convocado para o Latin American Task Force. Fazia parte do grupo de Cambridge, tão influente dentro da Nova Fronteira, através de nomes como Rostow, Millikan, Schlesinger e Galbraith. Sabia ler em

	português. Integrou a equipe do <i>Committee for Economic Development</i> (CED). Durante os primeiros meses de 1961 esteve envolvido em diversas missões oficiais em torno da Aliança (Força Tarefa de Berle, Conferência no Rio em abril, Missão Stevenson, e Delegação americana em Punta del Este). Durante o governo de Johnson, Lincoln Gordon deixou a embaixada no Brasil e se tornou o Subsecretário de Estado para os Assuntos da América Latina e, conseqüentemente, Coordenador da Aliança para o Progresso, uma vez que passou a acumular a chefia do Bureau Latino-americano da USAID.
Richard Goodwin	No início da Aliança como Assistente Presidencial para a América Latina era encarregado de coordenar os esforços do Bureau Latino-Americano do Departamento de Estado e da subagência correspondente da USAID (Aliança para o Progresso), com a Casa Branca. Segundo Schlesinger era o homem de Kennedy para a América Latina. Formado em direito em Harvard.
Kenneth O' Donnel*	Assessor responsável pela parte administrativa e protocolar do presidente; principal funcionário da Casa Branca para política partidária.
Lawrence O' Brien*	Ocupava a assessoria para relações com o Congresso, tendo como função principal favorecer a tramitação de projetos de interesse do Executivo no Senado e na Câmara.
Pierre Salinger*	Secretário de imprensa da presidência, era o porta voz oficial da Casa Branca.

Fontes: SPOHR, 2015; SCHLESINGER, 1966; DREIFUSS, 1981; RC d emb 61.10.19.

*Em correspondência do encarregado de negócios da embaixada brasileira em Washington, para o ministro Hermes Lima, são sumariados os “sete assessores mais influentes” dentro do staff de Kennedy. O documento ressalta que segundo as “melhores fontes de informação”, embora o chamado staff fosse integrado por vinte e oito pessoas, “apenas sete merecem a designação de ‘assessores diretos’ do Presidente” (RC d emb 61.10.19, pasta IV, Doc. 106).

3.4 – O Progresso pela Aliança

“O Progresso pela Aliança” é o título de uma obra publicada em 1962, pela Record, de autoria do então embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon. Tomaremos o livro como uma referência bibliográfica e como uma fonte documental, por ter sido escrito por um dos executores da política no período. No início dos anos 1960, Richard Goodwin considerava Gordon como o melhor nome para coordenar a Aliança, dentro da estrutura do Estado americano, mas ele recusou argumentando que não se sentia preparado para o cargo conhecendo pouco sobre a América espanhola, e deixando claro que preferia um posto no Brasil. Sua missão era a de viabilizar a Aliança no Brasil, maior país do hemisfério, fundamental na estratégia americana.

O livro trata da Aliança para o Progresso, seus propósitos e avalia as atividades desenvolvidas no primeiro ano de sua existência. Gordon inicia a obra afirmando que ela

trata da “nova política a que o Presidente Kennedy chamou Aliança para o Progresso” e mencionando como o programa de Kennedy guardava semelhanças com a ideia brasileira da Operação Pan-Americana rebatizando-o, no livro, como “Operação Aliança”. Tal estratégia discursiva, utilizada pelos quadros norte-americanos da Aliança para o Progresso, pode ser observada igualmente nos discursos e justificativas do lançamento da Aliança. A equipe de assessores de Kennedy utilizou a estratégia de legitimar o programa atrelando-o a uma ideia emanada dos próprios países latino-americanos (GONÇALVES, 2016, p. 173-174).

No dia 13 de março de 1961, o corpo diplomático latino-americano se reuniu em uma recepção na Casa Branca, juntamente com membros do Congresso estadunidense, para lançar, oficialmente, a Aliança para o Progresso. Kennedy proferiu em seu discurso:

[...] a nossa abordagem é coerente com o *conceito majestoso da Operação Pan-Americana*. Por isso eu conclamei a todos os povos do hemisfério para participar de uma nova Aliança para o Progresso - "Alianza para Progreso" – um vasto esforço de cooperação, *sem paralelos em sua magnitude* e nobreza de propósito, para satisfazer as necessidades básicas do povo americano de casa, trabalho e terra, saúde e escolas - *techo, trabajo y tierra, salud y escuela*. Primeiro, proponho que as Repúblicas da América deem início a um vasto e novo Plano de Dez Anos para as Américas – um plano para transformar os anos de 1960 em uma década histórica de *progresso democrático* (JFK Library, JFKPOF-034-013, grifos nossos).¹⁷¹

O presidente continuaria o discurso afirmando que os Estados Unidos estavam preparados para fornecer recursos de “escopo e magnitudes suficientes” para que o “corajoso” plano de desenvolvimento do hemisfério se concretizasse, desde que os países da América Latina realizassem seus “esforços” internos. Um desses esforços consistiria na elaboração de planos a longo prazo para o seu próprio desenvolvimento¹⁷², além de assegurar a estabilidade monetária; estabelecer os mecanismos das mudanças sociais e estimular a iniciativa privada. Kennedy afirma que esses planos seriam “a base do nosso esforço de desenvolvimento e a base para a alocação dos recursos externos”.¹⁷³

¹⁷¹ (...) *our approach consistent with the majestic concept of Operation Pan America. Therefore I have called on all the people of the hemisphere to join in a new Alliance for Progress - "Alianza para Progreso" - a vast cooperative effort, unparalleled in magnitude and nobility of purpose, to satisfy the basic needs of the American people for homes, work, and land, health and schools – techo, trabajo y tierra, salud y escuela. First, I propose that the American Republics begin on a vast new Ten Year Plan for the Americas – a plan to transform the 1960s into an historic decade of democratic progress.* Tradução minha.

¹⁷² *Long-range plans for its own development, Ibidem.*

¹⁷³ *These plans will be the foundation of our development effort, and the basis for the allocation of outside resources, Ibidem.*

O democrata enumerou, ainda, dez resoluções definidas como fundamentais para o desenvolvimento do hemisfério, dentre as quais figurava o Programa *Food for Peace*¹⁷⁴ ou Alimentos para a Paz. O programa recebia muitas críticas por seu caráter assistencialista e a *Nova Fronteira* buscava contorná-las, reforçando o entendimento de que ele contribuiria para o desenvolvimento, principalmente, das áreas rurais. Kennedy afirmava que intensificaria imediatamente o programa com ações destinadas a estabelecer reservas de alimentos em áreas de seca recorrente, a fornecer merenda escolar para as crianças e oferecer cereais forrageiros a serem utilizados no desenvolvimento rural.

Outra importante resolução destacada no discurso, e ponto central de nossa pesquisa, relacionava-se com a expansão das atividades de pesquisa. O presidente destacou que todos, no hemisfério, deveriam poder compartilhar “as maravilhas da expansão da ciência”, maravilhas que “capturam a imaginação do homem” e “capturam o poder de suas mentes”, além de “dar-lhes ferramentas para o rápido progresso”.¹⁷⁵ Cientistas seriam enviados à América Latina para trabalhar em novos projetos junto a áreas como Medicina e Agricultura, sem deixar de lado planos de ajuda para laboratórios de pesquisa nestas e em outras áreas, estimulando o fortalecimento da cooperação interamericana entre Universidades e laboratórios. Fica bem claro que, uma das principais estratégias do programa da Aliança para o Progresso, era assegurar que os paradigmas estadunidenses se tornassem o “paradigma” de Ciência a ser aplicado nos países latinos. Para tanto, o programa forneceria “especialistas” que disciplinariam a pesquisa e o ensino, a partir do modelo importado.

Nós também pretendemos expandir nossos programas de formação de professores pesquisadores para incluir instrutores da América Latina para auxiliarem no estabelecimento desses programas em outros países da América – além de traduzir e fazer revolucionários novos materiais didáticos em física, química, biologia e matemática - para que os jovens de todas as nações possam contribuir com suas habilidades para o avanço da ciência.¹⁷⁶

O oitavo desígnio do programa, citado no discurso de seu lançamento, igualmente vinculava-se às áreas de treinamento e formação. Kennedy afirmaria que, para garantir o

¹⁷⁴ Programa lançado em 1954, durante o governo Eisenhower, que tinha como objetivo reduzir a fome e a má nutrição em países pobres.

¹⁷⁵ (...) *all the people of the hemisphere must be allowed to share in the expanding wonders of Science - wonders which have captured man's imagination – challenged the powers of his mind – and given him the tools for rapid progress*, Ibidem. Tradução minha.

¹⁷⁶ *We also intend to expand our science teacher training programs to include Latin American Instructors - to assist in establishing such programs in other American countries - and translate and make available revolutionary new teaching materials in physics, chemistry, biology and mathematics - so that the young of all nations may contribute their skills to the advance of Science*, Ibidem. Tradução minha.

rápido desenvolvimento econômico dos países latinos, era necessário “expandir rapidamente a formação de profissionais”, significando a expansão de “programas de formação técnica” e para tanto, menciona que o recém lançado programa *Corpos da Paz* (*Peace Corps*), estaria disponível quando necessário. Ademais, reforçou a importância da assistência norte-americana a universidades, escolas e institutos de pesquisa, para assegurar o desenvolvimento.

Podemos observar também no discurso a lógica da “união dos países livres”, em clara oposição ao comunismo, no contexto da Guerra Fria. Kennedy não citou especificamente o comunismo e, tal como podemos observar nas teses da teoria da modernização, a estratégia discursiva girava em torno da ênfase na parceria das nações e dos povos do “mundo livre”, leia-se capitalistas. Perpassa todo o discurso o objetivo de alcançar a “liberdade política”, que deveria se fazer acompanhar de progresso material e mudanças sociais. “Nossa Aliança para o Progresso é uma aliança de governos livres – e deve trabalhar para eliminar a tirania de um hemisfério em que ela não tem lugar de direito”, “nosso lema é progresso sim, tirania não!” (JFK Library, JFKPOF-034-013).

Em sua obra lançada no Brasil sobre a Aliança, Lincoln Gordon também destaca a relação direta entre desenvolvimento e ganhos materiais, assinalando que

[...] só por meio de maior produção e maior produtividade as reivindicações legítimas dos grupos sociais e regiões de uma nação podem ser harmonizadas ao invés de degenerarem em lutas de classe e lutas regionais [...]. As duas chaves do desenvolvimento são o investimento e os conhecimentos e técnica aperfeiçoados. Os conhecimentos e a técnica aperfeiçoados exigem investimento humano por meio da educação, treinamento e pesquisa [...]. É nesse ponto que divergem os possíveis caminhos para o desenvolvimento. Há o caminho das instituições livres, para o qual aponta a Aliança para o Progresso. E há o caminho soviético (GORDON, 1962, p. 10-11).

Ao analisarmos essas passagens, podemos perceber que os Estados Unidos intencionavam salvaguardar sua hegemonia no continente, oferecendo as diretrizes financeiras e técnicas do que seria o “melhor” caminho a seguir - o desenvolvimento capitalista - e as ferramentas a serem utilizadas em sua construção. Estas seriam fornecidas aos latino-americanos através do “treinamento técnico” estadunidense.

Lincoln Gordon ressaltava que os Estados Unidos estavam preparados para desembolsar “altas somas de recursos pelos próximos dez anos”, porém, destacava que os recursos financeiros e técnicos norte-americanos iriam suplementar os “enormes esforços nacionais” e que deveria imperar a cooperação nas áreas da ciência, pesquisa e educação “especializada”. Assinalava também que o Brasil poderia e deveria representar um importante papel de liderança (GORDON, 1962, p. 2-3). A receita preparada para

garantir a expansão do excedente de capitais estadunidenses para os países do sul do continente, tem seus principais ingredientes explicitados pelo embaixador:

A Aliança para o Progresso salienta o duplo objetivo do desenvolvimento econômico e do progresso social [...]. Sem *produção mais alta*, que significava desenvolvimento econômico, o povo não pode gozar padrões decentes de nutrição, saúde, vestuário, habitação, educação [...]. A produção mais alta requer *investimentos de capitais públicos e particulares, novas técnicas agrícolas, mais industrialização, aumento das exportações* e todos os demais elementos da modernização econômica (Ibidem, p.3, grifos nossos).

Atravessa tanto os discursos, quanto toda a produção escrita pelos quadros dos responsáveis pelo programa da Aliança, a questão do planejamento. Já ressaltamos que o pré-requisito para a obtenção dos empréstimos do programa era a elaboração de projetos detalhados, além dos planos nacionais de reformas. Sob essa ótica, Gordon afirmaria que o subdesenvolvimento econômico implicava certo grau de subdesenvolvimento administrativo e que, justamente por isso, o programa visava fornecer “os necessários técnicos e programas de treinamento” para a formação de “pessoal técnico especializado”, uma vez que a América Latina padecia de uma falta “deplorável” de tais profissionais (Ibidem, p. 6). Veremos adiante como essa questão influenciou as políticas públicas perpetradas pelo governo brasileiro nos anos 1960.

A Carta de Punta del Este – documento que expunha as diretrizes da Aliança – foi apresentada durante a reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorrida entre os dias 5 e 16 de agosto de 1961, em nível ministerial. O Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso (CIAP) foi criado como órgão diretivo multilateral da Aliança para toda a América Latina. Todavia, o CIAP não detinha autoridade para distribuir os recursos destinados ao programa, já que tal prerrogativa se concentrava no Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e na USAID. Ou seja, apesar do discurso pregar o caráter interamericano do programa, as diretivas concentravam-se junto ao Departamento de Estado estadunidense. A Carta foi assinada ao final da reunião no Uruguai por representantes da Venezuela, Colômbia, Guatemala, Argentina, Bolívia, Peru, México, Equador, República Dominicana, Paraguai, Honduras, El Salvador, Panamá, Chile, Haiti, Costa Rica, Nicarágua, Uruguai, Estados Unidos e Brasil.¹⁷⁷

A delegação brasileira participante da reunião extraordinária do CIES foi chefiada pelo ministro da Fazenda Clemente Mariani - que estava demissionário por discordar das

¹⁷⁷ Pela parte do Brasil assinam o documento Clemente Mariani, Arthur Bernardes Filho, E. P. Barbosa da Silva e Roberto Campos. O espaço para a assinatura de Cuba aparece em branco no documento.

intervenções de Jânio Quadros junto às políticas monetária e cambial; Arthur Bernardes Filho - ministro da Indústria e Comércio; Celso Furtado - Superintendente da SUDENE¹⁷⁸; além de um time de economistas que incluía Roberto Campos como delegado e Ernane Galvêas, José Bulhões Pedreira e Hélio Beltrão¹⁷⁹ como assessores e Leonel Brizola, convidado como conselheiro (RIBEIRO, 2007, p. 125).

O documento se inicia com a afirmação de que as repúblicas americanas “proclamam sua decisão de associar-se em um esforço comum, para alcançar progresso econômico mais acelerado e justiça social mais ampla para seus povos” (Carta de Punta del Este, OEA, 1961). Logo em seu início a carta assinala que “homens e mulheres” do continente americano “procuram conquistar a vida mais plena que as técnicas modernas põem ao seu alcance”. Tais “técnicas modernas” seriam colocadas à disposição da população dos países latino-americanos através dos acordos de “cooperação” técnica perpetrados por intermédio da USAID.

A carta expõe ainda que os países signatários deveriam trabalhar para atingir doze grandes metas, dentre as quais destacamos: aumento da renda *per capita* dos países latino-americanos de forma que, em certo prazo, alcançassem os níveis de renda das “nações mais desenvolvidas”; “elevação do padrão de vida” das “classes mais pobres”¹⁸⁰ da população; acelerar o processo de industrialização, prioritariamente a produção de bens de capital; “aumentar consideravelmente a produtividade e a produção agrícolas” e melhorar os serviços de armazenamento, transporte e distribuição; “impulsionar” programas de reforma agrária; eliminar o analfabetismo entre os adultos e, até 1970, garantir um mínimo de seis anos de escola primária às crianças; aumentar a “esperança de vida ao nascer”, bem como a capacidade de aprender e produzir; diminuição do déficit de habitações; manter níveis estáveis de preços; fortalecer os acordos de integração econômica de forma a atingir o objetivo de criar um “mercado comum latino-americano”

¹⁷⁸ A Sudene foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, do Congresso Nacional, promulgada pelo presidente Juscelino Kubitschek, com o objetivo de promover o desenvolvimento da região Nordeste. Em nível nacional, a chamada “Operação Nordeste” representava a aplicação do pensamento de Celso Furtado ao patamar regional. Dessa maneira, a SUDENE tinha como objetivo incorporar a região ao processo de desenvolvimento nacional, revertendo o quadro de atraso da região e focando, especialmente, na industrialização da região.

¹⁷⁹ No governo Costa e Silva (1967-1969) assumiria o Ministério do Planejamento.

¹⁸⁰ A palavra *classe* aparece na Carta para delimitar a parte da população que deveria inserir-se no mercado: “Pôr a disposição de todos os setores econômicos e sociais os benefícios de crescimento econômico mediante distribuição mais equitativa da renda nacional, elevando mais celeremente as rendas e os padrões de vida das classes mais pobres da população; e, ao mesmo tempo, fazendo com que os recursos dedicados aos investimentos representem parcela maior do produto nacional” (Carta de Punta del Este, OEA, 1961).

e, finalmente, facilitar o acesso das exportações latino-americanas aos mercados internacionais (Ibidem).¹⁸¹

O documento estipulava que os países latinos participantes do programa deveriam cumprir determinadas condições para alcançarem as metas estabelecidas. A primeira delas era a elaboração e execução de “programas nacionais de desenvolvimento econômico e social”, que estivessem de acordo com “os princípios democráticos”, objetivando um crescimento “autossuficiente”. Tais programas deveriam contar com o máximo emprego de recursos nacionais e a assistência financeira externa somente viria a complementá-los, devendo imperar condições flexíveis em matéria de prazos, de amortização e de modos de utilização.

Outra medida estabelecida foi de ação imediata, por cujo intermédio os Estados Unidos prestariam assistência financeira de emergência a pedidos realizados nos próximos sessenta dias. Ações de médio prazo também estavam previstas, devendo ser solicitadas através de projetos que atendessem “imperiosas necessidades econômicas e sociais”, até o período de março de 1962.

O discurso de Kennedy acima mencionado, bem como a Carta de Punta del Este, chegam a mencionar o caráter “revolucionário” das nações do hemisfério americano, referindo-se aos processos de independência. A Carta foi considerada pela equipe de Kennedy como uma “convocação à revolução democrática” (SCHLESINGER, 1966, p. 767). Não é preciso salientar que “revolução” era aqui empregada no sentido oposto ao pregado pelos movimentos sociais de esquerda significando, em verdade, a maximização do processo de acumulação capitalista. Os arquitetos da Aliança utilizavam o termo sempre referenciado à democracia, imputando uma oposição ao comunismo. Rostow, na já citada *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto Não-Comunista*, dedicou o último capítulo a cotejar sua análise das *etapas do desenvolvimento* com o marxismo.

“Em contraste com as nossas etapas – a sociedade tradicional, as pré-condições, o arranco, a maturidade e a era do consumo em massa – colocamos, pois, as de Marx: o feudalismo, o capitalismo burguês, o socialismo e o comunismo”. Notaremos as semelhanças entre as análises dele [Marx] e as etapas do desenvolvimento[...] (ROSTOW, 1966, p. 173).

Ora, comparar estudos modelares de processos de desenvolvimento econômico com uma teoria que visava a transformação revolucionária do capitalismo e ainda

¹⁸¹ Analisaremos de forma mais detida as metas que são diretamente ligadas ao nosso tema de pesquisa.

“encontrar semelhanças”, demonstra o esforço político do teórico da modernização em consolidar uma ideologia do desenvolvimento.

A Aliança para o Progresso pode ser considerada a agenda positiva da política externa estadunidense, porém não deixava de demonstrar a firme disposição da administração Kennedy em impedir que qualquer outro país do hemisfério seguisse o rumo de Cuba. Sob essa perspectiva, o Brasil aparecia como ponto nevrálgico, dispensando os melhores quadros para a implementação do programa de cooperação.

Lincoln Gordon menciona que foi convidado por Kennedy para ser embaixador no Brasil, em primeiro lugar, porque havia dedicado vários anos de estudo aos “problemas do desenvolvimento brasileiro” e, em segundo, porque trabalhou durante quase um ano na formulação dos conceitos da Aliança para o Progresso, “um programa em que o Brasil será a chave do êxito” (GORDON, 1961, p. 38). Dessa forma, Gordon explica que a Aliança era a parte mais importante de sua missão como embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

O embaixador também destacou a importância de uma programação eficiente e da preparação de projetos específicos, ressaltando a necessidade de assistência técnica aos países da América Latina para a realização dessas tarefas, sendo tal assistência parte importante do programa estadunidense. Gordon não deixou de assinalar a questão da autoajuda, explicitando que cada projeto que requisitasse auxílio externo deveria contar com recursos internos substanciais, o que significaria uma “garantia” de interesse real na execução dos projetos. Além disso, pontuava que melhoramentos institucionais eram necessários “para tornar eficiente um projeto ou um programa”, citando como exemplo ajustes administrativos tais como o estabelecimento de cooperativas agrícolas e a organização de um sistema de treinamento profissional (Ibidem, p. 42). Tal passagem, mais uma vez, demonstra a preocupação norte-americana em expandir seu paradigma de modernização do campo no Brasil, através de “treinamento”, sendo o modelo a ser seguido.

3.4.1 – A Aliança no Brasil: “a chave do êxito” do programa

Desde o governo parlamentarista de João Goulart, já pudemos verificar um esforço no sentido de estruturar agências para receber financiamentos do programa estadunidense. Em maio de 1962, através do Decreto nº 1.040, foi criada a Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP), subordinada à presidência do Conselho de Ministros. A Comissão seria composta por cinco membros nomeados pelo

Presidente da República através de indicação do presidente do Conselho de Ministros e do Secretário-Geral da Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN). Dessa forma, a composição da COCAP seria de quatro membros, um Secretário-Geral e um Coordenador, sendo esse último cargo ocupado pelo próprio Secretário-Geral da COPLAN (BRASIL, 1962, BR-RJAN1T PASTA 1).

José Luiz Bulhões Pedreira foi quem ocupou a dupla função nos cargos de Secretário-Geral da COPLAN e Coordenador da COCAP. Pedreira era um tradicional jurista do Rio de Janeiro, membro do IPES, participante da diretoria do BNDE, consultor jurídico de vários ministérios, tendo atuado na Análise e Perspectiva Econômica (APEC)¹⁸² e na Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC)¹⁸³, além de ter participado da redação da lei do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS – Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966), da Lei da Greve, da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH, Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964), da liberação da remessa de lucros, do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964), da criação do Banco Central (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964).¹⁸⁴

Também foram membros da COCAP: João Batista Pinheiro¹⁸⁵, Cibilib Vianna¹⁸⁶, Luiz Simões Lopes e Heitor Grilo. Simões Lopes foi idealizador e presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 1944 a 1993; membro do Escritório Técnico de Agricultura (ETA) e do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP); presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) de 1962 a 1979 e membro do Conselho Superior da SNA de 1959 a 1993. Consideramos Simões Lopes também como um dos principais exemplos de inter-relação entre sociedade civil e sociedade política. Heitor Grilo era o responsável pelo setor de Agricultura da COCAP. Agrônomo e veterinário, Grilo esteve no Ministério da Agricultura nos anos 1930 e 1940 (Escola

¹⁸² “A APEC foi uma fonte de publicações importantes relativas à economia, empresas públicas e ao papel do capital privado no desenvolvimento do país, disseminava seus pontos de vista entre empresários, configurando a posição ideológica destes”. Foi constituída sob a direção e participação de Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões, José Luiz Bulhões Pedreira, entre outros (DREIFUSS, 1981, p.89).

¹⁸³ “A CONSULTEC, também conhecida como Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos, era, incontestavelmente, o mais importante e bem-sucedido escritório técnico, e um anel burocrático-empresarial em si mesma” (DREIFUSS, 1981, p.86).

¹⁸⁴ Fontes: DREIFUSS, 1981; GATTO, FARO e ALMEIDA, 2009; <http://www.bpbc.com.br/rsfa/fundadores/?idioma=pt>, acesso em 04/11/16.

¹⁸⁵ Diplomata; foi um dos principais negociadores do Plano de Metas do governo Kubitschek, em 1957 foi nomeado diretor-superintendente do BNDE, então presidido por Roberto Campos; participou de diversas missões junto à OEA (DHBB, CPDOC).

¹⁸⁶ “Um dos fundadores do PDT, foi assessor político e chefe de gabinete dos governos estaduais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul de Leonel Brizola, foi um dos integrantes da Campanha da Legalidade em 1961” (GONÇALVES, 2016, p.203).

Nacional de Agronomia e Escola Nacional de Veterinária), foi terceiro presidente da SNA entre 1963 e 1971, além de membro do Conselho Superior desta entidade entre 1959 e 1975 (MENDONÇA, 2016, p. 194 e MENDONÇA, 2010, p. 251). Sua presença à frente do setor de Agricultura da COCAP, demonstra a inserção de outro importante intelectual orgânico da SNA junto ao órgão do estado restrito responsável pela centralização dos acordos relacionados à agricultura firmados com os Estados Unidos.

A COCAP ficou responsável por orientar e auxiliar órgãos federais, estaduais e municipais, além de entidades privadas, na elaboração de projetos ou programas de investimento que buscassem auxílio através da Aliança para o Progresso. Os projetos apresentados por esses órgãos seriam recebidos e analisados pela COCAP, que também estabeleceria sua ordem de prioridade e os encaminharia aos órgãos financiadores internacionais. As diretrizes que balizariam tais funções foram estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da COPLAN. A COCAP estabeleceu critérios setoriais que definiriam os projetos a receber prioridade de financiamento. O setor de Atividades Agropecuárias, considerado de “natureza econômica”, teria projetos declarados prioritários que abarcassem:

i – crédito rural supervisionado; ii – produção de sementes padronizadas; iii – extensão rural; iv – mecanização agrícola; v – colonização; vi – erradicação de cafeeiros antieconômicos. Os demais projetos deverão ser encaminhados à vista de planos ou programas nacionais, regionais ou setoriais, que permitam julgar da sua prioridade face a outros investimentos alternativos (LSL, 161.8.16).

Já os considerados de “natureza social”, teriam a prioridade estabelecida em função de sua contribuição para:

a) reduzir as tensões sociais mais graves; b) aumentar em curto prazo o número de alunos escolarizados no ensino técnico, de grau médio, superior; c) aumentar o número de alunos escolarizados no ciclo primário, no ritmo necessário para atingir o objetivo de assegurar seis anos de ensino a todas as crianças de mais de 7 anos, a partir do fim desse decênio; d) erradicar endemias e reduzir a taxa de mortalidade infantil; e) melhorar as condições de habitação e de abastecimento de água e esgoto, no ritmo mais rápido compatível com a manutenção de elevada taxa de crescimento da economia (Ibidem).

Pode-se observar que dentre os critérios econômicos do setor da agricultura elencados, o crédito rural supervisionado, a utilização dos chamados insumos modernos e de maquinaria, ocupam os primeiros critérios de prioridade. Dessa forma, os projetos a serem preferencialmente contemplados com os recursos da Aliança para o Progresso, seriam os que seguissem a “cartilha” da modernização. Já observando os parâmetros dos

considerados de “natureza social”, fica clara a primazia do ensino técnico e de nível médio, seguido do superior.

A criação da COCAP foi interpretada como uma ação que complementava as discussões realizadas durante a viagem da comitiva de João Goulart aos Estados Unidos em inícios de abril de 1962. Os ministros discutiam que a criação da Comissão evitaria distorções na implementação da Aliança, dentre elas:

Com a notícia de que a Aliança para o Progresso está em condições de dar assistência técnica e financeira a projetos dos Estados, Municípios e até de entidades privadas, os interessados vêm procurando autoridades brasileiras com que se entenderem e como ainda não existe um órgão específico para atender a essas solicitações, essas entidades e até autoridades estaduais e municipais têm procurado a Embaixada Norte Americana, onde deixam seus projetos, e suas solicitações de auxílio, de assistência, o que vem criando na Embaixada e na opinião pública brasileira, margem para explorações, que não tem deixado bem o Governo brasileiro (BRASIL, BR-RJAN1T PASTA 4, 23/05/62).

Reportagem do *Correio da Manhã* – periódico que protagonizou ampla oposição ao governo Goulart – intitulada “Aliança descoordenada”, traz um comentário à “incapacidade” do governo em encaminhar as reformas para o desenvolvimento de longa duração, conforme estipulado pela Carta de Punta del Este. O jornal tece duras críticas e destaca que a criação da COCAP se deu somente após um ano de vigência do programa norte-americano e seguia afirmando que a Comissão tinha um caráter político, pois era composta por membros ligados ao Conselho de Ministros (*Correio da Manhã*, 26/05/62, p. 6).

Porém, conforme investigamos, já em fins de 1961, se iniciou a presença efetiva da Aliança para o Progresso no Brasil com a chegada de uma missão ao Nordeste, dada a importância estratégica, geopoliticamente falando, desta região para os norte-americanos. Estava à frente do Grupo de Pesquisa para o Nordeste do Brasil da Aliança para o Progresso, o economista e embaixador Merwin Bohan.¹⁸⁷ A missão realizou várias viagens ao Nordeste com o objetivo de realizar estudos e apontar soluções mais apropriadas para a aplicação dos recursos advindos da Aliança. Ao fim da missão foi elaborado o chamado Relatório Bohan, um documento com 150 páginas contendo planos de curto e longo prazos. Figuravam entre as iniciativas de curto prazo, devendo ser concluídas num período entre 12 a 18 meses, a construção de fontes públicas de água ou poços em regiões pobres. Ressaltando que deveria se utilizar “de maneira destacada, os

¹⁸⁷ Burocrata do Departamento de Estado, tinha sido um dos membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMEBEU).

símbolos da Aliança para o Progresso”; indicava a criação de um programa de eletrificação rural, com unidades geradoras móveis; instalação de Centros de Trabalho; instalação de “programas educacionais de rádio, voluntários e assistidos dirigidos aos milhão e 250 mil jovens e mulheres, que ingressam todos os anos na força de trabalho da região” (*O Semanário*, 17/05/1962, p. 7).

Já os programas de longo prazo consistiam na construção de rodovias, no treinamento de professores e na preparação e seleção de migrantes para outras regiões do país, principalmente São Paulo, direcionando-os à indústria, e Goiás, direcionando-os ao trabalho na agricultura. O relatório cita a importância de “facilitar a saída dos excedentes populacionais do Nordeste”. Dessa forma, o interesse norte-americano, através de programas financiados pela Aliança, nesse período inicial, era garantir “fonte de suprimento” de trabalhadores “disciplinados” para a indústria ou para regiões onde grandes corporações estadunidenses possuíam imensas quantidades de terras, conforme veremos abaixo. O documento afirma claramente que o Nordeste brasileiro “se apresenta como fonte humana de primeira ordem no país, à qual se tem recorrido vezes e vezes em procura de mão de obra para os grandes empreendimentos”. Dessa maneira, o Grupo de Pesquisa relaciona uma série de propostas para “incrementar o número de migrantes nordestinos em condições de preencher as vagas fora do Nordeste”:

- a) Proporcionar aos migrantes potenciais de educação elementar (alfabetização); b) Proporcionar-lhes algumas habilidades básicas [...]; c) Assisti-lo na seleção de um ofício através de orientação; d) Resguardas os migrantes no tocante ao seu preparo, condições de saúde e capacidade para se adaptarem aos labores industriais; [...] f) [elaborar] um sistema de alcance nacional de emigração, colonização e serviços de emprego; g) [...] Em particular no terreno educacional, o Estado receptor deverá atender ao estabelecimento de cursos para o melhoramento da capacidade individual que permitirá ao nordestino melhor preparo para as oportunidades de emprego existentes na localidade [...] (Ibidem, p. 7).

A ênfase do relatório para os projetos de curto prazo, recaía sobre a questão dos fluxos populacionais no Nordeste em direção a outras regiões. Para projetos de longo prazo ressaltava que, para dar início a programas de desenvolvimento da própria região, seriam necessários estudos “científicos” para um conhecimento “de fundo” dos recursos naturais e artificiais do Nordeste. A indicação do documento era de que técnicos brasileiros, assistidos pelos norte-americanos, realizassem pesquisa de reconhecimento dos recursos da região, como os depósitos de minério não descobertos e fontes de água subterrânea. Ademais, a pesquisa “agronômico-sociológica” planejada no estado do Maranhão, deveria levar solução a “conquista da floresta tropical do Vale da Amazônia”,

descobrimo como o homem “poderá melhor adaptar seus hábitos de vida e trabalho no sentido de sobreviver e dominar a região” (Ibidem).

O relatório indicava, a necessidade do “controle das organizações camponesas e dos sindicatos operários”. Visto a legislação brasileira do trabalho ainda não se estender aos trabalhadores do campo, gerando a necessidade de organizações que “escutassem as demandas dos trabalhadores e os aconselhassem”, recomendavam como iniciativa de curto prazo, o estabelecimento de “centros locais de trabalho” nas zonas açucareiras e em algumas áreas rurais. Tais centros serviriam como locais para reuniões, “barracões com os emblemas da Aliança para o Progresso que ofereçam uma expressão palpável da preocupação pelo bem-estar dos trabalhadores”. Os centros poderiam permitir a formação de “autênticas organizações trabalhistas”, além de abrigar delegados de trabalho do governo para ouvir e auxiliar os trabalhadores dessas regiões. Indicava também que os centros poderiam oferecer “serviços de saúde, educação, aulas e recreação” (Ibidem).

As “autênticas organizações trabalhistas” estavam em clara oposição aos movimentos sociais de trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas que, no início dos anos 1960, estavam em franco crescimento e organização, representando uma ameaça aos interesses de grandes proprietários nacionais, bem como dos grandes empreendimentos agropecuários estrangeiros, sobretudo norte-americanos. O relatório enfatizava a necessidade de assistir aos “elementos democráticos” entre os trabalhadores rurais, para que se congregassem organizações trabalhistas “mais constantes, como único meio de combater a influência não-democrática”. Como exemplo de “esforço democrático” no campo, apontou o Serviço de Assistência Rural (SAR)¹⁸⁸, sob a chefia do bispo de Natal, Dom Eugênio Sales, criado para dar suporte às atividades do Movimento de Natal.¹⁸⁹ Segundo o relatório do Grupo representante da Aliança para o Progresso:

O SAR desenvolve, no presente, cursos para a formação de líderes sindicais. O bispo espera muito confiante poder estender estes serviços a 45 uniões rurais adicionais em outras partes no Nordeste, e tem requerido a assistência dos Estados Unidos para a matéria impressa do SAR e para as cooperativas de crédito que financiam a construção de habitações para os operários (Ibidem).

¹⁸⁸Possuía setores de conscientização e educação: Escolas Radiofônicas, depois (MEB); Migração; Centros Sociais e Clubes; Treinamento de Líderes; Ensino Médio; Politização; e setores de ação imediata: Cooperativismo; Sindicalismo Rural; Colonização; Artesanato e saúde. In: <http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/sar/index.htm>, consulta realizada em 22/11/17.

¹⁸⁹ Entre 1943 e 1964 a arquidiocese de Natal realizou uma série de atividades que envolveram a organização sistemática dos trabalhadores em sindicatos rurais, reconhecidos pelo governo; a primeira Federação dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Norte; Escolas Radiofônicas que impulsionaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outras iniciativas.

O documento ressalta que outros “esforços democráticos” como o SAR deveriam também começar a receber “subsídios” dos Estados Unidos para realizar seminários de líderes sindicalistas, comprar máquinas de escrever e mimeógrafos para as atividades sindicais, adquirir veículos e treinar líderes sindicalistas nos Estados Unidos. “Para avaliar a extensão e o tipo de assistência neste setor, recomendamos o estabelecimento de um consultor técnico trabalhista dos Estados Unidos na zona” (Ibidem).

Foi também objeto de atenção dos técnicos da Aliança responsáveis pelo relatório a juventude rural. Assim, propõem o que deveria nortear a Aliança sobre o tema:

[...] que os Estados Unidos colaborem no melhoramento das condições de educação elementar da população jovem no Nordeste brasileiro: I) fornecendo filmes através da expansão do atual centro educacional audiovisual em Salvador (Bahia); II) mediante o estabelecimento de novos centros educacionais audiovisuais no Recife, Fortaleza e Natal. [...] será usada a técnica americana de assistência para ajudar no desenvolvimento das atividades de pesquisas para programas de treinamento do “staff”, grupos de campo e supervisores de organização da comunidade (Ibidem).

O relatório ilustra bem como os Estados Unidos pretendiam, através da Aliança para o Progresso, levar um modelo de formação educacional destinada ao trabalho, aos moradores das áreas rurais no Brasil. Nesse sentido, o programa estadunidense reforçava, intensificava e ampliava um processo que datava de inícios dos anos 1950, que igualmente utilizava a educação como adestradora e disciplinadora da força de trabalho no campo (MENDONÇA, 2010b).

Em setembro de 1962, após a demissão do Gabinete parlamentarista de Tancredo Neves¹⁹⁰, toma posse o Gabinete Brochado da Rocha, que durou pouco mais de três meses. Antes dessa escolha, Goulart havia indicado para o cargo de Primeiro Ministro o nome de San Tiago Dantas, rejeitado pela Câmara dos Deputados em episódio que Dreifuss classifica como sintomático do exercício da Ação Democrática Parlamentar (ADP).¹⁹¹ Partidária do alinhamento do Brasil ao bloco ocidental liderado pelos Estados

¹⁹⁰ Demian Melo em seu estudo de fôlego sobre o governo de João Goulart esclarece: “De acordo com a híbrida fórmula institucional vigente, os postulantes às eleições de 7 de outubro daquele ano deveriam se desincompatibilizar, e esse era o caso do próprio Tancredo, que havia perdido as eleições para o governo de Minas Gerais em outubro de 1960 para o udenista Magalhães Pinto, e pretendia candidatar-se à Câmara Federal” (MELO, 2013, p.158).

¹⁹¹ Bloco interpartidário surgido no primeiro semestre de 1961, com o objetivo de combater a infiltração comunista na sociedade brasileira. A Ação Democrática Parlamentar era composta basicamente de parlamentares da UDN e, em segundo plano, do PSD. Congregava também deputados do PR, do PSP, do PDC, do PTN, do PRP, do PL e um representante do PTB. Fez oposição ao governo do presidente João Goulart (1961-1964) e deixou de existir após a subida dos militares ao poder, em março de 1964. Seu presidente foi o deputado João Mendes, da UDN da Bahia (LAMARÃO, S. DHBB/CPDOC).

Unidos, a ADP moveu cerrada oposição à política externa de aproximação entre países do Terceiro Mundo e socialistas, inaugurada sob presidência de Jânio Quadros e mantida pelo governo de Goulart. No plano interno, a ADP era defensora intransigente do fortalecimento da iniciativa privada e mostrava-se favorável à entrada de capitais estrangeiros na economia brasileira, sem a tutela do Estado restrito. A ADP estava organicamente ligada ao complexo IPES/IBAD e sua ação conectava-se diretamente aos Grupos de Estudo e Doutrina do IPES, que elaboravam críticas sistemáticas às propostas de reforma do governo, enquanto o Grupo de Assessoria Parlamentar se encarregava do bloqueio do Executivo, suprindo o que Dreifuss chama de rede ADEP/IBAD/ADP¹⁹² de apoio logístico material e político (NATIVIDADE, 2013, p. 101).

O Gabinete Hermes Lima toma posse em setembro de 1962 e a COCAP passa a ser coordenada por Celso Furtado¹⁹³, nomeado Ministro Extraordinário do Planejamento. Furtado havia recebido, meses antes, em fevereiro de 1961, uma comissão de norte-americanos, enviada pelo recém empossado Kennedy, da qual faziam parte Arthur Schlesinger e Richard Goodwin. A comissão tinha como objetivos avaliar a situação do Nordeste brasileiro e apontar possíveis iniciativas para seus problemas sociais e econômicos. Furtado, que nesse período estruturava a SUDENE, registrou suas impressões sobre a visita dos auxiliares de Kennedy:

Deram-se conta de que o quadro nordestino era grave, mas também de que os problemas estavam sendo enfrentados com realismo [...] compreenderam os auxiliares de Kennedy que era de boa tática para nós manter boas relações com as ligas camponesas e outros movimentos que expressavam a insatisfação da população. Disse-lhes com toda a franqueza que a imagem dos Estados Unidos era a pior possível, mas que isto podia mudar se o novo presidente retomasse a saga de Roosevelt com sua política de boa vizinhança (FURTADO, apud RIBEIRO, 2006, p. 80).

Ao então novo ministro cabia coordenar e dirigir um novo plano nacional de desenvolvimento econômico. Dessa forma a COPLAN, a COCAP, além de outros órgãos e secretarias de planejamento, ficou sob a responsabilidade de Furtado, que continuou também à frente da SUDENE, considerada estratégica para os quadros da Aliança para o

¹⁹² A Ação Democrática Popular (ADEP) foi uma organização criada em março ou abril de 1962, com o objetivo de canalizar recursos para os candidatos contrários ao presidente João Goulart que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de 11 estados, marcadas para outubro daquele ano. Era subsidiária do IBAD. A ADEP foi dissolvida, juntamente com o IBAD, por ato do Poder Judiciário datado de 20 de dezembro de 1963, sob a acusação de “exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade”.

¹⁹³ Economista, importante membro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), autor de vários textos importantes sobre desenvolvimento econômico brasileiro, articulador e diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), após o golpe de 1964 foi cassado, perseguido pelo regime e exilado.

Progresso, tendo o próprio Furtado ido a Washington, em julho de 1962, para discutir com Kennedy possíveis acordos de assistência para a região.

Nas principais fontes do governo brasileiro sobre a Aliança, aparecem como “núcleo central” dos instrumentos internacionais ligados ao programa organizações como a OEA, o BID e a CEPAL. A OEA operava através do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), que realizava reuniões anuais de nível ministerial (Fazenda e/ou Planejamento) e de nível técnico, encarregadas de acompanhar o andamento da Aliança. Nessas reuniões também eram discutidas e avaliadas as medidas do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP). O CIAP foi criado como órgão diretivo multilateral da Aliança para toda a América Latina, porém, como já mencionado, não detinha autoridade para efetivar a distribuição de recursos.

Pudemos verificar nas fontes o recorrente questionamento do caráter efetivamente multilateral do programa, posto reconhecerem que, no plano funcional, o programa era tipicamente bilateral, “com atendimentos diretos entre os órgãos norte-americanos e os países latino-americanos”. E prosseguem:

[...] a Aliança atravessou fase normal de criação e organização e que a necessidade de multilateralização constitui, desde fins de 1962, preocupação constante que determinou medidas progressivas em seu favor. Não obstante, é preciso guardar em mente a noção de que os Estados Unidos, por motivos diferentes não só políticos, mas igualmente econômico-financeiros e pressões legislativas e político partidárias – são obrigados a manter sempre margem de controle sobre os recursos de empréstimo (BRASIL, 1964, p. 13).

O citado Alimentos para Paz (*Food for Peace*) foi inserido junto às táticas operacionais da Aliança, funcionando como programa assistencial de doação de alimentos, administrado por diretor subordinado à Casa Branca. No Brasil atuava junto ao governo federal em esforços como a Campanha da Merenda Escolar e a Campanha Nacional da Criança, além de projetos ligados à SUDENE. Organizações privadas e religiosas dos Estados Unidos igualmente associaram-se ao programa, dentre elas a *Catholic Relief Service*, *Church World Service*, *Lutheran World Relief*, Caritas e Confederação Evangélica. Os Corpos da Paz (*Peace Corps*) também tinham seu diretor diretamente subordinado à Casa Branca, bem como os diretores regionais nos países atendidos. O *Peace Corps* fornecia, através de voluntários, assistência técnica em comunidades rurais “assistindo-as”, sobretudo, em matéria de higiene, puericultura, extensão rural e economia doméstica.

O quadro abaixo explicita os projetos aprovados entre a COCAP e a USAID, bem como os convênios assinados até junho de 1964. A análise do quadro demonstra – apesar

da crise política durante o governo de João Goulart e dos problemas que envolveram a relação bilateral Brasil-EUA – a atuação da Aliança para o Progresso no Brasil durante esse período.

O exame do quadro aponta quais foram as diversas áreas de atuação do programa estadunidense: incentivo ao sistema produtivo, em diversos setores; eletrificação; construção de estradas de rodagem; educação; saúde e cooperação técnica. Dos 20 convênios do quadro, 5 estavam diretamente ligados ao estado da Guanabara, governado por Carlos Lacerda, ferrenho opositor de Goulart, o que traduz a política de “ilhas de sanidade” da Aliança. Dentro de um universo tímido de projetos em andamento, 25% deles beneficiavam um estado governado por um dos conspiradores mais ativos do golpe de 1964, com claras ambições de candidatar-se à presidência da república em 1965. Estados nordestinos como Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, governados também por adversários do governo federal, aparecem no quadro. Os exemplos corroboram a tese de que Washington, através de seus programas de ajuda aos países em desenvolvimento, buscava apoiar líderes políticos alinhados à sua política.

Ademais, o projeto com maior valor de custo total foi o da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, confirmando a primazia da política pública de crédito rural como instrumento da *modernização dolorosa* do campo, enormemente impulsionada por meio de subsídios estatais no pós-golpe de 1964. Existiam ainda 53 projetos remetidos à USAID pela COCAP que estavam em exame. Eles envolviam, além das áreas já abarcadas pelos convênios assinados, outras como importação de fertilizantes, instalação de fábricas de fertilizantes, importação de tratores, colonização em áreas do Mato Grosso e construção de casas populares (BRASIL, 1964, p. 72-88).

Quadro 3: Projetos aprovados entre a COCAP e a USAID com convênios assinados (até junho de 1964)

Nome do projeto	Localização	Data entrada	Descrição	Custo total (US\$ milhões)
Cia. de Carbonos Coloidais (CCC)* COCAP 57.90	BA	Março/1962	Instalação de fábrica de “negro de fumo” (negro de carbono)	6.150
Cia. de Borracha Sintética (COPERBO) COCAP 57.91	PE	Março/1962	Aquisição de equipamento para a fábrica de borracha sintética	3.400
Estação Eletrotérmica Central da Guanabara (CHEVAP) COCAP 55.12	GB	Março/1962	Construção da usina termoeétrica de Santa Cruz	32.400
Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG) COCAP 55.06	MG	Março/1962	Instalação de capacidade adicional ao projeto da usina elétrica de Três Marias	5.300
Crédito e Financiamento S.A. (COPEG) COCAP 56.15	GB	Abril/1962	Financiamento às indústrias pequenas e médias da Guanabara	13.585
Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) COCAP 57.17	RJ	Maió/1962	Expansão da produção de aço e estanhamento eletrolítico	21.000
Furnas – Linhas de Transmissão COCAP 55.04	MG, SP, RJ e GB	Agosto/1962	Ampliação das linhas de transmissão (2ª etapa)	53.500
Guanabara – Programa de Educação COCAP 54.04	GB	Setembro/1962 COCAP Abril/1963 AID	Extensão de 25 escolas com 250 salas	**Cr\$ 2.3000.000 (Fundo do Trigo)

Goias – Programa de Educação COCAP 54.01	GO	Março/1963	Expansão da educação primária, secundária e técnica vocacional	**Cr\$ 1.3000.000 (Fundo do Trigo)
Centrais Elétricas Mato-grossenses (CEMAT) COCAP 55.03	MT	Março/1963	Ampliação e melhoria dos sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia	45.000
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) COCAP 54.52	Território Nacional	Março/1963	Pedido de empréstimo para estudo de viabilidade	1.500
ABCAR COCAP 53.30	GB	Setembro/1963	Convênio suplementar de assistência técnica às populações rurais e suas famílias em todo território nacional	**Cr\$ 1.2000.000
Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil COCAP 54.01	Território Nacional	Outubro/1963	Criação de Fundo Especial de Desenvolvimento Industrial. Repasse a pequena e média indústria	100.000
Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR)	CE	Outubro/1963	Eletrificação de Fortaleza	2.400
Campanha de Erradicação da Malária COCAP 52.80	Território Nacional	Dezembro/1963	Continuação do programa de erradicação da malária	6.500
Ministério da Aeronáutica COCAP 54.70	Território Nacional	Abril/1964	Instalação de equipamentos elétricos e eletrônicos	2.700
Fundo de Fertilizantes (para desenvolvimento da indústria brasileira de fertilizantes, etc.)	Território Nacional	Mai/1964	Financiamento de até US\$ 15 milhões para importação de fertilizantes de procedência norte-americana	15.000

COCAP 53.20				
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	RJ	Maio/1964	Expansão da Usina de Volta Redonda	5.500
Rodovia “Estrada da Produção” – (RS-13) COCAP 54.57	RS	Maio/1964	Conclusão da Rodovia RS-13	35.860
Rodovias do Nordeste (Construção) COCAP 54.58	AL, CE, MA, PB, PE e RN	Junho/1964	Construção de sete trechos, totalizando 403 km	15.000

Fonte: BRASIL, 1964, p. 73-77; BRASIL, 1966, anexos.

* Uma das primeiras indústrias petroquímicas da Bahia, a fábrica fechou as portas em 1990 deixando um grande rastro de poluição.

**Os valores estão em cruzeiros pois referem-se a convênios no âmbito do Fundo do Trigo, conforme veremos a seguir.

3.4.2 – Estrutura de funcionamento da Aliança no Brasil

O programa de cooperação bilateral Brasil-Estados Unidos operou através do financiamento de projetos específicos de “desenvolvimento econômico”. A assistência econômica era realizada através de empréstimos em dólares ou em cruzeiros concedidos pelo Eximbank e administrados pela USAID. Os financiamentos de projetos classificados como de “desenvolvimento social” eram executados através de empréstimos ou doações, em dólares ou em cruzeiros. Os executores eram a USAID, que tinha recursos próprios para tal tipo de projeto; e o BID, que geria os recursos norte-americanos que formavam o já mencionado Fundo Fiduciário de Progresso Social (FFPS), concedendo apenas empréstimos.

Todos os empréstimos ou doações em cruzeiro eram efetivados por intermédio do Fundo do Trigo, que consistia em acordos sobre produtos agrícolas, através dos quais os Estados Unidos (PL 480) realizavam, desde 1955, a venda de excedentes agrícolas ao Brasil, com pagamento em cruzeiros, depositados em conta no Banco do Brasil para ser utilizado para o financiamento de empréstimos e doações aos projetos de “desenvolvimento econômico e social”. A *Public Law* 480 (PL 480) – oficialmente Lei de Comércio e Desenvolvimento Agrícola – foi criada em 1954 como uma iniciativa por parte dos Estados Unidos dentro do quadro da ajuda alimentar internacional. A PL480 envolvia interesses agrícolas internos referentes ao escoamento de excedentes agrícolas e a necessidade de abertura de mercado no exterior.

Havia também a cooperação financeira efetuada por meio de “empréstimos em dólares para financiamento de importações correntes”¹⁹⁴, porém, com a ressalva de que a origem dessas importações deveria ser estadunidense, ou seja, um mecanismo para garantir o mercado brasileiro aos empresários do país do Norte. Além disso, esses empréstimos seriam também para o “refinanciamento de dívidas”. Dentro de uma política de “auxílio de balanço de pagamentos”, tal noção defendia que uma nação em desenvolvimento só conseguiria equilibrar o seu balanço de pagamentos através da entrada de capital estrangeiro. As agências estadunidenses responsáveis por essa área de cooperação eram o Tesouro, a USAID e o Eximbank (BRASIL, 1964, p.49). Dessa forma, como já assinalado, os países receptores da “ajuda”, eram bombardeados com a noção de que a única forma de alcançarem o desenvolvimento era adequando-se às normas estabelecidas pelas agências internacionais responsáveis pelos auxílios.

¹⁹⁴ “[...] as importações que eles [os empréstimos] cobrem devem ser de origem norte-americana” (BRASIL, 1964, p.50-51).

Os empréstimos da USAID eram concedidos pelo prazo de quarenta anos, dos quais dez anos eram de carência, com uma taxa de crédito de 0,75% e trinta anos de amortização com juros de 2%. Já os empréstimos por intermédio do Eximbank eram de até vinte anos de prazo, com juros de 4% ao ano. Tais financiamentos, tanto sob a forma de empréstimos como de doação, dependiam da aprovação dos projetos técnicos específicos, salvo quando se tratasse de operação financeira de tipo compensatória (Ibidem, p. 50).

Como já sinalizado em capítulo anterior, as relações entre Brasil e Estados Unidos durante o governo de João Goulart foram marcadas por inúmeras dificuldades. Logo, a implementação do programa de auxílio estadunidense no Brasil refletiu as marcas dessas tensões. No fim de 1961, o Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano visitou países da América Latina para avaliar o andamento da política internacional. No Brasil, esteve o senador Mike Mansfield, líder do Partido Democrata, que elaborou relatório advertindo ao Comitê do Senado quanto aos embaraços políticos e econômicos no Brasil. O texto dedicou espaço amplo ao Nordeste, com destaque para as Ligas Camponesas, que “sofriam a influência do marxismo”, que era “tolerado” na política brasileira (WASHINGTON, REPORT..., 1962, p. 5). Salientava que o momento político brasileiro não era favorável, que os EUA deveriam atentar para os limites de um programa de cooperação como a Aliança para o Progresso: “Há riscos de fazer pouco em relação à atual situação brasileira. Há riscos ainda maiores em presumir fazer muito” (Ibidem, p. 10). Logo, podemos notar que Mansfield não compartilhava com o otimismo do Executivo para com a Aliança, questionando os acordos bilaterais. O que estava por trás disso era a “queda de braço” entre o legislativo – que buscava participar da gestão das políticas de cooperação técnica – e o executivo.

Os membros do Congresso relataram como uma das maiores dificuldades a “relutância” do Executivo e do Legislativo brasileiros em “tratar corajosamente” o problema fiscal, a reforma agrária e a busca de um “paliativo no projeto de lei sobre remessa de lucros” (RC d emb 61.10.19).¹⁹⁵ O relatório declarava que, a menos que o “governo e o povo brasileiros se disponham a enfrentar seus próprios problemas, o auxílio norte-americano não seria eficaz nem se enquadraria na conceituação da Aliança para o Progresso, a qual pressupõe ajuda própria e reformas de base” (Ibidem). Roberto Campos ressaltou que as conclusões do relatório eram “gravemente inquietantes” demonstrando a

¹⁹⁵ Arquivo Roberto Campos, FGV/CPDOC, correspondência do embaixador em Washington, Roberto Campos, para a Secretaria de Estado, relatando o relatório do senador Mansfield.

recomendação de uma limitação do engajamento americano em novos programas de assistência, os quais deveriam concentrar-se no Nordeste, principalmente através do Alimentos para Paz e de auxílios no campo educacional. Campos advertia ainda que o relatório refletia um ponto de vista bastante generalizado entre os congressistas norte-americanos que visitaram o Brasil:

[...] a impressão de indecisão administrativa e desordem financeira, impressão que se soma aos desapontamentos causados pela hostilidade a investimentos privados revelada na votação do projeto de lei de remessa de lucros e ainda pelo que consideram uma atitude suave e complacente frente ao problema castrista (Ibidem).

O embaixador esclarece que a posição do Executivo norte-americano diferia daquela apresentada pelo relatório, muito embora sugerisse uma “maior severidade do Congresso brasileiro na análise dos pedidos de verbas para a Aliança para o Progresso” (Ibidem).

Reportagem do *Correio da Manhã* também trata do relatório Mansfield. O jornal informava que o texto fazia uma “séria advertência sobre o Brasil”, dando destaque à conclusão do relatório.

Na ausência de uma iniciativa determinada e definida de parte do Brasil para enfrentar suas dificuldades mais graves, o melhor papel para os Estados Unidos será o de evitar compromissos de fundo ou mesmo compromissos aparentemente de fundo”. “Por certo, existem boas intenções de ambas as partes e existe o desejo, por nosso lado, de prestar ajuda” (*Correio da Manhã*, 11/02/1962).

O programa da Aliança para o Progresso foi um dos pontos centrais da agenda de Goulart durante sua visita oficial aos Estados Unidos, em abril de 1962. Goulart manteve encontros com o presidente Kennedy, além de outros com o presidente do BID; com o Diretor Executivo do FMI; Fowler Hamilton, diretor da USAID; conselheiros da OEA; Dean Rusk, Secretário de Estado; Teodoro Moscoso, coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso; com o governador de Nova Iorque, Nelson Rockefeller; dentre diversos outros, inclusive com alguns representantes do grande capital daquele país.

Em discurso proferido no Congresso dos Estados Unidos, Goulart expôs questões relacionadas aos pré-requisitos para a aquisição de recursos no âmbito do programa de auxílio financeiro estadunidense, principalmente às exigências ligadas aos planos nacionais de desenvolvimento.

Tem ainda a Aliança para o Progresso o mérito de conceituar o problema da América Latina em seus aspectos econômicos e também sociais, o que lhe dá excepcional dimensão política, dela fazendo um programa de *fortalecimento da democracia*. (...). Não escondo, porém, os meus *receios quanto às*

dificuldades de execução. Se a Aliança para o Progresso depender de um esforço dos países latinos para alcançarem com rigor técnico absoluto um planejamento global, no campo econômico e social, e para eliminarem previamente certos fatores de instabilidade, podemos admitir embaraços capazes de prejudicar a urgência de soluções inadiáveis. Tais dificuldades recrudescerão se a Aliança não refletir, principalmente, o espírito de confiança e respeito recíprocos entre os Governos dos países que a integram, na linha de fidelidade aos propósitos manifestados pelo eminente Presidente Kennedy” (RC d emb 1961.10.19, pasta I, grifos nossos).

3.4.3 – A sociedade civil na Aliança

A Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso (CBAP), vinculada à OEA e ao Escritório da União Pan-Americana, instalada em outubro de 1962, apresentava-se com a “missão essencial” de formar “na opinião pública a consciência de que o esforço nacional era fundamental” para o sucesso da Aliança no Brasil (LSL, 1961.08.16 apu). O Comitê Central da CBAP era presidido por Luiz Simões Lopes¹⁹⁶ e tinha uma Secretaria Executiva constituída pelo Escritório Regional da União Pan-Americana (OEA) no Brasil.

A Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso é uma entidade não oficial, de colaboração com a Organização dos Estados Americanos, sem interferência em planos nacionais, estrangeiros ou internacionais resultantes da Carta de Punta del Este, mas empenhada em promover a participação da opinião pública na Marcha Doutrinária e Política da Aliança, recomendada pela I Reunião Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social de 1962 (Boletim Informativo. Comissão Brasileira da Aliança Para o Progresso, 1963).

A Comissão produzia um informativo semanal onde eram publicadas pequenas notas sobre as diversas iniciativas e projetos na esfera da Aliança, além de matérias sobre as atividades da União Pan-Americana. Dentre as iniciativas aparecem construção e/ou ampliação de escolas; obras de eletrificação; incentivos à industrialização e ao comércio externo; viagens de estudantes brasileiros aos Estados Unidos; eventos e palestras sobre o programa; financiamento de pesquisa agrícola; auxílio financeiro e técnico para programas de extensão rural; construção de habitação popular; projetos ligados à área de saúde; incremento às atividades agropecuárias; ao crédito rural; acordos de ensino agrônomico entre universidades brasileiras e norte-americanas; construção de estradas de rodagem e de ferro; informações sobre o programa Alimentos para Paz; dentre outras.

¹⁹⁶ Lembrando que Simões Lopes foi membro da COCAP, do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP) e do Escritório Técnico de Agricultura (ETA), ou seja, órgãos da sociedade política responsáveis pelo programa de Kennedy no Brasil. Ademais, foi presidente da FGV de 1944 a 1993 e presidente da SNA de 1961 a 1979.

Uma das notas do boletim citava como exemplo “significativo” dos resultados da ação da iniciativa privada – dentro dos objetivos da Aliança para o Progresso – “a obra que um grupo de homens de boa vontade” vinha realizando no Espírito Santo. Tratava-se da chamada Fundação Aliança para o Progresso que contava com dois anos de atuação e, segundo o boletim, não recebia auxílio financeiro do programa, sendo suas atividades custeadas por “várias entidades particulares”. A nota prossegue enumerando ações da Fundação dentre elas a realização de cursos de formação de eletricitistas; a construção de uma escola e de um laboratório para ser utilizado por estudantes secundaristas, universitários e indústrias locais e, finalmente, a criação de um grupo de trabalho dedicado à erradicação de favelas (Boletim Informativo. CBAP, 30/06/1964).

O *Jornal do Commercio*, em junho de 1964, menciona a Fundação ressaltando que, em oito meses de funcionamento, bateu “vários recordes em matéria de desenvolvimento socioeconômico”. Informa que os projetos da instituição eram custeados pelos Rotary Clubs, Lions Clube, Instituto Brasil-Estados Unidos, além de outras entidades e grupos. Em nota jornalística destaca algumas ações da Fundação, dentre elas o estabelecimento de um laboratório que seria usado por escolas secundárias, pela Universidade do Espírito Santo e por indústrias locais. O principal patrocinador desse projeto foi o Instituto Brasil-Estados Unidos de Vitória que também lançou um programa de intercâmbio de bolsas de estudo para que jovens do estado estudassem nos Estados Unidos (*Jornal do Commercio*, 18/07/1964).

Dreifuss, em sua obra *A Internacional Capitalista*, enumera a Fundação Aliança para o Progresso, juntamente com o IPES e o IBAD, como organizações das elites orgânicas latino-americanas de importância fundamental na luta política e ideológica que os “novos setores empresariais, militares, burocráticos e técnicos travaram no continente” (DEIFUSS, 1986, p. 113-114). No Brasil, desde o governo de Juscelino Kubistchek, esses setores da classe dominante controlavam vastos recursos e representavam poderosos interesses, apoiando a assim chamada “modernização conservadora”¹⁹⁷ do país.

¹⁹⁷ O termo modernização conservadora foi cunhado inicialmente por Barrington Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais, países que não seguiram a versão clássica das revoluções burguesas. Alguns analistas brasileiros utilizaram a referida noção para tratar o que aconteceu no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, quanto às mudanças nas atividades da agricultura, que aconteceram sem transformações na estrutura fundiária. Para Guimarães (1977, p. 3), “[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária”. Portanto, utilizamos o conceito como referência à penetração do capitalismo no campo, seguindo uma linha marxista de análise.

Não encontramos nas fontes outras menções à Fundação, porém, as já apresentadas são ilustrativas da participação de empresas privadas conforme à visão que perpassava o programa estadunidense de desenvolvimento econômico ligado diretamente a “progresso social” e a um ideal de modernização para o Brasil. Ademais, demonstra um esforço de certos setores da classe dominante – com destaque para os agroindustriais – em inserir interesses empresariais no programa que, a princípio, foi pensado para ter uma dinâmica entre governos.

Outro exemplo de iniciativas não governamentais sob os auspícios da Aliança foi a “parceria” firmada entre os estados do Colorado e de Minas Gerais. O Colorado reuniu cerca de 135 organizações privadas dentro do Programa de Parceria da Aliança para o Progresso, via seu Comitê de Parceria. O programa não era estatal, porém a USAID funcionava como intermediária entre os países. Estavam previstas viagens de “especialistas” do Colorado a Minas Gerais para identificar projetos e mobilizar assistência, assim como viagens de representantes brasileiros ao Colorado para o estabelecimento de “parcerias” comerciais (Boletim Informativo. CBAP, 16/11/1964). Como já sinalizado no segundo capítulo, consideramos Minas Gerais o “portão de entrada” dos Estados Unidos e sua matriz modernizadora para as áreas rurais no Brasil, basta lembrarmos, por exemplo, da criação da ACAR. Esta se constituiu a partir de acordo firmado entre Nelson Rockefeller e o governo de Minas Gerais e deu origem ao projeto extensionista no Brasil, com base na visão estadunidense de práticas que visavam o aumento da produção rural.

Em que pesem todas as dificuldades envolvidas nas relações Brasil-Estados Unidos entre 1961 e 1964, consideramos que importantes e polêmicos projetos de cooperação financeira e técnica foram aprovados. Exemplo marcante foi o denominado “Acordo do Nordeste”, que abordaremos mais à frente. Antes, aprofundaremos nosso diálogo com recentes pesquisas que abordaram a Aliança para o Progresso no Brasil, durante o referido período, pois estas oferecem linhas de interpretação que nos permitem avançar na análise de diversos aspectos relacionados ao programa.

Martina Spohr Gonçalves (2016), em recente pesquisa doutoral de fôlego citada no primeiro capítulo deste trabalho, tem como objeto de investigação a composição da elite orgânica norte-americana, principalmente dois importantes grupos: o *Commerce Committee for the Alliance for Progress* (COMAP) e o *Business Group for Latin America* (BGLA). Partindo da premissa de que a Aliança para o Progresso, principal elemento da política externa norte-americana para a América Latina, foi pautada pelos interesses do

capital privado, a pesquisa trata de demonstrar que entidades como o COMAP foram utilizadas como artifício. A pesquisadora observa que, a partir de 1962, ocorreu um forte movimento contra o formato inicial da ajuda entre governos, característico da Carta de Punta del Este, tendo o empresariado buscado participar ativamente na condução da execução do plano de ajuda externa.

Dessa maneira, “esta elite orgânica, formada por importantes empresários norte-americanos, encontrou na Aliança o espaço que precisava para expandir seus negócios para os países da América Latina” (GONÇALVES, 2016, p. 110). A elite orgânica estadunidense tratou de criar um órgão que se inserisse no estado restrito de modo a assegurar a participação do capital privado nos “negócios” da Aliança. Porém, para a autora, tal presença não deveria vir somente por intermédio da injeção de capital, mas, sim, “com a exportação do modelo técnico, gerencial e empresarial da empresa privada norte-americana” (Ibidem, p. 113). Tal constatação vem ao encontro de nossa pesquisa que intenta demonstrar a vulgarização do paradigma estadunidense de modernização junto ao campo brasileiro, estendendo seus tentáculos a vários setores sociais.

O COMAP foi formado em maio de 1962, dentro do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, institucionalizando, ou, segundo as concepções teóricas de Gramsci, ampliando, o papel dessa elite orgânica junto à sociedade política. O Departamento de Comércio representa o espaço mais importante dentro do Estado restrito norte-americano em termos dos processos decisórios de gestão capitalista daquele país.

A definição do COMAP é a seguinte: “Em consulta ao Presidente e aos líderes-chave da administração, fica estabelecido o COMAP com o objetivo de mobilizar o aumento da participação privada na Aliança em domínios como habitação, processamento de alimentos, produtos químicos e fertilizantes e outras áreas-chave”. Era um comitê consultivo do Secretário de Comércio (Ibidem, p. 115).¹⁹⁸

O COMAP encerrou suas atividades em fins de 1963, após uma série de divergências sobre sua forma de atuação.¹⁹⁹ Em igual período ocorre a formação do *Business Group for Latin America* (BGLA) que passou a “representar os interesses da empresa privada em relação à América Latina” (Ibidem, p. 122), ocupando o espaço deixado pelo fim do COMAP. David Rockefeller, presidente do *Chase Manhattan Bank*, era uma liderança do grupo e esteve à frente das negociações junto ao governo norte-

¹⁹⁸ A autora realizou pesquisa de fôlego na JFK Library no fundo dos principais membros da administração Kennedy. Essa definição dos objetivos do COMAP foi retirada de documentação do arquivo de Jack N. Behrman, secretário assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio entre 1961 e 1962.

¹⁹⁹ Ver o capítulo dois de Gonçalves (2016) para uma análise sobre o fim do COMAP.

americano com o objetivo de garantir o fluxo de negócios junto à América Latina através, principalmente, da Aliança para o Progresso. Dreifuss analisa a atuação do BGLA:

Diante das reclamações dos titulares de interesses privados americanos, o presidente Kennedy deu seu aval à formação do BGLA [...]. A função do BGLA seria a de discutir, regularmente, com figuras de administração, diretrizes governamentais para a América Latina, além de lidar com os que eram chamados de “problemas políticos” da região. Seu papel de aglutinador e catalisador de ideias, além de reservatório de quadros para posições de destaque na administração americana, seria complementado por uma intensa atuação “diplomática privada”, conexas e articuladas ao governo, nos assuntos internos dos países do hemisfério (DREIFUSS, 1986, p.111-112).

A pesquisa da autora amplia a análise da atuação do capital privado junto à política externa estadunidense no decorrer da década de 1960, bem como sua relação com frações da classe dominante brasileira. Desmistificam-se, assim, várias interpretações que afirmam ter sido a Aliança para o Progresso uma inflexão da política externa norte-americana, posto não mais apostar na solução de atração de capital privado para os países latino-americanos, mas sim numa política de auxílio de governo a governo.

Outro aspecto importante para entender a atuação do programa de cooperação dos Estados Unidos no Brasil foi a chamada política das “ilhas de sanidade”. Entre os percalços que atravessaram as relações entre Brasil e Estados Unidos durante o governo de Goulart, estavam as encampações de empresas estadunidenses, a lei de remessas de lucro, o financiamento de campanha para políticos, as relações com Cuba, entre outras. O Departamento de Estado norte-americano, através da USAID, colocou em prática a estratégia de negociar a ajuda externa diretamente com a administração de estados brasileiros, mormente aqueles que fossem abertamente opositores do governo federal. Tal estratégia ficou conhecida como a política das “ilhas de sanidade” expressão cunhada pelo próprio Lincoln Gordon.

Vicente Gil da Silva (2008) interpreta tal estratégia estadunidense como um instrumento de intervenção na política interna brasileira. Dessa forma, para o pesquisador, a Aliança para o Progresso foi de “propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política”, defendendo, ainda, que o programa “sempre foi, em essência, um instrumento de intervenção nas lutas sociais da América Latina” (SILVA, 2008, p. 226).

Após o golpe empresarial-militar de 1964 o programa da Aliança se ampliou e consolidou no Brasil. Um dos caminhos que utilizamos neste trabalho para demonstrar tamanha ampliação foi a investigação sobre a atuação do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP) – criado em outubro de 1965, por meio do decreto do Executivo federal nº 56.979 – além dos Ministérios do Planejamento, da

Agricultura e da Educação no tocante a acordos com os Estados Unidos no âmbito de pesquisa e educação para o campo brasileiro, bem como às políticas públicas emanadas a partir desses convênios.

3.4.4 – Cooperação para o campo na Aliança para o Progresso

As expressões cooperação técnica e assistência técnica surgem nas fontes relacionadas à Aliança para o Progresso como sinônimas, referindo-se a todas as atividades destinadas, primordialmente, a:

1. Promover a importação por países menos desenvolvidos, dos conhecimentos técnicos de nações economicamente mais evoluídas; e/ou
2. Promover, com a ajuda de entidades estrangeiras, nacionais ou internacionais, particulares ou oficiais, a maior difusão de conhecimento já existentes, porém ainda não dominados por uma parcela suficientemente grande da população (RC d emb 61.10.19 pasta IV).²⁰⁰

Os Estados Unidos frequentemente utilizavam o argumento de que os países da América Latina não tinham capacidade tecnológica para a absorção de recursos, o que limitava o montante de ajuda financeira que poderiam receber. A questão da assistência técnica unida à financeira girava em torno também da teoria da formação de “capital humano”. O economista Theodoro Schultz (1962), elaborou tal conceito entre 1956 e 1957, no Centro de Estudos Avançados das Ciências do Comportamento em Stanford. Posteriormente, Schultz se dedicou à formatação mais sistemática do conceito expondo-o na obra *Capital Humano* (1973), onde parte do pressuposto de que o componente da produção decorrente da instrução é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta as rendas futuras, de todo semelhante a qualquer outro investimento em bens de produção. O autor define o “capital humano” como o montante de investimento que uma nação ou indivíduos faz na expectativa de retornos adicionais futuros.²⁰¹

Tal pensamento, de forma complementar à teoria da modernização, constituiu-se no pano de fundo da Aliança para o Progresso. A intervenção dos países centrais no ensino básico, na saúde, na nutrição, na habitação, no planejamento familiar e no desenvolvimento rural (ESCOBAR, 2007) das populações dos países em desenvolvimento concorreria para sua transformação em sociedades desenvolvidas. A

²⁰⁰ Relatório da embaixada do Brasil em Washington sobre cooperação técnica, de janeiro de 1963.

²⁰¹ Não nos estenderemos nas questões teóricas do conceito, para isso ver o verbete de Frigotto no *Dicionário da Educação Profissional em Saúde* que apresenta toda uma bibliografia sobre o tema. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/caphum.html>, consulta realizada em 05/12/2016.

partir dessa concepção, parte da economia passaria a levar em conta um novo fator para explicar o maior ou menor desenvolvimento entre nações e a maior ou menor mobilidade social entre indivíduos. Tais noções advêm do pensamento liberal e, claro, não levam em consideração o processo histórico no qual se inserem os indivíduos, nem tampouco as relações de produção vigentes nas distintas sociedades capitalistas.

Consideramos neste trabalho que a política de cooperação técnica estadunidense, consubstanciada na Aliança para o Progresso, buscava mascarar a real dimensão imperialista do capitalismo. Esse tipo de política visava o enredamento dos países subdesenvolvidos, via modernização, ou seja, aumento de produtividade e de consumo, fortalecendo o processo de acumulação capitalista. Tais “esquemas de ajuda e cooperação” funcionavam estrategicamente para que os países hegemônicos se legitimassem cada vez mais frente às nações mais pobres. A educação aparece nesse esquema como um mecanismo amplamente utilizado para a reprodução ideológica, contribuindo também para tornar mais objetiva a manipulação das classes dominantes locais (ARAPIRACA, 1982, p. 74).

Dessa forma, quando buscamos analisar a ação cooperativa norte-americana através dos acordos de cooperação técnica da Aliança, tentamos demonstrar que:

[...] a política de ajuda aos países subdesenvolvidos promovida a partir dos países hegemônicos dissimula uma forma de manutenção da hegemonia da economia capitalista concentradora, no sentido de enquadrar os países receptores na sua esfera de dependência circular. [...] ajudam-se os países subdesenvolvidos para que estes ajudem os países hegemônicos a continuarem sempre a acumular capital às expensas da exploração dos recursos daqueles (Ibidem).

A interpretação dos formuladores e executores do programa de ajuda financeira e técnica estadunidense acerca do mundo rural latino-americano, baseava-se na constatação de que a agricultura desses países era um obstáculo estrutural ao desenvolvimento, dado seu direcionamento prioritário à exportação, lastreada em latifúndios e minifúndios, além do baixo nível de incorporação de tecnologia. Dentre os objetivos da Aliança, no que tange ao mundo rural, figuravam: o aumento da produtividade agrícola e a melhoria dos serviços de armazenamento, transporte e distribuição; programas de reforma agrária que deveriam substituir o latifúndio e o minifúndio por “sistemas sociais mais justos e complementados por crédito e assistência técnica” e elevação da renda e padrão de vida das classes mais pobres (Carta de Punta del Este, 1961).

Consideramos que a agricultura brasileira nos anos 1960 não foi um “entrave” ao desenvolvimento. Pelo contrário, a forte penetração do capitalismo na agricultura neste

período contribuiu para o processo de acumulação de capital no país. Silva (1982) analisou o que denomina de *modernização dolorosa* da agricultura brasileira, concluindo que esta gerou concentração de terras e de renda. Como já apontamos no primeiro capítulo deste trabalho, o autor demonstra que o aumento da utilização de fertilizantes, defensivos e tratores (os chamados insumos modernos), além da disseminação do crédito agrícola, gerou um aumento no custo da produção que beneficiou, a médio e longo prazos apenas os grandes proprietários de terra, majorando, substantivamente, as disparidades no nível de renda das propriedades (SILVA, 1982, p. 27-31).

Isso revela que os pequenos proprietários não conseguiriam acompanhar o processo de modernização da agricultura, posto necessitarem de altos investimentos de capital que implicaram na expropriação de suas terras, fosse pela compra por grandes proprietários, fosse pelo endividamento junto a credores devido ao crédito fornecido pelos bancos públicos e privados. Mendonça (2010) avalia: “Estes [os pequenos proprietários de terra], sob o peso das dívidas então contraídas para adquirir as tecnologias vulgarizadas pelos extensionistas, ver-se-iam, em pouco tempo, duplamente expropriados: de sua propriedade e de seus próprios saberes”. E tudo isso em nome da “elevação do atrasado padrão de vida” do “rurícola brasileiro” (MENDONÇA, 2010, p.76).

Dessa forma, no tocante ao campo, eram objetivos da Aliança não apenas o “incremento da produtividade” agrícola, como também “melhorar e ampliar” o ensino técnico e vocacional da população mais pobre, além de “promover” a pesquisa e o ensino superior. Podemos observar como a política externa estadunidense na década de 1960 procurou unir, cada vez mais, sua assistência econômica a um programa difusor de seu paradigma de modernização, buscando influenciar e conduzir a vida das populações rurais brasileiras.

Os planos nacionais “tecnicamente elaborados” exigidos como pré-requisitos para a obtenção de recursos para a área da agricultura, deveriam incorporar esforços com objetivos específicos, dentre eles:

Reforçar a base agrícola [...] entre outras medidas tendentes ao estabelecimento ou melhoramento, conforme o caso, dos seguintes serviços: extensão, crédito, assistência técnica, pesquisa e mecanização agrícolas; saúde e educação; cooperativas e associações camponesas e programas de desenvolvimento comunitário (Carta de Punta del Este, 1961).

Como já exposto no capítulo dois, tais diretrizes “cooperativas” integrantes da Aliança para o Progresso não eram uma novidade emanada dos intelectuais orgânicos vinculados ao estado restrito estadunidense. Estes imbricavam a Aliança a uma tradição

que remontava ao *New Deal* e aos programas do pós-guerra como o Plano Marshall e o Ponto IV. O Ponto IV, abordado no segundo capítulo, foi incorporado às atividades de cooperação técnica do programa lançado por Kennedy, demonstrando uma linha de continuidade na ação cooperativa estadunidense.

A cooperação da Aliança no Brasil se processou através da apresentação de programas e projetos “técnicos” específicos, solicitando financiamento. Tais programas emanavam de Ministérios, governos estaduais, diretores de serviços federais ou estaduais, além de entidades privadas que prestassem “serviço de interesse público” (BRASIL, 1966, p. 138). Os projetos eram analisados por técnicos do Escritório do Governo Brasileiro para a coordenação do programa de assistência técnica (Ponto IV)²⁰² e representantes da USAID. Constatada a viabilidade da concessão da ajuda, os técnicos de ambas as agências, juntamente com representantes dos órgãos solicitantes, elaboravam o projeto de assistência técnica, bem como o instrumento do acordo a ser firmado pelos dois governos.

O desenvolvimento do Nordeste brasileiro era objeto de estudo dos ideólogos do desenvolvimentismo como, por exemplo, Alfred Hirschman, autor de vários trabalhos sobre o desenvolvimento da América Latina, patrocinados pelo Banco Mundial e *think tanks* norte-americanos. De acordo com Dilma A. de Paula (2015), Hirschman foi mais que um autor, podendo ser considerado como um intelectual orgânico no sentido gramsciano, pois pesquisava, elaborava políticas, observava os ambientes em países diversos, gerando um retorno dos resultados obtidos e, por extensão, um aconselhamento a seus já citados financiadores (PAULA, 2015, p. 174). A autora aborda, sobretudo, os estudos de Hirschman voltados aos “problemas” do Nordeste, realizados no início dos anos 1960.

Embora a atuação de Hirschman possa ser (re)pensada como parte da organicidade de estudos e propostas de desenvolvimento dos Estados Unidos para a América Latina após os anos 1950, no contexto da Guerra Fria, com financiamentos e apoios de bancos estadunidenses e de agências de pesquisas, esse autor não se enquadra nos termos de um mero “propagandista” das políticas norte-americanas de desenvolvimento para a América Latina [...]. Sua obra é muito refinada, as pesquisas foram extensas e minuciosas, ouvindo e considerando agentes diversos, história local, produção intelectual etc. (PAULA, 2015, p. 175-176).

²⁰² O Escritório do Governo Brasileiro para Coordenação do Programa de Assistência Técnica era conhecido como Escritório Ponto IV. O decreto nº 50.420, de 7 de abril de 1961, estabelece as novas atribuições do escritório, alterando o decreto anterior de 1959, e apresenta as diretrizes de funcionamento do Escritório Ponto IV. O Escritório era composto por um representante do governo brasileiro junto às autoridades norte-americanas de cooperação técnica, um Conselho Consultivo e um Diretor Executivo.

Hirschman coordenou um grupo de estudos sobre a América Latina, reunido a partir de 1959 e patrocinado pelo *think tank* norte-americano *Twentieth Century Found*, uma fundação voltada para pesquisa científica, buscando “soluções criativas e progressistas”, “incentivando a democracia” e “promovendo a estabilidade e a prosperidade no exterior”.²⁰³ Um dos resultados do grupo foi o livro *Política Econômica na América Latina* (HIRSCHMAN, 1965) que reunia estudos sobre os projetos de desenvolvimento no Brasil, principalmente no Nordeste, englobando questões como reforma agrária, inflação, problemas da seca e de planejamento regional (PAULA, 2015, p. 182). A obra possui um capítulo específico sobre essa região do país, estendendo sua análise também à Comissão do Vale do São Francisco (CVSF).²⁰⁴ Ademais, Hirschman tece elogios à SUDENE, bem como a Celso Furtado, destacando o empenho do economista brasileiro na captação de recursos da Aliança para o Progresso:

Com o Brasil atravessando uma série de graves e prolongadas crises institucionais, justamente quando os Estados Unidos estavam prontos para aumentar substancialmente sua ajuda econômica à América Latina através da Aliança para o Progresso, a Sudene era sem dúvida a âncora mais firme para os programas em consideração. Graças à Sudene, o Nordeste havia deixado de ser enteado para tornar-se o filho mimado de entidades de desenvolvimento nacional e internacional (HIRSCHMAN, apud PAULA, 2015, p. 191).

Paula (2015) chama atenção para como intelectuais orgânicos do porte de Hirschman contribuíram para “semear o entusiasmo e otimismo” com relação às políticas de desenvolvimento da década de 1960. As agências de desenvolvimento estadunidenses, além do Banco Mundial, receberam muito bem esses estudos que subsidiaram e auxiliaram na disseminação do ideal ocidental de desenvolvimento. Dessa maneira, no contexto da Guerra Fria e a partir de políticas como a Aliança para o Progresso, os intelectuais orgânicos tiveram papel central na “formação do consenso desenvolvimentista” (PAULA, 2015, p. 195). Todo esse conjunto de projetos de desenvolvimento – como buscamos demonstrar aqui a partir da Aliança para o Progresso – contribuíram para fortalecer a hegemonia estadunidense na América Latina, além de consolidar o imperialismo ocidental. Não bastasse isto, concorreram para desarticular os movimentos sociais rurais no Brasil.

²⁰³ “Nossos especialistas vêm da academia, do jornalismo e do serviço público - todos com um compromisso compartilhado de avançar ideias progressivas que beneficiem o bem público. Através de nossa pesquisa baseada em evidências e análise de políticas, buscamos informar os cidadãos, orientar os formuladores de políticas e reformular o que o governo faz de melhor” (www.tcf.org, acesso em 27/12/17).

²⁰⁴ Criada em 1948, pela Lei nº 541, de 15 de dezembro, iniciando efetivamente suas atividades no final de 1949. Foi extinta pelo Decreto-Lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967, que criou a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale).

A execução de projetos identificando industrialização com desenvolvimento e todo o conjunto de medidas nessa direção trouxeram efeitos amortecedores nas lutas sociais, já que moveram perspectivas positivas de um futuro que, afinal, tem se mostrado intangível. [...] O desenvolvimento, nessa matriz, tornou-se senso comum, ou “lugar comum” – ninguém discute seus pressupostos, aceita-se como verdade universal. Mas, ele tem uma origem e uma história (Ibidem, p. 196).

A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) solicitou à Aliança para o Progresso um convênio de assistência educacional junto ao Vale do São Francisco, cujo objetivo seria “enfrentar os problemas do setor educacional” em uma área onde viviam cerca de “oito milhões de brasileiros”. Citando objetivos da Aliança como o aumento da produtividade e a valorização da terra pelo homem que nela trabalha, a cooperação entre a CVSF e o programa estadunidense voltar-se-ia para “preparar o jovem do vale do rio São Francisco para a atividade agrícola” (AT c 1961/1968.00.00). A Comissão solicitava apoio financeiro, além de maquinaria e técnicos para a criação de “escolas de nível primário” que, juntamente com os “conhecimentos mínimos” escolares, pudessem realizar aulas sobre as atividades agrícolas, “familiarizando” os jovens com o “trato e o manejo de máquinas e instrumentos de trabalho” (Ibidem, p. 2). Cabe ressaltar que a noção de desenvolvimento rural embebida no “espírito da Aliança” e introjetada em agências do estado restrito, tinha na educação para o trabalho condição *sine qua non* do processo de modernização segundo paradigmas norte-americanos. No quarto capítulo desta tese veremos outros exemplos.

Em abril de 1962 foi assinado um acordo entre os governos dos Estados Unidos e Brasil o *Acordo de Cooperação do governo dos Estados Unidos da América para Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste brasileiro* -, mais conhecido como Acordo do Nordeste. Pautado pelas diretrizes da Aliança, o Nordeste brasileiro aparecia como área prioritária no recebimento de assistência. O acordo previa ações imediatas e de curto prazo, além de objetivos de longo prazo que englobavam medidas como o melhoramento de estradas; o desenvolvimento da energia elétrica; a expansão da educação primária e profissional; saúde e saneamento; assistência à produção agrícola, sua comercialização e distribuição; estudos e pesquisas relativos aos recursos potenciais da região (Acordo do Nordeste, 1962). A USAID instituiu um escritório do Nordeste encarregado de administrar os projetos de cooperação regionais, mediante a assinatura de acordos com a SUDENE e outras “repartições ou órgãos apropriados” (Ibidem).

O Nordeste fora palco de grandes conflitos e mobilizações envolvendo populações rurais desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX (COSTA, 1996 e MEDEIROS, 1989). Todavia o acirramento dos conflitos verificou-se em meados da década de 1950, quando foi criada, em Pernambuco, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPPP, assistida por um ex-membro do Partido Comunista, José dos Prazeres. Posteriormente, verificou-se a rápida proliferação de associações de direitos civis e legais na região, sob a liderança de Francisco Julião²⁰⁵ e, com isso, o movimento dos trabalhadores rurais demonstrara impressionante vitalidade, florescendo em áreas onde nenhuma organização havia praticamente existido anos antes (DREIFUSS, 1981, p. 299).

O nome Ligas Camponesas, foi dado a essas associações como forma de criminalizá-las, segundo confirma Francisco Julião durante entrevista concedida a um periódico:

Quem batizou a Sociedade Agrícola e Pecuária com esse nome “Liga”, em 1955 foram os jornais do Recife para torná-la ilegal. A Liga Camponesa começou sendo crônica policial. Qualquer coisa relacionada com a Liga estava na página policial, porque consideravam que tudo o que acontecia no campo não era senão uma série de delitos cometidos pelos camponeses sob a orientação desse fulano de tal, esse senhor advogado e agora deputado que criava conflitos, tirando a paz do campo. (Entrevista com Francisco Julião. *O Pasquim*, edição de 12 de janeiro de 1979).

Em meio a esse contexto de recrudescimento da participação política dos trabalhadores rurais nordestinos, constatava-se o aumento de seu grau de politização, resultado das mobilizações e discussões promovidas pelas Ligas que começavam a expandir sua organização e tomar corpo na região, em especial nos estados de Pernambuco e Paraíba, com as Ligas de Sapé e Mari. Efetivou-se, assim, uma mudança no caráter do movimento, que deixava de materializar-se apenas como ação de assistencialismo a pequenas causas dos trabalhadores locais, para tornar-se politicamente combativo e empreendedor de potenciais transformações de cunho mais profundo e estrutural. As Ligas passaram a preocupar-se não somente com questões ligadas à melhoria das condições de trabalho da população rural, mas também com a problemática do acesso à terra, cada vez mais inacessível ao homem do campo, em decorrência da crescente concentração fundiária reinante na região (SILVA, 2009, p.7). O Nordeste

²⁰⁵ Francisco Julião foi advogado, deputado federal por Pernambuco e um dos líderes das Ligas Camponesas.

brasileiro era citado pelos idealizadores da Aliança como a principal “porta de entrada” para as ideias comunistas no país.

As relações entre ambas as agências responsáveis pelo Acordo - USAID e SUDENE - foram marcadas por inúmeras divergências, que iam desde diferenças relativas ao conteúdo dos projetos defendidos pela USAID, até aquelas mais profundas como o entendimento do que seria “desenvolvimento” naquele contexto.²⁰⁶

Um conjunto importante de tensões entre as agências estava diretamente vinculada à política das “ilhas de sanidade” implementada pelos Estados Unidos, uma vez que a USAID passou a “contornar” a SUDENE, firmando acordos de cooperação diretamente com governadores de estado. O primeiro acordo assim estabelecido foi com o governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves²⁰⁷, que viajou para Washington, em julho de 1962, com o intuito de participar do esboço de seus termos. Outros governadores nordestinos igualmente demonstraram interesse em negociar diretamente com a USAID, como Lomanto Júnior²⁰⁸, governador da Bahia e Virgílio Távora²⁰⁹, governador do Ceará. A SUDENE, opondo-se a tais acordos, passou a ser tachada de lenta e obstrucionista por alguns governadores e boa parte da imprensa (BARBOSA, 2010, p.46). Apesar dessas tensões com a USAID, e diante de pressões internas, a SUDENE realizou vários projetos no âmbito da Aliança para Progresso.

Em reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE – com a presença de representantes de estados, governo federal e do Diretor Geral da USAID no Brasil, Jack B. Kubish – Furtado falaria sobre as relações entre ambos os organismos:

[...] são as melhores possíveis porque a SUDENE é um órgão que executa um programa de governo a governo, cujas relações são fixadas dentro de um esquema de alta política. A SUDENE já tem assinados com a Aliança acordos que montam a quase 10 milhões de dólares, acordos esses em efetiva execução, todos eles com a total responsabilidade da SUDENE. Às vezes é natural surgirem dificuldades na aprovação dos projetos porque a Aliança tem sua própria legislação, a SUDENE, por outro lado, tem sua programação e quer, evidentemente, entrar nela. A Aliança vai entrando nessa programação

²⁰⁶ Para uma análise mais aprofundada dessas divergências ver BARBOSA, 2010.

²⁰⁷ Deputado Federal pela UDN de 1946 até 1961; foi redator-chefe da *Tribuna da Imprensa*, jornal carioca de propriedade do udenista Carlos Lacerda; participou das articulações para a derrubada de João Goulart em 1964 (SOUSA, Luís Otávio de. DHBB/CPDOC).

²⁰⁸ Em outubro de 1962 foi eleito governador da Bahia, na legenda da coligação formada pelo PL, PTB e UDN, derrotando Valdir Pires, lançado pelo PSD e partidos menores. Não era um dos mais ferrenhos opositores de Goulart, e ainda em março de 1964, recebeu a visita do presidente para a inauguração de obras públicas. Pouco depois, elaborou um documento de apoio ao movimento que derrubou João Goulart (SOUSA, Juliana B. DHBB-CPDOC).

²⁰⁹ Deputado federal pela UDN; formado na ESG; sobrinho de Juarez Távora; Ministro da Viação e Obras Públicas de Goulart no Gabinete Tancredo Neves; elegeu-se governador do Ceará pela coligação UDN, PSD e PTN; apoiou o movimento empresarial-militar que depôs Goulart e posteriormente se filiou a Arena (DHBB-CPDOC).

progressivamente e, ademais, a SUDENE tem todas as preocupações que dizem respeito à legislação e administração brasileiras que nem sempre se casam perfeitamente com a legislação americana, e é natural, que nós não queiramos ceder nesse particular (Ata da 35ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, 10/04/1963. Disponível em http://procondel.sudene.gov.br/acervo/ATA_035_1963.pdf, consulta realizada em 29/11/2016).

Na área da educação, USAID e SUDENE firmaram acordos de transferência de recursos, a maioria deles desmembrados em sub-acordos com cada estado da região. Em alguns casos a SUDENE figurava como mutuário, repassando as verbas como doação para os estados.²¹⁰ Em julho de 1963 foi firmado convênio entre a SUDENE, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o governo de Sergipe e a USAID, intitulado *Melhoramento e Ampliação do Sistema de Educação Primária e Básica no Estado de Sergipe, Nordeste Brasileiro (1963)*. Sua finalidade era melhorar o sistema educacional primário e de base em Sergipe através de medidas de “construção, equipamento, qualidade de ensino, programas de alfabetização para adolescentes e adultos e melhoria da administração estadual”. O acordo estendeu-se até julho de 1966 (Melhoramento e Ampliação do ... apud OLIVEIRA, 2008).

O plano do convênio previa várias iniciativas que englobavam construção de escolas Normais e Centros de Treinamento; fornecimento de merenda escolar; construção e equipamento de oficinas de “artes industriais” destinadas a promover a “extensão da escolaridade primária até 6 anos e iniciação pré-profissional”; ministrar cursos intensivos para “professores leigos”, tanto em outros estados como nos Estados Unidos; formar equipes para atuar nos Centros de Treinamento.

Apesar do escasso detalhamento no texto do acordo sobre como tais medidas seriam implementadas na prática, é possível verificar que a marca da influência estadunidense na educação brasileira – como veremos melhor no capítulo quatro – aprofundou-se progressivamente, sendo um dos instrumentos deste enraizamento a Aliança para o Progresso, mediante os diversos acordos de cooperação.

²¹⁰ Nesse modelo, em abril de 1963, estava em negociação um empréstimo da USAID no valor de Cr\$ 11 bilhões destinados à programas de educação de base dos estados do Maranhão, Paraíba, Alagoas e Bahia (Ata da 35ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, 10/04/1963. Disponível em http://procondel.sudene.gov.br/acervo/ATA_035_1963.pdf, consulta realizada em 29/11/2016).

3.4.5 – O caso de Angicos

Outro exemplo de cooperação financeira e técnica entre SUDENE e USAID na área da educação foi a experiência pedagógica efetivada na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte, no curto período de janeiro a março de 1963. Porém, esse caso foi emblemático visto conter profundas contradições e demonstrar alguns matizes da ação da Aliança para o Progresso no Nordeste brasileiro. Após o golpe de 1964, quase todos os envolvidos nesse projeto, desde os coordenadores até os alfabetizados, foram perseguidos pela repressão do novo regime instaurado no Brasil.

As “quarenta horas de Angicos” destinavam-se a alfabetizar trabalhadores rurais e urbanos da região, unindo iniciativas que já estavam previstas no Acordo do Nordeste de 1962, àquelas do governador do Estado, Aluísio Alves. Em dezembro de 1962 foi criado o Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN), autarquia que tinha como diretor executivo o secretário de Educação do Estado, Francisco Calazans Fernandes, que ocupou o cargo na gestão de Alves. Em sua obra, *40 horas de esperança*, trata de toda a experiência em Angicos, descrevendo as tensões verificadas na montagem institucional entre o governo do Rio Grande do Norte, a SUDENE, o MEC e a USAID.

No início da década de 1960, Paulo Freire foi convidado pelo então ministro da educação do governo João Goulart, Paulo de Tarso, para assumir o cargo de coordenador do recém-criado Programa Nacional de Alfabetização. Paralelamente, em 1963, foi nomeado pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes, um dos conselheiros pioneiros do Conselho Estadual de Educação, responsável pela elaboração do primeiro regimento do órgão. Na mesma década seria um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, que defendia a valorização da cultura popular, de modo a contribuir para uma presença participativa das massas populares na sociedade brasileira. Após o golpe de 1964, foi preso e posteriormente exilado em países como Chile, Bolívia, Suíça, Tanzânia e Guiné-Bissau. Participou de consultorias educacionais e desenvolveu programas de alfabetização em muitos países, através da implementação de seu método (REIS, 2012).

Em função dos estudos que vinha realizando, principalmente com sua equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, Freire amadureceu e estruturou o método de alfabetização que, por intermédio de algumas palavras “geradoras” – todas

diretamente relacionadas ao cotidiano dos trabalhadores – desenvolveriam não apenas a leitura e a escrita, mas uma visão de mundo crítica.²¹¹

Teríamos, em outras palavras, de organizar o pensamento do homem analfabeto e levá-lo a reformar suas atitudes básicas diante da realidade. Fazê-lo sentir-se capaz de superar a via puramente sensível da captação dos dados da realidade, por uma via crítica. Se isto fosse feito, então, estaríamos levando o homem a substituir a captação mágica por captação cada vez mais crítica e assim, levando-o a formas de ação também críticas (FREIRE, 1963, p.11).

Freire defendia a necessidade de um método ativo, dialógico, “por isso crítico e criticizador”. Dessa maneira os trabalhadores poderiam perceber-se “no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto”.

Marcos Guerra, que coordenava as atividades do Departamento de Alfabetização do SECERN, relata que existia no Rio Grande do Norte um “ambiente favorável” à alfabetização de adultos (GUERRA & CUNHA, 2013, p. 26), citando duas experiências consideradas inovadoras e significativas para a época: o Movimento de Educação de Base (MEB) e a campanha municipal “De pé no Chão Também se Aprende a Ler”. A primeira fora criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, inspirada na experiência anterior da Rádio Rural, escola radiofônica de Natal, que promoveu alfabetização através da radiodifusão educativa, a iniciativa também foi bastante influenciada pela concepção de educação popular de Paulo Freire. A segunda, foi uma campanha do prefeito dessa cidade, Djalma Maranhão²¹², em 1961, que matriculou crianças dos bairros mais pobres no que se denominava ensino primário, com duração de quatro anos. A campanha “De pé no Chão Também se Aprende a Ler” buscava valorizar a cultura popular, suas festas, músicas e danças, e respondeu pela instalação de bibliotecas populares, praças de cultura e museus de arte popular. As escolas foram mantidas no mesmo padrão arquitetônico de grande parte das moradias das populações mais pobres, chão batido e cobertas de palha. A campanha foi interrompida logo após o golpe empresarial-militar de 1964.²¹³

²¹¹ Não é nosso objetivo aqui nos aprofundar nas questões teóricas do método de Paulo Freire utilizado na experiência de Angicos, para isso ver: FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. Estudos Universitários, [...] Recife, n. 4, p. 5-23, abr./jun. 1963. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/est.univ.pdf>. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1967. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/eduliber.pdf>.

²¹² Filiado ao Partido Comunista nos anos 1930; militou na Aliança Nacional Libertadora (ANL); após o golpe de 1964 foi afastado da prefeitura de Natal, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos, foi preso e depois foi para o exílio no Uruguai onde faleceu.

²¹³ Para indicações de bibliografia, bem como documentos da campanha ver: <http://forumeja.org.br/book/export/html/1422>.

O considerado “ambiente favorável” também era estimulado pela influência da União Nacional dos Estudantes (UNE), que contava com grande repercussão no Rio Grande do Norte, através da União Estadual dos Estudantes (UEE). Ademais, vários grupos de jovens organizados, como os da Ação Católica, além de outros, estimulados por partidos políticos, participavam ativamente em diferentes ações de educação e alfabetização popular (GUERRA & CUNHA, 2013, p.26), estimulados pelo contexto de crescentes mobilizações sociais nas áreas urbanas e rurais.

A UNE e a UEE recusaram-se frontalmente a apoiar um programa de alfabetização financiado pelos Estados Unidos através da Aliança para o Progresso. Marcos Guerra, então presidente da UEE/RN renunciou à sua presidência para assumir o cargo para o qual havia sido convidado por Paulo Freire, o de coordenador das atividades do Departamento de Alfabetização do SECERN, com a tarefa de operacionalizar o projeto de Angicos. O próprio Paulo Freire tinha suas reticências com relação à cooperação estadunidense, posicionando-se algumas vezes:

Não tenho medo da Aliança para o Progresso. Ela que tenha medo de mim! [...]. Eu tinha uma relação muito estreita com o Djalma Maranhão, e quando conversei com o governador fiz questão de dizer que continuaria mantendo as minhas relações pedagógicas e políticas com a Prefeitura de Natal. Evidentemente, havia *um antagonismo de posições políticas* entre Djalma Maranhão, um homem de esquerda, e Aluísio Alves, um conservador. Depois conversei seriamente com a equipe do Djalma Maranhão e manifestei a minha convicção – e fui quase profético –, de que a *Aliança para o Progresso que iria financiar, como financiou, a campanha de Angicos*, certamente iria estudar o que se desenvolvesse em Angicos, e colocaria um ponto final em tudo. Caso acontecesse isso, se a Aliança recuasse, eu disse que deveríamos ir à praça pública para mostrar concretamente *as intenções colonialistas e imperialistas da Aliança para o Progresso*. (FREIRE, apud GUERRA e CUNHA, 2013, p.31, grifos nossos).

Em outro texto Freire deixa clara sua visão sobre a Aliança para o Progresso:

A Aliança para o Progresso nos parece uma dessas formas amanciadoras. Ela é o resultado direto da revolução cubana. Muitos a entendem como algo novo, um capítulo inteiramente novo nas relações entre os EUA e a América Latina. Nós a entendemos apenas e simplesmente, como uma sequência lógica da guerra fria, produto da luta pela hegemonia mundial entre as duas facções: EUA e URSS. Perceberam os Estados Unidos, principalmente a partir da revolução cubana, que a América Latina representa uma importante força na estratégia daquela luta mundial. Esta percepção infelizmente é feita a partir da visão de sua sociedade e isto faz necessariamente com que os objetivos do programa de ajuda sejam os objetivos de quem dá e não os de quem recebe (FREIRE, 1963, p. 9).

Porém, mesmo portando tais posições Freire aceitou coordenar o programa de alfabetização de Angicos, desde que os recursos financeiros doados pela USAID ao

governo do Rio Grande do Norte fossem repassados à SUDENE, e que fosse garantida sua autonomia política e pedagógica. Calazans Fernandes relata o quão laborioso foi o acordo de cooperação entre o Brasil e a USAID, tornando possível a participação do MEC e da SUDENE, em lugar de um acordo direto com o governador do Rio Grande do Norte, conforme aspirações baseadas na política das “ilhas de sanidade” (FERNANDES e TERRA, 1994). Vale ressaltar também, com o objetivo de ilustrar as contradições do período, que Paulo Freire, a convite do Ministro da Educação de Goulart, Darcy Ribeiro, representava o MEC junto à SUDENE nos diálogos com a USAID.

Aprovado o projeto iniciou-se a fase de seleção e preparação dos coordenadores dos círculos de cultura, espaços onde se daria o processo de alfabetização através do diálogo.²¹⁴ Durante os quarenta dias em Angicos, os coordenadores realizaram reuniões diárias, chamadas de seminários, onde discutiam a prática e realizavam ajustes ou mudanças no processo. Um segundo passo foi elaborar um levantamento dos analfabetos de Angicos e convencê-los a participar das atividades. Além disso, iniciou-se pesquisa sobre o universo vocabular dos trabalhadores, bem como sobre as situações de aprendizagem que dariam origem às palavras geradoras e à organização e difusão do material educativo.

A experiência em Angicos não utilizou cartilhas, visto não estarem ligadas ao cotidiano dos trabalhadores e, justamente por isto, serem consideradas limitadoras de uma aprendizagem crítica. Foram elaborados *slides* a partir de situações existenciais dos trabalhadores, “conscientizando pelo diálogo franco e informal que eram projetados” (FREIRE, 1963, p.25). Guerra relata que eram manipulados projetores e que tinham uma unidade móvel cedida pela *United State Information Agency* (USIA)²¹⁵:

Um pequeno reboque cinza, com gerador potente, projetor e grande tela, caixas de som e toda a complexa fiação. Projetávamos documentários e filmes educativos cedidos pelo Usis [USIA], mas confesso que, algumas vezes, preferimos substituir a fala do som original por nossos próprios comentários (GUERRA e CUNHA, 2013, p.35).

²¹⁴ “Ao invés de escola noturna para adultos, [...] lançamos o Círculo de Cultura. Como decorrências, superamos o professor pelo coordenador de debates. O aluno, pelo participante do grupo. À aula, pelo diálogo. Os programas por situações existenciais, capazes de, desafiando os grupos, levá-los, pelos debates das mesmas, a posições mais críticas” (FREIRE, 1963, p.13).

²¹⁵ “A USIA foi criada oficialmente em 1953 e encerrou as suas atividades no ano de 1999. Antes de 1953, ela era chamada de USIS (*United States Information Service*). Como uma agência independente do governo dos Estados Unidos, a USIA foi responsável pela coordenação das ações de propaganda a partir de veículos oficiais e não oficiais. As funções dessa agência eram: divulgar positivamente a política externa e interna dos Estados Unidos pelo mundo, organizar programas de intercâmbio cultural oficiais entre os Estados Unidos e outros países, coordenar os programas da rádio *Voice of America* (rádio oficial do governo norte-americano, com várias estações espalhadas pelo mundo), *Radio Free Europe* e *Rádio y TV Martí*, especialmente fundada para contrapor-se à Revolução Cubana” (SILVA, 2008, p. 39).

Através da fala de Guerra se percebe que, sabendo como agia a agência estadunidense, os coordenadores em Angicos adaptavam a cooperação técnica norte-americana às suas próprias concepções pedagógicas, o que ilustra, em nossa pesquisa, uma forma de resistência à vulgarização dos padrões norte-americanos na região.

Um episódio emblemático em Angicos foi a greve deflagrada por pedreiros de uma obra de construção de salas de aula na cidade, financiada por projeto aprovado pela Aliança para o Progresso. Alguns desses trabalhadores eram alunos e participavam de atividades nos círculos de cultura com leituras e debates sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição Federal, discutindo direitos trabalhistas. Eles passaram a exigir o repouso semanal remunerado, entre outros direitos que descobriam que não eram reconhecidos pelos construtores e, sem sucesso, decidiram pela greve. O construtor telefonou para o secretário da Educação dizendo que assim não seria possível cumprir os prazos estipulados. Informou que havia chamado operários na cidade vizinha, Fernando Pedroza, mas que o caminhão da empresa fora impedido de entrar em Angicos. Os operários grevistas convenceram os demais a retornarem para casa, explicando-lhes a situação. Calazans Fernandes convenceu o empresário a assinar a carteira de trabalho e respeitar os direitos trabalhistas (FERNANDES e TERRA, 1994).

Diante de questões como essas não tardaram a aparecer opositores à experiência de Angicos, gerando inúmeras dificuldades na implementação da experiência em outras regiões. A USAID criava embaraços para aprovar projetos inspirados em Angicos. Logo no dia 2 de abril de 1964, o escritório do SECERN foi invadido pelo Exército, em busca de “literatura subversiva”, dinheiro e provas de desvio dos recursos do MEC. Marcos Guerra e demais integrantes da equipe do SECERN foram presos e o próprio Paulo Freire também, momentos depois (GUERRA e CUNHA, 2013, p.39). Após um longo processo as acusações contra Guerra foram retiradas pelo Superior Tribunal Militar (STM), que comprovou que o financiamento das atividades em Angicos fora realizado pelos Estados Unidos e não pela URSS, como constava no Inquérito Policial Militar (IPM).

Muitos coordenadores e alunos também sofreram repressão. Militares ameaçavam alunos e familiares que participavam das atividades. Por medo, vários queimaram seus cadernos ou os tiveram queimados. Dessa forma esses exemplares únicos sobre a

experiência de Angicos se perderam.²¹⁶ Ademais, um conjunto de outras atividades de educação popular foi desmontado pela repressão do novo regime, substituídas por iniciativas calcadas no adestramento do trabalhador segundo modelo de modernização estadunidense.

3.5 – O regime empresarial-militar de 1964 e a Aliança para o Progresso

A partir do golpe-empresarial militar de 1964²¹⁷ e do regime ditatorial implementado no Brasil, o programa de cooperação financeira e técnica estadunidense se aprofundou, multiplicando-se as iniciativas e políticas públicas a ele ligadas. O estado restrito brasileiro foi “conquistado” por representantes de frações da classe dominante – que passaram a ocupar postos chave na administração estatal. Dreifuss, no capítulo nove de *1964: a conquista do Estado*, demonstra como funcionou a “tomada do poder do Estado” pelos poucos representantes de grandes empreendimentos industriais, financeiros e multinacionais (DREIFUSS, 1981, p. 417-479).

Para evidenciar o conteúdo classista do golpe de 1964, o autor afirma que o empresariado não estava alheio à luta política e buscou ter uma visão mais abrangente das questões nacionais. A criação do IPES e do IBAD representou, justamente, a “fase política dos interesses empresariais” (DREIFUSS, 1981, p.161). A organização para a ação do IPES abarcava uma estrutura subdividida em *Grupos de Estudo e Ação*, quais sejam: *Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC)*; *Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP)*; *Grupo de Opinião Pública (GOP)*; *Grupo de Publicações/Editorial (GPE)* e *Grupo de Estudo e Doutrina (GED)*. Para alcançar seus fins, esses grupos lentamente se envolviam em atividades de influência parlamentar, tentando “persuadir legisladores, manipulando a opinião pública e integrando as diferentes frações econômicas e frações políticas da burguesia em uma ampla frente antigoverno” (Ibidem, p. 185).

Os *Grupos de Estudo e Doutrina* elaboravam críticas sistemáticas às propostas de reforma do governo, enquanto o *Grupo de Assessoria Parlamentar* se encarregava do bloqueio ao Executivo, alimentado a chamada rede ADEP/IBAD/ADP de apoio logístico material e político. Assim, os grupos de estudo prepararam emendas a projetos e leis, ainda no governo Jango, nas áreas econômica, social e política. Alguns dos mais

²¹⁶ O documentário disponível online “40 horas na memória: resgate da experiência pioneira de Paulo Freire em Angicos/RN. Direção: Passos Junior. Roteirista: Renata Jaguaribe. Produção: Amanda Freitas. Mossoró: Ufersa, 2013” possui uma série de relatos de alunos da experiência de 1963.

²¹⁷ Essas considerações são complementares às que realizamos no primeiro capítulo.

significativos grupos de estudo referiam-se à Remessa de Lucros, Reforma Tributária, Habitação Popular, Reforma Eleitoral, Inflação, Reforma Constitucional, Reforma Agrária e Planejamento, todas essas questões políticas polêmicas durante a gestão Goulart.

O folheto intitulado *O que é o IPES?* explicita claramente os objetivos do Instituto:

Os *empresários brasileiros* estão confiantes em que podem contribuir de maneira eficiente para que o Brasil atinja, com sua colaboração no domínio das ideias e no plano das ações, resultados concretos na luta contra o *subdesenvolvimento* [...] O IPES se afirma como força que renova sua confiança no *regime democrático* que considera o único legítimo capaz de oferecer soluções correspondentes para os problemas brasileiros, livre das distorções propostas pela esquerda e pela direita (FPR, caixa 53, pasta 3, grifos nossos).

Demonstrando a relação e o interesse de frações da classe dominante pelo programa estadunidense, o folheto enfatiza:

Dentro da democracia, e com as novas perspectivas de progresso econômico e justiça social – estabelecidos na Aliança para o Progresso e na encíclica *Mater et Magistra* – os empresários e todas as correntes democráticas e de opinião, que com eles queiram somar esforços, podem atuar em conjunto, encaminhar recomendações e participar do esforço que assegure ao Brasil romper definitivamente as barreiras que entravam seu progresso econômico e social (Ibidem).

Em maio de 1961, o Papa João XXIII apresenta, no seu terceiro ano de Pontificado, uma nova Encíclica, intitulada *Mater et Magistra*. A Encíclica demonstra “preocupações sociais”, revelando a presença da chamada Doutrina Social da Igreja. João XXIII foi o primeiro a escrever uma Encíclica sobre a questão rural e a necessidade da promoção das comunidades rurais. No Brasil, a V Assembleia Ordinária da CNBB, em 1962, produziu textos sobre o Nordeste e o programa estadunidense aqui estudado. Os textos tratavam de temas econômico-sociais, dando origem ao chamado Plano de Emergência para a mobilização geral da Igreja no Brasil (FREITAS, 1997, p. 275). Foram tratadas de forma prioritária algumas das questões mais candentes daquela conjuntura, com as quais a Igreja já estava, em alguma medida, comprometida. Tratava-se de experiências realizadas no país, sobretudo no Nordeste, tais como as Frentes Agrárias e a sindicalização rural, o Movimento de Educação de Base, o treinamento de líderes e a coordenação das obras apostólicas e sociais.

A Aliança para o Progresso foi abordada de forma minuciosa nos estudos, visando uma eventual colaboração do episcopado para com o programa. Junto a Ata da referida

reunião constava um texto intitulado “Posição em face da Aliança para o Progresso”, que indicava uma leitura cuidadosa das publicações do programa, bem como da Carta de Punta del Este, pelos participantes da Assembleia. A interpretação era a de que a Aliança parecia um “eco e um comentário” da *Mater et Magistra*, sendo, então, aconselhável dar-lhe “inteiro apoio moral e toda a possível colaboração” (CNBB. V Assembleia ... 1962, apud FREITAS, 1997, p. 98). A Igreja Católica tinha nesse momento como uma das principais preocupações, a penetração do “perigo comunista” nas áreas rurais brasileiras, vendo no programa estadunidense uma opção de neutralização do comunismo, ao mesmo tempo em que ele traduzia a preocupação de Roma com as questões sociais.

A citação do IPES, fazendo referência à *Mater et Magistra*, comparando-a ao programa estadunidense, demonstra a importância da doutrina social da Igreja, renovada no contexto da Guerra Fria, para os desígnios das classes dominantes brasileiras. As ações da Igreja nas áreas rurais, buscando estabelecer programas educacionais e direcionar a organização dos trabalhadores, serviam muito bem aos quadros da modernização capitalista. Tal referência não ocorria apenas no Brasil, basta lembrar que instituições religiosas dos Estados Unidos como a *Catholic Relief Service*, *Church World Service*, *Lutheran World Relief*, Caritas e Confederação Evangélica associaram-se à Aliança para o Progresso.

Voltando ao IPES, os fundadores do Instituto classificavam-no como “apolítico”, esclarecendo que, através de estudos, visavam encontrar soluções democráticas para os problemas do subdesenvolvimento brasileiro. O programa de ação do IPES fundamentava-se na “livre discussão” como passo preliminar para a recomendação de medidas aos órgãos executivos e legislativos. Dentre seus objetivos figurava o “fortalecimento das liberdades democráticas” através de medidas que “ampliassem as conquistas sociais e a participação de maior número de pessoas na estrutura econômica, segundo as exigências do progresso nacional” (FPR, caixa 53, pasta 3).

Dreifuss sinaliza que as reformas propostas pelo IPES – posteriormente colocadas em prática no governo Castelo Branco – aparentemente “apolíticas”, “racionais” e “vazias de conteúdo ideológico”, na verdade foram conduzidas diretamente por um bloco de frações de classe, formado por empresários e tecno-empresários ligados ao Instituto. Eles forneceriam não só as diretrizes das reformas a serem implementadas pela nova administração, como ocupariam postos de comando junto a inúmeras agências da sociedade política após 1964.

Os Grupos de Pressão do IPES, compostos principalmente por representantes ligados às multinacionais, conseguiram transformar-se em organizações de classe – partidos segundo Gramsci²¹⁸ – “capazes de uma ação política sofisticada” (DREIFUSS, 1981, p. 207) e de elaborar um projeto de “desenvolvimento” para o país. Dessa forma, a burguesia produzia e reproduzia seus próprios intelectuais, especializados no exercício de suas atividades, com a função de homogeneizar e conscientizar a(s) classe(s) da(s) qual(ais) eram orgânicos, de modo a garantir coesão e coerência com o as medidas de cunho econômico.

A já mencionada Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, nos moldes da congênere norte-americana *National War College*, formava não apenas militares, mas também uma “elite” civil, que permite que cruzemos os membros do IPES, com civis formados pela ESG e agremiados da ADESG. A ESG funcionava como centro difusor da Doutrina de Segurança Nacional, que “encorajou dentro das forças armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais” (Ibidem, p. 79). As turmas da ESG eram levadas anualmente aos Estados Unidos em viagens de complemento à sua formação e, até inícios dos anos 1970, pelo menos um oficial norte-americano permanecia na ESG regularmente como docente (Ibidem, p. 79), conforme já abordado no segundo capítulo deste trabalho.

Dreifuss aponta o alto grau de congruência dos valores vigentes entre os oficiais militares da ESG e os tecno-empresários, tendo sido estes últimos, muitas vezes, conferencistas da Escola, para onde levavam sistematicamente uma orientação acerca do processo de crescimento do país em direção à uma sociedade industrial capitalista (Ibidem, p. 78). Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, por exemplo, eram conferencistas assíduos da ESG, intelectuais orgânicos do IPES e, após o golpe de 1964, os principais ministros da gestão Castelo Branco, responsáveis pelo programa da Aliança para o Progresso.

A Aliança não era incompatível com a vertente militar da política externa estadunidense, ao contrário, complementavam-se. O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos²¹⁹, da década de 1960, tinha como principal temática a “ameaça interna”:

²¹⁸ “todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSI, 2001, p. 15).

²¹⁹ “Acordo inicialmente assinado em 15 de março de 1952 pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, chefiados, respectivamente, por Getúlio Vargas e Harry Truman, com o objetivo de garantir a defesa do hemisfério ocidental. Com o título oficial de *Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados*

A ajuda à polícia na América Latina cresceu no princípio da década de sessenta, enquanto que as Forças Armadas, sob o conceito guarda-chuva do Treinamento de Segurança Interna, desenvolviam sua capacidade para a “ação cívica”. O Treinamento de Segurança Interno incluía “treinamento em operações e táticas de contraguerrilha, contra insurreição, informações e contra informações, informação pública e guerra psicológica, assuntos civis e governo militar, controle de distúrbios em manifestações públicas e guerrilha na selva” (Ibidem, p. 115).

Os movimentos sociais latino-americanos eram uma preocupação dos políticos e estrategistas militares estadunidenses para quem a “segurança interna” desses países deveria ser preservada, combatendo-se a “agitação” e a “subversão”. A administração Kennedy enfatizaria a importância da contra-insurgência dentro das agências e departamentos norte-americanos, também lançando mão da teoria da modernização como pressuposto teórico. Conforme já tratado, teóricos da modernização afirmavam que os militares poderiam estar a serviço da ordem e da eficiência administrativa, do desenvolvimento industrial e progresso tecnológico (SILVA, 2008, p.132). Silva (2008) cita Lucien Pye, professor do MIT e integrante do grupo de pesquisadores de Rostow: “afirmava que os militares poderiam servir como agentes modernizadores, fortalecendo ações administrativas das nações em desenvolvimento” (Ibidem, p.133).

No tocante ao Brasil, em início dos anos 1960, diante do colapso do sistema político e da crescente mobilização dos trabalhadores do campo, os Estados Unidos passam a dispensar especial atenção, uma vez mais, ao Nordeste, por onde acreditavam que penetraria o “comunismo”. Exemplifica tal preocupação o fato de ser o Brasil um dos poucos países a receber duas missões da USAID, uma delas na região. Ademais, a política das “ilhas de sanidade” contou com vários aliados no Nordeste.

Através de sua minuciosa análise dos ocupantes de cargos no Estado restrito, Dreifuss verifica que, no pós-golpe empresarial-militar, os ativistas ex-ibadianos e do IPES passaram a controlar o processo de formulação de diretrizes e tomadas de decisão, promovendo o que chamavam de modernização da estrutura socioeconômica e reformulação do aparelho do Estado. Para os fins desta pesquisa interessa verificar a inserção dos intelectuais orgânicos prepostos da classe dominante agroindustrial junto ao Estado restrito, envolvidos direta ou indiretamente com as políticas públicas ligadas à Aliança para o Progresso.

Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, estabeleceu basicamente o fornecimento de material norte-americano para o Exército brasileiro em troca de minerais estratégicos. Foi denunciado em 11 de março de 1977 pelo governo do presidente Ernesto Geisel, deixando de vigorar um ano depois” (ARAÚJO, DHBB/CPDOC).

O “superministério” criado pelo regime no pós-golpe, o do Planejamento e Coordenação Econômica, teve como titular Roberto Campos²²⁰, transformando-se no ministério civil mais importante da gestão Castelo Branco, participando das decisões de todos os demais ministérios. Além disso, como veremos abaixo, era a Pasta responsável pela implementação do programa de assistência financeira e técnica estadunidense no país. O Ministério da Fazenda – outra importante Pasta para nossa pesquisa – foi ocupado pelo ipesiano Octávio G. de Bulhões que, juntamente com Campos, tornaram-se os “modeladores da nova economia brasileira” (DREIFUSS, 1981, p. 429).

O processo de concentração e centralização do capital nos países centrais, intensificado em meados do século XIX, resultou no aparecimento de gigantescas empresas capitalistas, muitas vezes reunidas em grupos, que monopolizavam determinados setores. Esse processo de concentração de capitais foi fugaz nos Estados Unidos e surgiram leis na tentativa de contê-lo, que produziram efeitos relativos e duvidosos, não sendo capazes de conter as contradições inerentes à “essência do capitalismo” (BANDEIRA, 1975, p. 3). Segundo Bandeira (1975), no Brasil, país da periferia do capital, “os monopólios implantados pelas corporações estrangeiras constituíram fator de atraso e entrave ao seu próprio esforço de industrialização” (Ibidem, p.5). O regime instaurado em 1964, se apresentou como *modernizador* e promoveu as (contra) reformas que o capitalismo reclamava:

Entre as reformas econômicas efetuadas pelo Governo de Castello Branco, se sobressaem: 1) a reorganização do mercado de crédito e de capitais, com a criação do Banco Central, o lançamento das obrigações reajustáveis do Tesouro e a criação de novos títulos e operações, com correção monetária para o setor privado; 2) reforma das leis fiscais; 3) a unificação cambial, com a supressão dos subsídios, das diferenciações de taxas e dos depósitos e encargos financeiros sobre as importações; 4) a revisão dos critérios de tarifação dos serviços de utilidade pública, com o reconhecimento explícito da correção monetária dos ativos no cálculo da remuneração das empresas; 5) a implantação da correção monetária dos aluguéis, a criação do Banco Nacional de Habitação e do mercado financeiro imobiliário, a fim de reativar os investimentos em habitação (BANDEIRA, 1975, p. 17).

²²⁰ Entendemos Campos como figura central na implementação, manutenção e supervisão da Aliança para o Progresso no Brasil. Campos já participava ativamente das relações bilaterais entre Brasil-EUA, desde os anos 1950. Nos anos iniciais do programa – durante o governo de Jango – Campos esteve à frente da embaixada em Washington e empenhou-se em negociações com o governo norte-americano, bem como com instituições financeiras privadas, visando fomentar ajuda financeira para o Brasil. De outro lado, Campos insistia sempre, junto aos Ministros das Relações Exteriores, para que o governo realizasse maior esforço de coordenação e de planejamento, dada a necessidade de planos detalhados – para análise da USAID – serem pré-condição para obter qualquer auxílio financeiro da Aliança. Além disso, era intelectual orgânico do IPES e participou das articulações para a derrubada de João Goulart, sendo peça chave na administração Castelo Branco na promoção da modernização da estrutura socioeconômica e reformulação do aparelho do Estado.

Bandeira (1975) destaca ainda que a repressão imprimida pelo regime, aliada à política econômica, desembocaram no agravamento da exploração da força de trabalho. A redução do salário real da classe trabalhadora a níveis insuficientes para garantir sua subsistência, bem como alterações nas leis trabalhistas, como o fim da estabilidade após 10 anos em uma mesma empresa em troca do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), garantiram a intensificação da extração da mais valia. “O objetivo era intensificar, extraordinariamente, a apropriação da mais-valia e, favorecendo o processo de acumulação, aumentar a taxa de investimentos, de acordo com as necessidades de expansão da economia” (Ibidem, p. 17).

Francisco de Oliveira (2013) analisando a expansão de capitais no pós-golpe, ressalta a importância do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) para a reestruturação do equilíbrio monetário, ou seja, “a contenção da inflação, como recriação do clima necessário à retomada dos investimentos públicos e privados” (OLIVEIRA, 2013, p. 93). Trata sobre o “superexcedente arrancado” dos trabalhadores e qual o seu papel dentro do sistema:

[...] o superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, *a função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se.* [...] em primeiro lugar, o superexcedente tem uma *função política de contenção*, para o que, necessariamente, reveste-se de características repressivas. [...] faz-se necessário aumentar a taxa de lucros, para ativar a economia, para promover a expansão (Ibidem, p. 100, grifos do autor).

Assim como Bandeira, Oliveira também demonstra uma linha mestra na política econômica do regime implantado em 1964, a contenção salarial seletiva que contribuiria diretamente para a acumulação capitalista. Para a implementação do rebaixamento salarial, o sistema repressivo foi fundamental, contendo qualquer possibilidade de organização de movimentos dos trabalhadores.

Bandeira (1975) chama atenção para a questão da migração dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, que reforçavam o “exército industrial de reserva”, barateando a força de trabalho. Oliveira (2013) destaca que a agricultura, no pós-1930, desempenhou importante papel na redefinição do padrão de acumulação capitalista no país já que, por um lado, através da exportação, supria as necessidades de bens de capital, e por outro, ao atender ao mercado consumidor interno de alimentos, supria necessidades das massas urbanas, impedindo a elevação do custo da alimentação, auxiliando o processo de acumulação urbano-industrial (OLIVEIRA, 2013, p. 42).

Outro importante papel desempenhado pela agricultura no processo de acumulação, foi o baixo custo de reprodução da força de trabalho rural, uma vez que a legislação trabalhista, mesmo após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, era quase inexistente no campo. Oliveira destaca a conciliação existente entre o crescimento industrial e o agrícola:

[...] se é verdade que a criação do “novo mercado urbano-industrial” exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”²²¹, baseado numa alta exploração da força de trabalho (Ibidem, p. 45-46).

Oliveira descreve o quadro de combinação entre os setores da agricultura e da indústria que garantiram o processo de acumulação desde os anos 1940 até a década de 1970. “A manutenção, ampliação e combinação do padrão ‘primitivo’ com novas relações de produção no setor agropecuário” têm, segundo o autor, grande importância para os setores urbanos, pois:

Elas permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: [...] fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o “exército de reservas” das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades de acumulação industrial [...] fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural*, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. [...] ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, [...] tudo forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 46, grifos do autor).

O esquema acima descrito pelo autor, não configurou uma oposição entre setores “atrasados” e “modernos”. Para ele, inexistia uma dualidade, subjazendo ao processo uma “integração dialética”. Esse modelo de agricultura cumpriu função indispensável na expansão do sistema capitalista no Brasil, uma vez que disponibilizando mão-de-obra ou alimentos, acelerou o processo global de acumulação da economia (Ibidem, p. 47).

A expansão do capitalismo avançado pelo mundo rural brasileiro preservou intocada a estrutura fundiária baseada na grande propriedade. Através do Censo Agrícola de 1970 e do *Anuário Estatístico do IBGE*, de 1973, Bandeira demonstra que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, “deixou praticamente intacto o monopólio da terra”. Ocorreu, segundo o autor, uma mudança da propriedade individual de terras, das

²²¹ Oliveira toma o conceito marxiano de “acumulação primitiva” redefinindo-o para analisar a acumulação primitiva em condições específicas, ou seja, nas periferias do capital (OLIVEIRA, 2013, p. 43).

mãos dos *coronéis*, para empresas agrícolas de grupos estrangeiros ou de capitalistas internos. O Grupo Rockefeller adquiriu mais de quinhentos mil hectares de terras no Mato Grosso; o norte-americano Henry Fuller²²² comprou mais de cento e sessenta mil hectares em Goiás; a Liquigás do Brasil S.A., empresa de capital italiano, obteve um empreendimento imobiliário de quase seiscentos mil hectares na região do Araguaia; a Volkswagen do Brasil S.A. investiu na criação de gado, adquirindo imensas propriedades na Amazônia (BANDEIRA, 1975, p. 49-50).

No que se refere às companhias estadunidenses, Bandeira destaca a *Brazilian Land Cattle Packing* e a *Brazilian Meat Co.* que controlavam, em Minas Gerais, enormes áreas. A *Brazilian Land Cattle Packing* ocupava uma área proporcional ao tamanho da Bélgica. No estado de Goiás, a *Universal Overseas Holding*, a *World Land Co.*, Henry Fuller e Stanley Amos Selling²²³, além de outros estrangeiros, “dos quais os norte-americanos compunham a maioria, ocupavam 3,5% de seu território”. João Inácio, um brasileiro que intermediava compra e venda de terras a grupos estrangeiros, era dono de mais de um milhão de hectares, distribuídos entre Maranhão, Pará e Amazonas. No Pará, uma série de empresas norte-americanas concentrava enormes quantidades de terras. Já no Amazonas, corporações internacionais compravam, através de incentivos fiscais, empreendimentos agropecuários (Ibidem, p. 51).

Bandeira aponta que já havia o interesse estrangeiro na aquisição de terras no Brasil. Todavia, a partir de 1966 quando a Força Aérea dos Estados Unidos realizou levantamento aerofotogramétrico do território brasileiro, este “apetite” foi exacerbado. Isso porque, foi detectada a localização de várias jazidas e esses mapas foram parar nas mãos de empresários estadunidenses.

Durante o Governo do Mal. Castello Branco, efetivamente, os norte-americanos começaram a estender em torno da Amazônia um cinturão de propriedades, abarcando, sobretudo, regiões de importância econômica, onde existiriam jazidas minerais desconhecidas até mesmo das autoridades brasileiras [...] (Ibidem, p.53).

Em 1968 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a compra de terras brasileiras por estrangeiros. Ocorreram denúncias de que “o que poderia ser um plano de colonização, orientado por uma potência estrangeira”, parecia ser o

²²² Henry Fuller protagonizou o uso de violência na ocupação de terras devolutas com o uso de “capangas” (*Correio da Manhã*, 03/05/1968). Ficou conhecido em Goiás pelos “métodos de violência que empregava para expulsar posseiros. Foi preso, condenado e posteriormente absolvido por pressão da diplomacia norte-americana (BANDEIRA, 1975, p. 51).

²²³ “Sellig foi assassinado em Indianápolis (EUA), no começo de 1970, por um comprador de terras que ele burlara (BANDEIRA, 1975, p. 51).

estabelecimento de um “cordão” isolando a Amazônia do resto do país, localizando-se nessas áreas, pontos de extremo interesse econômico e estratégico (Ibidem, p. 55).

A forte participação do capital internacional, fomentada pelo Estado através de políticas de incentivo, alargou seu raio de ação junto a agricultura brasileira e exerceu forte controle sobre a tecnologia – sementes selecionadas, genética avícola, rações – e sobre a comercialização – frigoríficos, armazéns, silos. Esse processo teve seu auge na década de 1970 culminando, inclusive, com uma crise que envolveu o então Ministro da Agricultura Rui Cirne Lima e o da Fazenda, Delfim Neto. O chefe da Pasta da Agricultura denunciara os “benefícios das corporações multinacionais” que “esmagavam” o médio e pequeno produtor rural.

A questão do trigo pode ser tida como um exemplo emblemático da participação de grandes companhias estrangeiras em atividades agropecuárias no país. A produção nacional de trigo, depois de 1945, perdeu competitividade, pois o trigo importado se tornou mais atrativo. O grupo argentino Bunge y Born²²⁴ dominava o mercado, com uma rede de moinhos nas principais cidades do país tendo, segundo Bandeira, juntamente com outros associados, trabalhado para “liquidar a produção a brasileira”. Os já citados Acordos do Trigo entre Brasil e Estados Unidos também são apontados como fator prejudicial à produção nacional de trigo (Ibidem, p.76-77).

No setor da avicultura havia forte domínio de empresas estadunidenses, que monopolizavam todas as etapas de produção. No final dos anos 1950, empresas daquele país associaram-se a granjas brasileiras, incentivando a importação de matrizes norte-americanas, com o objetivo de maximizar a produção de ovos e carne. Quando tais matrizes já eram primordialmente utilizadas, instalavam suas próprias subsidiárias.

Essa penetração maciça da genética norte-americana, intensificada a partir de 1962, determinou a destruição dos plantéis de aves puras, existentes do país, entravando e liquidando toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento de uma tecnologia nacional (Ibidem, p.78).

O Centro de Experimentação da Secretaria de Agricultura do Estado da Guanabara e o Serviço de Avicultura, ambos funcionando na Fazenda Modelo, foram extintos em 1964 pelo governador Carlos Lacerda, que recebeu várias críticas sobre o sucateamento

²²⁴ “O grupo Bunge y Born, entre várias outras empresas, controlava a Sanbra (também interessada no algodão e na soja), Moinho Fluminense, Moinho Santista, Grandes Moinhos do Brasil, Moinho Fanucchi, Moinhos Riograndenses e Teone Moinhos do Brasil S.A. Esse grupo, com atividades em quase todos os países da Europa Ocidental e da América do Sul, nos Estados Unidos, México, Canadá, Ásia, África, mantém uma infra-estrutura representada por empresas de transportes, seguros, de propaganda etc. Possuía ainda ligações no Brasil, com o Banco Francês e Brasileiro (Credit Lyonnais), tendo absorvido os moinhos do grupo J. Macedo” (BANDEIRA, 1975, p. 76).

de anos de trabalho técnico e científico para o desenvolvimento genético da avicultura nacional. Outros centros produtores de linhagens tiveram dificuldade em manter suas atividades e, dessa forma, a produção de matrizes ficou sob o controle de companhias internacionais, principalmente norte-americanas²²⁵ e era de tal magnitude que, caso os Estados Unidos suspendessem o fornecimento de aves ou a produção de matrizes, o Brasil sofreria um colapso na produção de ovos e frangos (Ibidem, p. 80).

Purina, Cargill, Central Soya, Anderson Clayton e Avisco, todas empresas estadunidenses, dominavam o setor de rações no Brasil do período. Estas companhias contavam com alta tecnologia e fácil acesso à compra de milho e soja a baixo custo. Dessa forma, elevavam o preço das rações prejudicando, principalmente, pequenos e médios granjeiros. Além disso, o fato de grandes empresas norte-americanas fabricarem rações no Brasil, necessariamente não equivaleu a uma melhora na qualidade do produto (Ibidem, P. 81).

A utilização de fertilizantes, extremamente fomentada a partir da Aliança para o Progresso, gerou, em 1966, uma importante política pública voltada para o campo brasileiro. O projeto de modernização agrícola nesse período, envolvia prioritariamente a disseminação do uso de máquinas e fertilizantes agrícolas, orientada a partir do paradigma norte-americano. O Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL) fornecia subsídios a agricultores que aplicassem “adubos na formação de suas lavouras e pastagens” e utilizassem “suplementos minerais na alimentação de seus rebanhos leiteiros e de corte”. Os recursos viriam, dentre outras fontes, da USAID e do acordo para a importação de fertilizantes dos Estados Unidos.²²⁶ Gigantescas companhias estadunidenses como a *Phosphate Rock Association* e a *Potash Export Association Inc.*, visavam assegurar o mercado brasileiro para os adubos sintéticos, tendo na Aliança um instrumento de disseminação de seu consumo entre os agricultores.

A indústria de fertilizantes no Brasil só se desenvolveria a partir de 1973, sendo esse mercado hegemônico por empresas de capital internacional (SORJ, 1980). Dessa maneira, os recursos do FUNFERTIL seriam utilizados para financiar a compra dos produtos estrangeiros. O próprio Roberto Campos, em conferência proferida no

²²⁵ Hy-Line, Kimber, Welp Line, Cobb, Shaver (empresa canadense que passou para o controle da norte-americana Cargill), H. & N. e Arbor Acres (empresa do Grupo Rockefeller que também tinha participação na Avisco, fabricante de ração e produtora dos pintos Cobb, no Brasil) (BANDEIRA, 1975, p. 79-80).

²²⁶ Decreto nº 58.193, de 14 de Abril de 1966, Cria o Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais - FUNFERTIL, e dá outras providências.

Curso de Planejamento Agrícola, do Ministério da Agricultura, ao tratar da conjuntura rural brasileira, defendia o aumento da produtividade mediante utilização de fertilizantes químicos, deixando claro seu papel de intelectual orgânico a serviço do capital estrangeiro no Brasil:

[...] a agricultura brasileira tem sido incapaz de gerar um fluxo de renda satisfatório à manutenção dos que nela trabalham [...]; seu crescimento tem sido demasiadamente lento”; “apenas 5% dos agricultores usam fertilizantes químicos e menos de 10% da área cultivada se baseiam na utilização de fertilizantes em proporções adequadas” [...] (*O Estado de São Paulo*, 20/06/65, p. 3).

Em abril de 1967, ocorreu o Encontro da Indústria Química, organizado pela Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados em cujo decorrer representantes do empresariado setorial defenderam a necessidade de uma produção nacional abundante de fertilizantes. Porém, os produtos só seriam totalmente absorvidos, a partir do incremento de sua utilização. Essa demanda de mercado só atingiria níveis ideais com a generalização da mecanização do campo em todo o país. Os empresários elogiam as políticas de estímulo ao desenvolvimento do consumo de fertilizantes perpetradas através do FUNFERTIL (BRASIL, Ministério da Agricultura, cx. 1632, 1967).

A atuação dessas grandes empresas estrangeiras, no contexto de desenvolvimento de um capitalismo mais avançado que invadiu o campo brasileiro, não pôs fim à grande propriedade, porém transformou-a a partir de um paradigma de modernização que visava ultrapassar o “atraso”, destruindo qualquer vestígio de uma produção “primitiva”. O golpe de 1964 significou uma reordenação do padrão da acumulação capitalista no país e para o campo, especificamente, representou a implementação de uma política de modernização da agricultura perpetrada pelos governos militares. A farta concessão de créditos, a disseminação de tecnologia que privilegiava produtos destinados à exportação, a propagação do ensino rural e de pesquisas voltadas para a produtividade e para “padrões de modernidade”, foram responsáveis pela adequação do campo brasileiro à dinâmica do capitalismo avançado, sem qualquer alteração na estrutura fundiária brasileira.

O programa de assistência financeira e técnica estadunidense, lançado pela administração Kennedy na conjuntura da Guerra Fria e tendo como legitimação teórica a teoria da modernização, contribuiu de forma direta para o processo de reprodução capitalista no campo brasileiro. As duas principais entidades de classe do patronato rural

brasileiro – SNA e SRB²²⁷ – participaram ativamente das articulações para o golpe de 1964. E uma vez instaurado o regime militar, estiveram à frente da consolidação de iniciativas ligadas à Aliança para o Progresso importantes intelectuais orgânicos da SNA, demonstrando o interesse da burguesia agroindustrial em acessar recursos norte-americanos direcionados ao campo.

3.6 – A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Aliança para o Progresso

Detectamos em nossas pesquisas, uma considerável participação de membros da Sociedade Nacional de Agricultura nos quadros da Aliança para o Progresso. Sendo uma das principais entidades do patronato rural à época, interessa-nos verificar mais de perto sua relação com os governos brasileiros ao longo da década de 1960 e inícios dos anos 1970, bem como suas estratégias de atuação para garantir os interesses das frações de classe por ela representados em relação ao programa de cooperação técnico-financeira estadunidense.

Em fins do século XIX, em meios aos debates sobre o fim da escravidão, a classe dominante agrária iniciava suas primeiras tentativas de discutir coletivamente seus problemas, reunindo-se em Clubes Agrícolas. Essas iniciativas desembocaram na organização de várias entidades patronais rurais na sociedade civil. Mendonça (2008) destaca a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) e a SNA. Caracteriza a primeira como porta-voz do núcleo dinâmico da cafeicultura do estado de São Paulo e a segunda como agremiação dos setores agrários oriundos do eixo Nordeste/Sudeste/Sul os quais, desde fins do século XIX, “encontravam sérios obstáculos à colocação de seus produtos no mercado internacional” (MENDONÇA, 2008, p. 2). Para os ricos fazendeiros paulistas a intensa imigração italiana subvencionada pelo governo estadual era promissora, ao passo que os proprietários agremiados pela SNA defendiam a diversificação da agricultura, e pleiteavam a fundação do Ministério da Agricultura (MA).²²⁸

²²⁷ A SRB mantinha posição radical contrária à reforma agrária proposta pela gestão de Goulart. Os dirigentes da SNA também se mostravam contra o projeto de reforma agrária, porém utilizavam um tom mais moderado, admitindo a necessidade de “alguma reforma”. Ambas as entidades participaram da urdidura do golpe, o que pode ser verificado pelos editoriais de suas revistas (MENDONÇA, 2010b, p. 38-39).

²²⁸ O Ministério da Agricultura foi implantado em 1909, tendo como titulares os próprios dirigentes da Sociedade. Apenas um dos ministros não presidiu a Sociedade. A esse respeito ver MENDONÇA, 1997, principalmente o capítulo dois. Mendonça em sua pesquisa de fôlego aborda a disputa entre esses segmentos agrários, que fez da criação do Ministério da Agricultura, em 1909, uma das mais acirradas competições

A própria SNA avalia o contexto de sua criação como:

Nas áreas mais prósperas e de economia ainda fundamentalmente escravista, como o Estado de São Paulo, tais clubes serviram, sobretudo, para a organização dos interesses contrariados pelo avanço abolicionista, ao passo que nas regiões cuja dinâmica da monocultura exclusivista já estava em queda, como o Estado do Rio de Janeiro, esses grupos puderam assumir um papel mais progressista, na tentativa de buscar alternativas reais ao sistema de trabalho cuja falência era iminente. Nesses casos, pregavam a diversificação agrícola, as alterações no regime de trabalho e na posse da terra, *a educação tomada no sentido mais amplo* desde a difusão de *conhecimentos técnicos* até a formação de um *novo espírito para a classe agrária, o associativismo e o crédito agrícola* (SNA, 2005, p.16, grifos nossos).

Dessa forma a entidade demonstra sua visão sobre a educação, tomada em “sentido mais amplo”, ligada à difusão de informação e de crédito agrícola, ou seja, uma noção baseada em levar o “saber técnico” ao rurícola “atrasado”, visando “modernizar” a agricultura no Brasil, leia-se, levar ao campo a industrialização capitalista.

Desde sua fundação a SNA tinha como uma de suas principais atividades a realização de seminários, congressos e exposições, de modo a congregar e formar o consenso junto à classe proprietária. Defendia o caráter didático de tais iniciativas, porém, ressaltando a importância de seu cunho político, uma vez que, desses encontros, emanavam propostas a serem encaminhadas aos governos estadual e federal sobre os mais variados temas ligados ao agro, propostas estas muitas vezes acolhidas (SNA, 2005, p. 20).

Edgard Teixeira Leite, quando 1º vice-presidente da agremiação em junho de 1962, enviou carta a Luiz Simões Lopes, congratulando-o por sua escolha para compor a COCAP. O dirigente da SNA ressaltava que tanto a entidade por ele representada, quanto a CRB, louvavam a escolha de Simões Lopes para a Aliança para o Progresso. Cita na correspondência, inclusive o nome do diretor da CRB, Flávio da Costa Brito (LSL, 1961, 08.16). Dessa forma, podemos avaliar que o nome de Simões Lopes recebia o aval de duas das mais importantes agremiações do patronato rural à época.

Outra importante iniciativa da agremiação destinada à difusão de “conhecimento técnico” foi a publicação do periódico *A Lavoura*, que utilizaremos nesse trabalho com o objetivo de investigar a ação política deste aparelho privado de hegemonia. Dirigentes da Sociedade afirmam que a revista possui uma perspectiva “ampliada” dos conceitos de educação e propaganda e que seus textos buscavam colaborar para a “formação de uma

políticas intraclasse dominante agrária do período, almejando, todos eles, nele inscreverem seus portavozes.

nova mentalidade” junto à população rural, chamada a encarar sua atividade com “orgulho” e como verdadeiros “empresários modernos”, associados à “Ciência” (Ibidem, p. 20).

A revista noticiou o lançamento da Aliança para o Progresso, ressaltando o escasso desenvolvimento da América Latina; a baixa taxa de renda *per capita* e de produtividade da agricultura; a concentração fundiária “desfavorável e anti-econômica”; e o problema da educação. A Aliança era interpretada como uma “nova perspectiva na luta contra o subdesenvolvimento” percebido como “o maior de todos os problemas” do Brasil e da América Latina (*A Lavoura*, nov./dez., 1961, p.6-8).

Em 1899, a SNA recebeu, por transferência efetuada pelo Ministério da Viação, Indústria e Comércio, a antiga Fazenda Grande da Penha, no Rio de Janeiro, transformada por seu então presidente José Cardoso de Moura Brasil, em Horto Frutícola da Penha. Neste estabelecimento eram mantidos viveiros de plantas e campos de demonstração experimentais em agricultura. Alguns anos depois a escola foi organizada, transformando-se no Aprendizado Agrícola da Penha, renomeado, em 1921, de Aprendizado Agrícola Wencesláo Bello.

Para a SNA a melhoria e o aumento da produção agropecuária dependiam, em grande parte, da formação de técnicos de nível superior e médio. A Escola Wencesláo Bello oferecia cursos profissionais, em regime de internato, gratuitos, com duração de três anos, direcionados para jovens “filhos de lavradores entre 14 e 17 anos”. A agremiação procurava formar não apenas uma geração de pequenos proprietários dotados de uma visão “modernizadora” da agricultura, como também um corpo técnico de especialistas destinados a trabalhar em empresas privadas e órgãos públicos (*A Lavoura*, jul./ago.1962, p. 3).

A SNA mantinha acordo com o ETA desde os anos 1950 voltado para diversos trabalhos de cooperação na Escola Wencesláo Bello, consubstanciado no Projeto 38. Como abordado no Capítulo II, o ETA, na década de 1950, através do Programa Ponto IV, manteve sob seu gerenciamento 46 projetos, contratados com mais de 70 agências distintas e agrupados em quatro setores: Educação e Pesquisa; Conservação e Recursos Naturais; Produção e Extensão Rural (MENDONÇA, 2010b, p.147). No início de 1962, segundo *A Lavoura*, o acordo estava vigente e foram iniciados entendimentos entre a SNA e o ETA para ampliar tal cooperação (*A Lavoura*, jan./fev., 1962, p.28-29). Desde 1961, o Programa Ponto IV foi incorporado à Aliança para o Progresso e, dessa forma,

encontramos uma ligação direta entre a SNA, em particular através de sua Escola Wencesláo Bello, e o programa lançado por Kennedy.

Uma das atividades realizadas com recursos do ETA era a oferta de “cursos de agricultura” gratuitos, acessíveis a todos, “independente de idade, sexo, nível cultural, profissão, etc.”, ofertados na sede da escola, aos sábados e domingos. Os cursos eram fornecidos também em colaboração com a CBAR²²⁹, envolvendo “Cursos Práticos Agrícolas” que priorizavam: cultura de hortaliças foliáceas, floricultura, contabilidade agrícola, cooperativismo rural, enxertia avicultura, conservação do solo, inseticidas e fungicidas, administração de propriedades rurais, combate a doenças e pragas de hortas e pomares, solos e adubação, apicultura, cálculos e medidas agrárias e cultura de citros (*A Lavoura*, mar./abr. 1962, p.13).

Outra modalidade de convênio no âmbito da Aliança para o Progresso foi um contrato celebrado entre a SEAV e a SNA para a locação de imóvel de propriedade da agremiação pelo Ministério da Agricultura. O acordo previa o aluguel de um prédio de propriedade da SNA, situado no bairro da Penha, no Rio de Janeiro, para nele serem instaladas e funcionarem dependências da SEAV, por um prazo de vigência de três anos (MEC, 1967, p. 51-54).

O Diretor Geral da USAID no Brasil, Jack B. Kubisch, visitou a Escola Wencesláo Bello em outubro de 1962, para conhecer as atividades de assistência técnica previstas no acordo ETA/SNA, que foi incorporado à Aliança para o Progresso. Participaram também da visita o embaixador William H. Draper; três funcionários da USAID, Ludwell Montagne, Thomas Naughton e Ray Solono, técnicos do Programa de Assistência da agência; Roberto H. Warrens, vice co-Diretor do ETA e Merrill B. Assay, técnico em Educação Agrícola do Escritório (*A Lavoura*, set./out.1962, p.24). A visita sinaliza que os dirigentes da agência criada por Kennedy e braço operacional da Aliança, atuavam no sentido de conferir um grau de importância ao acordo realizado, no âmbito do Programa Ponto IV, com essa agremiação do patronato rural brasileiro.

Em outubro de 1962 a SNA homenageou o engenheiro agrônomo norte-americano, Consultor em Educação Agrícola do ETA, Merrill B. Assay, entregando-lhe o título de sócio honorário e uma medalha de ouro da entidade. A solenidade contou com a

²²⁹ Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) analisada no segundo capítulo, um dos mais importantes acordos firmados no pós-Segunda Guerra entre Brasil e Estados Unidos, especificamente voltado para educação rural. Outro exemplo de continuidade da “ação cooperativa” estadunidense iniciada ainda no segundo quartel da década de 1940.

presença do presidente da agremiação, Luiz Simões Lopes; presidente e diretores da Confederação Rural Brasileira (CRB)²³⁰; os codiretores brasileiros e americanos do ETA; técnicos do ETA e do Ponto IV no Brasil; além de outras personalidades da embaixada americana, diretores da SNA, docentes da Escola Wencesláo Bello e membros do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara.

O discurso proferido pelo homenageado foi bastante emblemático, demonstrando a visão norte-americana sobre a educação no campo, reforçando nossos argumentos que o período foi marcado por uma mudança de significado do ensino agrícola no país.

Em um “país basicamente agrícola” como o Brasil, a educação relacionada com as coisas do campo adquire especial significação [...] A educação em suas múltiplas ramificações torna acessível o emprego eficiente e indispensável de todas as medidas que, em última análise, visam o incremento da produção e o abastecimento de gêneros alimentícios e de matérias primas para todo o país, em estreita colaboração com suas co-irmãs, a pesquisa e a extensão, complementadas pelo associativismo, as cooperativas e a distribuição adequada do crédito agrícola (*A Lavoura*, set./out.1962, p.8).

Através da Aliança para o Progresso a SNA também realizou acordo diretamente com a SEAV, do Ministério da Agricultura, para a realização de “cursos avulsos” de ensino agrícola na Escola Wencesláo Bello. Nos termos desse acordo, a SEAV contribuiria com professores de seu quadro e a Escola da SNA, com a responsabilidade de administrar todo o curso, fornecendo suas instalações, que compreenderiam salas de aula, áreas de cultura, instalações agrícolas e materiais. O convênio foi assinado em outubro de 1965, tendo a duração de cinco anos, podendo ser renovado por igual período (MEC, 1967, p.43).

A Escola da agremiação patronal era responsável por ministrar cursos de ensino agrícola, podendo pautar seu conteúdo e forma, utilizando professores do principal órgão nacional responsável por orientar e fiscalizar o ensino agrícola no país. Importante destacar novamente que o presidente da SNA entre 1963 e 1979, Luiz Simões Lopes, também era membro do ETA e do CONTAP. Além de Lopes, ocupavam também cargos no Estado restrito ligados direta ou indiretamente à Aliança para o Progresso: Heitor Grilo, terceiro presidente da SNA entre 1963 e 1971 e membro do Conselho Superior da entidade entre 1959 a 1975; Edgard Teixeira Leite, segundo vice-presidente da agremiação entre 1955 e 1960, primeiro vice-presidente entre 1961 e 1968 e membro do Conselho Superior entre 1959 e 1986; Flávio da Costa Brito, membro da Diretoria Técnica da entidade entre 1961 e 1968, do Conselho Superior entre 1966 e 1993 e 1º vice-

²³⁰ Agremiação que deu origem à Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

presidente entre 1969 e 1974. Isso demonstra não apenas a imbricação de intelectuais orgânicos do patronato rural junto à sociedade política, como também a estratégia de ação desses dirigentes no sentido de nortear um modelo de ensino agrícola pautado pela visão de desenvolvimento como equivalente à utilização de insumos ditos “modernos” e pelo crédito agrícola.

Dessa maneira, os Estados Unidos através dos acordos perpetrados não apenas com o governo brasileiro, mas também diretamente com uma agremiação do patronato rural, desde a década de 1950, trataram a educação em suas “múltiplas ramificações”, suplantando a educação escolar e transformando-a em uma educação produtivista, que deveria levar ao homem do campo um “modo de vida” que rechaçasse movimentos sociais contestatórios e valorizasse a associação em prol da produtividade, além da visão “modernizante” de agricultura que precisaria do crédito para ser alcançada. O trabalhador rural foi bombardeado com essas ideias apresentadas como o único modelo a ser seguido

3.7 – Aprofundamento e consolidação da cooperação técnica da Aliança para o Progresso

Com Castelo Branco empossado presidente, Roberto Campos assumiu o Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica, trazendo para a Pasta a concepção da fulcral necessidade do desenvolvimento econômico. Campos defendia que para este ocorrer, o financiamento do governo e de entidades privadas norte-americanas seria essencial e, para tanto, era urgente e imperioso um planejamento técnico. O Ministério era estratégico dentro da administração Castelo Branco e, juntamente com o Ministério da Fazenda, desempenhou papel axial na busca de investimentos “em volume adequado ao porte da estrutura produtiva”. O objetivo era superar a crise do capitalismo brasileiro que se arrastava desde 1962 e a solução se baseou na intensificação da exploração do trabalho e na própria concentração de empresas e capitais (MENDONÇA, 2006, p. 91-92). Dessa maneira, questões como desenvolvimento, crescimento econômico, planejamento, cooperação técnica e cooperação financeira, permearam todas as iniciativas de Roberto Campos à frente da Pasta.

A questão agrária brasileira era tratada de forma destacada pelo Ministério, tendo sido Campos indicado por Castelo Branco para, juntamente com o Ministro da Agricultura, supervisionar o Grupo de Trabalho para Regulamentação do Estatuto da

Terra (GRET), integrado por vários membros do IPES²³¹ e que estabeleceu “os contornos e as fronteiras do que será ou não discutido sobre a questão fundiária pelas elites políticas e empresariais e, posteriormente, pelo Congresso Nacional e pela sociedade” (BRUNO, 1995, p. 16).

Ademais, o Ministério do Planejamento contava com um Departamento de Agricultura e teve a preocupação em trazer para os quadros do planejamento do desenvolvimento, “técnicos qualificados, especialistas dos problemas da economia agrária brasileira e representantes das entidades de classe de proprietários e trabalhadores rurais” (RC, *Exposição de Motivos* de 9/9/64). Foram então colocados à disposição do Gabinete de Campos diversos funcionários do Ministério da Agricultura, além de celebrados contratos de prestação de serviços para a elaboração de projetos técnicos em parceria com uma série de empresas. O intelectual orgânico Eudes de Souza Leão Pinto²³² era assessor do Gabinete do Ministério do Planejamento e coordenador do setor de agricultura. Para Campos a questão agrária deveria passar pelo planejamento agrícola, sendo de “fundamental importância quer para os objetivos imediatos de contenção inflacionária, quer para o de mais longo prazo, de desenvolvimento harmônico do país” (Ibidem).

A leitura que os dirigentes do Ministério fizeram do campo brasileiro era a de que existiam dois tipos de malformação na estrutura agrária: o latifúndio, no qual o uso da terra como fator de produção era muitas vezes desperdiçado e o minifúndio, incapaz de gerar economias de escala. A ênfase maior recaiu sobre as pequenas unidades, onde prevalecia o produtor de baixo nível de instrução, baixa produtividade, demora de adaptação às alterações de mercados, lenta geração de capitais e não incentivo ao investimento privado em proporções substanciais. Como solução defendia-se a

[...] necessidade da ação supletiva do Estado, no sentido de encaminhar para o meio rural o capital público e de criar condições favoráveis a um maior investimento privado [...] O *Crédito Rural* é instrumento essencial nos

²³¹ Regina Bruno analisa as divergências entre os membros do GRET, que giravam em torno, principalmente, das divergências desde o pré-64 entre os membros do IPES Rio e do IPES São Paulo.

²³² Engenheiro agrônomo; professor de Genética Vegetal, da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (Universidade Rural de Pernambuco). Secretário de Estado de Agricultura, Indústria e Comércio no governo Etelvino Lins, desenvolveu o Serviço de Extensão da ANCAR – RN; apoio às Cooperativas e Associações Rurais, expandindo o Crédito Rural. Foi dirigente do Departamento Agronômico e Assessor Técnico-Científico da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – SANBRA, posteriormente incorporada pela Bunge, gigante do agronegócio. Entrou para o Curso da Escola Superior de Guerra e foi eleito Vice-Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), em 1963, e Presidente em 1964. Foi um dos líderes do IPES-Rio e membro do IBAD. Diretor técnico da CNA. Foi o primeiro Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário – INDA no ano de 1965; Diretor da Companhia Siderúrgica do Nordeste – COSINOR.

programas de *aumento da produção* e melhoria da *produtividade agropecuária* (ARQUIVO ROBERTO CAMPOS, EM nº 17/64, grifos nossos).

Em face a essas diretrizes foi criado o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP). O CONTAP consistiu em um esforço de sistematizar a obtenção e alocação dos recursos da Aliança, direcionados à assistência técnica. O Conselho era integrado por representantes da SUDENE, do Escritório do Ponto IV e da COCAP, sob a presidência do Ministro do Planejamento e tendo como Secretário o Diretor Executivo do Escritório do Ponto IV.

[...] CONTAP – destinado a obter e gerir recursos para o financiamento de programas e projetos de cooperação técnica bem como ajuda de capital, aos mesmos relacionada.

Art. 2º O CONTAP aplicará recursos em complementação aos do Programa de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso, de conformidade com metas e princípios estabelecidos na Carta de Punta del Este (Decreto nº 56.979, de 1º de outubro de 1965).

O Conselho foi criado para funcionar dentro do Ministério do Planejamento e seria responsável por uma conta especial no Banco Central, suprida por recursos do governo brasileiro, da USAID, do BID e outras agências internacionais de cooperação técnica. O Banco Central, através do Fundo Geral de Agricultura e Indústria (FUNAGRI)²³³, responsabilizava-se pela contabilidade e auditoria da conta, devendo manter o Conselho devidamente informado das operações realizadas. A finalidade do Fundo era gerenciar os financiamentos destinados a “contribuir para a modernização das atividades agrícolas do país”.

O Conselho realizava reuniões semestrais, além de outras extraordinárias, para a aprovação da programação geral da aplicação dos recursos disponíveis provenientes da USAID, do BID e demais agências financeiras da Aliança para o Progresso. Além de discutirem a fixação de critérios para a aplicação dos recursos que envolviam cooperação técnica. A cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos esteve voltada principalmente para as seguintes áreas:

- a) Levantamento, análises e estudos de recursos humanos, naturais e financeiros do país;
- b) Trabalhos de planejamento de desenvolvimento social e econômico;
- c) Expansão e aprimoramento de sistemas escolares e extraescolares;
- d) Formação, aprimoramento e multiplicação do magistério de todos os níveis;
- e) Elaboração, multiplicação e distribuição de material didático e técnico, relacionado com programas já adotados de desenvolvimento social, educacional e técnico;

²³³ O FUNAGRI foi criado também em 1965, como um fundo de natureza contábil do Banco Central, constituído, dentre outros, por recursos obtidos junto a entidades internacionais.

- f) Formação, especialização, aprimoramento e treinamento de economistas, administradores e técnicos em geral e, em particular dos destinados a programas de desenvolvimento social e econômico já aprovados;
- g) Aprimoramento ou reorganização de serviços públicos autárquicos, de economia mista ou privada de interesse público;
- h) Pesquisas científicas e tecnológicas;
- i) Aumento de produtividade do capital investido no país (BRASIL, 1966).

Segundo estudo feito pelo Escritório Ponto IV a maior parte da assistência técnica dos Estados Unidos foi destinada ao treinamento de pessoal. Algumas fontes do governo brasileiro procuraram justificar e abrandar a participação/intromissão estadunidense. Existiam muitos projetos de assistência técnica direta a serviços públicos brasileiros, concentrados nas áreas de agricultura, saúde, administração e recursos naturais. Os relatórios da COCAP informavam que consultores e peritos norte-americanos “experimentados” trabalhavam em “colaboração” com os técnicos brasileiros, porém, “em período temporário”. Os técnicos brasileiros, ao fim desse “curto” período, “assimilavam o que de novo foi trazido ao país”. Muitos projetos envolviam também o envio de técnicos brasileiros para especialização em escolas e serviços nos Estados Unidos, além da doação de livros, publicações, e equipamentos de pesquisa tecnológica (BRASIL, 1966, p. 140).

Além disso, havia projetos de cooperação técnica entre universidades norte-americanas e escolas e universidades brasileiras que envolviam a manutenção, por vários anos, de uma missão de professores estadunidenses para “cooperar” com docentes brasileiros. Veremos no capítulo quatro uma série de exemplos desses acordos. Ademais, tal cooperação abrangia o envio, durante a década de 1960, de professores brasileiros para realizar estágio ou estudos em universidades norte-americanas; a “orientação” e ajuda financeira da USAID na aquisição de livros e na organização de bibliotecas de universidades brasileiras; tradução de livros e produção de apostilas ou publicação de material didático em geral e a organização e realização de pesquisas (Ibidem).

A pós-graduação aparece com destaque nos acordos Brasil-Estados Unidos no âmbito da Aliança para o Progresso. O princípio defendido era o do “treinamento e aperfeiçoamento” em universidades estadunidenses de professores e técnicos brasileiros de nível superior que trabalhassem em empresas privadas ou no serviço público. Alguns exemplos das instituições que participavam dessa cooperação foram: Fundação Getúlio Vargas (Escola de Administração de Empresas)/Universidade de Michigan; Escola Agrícola de Viçosa/ Universidade de Purdue; Escola Agrícola de

Piracicaba/Universidade de Ohio e Universidade Federal do Ceará/ Universidade da Califórnia (Projeto Azimov).²³⁴

De acordo com relatório da COCAP de 1966 o governo dos Estados Unidos investiu nos programas de assistência técnica, entre 1942 e 1965, o valor total de US\$ 113 milhões, dos quais US\$ 70 milhões após o lançamento da Aliança para o Progresso (BRASIL, 1966, p. 141)²³⁵. Não nos interessa analisar o montante de valores empregados nos programas de cooperação técnica estadunidenses para o campo, mas, sim, observar a natureza desses projetos, suas áreas de atuação, sua dinâmica da implementação, com o objetivo de corroborar nossa hipótese sobre a utilização da Aliança para o Progresso como estratégia de difusão do paradigma de modernização norte-americano junto ao mundo rural brasileiro.

Como já mencionado, os requisitos para a obtenção de recursos no âmbito do programa estadunidense eram i) a exigência de planos, programas e projetos “tecnicamente” elaborados e ii) a realização de reformas sociais “indispensáveis”, com destaque para as reformas agrária, educacional e tributária (BRASIL, 1964, p. 3). Dessa forma, entrou na ordem do dia da administração pública brasileira a questão do planejamento “técnico”, e podemos verificar várias políticas públicas impetradas pelo estado restrito que envolveram serviços dos chamados “escritórios técnicos”.

Dreifuss (1981) mostra em suas pesquisas que, no governo de Juscelino Kubistchek, surgiu a assim chamada “administração paralela”, baseada na formação de anéis burocrático-empresariais:

[...] ampla gama de organismos de planejamento e consultoria e comissões de trabalho, os Grupos Executivos. Composta por diretores de empresas privadas e empresários, oficiais militares, com “qualificação técnica e profissional”, rivalizando e ampliando seu espaço no lugar da burocracia populista, nas formulações das diretrizes [...]. Eles aplicaram a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas socioeconômicos nacionais [...]

²³⁴ O Projeto Morris Asimov foi implantado na região do Cariri, em decorrência de um acordo entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade da Califórnia (UCLA), em 1961, patrocinado pela USAID. Em parceria com a UCLA a UFC criou, em 1962, Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial (PUDINE), com o qual montou uma equipe técnica de agrônomos, economistas, administradores, engenheiros, sociólogos, etc., com o objetivo de levantar as vocações industriais da região. Foram então formuladas empresas ligadas ao Projeto Asimov: Cecasa - Cerâmica do Cariri S.A. (em Barbalha, a mais longa do Projeto); IMOCASA - Indústria de Moagem do Cariri S.A. (em Crato, indústria de moagem de milho); CIMASA - Companhia Industrial de Mandioca S.A. (em Crato, indústria de farinha e polvilhos de mandioca); IESA - Indústria Eletromáquina S.A. (em Juazeiro do Norte, indústria de rádios e motores); LUNASA - Luna S.A. (em Juazeiro do Norte, fábrica de calçados de couro e artefatos). Disponível em <http://juazeiroanos60.blogspot.com.br/2012/02/juazeiro-fabricava-radio-nos-anos-60.html>, consulta realizada em 06/12/2016.

²³⁵ Até abril de 1964 o Brasil tivera recursos a sua disposição no montante de aproximadamente US\$ 730 milhões. Porém, desse total, cerca de US\$ 230 milhões foram empréstimos para o refinanciamento de dívidas externas (BRASIL, 1966, p. 129).

uma abordagem empresarial para os problemas de desenvolvimento e a colocação propriamente dita de tais problemas em termos capitalistas [...] (DEIFUSS, 1981, p. 73)

Após o golpe de 1964, com a “burocracia populista” destituída do poder, essa *intelligentsia* técnica passa a ocupar posições chave na sociedade política. Assim, o poder de classe era inscrito na materialidade do Estado restrito sob o manto da “racionalidade técnica”, legitimado por grupos executivos e por escritórios de consultoria “tecnopresariais” (Ibidem, p.76).

Esses escritórios de consultoria – que se autodenominavam de cunho eminentemente técnico – surgiram na administração Kubitscheck, paralelamente às agências estatais, como uma decorrência da consciência empresarial da necessidade de planejamento, de perícia técnica e de administração “eficiente” (Ibidem, p. 83). Dreifuss afirma que a função desses escritórios de *consultoria tecno-empresarial* não apenas serviam às agências governamentais, mas também prestavam consultoria às multinacionais que buscavam se adequar à legislação nacional (Ibidem, p. 83). Na gestão Castelo Branco esses escritórios técnicos proliferaram e passaram a participar ativamente do processo de formulação das diretrizes das políticas do Estado brasileiro.

Em março de 1965 foi criado o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), sendo o Ministro do Planejamento o presidente da junta deliberativa do Fundo.²³⁶ Na Exposição de Motivos da criação do FINEP, Roberto Campos demonstrou preocupação com a alocação dos recursos externos destinados ao desenvolvimento econômico. Campos justificou que haveria “substancial fonte de recursos colocados por entidades internacionais à disposição do país, para financiar o seu desenvolvimento econômico” e, dessa forma, argumentou sobre a necessidade de capacitar empresas privadas e órgãos do poder público para a “boa aplicação dos recursos em projetos técnica, econômica e financeiramente bem estruturados”.

Constitui, assim, tarefa urgente do governo a de orientar esse esforço de desenvolvimento econômico, ajudando os empresários e as entidades governamentais a elaborarem projetos de criação ou expansão de empreendimentos dentro da boa técnica e adequadamente orientados. Só assim será possível habilitar o país à conveniente utilização de novos recursos [...] O Ministro do Planejamento [...] sugere a criação de um fundo meramente contábil, destinado a fornecer recursos para a elaboração de projetos e estudos de exequibilidade de programas (RC p m 1964.05.08, EM 29 de 26/02/1965).

²³⁶ “§ 1º O Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica será o Presidente da Junta, com direito a voto em todas as resoluções desta, cabendo-lhe ainda a representação ativa e passiva do FINEP, celebrando os atos e contratos de seu interesse e movimentando os recursos dentro das diretrizes traçadas pela Junta” (DECRETO Nº 55.820, 8 de março de 1965).

O FINEP era operado pelo então Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) e destinou-se a financiar estudos e programas necessários à definição dos projetos de modernização e industrialização, contando com recursos do BID e da USAID. Seu primeiro presidente foi o engenheiro Francisco Manoel de Mello Franco. As empresas privadas e entidades públicas que pretendiam obter financiamento para elaboração de projetos e programas, dirigiam seus pedidos a um Escritório instituído no Gabinete do Ministro do Planejamento, esclarecendo devidamente as características do estudo, sua provável dimensão, o custo de elaboração do estudo inicial ou do projeto definitivo. O FINEP examinava a viabilidade do projeto, podendo deferir o pedido, para um estudo inicial, ou para o projeto definitivo.

Somente em 1966, o Banco Central da República do Brasil foi autorizado pela Presidência da República, a negociar e contratar operação de empréstimo em moeda estrangeira, em nome do Tesouro Nacional, montante de US\$ 16 milhões de dólares, mais juros com a USAID. Este total seria destinado ao financiamento da assistência técnica e à elaboração de estudos de projetos e programas necessários a investimentos a serem executados através do FINEP (RC p m 1964.05.08, EM 67 de 20.04.66).

Ao final de 1966 existiam cento e oitenta e três escritórios técnicos privados cadastrados junto ao FINEP, dentre eles vinte e cinco com sede nos Estados Unidos. Além disso, analisando o documento *Firmas de Consultoria Técnica Credenciadas no FINEP*, de 1966, pudemos verificar, através dos nomes do escritório ou de seus diretores, evidências de que vários outros tinham também raízes norte-americanas, porém com filiais no Brasil (RC pm 66.07.04, pasta 3).

A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC) era um desses escritórios que celebravam contratos com a administração pública através do FINEP. Considerado por Dreifuss como o mais importante e bem-sucedido escritório técnico e um anel burocrático-empresarial em si mesmo, tinha como membros importantes figuras como Roberto Campos e José Luiz Bulhões Pedreira, este último coordenador da COCAP. As atividades da CONSULTEC se estendiam da consultoria dada a pedidos de empréstimos feitos ao BNDE por companhias multinacionais até a redação de discursos públicos, da preparação de projetos de lei, decretos e regulamentos até a obtenção de acordos comerciais (DREIFUSS, 1981, p.86).

Podemos então identificar que, parte das verbas da Aliança para o Progresso destinadas à assistência ao desenvolvimento do Brasil, eram alocadas em “escritórios técnicos” que elaborariam os projetos “adequadamente técnicos” a serem entregues à USAID para, então, solicitar os recursos do programa, ou seja, tratava-se de empréstimos duplos. Membros e sócios desses escritórios ocupavam posição diretiva dentro de órgãos governamentais diretamente envolvidos com a Aliança para o Progresso, o que demonstra o Estado ampliado perpetrando políticas públicas do interesse direto da classe dominante.

Podemos citar também o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR), que pertencia a Paulo de Assis Ribeiro.²³⁷ O escritório realizava estudos técnicos acerca da realidade socioeconômica de várias regiões do país e, assim como outros escritórios de consultoria técnico-empresarial, assumiam, mediante contrato com secretarias e agências estaduais, a tarefa de elaborar projetos de intervenção no campo. Além disso, seus agentes ocupavam cargos de assessoramento e execução em agências estatais, atuando diretamente no processo de conversão de tais projetos em políticas públicas (ESTEVES, 2012, 222). Essa “capacidade técnica” atribuída a Assis Ribeiro foi exaltada por Campos em sua escolha para coordenar as discussões sobre a reforma agrária, bem como para, posteriormente, assumir a presidência do IBRA.

O Ministério do Planejamento buscava aplicar a “racionalidade técnica” das empresas privadas às políticas públicas, ou seja, as “soluções dos problemas socioeconômicos nacionais” estavam eivadas de interesses das classes dominantes. Encontramos na documentação do Ministério os Escritórios Técnicos que prestaram serviço junto ao Gabinete da Pasta na elaboração de projetos para o GRET.²³⁸ Tais atividades envolviam: coordenar a execução das tarefas de elaboração dos atos normativos ao desenvolvimento rural e à política agrícola; elaboração de zoneamento do país; organizar os cadastros de propriedades agrícolas.

Dentre eles cito: Organização e Engenharia S.A. (OESA) – 16 milhões de cruzeiros por dois meses de trabalho em 1965; Sociedade de Pesquisas e Planejamento (SPLAN) – 3 milhões de cruzeiros por 3 meses; Consultores Técnicos Javes Ltda. (COTEJA) – 3 milhões e quinhentos mil cruzeiros por 3 meses. Em nossa pesquisa pudemos identificar pagamentos de “prestação de serviços técnicos” para a OESA mais

²³⁷ Paulo de Assis Ribeiro foi um dos mais atuantes intelectuais orgânicos entre as décadas de 1940 e 1970 no Brasil. Engenheiro, economista e professor, atuou ativamente no IPES. Foi presidente do IBRA e do INCRA.

²³⁸ Trataremos do GRET mais detidamente adiante.

de uma vez, além da COTEJA que aparece novamente com um contrato de mais de 23 milhões de cruzeiros por 30 dias de trabalho (RC pm 1964.05.08, EM 36/65 de 30.3.65).

Retomando a discussão sobre a prática da “administração paralela” inaugurada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) vale lembrar que, Dreifuss (1981) a define como a criação de uma ampla gama de organismos de planejamento, consultoria e comissões de trabalho, compostos por diretores de empresas privadas, empresários e oficiais militares, com “qualificação técnica e profissional”. Durante a administração de Castelo Branco o que era “paralelo” se tornou política de Estado, como pudemos verificar através da análise da documentação do Ministério do Planejamento. Para corroborar essa afirmação citamos o fato de Campos ter destacado muitas vezes o problema da produção dos projetos técnicos detalhadamente elaborados, necessários para obtenção de linhas de crédito com as organizações internacionais da Aliança. O Ministro argumentava junto ao presidente Castelo que as instituições governamentais brasileiras, em seus três níveis, federal, estadual e municipal, não estavam preparadas tecnicamente para preparar tais projetos. Ademais, solicitava recursos para realizar tão “dispendiosa” tarefa.

Como solução para o problema foi criado o mencionado FINEP, que possibilitou uma série de convênios com entidades privadas que possuíam a denominada capacidade técnica. Ou seja, entidades privadas como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas, e “escritórios técnicos” privados como a CONSULTEC e o ETPAR, celebraram contratos com agências do governo brasileiro para planejar e estabelecer as diretrizes técnicas que as políticas públicas deveriam privilegiar.

A FGV, que tinha seu presidente à frente de todas as agências da sociedade política ligadas à Aliança para o Progresso, firmou convênio com a USAID, em 3 de dezembro de 1964, pelo qual receberia quatro bilhões e cento e quarenta e cinco milhões de cruzeiros, destinados ao financiamento da construção dos edifícios e compra de equipamentos para as sedes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em 1966, a Fundação solicitava uma ampliação desses recursos, que foi negada pelos representantes estadunidenses da Aliança. Dessa maneira, Roberto Campos e Octávio Bulhões passaram a interceder pela Fundação junto ao Diretor da USAID no Brasil, para que o montante de três bilhões e novecentos milhões de cruzeiros, total do déficit para terminar as obras, fosse financiado pela assinatura de um novo convênio (RC p m 1964.04.29, IV.6).

O CIAP possuía um projeto em parceria com a Fundação (Projeto 105/P.C.T.) que mantinha o Centro Interamericano de Ciências Administrativas, com sede em São Paulo, junto à Escola de Administração de Empresas da FGV. O Centro atuava na

“formação de instrutores e na especialização de professores”, além do “aperfeiçoamento” de executivos de empresas públicas e privadas, e assistência na elaboração de currículo e de programas de ensino de administração (RC p m 1964.04.29, IV.5).

Entendemos a FGV também como um importante aparelho privado de hegemonia – assim como a SNA – que participou ativamente das ações da Aliança para o Progresso no Brasil. Consistiu igualmente em “um dos principais *think tanks* do pensamento liberal” do período em tela, além de “formador de quadros da administração pública brasileira dos governos da ditadura implementada após o golpe empresarial-militar” (GONÇALVES, 2016, p. 227).

Acreditamos que até aqui conseguimos demonstrar como se estruturou a Aliança para o Progresso no Brasil, principalmente no que se referiu aos projetos para a agricultura. No próximo capítulo trataremos mais detalhadamente sobre os acordos de cooperação técnica em educação e pesquisa firmados através da Aliança para o Progresso, relacionando-os com a *modernização dolorosa* da agricultura brasileira.

CAPÍTULO 4: ALIANÇA PARA O PROGRESSO E COOPERAÇÃO TÉCNICA EM PESQUISA E EDUCAÇÃO RURAL

Neste quarto capítulo investigaremos mais de perto alguns dos convênios firmados entre o Ministério da Agricultura, principalmente - mas também com o da Educação – e a agência estadunidense para o desenvolvimento, dentro do “espírito” da Aliança para o Progresso. Trata-se de centenas de projetos na área da Educação e Pesquisa que traduzem bem como os tentáculos do paradigma norte-americano de modernização do campo alcançaram amplo número de pessoas nas áreas rurais, cujos saberes foram desqualificados como “atrasados” ou “pouco produtivos”, sendo impelidos a substituírem-nos pelos saberes “tecnológicos” e “modernos”. Tudo isso em nome do desenvolvimento da agricultura brasileira, que consistiu em uma das principais metas dos governos ao longo da década de 1960 e inícios de 1970, indo ao encontro das diretrizes ditadas pela Aliança para o Progresso. Perpassam também este quarto capítulo, análises que apontam de que forma a influência do programa estadunidense pautou políticas públicas em educação e pesquisa rural, mesmo após o seu fim, em 1970. Ou seja, o decênio seguinte à “década do desenvolvimento”, impulsionou a “revolução verde”, consolidando o modelo de modernização do campo que foi amplamente difundido por meio dos inúmeros projetos de cooperação técnica aqui estudados.

4.1 - A política agrícola nos anos 1960: um rápido diagnóstico

Considerando de uma maneira geral, o período compreendido entre o término da Segunda Guerra Mundial e a primeira metade da década de 1960 caracterizou-se pela aceleração dos processos de industrialização e de urbanização, bem como pelo aprofundamento da integração entre agricultura e indústria.²³⁹ O processo de modernização desigual da agricultura brasileira não atenuou um dos principais problemas apontados nesse ínterim: a questão da produção doméstica de alimentos, que não atingira níveis capazes de atender ao enorme crescimento populacional brasileiro. As discussões em torno do abastecimento interno adquiriram diversos tons e apontavam para variadas soluções, estando em voga, majoritariamente, a preocupação com a oferta de alimentos para o mercado interno.

²³⁹ As considerações aqui apresentadas complementam-se com as já expostas no primeiro capítulo.

Os pontos de estrangulamento a serem resolvidos eram, principalmente, a questão da redistribuição de terras, a criação de infraestrutura de comercialização (construção de silos e armazéns, de estradas), a política de preços mínimos e a garantia de compra da produção, mecanização e tecnificação rural. O empresário e importante intelectual orgânico da SNA, Edgard Teixeira Leite²⁴⁰, declarava a “necessidade de uma reformulação corajosa da política agrícola nacional”, identificando como problemática a “questão da alimentação de 70 milhões de bocas”, bem como a obtenção de matéria-prima “essencial ao desenvolvimento de nosso parque industrial”. A solução, segundo o empresário, deveria começar pela “tecnificação e renovação da mentalidade” do produtor rural, estando a agricultura brasileira em um período de “transição” no rumo da substituição do “modo arcaico de produzir” para a utilização da “técnica sob a forma de métodos e de máquinas”, a partir de “processos racionais de irrigação, de largo emprego de fertilizantes”. Ou seja, a transformação de uma “agricultura de trabalho em agricultura de capital”, tendo como principais bases a pesquisa e a experimentação, além da educação agrícola, esta última com maior “ênfase à tecnificação das massas rurais” (*Correio da Manhã*, 27/07/1960).

Durante o governo de João Goulart, Teixeira Leite fora um ferrenho crítico do tímido projeto de reforma agrária do petebista e integrou três comissões que elaboraram projetos de reforma agrária nesse período. Um desses grupos de trabalho era o *grupo de estudos do IPES sobre Reforma Agrária*, que elaborou um anteprojeto sobre a matéria. Após o golpe empresarial-militar de 1964, basicamente os mesmos empresários e tecnopresários do GT sobre reforma agrária do IPES, participaram da formulação e implantação final do Estatuto da Terra, incluindo Teixeira Leite. Dessa forma, a posição do empresário rural pode ser entendida como parte do pensamento do patronato rural brasileiro, principalmente agremiado na SNA.

Em termos econômicos mais gerais, a “opção de desenvolvimento” (MENDONÇA, 2006) adotada durante a década de 1950, começava a apresentar os sinais

²⁴⁰ Ainda nos anos 1930, Edgard Teixeira Leite fundou a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que patrocinava a criação de clubes agrícolas escolares, promovia semanas ruralistas e estudava a organização das classes rurais. Foi também deputado federal por Pernambuco pela legenda do PSD. Na SNA foi 1º e 2º vice-presidente entre 1955 e 1968 (MENDONÇA, 2010b). Participou da Comissão de Desenvolvimento Agropecuário e da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink). Incentivou o cooperativismo rural e implantou armazéns e frigoríficos para a conservação de produtos agropecuários. Em 1955 tornou-se presidente do Conselho Nacional de Economia, foi ainda conferencista da ESG, diretor do Boletim Fluminense de Agricultura e Indústria e colaborador das publicações *Revista do Conselho Nacional de Economia*, *A Lavoura*, periódico da SNA e *Observador Econômico*. Após o golpe de 1964 foi Membro do conselho técnico e vice-presidente do IBRA (NATIVIDADE, 2013, p. 74-75).

de seu esgotamento. O início dos anos 1960 foi marcado por um descenso do ciclo econômico, todavia incapaz de pôr em risco o padrão de acumulação capitalista em curso no país. Tal descenso derivaria da incapacidade da própria acumulação “digerir” o brutal volume de novas inversões verificadas no setor industrial após 1955, com a rápida implantação da indústria de bens de consumo duráveis, de um só golpe, durante a gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1961), mediante o incentivo ao investimento direto de capitais estrangeiros no setor. O “carro chefe” dessa política econômica foi a indústria automobilística e seu suporte, o capital multinacional, ambos tornados o “motor de arranque” da acumulação, o qual exigiu, em contrapartida, elevado fluxo de importações de equipamentos, bem como a remessa de lucros das empresas aqui instaladas para suas matrizes (MENDONÇA, 2006, p. 83-85). Esse novo modelo de acumulação, aliado a uma política fiscal conservadora, pautada pelo frequente recurso ao endividamento externo e à emissão monetária, bem como pelo arrocho salarial, gerou inúmeros conflitos: entre os vários segmentos do capital em busca do favorecimento estatal e da parte da massa trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho (MENDONÇA, 2006, p. 87).

Conforme já exposto no primeiro capítulo, durante as décadas de 1950/1960, convencionou-se que havia uma questão agrária a ser resolvida no Brasil, impactando diretamente o desenvolvimento econômico. O diagnóstico contido no Plano Trienal (1963-1965) destacou o caráter inelástico da oferta de alimentos face às pressões da demanda urbana e industrial como um problema estrutural do setor agrícola brasileiro que justificaria mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo (BRASIL, 1962). Antônio Delfim Neto²⁴¹, de forma oposta ao pensamento de intelectuais do período como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr e Ignácio Rangel, aparece no debate sobre a questão agrária comparecendo com vários textos publicados entre 1962 e 1965. Delfim Neto e toda uma geração de economistas da USP, negavam a existência de uma questão agrária nos termos dos intelectuais citados, desconsiderando a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo como problemas relevantes, uma vez que, para eles com essa estrutura agrária teriam sido adequadamente cumpridas as “funções

²⁴¹ Professor catedrático de economia brasileira da USP, foi diretor de pesquisa da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, membro do Conselho Universitário dessa instituição. No governo de São Paulo foi do Serviço Estadual de Mão de Obra da Secretaria do Trabalho e do Conselho Técnico Consultivo da Assembleia Legislativa. Passou a atuar em nível federal a partir de 1965, quando ingressou no Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan). Por indicação de Roberto Campos, passou a integrar também o Conselho Nacional de Economia. Com Artur da Costa e Silva na presidência da República, em 15 de março de 1967, Delfim Neto foi nomeado ministro da Fazenda e Hélio Beltrão assumiu a pasta do Planejamento (DHBB-CPDOC).

da agricultura” no desenvolvimento econômico, que consistiam na liberação de mão-de-obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; na criação de mercado para os produtos da indústria; na expansão das exportações e no financiamento de parte da capitalização da economia (DELFIM NETO, 1963, p. 85 apud DELGADO, 2001, p. 161).

Afastando pela força os movimentos sociais rurais que demandavam uma mudança na histórica estrutura fundiária concentrada, bem como os debates mais críticos e distributivistas relacionados à reforma agrária, o projeto de política agrícola vencedor em 1964 foi o de “modernizar sem reformas”. Delfim Neto (1969) e outros pensadores econômicos hegemônicos no pós-1964, muito influenciados pelo pensamento estadunidense, imputavam à agricultura um papel específico dentro do desenvolvimento econômico. Esta deveria cumprir cinco funções: liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas e transferir renda real para o setor urbano. Assim, somente considerava-se como problema ou crise agrícola, se alguma dessas metas não estivesse sendo sistemática e adequadamente atendida, sem oferecer pressões estruturais sobre o índice geral de preços, a balança comercial e a produção industrial²⁴² (DELFIM NETO, 1969, p. 142). Os especialistas mais conservadores, incluindo com destaque Delfim Neto, defendiam que a expansão agrícola brasileira dependia em primeiro lugar do nível técnico da mão de obra; em segundo, do nível de mecanização, imediatamente seguida do nível da utilização de adubos e, em quarto lugar, de uma estrutura agrária eficiente, leia-se, com altos níveis de produção (DELGADO, 2001, p. 163).

Logo após o golpe de 1964 e no contexto do discurso de modernização adotado pela burocracia governamental, de uma reformulação do aparelho de Estado, tornando-o “técnico”, ou seja, em teoria desligado de qualquer relação com o bloco histórico populista retirado do poder, ficou sob a responsabilidade de Roberto Campos elaborar e colocar em prática uma reformulação da estrutura econômica nacional, consubstanciada no Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 (PAEG). O plano atestava a inscrição da noção de planejamento na atuação administrativa do governo federal.

A pedra angular do PAEG era “acelerar o ritmo de desenvolvimento”, tendo o setor agrícola um papel substancial uma vez que o plano apresentava a agricultura como um setor retardatário, caracterizado pela baixa produtividade e que, com isso, provocava

²⁴² Após 1965 fica cada vez mais difícil falar de indústria como setor descolado ao da agricultura.

contínuas crises de abastecimento e, conseqüentemente, pressão constante pela alta de preços (BRASIL, PAEG, p. 95). Tendo o PAEG como objetivo primordial “acelerar o desenvolvimento”, era fulcral que se procedessem alterações profundas no setor agrícola, de modo que este pudesse cumprir sua tarefa no processo de desenvolvimento, a qual consistia, sobretudo, em fornecer alimentos e matéria prima ao mercado urbano-industrial; garantir parte substancial das divisas para o financiamento das crescentes importações direcionadas à própria modernização da agricultura e absorver parte da mão-de-obra que chegava ao mercado de trabalho (Ibidem, p. 92).

O plano identificava que se verificavam na agricultura fatores que dificultavam a “inovação tecnológica e o conseqüente desenvolvimento das atividades agrícolas”, defendendo ações de intervenção para sanar tais dificuldades. Essas ações deveriam agir principalmente sobre a educação, considerada um obstáculo à modernização, visto a “ausência quase absoluta de escolaridade do homem do campo”:

Dentro dessa ordem de ideias, a estratégia para a modernização da agricultura há de repousar fortemente na educação. Educação no seu sentido mais genérico, que significa prover o habitante do quadro rural com um mínimo de escolaridade, elevar-lhe os padrões culturais pela via de extensionismo e transmitir-lhe uma tecnologia nova pela demonstração (BRASIL, PAEG, p.108).

Não é por acaso que, se compararmos as orientações que constituem o PAEG com as diretrizes da Aliança para o Progresso, encontraremos uma enorme afinidade de princípios, uma vez que o critério de elaboração de *Planos de Desenvolvimento* era primordial para garantir o fluxo de financiamento dos Estados Unidos. O PAEG reconhecia, ainda, como obstáculo à inovação, a questão da estrutura fundiária brasileira, em um discurso muito próximo, também, àquele presente na Carta de Punta del Este. O programa de ação do governo indicava como “malformações” não apenas a grande propriedade, que dificultava a utilização mais “eficiente” da terra e da mão-de-obra, como também a pequena propriedade, que dificultava a “entronização de maquinaria”.

Já que uma Reforma Agrária de sentido tradicional não pode remediar a queda de produto derivado do declínio da produtividade do trabalho e do solo, segue-se que o tipo de reforma que o País deve realizar não pode apenas considerar a redistribuição em termos de imóvel rural. Terá de incorporar a esse processo de mudança econômico-social elevado conteúdo de política agrícola, traduzido em medidas tais como educação, novos esquemas de tributação da terra, organização cooperativa e melhoria do sistema de crédito rural (Ibidem, p.106).

As metas do PAEG para a agricultura incluíam um “amplo programa de treinamento de mão-de-obra, combinando-se os serviços de extensão rural com a criação

de áreas de demonstração”. Veremos adiante a ingerência estadunidense sobre as atividades que visavam atingir essas metas, através dos acordos da Aliança para o Progresso com o Ministério da Agricultura. Além disso, previa-se a facilitação das exportações, o aprimoramento da política de preços mínimos, a expansão do crédito agrícola, o aumento da capacidade de armazenagem, incentivos à utilização de adubos, corretivos e sementes melhoradas, investimentos em mecanização, em pesquisas e aperfeiçoamento de métodos de produção (Ibidem, p. 151).

A equipe de assessores de Roberto Campos²⁴³, que o auxiliavam na elaboração do plano, era constituída por membros do grupo CONSULTEC/APEC e do IPES-Rio. O grupo era composto pelo seguinte núcleo de membros do grupo IPES/CONSULTEC/APEC: Eudes de Souza Leão, Paulo de Assis Ribeiro, Edgard Teixeira Leite, Dênio Nogueira²⁴⁴, José Garrido Torres²⁴⁵, Mário Henrique Simonsen²⁴⁶, Luiz Bulhões Pedreira, Harold Cecil Polland²⁴⁷ e Glycon de Paiva (DREIFUSS, 1981, p. 425-426). O planejamento assumiu a posição de regra absoluta da administração, sendo estabelecido que, a partir daquele momento, todas as atividades teriam que se enquadrar em um programa de longo prazo, que cobrisse vários anos, abrangendo os âmbitos nacional, regionais e setoriais (Ibidem, p. 427). Tais diretrizes foram sobremaneira influenciadas pelos princípios da Aliança para o Progresso, que se apresentando como uma forma de auxílio para que os países da América Latina, impunham a “racionalização” e a “técnica” em seus planejamentos, exercendo forte ingerência sobre um sem número de políticas públicas desses países.

²⁴³ Segundo Dreifuss: “o civil mais importante do grupo ministerial e, como ministro, o mais favorecido pelo presidente, uma figura central na formação do pensamento “econômico” da administração de Castelo Branco” (DREIFUSS, 1981, p. 425).

²⁴⁴ Economista, Membro do Conselho Orientador do IPES, Redator do jornal *Ação Democrática*, membro do IBAD, da DESG, FGV, APEC. Após o golpe de 1964 foi Chefe da equipe tarefa para preparação “técnica” do Estatuto da Terra (NATIVIDADE, 2013, p. 167).

²⁴⁵ Economista e Jornalista, membro do Comitê Executivo do IPES e presidiu as reuniões do grupo de estudos sobre reforma agrária. Consultor do BID, membro da APEC e da ADESG. Após o golpe de 1964 foi do Ministério do Planejamento, do IBRA e Presidente do BNDE (NATIVIDADE, 2013, p. 167).

²⁴⁶ Engenheiro, economista e banqueiro. Foi da CONSULTEC, APEC, diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, diretor da Credisan (Crédito, Financiamento e Investimento S.A). No pós-golpe de 1964, como colaborador de Roberto Campos, Simonsen foi o autor da nova fórmula salarial instituída pelo PAEG. Simonsen e José Luís Bulhões Pedreira foram os autores do projeto que, transformado na Lei nº 4.380, de agosto de 1964, criou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH), além de instituições financeiras privadas. Em 1974, foi nomeado ministro da Fazenda, sucedendo a Antônio Delfim Neto (DREIFUSS, 1981 e DHBB-CPDOC).

²⁴⁷ Banqueiro e empresário. Membro do Conselho Orientador e do Comitê Executivo do IPES. Após o golpe de 1964 foi chefe de equipe-tarefa para preparação “técnica” do Estatuto da Terra e Presidente do Conselho Nacional de Economia (CNE) (NATIVIDADE, 2013, p. 167).

O CIAP em algumas de suas reuniões ordinárias em Washington, promovia encontros paralelos para examinar os planos nacionais de desenvolvimento dos países latino-americanos. A apresentação de programas de ação cumpria requisito instituído pela Carta de Punta del Este para a concessão de ajuda externa. Em outubro de 1964, o CIAP examinou o PAEG, promovendo discussões sobre ele. Paulo de Assis Ribeiro, um dos coordenadores do PAEG, foi selecionado por Roberto Campos como assessor do dirigente da COCAP – Francisco de Assis Grieco – também representante brasileiro junto ao CIAP, durante a reunião em Washington (RC pm 1964.04.29, AVISO 200 de 29/09/64). O CIAP aprovou o PAEG e logo foi solicitada cooperação financeira à USAID, FMI, Banco Mundial e BID. Essas instituições enviaram missões técnicas ao Brasil que endossaram os financiamentos públicos e privados que chegavam a mais de um bilhão de dólares. A Aliança para o Progresso passou, então, a integrar o PAEG (BRASIL, 1966, p. 128).

Com a posse do general Artur da Costa e Silva na presidência da República em 15 de março de 1967, Hélio Beltrão²⁴⁸ assumiu a pasta do Planejamento e Delfim Neto o Ministério da Fazenda. A Pasta do Planejamento, com o apoio da Fazenda, era responsável pela elaboração e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970 (PED), que estabelecia a agricultura como área prioritária e estratégica. “As duas primeiras áreas estratégicas dizem respeito à modernização do sistema de abastecimento e à mudança de tecnologia na agricultura” (BRASIL, PED, p. 38). Com relação ao problema do abastecimento o governo pretendia atuar com mais intensidade, selecionando os principais produtos de consumo (carne, leite, arroz, feijão, batata, milho, legumes) e atuando sobre os obstáculos da política de preços mínimos e financiamentos, de comercialização e de distribuição desses alimentos. Quanto à produção, o PED estipulava que seria promovida a “revolução tecnológica na Agricultura”, que cumpriria o papel no próximo estágio de desenvolvimento de país (Ibidem, p. 40).

A ação estratégica para a agricultura contida no PED demonstra claramente a preocupação modernizante quando se refere aos pontos junto aos quais deveriam centralizar-se esforços e recursos para a transformação do setor rural:

²⁴⁸ Beltrão foi um dos primeiros a ingressar na Aliança Renovadora Nacional (Arena), em 1966. Foi membro do Conselho Administrativo do Banco Nacional da Habitação (BNH). Foi o responsável pela elaboração do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que estabelecia novas reformas administrativas no governo. Após sair do governo, em 1969, foi vice-presidente da Companhia Brasileira de Participação (Cobrapar), empresa holding do Grupo Ultra, associado à Phillips Petroleum Co., e como diretor da Mesbla. Em 1971 assumiu a vice-presidência da Companhia de Cimento Portland Paraíso, empresa holding do Grupo Paraíso (DHBB-CPDOC).

I – Elevação da produção e da produtividade agrícola, pela melhor organização do meio rural, pelo zoneamento agrícola, pela modernização e aprimoramento das técnicas e métodos de trabalho agrícola, notadamente com a utilização intensiva de insumos novos, tais como adubos e corretivos, e também das facilidades de crédito e do seguro rural.

II – Implantação de infraestruturas flexíveis e atuantes, que assegurem o fluxo regular e econômico: a) de alimentos para fins de abastecimento das zonas de grande concentração de consumo; b) de matéria prima para a indústria; c) de produtos qualificados para exportação (Ibidem, p. 78).

Como resultado do processo de modernização, a agricultura brasileira, a partir do final da década de 1960, absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados insumos modernos ao processo produtivo, mecanizou a produção e se integrou aos modernos circuitos de comercialização, gerando efeitos perversos principalmente para os trabalhadores rurais (PALMEIRA, 1989, p. 87). Conseqüentemente, ocorre uma série de implicações sociais que contribuíram para conformar o perfil da sociedade rural brasileira por décadas. Podemos citar como exemplo a expropriação do produtor rural motivada pela mecanização e a ruptura de relações sociais tradicionais, que perdem o controle sobre o seu “saber fazer” próprio. Para além do que aparentemente foram mudanças meramente econômicas, emergiram novas categorias sociais, uma mudança de papéis desempenhados pelos mesmos personagens, mas que se configurou também no “surgimento de posições ligadas a universos sociais distintos, com novos personagens e, obviamente, novos interesses” (MENDONÇA, 2010a, p. 26).

O processo de modernização da agricultura no Brasil contou com uma participação visceral do Estado restrito, podemos dizer esta foi sua feição política. Este trabalho busca também demonstrar uma parte dessa atuação, se afastando de interpretações que imputam as mudanças na agricultura a um suposto “empresário rural” que “foi ao campo”, ou a um empresariado que se modernizou “espontaneamente”. Isso porque tais análises tratam Estado e empresários como “entidades” estranhas uma à outra (Ibidem, p. 26), sem levar em conta a imbricação de agentes do empresariado, ou seus prepostos, ao Estado restrito, à frente da elaboração das políticas públicas, eivadas de seus interesses, que se tornaram “interesses nacionais”.

Outro aspecto da atuação do Estado, em sentido estrito, está relacionado à política de reforma agrária implementada pelos primeiros governos militares. Como já apontado, as diretrizes do programa de auxílio financeiro e técnico norte-americano indicavam a necessidade prioritária dos países latinos realizarem programas nacionais de desenvolvimento que envolvessem medidas de médio e longo prazos – denominados pela

USAID de *Long Range Assistance Strategy* (L.A.S). Dessa forma, o plano de reforma agrária²⁴⁹ era tido como prioritário para o êxito na aprovação de empréstimos para o Brasil na esfera da Aliança.

Quando da criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, entregue a Roberto Campos, em maio de 1964, este ficou incumbido de dirigir e coordenar a revisão do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e estruturar os planos de ajuda externa, econômica, financeira e de assistência técnica. Conseqüentemente, a COCAP passou para a órbita da Pasta, ligada diretamente ao gabinete de Campos. Por sua vez, o tema da reforma agrária foi entregue por Castelo Branco aos Ministros do Planejamento e da Agricultura. Iniciou-se, já em abril de 1964, a elaboração de uma proposta de reforma agrária que daria origem ao Estatuto da Terra. Para tal empreitada foi criado o Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET), que contou com a supervisão de ambos os Ministérios. O GT visava agilizar os trabalhos referentes à concretização de uma proposta de reforma agrária a ser apreciada pelo Congresso, ainda no decorrer do primeiro ano da gestão Castelo²⁵⁰. Segundo Bruno:

O GRET transformou-se então na instância onde se elaboraram os fundamentos da lei de reforma agrária e das estratégias oficiais de uma política fundiária. As medidas do governo sobre o disciplinamento da propriedade da terra passaram pelo GRET, ou dele partiram. Foi o canal competente e legítimo que agregou, em torno de si, quase todas as decisões de ordem prática, política e teórica. A sua proposta passou a ser então o discurso oficial do primeiro governo ‘revolucionário’. Era o ‘projeto do Executivo’. Neste contexto, é o GRET que vai estabelecer os contornos e as fronteiras do que será ou não discutido sobre a questão fundiária pelas elites políticas e empresariais e, posteriormente, pelo Congresso nacional e pela sociedade (BRUNO, 1995, p. 8).

A coordenação do GRET coube a Paulo de Assis Ribeiro que, por sua vez, havia integrado o grupo de estudos do IPES sobre este tema, durante o governo de João Goulart.²⁵¹ Segundo o documento formulado pelo GRET e intitulado *Fundamentos do Processo de Reforma Agrária*, o Grupo foi pensado como um lócus de discussão, pretensamente desprovido de motivações “ideológicas”, uma vez estarem seus membros

²⁴⁹ A aprovação de um projeto de reforma agrária no Brasil era uma questão importante já desde os anos 1950, e já girava em torno da discussão de que a estrutura agrária vigente no país era um entrave à industrialização e ao desenvolvimento econômico.

²⁵⁰ A tensões em torno da discussão e aprovação do Estatuto da Terra extrapolam esse texto, para essa análise ver: BRUNO, 1995.

²⁵¹ O grupo inicial de estudos do IPES sobre a Reforma Agrária realizou mais de trinta reuniões e elaborou um projeto de reforma agrária que foi entregue à Ação Democrática Parlamentar (ADP). Além disso, o grupo produziu uma série de artigos sobre o tema com o objetivo de legitimar argumentos de um ponto de vista “técnico-científico”, NATIVIDADE, M. 2013, p. 102. Publicou também o livro *intitulado A Reforma Agrária: Problemas, Bases, Soluções* (DREIFUSS, 1981, p.242 e 434).

encarregados de realizar uma avaliação “técnica” no tocante à execução da reforma agrária.

A reforma agrária é um empreendimento de política nacional e não de política partidária, *nem de luta de classes*. É tarefa mais complexa que o desenvolvimento industrial. Seu alcance é mais amplo, seus objetivos mais profundos. Por tudo isso, só poderá efetivar-se num clima de ordem, paz social e *democracia*, objetivos precípuos deste anteprojeto (FPR, caixa 129, *Fundamentos do Processo de Reforma Agrária*, 1964, grifos nossos).

Porém, observando a composição do GRET podemos observar que quase todos os mesmos membros do IPES – empresários e tecno-empresários para usar a classificação de Dreifuss – que elaboraram o projeto de reforma agrária da instituição, participariam posteriormente da formulação e implantação final do Estatuto da Terra. Ademais, a Lei de Reforma Agrária aprovada durante o governo de Castelo Branco, teve suas diretrizes baseadas nas recomendações feitas pelo IPES (DREIFUSS, 1981, p. 434). O discurso girava em torno de que a equipe seria puramente “técnica” e “apolítica”. Todavia uma investigação sobre a atuação como “efetivos organizadores da vontade coletiva” desses intelectuais orgânicos da classe dominante, inseridos na sociedade política, demonstra sua capacidade organizativa.

Observando, por exemplo, a composição do GRET em relação à composição do Grupo de Estudos sobre a Reforma Agrária do IPES, e ainda com a lista de membros do IPES que assumiram postos chave na administração de Castelo Branco, veremos uma sobreposição de agentes que representa bem como uma parte da fração da classe patronal no pós-1964 inscreveu seus interesses na sociedade política. A análise do quadro abaixo pode demonstrar melhor essa sobreposição de intelectuais majoritariamente ipesianos. No quadro entrecruzamos um conjunto de 39 intelectuais orgânicos que participaram tanto da elaboração do anteprojeto do IPES, quanto do GRET e que assumiram algum cargo na administração Castelo Branco. Desse total, podemos ver que cerca de 20% estiveram envolvidos no grupo de estudos do IPES, também compunham o GRET e assumiram algum cargo no primeiro governo militar. Ademais, 45% do total aqui analisado assumiu cargos no governo Castelo Branco, ajudando a demonstrar o caráter de classe do golpe de 1964 e a organização desses intelectuais em torno de um projeto que logrou êxito e foi inserido no Estado restrito.

Quadro 4: Intelectuais orgânicos ipesianos

INTELECTUAIS	PROJETO IPES (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE REFORMA AGRÁRIA)	MEMBROS DO GRET	MEMBROS DO GOVERNO CASTELO BRANCO
Cândido Guinle de Paula Machado			
Dênio Nogueira			
Edgard Teixeira Leite			
Golbery do Couto e Silva			
Harold CecilPolland			
José Arthur Rios			
José Garrido Torres			
Paulo de Assis Ribeiro			
Eudes de Souza Leão Pinto			
Hugo de A. Leme			
Mário H. Simonsen			
Roberto Campos			
José Irineu Cabral			
Wanderbilt Duarte de Barros			
Julian Magalhães Chacel			
Luís Carlos Mancini			
Carlos José de Assis Ribeiro			
Glycon de Paiva			
Íris Meinberg			
Antônio Carlos do Amaral Osório			
Fernando Mbielli de Carvalho			
Heitor Herrera			
Ivan Hasslocher			
José Rubem Fonseca			
Nilo Bernardes			
Al Neto			
Assis Brasil Corrêa			
Carlos Lorena			
Fernando Sodero			
Frederico Maragliano			
João Calmon			
Júlio César B. Viana			
José Rotta			
José Gomes da Silva			
Mário Lacerda de Melo			
Messias Junqueira			
Paulo Ignácio de Almeida			
Padre Mello			
Salvador Diniz			

Fontes: FPAR; DHBB/CPDOC; RC; DREIFUSS, 1981, p.464; BRUNO, 1995; NATIVIDADE, 2013.

O Estatuto da Terra constituía-se em uma lei de reforma agrária e de política agrícola. Deste modo, além de prever a distribuição de terras, pretendia executar políticas de desenvolvimento agrícola, abrangendo tanto as novas propriedades potencialmente oriundas do processo de reforma agrária, como as anteriores a ela. O Estatuto realizou uma análise que demonstrava a ineficiência na relação homem-terra, tanto nos “latifúndios tradicionais”, quanto no “grande número de minifúndios”. Identificava que os pontos de estrangulamento na agricultura tinham que ser eliminados para garantir uma melhor distribuição dos fatores de produção, modificando “formas arcaicas” de uso e posse da terra. Foram, então, enfatizados pontos como o aumento dos recursos agrícolas, a mecanização e o desenvolvimento de redes de distribuição adequadas para os produtos, o que envolvia também outras Pastas do governo, como a dos Transportes, em uma política de construção de estradas (DREIFUSS, 1981, p. 435). Todas as áreas mencionadas possuíam algum projeto no âmbito da Aliança para o Progresso.²⁵² O Estatuto propunha a criação de dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), fundado para, em teoria, formular políticas que visassem democratizar o acesso à terra; e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), objetivando executar políticas de desenvolvimento agrícola, racionalizando o uso da terra via inserção de novas tecnologias no campo, bem como fomentando a colonização e o cooperativismo rural. O IBRA estaria vinculado diretamente à Presidência da República, enquanto o INDA estaria subordinado ao Ministério da Agricultura (RAMOS, 2011, p. 132).

O próprio órgão criado pelo Estatuto para executar as políticas de reforma agrária teria criado obstáculos para a operacionalização da lei, ao restringir suas atividades, praticamente, ao cadastramento de imóveis rurais, além de alargar e deturpar o conceito de reforma agrária (SILVA, 1971, p. 114). Ao longo de sua existência (1965-1970), o IBRA pouco atuou no tocante à desapropriação de imóveis rurais que não cumprissem sua função social, tendo apenas 1.458 famílias sido contempladas pela política de reforma agrária durante o período de funcionamento do órgão (Ibidem, p. 115). A administração Castelo Branco, apesar da rápida aprovação do Estatuto da Terra, contemplando a desapropriação por interesse social em títulos da dívida pública, enfatizava políticas de desenvolvimento agrícola em detrimento de medidas voltadas para uma efetiva reforma agrária. A equipe do IBRA era formada por muitos membros do IPES a começar por seu presidente, Paulo de Assis Ribeiro. Compunham a diretoria e o Conselho Técnico, dentre

²⁵² Ver tabela 5, página 360.

outros, Wanderbilt Duarte de Barros²⁵³, Julian Magalhães Chacel²⁵⁴, Edgard Teixeira Leite, João Quintiliano de Avelar Marques²⁵⁵, Glauco Olinger²⁵⁶ e Flávio da Costa Brito²⁵⁷ (DREIFUSS, 1981, p. 435).

Edgar Teixeira Leite era presidente do Conselho Técnico do IBRA e vice-presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), outro membro do mesmo Conselho era Flávio da Costa Brito²⁵⁸, tesoureiro da CNA e vice-presidente da SNA, assumindo a posição de Teixeira Leite entre 1969 e 1974. A criação da CNA – sindicato de âmbito nacional da classe proprietária rural – ocorreu através da transformação da Confederação Rural Brasileira (CRB), criada em 1951, vinculada à Pasta da Agricultura.²⁵⁹ Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, foi aberto o caminho para que as associações patronais rurais existentes e seus órgãos superiores – federações e Confederação – pudessem reunir-se em sindicatos. Durante uma Assembleia Geral da CRB, ocorrida em 23 de novembro de 1963, esta deixou de ser uma entidade associativa ligada ao Ministério da Agricultura, tornando-se uma entidade sindical vinculada ao Ministério do Trabalho. A despeito dessa modificação legal, a CNA permaneceria com os mesmos quadros dirigentes da CRB, com o seu veículo de divulgação, a *Revista Gleba*. Porém, a CRB passou a denominar-se CNA apenas em meados de 1965, quando boa parte das associações a ela filiadas tornaram-se sindicatos patronais rurais (RAMOS, 2011, p. 68-69).²⁶⁰ Obviamente que as pressões de frações da classe dominante agrária – sobretudo aquelas agremiadas em torno do órgão sindical máximo do patronato rural (CRB), além da principal associação desse patronato (SNA) – junto ao IBRA, tornaram o órgão muito mais burocrático do que especificamente executor da reforma agrária.

Com as atividades do IBRA reduzidas à expedientes burocráticos, o cadastramento de imóveis rurais consistiu na principal atividade realizada pelo Instituto

²⁵³ Agrônomo, membro de alguns dos Grupos de Estudos do IPES, membro do IBAD, Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBP). Foi da equipe-tarefa para preparação técnica do Estatuto da Terra, Diretor do IBRA, e do INCRA (NATIVIDADE, 2013, p. 167).

²⁵⁴ Economista, membro do Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária do IPES, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV. Após o golpe foi da equipe-tarefa para preparação técnica do Estatuto da Terra, do IBRA e do INCRA (NATIVIDADE, 2013, p. 167).

²⁵⁵ Diretor da Companhia Agrícola de Minas Gerais – CAMIG e representante da Indústria de Maquinaria Agrícola de Minas Gerais (DREIFUSS, 1981, p. 435).

²⁵⁶ Representante da ABCAR-Santa Catarina (DREIFUSS, 1981, p. 435).

²⁵⁷ Empresário representante do movimento cooperativista (DREIFUSS, 1981, p. 435).

²⁵⁸ Foi também presidente da CNA entre 1970 e 1987 (RAMOS, 2011, p. 249).

²⁵⁹ Cabe ressaltar que os quadros dirigentes do Ministério da Agricultura eram ocupados, em sua maioria, por membros da SNA, entidade que teria bastante influência sobre a CRB (MENDONÇA, 2010b).

²⁶⁰ Para um estudo detalhado e explicativo sobre a CRB e sobre a CNA, ver RAMOS, 2011.

e tinha como intuito primordial levantar dados para a aplicação do imposto territorial rural e para a condução de políticas de assistência técnica às propriedades. O IBRA realizou, então, até o ano de 1970, o cadastramento de cerca de 4 milhões de imóveis rurais, porém, muitos dos dados fornecidos não condiziam com as características das propriedades, visto serem eles fornecidos pelos próprios proprietários e serviam de subsídio para o cálculo do imposto territorial rural. Além do cadastro rural, outras tarefas a serem desempenhadas pelo Instituto foram a discriminação das terras públicas, o cadastro de parceiros e arrendatários e a cobrança e controle do Imposto Territorial Rural (RAMOS, 2011, p. 154-155).

Já o INDA, órgão responsável pela colonização e desenvolvimento agrícola, teve Eudes de Souza Leão indicado como presidente. Cabe lembrar que Souza Leão fora um dos líderes do IPES-Rio e Diretor Técnico da CNA e que, em 1964, se tornou assessor para assuntos agrários do Ministério do Planejamento, sendo posteriormente, coordenador do Planejamento da Agricultura Nacional, pelo qual o INDA era responsável. O INDA possuía atribuições no âmbito do cooperativismo: “planejar, programar, orientar, promover e fiscalizar as atividades relativas ao cooperativismo”, “estabelecer normas, proceder ao registro e promover a fiscalização do funcionamento das cooperativas”. No âmbito da extensão rural era responsável por planejar e coordenar todas as atividades desta política em cooperação com a ABCAR. Já na área do desenvolvimento rural, era atividade de destaque e preocupação central do INDA:

a) realizar estudos e pesquisas sobre a organização rural, para promover e estimular o desenvolvimento das comunidades; b) planejar, programar e promover medidas visando à implantação e ao desenvolvimento da eletrificação rural; c) planejar, promover e controlar as atividades de revenda de bens de produção e insumos aos lavradores e pecuaristas, especialmente os referidos incisos I, II e III do art. 86 do Estatutos da Terra; d) exercer as atividades de orientação, planificação, execução e controle das atividades que visem a promover o incentivo da industrialização, o beneficiamento dos produtos agropecuários e os meios indispensáveis ao aumento da produção e da produtividade industriais no âmbito rural; e) mobilizar e utilizar, para o desenvolvimento tecnológico, os seguintes meios: produção e distribuição de sementes e mudas, criação, venda e distribuição de reprodutores; uso da inseminação artificial; e mecanização agrícola; f) promover a prestação de serviços de planejamento conservacionista e de execução de trabalhos técnicos para a conservação de solos e para implantação de métodos e práticas agrícolas (BRASIL, março de 1965).

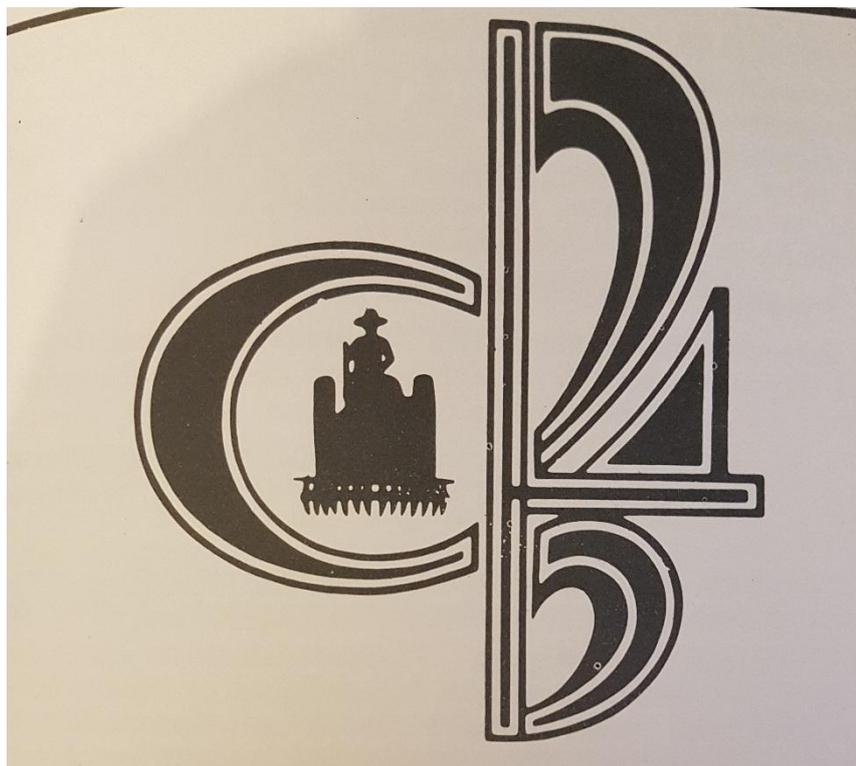
Pode-se observar que entre as atribuições do INDA estava a de elaborar políticas e alocar os recursos necessários para a modernização da agricultura brasileira. Justamente por isso, o Instituto era uma das agências do Estado brasileiro que participava ativamente dos acordos da Aliança para o Progresso. Castelo Branco anunciava que medidas como a

vulgarização do uso de adubos, abarcada nos acordos com a USAID, contava com 37 milhões de dólares revertidos na compra de fertilizantes. Ademais, o fortalecimento do crédito rural, com a cooperação da Aliança, tido como um dos pilares da recuperação agrícola, tratava-se de um grande programa que uniria tecnificação, crédito rural, subsídios para fertilizantes e garantia de preços mínimos.

E a compra de tratores e dos chamados insumos modernos ganharam tratamento privilegiado, para melhoria da produtividade, ao tempo em que se abriam créditos a longo prazo, para modernização das propriedades. [...] Bulhões, que contava ciosamente o dinheiro público, autorizou o Banco do Brasil a operar, sem limitações orçamentárias, nos financiamentos agrícolas, também confiados à rede bancária privada. [...] Indiferente à inflação, o crédito agrícola expandia-se (VIANA FILHO, 1975, p. 262-263)

Como continuidade dessa política para a agricultura perpetrada pelos primeiros governos militares, foi organizado o I Congresso Nacional de Agropecuária, que reuniu em Brasília, entre 25 a 28 de julho de 1967, cerca de 400 participantes entre autoridades políticas, técnicos e representantes do patronato rural. Ao longo do encontro foi discutida e aprovada a *Carta de Brasília*, documento que definiria a política nacional da produção agropecuária para fins de abastecimento, industrialização e exportação. A realização do II Congresso Nacional de Agropecuária, em novembro de 1967, objetivou avaliar os resultados da execução da *Carta de Brasília*, bem como atualizar seus objetivos e metas, tendo o presidente Costa e Silva participado do jantar de encerramento do evento e homenageado por cerca de 600 representantes de produtores rurais. O presidente reafirmou sua decisão de priorizar a “agropecuária como uma das principais metas de seu governo”. O Ministério da Agricultura elaborou um documento com mais de 2.000 páginas especificando sua atuação na “renovação da agricultura brasileira”, a partir do que a *Carta de Brasília* chamou de *Mobilização Nacional para o Desenvolvimento da Agropecuária*. Nesse sentido, a Pasta seguiria diretrizes gerais para realizar a *Revolução Tecnológica no Meio Rural Brasileiro* (BRASIL, 1968, p. 324).

Imagem 1: Imagem que representava a união nacional para o desenvolvimento agropecuário



Fonte: BRASIL, 1968, p. 325.

O logotipo acima foi criado para “marcar a imagem da renovação da agricultura”, demonstrando a “integração” de todos os setores atuantes no campo e simbolizando um “novo estágio da agropecuária nacional”, lançado em julho de 1967, quando Costa e Silva aprovou a Carta de Brasília (Ibidem, p. 325). Pode-se notar que as letras “C” e “B” envolvem a figura de um trator, traduzindo bem o lema do Ministério da Agricultura em fins dos anos 1960, a *Revolução Tecnológica*.

Os dirigentes do Ministério da Agricultura identificaram também no referido documento uma “grande lacuna” que residia na falta de integração, em âmbito nacional, dos órgãos do setor público e da iniciativa privada. Para tanto criaram o Conselho de Desenvolvimento da Agricultura (CDA), tendo como princípio ser “indispensável” a criação de um órgão de cúpula, “capaz de centralizar as discussões e descentralizar as execuções” para o desenvolvimento da agricultura. Dessa maneira, seria constituída uma Comissão de Alto Nível, formada por representantes dos órgãos integrantes da CDA: Ministério da Agricultura; Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); União Nacional das Associações de Cooperativas (Unasco); Aliança Brasileira das Cooperativas (ABCOOP); Federação

das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB); Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV); Conselho Federal de Economistas Profissionais; Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares e Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA) (Ibidem, p. 357). O Conselho de Desenvolvimento que iria discutir as atividades necessárias para nortear as políticas públicas ministeriais voltadas à agricultura brasileira, era composto, majoritariamente, por associações de representantes das classes produtoras e do empresariado, apresentando apenas um representante sindical dos trabalhadores da agricultura. A participação das duas entidades nacionais de representação das cooperativas, Unasco e ABCOOP, demonstra bem o destaque que o cooperativismo assumia no plano nacional, processo esse coroado com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1969.

Mendonça (2010b) em seu estudo sobre a OCB, aponta que o cooperativismo se consolidou como doutrina tendo como primeira viga a negação do conflito e o não envolvimento do Estado na economia. Já a segunda, assegurava “à iniciativa privada o papel de motor da organização social (MENDONÇA, 2010b, p. 180). O cooperativismo se alastrou por diferentes países, penetrando sistemas econômicos e políticos variados e, conseqüentemente, sofrendo reformulações.

Neutralizando tensões sociais, erigindo-se como barreira à difusão do socialismo, instrumentalizando, enfim, a racionalização técnico-econômica da produção e das trocas, as cooperativas seriam encaradas como fatores de “transformação moral dos homens”, nos quais, mediante a aprendizagem do igualitarismo, produzir-se-ia uma nova “mentalidade”, em teoria apartada de “doutrinas perniciosas” (Ibidem, p. 180).

Ao longo do processo de consolidação do cooperativismo no Brasil, iniciado em fins do século XIX, ele foi adquirindo algumas vertentes, com destaque para a de características mais doutrinárias, surgida a partir da ação organizada de um grupo de agrônomos funcionários do Ministério da Agricultura. Estes visavam incentivar o “potencial transformador” imputado à cooperativa como instrumento de “superação” das desigualdades e injustiças sociais presentes no campo, tido como capaz de dar cabo à dispersão e ao êxodo rural, além de “adaptar” os trabalhadores “às práticas da moderna agricultura”. Tendo como eixo o Estado, a partir da década de 1930, o cooperativismo adquiriria o *status* de prática governamental, dando origem a uma série de legislações específicas que traduziam as disputas em torno da matéria (Ibidem, p. 181-182). Não é por acaso que os acordos entre a USAID e o Ministério da Agricultura, aqui analisados,

no tocante à educação rural, dessem destaque ao tema, preocupando-se em inculcar não apenas nos estudantes, mas em toda a comunidade ao entorno, os valores cooperativistas.

A partir do exposto acima pode-se observar, principalmente após 1964, que a questão agrária brasileira passara a ser entendida a partir de matrizes produtivistas, que apontavam como única solução para seus problemas sua modernização aos moldes dos centros capitalistas. A reforma agrária já não mais implicaria em mudanças na estrutura fundiária, sendo vinculada ao associativismo rural, à disseminação do crédito, ao “treinamento” de mão-de-obra a partir de uma noção de educação ressignificada. O governo de Castelo Branco se apressou em legalizar o Estatuto da Terra que, a despeito de vários embates, foi aprovado em período bastante curto, em novembro de 1964. Observando algumas questões que envolveram a lei de reforma agrária aprovada, bem como o conjunto de diretrizes que nortearam as políticas públicas para o campo, podemos inseri-las sob a órbita da influência estadunidense na política interna brasileira, no sentido de implementar modificações no sistema produtivo local dos países “em desenvolvimento”. Tudo isso com o objetivo de facilitar a expansão capitalista no campo, realizada em cooperação com a classe dominante local.

4.2 – Acordos de cooperação técnica entre a Aliança para o Progresso e o Ministério da Agricultura

Cabe lembrar que perpassa toda a nossa abordagem sobre a cooperação técnica e financeira da Aliança, o entendimento de que o programa apresentava um forte caráter político-ideológico, que possibilitou a “dependência circular” (ARAPIRACA, 1982, p. 88) dos países subdesenvolvidos em relação aos centrais. Consideramos que a assistência técnica, na maior parte das vezes, girou em torno da transmissão de conhecimentos necessários para a utilização dos pacotes industriais²⁶¹ adquiridos com o financiamento dessa “ajuda ligada” (Ibidem, p. 92). Concordamos com as considerações de Arapiraca (1982) que caracteriza a cooperação técnica como, na verdade, um ônus aos países em desenvolvimento, que passaram a financiar o processo de acumulação de capital dos países industrializados:

[...] A assistência técnica não é nunca a promoção para o desenvolvimento de uma tecnologia própria do país receptor. Em última instância, a assistência técnica, tão proclamada como uma espécie de ajuda ao desenvolvimento de países periféricos, transforma-se num pesado ônus para esses países, na medida

²⁶¹ Ou pacotes tecnológicos como os insumos químicos industriais e a maquinaria.

em que eles passam a financiar, na realidade, o investimento dos países industrializados na preparação e na substituição da mão-de-obra barata (Ibidem, p. 90).

Os primeiros acordos de cooperação agropecuária entre a USAID, o Ministério da Agricultura e a COCAP foram assinados em novembro de 1964 – um de Produção Animal e outro de Comercialização Agrícola – e recebiam recursos originários de doações provenientes do Fundo do Trigo. O Acordo sobre Produtos Agrícolas, mais conhecido como Fundo do Trigo, foi celebrado pela primeira vez em 1955, baseado na PL 480, que estabelecia a venda de produtos agrícolas norte-americanos definidos como excedentes, em cruzeiros. A utilização dos recursos, segundo o estabelecido no primeiro acordo²⁶², previa que os cruzeiros que coubessem aos Estados Unidos seriam depositados em uma conta “especial” no BNDE e utilizados para determinadas finalidades como o financiamento, no Brasil, de atividades de “intercâmbio educativo internacional”. A maior parte dos depósitos, 76%, seriam emprestados ao governo do Brasil, através do Eximbank, para “fomentar o desenvolvimento econômico” do país. A partir de 1962, após o lançamento da Aliança, a operação migra para a órbita da USAID e os valores passam a ser depositados em conta especial do Banco do Brasil para o financiamento de empréstimos ou doação no âmbito do novo programa.

Assim sendo, os acordos entre MA/USAID/COCAP, estruturaram o “Projeto UMBRELLA”²⁶³ que foi aplicado em oito estados (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com a participação de técnicos de entidades federais, estaduais, filiadas da ABCAR e universidades. Os projetos e subprojetos objetivaram desenvolver atividades de multiplicação de sementes básicas, alimentação e manejo de bovinos, armazenamento de grãos em fazendas, beneficiamento de sementes, melhoria da suinocultura e avicultura, cooperativismo, difusão do uso de calcário e de fertilizantes, desenvolvimento de fruticultura, planejamento de política agrícola e treinamento em vários níveis e setores.

Com a criação do CONTAP, o Ministério da Agricultura²⁶⁴ e a USAID realizaram ajustes nos contratos firmados, assinando três novos convênios em abril de 1966. Os

²⁶² A cada renovação do referido acordo mudavam alguns pontos. Os acordos estão disponíveis no Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil.

²⁶³ PRO/AG 512-15-130-247 e PRO/AG 512-15-150-248.

²⁶⁴ No período aqui abordado, estiveram à frente da pasta da agricultura: Oscar Thompson Filho, de abril a junho de 1964. Estudou na ESALQ e foi secretário de Agricultura de São Paulo antes de se tornar Ministro. Membro da Diretoria da SRB. Hugo de Almeida Leme, de junho 1964 a novembro de 1965. Agrônomo, estudou na ESALQ. Ney Aminthas de Barros Braga, 1965-1966. Militar, estudou na Escola Militar do

acordos, que inicialmente se baseavam em doações do Fundo do Trigo, passaram para o regime de empréstimos. Foi necessária uma reestruturação em função da expansão do programa, tendo sido realizados levantamentos, junto a autoridades estaduais, acerca dos “problemas existentes no campo da agropecuária”, bem como a seleção de atividades prioritárias a serem desenvolvidas através de projetos específicos. Importante destacar que o ETA participava ativamente da execução de todos os projetos aqui analisados, demonstrando que esta agência criada em 1953, apesar de algumas modificações, continuava detendo um papel central na coadunação de interesses estadunidenses e das frações de classe proprietárias/agroindustriais brasileiras, no âmbito da cooperação técnica para o campo.

Os acordos entre MA/CONTAP/USAID dividiam-se em: CONTAP I – Produção Agrícola (pesquisa, extensão rural, produção agropecuária, cadastro rural, colonização); CONTAP II – Ensino Agrícola de Nível Médio e CONTAP III – Comercialização Agrícola (comercialização, estatística, análise, planejamento e crédito rural). Em 1967 os três acordos receberam respectivamente: NCr\$ 4.315.000,00, NCr\$ 703.000,00 e NCr\$ 1.460.000,00. Para o gerenciamento das atividades desenvolvidas através de projetos específicos foram criadas Administrações Estaduais a cargo do MA, das Secretarias de Agricultura dos respectivos estados, de universidades e de filiais da ABCAR. Os projetos e subprojetos ficaram sob o comando de executores escolhidos dentre técnicos das entidades participantes (BRASIL, *Relatório Convênios MA-CONTAP-USAID*, 1967, p.3).

Até 1967, a Coordenadoria do convênio era constituída por um coordenador e uma equipe técnico-administrativa. Esta atuava junto ao coordenador e era representada por administradores dos programas, a quem cabia a responsabilidade de supervisão, controle e avaliação dos projetos. No início de 1968, a administração dos convênios MA/CONTAP/USAID foi incorporada ao Escritório Técnico de Agricultura (ETA)²⁶⁵,

Realengo no Rio de Janeiro. Em sua gestão como Ministro da Agricultura, criou a Comissão Consultiva Nacional do Crédito Rural. Severo Fagundes Gomes, 1966-1967. Filho de um empresário paulista do ramo têxtil. Criador de Gado Gersey na Amazônia. Membro do Conselho Consultivo e Diretor do Departamento de Pecuária e Leite SRB. Cursou a ESG em 1965. Morreu no acidente aéreo junto com o político Ulisses Guimarães. Ivo Arzua Pereira, 1967-1969. Engenheiro, Prefeito de Curitiba de 1962 a 1966 (OLIVEIRA, 2013).

²⁶⁵ O Escritório Técnico de Agricultura (ETA) através da *Emenda ao Acôrdio para o Programa de Agricultura Recursos Naturais de 26 de junho de 1953*, era administrado por um “diretor Executivo, técnico brasileiro” designado pelo Ministro de Agricultura, e possuía uma Junta Deliberativa composta de três membros: o Diretor Executivo do Escritório, um representante da Comissão de Planejamento da Política Agrícola do Ministério da Agricultura e um representante da USAID (Divisão de Atos Internacionais do

ficando o Diretor-Executivo do Escritório como Coordenador Geral dos Convênios. O ETA assume então posição central na coordenação de todos os convênios celebrados com a USAID, indicando que, mesmo após o reordenamento dos esforços da política externa estadunidense, traduzidos na Aliança para o Progresso, era fundamental a experiência do Escritório na promoção da cultura do “desenvolvimento” agrário no Brasil.

O acordo estabelecia que uma parte do total de recursos alocados junto aos três convênios (CONTAP I, II e III) ficava reservada para a “divulgação das atividades desenvolvidas, identificando-as com uma colaboração da Aliança para o Progresso” (Ibidem, p. 4). A imprensa dos estados contemplados pelos acordos dava cobertura, além da Agência Nacional, através de seu noticiário²⁶⁶ e da publicação de artigos em revistas especializadas. As fontes do programa demonstram a preocupação dos ideólogos da Aliança com a propaganda, posto ser necessário sempre associar as iniciativas e obras ao logo e ao nome da Aliança.

Imagem 2: Logo oficial da Aliança para o Progresso



Fonte: LSL 1961.08.16 apu.

Ministério das Relações Exteriores, 31/12/1964). Alterando sua configuração citada no capítulo dois, que era de um co-Diretor brasileiro e um co-Diretor norte-americano.

²⁶⁶Alguns desses vídeos produzidos pela Agência Nacional podem ser vistos em: <http://www.zappiens.br/portal/BuscaRapida.do>.

Nas conclusões de um relatório anual dos convênios MA/USAID/CONTAP podemos observar a interpretação dos responsáveis brasileiros sobre o alcance da cooperação. Tais considerações demonstram o caráter produtivista das atividades que buscavam modernizar as atividades no campo aos moldes estadunidenses:

[...] estamos trabalhando intensivamente nos programas de pesquisa e extensão visando à difusão de novos conhecimentos sobre a tecnologia agrícola que, aliados ao desenvolvimento industrial, proporcionarão novas oportunidades de emprego à mão-de-obra ociosa existente [...] estaremos contribuindo para o aumento e melhoramento da produção agropecuária brasileira (Ibidem, p.8).

O CONTAP I, “Produção Agrícola”, desenvolveu suas atividades em torno de cinco subprojetos: I.1) Pesquisa – apoio aos trabalhos de pesquisa agropecuária a cargo do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias (DPEA) e do Instituto de Pesquisas IRI²⁶⁷; I.2) Recursos Naturais – suporte aos trabalhos de levantamento de recursos naturais do DPEA, relativos a solo, clima, cobertura vegetal e águas, além de outros elementos que determinavam se a área pode ser utilizada economicamente; I.3) Produção Agropecuária – cerca de cinquenta projetos em vários estados direcionados à alimentação e manejo de bovinos, fomento do uso de calcários e fertilizantes, produção de sementes e mudas, assistência a suinocultura e avicultura e treinamento; I.4) Extensão Rural – apoio às atividades da ABCAR em matéria de assistência à juventude rural, trabalhos de extensão junto às donas de casa, reaparelhamento dos Centros de Treinamento, treinamento de pessoal técnico, auxiliar agricultores - jovens e adultos - e líderes rurais, economia doméstica e crédito orientado e supervisionado; I.5) Colonização – apoio as atividades de colonização do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA) visando estabelecer uma experiência piloto fundamentada na realização de pesquisas e treinamento, como suporte as atividades de povoamento e colonização governamental e particular (BRASIL, 1967, anexos).

O CONTAP II, “Ensino Agrícola de Grau Médio”, por sua vez, subdividiu-se em cinco subprojetos: A) levantamento e pesquisas para fundamentação de programas de trabalho, administração, organização e avaliação das tarefas a serem executadas; B) formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico e administrativo dos estabelecimentos de ensino agrícola; C) assistência educativa às populações rurais – educação de agricultores jovens e adultos e donas de casa do meio rural; D) apoio ao programa de modernização de equipamentos e instalações das escolas (escola fazenda, cooperativismo escolar, hortas

²⁶⁷ O *International Research Institut*, consistia em uma empresa de Nelson Rockefeller, incumbida do desenvolvimento e da exportação de pesquisa agropecuária de ponta, COLBY & DENNETT, 1998.

escolares, programas agrícolas orientados, maquinaria agrícola, equipamento, etc.); E) assistência à Educação Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica.

Já o CONTAP III, “Comercialização Agrícola”, dividiu-se em três grandes áreas com objetivos e atividades específicas: 1) Comercialização – melhoria da análise, beneficiamento, armazenamento, embalagem e comercialização de sementes selecionadas, bem como de grãos, através de pesquisas, demonstração e capacitação de pessoal; apoio ao Movimento Nacional de Cooperativas na instalação de Centros de Serviços Agrícolas; melhoramento nos serviços de pesquisa, análises e estudos em economia rural no âmbito do MA e das Secretarias Estaduais de Agricultura; 2) Estatística – planejamento e preparo de projetos ligados ao setor agropecuário visando a maior produtividade e coordenação de esforços em âmbito nacional; 3) Crédito Rural – melhoramento do sistema de crédito rural através da implantação da nova legislação²⁶⁸ e de treinamento de especialistas em crédito do âmbito federal, estadual e local (Ibidem).

Dentro dos três projetos o treinamento era tido como prioritário, sendo realizado através de cursos rápidos e de demonstrações de resultados; da capacitação de agrônomos e veterinários, jovens agricultores e técnicos agrícolas nos temas da agropecuária. Diante disso, se percebe como os quadros do programa norte-americano trabalharam junto a uma série de órgãos do governo brasileiro ligados à agricultura. O Departamento de Promoção Agropecuária (DPA), o já mencionado DPEA, a Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), bem como o INDA e o IBRA, todos órgãos do MA, participaram ativamente das centenas de projetos desenvolvidos no âmbito da Aliança para o Progresso.

Abordaremos mais de perto os subprojetos CONTAP I e II com o objetivo de demonstrar como a influência norte-americana, através dos projetos nas áreas de educação e pesquisa perpetrados pela Aliança, se estendeu pelos mais diversos âmbitos do agro no Brasil. Consequentemente, entendemos que essas políticas implicaram em um sem número de práticas destinadas a levar o “saber técnico” a produtores rurais de distintos portes, através de práticas agrícolas ligadas ao ensino, pesquisa, extensionismo, assistência social e geração de tecnologias agrícolas.

²⁶⁸ Refere-se aqui à Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural.

4.3 – Cooperação técnica em pesquisa agropecuária através da Aliança para o Progresso

Faz parte da história do sistema de pesquisas agropecuárias no Brasil uma série de reformas administrativas impostas ao Ministério da Agricultura, que datam da década de 1940. No ano de 1944, surgiria o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA) que seria depois substituído, em 1962, pelo DPEA, dirigido por Ady Raul da Silva.²⁶⁹ O DPEA²⁷⁰ seguiu uma política de racionalização e disciplina na programação das atividades de pesquisa, estabelecendo uma hierarquização onde figurava, em primeiro plano, a produção de alimentos, seguida da produção de exportáveis (MENDONÇA, 2010, p. 40). Dentro do processo de construção de um sistema nacional de pesquisa agropecuária, a Pasta da Agricultura, ainda na administração de João Goulart, reforçava a importância da cooperação internacional e recomendava que o DPEA adotasse como prioridades:

- 1) que este se candidatasse a contratante do acordo firmado entre a Pasta e a USAID; 2) que este reorganizasse os projetos em colaboração com o ETA; 3) que se buscasse apoio junto à Aliança para o Progresso, junto à qual foram apresentados inúmeros projetos até aí não atendidos [...] (Ibidem, p. 41).

Mendonça (2010) em sua pesquisa sobre Estado e a Pesquisa Agropecuária no Brasil, ao avaliar a criação do DPEA, bem como a influência estadunidense junto ao Ministério da Agricultura desde os anos 1940, aponta que até a criação do Departamento os norte-americanos, através da Extensão Rural, priorizavam “propagandar os produtos da pesquisa agropecuária estadunidense junto aos agricultores brasileiros”. Porém, a partir daquele momento, “a influência se estenderia à própria configuração do sistema nacional de pesquisas agropecuárias como um todo” (Ibidem, p. 41). A Aliança para o Progresso funcionaria como um instrumento através do qual, a partir da “cooperação técnica”, os Estados Unidos contariam com ingerência na formação e no desenvolvimento do sistema brasileiro de pesquisa agropecuária.

²⁶⁹ “Ady Raul da Silva era agrônomo, funcionário de carreira do Ministério da Agricultura desde meados da década de 1940 e sócio fundador da Sociedade Brasileira de Genética, criada em julho de 1955 em São Paulo. Especialista em triticultura, sobre a qual escreveu inúmeras obras, dentre elas *Trigo*” (MENDONÇA, 2015, p. 40).

²⁷⁰ Uma das importantes mudanças trazidas com o DPEA foi a reincorporação ao sistema nacional de pesquisas dos órgãos de investigação zootécnica e veterinária, que até então estavam ligados ao Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura. Agora estavam, então, reunidos em um mesmo Departamento as pesquisas agronômicas, agrostológicas, zootécnicas e veterinárias (RODRIGUES, 1987, p. 209).

No pós-golpe de 1964, foram realizados os citados ajustes nos acordos firmados entre a USAID e o Ministério da Agricultura. O subprojeto CONTAP I.1, Pesquisas Agropecuárias, partiu de um convênio entre o IRI, o DPEA e a ABCAR. O DPEA operava por meio de seis institutos regionais: Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN), Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste (IPEANE), Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste (IPEAL), Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste (IPEACO), Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Sul (IPEACS) e o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS), cada um deles congregando um determinado número de Estações Experimentais localizadas nos estados que compunham sua área de jurisdição. As Estações tinham por finalidade desenvolver atividades de investigação que, a partir de 1962, seguiram diretrizes estabelecidas por programas prioritários voltados, basicamente, para a produção de alimentos e produção para exportação (ARAÚJO, 1979, p. 38). Ademais, o Departamento definido como “órgão central normativo de programação e análise das pesquisas e experimentações agropecuárias”, estruturava-se em uma Diretoria Geral; Órgãos Centrais de Coordenação, compostos por Divisões que abarcavam áreas diversas e os já mencionados Institutos Regionais (RODRIGUES, 1987, p. 210).

Para a execução do subprojeto, o DPEA e o IRI – sempre com a participação da USAID – trabalhavam em colaboração e encarregavam-se de uma série de atividades, dentre as quais destacamos o preparo de acordos com entidades nacionais e internacionais em assuntos relacionados à pesquisa agrícola, inclusive cooperação técnica e participação na execução de seus objetivos, com a participação de outras instituições do Ministério da Agricultura para o aperfeiçoamento de “pessoal técnico” (BRASIL, 1967).

Uma outra meta da cooperação DPEA/IRI/USAID era “colaborar com outras entidades públicas ou particulares no campo da pesquisa agrícola para a solução de problemas relacionados à produção agrícola” (BRASIL, 1967a, p.4). Cabe ressaltar, que o IRI era ligado ao IBEC – instituição mencionada no segundo capítulo – empresa de Nelson Rockefeller com forte atuação no Brasil através de vários investimentos. No final da década 1950, o IRI utilizou plantações das terras de Walther Moreira Salles²⁷¹ e de outros grandes fazendeiros dos estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Paraná, para realizar experiências com pesticidas químicos e desfolhantes, dentre outras. Centenas de

²⁷¹ Foi embaixador do Brasil em Washington entre 1959 e 1960; banqueiro e dono de grandes propriedades rurais.

grandes produtores brasileiros iam até as áreas de testes do IRI e, posteriormente, adotavam as “novas técnicas”, adquirindo pesticidas e desfolhantes químicos. Por seu turno, empresas norte-americanas de produtos químicos realizavam/retribuíaam doações à IRI (COLBY & DENNETT, 1998, p. 669). Na década de 1960, em ação conjunta com a USAID e no contexto do “espírito da Aliança para o Progresso”, o IRI atuou junto ao Estado restrito brasileiro, em cooperação técnica com o Ministério da Agricultura para, dentre outras ações, “solucionar problemas” relacionados à produção agrícola. Dessa forma, a cooperação técnica atendia aos interesses de grandes corporações estadunidenses.

Durante a *VI Reunião Anual de Diretores de Pesquisa do DPEA*, realizada em outubro de 1967, o auxílio internacional foi considerado fundamental, tendo sido estabelecidas resoluções para garantir seu prosseguimento. Como a principal assistência internacional naquele momento vinha dos acordos entre MA/CONTAP/USAID, as três principais determinações foram:

1. O trabalho DPEA/USAID/IRI deverá ser intensificado nos campos já explorados e deverá abranger ainda outros campos tais como ciências veterinárias, tecnologia de alimentos e tecnologia agrícola.
2. Os planos experimentais preparados conjuntamente por técnicos de DPEA/USAID/IRI são excelentes e *servem como modelo a ser permanentemente* usado no treinamento de novos pesquisadores.
3. Devem ter continuidade os programas de treinamento para técnicos através do convênio MA/USAID, tal como vem sendo executado pelo DPEA, por meio de sua Divisão de Pedologia e Fertilidade do Solo, com a assessoria de especialistas de solos da USAID (BRASIL, 1967a, p. 8, grifos nossos).

Pode-se observar a intencionalidade de expandir as atividades do acordo para setores voltados à tecnologia, de modo a aperfeiçoar métodos tidos como modernos e asseguradores do aumento da produtividade. Outro aspecto de relevo nos acordos que envolveram a Aliança para o Progresso, já mencionado neste trabalho, foi a questão do treinamento. No referido documento ficava estipulado que todo o DPEA deveria utilizar como *modelo permanente* para o treinamento dos pesquisadores, os planos de trabalho elaborados com a participação de técnicos estadunidenses.

Dentro dessa lógica o DPEA argumentava sobre a “necessidade contínua de aperfeiçoamento” dos seus quadros e, desse modo, adotou-se um sistema de bolsas de estudos para seus técnicos, a serem concedidas “mediante a apresentação de um projeto de pesquisa recomendado ao DPEA pelo instituto patrocinador” (BRASIL, 1967a, p. 7). Ou seja, o Departamento de Pesquisas Agropecuárias brasileiro organizaria um programa de bolsas de estudo para seus técnicos a partir da demanda e desígnios de um instituto

internacional “patrocinador”. Durante o “aperfeiçoamento em instituições especializadas” no exterior o DPEA permaneceria pagando os salários dos técnicos pesquisadores.

Em 1966, com a finalidade de “melhor determinar e ressaltar” a importância do programa de treinamento, foi criada a Seção de Aperfeiçoamento de Pessoal Técnico (SAPT), tendo sido estipulado que os métodos adotados na seleção dos contemplados com as bolsas contariam com a participação direta de membros da USAID/IRI, evidenciando a “influência dessas organizações” (BRASIL, 1967a, p. 8). Todo o processo de seleção interna de um programa de aprimoramento de funcionários da principal instituição pública voltada para pesquisa agropecuária no Brasil teria a participação direta de norte-americanos.

Alguns dos exemplos de como se dava, na prática, a dinâmica dos projetos desenvolvidos a partir dos acordos na esfera da Aliança para o Progresso dentro do DPEA, podem ser demonstrados através da implementação de um programa de produção e patologia animal. Foi construído um novo prédio no IPEAL e estava sendo realizado o treinamento de pessoal destinado aos laboratórios de trabalho. Um veterinário e um especialista em nutrição animal do DPEA estavam nos Estados Unidos “sendo preparados para a futura realização deste programa” (Ibidem, p. 9). Além disso, técnicos da USAID/IRI realizavam treinamentos dentro dos seis institutos regionais do DPEA, bem como na Estação Experimental de Brasília. Já no escritório central do DPEA, localizado no Rio de Janeiro, seis especialistas da USAID e do IRI trabalhavam em “cooperação” com os administradores do Departamento (Ibidem, p. 9).

Os representantes do IRI participavam das reuniões anuais de Diretores do DPEA, demonstrando influência, inclusive, junto ao planejamento diretivo do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias brasileiro. A presença norte-americana enraizou-se nos mais variados setores do DPEA, se estendendo à própria configuração do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias como um todo. Relatório do ano de 1966 informava que o número de “especialistas”, apenas do IRI, foi aumentando durante aquele ano totalizando 31 técnicos estabelecidos em várias capitais do país, sendo prevista a vinda de mais três deles nas próximas semanas. Além disso, o Secretário de Agricultura norte-americano, Orville Freeman e o congressista Mark Andrews, visitaram o Centro de Treinamento de Matão (BRASIL, 1966a, p. 12).

Imagem 3: Técnicos do IRI participam do planejamento na Reunião Anual de Diretores do DPEA, realizada em Sete Lagoas, Minas Gerais



Fonte: (BRASIL, 1967a, p. 10).

Mendonça (2010) observa que, até meados da década de 1960, preponderava um relativo estranhamento entre o Sistema Brasileiro de Pesquisa e o Sistema Brasileiro de Extensão Rural. Para tentar sanar tal problema, foi assinado Protocolo de Articulação Pesquisa-Extensão, em junho de 1966, firmado entre a ABCAR e o DPEA, mediado pelas agências estadunidenses IRI e USAID. Desse Protocolo resultou a decisão de instalar um Centro de Informações nos seis institutos regionais para facilitar a divulgação dos resultados das pesquisas junto a todos os tipos de usuários²⁷² (MENDONÇA, 2010, p. 43). A intervenção dos representantes da USAID/IRI nesse processo resultou no *I Encontro Nacional de Técnicos em Informação Rural*, realizado em Matão, em 1965. Um Segundo Encontro foi realizado na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), em Viçosa (BRASIL, 1966a, p. 11). A principal recomendação e as discussões giraram em torno da questão do reconhecimento do volume de resultados

²⁷² Segundo Mendonça (2010) a integração pretendida funcionaria muito precariamente, resultando em inúmeras crises, políticas e financeiras, inclusive com ausência de recursos dos órgãos estaduais de extensão.

positivos alcançados pela pesquisa agropecuária brasileira. Todavia, concluiu-se, tais resultados não chegavam aos agricultores, sinalizando que faltava aos pesquisadores “maior envolvimento com os problemas que limitavam a produtividade” da agricultura. Dessa maneira, era preciso também colocar em cada instituto de pesquisa regional um Extensionista especializado em comunicação, para realizar uma ponte direta entre a pesquisa e o amplo público usuário. O IRI tinha como responsabilidade, para cumprimento do mencionado Protocolo, fornecer as máquinas e os equipamentos necessários à instalação de um Centro de Produção Gráfica que seria peça fundamental para a produção de material informativo e de divulgação (RODRIGUES, 1987, p. 214).

Em 1968, extensionistas “especialmente treinados em informação” já atuavam em cinco dos oito Institutos regionais, de modo a dar agilidade à divulgação dos resultados dos trabalhos, por meio da edição de circulares dirigidas aos técnicos do Ministério e das Secretarias de Agricultura, dos Serviços de Extensão Rural e de outros órgãos de assistência técnica aos agricultores. Ademais, eram promovidas reuniões e cursos visando atualizá-los nos assuntos de “maior interesse para a agropecuária” regional e habilitá-los a “orientar melhor os produtores” (BRASIL, 1968, p. 23). Esse trabalho articulado entre pesquisadores e extensionistas, intermediado pelos estadunidenses, deu início também à instalação de “ensaios e unidades demonstrativas” em propriedades particulares, como forma de difusão de práticas “racionais” e, ainda, com o objetivo de comprovar, em áreas diversas, os resultados obtidos nos trabalhos experimentais. A finalidade dessas atividades era contribuir para a criação de uma espécie de “mentalidade pública” entre os agricultores e trabalhadores rurais, que fosse mais “receptiva à modernização da agropecuária”, pela aceitação de “novas técnicas de trabalho” (Ibidem, p. 24).

Chamou a atenção de Mendonça (2010) alguns dos motivos do relativo afastamento entre a extensão e a pesquisa, ou seja, uma “ausência de sintonia” entre os propósitos do DPEA e da ABCAR, esta última dirigida por João Napoleão de Andrade²⁷³, vinculado à SNA. Isso deveu-se ao fato de o DPEA privilegiar empresários rurais, ao passo que a ABCAR insistia no atendimento ao pequeno produtor. Ademais, continua a autora, existia um conflito interno à própria Pasta da Agricultura, marcado pelo “estranhamento, por exemplo, entre o Sistema de Pesquisa (não monopolizado por porta-

²⁷³ “João Napoleão de Andrade, mineiro, fazendeiro e proprietário de empresa exportadora de cristal de rocha, era amigo pessoal do governador de Minas, Juscelino Kubitschek e vivera longos anos nos EEUU, tomando contato com o Serviço de Extensão Rural daquele país. Foi assessor da ACAR – embrião da futura ABCAR – iniciada em Minas Gerais e, com a criação da ABCAR, foi nomeado seu presidente” (MENDONÇA, 2010, p. 43).

vozes da SNA) e o Sistema de Extensão, este sim, contando com a influência da Sociedade”. Mendonça aborda ainda um terceiro ponto envolvendo um conflito potencial entre o Ministério da Agricultura e o da Fazenda, “materializado, por exemplo, nas sucessivas delongas na liberação dos recursos para o DPEA, não sendo casual o fato desta última Pasta ser monopolizada por representantes da grande burguesia” (Ibidem, p. 43). Apesar dos conflitos que atravessavam o Estado restrito, ao analisarmos os acordos de cooperação em pesquisa agropecuária firmados entre Brasil-Estados Unidos no âmbito da Aliança para o Progresso, pudemos verificar a tentativa sistemática de integrar as atividades de pesquisa e extensão rural. A documentação indica que o Ministério da Agricultura buscava garantir que o DPEA e a ABCAR atuassem juntos nas atividades ligadas aos projetos com a USAID.

A extensão rural aparece nos acordos ligada à pesquisa, numa clara tentativa de criar a “sintonia”, por indicação dos norte-americanos, entre ambos. Oliveira (2013) explica que de 1960 a 1966, a estrutura da ABCAR foi reorganizada, cabendo às associações estaduais desenvolver atividades extensionistas. Dessa forma, cada associação estadual possuía escritórios nos municípios, enraizando-se pelo interior do Brasil.

Cada escritório contava, normalmente, com uma equipe de extensionistas: um homem com formação em agronomia ou veterinária e uma mulher, professora ou economista doméstica. A atividade do extensionista, portanto, consistia em proposições intervencionistas ditas educativas, com duas abordagens: visitas individuais nas propriedades dos assistidos ou palestras e demonstrações coletivas.

Já a chamada “abordagem de massa” tinha maior alcance nas comunidades rurais, abrangendo amplos setores da população. Os programas de rádio eram seu principal veículo de comunicação e se tornaram muito populares dentre as atividades da ABCAR abrangendo o público-alvo para todos os pequenos produtores (OLIVEIRA, 2013, p.80).

Os representantes da USAID/IRI verificaram haver uma “falta de entrosamento” entre a imprensa e o rádio com relação às atividades de pesquisa agropecuária e extensão. Foram, então, organizados pelos norte-americanos e pela ABCAR, cursos rápidos para jornalistas e comentaristas de rádio dentro dos institutos regionais do DPEA, os quais abordavam temas como o papel da informação no “desenvolvimento socioeconômico da comunidade rural”; problemas relacionados com a comunicação e “análise dos fatores que influenciam a aceitação de novas ideias” ou a relação entre jornalismo rural e informação rural. Além dos cursos os jornalistas e comentaristas visitaram as instalações dos institutos, discutiram os problemas e resultados das pesquisas em andamento, entrevistaram os diretores, estabelecendo o início de uma “comunicação direta entre os

institutos de pesquisas e as empresas de divulgação representadas” (BRASIL, 1967a, p. 35).

Por sua vez, no bojo dos acordos analisados, existia um “especialista” da USAID/IRI dentro do escritório da ABCAR, no Rio de Janeiro, “prestando assistência à extensão” e ainda um ou dois atuando junto aos serviços estaduais (BRASIL, 1967a, p. 9). Ou seja, o enraizamento da ação extensionista no interior do país foi marcado também pelo simultâneo enraizamento de representantes estadunidenses junto ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural, por meio da Aliança para o Progresso.

Treinamento formal é realizado em todos os programas DPEA/ABCAR/USAID/IRI [...]. Através do desenvolvimento cooperativo e implementação de quase 100 projetos de pesquisa e extensão, treinamento em serviço é proporcionado a quase 200 especialistas de pesquisa e extensão. Esta é uma forma segura de melhoramento das instituições através de motivação, aperfeiçoamento, planejamento e implementação de projetos (BRASIL, 1976a, p. 9).

Entre os órgãos mantenedores da ABCAR figurava a USAID-Brasil, através da Aliança para o Progresso (*Extensão Rural*, janeiro de 1966).²⁷⁴ Isso não ocorria por acaso, pois a extensão rural era considerada pelos norte-americanos como um dos caminhos para a modernização rural, uma forma de incentivar a mudança de “mentalidade” no campo, agindo de forma “educativa” para levar aos trabalhadores rurais os “caminhos do progresso”. O periódico *Extensão Rural*, publicação da ABCAR responsável pela divulgação das atividades extensionistas do país, afirmava que o tipo “tradicional de agricultor que parou no tempo, acomodado com a ignorância, a pobreza e as rotinas herdadas” precisava ter acesso e difundir, “os avanços da tecnologia”. Os estabelecimentos rurais precisavam transformar-se em “empresas agrícolas” e a política da extensão deteria papel fundamental nesse processo, exercendo uma ação “educativa” que, juntamente com a pesquisa, propiciaria uma mudança “cultural” no campo.

Se a fonte criadora dos conhecimentos técnicos está na pesquisa e experimentação, eles só poderão fluir para a empresa agrícola – e ter aí aproveitamento prático e alcançar difusão – através da ação educativa da Extensão Rural, que é também instrumento da “formação cultural” [...]. Intérprete e mensageira da pesquisa, é a Extensão Rural que lhe dá efetividade prática, tornando-a válida como fator de desenvolvimento econômico. O pesquisador promove o avanço do conhecimento, mas é o extensionista quem o põe em marcha, fazendo avançar o progresso (*Extensão Rural*, março de 1966).

²⁷⁴ Vale lembrar também que no âmbito dos acordos de cooperação técnica da Aliança para o Progresso, entre a USAID e o Ministério da Agricultura, estava um projeto que abarcava a extensão rural, tendo as verbas 100% direcionadas para o apoio às atividades da ABCAR.

Existia ainda um “especialista em informação” do IRI trabalhando junto ao Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura. O SIA era o órgão central de informação e divulgação dos assuntos afetos à agricultura em geral; promovendo a execução de programas de caráter educativo; elaborando e patrocinando a realização de programas de rádio, televisão e cinema; promovendo cursos de técnica e informação agrícola; além de outras funções. Como já abordado no segundo capítulo, o SIA cumpria papel de coordenação das práticas educativas voltadas ao meio rural e, desde sua criação, foi adquirindo projeção junto às políticas ministeriais, tornando-se um importante veículo para o IRI inserir seus quadros no Serviço.

Um dos relatórios do acordo DPEA/IRI/USAID cita um exemplo que demonstra claramente o quanto a atuação estadunidense se estendeu em frentes diversas. O Centro de Treinamento de Matão, ligado ao IPEACS, ministrou cursos para jovens da região sobre técnicas de pesquisa, língua inglesa e trabalho de manutenção mecânica. “Três cursos rápidos sobre informação agrícola foram realizados durante os últimos seis meses, enquanto que 44 jovens brasileiros estão nos Estados Unidos realizando estudos de aperfeiçoamento” (BRASIL, 1967a, p.9). Em Matão também ocorreram os chamados “treinamentos em serviço” inspirados no modelo estipulado pelos estadunidenses. Técnicos brasileiros eram preparados para “estudos avançados” nos Estados Unidos, visando obter conhecimentos práticos de “planejamento e técnicas modernas de pesquisa”, simultaneamente ao treinamento da língua inglesa. Cursos rápidos sobre os temas mais variados eram ministrados em inglês de modo a “oferecer ao treinando a oportunidade de preparar-se melhor para a realização dos futuros estudos em universidades dos Estados Unidos”. Além desse treinamento teórico, os técnicos brasileiros planejavam, implementavam e analisavam projetos de pesquisa com cooperação de técnicos da USAID/IRI (Ibidem, p. 27).

Inspirados pelo modelo americano, o DPEA montou o projeto de criação de um escritório federal-estadual de pesquisas. Dessa forma, o convênio com a USAID também englobou a criação desse escritório, como um órgão que pudesse coordenar programas entre o Ministério da Agricultura, universidades e programas estaduais de pesquisa. Foi criado um órgão dentro do DPEA para “cooperar em bases semelhantes ao escritório federal-estadual de pesquisas dos Estados Unidos”. Para tanto, em 1966, um grupo de 10 representantes da alta administração de pesquisas do DPEA foi enviado aos Estados Unidos para uma visita guiada pelas estações experimentais de modo a “ter a oportunidade de avaliar os programas de pesquisa cooperativos federal-estaduais” tendo

como objetivo determinar como “poderiam os mesmos ser adaptados às condições brasileiras (BRASIL, 1966a, p. 10). Em 1967, mais dois funcionários do DPEA foram para os Estados Unidos para verificar a operação do referido escritório visando implementar um congênere brasileiro (BRASIL, 1967a, p.10).

Existiam projetos em andamento em todas as regiões brasileiras cujo funcionamento se dava em parceria com os Institutos regionais. Somente junto ao Instituto do Nordeste (IPEANE) existiam, em 1967, 35 projetos de pesquisa sendo implementados (BRASIL, 1967a, p. 13). Uma das principais preocupações dos técnicos da USAID/IRI relacionava-se ao “melhoramento e modernização de instalações e equipamentos utilizados na pesquisa”. O acordo CONTAP I.1 contemplava, então, a cooperação dos norte-americanos na seleção de “equipamento moderno” visando a operação “mais eficiente”. Foram fornecidas pela USAID/IRI ferramentas, materiais diversos, equipamentos, laboratórios diversos, facilidades de instalação nas estações experimentais, além de tratores e máquinas agrícolas (Ibidem, p. 14-16).

Podemos observar que o acordo CONTAP I.1 contava com forte caráter disseminador de conhecimentos “especializados”, a partir da matriz estadunidense. Outro indício dessa questão eram os programas de treinamento e estudos para os funcionários do DPEA e da ABCAR, que procuravam “maiores oportunidades de prestar serviços”, sendo necessário o “aperfeiçoamento” de seus quadros. Os programas de educação e treinamento nos quais USAID/IRI assistiam ao DPEA e a ABCAR incluíam graduação, treinamento em serviço, cursos rápidos, demonstrações, aulas práticas, conferências, preparo de publicações de pesquisa e extensão, encontros agrícolas e pesquisas de campo (Ibidem, p. 18). Segundo os relatórios consultados, o programa de treinamento no qual a USAID e o IRI operavam de forma mais sistemática era o da seleção de grupos de brasileiros para estudar Ciências Agrícolas em universidades nos Estados Unidos e Costa Rica²⁷⁵. Este programa se destinava a “aumentar a eficiência do DPEA e da ABCAR” (Ibidem, p.23).

Os técnicos [especialista em pesquisa ou extensionista] são selecionados pelo DPEA e pelo Sistema ABCAR, com a assistência de um técnico da USAID/IRI, o qual prepara, juntamente com eles, os primeiros formulários de solicitação e seleciona os cursos que realizarão. É imprescindível que os candidatos possuam conhecimentos adequados da língua inglesa (Ibidem, p. 24).

²⁷⁵ Em *Turrialba*, no Centro de Treinamentos do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA). Estudaremos o IICA adiante.

Com a finalidade de ampliar esse treinamento, vencendo a barreira do idioma, cerca de 80 brasileiros realizavam cursos de inglês para se qualificarem a receber bolsas de estudos. Além disso, visava-se também cursos de pós-graduação principalmente em universidades estadunidenses, estimando-se que 30 iniciariam seus cursos de mestrado ou doutorado em 1968 e mais 30 em 1969 (Ibidem, p. 24).

Outra marca da imbricação norte-americana, junto às atividades de pesquisa agropecuária no Brasil, eram as denominadas Comissões Nacionais de Culturas Básicas. O DPEA respondia por essas Comissões que se reuniam anualmente, sendo compostas por técnicos do Ministério da Agricultura, órgãos de pesquisa estaduais, universidades, além de representantes de entidades privadas e de classe que possuíssem interesses nos temas debatidos (RODRIGUES, 1987, p. 212). As Comissões ligavam-se a áreas de Ciências Agrícolas, Ciências do Solo, Zootecnia, Estatísticas, Culturas oleaginosas e Tecnologia de alimentos. As reuniões periódicas visavam definir prioridades, examinar projetos de pesquisa em andamento, avaliar resultados e distribuir responsabilidades na execução de novas atividades. Suas determinações eram subsídios básicos a orientar as equipes centrais de pesquisa do DPEA no julgamento dos subprojetos de pesquisa nos institutos regionais (Ibidem, p. 212). Os representantes da USAID/IRI integravam a maioria dessas Comissões e “assistiam” ao planejamento e identificação de áreas carentes de “pesquisas com prioridade” (BRASIL, 1967a, p. 27).

Somente no final do ano de 1967, técnicos da USAID/IRI espalhavam-se por oitenta localidades de todo o Brasil, trabalhando junto a mais de duzentos técnicos brasileiros na realização de projetos de pesquisa. É notória a influência estadunidense para instituir arquétipos destinados a moldar o setor no país, direcionando-o rumo a seu próprio ideal de modernização. Na *VI Reunião de Diretores de Pesquisa*, realizada em 1967, começaram a se desenhar algumas mudanças no tocante às diretrizes da pesquisa agropecuária brasileira. Realçavam-se os compromissos com a *Carta de Brasília* e a Pasta da Agricultura buscava estar em “conformidade com o espírito e as diretrizes” dela (BRASIL, 1969, p. 1). A *Carta de Brasília*, em seu capítulo VI, tratava da “industrialização rural” e o Ministério da Agricultura procurava manter-se em consonância com tais recomendações, num claro esforço para garantir a execução de políticas modernizadoras. A equipe econômica do presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969) começava a cobrar da pesquisa agropecuária federal uma estrutura que atendesse às necessidades do empresariado rural, pois, como já exposto no segundo

capítulo, este agora era beneficiado com ampla cobertura do crédito subsidiado (RODRIGUES, 1987, p. 213).

Uma das principais atividades do DPEA para o ano de 1968 foi a elaboração de um plano de pesquisa de alcance nacional, “com planos detalhados para cinco anos” que precisaria contar com um “sistema de financiamento” da USAID/IRI. No bojo do decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, que estabeleceu uma Reforma Administrativa Federal, o Ministério da Agricultura realizou uma reestruturação administrativa e, em 1968, o DPEA passou a chamar-se Escritório de Pesquisa e Experimentação (EPE). Sua criação marca a formalização da tentativa de se articular um Sistema Brasileiro de Pesquisa Agropecuária, financiado com recursos da USAID e do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), que patrocinaram uma Comissão de Alto Nível para “avaliar a situação da pesquisa agropecuária brasileira” (MENDONÇA, 2010, p. 15). O EPE era presidido por Roberto Meirelles de Miranda²⁷⁶ e permaneceu com suas funções básicas previamente estabelecidas. Porém foram criados mais três institutos regionais: o da Amazônia Ocidental (IPEAOc), o do Oeste (IPEAO) e o Meridional (IPEAME). Em 1970 o órgão foi transferido para Brasília, juntando-se a outros setores do Ministério da Agricultura que já funcionavam na capital federal. O EPE já havia montado um razoável alicerce relacionado a seu trabalho junto aos demais órgãos de pesquisa brasileiros e estrangeiros, principalmente norte-americanos. Nacionalmente eram convênios com empresas públicas e privadas, secretarias de Agricultura estaduais, cooperativas e universidades (Ibidem, p. 45).

O Escritório coordenava uma rede de Estações Experimentais subordinada aos oito Institutos regionais. Em 1968 esta rede contava com 55 estações espalhadas por todas as regiões do país, porém com uma maior concentração em estados do Nordeste, além de Paraná e São Paulo (BRASIL, 1968, p. 19). Os trabalhos de pesquisa e experimentação se desenvolviam de acordo com o Programa Nacional de Pesquisas Agropecuárias, a cargo do EPE, cuja Diretoria e órgãos centrais planejavam, coordenavam, controlavam,

²⁷⁶ “Doutor em Zootecnia Especial, por concurso de títulos e provas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1958 e agrônomo, funcionário de carreira do Ministério da Agricultura desde 1951. *Master of Science* em Zootecnia pela Iowa State University (1945), chefou o Laboratório de Genética e Melhoramento, do Instituto de Zootecnia, do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura (1946 – 1947), foi Chefe da Seção Experimental de Avicultura e Cunicultura do Instituto de Zootecnia, do Ministério (1947 – 1951) e Diretor do Instituto de Zootecnia do MA. Dirigiu a Escola de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Divisão de Zootecnia e Veterinária do futuro Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Ministério da Agricultura (1966 – 1969), além de ter sido diretor Geral do DNPEA entre 1970 - 1973. Seria ainda Diretor Científico da EMBRAPA (1973 – 1974) e membro fundador e presidente da Sociedade Brasileira de Zootécnica (1968/1969)” (MENDONÇA, 2010, p. 44).

avaliavam e supervisionavam as atividades constantes de quatro subprogramas básicos: de pesquisas fundamentais, vegetais, animais e tecnológicas. Existia ainda um quinto subprograma chamado de “atividades especiais”, destinado à coordenação e assessoramento de todo o planejamento e execução das pesquisas do Escritório. Esses cinco subprogramas abrangeram, no ano de 1968, um total de 77 planos nacionais de pesquisa, os quais envolviam a execução de 205 projetos.

Cada projeto se tornava efetivo mediante seu desdobramento em subprojetos, que disciplinavam a realização das atividades nas diversas unidades de pesquisa. Totalizaram, então, 1.280 subprojetos de pesquisa e experimentação em andamento no EPE em 1968 (BRASIL, 1968, p. 19-20). Grande parte dos trabalhos se desenrolava com o apoio “técnico” e financeiro do IRI e da USAID, que também estavam incluídos no Programa Nacional de Pesquisas Agropecuárias como órgãos de cooperação com o Escritório, assim como de instituições estaduais de pesquisa. Cerca de 80 projetos contavam, de forma direta, com essa cooperação. Todavia, a assistência técnica e a colaboração do IRI/USAID se estendiam por um sem número de projetos, principalmente nos campos da produção vegetal, fertilidade do solo, nutrição e produção animal, pastagens, produção de forrageiras, além de estatística e economia, treinamento de técnicos, informação e publicações (Ibidem, p. 21).

Um dos principais trabalhos de pesquisa do Escritório denominava-se *Limitações do Uso do Solo*, destinado a melhorar a produtividade agrícola, atacando os “problemas de fertilidade”. Estava em andamento nesse período, um inventário dos solos brasileiros, realizado a partir da cooperação técnica com a USAID a qual, em junho de 1963, assinou com a *North Caroline State University* convênio para o fornecimento de assistência técnica no campo da pesquisa sobre fertilidade de solos e a necessidade de adubos na América Latina. No Brasil, o Ministério da Agricultura aceitou a cooperação desse Projeto Internacional de Análises de Solo com o objetivo de sanar o que era considerado um dos mais importantes fatores de limitação da produção na agricultura, a baixa fertilidade dos solos (BRASIL, 1968, p. 29). Como já destacado no primeiro capítulo, existiam no Brasil nesse período, empresas internacionais produtoras de fertilizantes, principalmente subsidiárias de grandes companhias estadunidenses. O próprio IRI era uma empresa ligada a Nelson Rockefeller, que tinha fortes interesses econômicos nesse mercado brasileiro. Podemos verificar a atuação do país do Norte em mais uma frente que, na realidade, complementavam-se, garantindo seus interesses através dos acordos de

cooperação técnica de governo a governo, bem como a demanda de produtos para suas companhias aqui instaladas.

Com esse modelo de agricultura cada vez mais estabelecido, as políticas de pesquisa agropecuária passam a ser crescentemente norteadas pela modernização. A *agricultura brasileira e a política nacional de desenvolvimento*, documento publicado pelo Ministério da Agricultura em 1970, destacava a importância da montagem de “um novo programa de pesquisa e experimentação agrícolas”, que incluísse o fornecimento de sementes melhoradas e a consolidação do extensionismo rural juntamente com a pesquisa agropecuária. Abordando o desenvolvimento tecnológico na agricultura, ressaltava a necessidade de: “1) criação das bases técnicas para ampliação da produção e consumo de fertilizantes e corretivos; 2) o fortalecimento da indústria nacional de defensivos agrícolas; 3) programa de mecanização agrícola (BRASIL, 1970, p. 24-25 apud MENDONÇA, 2010, p. 45). A integração agricultura-indústria tomava cada vez mais espaço na elaboração das políticas públicas brasileiras para o campo, muito influenciadas pelos convênios de cooperação técnica com os Estados Unidos. Os empresários agroindustriais passaram a ser amplamente favorecidos por essas políticas, que privilegiavam o consumo em larga escala de fertilizantes, defensivos, tratores e máquinas agrícolas.

Um aspecto importante a considerar nesse processo foi o evidente desprivilegiamento das culturas alimentares, em detrimento daquelas que gerariam divisas, uma vez que o consumo em larga escala de fertilizantes, defensivos, máquinas e tratores, não seria viável para um pequeno agricultor. As bases da chamada modernização da agricultura estavam sendo pavimentadas, por certo, em benefício de poucos e à custa de vultosos empréstimos externos (Ibidem, p. 45). A política de capitalização do campo perpetrada pelo regime militar e os grupos dominantes que o apoiaram e sustentaram – até por isso a caracterização de regime empresarial-militar – passaram a investir na reorientação da pesquisa agropecuária brasileira de modo a responder aos anseios da integração Agricultura-Indústria. “O novo programa de pesquisa agropecuária era uma exigência fundamental para dar suporte à política de modernização rural preconizada pelo governo”. Para tanto, havia os recursos financeiros proporcionados pela Aliança para o Progresso, com a assistência técnica da USAID e do IICA (RODRIGUES, 1987, p. 220). Para a melhor absorção desses recursos, as Pastas da Agricultura e do Planejamento uniram-se para designar, através da Portaria nº 280, de 24 de julho de 1970, uma *Comissão de Alto Nível* incumbida de avaliar a situação da pesquisa agropecuária

brasileira; definir suas prioridades e formular programas para sua intensificação no decorrer dos cinco anos de vigência do Acordo de *Empréstimo Brasileiro-Americano* para a pesquisa agrícola então obtido. Ademais, a Comissão a elaborou um plano operacional destinado a gerir esse auxílio e proporcionar às instituições nacionais de pesquisa “melhores condições para o planejamento, a orientação e a execução da pesquisa agropecuária no país” (BRASIL, 1972, p. 5).

A referida Comissão foi nomeada pelo então ministro Luiz Fernando Cirne Lima²⁷⁷, apresentando a seguinte composição:

Quadro 5: Membros da Comissão de Alto Nível para elaboração do Programa Especial de Pesquisa Agropecuária

Nomes	Cargos e informações gerais	Entidade da sociedade civil
Ivo Torturella	Presidente da Comissão. Veterinário, foi fundador e primeiro presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, criado em 1968.	-
Mozart Liberal	Foi diretor do extinto DPEA entre 1964-65.	SNA
Salomão Aranovich	Engenheiro e funcionário de carreira do Ministério da Agricultura desde 1951, responsável por projeto de pesquisa sobre nutrição animal.	-
Otto Lyra Schreider	Agrônomo com mestrado na Universidade da Flórida, pecuarista fluminense. Foi e conselheiro do Fundo Federal Agropecuário (FFAP).	SNA: 3º vice-presidente (1978-1983), 2º secretário (1983-1991), Diretoria Técnica (1975-1979), Conselho Superior (1976-1993).
Plínio Cordeiro Molleta	Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura entre 1961-67 e Presidente do Grupo Executivo de Eletrificação Rural, em 1970.	SNA
Antonio Secundino São Jose	Mineiro, filho de fazendeiro e agrônomo pela Escola Superior de Viçosa. Foi Chefe do Departamento de Genética, Experimentação e Biometria da mesma Escola e em 1937, com a ajuda do então diretor da escola, o geneticista norte-americano Dr. John B. Griffing conseguiu bolsa para um período de treinamento na <i>Stoneville Experiment Station</i> , no Mississippi e um curso de pós-graduação na Faculdade estadual de Iowa. Em 1942, foi contratado como assessor técnico da Comissão	-

²⁷⁷ “Gaúcho, agrônomo com dois anos de especialização nos Estados Unidos, Cirne Lima foi nomeado Ministro da Agricultura em 1969 após posse do presidente Médici, onde, desde 1970, enfrentou conflito aberto com o ministro da Fazenda, Delfim Neto, em torno da taxação às exportações de carne que este pretendia implantar – não fosse ele próprio grande pecuarista e dirigente de entidade patronal do grupo. Entre 1972-78 foi membro do *Board of Trustees* do Centro internacional de Melhoramento do Milho e Trigo sediado no México. Em 1973 pediu demissão do cargo, graças à contenda com Delfim Neto. Desde 1977 integrou o conselho administrativo da Gazeta Mercantil e foi diretor da Empresa Agropecuária Plantel, ambas do grupo de Herbert Levy” (MENDONÇA, 2010, p. 46).

	Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, ligada ao Ministério da Agricultura, em pleno esforço de guerra. Em 1945, juntamente com 4 sócios, todos estadunidenses - Dee William Jackson, John Ware, Gladstone Drummond e Adylio Vitarelli - criou uma empresa dedicada a experiências com milho híbrido: a Agroceres Ltda, apoiada por subsidiária da IBEC, empresa financiadora de projetos de desenvolvimento de propriedade de Nelson Rockefeller. Em 1951 a Agroceres e a IBEC fundiram-se, gerando a Sementes Agroceres S/A.	
Clibas Vieira	Paulista, filho de fazendeiro, agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa em 1952, obteve o título de <i>Magister of Science</i> em Agronomia na Universidade da Califórnia. Além de ter ocupado vários cargos na UFV, foi consultor de pesquisas com a cultura do feijão nas seguintes organizações: USAID (no nordeste do Brasil), Centro Internacional de Agricultura Tropical, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Conselho Nacional de Pesquisa (Programa do Trópico Úmido), SUDENE, Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária e na <i>Michigan State University/Usaid</i> , na África Austral, para estudar um programa de melhoramento de leguminosas graníferas. Quando da fundação da futura Embrapa, ocuparia o cargo de Chefe do Departamento Técnico Científico, em 1974.	-
Carlos Arnaldo Krug	Agrônomo paulista, recebeu uma bolsa de estudos da Secretaria da Agricultura de São Paulo para especializar-se em genética e citologia na Universidade de Cornell, primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Genética e um dos diretores do Instituto Agronômico de Campinas, onde implantou cultivares de café, para estudo de pragas. Foi assessor da Cia Paulista de Estradas de Ferro, tendo implantado seu programa de melhoramento genético dos eucaliptos. Foi membro do Conselho Deliberativo do CNPQ desde 1973, na especialidade de Engenharia Agrônoma.	-

Fonte: MENDONÇA, 2010 e RODRIGUES, 1987.

Mendonça (2010) observa o que parece ter sido uma cuidadosa estratégia na montagem da Comissão, a começar por seu presidente – Ivo Torturella – aparentemente uma figura neutra e ligado à Sociedade Brasileira de Veterinária. Em seguida, a autora aponta que ela pode ser subdividida em “dois blocos” de integrantes, sendo o primeiro composto por funcionários de carreira do Ministério – como Mozart Liberal, Otto Schrader e Plínio Molleta – que também estavam ligados à SNA²⁷⁸, sendo, além disso, *experts* em suas respectivas áreas de atuação. Compunham o segundo bloco, destaca Mendonça, alguns empresários representantes dos interesses do grande capital agroindustrial – Antonio Secundino São José, Clibas Vieira e Arnaldo Krug

²⁷⁸ Não é demais lembrar que a SNA ainda mantinha, ao menos até fins dos anos 1960, forte influência junto ao Ministério da Agricultura, tendo sido responsável pela fundação deste órgão em 1909 e monopolizadora de cerca de 60% de seus principais postos dirigentes.

(MENDONÇA, 2010, p. 46). Uma rápida análise do quadro acima demonstra que industriais e financistas com fortes conexões com os Estados Unidos, se inseriram junto ao Ministério da Agricultura, não por acaso, num contexto em que se buscava redefinir toda a política de pesquisa agropecuária, estratégica para esses grupos. Dessa forma, podemos notar que alguns dos membros do “bloco empresarial” tinham ligações diretas com a iniciativa privada, um como o fundador/proprietário da Agrocere e outros consultores de empresas neste âmbito, como por exemplo, Clibas Vieira ou Carlos Arnaldo Krug.

Fica evidente a vitória do grupo de empresários na Comissão, a partir da análise do *Plano Operacional* elaborado, que demarcaria como seria utilizado o empréstimo²⁷⁹ feito pela USAID ao governo brasileiro. A Comissão não chegou a realizar visitas aos Institutos de pesquisa do EPE, porém, com base em informações da FGV sobre a agricultura²⁸⁰, realizou um diagnóstico em que ressaltavam os aspectos negativos referentes à pesquisa agropecuária no Brasil. Dessa maneira, a Comissão integrada por empresários do setor de insumos agrícolas, desqualificaram, até certo ponto, a política estatal de pesquisa agropecuária até então vigente, apontando como saída para “acelerar o ritmo do desenvolvimento da agricultura brasileira” que, “somente pela íntima colaboração entre entidades governamentais federais, estaduais e municipais e empresas privadas, fornecedoras de capital, é que se logrará o impacto acima mencionado” (RELATÓRIO, 1970, p. 21 apud MENDONÇA, 2010, p. 47). O *Relatório* da Comissão apresentava o que seria o cerne da reestruturação promovida na pesquisa agropecuária brasileira quando da fundação da EMBRAPA, que abordaremos adiante.

Outra mudança ocorreria ainda na estrutura do Ministério da Agricultura, que transformou o EPE em Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA), que teve seu regimento aprovado pela Portaria Ministerial nº 454 de 15/12/71. Aqui cabe uma ressalva, os Estados Unidos, a partir do governo de Richard Nixon (1969-1974), iniciam um movimento de abandono da Aliança para o Progresso. Nossa pesquisa identificou documentos que ainda citavam diretamente o programa, ao longo do ano de 1970. Porém, a partir de 1971, apesar de não encontrarmos mais menção direta à Aliança, no que tange

²⁷⁹ Um relatório do Ministério da Agricultura de 1972 informava que o empréstimo era na ordem de quase doze milhões de dólares (BRASIL, 1972, p. 5), com uma contrapartida de igual valor em cruzeiros (RODRIGUES, 1987, p. 232).

²⁸⁰ Cabe lembrar que o presidente da FGV neste período era Luiz Simões Lopes, que também era presidente da SNA, além de participar das duas principais agências do Estado restrito responsáveis pelos acordos de cooperação técnica para o campo no âmbito da Aliança para o Progresso – ETA e CONTAP.

especificamente à pesquisa agropecuária, detectamos uma continuidade dos projetos anteriores dentro do DNPEA. Em primeiro lugar o fluxo de empréstimos estadunidenses iniciado ou previsto durante a Aliança para a pesquisa agropecuária, foi mantido. Em segundo lugar, as recomendações da referida *Comissão de Alto Nível* permaneceram como balizadoras do plano operacional do DNPEA para a utilização dos recursos destinados a propiciar ao Departamento, “melhores condições para o planejamento, a orientação e a execução da pesquisa agropecuária no país”. Em terceiro, os convênios firmados com instituições internacionais de pesquisa, com destaque para o IICA, perduraram. O objetivo de “aprimorar a capacidade técnica” dos órgãos de pesquisa agropecuária se manteve, através, principalmente, da elevação do “nível do pessoal” dessas organizações, mediante “amplo treinamento e melhorando a capacidade de pesquisa” (BRASIL, 1972, p. 5).

O *Programa Especial de Pesquisa Agropecuária*, criado para gerir o empréstimo proveniente do acordo entre DNPEA e USAID, cobriria os anos de 1972 a 1976. O Programa afirmava que a partir das recomendações da *Comissão de Alto Nível* de 1970, estavam sendo elaborados planos de ação para o desenvolvimento dos setores de pesquisa. A administração do Programa de Empréstimo seria descentralizada, abarcando órgãos nacionais de pesquisa; estabelecimentos brasileiros de ensino superior; entidades norte-americanas colaboradoras e/ou organismos internacionais (Ibidem, p. 10). É indicativo que a orientação feita por uma Comissão eivada de interesses do capital privado nacional e internacional, de que “somente a colaboração” entre os organismos de pesquisa nacionais com as “empresas privadas fornecedoras de capital” lograria sucesso, estava sendo colocada em prática com a participação de diferentes entidades na gestão do referido Programa.

O organograma básico do Programa estabelecia que sua gestão seria realizada por uma Superintendência, seguida de um Conselho Técnico, Diretoria das Divisões do DNPEA e os Projetos Nacionais. A Superintendência coordenaria todo o Programa, sendo dirigida por um titular indicado pelo Ministério da Agricultura e que deveria ter como “assessor” direto um técnico estadunidense, ambos responsáveis pelo órgão. Com relação ao Conselho Técnico, este deveria prestar assessoramento técnico, sendo composto também por representantes norte-americanos (Ibidem, p. 12). O desenrolar do Programa se daria mediante a execução de Projetos Nacionais de Pesquisa correspondentes às prioridades estabelecidas, podendo desdobrar-se em subprojetos. Essas pesquisas seriam realizadas em Centros de Operação localizados em institutos da rede do DNPEA ou em

universidades. As equipes de pesquisa dos centros compunham-se, além dos técnicos brasileiros, de uma “assessoria” de cientistas norte-americanos, cada Projeto Nacional tinha um Diretor brasileiro indicado pelo dirigente do DNPEA e um Diretor estadunidense (Ibidem, p. 13-14).

Em cada equipe técnica dos Centros de Operação existia um extensionista, cuja participação deveria contribuir para orientar a pesquisa no sentido de “solucionar os problemas mais limitantes da produção”, bem como “liderar o esquema de divulgação dos resultados em articulação com o sistema de extensão rural” (Ibidem, p. 17). Ademais, outro aspecto relevante do Programa eram os Projetos de Treinamento, que abarcavam cursos e treinamento técnicos variados, de inglês, além de cursos de pós-graduação em Universidades brasileiras e estadunidenses. Previam-se recursos para que entre 1972 e 1976 fossem enviados aos Estados Unidos 71 pesquisadores para cursarem Mestrado e 49 para o Doutorado, somando-se treinamentos técnicos de curto prazo (Ibidem, p. 20).

Diante do exposto, podemos observar que todas as instâncias da administração eram exercidas no sistema de cogestão com representantes estadunidenses. Ademais, atividades que tiveram grande destaque nos acordos da Aliança para o Progresso com o Ministério da Agricultura, como articulação entre extensionismo e pesquisa e o programa de treinamentos, permaneceram em evidência após o fim do Programa lançado por Kennedy. Dessa forma, não apenas pode ser detectada a manutenção da ingerência do país do Norte sobre a política de pesquisa agropecuária no Brasil, como ela acentuou-se e se irradiou pelos mais variados níveis.

Foram firmados ainda convênios e ajustes entre o DNPEA e a iniciativa privada, florescendo entendimentos com a já mencionada Associação Nacional para a Difusão de Adubos²⁸¹ (ANDA) – presidida por Wladimir Antonio Puggina²⁸² – com cooperativas de

²⁸¹ A ANDA, presidida pelo agrônomo José Drummond Gonçalves, foi fundada em 13 de abril de 1967, no Nacional Clube, no bairro do Pacaembu em São Paulo, com a auto-atribuída missão específica de convencer os agricultores do custo-benefício dos fertilizantes. Uma ação pioneira de *marketing* institucional na agricultura. Sua primeira grande iniciativa deu-se em 1968. O BNDE, cujo foco era o comércio e a indústria, sem atuação em financiamentos rurais, participou de convênio entre a Anda e o Instituto Agrônomo de Campinas tendo por objetivo efetuar estudos de fertilidade dos solos em lavouras de algodão, soja, amendoim e milho no estado de São Paulo, para indicação de fórmulas de adubo mais econômicas e eficientes. Em 1972, os trabalhos realizados pela Anda chegavam aos estados do Nordeste, da Bahia ao Maranhão. Em 1972, os trabalhos realizados pela Anda chegavam aos estados do Nordeste, da Bahia ao Maranhão instalou trezentos ensaios de adubação e 1.500 campos de demonstração no algodão, milho, mandioca, abacaxi, arroz e feijão (MENDONÇA, 2010, p. 48).

²⁸² Wladimir Antonio Puggina é, até o presente, Conselheiro Independente da Minerva S.A. um dos líderes no Brasil na produção e comercialização de carne in natura, industrializados e subprodutos de origem bovina e que também atua também no segmento de *Food Services* através da Joint Venture *Minerva Dawn Farms* (MDF). A empresa foi fundada em 1957, pela família Vilela de Queiroz, que deu início à criação de gado e prestação de serviços de logística para transporte de gado de fazendas para abatedouros; tendo fundado, em 1992, sua primeira unidade de abate e processamento, localizada na Cidade de Barretos (MENDONÇA, 2010, p. 48).

produtores e industriais do trigo (mediadas pela recém-fundada e futuramente poderosa OCB), além da SANBRA, Petrobrás, etc. (MENDONÇA, 2010, p. 48).

Segundo Rodrigues (1987) o referido Programa Especial de Pesquisa Agropecuária teria sido a fonte de inspiração para o modelo institucional a ser adotado pela futura EMBRAPA, criada em dezembro de 1973, em substituição ao DNPEA, uma vez que sua filosofia “visava transformar a agricultura tradicional, mediante avanços tecnológicos obtidos pela pesquisa [...] e pelo exercício da interdisciplinaridade e articulação interinstitucional” (RODRIGUES, 1987, p. 235-236). Mendonça (2010) analisa as disputas que envolveram a extinção do DNPEA, bem como a conjuntura de criação da EMBRAPA, que passaria a trabalhar como empresa pública da administração indireta, “ampliando sua capacidade de solucionar os problemas da agricultura brasileira”. O Ministro Cirne Lima, maior articulador da criação da EMBRAPA, exerceu forte pressão para a fundação da agência não por acaso, uma vez que era sócio proprietário de inúmeras fazendas, além de assessor de vários grandes fazendeiros gaúchos, tendo presidido a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) entre 1968 e 1969, dela fazendo veemente porta-voz da industrialização das áreas agrícolas. Vale lembrar que foi o próprio Ministro quem escolheu os integrantes da *Comissão de Alto Nível*, a mesma que parece ter dado origem à EMBRAPA, sendo possível afirmar ser ele mesmo um membro do “bloco empresarial”, incrustado na Pasta da Agricultura (MENDONÇA, 2010, p. 49). Ademais, fica explícita a participação estadunidense nesse processo, a partir do enraizamento de seus “especialistas” junto ao Programa Especial de Pesquisa Agropecuária, “embrião” da EMBRAPA.

Rodrigues (1987) avalia que o “modelo EMBRAPA” foi estabelecido a partir de cinco princípios básicos que balizariam a pesquisa agropecuária no país: 1) o da Transferência de Tecnologia a ser ajustada à situação do país; 2) o do Planejamento – para maximizar o uso dos recursos, utilizando a ideia de “pacotes” tecnológicos, que levassem os resultados até o consumidor; 3) o do Relacionamento da Pesquisa – ou seja, a forte ligação com a iniciativa privada na qualidade de fiscalizadora e sinalizadora das demandas, além do setor de ensino e do sistema nacional de ciência e tecnologia, os três situando a pesquisa especialmente no que se referiria ao relacionamento da indústria com a agricultura; 4) o da Flexibilidade Administrativa – que permitiria captar recursos via convênios e contratação de serviços, além de contar com autonomia na execução de seu próprio orçamento e finalmente 5) o da Disseminação do Conhecimento e da

Interdisciplinaridade Técnica – implicando no estreitamento dos laços entre agentes de assistência técnica e extensão (RODRIGUES, 1987, p. 239).

Em seus primeiros anos a EMBRAPA privilegiou a geração de pacotes tecnológicos que induzissem ao uso intensivo de insumos modernos; dinamizando a forte associação com empresas privadas, que participariam do balizamento das pesquisas e buscando sua autonomia administrativa. Dessa forma, ela foi instrumento do processo de “subordinação da agricultura à lógica do capital internacional”. E, na medida em que é da natureza da pesquisa agrícola estabelecer padrões de uso de determinadas inovações industriais junto ao meio rural, ela se torna essencialmente necessária ao grande capital (MENDONÇA, 2010, p. 54). A Empresa pública responsável pela pesquisa agropecuária brasileira era constrangida a desenvolver tecnologias agrícolas (os pacotes) que induziam ao consumo maciço de insumos modernos (fertilizantes químicos, defensivos, sementes melhoradas, etc.). Tais “pacotes” eram depois largamente difundidos pela extensão rural e agências de crédito, que, por sua vez, só financiavam projetos agropecuários que estivessem dentro do receituário dos pacotes (RODRIGUES, 1987, p. 241).

As mudanças de rumo na condução das políticas de pesquisa e extensão para o campo brasileiro, iniciadas ainda durante vigência da Aliança para o Progresso, porém substancialmente alargadas a partir de inícios da década de 1970, desembocaram também na criação da EMBRATER. Como já mencionado no segundo capítulo, ocorreram mudanças de rumos relativas ao público a ser atendido pela ABCAR, a instituição passaria a atuar, preferencialmente, junto a um público específico, o médio e grande produtor rural, que presumivelmente teriam condições de “dar respostas rápidas e eficientes” no processo de modernização da agricultura, isso priorizando o investimento estrangeiro. O redirecionamento da política extensionista deu origem à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1974. A criação da EMBRATER era alardeada como um dos caminhos para a modernização do campo:

A situação da pesquisa já fora equacionada através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A oferta de crédito rural ampliou-se consideravelmente nos últimos anos. Agora, a assistência técnica e a extensão rural ganham, com a EMBRATER, um mecanismo de operação capaz de atender às exigências de informação, cooperar com a pesquisa e o crédito na modernização da agricultura brasileira (EMBRATER, 1975a, contracapa apud OLIVEIRA, 2017, p. 77)

Com a criação da EMBRATER se deu o desaparecimento do binômio Crédito e Assistência Rural, sendo substituído por outro, Assistência Técnica e Extensão Rural,

implicando na troca da figura da associação²⁸³ – que até então presidira o funcionamento do Sistema Brasileiro de Extensão Rural – pela da empresa. Ao mesmo tempo, a família rural deixaria de ser o sujeito da ação Extensionista, ocupando seu lugar os produtores agropecuários, bem ao sabor do modelo do Sistema de Pesquisa em geral, e da EMBRAPA, em particular (MENDONÇA, 2010, p. 71-72).

Importante destacar que José Irineu Cabral²⁸⁴ primeiro Diretor Presidente da EMBRAPA, foi também representante do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) no Brasil, organismo da OEA de fomento à pesquisa agrícola. Cabral participou igualmente, durante o governo de João Goulart, do grupo de estudos sobre reforma agrária do IPES. Enquanto integrava a implantação do escritório do IICA no Brasil, era diretor da ABCAR. A figura de Cabral torna-se simbólica no processo de desenrolar da pesquisa agropecuária no Brasil, que sofreu forte influência estadunidense, passando pelos acordos na esfera da Aliança para o Progresso, e resultaria na EMBRAPA e no direcionamento da pesquisa para atender aos anseios do capital.

4.4 – O Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) e o ensino rural

Como apresentado acima, o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)²⁸⁵, juntamente com a USAID, foi de fundamental importância para a estruturação do sistema de pesquisa agropecuária no Brasil. O Instituto fazia parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo criado em 1942, com o objetivo de “promover e apoiar os esforços dos Estados membros no sentido da consecução do seu desenvolvimento agrícola e do bem-estar rural”. Para tanto, o IICA buscou atuar no sentido de “estimular e promover o desenvolvimento das ciências agrícolas nas Repúblicas Americanas, mediante a pesquisa, o ensino e a divulgação da teoria e da prática da agricultura”. O objetivo era criar um organismo de caráter interamericano dedicado ao estudo e à busca de “soluções para os problemas do setor agropecuário do continente” (IICA, 1982, p. 25). A análise das atividades do Instituto no Brasil nos ajuda a esmiuçar as mais variadas

²⁸³ Associação Brasileira e Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

²⁸⁴ Pernambucano, bacharel em Direito, Economista, pecuarista; diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura (1950-54); Secretário da ANCAR de 1954 a 1958; diretor do Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos (ETA) em 1961-62; diretor-executivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Acida), em Washington, DC; membro do IPES; Consultor em Missões do Banco Mundial e BID; participou do conselho e da diretoria da USAID; sócio e dirigente da ABCZ - Associação Brasileira de Gado Zebu (OLIVEIRA, 2013, p. 153 e MENDONÇA, 2010, p. 57).

²⁸⁵ Atualmente Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

estratégias utilizadas pela política externa estadunidense, na década de 1960, destinadas a incrementar a modernização do campo.

A década de 1950 foi o período de expansão inicial do Instituto, ocorrendo a multiplicação dos programas de auxílio a países do continente. Três atividades principais foram desenvolvidas pelo IICA entre 1950-1960:

- 1) A organização do *Serviço de Intercâmbio Científico* (1950), através do qual material bibliográfico e treinamento em biblioteconomia foram introduzidos e colocados à disposição dos Estados Membros. Nessa mesma área o IICA iniciou, em 1958, a publicação de livros e material de ensino, a fim de promover o maior desenvolvimento da educação agrícola superior na América Latina.
- 2) O Projeto 39 da OEA, “Ensino Técnico para a Melhoria da Agricultura e da Vida Rural” (1951), cujo desenvolvimento dentro do IICA permitiu maior projeção das suas atividades ao concentrar seus esforços na formação dos primeiros grupos de *Magister Agriculturae* da América Latina.
- 3) O contrato de serviços entre o IICA e a Administração da Cooperação Internacional (posteriormente denominada Agência Internacional para o Desenvolvimento - AID) no ano de 1955, dentro do qual foram cumpridas tarefas múltiplas, em áreas tais como pesquisa em cacau, café e borracha, pastagens tropicais e informação e educação agrícola (Ibidem, p. 26).

A década de 1960 marcou o período de maior expansão e de reorientação das atividades do IICA. Foram intensificadas as ações de cooperação técnica em nível regional e de apoio à formação e organização de instituições nacionais. Foi estabelecida a Direção Geral com sede em San José, Costa Rica, onde se concentraram as funções de planejamento, supervisão e coordenação interna do Instituto (Ibidem, p. 27). Os dois primeiros presidentes do Instituto, durante os períodos chamados de “institucionalização” e “consolidação” (1942-1960)²⁸⁶, eram estadunidenses, demonstrando que a “cooperação interamericana” consistiu numa estratégia de ação dos Estados Unidos, uma vez que as principais instituições interamericanas para o desenvolvimento – OEA e BID – eram hegemônicas pelos interesses norte-americanos.

Foram estabelecidos “objetivos fundamentais” para a década de 1960, dentre os quais a capacitação de pessoal, em nível de pós-graduação e em cursos de curta duração;

²⁸⁶ Uma lista de diretores até os anos 1990 pode ser consultada em *Modernização da Agricultura e Cooperação Internacional: 25 anos do IICA no Brasil*, 1990, p.15.

pesquisa em função do ensino e coordenação das pesquisas na América Latina; assessoria aos governos dos países membros para o “fortalecimento” de suas instituições de serviço público à agricultura, planejamento e avaliação de programas de desenvolvimento agrícola e captação de recursos financeiros, no âmbito da Aliança para o Progresso (Ibidem, p. 27). Dessa maneira, as ações do programa criado por Kennedy, passaram a orbitar também no IICA.

No Brasil, como já apontado, José Irineu Cabral, foi o primeiro representante do IICA²⁸⁷, cuja primeira sede funcionou em uma sala da ABCAR, agência da qual Cabral foi diretor executivo entre 1958 e 1963. Nesse período, Cabral foi também chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura (Osvaldo Lima Filho), além de ter sido convidado pela OEA para coordenar o recém-criado Comitê Interamericano para o Desenvolvimento Agrícola (CIDA – formado pela FAO, IICA, BID, CEPAL e OEA), tendo sido substituído junto ao IICA, pelo engenheiro agrônomo Jefferson Firth Rangel²⁸⁸, em julho de 1964. Rangel na época era codiretor brasileiro do ETA, além de ter ficado até agosto de 1969 à frente do Instituto, quando Cabral voltaria a ser representante²⁸⁹ (IICA, 1990, p. 29).

As atividades prioritárias do IICA para os anos 1960 eram a pesquisa agrícola, educação agrícola e extensão rural. O Instituto se dividia em três zonas na América Latina: Zona Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), Zona Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) e Zona Norte (América Central, México, Panamá e Caribe). No Brasil, os três programas básicos do IICA englobavam: 1) Ensino Agrícola Superior (ensino agrícola Pós-Graduado; ensino agrícola de nível profissional; capacitação de pessoal; melhoramento de bibliotecas agrícolas; comunicação rural); 2) Investigação Agrícola (investigação sobre cacau; programa cooperativo regional de investigação agrícola); 3) Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária (reforma agrária; crédito rural; planejamento agrícola; levantamento de recursos naturais; juventude rural) (IICA, 1968, p. 5).

²⁸⁷ O Brasil só vai se tornar país membro do IICA em 1964, isso porque até então o sistema de cotas fixado para as contribuições dos países membros era de acordo com o número de habitantes, em uma relação de um dólar por mil habitantes. O Brasil ficaria, então, como segundo maior contribuinte, atrás apenas dos Estados Unidos. Dessa forma, apenas quando o sistema de cotas foi alterado para uma proporção baseada no Produto Interno dos países, foi que o Brasil ingressou no IICA.

²⁸⁸ Membro do Conselho Fiscal e 2º Secretário da Sociedade Brasileira de Agronomia (SBA), professor da Escola Nacional de Agronomia (ENA), diretor do Serviço de Defesa Sanitária Animal do MA, dirigente da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA (MENDONÇA, 2010b, p.133).

²⁸⁹ José Irineu Cabral (1963-1964), Jefferson Firth Rangel (1964-1969), José Irineu Cabral (1971-1973), José Irineu Cabral (1979-1984).

Para executá-los mantinha relações institucionais com entidades públicas e privadas no país, como por exemplo o Ministério das Relações Exteriores - para políticas do programa e relações diplomáticas; Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - para coordenação da assistência técnica; MEC - para projetos de ensino agrícola superior e pós-graduado, e MA - para pesquisa agrônômica; extensão rural (ABCAR); desenvolvimento rural (INDA), comunicação rural, reforma agrária (IBRA). Ademais, mantinha relações institucionais com o sistema bancário – para programas ligados ao crédito rural – e as Secretarias de Agricultura de governos estaduais.

José Irineu Cabral – tomado aqui como exemplo de intelectual orgânico ligado a setores do patronato rural inserido na sociedade política – deteve o papel de garantir os interesses de frações da classe dominante agrária/agroindustrial no âmbito do Estado restrito. Segundo suas palavras:

A década de 1960 foi muito importante para as ciências agrárias no Brasil. Foi uma época em que nosso país pode fazer projetos de grande magnitude para o desenvolvimento das ciências agrárias. Houve uma evolução das faculdades de ciências agrárias que foi feliz em levar as universidades a se conectarem e criarem a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS). E foi exatamente nessa fase que o IICA pode prestar uma grande colaboração, não só amparando e prestigiando a ABEAS, mas também trabalhando e ajudando em vários projetos, tanto no campo do desenvolvimento pedagógico e treinamento de pessoal, como no de equipamento das universidades, projetos esses que o IICA ajudou a negociar e nos quais teve importante participação.

Acredito ter sido essa fase importante porque foi o desenvolvimento das ciências agrárias na década de 60 que veio permitir ao Governo Brasileiro, nos anos setenta, dar um grande salto em matéria de estruturação dos seus sistemas de geração e transferência de tecnologia, melhoria das condições de produção, evolução dos instrumentos de política agrícola, crédito, seguro agrário, preços mínimos, comercialização, processamento, agroindústria. Tudo isso foi possível graças a essa retaguarda que se teve com a melhoria do ensino e do nível dos profissionais (IICA, 1990, p. 35-36).

Consideramos que o IICA, como instituição da OEA, cuja meta principal para a década de 1960 era auxiliar os Estados membros na obtenção dos recursos da Aliança para o Progresso, participou da implementação do programa norte-americano no Brasil. Dessa forma, contribuiu sobretudo para a configuração do novo padrão de desenvolvimento rural, marcado, principalmente, pela constituição e ampliação dos diferentes ramos daquilo que se convencionou chamar de Complexos Agroindustriais (CAIs) (MENDONÇA, 2010, p. 39), entendidos como processo de integração indústria-agricultura. Ademais, entendemos que o Instituto participou do processo de expansão do capitalismo no campo, que implicou no aprofundamento da política estadunidense de

cooperação técnica, materializada nas iniciativas da Aliança para o Progresso no âmbito do ensino e pesquisa para o agro brasileiro.

4.5 – Políticas Estatais de Ensino Agrícola no pós-Segunda Guerra

Desde a década de 1930, ocorria uma série de conflitos interestatais relativos à disputa travada entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação pelo controle do Ensino Agrícola no Brasil. Tais conflitos “muito contribuíram para a configuração de uma intrincada rede de agências e agentes, muitas vezes com atribuições superpostas ou mesmo divergentes” (MENDONÇA, 2008, p. 1). A partir da década de 1940, após os primeiros convênios firmados entre Brasil e Estados Unidos, no bojo do Programa Ponto IV, o ensino rural sofreu alterações, com a educação vocacional cada vez mais priorizada. A forte presença estadunidense, principalmente por meio dos acordos na área de educação no campo, introduziu aqui determinados pressupostos e procedimentos com a roupagem “educativa”. Na década de 1950, tais práticas não seriam apenas aprofundadas, mas responderiam por profundas inflexões nos rumos da educação rural brasileira. Na década de 1960, a Aliança para o Progresso enraizou essa presença norte-americana no que se refere ao ensino agrícola, coroando o processo de transfiguração das práticas educativas direcionadas às populações rurais.

A IIAA de Nelson Rockefeller e o Ministério da Agricultura, firmaram, em janeiro de 1945, o primeiro acordo de cooperação binacional destinado ao ensino agrícola, dando origem à Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). A CBAR foi ratificada em abril de 1946, após assinatura de notas na Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, dando início ao Programa Cooperativo em Educação Rural, firmado entre a Pasta da Agricultura e a *Inter-American Education Foundation, Inc.*²⁹⁰ A atuação da Comissão consistia em implantar “centros de treinamento” para trabalhadores rurais adultos e clubes agrícolas em todas as regiões do país, intervindo mediante programas educativos capazes de suscitar nos trabalhadores o “amor à terra e ao trabalho”.

²⁹⁰ “uma corporação do Escritório de Assuntos Interamericanos e uma agência do Governo dos Estados Unidos” (MENDONÇA, 2010b, p. 94).

A CBAR tinha, então, sua ação calcada em três frentes, integradas pelos Clubes Agrícolas²⁹¹, Centros de Treinamento e Semanas Ruralistas²⁹². Uma das novidades trazidas pela CBAR que traduz bem a questão dos conflitos, foi definição de caber à Pasta da Agricultura a obrigatoriedade de fundar os Clubes Agrícolas junto às escolas primárias do meio rural. Dessa forma, surge uma sobreposição de tarefas entre ambas as Pastas, uma vez que os mencionados clubes funcionariam acoplados às escolas de responsabilidade do Ministério da Educação. Ademais, os Clubes Agrícolas proliferaram, demonstrando a valorização do ensino agrícola tecnicista (Ibidem, p. 9), como já abordado no segundo capítulo.

Essa disputa política interestatal em torno do Ensino Agrícola no Brasil deixou evidente duas tendências, uma defendida pelo Ministério da Educação - de um ensino agrícola alfabetizador - sob sua responsabilidade; e uma segunda tutelada pelo Ministério da Agricultura, visando uma “educação para o trabalho”. Segundo Mendonça (2008):

Essa disputa política resultou, em princípio, na vitória da segunda tendência, ratificada pela aproximação Brasil – Estados Unidos em matéria de Educação Rural, através de acordos de "cooperação" firmados entre ambos os países. No período compreendido entre 1930 e 1960, as novas práticas ditas de "ensino" suplantariam, pouco a pouco, sua dimensão escolar, transmutando-se em iniciativas de "assistência técnica" mediante a proliferação de Clubes Agrícolas e da Assistência Comunitária prestada por Extensionistas Rurais. Nesse novo registro, o "Ensino Agrícola" se transformava em instrumento de negação dos conflitos sociais no campo, consagrando a identidade subalterna do trabalhador rural em relação a todos os demais trabalhadores (Ibidem, p. 10-11).

As discussões em torno da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA), publicada em agosto de 1946, demonstram outros embates entre as Pastas da Educação e da Agricultura. A LOEA estabelecia as “bases de organização e de regime do ensino agrícola”, definindo que este se tratava de um “ramo do ensino destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura” (Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946). O ensino rural, dessa maneira, foi legitimado como especial – destinado ao trabalho – e apartado da rede primária regular.²⁹³ As normas e diretrizes pedagógicas seriam estipuladas pelo Ministério da Educação, porém ao Ministério da

²⁹¹ Aos clubes agrícolas, segundo os objetivos definidos na documentação, cabia: “a) incluir na consciência de seus sócios o amor à terra; b) dignificar o trabalho manual, elevar a vocação e a profissão do agricultor; c) mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos (MENDONÇA, 2010b, p. 96).

²⁹² “As semanas visavam congregar produtores rurais de uma dada localidade para receber informações consideradas pertinentes ao exercício de sua atividade, ministradas por técnicos especializados (MENDONÇA, 2010b, p. 96).

²⁹³ A *Lei Orgânica do Ensino Primário* (Decreto Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946), estava sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde.

Agricultura cabia toda a condução, orientação e administração do ensino rural. Consagrou-se, também, a tutela simultânea sobre esse ramo de ensino, exercida pela Pasta da Educação – que fixava suas diretrizes nacionais – e pelo Ministério da Agricultura – que o geria (MENDONÇA, 2016, p. 5). Dessa forma, a Pasta da Agricultura manteria sob sua órbita os “estabelecimentos de ensino agrícola”, bem como os Clubes Agrícolas e os Centros de Treinamento. Tais questões reconheceriam a vitória de uma das posições em disputa no campo educacional, a “educação para o trabalho”. Reforçaria ainda uma educação rural “especial” e eminentemente “técnica”, apartada da rede de ensino regular, isso a despeito das várias controvérsias sobre o tema.

Consideramos neste trabalho, que a “vitória da segunda tendência” foi coroada pelos convênios da Aliança para o Progresso com a Pasta da Agricultura. Pudemos observar que os diversos acordos no escopo do programa estadunidense, no que tange ao ensino rural, envolviam a ação conjunta de ambas as pastas. Não se trata de afirmar que os conflitos findaram, porém, observamos uma maior convergência entre os objetivos buscados, ou seja, o ensino vocacional para as populações rurais foi institucionalizado também pelo Ministério da Educação. Isso fica demonstrado igualmente quando a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) passa para a órbita do Ministério da Educação, ou seja, o projeto de uma educação rural “para o trabalho”, visando a modernização da agricultura no país, foi incorporado agora, também e oficialmente, pela Pasta da Educação, permanecendo o órgão da Agricultura à frente de outras áreas cujo o intento seguia os mesmos moldes da modernização. Voltaremos a essas questões adiante.

A partir da CBAR, que funcionou como um marco divisório na redefinição dos rumos da educação rural no Brasil, a década de 1950, por meio de novos acordos de cooperação técnica firmados entre Brasil e Estados Unidos, aprofundaria sobremaneira a própria ressignificação do conceito de ensino agrícola, “que passaria da dimensão escolar para outra, calcada no extensionismo e na assistência técnica” (MENDONÇA, 2010b, p. 111). Diante de tal conjuntura, a atuação do Ministério da Agricultura se daria no sentido de cada vez mais privilegiar novos métodos e instrumentos de difusão de conhecimentos sobre práticas de cultivo, agora pautados por um caráter de “assistência técnica” e frequentemente propagados por instituições não escolares. As Semanas Ruralistas, Clubes Agrícolas, Missões Rurais, etc., eram os meios pelos quais o Ministério da Agricultura, em cooperação com agências estadunidenses, priorizava essa propagação.

Mendonça (2010b) conclui que a consolidação definitiva desse conjunto de “novas práticas educacionais” se deu com a criação do já mencionado Escritório Técnico de Agricultura (ETA), em 1953. Ele centralizava e coordenava todas as ações públicas voltadas para a agricultura em geral e para a educação rural, em particular. Com o ETA, estava aclamada a cooperação técnica estadunidense direcionada ao campo brasileiro. Essa “ação cooperativa” em matéria de educação rural do país do Norte, que deitara raízes no Brasil desde a CBAR, tornou-se importante e duradoura, perdurando e se ampliando durante o período em tela neste trabalho, por intermédio da Aliança para o Progresso.

As atividades do ETA envolviam, em 1955, 58 convênios com 80 entidades, dentre elas 11 departamentos do Ministério da Agricultura, alguns departamentos das Secretarias de Agricultura estaduais, além de 12 Associações de Crédito e Assistência Rural. Analisando o campo da educação, especificamente, a prioridade dos acordos era o fornecimento de bolsas de estudo nos Estados Unidos, destinadas a qualificar os quadros da Pasta. Segundo o diretor do Serviço de Informação Agrícola o cerne dos trabalhos do ETA era a Extensão Rural, sendo “prestado decisivo apoio a todas as Associações de Crédito e Assistência Rural que atualmente atendem a perto de 100 mil famílias em doze estados da Federação” (Ibidem, p. 129-130).

A educação rural assim ressignificada, visava preservar a subalternidade do trabalhador, mas se apresentava como uma “nova prática educativa”, amplamente difundida também na década de 1960, por meio dos acordos de cooperação técnica, no âmbito da Aliança para o Progresso. Como pudemos observar, a Pasta apresentava em seus quadros dirigentes vários representantes de uma das mais importantes agremiações patronais do período, a SNA, que, por seu turno, propalava um discurso em prol da “educação em sentido amplo”, complementada pela pesquisa, extensão, associativismo, cooperativas e crédito agrícola. Do mesmo modo, o PAEG defendia a “educação no seu sentido mais genérico”, que proveria as populações rurais com o “mínimo de escolaridade”, porém visando como caminho o “conhecimento e aperfeiçoamento técnico”. Tudo isso foi vulgarizado através do programa estadunidense das formas mais diversas, no sentido de considerar como primordial não a educação escolar, mas sim o treinamento para o trabalho. Mendonça (2010b) esquadrinhou essa influência norte-americana junto à educação rural no Brasil e demonstrou que a educação não escolar levada ao trabalhador do campo a partir da década de 1950, “implicaria não apenas na ressignificação da própria noção de educação, como também no adestramento supostamente perfeito desses trabalhadores triplamente expropriados: de sua terra, de seu

conhecimento e de sua própria identidade”. Trataremos abaixo de que forma os acordos do programa estadunidense trataram a educação rural no Brasil.

4.6 – Cooperação técnica em educação rural básica através da Aliança para o Progresso

A cooperação técnica em educação rural básica suscitada pela Aliança para o Progresso contou com várias frentes. Foram celebrados inúmeros convênios com os Ministérios da Agricultura e da Educação, com Secretarias de Agricultura e de Educação de diferentes estados, com universidades e entidades patronais como a SNA. Além disso, a cooperação também se deu através das “práticas educativas” presentes na política de extensão rural, por intermédio, por exemplo, dos Clubes Agrícolas e dos Clubes 4-S. Estes últimos, apesar de inicialmente terem sua estrutura de trabalho, objetivos e diretrizes oriundas diretamente da extensão rural, se ampliaram e foram, em certa medida, se autonomizando (OLIVEIRA, 2017, p. 145-146), principalmente após a criação do Comitê Nacional dos Clubes 4-S (CNC4-S), conforme veremos adiante. Iniciaremos esse item com o subprojeto CONTAP II, pois consideramo-lo como uma das mais abrangentes frentes de atuação da Aliança na educação rural brasileira.

O convênio entre MA/CONTAP/USAID, abordado acima, também abarcou de forma destacada, desde novembro de 1964, a educação rural básica. O subprojeto CONTAP II, *Ensino Agrícola de Nível Médio*, tinha como objetivos:

- 1) Levantamento e pesquisas para fundamentação de programas de trabalho, administração, organização e avaliação das tarefas a serem executadas.
- 2) Formação e aperfeiçoamento de técnicos visando: educação de agricultores jovens e adultos; educação de donas de casa do meio rural; atualização pedagógica e técnica do corpo docente dos estabelecimentos da SEAV; oficinas rurais e sua aplicação; atualização pedagógica de Diretores de Estabelecimento, através de Encontros, Simpósios, etc.
- 3) Treinamento de agricultores e donas de casa do meio rural.
- 4) Apoio ao Programa de Modernização de equipamentos e instalações das escolas, visando ao melhoramento das condições de ensino e ao auto abastecimento: Escola Fazenda; cooperativismo escolar; programas agrícolas orientados; hortas escolares; complementação de maquinaria agrícola, equipamento, material didático, bibliotecas, etc.
- 5) Apoio ao Programa de Educação Vocacional Agrícola, e de Economia Doméstica (BRASIL, 1967, p. 46).

Seguindo a discussão já colocada, analisamos o referido subprojeto sob a ótica da ressignificação do ensino agrícola no Brasil que, a partir da década de 1950:

[...] deixando de conotar práticas escolares destinadas a crianças e adolescentes, para ratificar a Assistência Técnica e Creditícia a pequenos lavradores, presidida e ordenada a partir da noção de “comunidades”, que deveriam ser organizadas através do movimento associativista. [...] as novas

práticas ditas de "ensino" suplantariam, pouco a pouco, sua dimensão escolar, transmutando-se em iniciativas de "assistência técnica" mediante a proliferação de Clubes Agrícolas e da Assistência Comunitária prestada por Extensionistas Rurais. Nesse novo registro, o "Ensino Agrícola" se transformava em instrumento de negação dos conflitos sociais no campo, consagrando a identidade subalterna do trabalhador rural em relação a todos os demais trabalhadores (MENDONÇA, 2008, p.10-11).

Defendemos neste trabalho que a Aliança para o Progresso, através dos acordos de cooperação técnica aqui estudados, foi um programa que aprofundou tal ressignificação do ensino agrícola no Brasil, disseminando o ensino vocacional para jovens e adultos, sempre diretamente ligado a um determinado modelo de modernização inspirado nos países desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos. Observando o conteúdo desses vários acordos, bem como as políticas públicas deles emanadas, podemos observar a disseminação desse modelo de modernização levado ao trabalhador do campo sob os mais variados formatos possíveis, utilizando a educação como estratégia de convencimento. Procuramos demonstrar que o real objetivo repousava em suplantiar a educação escolar, transformando-a em uma educação produtivista, que deveria levar ao homem do campo um "modo de vida" que rechaçasse movimentos sociais contestatórios e valorizasse a associação em prol da produtividade, além da visão modernizante de agricultura que precisaria do crédito para ser alcançada. O trabalhador rural foi bombardeado com essas ideias apresentadas como o único modelo a ser seguido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961²⁹⁴ centralizou no Ministério da Educação todos os ramos de ensino no país, porém ficou ainda mantida, dentro da estrutura da Pasta da Agricultura, a SEAV, confirmando a forte influência deste Ministério sobre este ramo da educação. A SEAV destinava-se a "orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus e ministrar o ensino superior, médio e elementar da agricultura às populações rurais", devendo "cumprir e fazer cumprir" a Lei Nº 4.024 (BRASIL, 1963, p.14). Dessa maneira, podemos verificar, através das fontes, a participação do Ministério da Educação em colaboração com a Pasta da Agricultura no projeto CONTAP II, pelo menos até o final de 1966. A partir de 1967 a SEAV se desvinculou do Ministério da Agricultura, passando a chamar-se Divisão do Ensino Agrícola (DEA)²⁹⁵, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Importante destacar que todos os servidores da Pasta da Agricultura vinculados à SEAV e a outros

²⁹⁴ Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

²⁹⁵ Em algumas fontes encontramos Diretoria do Ensino Agrícola.

órgãos de ensino, foram transferidos para o Ministério da Educação e Cultura (Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967).

O projeto CONTAP II se subdividiu em cinco subprojetos: A) levantamento e pesquisas para fundamentação de programas de trabalho, administração, organização e avaliação das tarefas a serem executadas; B) formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico e administrativo dos estabelecimentos de ensino agrícola; C) assistência educativa as populações rurais – educação de agricultores jovens e adultos e donas de casa do meio rural; D) apoio ao programa de modernização de equipamentos e instalações das escolas (escola fazenda, cooperativismo escolar, hortas escolares, programas agrícolas orientados, maquinaria agrícola, equipamento, etc.); E) assistência a Educação Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica (BRASIL, 1967, p. 47).

A partir de 1967, sofreu alguns ajustes e o subprojeto “A” destinava-se a assegurar as condições para que o Ministério da Educação desse continuidade aos projetos e pudesse assumir a “administração, organização e avaliação das tarefas a serem executadas”. Outra atividade foi a implantação da Escola de Didática do Ensino Agrícola da DEA (BRASIL, 1967, p. 47). Dessa maneira, ficaria assegurado que a transferência interministerial não prejudicaria o andamento dos projetos, ou seja, apesar da mudança, foram mantidas as mesmas atividades. Outro subprojeto responsabilizou-se pela “formação e aperfeiçoamento” de diretores, professores e pessoal administrativo dos estabelecimentos de ensino agrícola de grau médio. Concomitantemente a esses cursos, os professores técnicos receberam instruções sobre organização e funcionamento de cooperativas escolares, além do fornecimento de bolsas de estudos.

O subprojeto “C” incluía a *Assistência Educativa às Populações Rurais*, fornecida a “agricultores jovens e adultos” e às “donas de casa” do meio rural, materializada na realização de cursos e “treinamentos” desse público de modo a lhes propiciar acesso às “modernas técnicas de produção”. O relatório desse projeto afirma que já haviam sido alcançados resultados de aumento de produtividade dos agricultores, sendo necessária uma maior “interação dos professores-técnicos com os problemas agropecuários”, que lhes possibilitassem uma “maior eficiência e objetividade no ensino”. A *Assistência Material* também estava incorporada em um dos projetos, visando o “melhoramento dos equipamentos e das escolas” para a realização de um programa de “auto abastecimento” dos estabelecimentos de ensino agrícola. As iniciativas envolveram, dentre outras, a distribuição pela USAID de sementes variadas, inseticidas, fungicidas e adubos que foram oferecidas às Escolas de Ensino Agrícola em todas as regiões do país (Ibidem, p.

48). Além disso, foram desenvolvidos projetos de avicultura e suinocultura, objetivando estruturar os estabelecimentos para a produção de 200 toneladas de carne de frango e 57,8 toneladas de carne de porco e banha, anualmente. Camuflado em *Assistência*, a USAID buscava inculcar não apenas nos estudantes, como também em toda a comunidade ao redor das escolas, técnicas de produção, travestidas de práticas educativas, vindas do centro hegemônico do capitalismo e que deveriam, necessariamente, substituir os saberes e práticas até então existentes.

Nas mesmas escolas onde funcionava o “programa de auto abastecimento”, destinado ao aumento da produção a partir das “modernas técnicas agrícolas”, a USAID desenvolveu um projeto de instalação e funcionamento de cooperativas escolares, para levar aos alunos a ideia da importância do cooperativismo. Vale lembrar que a ideologia cooperativista propalada no Brasil tinha um forte significado de negação do conflito social, uma das estratégias de convencer as populações rurais de que se tratavam de espaços igualitários, apartando-os da possibilidade de se organizar autonomamente. Seriam realizadas orientações aos professores através dos Cursos de Treinamento sobre cooperativismo e programas agrícolas orientados. Foram elaborados estatutos das Cooperativas Escolares, distribuídos a todos os estabelecimentos, acompanhados de elementos elucidativos sobre sua criação, funcionamento e registro (Ibidem, p. 48).

O subprojeto “E”, *Assistência à Educação Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica*, se desdobrou em vários outros, e assumiu um papel de destaque no conjunto das atividades que compreenderam o CONTAP II. O objetivo do subprojeto era dar assistência, instalar novas unidades e treinar os quadros dos estabelecimentos de ensino vocacional agrícola e de economia doméstica (BRASIL, 1967b, p. 3). De acordo com a LOEA, o curso de Iniciação Agrícola seria articulado com o ensino primário, e os Cursos Agrícolas Técnicos, bem como o Curso de Magistério de Economia Doméstica Agrícola, com o ensino secundário. Sendo, inclusive, assegurado ao aluno que terminasse o curso agrícola técnico, a possibilidade de ingressar em estabelecimentos de ensino superior, desde que para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso agrícola técnico concluído. Os estabelecimentos contemplados com os recursos da USAID abarcavam os cursos de nível secundário.

O projeto responsável pelo incremento do ensino vocacional intitulava-se ETA-Projeto I-3, tendo o Administrador do Escritório como seu executor. No ano de 1967, o subprojeto direcionou as verbas para manutenção, ampliação e construção de estabelecimentos. Foram realizadas, entre outras ações, construções de galpões para

oficina de técnicas agrícolas, adaptação e ampliação de área existente para oficina de economia doméstica, aquisição de equipamento para oficina de técnicas agrícolas e de economia doméstica e elaboração de material didático. O treinamento de professores das unidades vocacionais também aparecia com destaque, desenrolando-se numa série de cursos de “atualização de conhecimentos” e de “uniformização metodológica e filosófica” do ensino vocacional com relação às técnicas agrícolas e à economia doméstica (BRASIL, 1967b).

O Programa de Treinamento dos funcionários de escolas vocacionais, implantado ao longo de 1967 no Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, incluiu cursos de Didática Geral e Didática Especial Agrícola e em Economia Doméstica, totalizando 88 horas/aula. Já as disciplinas práticas, realizadas nas oficinas de técnica agrícola e de economia doméstica, chegavam a 160 horas/aula no total. Os cursos realizaram-se em diferentes estabelecimentos vocacionais daqueles estados. Favorecia-se a formação de professores e técnicos aptos a levar para as escolas a noção da importância da prática, do “aprender fazendo” (BRASIL, 1967b, p. 42). Além disso, eram determinadas 20 horas/aula à Metodologia do Projeto, ou seja, esses professores e técnicos aprenderiam e deveriam seguir à risca um modelo fechado sobre educação rural técnica.

As escolas técnicas agrícolas eram destinadas, principalmente, a filhos dos produtores rurais e cada vez mais partilhavam do princípio de que eles só seriam capazes de aprender se efetivassem algo repetidamente na prática, o que explica o princípio do "aprender a fazer fazendo". A institucionalização do modelo escola-fazenda foi consequência da implantação do CONTAP II (SOBRAL, 2009, p. 85).

O CONTAP II contemplou ainda a tradução, elaboração e publicação de livros didáticos, totalizando 6 mil volumes. Os assuntos variavam desde a cultura do milho, suinocultura, conservação de solos, olericultura, avicultura até trabalhos didáticos sobre educação vocacional agrícola, legislação do ensino agrícola de grau médio, e educação de donas de casa do meio rural. Foram ainda traduzidos trabalhos sobre solos, empresas agrícolas e horticultura, cujos originais foram publicados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Ibidem). Diante do exposto, é notório como os tentáculos estadunidenses se espalharam por diversas frentes, influenciando sobremaneira o ensino rural no Brasil. Os esquemas de ajuda e cooperação materializados nesses diversos acordos, não apenas buscavam alinhar os países em desenvolvimento ao imperialismo, como utilizavam a educação – transmutada em “modernas técnicas”,

insumos e maquinaria – como meio difusor de uma mudança cultural, desqualificando qualquer conhecimento tradicional e historicamente acumulado por essas populações.

O quadro abaixo compila as atividades dos 5 subprojetos que compunham o CONTAP II. Eram ações que envolviam as diversas etapas do ensino rural de nível médio, abarcando desde a instalação de laboratórios, que garantiriam o “ensino na prática”, até o treinamento de funcionários dos estabelecimentos, para que encarnassem e difundissem um determinado modelo de ensino. Da análise do quadro e das informações trazidas acima, podemos entender, em primeiro lugar, que mesmo com a migração oficial do ensino rural para a órbita da DEA, do Ministério da Educação, havia um subprojeto especificamente dedicado à organização visando garantir a continuação das atividades. Em segundo lugar, o sistema de escola-fazenda, disseminado no Brasil principalmente a partir de 1966, com a influência direta dos Estados Unidos, tinha por objetivo proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção, ou seja, fazer do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, porém não se tratava de conciliar educação e trabalho, mas de suplantá-lo em nome do “treinamento para o trabalho”.

Quadro 6: Atividades CONTAP II (1967)

Subprojeto	Resumo das atividades	Resultados em números
“A” – Levantamento e pesquisas	Processamento de toda organização administrativa dos outros Subprojetos visando garantir a manutenção e continuidade dos projetos.	-
“B” – Formação e aperfeiçoamento	Realização de cursos em diferentes regiões do país para professores, diretores e pessoal administrativo dos estabelecimentos. Distribuição de bolsas de estudo.	- 31 cursos - 713 participantes - 106 bolsas de estudos
“C” – Assistência educativa às populações rurais	Cursos para agricultores jovens e adultos, além das donas de casa.	- 410 cursos - 7.333 participantes
“D” – Assistência material	Aquisição e distribuição de sementes, inseticidas, fungicidas, adubos. Desenvolvimento de projetos de avicultura e suinocultura. Instalação e manutenção de cooperativas escolares, de oficinas rurais, de laboratórios de economia doméstica, de laboratórios de física, química e biologia, de oficinas de técnicas agrícolas, de bibliotecas	- 216 estabelecimentos atingidos diretamente - 7 cooperativas escolares - 11 oficinas rurais - 4 novos laboratórios de economia doméstica - 6.000 livros didáticos

	escolares. Elaboração de livros didáticos.	
“E” – Assistência à Educação Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica	Manutenção, instalação de unidades vocacionais. Treinamento de pessoal técnico. Elaboração de trabalhos.	- 3 novas unidades vocacionais - 7 sofreram manutenção - 40 alunos de cursos de pessoal técnico

Fonte: BRASIL, 1967b, p.45-50.

Através dos subprojetos de assistência material, de assistência ao ensino vocacional agrícola e de economia doméstica, ocorriam acordos diretamente com os estados. Cada estado contemplado pelos acordos da Aliança tinha um Executor do projeto, responsável por acompanhar o andamento das atividades. No ano de 1967, foi inaugurada a unidade vocacional do Ginásio de Sauassú, no Espírito Santo, cujo executor foi José Farah, Diretor da Carteira Agrícola do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Foram construídas uma oficina de economia doméstica e outra de técnicas agrícolas, além de hortas para o desenvolvimento do projeto de “ensino-aprendizagem” dos alunos. As imagens das comemorações de inauguração em Sauassú ilustram bem os objetivos e métodos dos acordos da USAID para o campo brasileiro. A foto abaixo apresenta as bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos, lado a lado, um estandarte em homenagem à Aliança para o Progresso e uma placa de agradecimento ao convênio CONTAP II. As demais três imagens trazem a presença de membros da Igreja Católica dotados de forte atuação nas áreas rurais nesse período. Eles não estavam apenas “abençoando” o novo estabelecimento, mas avalizando toda a política de modernização do campo por trás da Aliança para o Progresso.

Imagem 4: Instalação da Unidade Vocacional de Ensino Agrícola e Economia Doméstica em Sauassú (Ginásio de Sauassú) – ES



Fonte: (BRASIL, 1967b, p. 65).

Imagem 5: Lançamento da pedra fundamental da Oficina de Economia Doméstica do Ginásio de Sauassú



Fonte: (Ibidem, p. 68)

Imagem 6: Oficina de técnicas agrícolas do Ginásio de Sauassú



Fonte: (Ibidem, p. 72)

Imagem 7: Parte do equipamento da oficina de economia doméstica do Ginásio**Sauassú**

Fonte: (Ibidem, p. 72)

Tais subprojetos, quando desmembrados por região ou por estado, apresentavam uma outra forma de convênio, que ocorria através do repasse de verbas às Secretarias de Agricultura e/ou de Educação dos Estados, as quais, por seu turno, realizariam toda a administração dos estabelecimentos, devendo apresentar plano de trabalho detalhado ao Ministério da Agricultura e, posteriormente, ao da Educação. No Rio Grande do Sul, por exemplo, foi firmado, em 1965, convênio visando manutenção e administração do Colégio Agrícola de Alegrete e dos Ginásios Agrícolas de Erechim e General Vargas. Os servidores federais lotados no Colégio e em ambos os Ginásios ficavam subordinados, administrativamente, ao governo do Estado (MEC, 1967, p. 30-36). Na Bahia, no Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, situado em Catu, foram realizados Cursos de Treinamento de pessoal dos órgãos do Ministério da Agricultura, do estado e dos municípios, bem como de associações rurais, cooperativas, entidades afins, jovens e adultos. Os cursos deste convênio tinham por objetivo “impulsionar o desenvolvimento da produção agropecuária” por meio da “ministração de conhecimento e prática relacionados com a vida rural”. O acordo foi firmado em fevereiro de 1967, tendo a duração de três anos, podendo ser renovado (MEC, 1967, p. 59-60).

Os acordos da Aliança para o Progresso envolveram também a ampliação do Centro Regional de Treinamento para o Nordeste (CETREINO). Com seu financiamento foram construídas sala de aula, alojamentos femininos e masculinos, cozinha, oficinas agrícolas e de economia doméstica. A reunião de inauguração contou com a presença de dirigente da USAID no Nordeste. Em 1966 foi iniciado o programa de Treinamento Tecnológico de Economia Doméstica, direcionado a candidatas aos Serviços de Extensão Rural do Nordeste. A maioria delas eram professoras que receberiam treinamento do setor extensionista. As disciplinas abarcadas na capacitação eram horticultura, alimentação da família, melhoramento do lar, vestuário, saúde e higiene, além de outras de caráter técnico (Extensão Rural, fevereiro de 1966, p. 14). A ampliação do Centro era uma continuidade aos trabalhos desenvolvidos desde 1958, em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura, ABCAR e ETA. O CETREINO funcionou inicialmente como local de habilitação dos quadros dos escritórios estaduais de extensão rural e, posteriormente, seria ampliado também para escola vocacional.

Como já assinalado, o Nordeste brasileiro era estratégico geopoliticamente para os Estados Unidos e crucial para o processo de modernização da agricultura. Pudemos observar, então, um convênio celebrado entre a SUDENE, a Universidade Rural de Pernambuco e a SEAV, de novembro de 1965, com vigência até dezembro de 1968. A finalidade era executar um programa de ampliação e melhoramento da rede de estabelecimentos de Ensino Agrícola da SEAV, além da criação de uma unidade de formação e treinamento de professores de Ensino Agrícola no Nordeste. O acordo previa ações como aumento do número de diplomados; aumento das instalações de ensino; dotar os estabelecimentos de material didático e equipamentos necessários; intensificar a assistência técnica; elevação do número de professores de ensino técnico agrícola e a criação de uma unidade de formação e treinamento de professores (MEC, 1967, p. 45-50). Tratava-se de um projeto amplo, visando atingir vários estados do Nordeste. Apesar de não encontrarmos fontes das ações diretas empreendidas pelo acordo, podemos interpretar que, dentro da ótica de um ensino voltado para o trabalho, perpetrado por meios dos acordos da Aliança, era fulcral a maior disseminação desse modelo de ensino técnico rural na região.

Como visto, a formação de professores para atuação no ensino agrícola tinha papel de destaque nos acordos da Aliança para o Progresso. Dessa forma, outro importante convênio de cooperação técnica na esfera do programa foi firmado entre a SEAV e o INDA para manutenção e ampliação da Escola de Didática do Ensino Agrícola. Esta

instituição foi criada em 1966²⁹⁶, quando o Curso de Didática do Ensino Agrícola, previsto na Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946, se transformou em Escola Didática do Ensino Agrícola, com sede no estado da Guanabara e subordinada à SEAV. A Escola tinha por finalidade dar formação pedagógica aos professores de Cultura Técnica e de Economia Doméstica Rural dos estabelecimentos de Ensino Médio; aperfeiçoamento aos demais professores dos quadros da SEAV, do INDA e outros órgãos do Ministério da Agricultura; cursos rápidos e intensivos para pessoal de nível universitário (agrônomos, veterinários, economistas domésticas), além de dar formação pedagógica também a professores fora dos quadros da SEAV. Com a duração de um ano, automaticamente renovado por igual período, o acordo objetivava ampliar o número de matriculados na instituição, disseminando “métodos educativos modernos” (MEC, 1967, p.36-74).

As escolas vocacionais rurais integravam uma ampla frente de disseminação desse modelo educativo, extremamente influenciado pelos Estados Unidos desde, pelo menos, a década de 1940. Essa frente era integrada também pelos Clubes Agrícolas, os Clubes 4-S e o extensionismo rural. Os acordos da Aliança para o Progresso aqui analisados, ampliaram e ratificaram “práticas educativas” que tinham como princípio a utilização de insumos, maquinaria e crédito rural. Esse conjunto de princípios deveria ser internalizado pelas populações rurais como única forma de superar os problemas que as assolavam. Os clubes 4-S também se inserem no processo de ressignificação da educação rural no Brasil, pois foram importantes difusores do “modelo educativo” propalado pelos acordos de cooperação técnica da Aliança para o Progresso.

Em 1952, foi organizado no município mineiro de Rio Pomba, na Comunidade de Igrejinha, distrito de Tabuleiro, o primeiro dos Clubes 4-S do Brasil. A empreitada uniu o engenheiro agrônomo Geraldo Luiz Ribeiro, que naquele ano havia sido designado para Supervisor Local do município, e uma funcionária da ACAR-MG Iracema Alves Garcia, iniciando o movimento quatroessista no Brasil (GOMES, 2013, p. 54). Os clubes 4-S, como já mencionado no segundo capítulo, eram totalmente inspirados nos congêneres norte-americanos (4-H), com a participação ativa da AIA, de Nelson Rockefeller.

Os Clubes 4-S tinham como símbolo um trevo verde de quatro folhas, com a letra S em cada uma delas, significando, respectivamente, Saber, Sentir, Saúde e Servir, funcionando como uma espécie de síntese dos objetivos a serem alcançados juntos à infância e juventude rurais. O Saber representava a aquisição de novos conhecimentos

²⁹⁶ Decreto nº 59.057, de 11 de agosto de 1966.

capazes de solucionar os problemas das famílias e das comunidades no campo. Já a Saúde significava o cuidado com o corpo e a mente, garantindo que os indivíduos estivessem sempre aptos para o trabalho. Servir indicava a dedicação esperada dos jovens para com Deus, a Pátria, a família, a comunidade e os próprios Clubes 4-S. E o Sentir simbolizava o desenvolvimento de sentimentos como lealdade, amizade e honestidade (GOMES, 2013, p. 70).

Segundo relatório da ACAR divulgado na primeira década de funcionamento dos clubes, é possível observar, claramente, o intento de inculcar nas mentes dos jovens das áreas rurais noções não apenas sobre como produzir, mas, sobretudo, sobre como viver seu cotidiano:

Os Clubes 4-S têm por finalidade desenvolver a personalidade e as habilidades dos jovens (entre 10 e 18 anos) geralmente esquecidos no isolamento e na rotina da vida diária – inculcando em suas mentes o sentido de responsabilidade e o interesse pelos problemas e possibilidades onde vivem, ao mesmo tempo em que um desejo de trabalharem em conjunto pelo seu engrandecimento da Pátria [...]. Os rapazes aprendem meios corretos de cuidar da terra, das plantas e dos animais, preparando-se para serem bons agricultores no futuro; as mocinhas dedicam-se à economia doméstica, treinando para se tornarem eficientes donas de casa (RELATÓRIO ACAR, 1959, p. 3 apud GOMES, 2013, p. 70).

Inicialmente, os clubes tinham sua estrutura de trabalho, objetivos e diretrizes diretamente ligadas à extensão rural. O Programa da ACAR para o ano agrícola 1954-1955 demonstrava o caráter apartado dos bancos escolares que teria o trabalho com os jovens dos clubes, pois eles “nada aprendem de sua profissão nas escolas” (ACAR, apud GOMES, 2013, p. 65). Foi criado, então, um Serviço de Extensão para jovens, pois eles eram tidos como os elementos “mais propícios às mudanças do que seus pais”. Segundo o discurso oficial extensionista, os adultos teriam uma tendência maior para recusar as inovações científicas e culturais propostas. Assim, o jovem rural, considerado mais aberto às mudanças, seria um “multiplicador das transformações” que se pretendia alavancar junto às suas comunidades. O trecho abaixo traduz bem essa noção difundida de que os jovens “ensinam” aos mais velhos as “modernas técnicas” de produção:

Porém, tão importante quanto isto é a influência que esses moços exercem nos adultos de suas comunidades. Com efeito, quando um rapazinho, sob a orientação de um Supervisor Agrícola da ACAR, executa um “projeto” de criação de aves, plantação de milho híbrido, produção de mudas de café ou combate a pragas do solo ou da lavoura, torna-se um exemplo que é imitado não só pelos seus amiguinhos, como pelos pais, vizinhos e simples conhecidos. Da mesma forma, a mocinha influencia suas irmãs e amigas, sua mãe e outras senhoras do lugar, quando leva para casa novas técnicas de economia doméstica que lhe foram ensinadas no clube pela Supervisora Doméstica da ACAR (Relatório ACAR 1961, apud GOMES, 2013, p. 67).

Em 1964, foi criado o Comitê Nacional dos Clubes 4-S (CNC4-S) com uma diretoria própria, formada por representantes de diversas empresas e contanto com inúmeros patrocinadores. O Comitê tinha como agências mantenedoras a USAID, a AIA e o Fundo Norte-Americano para Assistência Social (FNAS). Oliveira (2017) aponta que havia um total de sessenta e um financiadores do CNC4-S em 1969, dentre os quais predominavam empresas da agroindústria (39,6%), seguido de companhias de outros ramos (18,8%) e Bancos – públicos e privados – (16,9%).²⁹⁷ Dentre as empresas ligadas à agroindústria destacamos a Massey Ferguson do Brasil S.A., Arbor Acres S.A., Cargill Agrícola S.A., Ford Brasil S.A., Sementes Agrocere S.A., Produtos Alimentícios Fleishmann e Royal Ltda. e Coca Cola Refrescos S.A., todas figuravam entre as maiores subsidiárias estadunidenses atuantes no complexo agroindustrial no Brasil.²⁹⁸ É sintomático que o Comitê tenha entre seus financiadores predominantemente empresas de capital norte-americano ligadas à agroindústria, uma vez que elas haviam crescido bastante ao longo da segunda metade da década de 1960, abocanhando o mercado nacional de insumos agrícolas, maquinaria e alimentos processados. Elas buscavam atuar de modo a alterar a forma de produzir e de consumir no Brasil e os Clubes 4-S serviriam como poderosa “vitrine” para seus produtos e serviços. A “juventude rural” tão afeita à aprendizagem das “técnicas modernas” direcionadas à agricultura, seria uma poderosa difusora dessas práticas.

A Diretoria do CNC4-S era eleita a cada dois anos em assembleias realizadas, muitas vezes, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, com a participação de representantes das empresas mantenedoras, além de órgãos como o INDA, a ABCAR e a USAID. A Diretoria para o biênio 1969/1970 ficou assim constituída: presidente, J. V. Ruy Barbosa da *Sears Roebuck*, rede de lojas de departamento norte-americana; 1º vice-presidente, Paulo Salomão da *Ford Motor* do Brasil; 2º vice-presidente, Aloísio Campelo, da ABCAR; 3º vice-presidente, Ilo Nogueira da *Massey-Fergusson*; 1º secretário, Maurílio Silva da Esso Brasileira de Petróleo; 2º secretário, Millo Gambini da Refinações de Milho Brasil; 1º tesoureiro, Carlos Alberto M. dos Santos da Nestlé e 2º tesoureiro, Ney Bittencourt de Araújo²⁹⁹, da Agrocere. O Conselho Administrativo era composto ainda por representantes da Fleischmann & Royal, do IICA e do ETA e o Conselho Fiscal integrado por representantes da Agrocere, da ANDA e da Arbor-Acres Avicultura. Tal

²⁹⁷ Ver quadro detalhado em OLIVEIRA, 2017, p. 147-148.

²⁹⁸ Vale lembrar o quadro 1 do primeiro capítulo.

²⁹⁹ Mineiro, agrônomo, agroempresário, diretor da Sementes Agrocere S.A. (MENDONÇA, 2010^a, p.293).

formação da Diretoria, totalmente constituída por empresários, com exceção de apenas um representante da ABCAR, não se deu por acaso, já que as “práticas educativas” propaladas pelos clubes representavam os interesses dessas corporações. Todo o “sucesso”, os prêmios, as medalhas, as viagens aos Estados Unidos que os jovens rurais realizavam através dos Clubes 4-S, nada mais representavam do que instrumentos pelos quais as grandes empresas – a maioria estadunidenses – agiam diretamente junto ao modo de vida dessas pessoas, buscando inserir em sua mentalidade o ideal de modernização.

A *Extensão Rural* destacava que, em pouco mais de 10 anos, o número dos Clubes 4-S aumentou significativamente pois, em 1953, eram 29 clubes com um total de 654 sócios. Até 1964 o número subiu para 530 clubes, com mais de 11.000 sócios (*Extensão Rural*, janeiro de 1966, p. 12). Porém, a publicação enfatizava ser necessário ampliar esses números e creditavam importante papel aos “líderes” juvenis voluntários. Cabia a este líder desenvolver todas as fases do trabalho nos clubes, desde sua criação, até a assistência e orientação dos mesmos. Dessa maneira, o CNC4-S promovia competições entre os clubes para eleger campeões em categorias como a de Liderança Juvenil. A Esso Brasileira de Petróleo S.A. – um dos membros fundadores da entidade – realizou doação a ser aplicada em um programa “educacional de estímulo aos jovens rurais”, que fazia parte do projeto de Liderança Juvenil patrocinado pela companhia (*Extensão Rural*, fevereiro de 1966, p. 6). Ocupava lugar de destaque a noção de que os jovens se tornassem “lideranças”, ou seja, adquirissem capacidade influenciadora e a utilizassem para induzir sua própria comunidade a contornar os problemas produtivos através de “métodos modernos”.

No bojo de tais premissas, a USAID assinou acordo com a CNC4-S, repassando recursos para estimular o Crédito Rural Juvenil junto aos quatroessistas. Seriam financiados projetos agrícolas e pecuários de jovens rurais com idade entre 10 e 20 anos, pertencentes aos Clubes 4-S. Era ressaltada a importância “educativa” deste acordo, uma vez que seria traduzida em “fator de mudança para melhorar a situação rural” (*Extensão Rural*, fevereiro de 1966, p. 10). O acordo reforçava uma prática presente nos Clubes 4-S e nos Clubes Agrícolas - a competição - pois os projetos que receberiam o financiamento deveriam ser individuais. Tratava-se de uma realização comum destes clubes e ocorriam regularmente competições locais, estaduais, nacionais e internacionais que envolviam, na maior parte das vezes, prêmios e medalhas por projetos produtivos “exitosos” utilizando as “técnicas modernas” de produção. Apesar do discurso de

cooperação, era disseminada entre os jovens a noção de individualidade em detrimento de projetos que valorizassem o trabalho coletivo e solidário.

O governo federal instituiu, em 1967, a data de 15 de julho como Dia Nacional dos Clubes 4-S. Na véspera, em rápido discurso por ocasião da solenidade de lançamento do selo comemorativo da data, o presidente Costa e Silva teceu vários elogios aos clubes afirmando que, tendo como objetivo a “educação” dos jovens rurais, “ensinam” o homem a viver “dignamente”. O presidente exalta o trabalho dos clubes defendendo que seria “mais importante para este país, talvez, do que a própria alfabetização” (*Extensão Rural*, julho de 1967, p. 3). Ora, tal declaração coroa o processo de transmutação da educação rural brasileira, que valorizou e disseminou práticas educacionais voltadas para o trabalho, limitando o homem do campo a um ensino restrito e subordinado ao capital. João Napoleão Andrade³⁰⁰, presidente da ABCAR e dirigente do CNC4-S, proferiu discurso que traduz bem as questões até aqui colocadas sobre os Clubes 4-S, imputando ao jovem rural um papel de arauto da modernização do campo:

[...] os trabalhos da Extensão nesse setor educacional proporcionam à juventude rural as condições necessárias para que se torne *portadora de cultura e instrumento eficaz de inovação*, participante ativa do processo global de desenvolvimento (Ibidem, p. 4, grifos nossos).

Outro acordo sob os auspícios da Aliança para o Progresso, que nos interessa acentuar, foi celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a USAID, em novembro de 1966. Através do Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966, fora criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) no MEC, com a responsabilidade de coordenar e executar um programa de livros técnicos e didáticos. No mês seguinte, foi assinado o referido acordo de cooperação técnica com os Estados Unidos tendo como primeiro propósito, “colocar livros didáticos e técnicos ao alcance da população estudantil”, alcançando-se aproximadamente 51 milhões de livros, nos três anos seguintes. Porém, o convênio tinha ainda como finalidade “aperfeiçoar as técnicas da indústria editorial e gráfica e os

³⁰⁰ Fazendeiro, oriundo de uma família tradicional de Minas Gerais que exportava cristal de rocha para os Estados Unidos durante o período da II Guerra Mundial. Estudou nos EUA. Iniciou sua vida profissional em 1926, como funcionário do Banco do Brasil. Era amigo de Juscelino Kubitschek, se reunia com o presidente diretamente e promovia encontros entre ele e Rockefeller Foi Presidente da ACAR-Minas de 1951 a 1971. Presidente da ABCAR durante toda a sua existência saindo apenas devido ao seu estado de saúde. De 1961 a 1962 foi presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. De 1965 a 1966 foi Presidente do Comitê Técnico Interamericano para Juventude Rural da OEA, mantendo-se membro até 1970. Foi Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil de 1966 a 1969. Diretor técnico da CRB/CNA de 1963 a 1966 (OLIVEIRA, 2017, p. 312).

sistemas usuais de distribuição de livros”, e “fortalecer e expandir a indústria do livro, tornando-a economicamente sólida e autofinanciável e, pela expansão do mercado, baratear conseqüentemente o livro” (MEC, 1967, p. 536). Tal objetivo não seria por acaso, visto ter como uma das partes do convênio o SNEL, que se definia como representante dos interesses corporativos da indústria do livro (GONÇALVES, 2010, p. 19).

O SNEL tinha em seu quadro de sócios representantes das principais editoras nacionais, contendo nomes como Décio de Abreu da Distribuidora Record e Cândido Guinle de Paula Machado, ambos também associados do IPES. Cândido Guinle de Paula Machado, presidente da SNEL quando da celebração do convênio, foi quem o assinou em nome da instituição patronal. Gonçalves (2010) pesquisou nas atas das reuniões de diretoria do sindicato e identificou que um grupo de estudos criado pela instituição elaborou amplo relatório apontando os principais problemas e reivindicações, chegando a algumas proposições importantes que iriam permear a atuação do SNEL durante toda a década de 1960. A historiadora considera que o documento final produzido pelo grupo influenciou em grande parte os trabalhos da COLTED (Ibidem, p. 57). Dessa maneira, fica notório que o acordo da Aliança, a ser coordenado pela Comissão, destinada à distribuição de livros didáticos, estava eivado de interesses do empresariado do ramo, funcionando como impulsionador da indústria livreira.

Destaca-se ainda a forte ingerência estadunidense, pois os técnicos da USAID trabalhariam em conjunto com a COLTED, não apenas no planejamento na distribuição de livros, mas no processo de “aperfeiçoamento da elaboração, ilustração e diagramação, impressão e encadernação de livros educacionais” (MEC, 1967, p. 542). Tais livros didáticos abasteceriam também as escolas técnicas de agricultura, ou seja, a agência norte-americana influenciava em outra frente junto à educação rural brasileira.

4.6.1 – Os Acordos MEC-USAID

Paralelamente aos acordos com o Ministério da Agricultura, a Aliança para o Progresso ensejou também convênios com a Pasta da Educação, abarcando outras áreas de ensino. Estes acordos ficaram conhecidos como acordos MEC-USAID. Dentre eles estava o convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) - através da Diretoria do Ensino Secundário (DES) - e a USAID, firmado em 31 de maio de 1965. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, teve como característica atribuir aos estados da

federação uma maior responsabilidade no que tange ao ensino primário e secundário.³⁰¹ Porém, foi detectado pelo governo federal que os Conselhos Estaduais de Educação, Secretarias e demais instâncias estaduais de educação precisariam de experiência quanto à formulação de seus planos de ensino. Diante deste argumento, surge o referido acordo destinado a “assistir” os órgãos de educação estaduais no preparo de seus planos para o ensino de nível secundário, bem como no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino que prestassem “serviços consultivos em caráter permanente”. Para a execução do acordo, seria contratada uma instituição estadunidense que forneceria os serviços de quatro consultores norte-americanos durante um período de 24 meses, além de outros assessores técnicos que se fizessem necessários. Segundo os termos do acordo esses consultores trabalhariam diretamente com funcionários designados pela DES e pelas Secretarias Estaduais de Educação. Seus serviços teriam “caráter consultivo”, prestados ao planejamento do ensino secundário no âmbito federal e estadual (MEC, 1967, p. 396).

Foi a USAID quem escolheu e contratou a instituição estadunidense citada no acordo. Tratou-se da *San Diego State College Foundation*, que forneceu os especialistas que atuariam como consultores. Em janeiro de 1966, chegavam ao Brasil os quatro “especialistas” norte-americanos para, juntamente com quatro educadores brasileiros designados pela DES, comporem o grupo que se denominou de Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM). Ela prestava serviço de “assessoramento” a vários estados, principalmente ao Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco (ARAPIRACA, 1982, p. 113).

A EPEM solicitou à USAID nova ajuda financeira de modo a dar impulso à “expansão e melhoria do ensino médio, com ênfase especial na construção de prédios”. Agora, foi acionado o CONTAP, para que fossem facilitados os suprimentos adicionais ao acordo de 1965 (MEC, 1967, p. 408), uma vez que este Conselho era o órgão central do governo brasileiro no tocante à Aliança para o Progresso. O empréstimo, assinado em janeiro de 1967, se destinaria a custear o planejamento educacional daqueles cinco estados. Posteriormente foram gerados termos aditivos a este contrato, prevendo a

³⁰¹ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) assim se organizavam os níveis de ensino no Brasil, no período aqui estudado: educação pré-primária, destinada aos menores até sete anos, ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância; o ensino primário ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais; o ensino médio ministrado em dois ciclos, o ginasial (com quatro séries anuais) e o colegial (com 3 séries anuais no mínimo), abrangendo, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário; e ensino superior.

incorporação de outros estados e o custeio de viagens para brasileiros irem aos Estados Unidos realizar treinamento na *San Diego State College Foundation* (ARAPIRACA, 1982, p. 114).

Podemos observar que os técnicos estadunidenses participaram de forma direta no planejamento e formulação das diretrizes da educação básica brasileira. Arapiraca (1982) avalia que essa influência teve consequências diretas na completa transformação do ensino Médio e Primário com a promulgação da Lei que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 (Ibidem, p. 112). Dessa maneira, a partir de um dos acordos patrocinados pela Aliança, foi criado um organismo que exerceu papel teórico e de planejamento fundamental em todo o processo de transformação do sistema de ensino médio brasileiro, que financiou o treinamento de especialistas brasileiros nos Estados Unidos com a função de vulgarizar os conteúdos lá internalizados (Ibidem, p. 115). Tudo isso tinha uma exigência da agência para o desenvolvimento estadunidense: que as “partes brasileiras” do convênio imprimissem “os melhores esforços para dar publicidade ao andamento e realizações desse projeto, através da imprensa, rádio e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança para o Progresso” (MEC, 1967, p. 397).

O ensino primário também entrou na esfera dos acordos da Aliança para o Progresso. O objetivo era a modernização deste ramo de ensino, tendo como horizonte uma maior vinculação entre o ensino primário e o ginásial, fato depois constatado com a promulgação da lei nº 5.692/71. Nesse sentido, firmou-se acordo entre o MEC, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o CONTAP e a USAID, em 30 de dezembro de 1966. A finalidade era de, ao lado dos demais acordos já em andamento, fornecer a “assistência técnica” de educadores estadunidenses “com ampla experiência” no ensino primário, para realizar estudos e soluções dos problemas deste nível de ensino. O convênio financiaria o custo do contrato, por dois anos, de um grupo de 6 “especialistas em educação” que auxiliariam o MEC em seu programa de “aperfeiçoamento” do ensino primário brasileiro (MEC, 1967, p. 419). Seriam enviados ao Brasil “especialistas em educação” estadunidenses para trabalhar como “consultores” a grupos de planejamento de níveis federal, regional e estadual (Ibidem, p. 422). Assim estavam estabelecidos os quatro objetivos da cooperação:

O primeiro é o de contribuir em base nacional e estadual para a qualidade e eficácia da educação primária, elaborar e executar um plano específico para aumentar e aperfeiçoar o fluxo dos alunos pelo sistema escolar primário. O segundo é o de elaborar planos e ações específicas para melhor entrosamento da educação primária com a secundária e a superior. O terceiro é melhorar os

serviços regionais e nacionais, desde os Conselhos Estaduais e Secretarias Estaduais de Educação, no desenvolvimento e execução de programas eficazes de educação primária. O quarto é o de treinar uma equipe de pelo menos seis técnicos brasileiros em planejamento, para a educação primária em nível nacional, capaz de dar assistência a regiões e Estados, em bases contínuas, e que se encarregarão do preparo de pessoal-chave em técnicas de planejamento, execução, avaliação e administração de educação primária, em nível estadual (Ibidem, p. 420).

Para realizar o treinamento dos técnicos brasileiros foi escolhida a *University of Wisconsin - Milwaukee*. Esses técnicos brasileiros em educação primária observariam os modelos de ensino primário desenvolvidos em determinada região dos Estados Unidos. A universidade norte-americana elaborou dois programas de assistência técnica, com duração de 9 meses cada um. A explicação sobre a programação da primeira fase do treinamento, reproduzida abaixo, demonstra que o país do Norte se colocava na posição de paradigma a ser seguido. Para que a implantação desse modelo fosse bem-sucedida, os treinandos deveriam realizar um verdadeiro processo de aculturação, abandonando qualquer conhecimento tradicional acumulado e ter a mente “limpa” para absorver o *american way of life*:

[...] todo esforço já feito no sentido de identificar as oportunidades para que os educadores brasileiros observassem e participassem de uma ampla variedade de situações da “maneira de viver” do povo americano, visando facilitar a compreensão da teoria e prática da educação nos EUA, numa perspectiva cultural; motivar os participantes a se aculturarem o máximo possível, durante sua permanência nos EUA. Dessa forma os participantes poderiam externar sua compreensão da relação funcional que existe entre cultura e objetivos educacionais; espera-se que, assim, eles estejam melhor qualificados para adaptarem suas experiências educacionais (adquiridas nos EUA) ao contexto cultural contemporâneo de seu ambiente de trabalho no Brasil (UWM, apud ARAPIRACA, 1982, p. 118-119).

A segunda fase desenvolvida pela universidade destinava-se ao trabalho acadêmico, realizando uma série de cursos como: Planejamento de Currículo, meios para melhorar e mudar o currículo e as práticas instrucionais; Estudos Sociais, planejado para incluir uma “base filosófica” dos programas das escolas estadunidenses; Administração Escolar, a ênfase do curso recaía sobre a administração da educação pública dos Estados Unidos, incluindo funções administrativas a nível local, estilo de liderança e as tarefas da educação pública; Supervisão, para analisar, comparar e contrastar o papel dos supervisores no Brasil e nos Estados Unidos; Sistema Educacional dos Estados Unidos, organização geral e controle da educação naquele país, supervisão e avaliação do professor; Formação de Professores nos Estados Unidos, para uma apresentação histórica desses profissionais; Educação numa perspectiva sociológica, o papel da educação na

transmissão dos valores básicos de uma cultura específica, como base para examinar as práticas educacionais. Além desses vários cursos, os participantes brasileiros envolveram-se em outras atividades que incluíram conferências sobre educação rural (UWM, apud ARAPIRACA, 1982, p. 119).

Ocorriam ainda conferências sobre Ensino de Valores, o que dimensiona ainda mais a perspectiva ideológico-cultural que tal cooperação técnica ensejou. Os brasileiros participantes de tais treinamentos, compunham os quadros de órgãos responsáveis pelo estabelecimento das diretrizes educacionais no Brasil e que, através da Aliança para o Progresso, internalizaram valores culturais estadunidenses e efetivaram mudanças no sistema de ensino a partir dessas experiências.

Arapiraca (1982) compreende que desde o acordo MEC-USAID de 31/03/65, houve uma “espiral de ramificações” que evoluiu para a dimensão de Serviços Consultivos para Planejamento e Administração Educacional, abarcando toda a realidade do ensino primário e médio no Brasil. O autor analisou a documentação disponível, constatando que a implantação do ensino de 1º e 2º graus, através da lei 5.692/71, resultara da política de “ajuda” da USAID. Apresenta o que denominou de “quadro espiral” dos acordos:

Acordo de 31-03-65 a 30-07-67: A finalidade é assistir os conselhos e secretarias estaduais de educação no preparo de seus planos para o ensino de nível secundário e no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino que prestam serviços consultivos permanentes. A USAID firmará contrato com uma universidade norte-americana para proporcionar os serviços iniciais de 4 consultores.

Acordo de 11-01-67 a 30-07-68: Prorroga a vigência do anterior; e acrescenta a participação e recursos do Conselho de Cooperação da Aliança para Progresso - CONTAP.

Acordo de 17-01-68 a 31-12-69: incluir novos Estados; levantamento de dados socioeconômicos nos 5 Estados que receberam assistência técnica para planejamento do ensino médio; otimizar a coordenação entre os sistemas de ensino elementar e médio.

Acordo de 18-09-68 a 31-12-69: prestar assistência na implantação do sistema de ensino secundário destinado a introduzir e estimular o desenvolvimento de ginásios polivalentes e adaptar os currículos tradicionais de ensino secundário brasileiro às atuais necessidades socioeconômicas do país.

Acordo de 17-01-69 a 31-12-70: dar prosseguimento ao plano de assistência técnica a Conselhos Estaduais de Educação e treinamento de planejamento e assessores no campo da educação. Por esse acordo, a USAID prorroga o convênio firmado com a *San Diego* em 1966 para até dezembro de 1969, como também proporciona serviços consultivos de mais 6 especialistas e programas de bolsas nos EUA.

Acordo de 17-10-69 a 31-12-70: extensão a mais 5 novos Estados de assistência técnica para elaboração de planos integrados relacionados com ensino primário e médio e na formação e treinamento de um corpo de planejadores e assessores em questões educacionais (Ibidem, p. 133-134).

Com relação à pesquisa agrícola e à educação rural pudemos detectar uma continuidade de programas iniciados a partir de acordos no âmbito da Aliança para o Progresso mesmo após seu fim, entre 1969 e 1970. No que tange ao ensino básico primário e secundário também podemos afirmar que igualmente verificou-se a mesma linha de continuidade, principalmente com relação a transformação do ensino para 1º e 2º graus. Assim, ao analisarmos a “espiral” proposta por Arapiraca (1982) após o ano de 1970, podemos observar a política de educação básica brasileira entremeadada de ações e diretrizes pautadas desde a Aliança para o Progresso:

Acordo de 13-05-70 a 31-12-71: expandir a capacidade de planejamento educacional, em caráter permanente, dentro do MEC, assimilando a EPEM; desenvolver nas SECs selecionadas a capacidade de planejamento educacional; formular planos plurianuais, proporcionar projetos, em nível nacional, bem como, identificando os problemas cruciais e a projeção de necessidades futuras e a elaboração de planos de implementação.

Acordo de 01-01-72 a 31-03-72: prestar assistência técnica aos Estados para elaboração de planos de educação no que diz respeito ao ensino fundamental ou de 1º grau; incrementar nos estados mentalidade de planejamento educacional; especializar um grupo de técnicos em planejamento no estudo, elaboração, implementação, avaliação e reformulação de planos, programas e projetos educacionais.

Acordo de 27-05-71 a 30-09-72: apoiar o DEF na prestação de assistência técnica aos Estados para elaboração de seus planos de educação selecionados com os seus sistemas de ensino fundamental ou de 1º grau; como também treinar nos EUA pessoal em atividade de planejamento educacional nos Estados que recebem assistência técnica do DEF.

Acordo de 15-06-72 a 30-09-74: desenvolver melhores métodos de planejamento e elevar o nível de eficiência administrativa do MEC e das SECs, visando melhores padrões de ensino de 1º e 2º graus, apoio ao DEF e ao DEM para assistência aos Estados nos seus planos educacionais; desenvolver nos Estados planos integrados de expansão e melhoria do ensino de 1º e 2º graus; e revisão administrativa da SEC; seleção para recomendação à USAID do pessoal-chave a ser treinado nos EUA. Será facultado ao MEC indicar sua preferência por consultores norte-americanos estranhos aos quadros da Universidade de *San Diego*³⁰²; e na medida do possível esta providenciará o recrutamento das pessoas indicadas pelo MEC (Ibidem, p. 134-135).³⁰³

A modernização da educação brasileira, pregada através da Aliança para o Progresso, também abarcou o ensino superior. O *Country Analysis and Strategy Paper (CASP)*³⁰⁴, de 1969, traçava os objetivos estratégicos norte-americanos no Brasil, dentre os principais estavam:

³⁰² Essa questão foi alvo de críticas por parte do governo brasileiro diversas vezes, apontavam que alguns especialistas da universidade que vieram ao Brasil não tinham a qualificação desejada.

³⁰³ Esse acordo teve sua vigência prorrogada por mais dois anos, a partir de março de 1974 até setembro de 1976, embora o primeiro acordo de 31 de março de 1965 tivesse indicado o seu término para 30 de julho de 1967.

³⁰⁴ O CASP eram relatórios detalhados elaborados por diversos setores da embaixada norte-americana no Brasil, pelo Departamento de Estado e por outras agências do governo estadunidense. Cada relatório abrangia um ano fiscal (que, nos Estados Unidos, vai de julho de um ano a junho do seguinte).

[...] apoiar a estabilidade e o crescimento do Brasil e garantir a manutenção de uma disposição amigável do país em relação aos Estados Unidos; proteger e expandir os investimentos privados e a posição comercial norte-americana no Brasil; garantir a cooperação brasileira numa série de ações conjuntas de natureza militar e estratégica, importantes para a segurança dos Estados Unidos (MOTTA, 2014, p. 113).³⁰⁵

O CASP também apresentava os objetivos estratégicos mais específicos, incluindo a educação através de projetos de cooperação técnica:

Objetivos gerais: 1) Um sistema educacional mais moderno e mais efetivo, particularmente nos níveis superior e secundário. 2) Encorajar a formação de um conjunto de educadores e estudantes orientados pelos Estados Unidos, para influenciar o Brasil na direção dos objetivos políticos, econômicos e sociais expostos neste Casp (Ibidem, p. 114).

Essa atuação da Aliança para o Progresso junto à educação superior brasileira não era uma novidade estratégica estadunidense. Ainda nos anos 1950, a ICA, através do Ponto IV, financiara cursos superiores na área de administração pública e de empresas sendo que seu principal projeto envolveu a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (Ebac/FGV) que, em 1954, firmou parceria com a Universidade do Estado de Michigan. O Ponto IV forneceu recursos para a aquisição de livros, bolsas de estudos nos Estados Unidos e financiamento da vinda de professores visitantes estadunidenses no Brasil (Ibidem, p. 116). Não foi por acaso que, posteriormente, o presidente da FGV seria escolhido para compor os quadros do COCAP, CONTAP, CBAP e ETA, estando à frente da gerência do programa criado por Kennedy.

Porém, até 1963, essa atuação era esporádica, realizada pontualmente em algumas universidades brasileiras. Um dos projetos pioneiros que marcou a presença da USAID junto às instituições de educação superior, ocorreu na já citada Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), que originou a atual Universidade Federal de Viçosa (UFV). A UREMG surgiu da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), fundada por Arthur Bernardes, ainda à frente do governo mineiro, no início dos anos 1920. Para coordenar o projeto de criação e implementação da Escola, Bernardes contratou Peter Henry Rolfs, especialista norte-americano em assuntos agrícolas, que permaneceu naquele estado por mais de uma década. A ESAV tinha como objetivos “o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária” e a realização de “estudos experimentais” que concorressem para o desenvolvimento da economia mineira

³⁰⁵ Alguns relatórios também podem ser acessados pela internet: <https://www.documentosrevelados.com.br/country-analysis-and-strategy-paper/documentos-feitos-pelos-estados-unidos-durante-a-ditadura-militar/>.

(RIBEIRO, 2009, p. 457). A transformação da ESAV em UREMG, em 1948, coincidiu com a assinatura de convênio de assistência técnica firmado entre o governo mineiro e a AIA de Rockefeller. O início da execução desse convênio, cujo pano de fundo foi a implementação de um plano de modernização da agricultura mineira³⁰⁶, implicou no envolvimento da UREMG com as atividades da ACAR, criada no âmbito do convênio (Ibidem, p. 458).

A UREMG mantinha acordo de cooperação com a *Purdue University*, originado a partir de convênio firmado em junho de 1951, entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Embaixada estadunidense. Entre outras atividades, o acordo previa a cooperação entre o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e a UREMG para estabelecer em Minas Gerais um programa de extensão rural e economia doméstica. Ademais, a UREMG também esteve envolvida no acordo de 1953, entre o Ministério da Agricultura do Brasil e o Departamento de Estado norte-americano, do qual surgiu o ETA, como já mencionado.

Já no bojo da Aliança para o Progresso, em 1961, foi criado o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* na UREMG, o curso de mestrado em Fitotecnia e, no ano seguinte, seria inaugurado o curso de mestrado em Economia Rural. Ambos foram os primeiros cursos do gênero no Brasil. Também como resultado do impulso recebido com os convênios de cooperação técnica no âmbito da Aliança para o Progresso, a UREMG inaugurou, em 1962, o curso de mestrado em Nutrição Animal e Pastagem, o primeiro na América do Sul e, em 1967, o curso de mestrado em Extensão Rural. Importante salientar que os projetos desenvolvidos na UREMG, desde a criação do ETA, serviram como paradigma para os convênios firmados com o apoio da USAID, a partir de 1963, junto a outras instituições brasileiras na área do ensino superior agrícola e universidades norte-americanas. Dentre elas estiveram a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), a Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Ceará e a Escola Superior de Agronomia e Veterinária, da Universidade do Rio Grande do Sul (CUNHA, 2007).

Estes acordos no bojo da Aliança incluíram demonstrações com soja pelos técnicos da *Purdue* no *campus* da UREMG, que, posteriormente, foram ampliadas para o plantio de soja em diversas regiões de Minas Gerais, para “um total de 177 fazendeiros, vendedores de fertilizantes, banqueiros, operadores de moinhos de óleo e outros”

³⁰⁶ Mais um indício deste estado como “portão de entrada” do paradigma estadunidense de modernização rural.

(RIBEIRO, 2009, p. 461). Ribeiro (2007) salienta que, não por casualidade, esta universidade teve papel destacado no cultivo da soja no cerrado brasileiro, sendo pioneira nos estudos sobre a soja transgênica no Brasil, contribuindo de forma significativa para a chamada “revolução verde”, na década de 1970. Outra dessas ações incluiu, no início de 1968, 39 voluntários do *Peace Corps* que, então, atuavam junto à população rural de pequenas comunidades localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso, e que tentavam organizar clubes agrícolas, para receberem treinamento técnico no *campus* da UREMG (Ibidem, p. 461).

O próprio Lincoln Gordon apontava a contribuição da UREMG para o êxito dos programas norte-americanos previstos para o Brasil. Segundo o embaixador,

[...] Minas tem sido área especialmente frutífera para a cooperação entre o Brasil e meu próprio país, nos esforços por estimular o desenvolvimento econômico e social mais rápido. Esses esforços foram precursores da Aliança Para o Progresso [...]. Penso em casos como a Associação de Crédito Agrícola e Rural, primeira organização no Brasil, no campo da extensão agrícola e do crédito supervisionado. [...] estreitamente relacionado com a obra da ACAR esteve a cooperação [...] entre a universidade rural de Viçosa e a *Purdue University*, no treinamento de especialistas em agronomia e economia doméstica. Esses especialistas são também essenciais para a consecução de qualquer desenvolvimento e reforma agrária produtivos³⁰⁷ (GORDON, 1966, p. 66).

O principal articulador da Aliança para o Progresso no país citava ainda um empréstimo do BID à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, no valor de 6 milhões e 400 mil dólares, do Fundo Fiduciário para o Progresso Social (FFPS), criado pelos Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso. O empréstimo seria utilizado para ampliar o Crédito Rural Supervisionado (CRS)³⁰⁸ e melhorar as habitações da população rural, realizando “novas construções agrícolas e residenciais de baixo custo” (Ibidem, p. 66-67).

Como já apontado, em 1962, a UREMG tinha dois cursos de Mestrado em funcionamento, sempre contando com a participação de professores da *Purdue University*. Lá também foi defendida a primeira dissertação de mestrado do Brasil. Em 1964, a UREMG tinha 14 professores americanos e este número aumentaria ao longo dos

³⁰⁷ Para Gordon, reforma agrária deveria ter como essência a “elevação da produtividade e o melhoramento das condições da vida rural” (GORDON, 1966, p. 66).

³⁰⁸ Os recursos do CRS beneficiavam a “propriedade e o lar” com o objetivo de melhorar o “bem estar” dos produtores beneficiários. O crédito abrangia tanto a questão da produção – propriedade – quanto à melhorias na área social, representado pelo “lar”. Oliveira (2017) aponta que os extensionistas, além de difusores de tecnologia, tornaram-se agentes de crédito, pois toda a seleção dos beneficiários bem como a mediação entre o produtor e o banco era feita por um extensionista (OLIVEIRA, 2017, p. 43).

anos seguintes (MOTTA, 2014, p. 117). A UREMG, pioneira nos cursos de pós-graduação na área de Ciências Agrárias, por intermédio dos programas de assistência técnica iniciados com o Ponto IV e aprofundados pela Aliança para o Progresso, tornar-se-ia modelo para cursos posteriormente criados nessa área. Do mesmo modo, sob os auspícios da USAID, a UREMG foi precursora em pesquisas sobre hibridização da semente de soja, tendo ainda consolidado o seu trabalho de extensão rural, tornando-se referência nacional no setor. As conclusões abaixo, apontadas por Ribeiro (2009,) corroboram a hipótese levantada nesta pesquisa, de que o paradigma estadunidense de modernização do campo, teve sua disseminação facilitada no Brasil através dos acordos de cooperação técnica em Educação e Pesquisa no bojo da Aliança para o Progresso:

Orientadas pela agência norte-americana, as atividades de ensino, pesquisa e extensão na UREMG contribuíram significativamente para assegurar ao Brasil a condição de região produtora de alimentos e matérias primas para os Estados Unidos, assim como para atenuar as tensões sociais no campo. Contribuíram, ainda, para o êxito da estratégia do governo norte-americano de manter o Brasil como forte aliado no contexto da Guerra Fria (RIBEIRO, 2009, p. 462).

Após o golpe empresarial-militar de 1964, a ação da USAID no ensino superior brasileiro se aprofundou. O próprio PAEG previa o ingresso de recursos internacionais, leia-se norte-americanos, destinados a financiar a educação. Desse modo, uma rodada de convênios nesta área foi assinada entre ambos os países dentro do “espírito” da Aliança para o Progresso. Em junho de 1965 foi firmado acordo entre o MEC – por meio de sua Diretoria do Ensino Superior (DES) – e a USAID, cuja finalidade era planejar, a curto e a longo prazo – o sistema do ensino superior, além de “aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor”, nos próximos cinco anos (MEC, 1967, p. 13). Para programar as mudanças seria constituída uma comissão de dez especialistas, cinco nomeados pelo MEC e cinco norte-americanos nomeados pela USAID, formando a Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior (Ibidem, p. 18). A agência de ajuda norte-americana contratou um grupo de universidades já atuantes no Brasil, o Consórcio das Universidades do Meio-Oeste³⁰⁹, para gerenciar o acordo e selecionar os cinco consultores americanos, além de outros que fossem necessários (MOTTA, 2014, p. 120). Uma marca destes acordos não era apenas o

³⁰⁹ Midwest Universities Consortium for International Activities (Mucia), integrado pelas Universidades de Indiana, Wisconsin, Illinois e Universidade Estadual de Michigan (MOTTA, 2014, p. 120).

fornecimento de recursos, mas seu condicionamento à participação direta de técnicos estadunidenses na formulação e execução dos projetos.

Cunha (2007) em sua obra *A Universidade Reformada*, volta-se para o processo de modernização da universidade brasileira, a partir do modelo estadunidense. Nos primeiros anos após o golpe, as políticas perpetradas pelos governos militares para a universidade gerariam profundas transformações na educação superior brasileira, como a consolidação da pesquisa e da pós-graduação; a expansão das matrículas; o crescimento das faculdades e universidades privadas e a institucionalização de novos marcos legais que culminaram na chamada Reforma Universitária, com a lei nº 5.540 de novembro de 1968. Uma das características dessa modernização foi o fato dos órgãos fomentadores de Ciência e Tecnologia – a exemplo da FINEP, como vimos – orbitarem no Ministério do Planejamento, demonstrando que o discurso da racionalidade econômica lastreou a reforma universitária.

Através do decreto nº 62.937, de 02 de janeiro de 1968, Costa e Silva instituiu um Grupo de Trabalho encarregado de "estudar a reforma da Universidade Brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país". O GT elaborou relatório de 110 páginas um mês após seu início, além de um anteprojeto de lei geral sobre organização e funcionamento do ensino superior e vários outros que tratavam de temas mais específicos. As soluções propostas pelo Grupo de Trabalho foram corporificadas, dentre outros conjuntos normativos, na lei nº 5.540/68 (MEC, 1968, p. 3). Cunha (2007) interpreta que houve forte influência do modelo norte-americano alimentada diretamente pelos sujeitos que compunham as comissões sobre a reforma universitária e, de forma mais indireta, o discurso sistematizado pela USAID, foi internalizado através dos acordos de cooperação técnica (CUNHA, 2007, p. 20).

Os acordos MEC-USAID foram alvo de intensas críticas e debates oriundos não só dos movimentos estudantis, como também de professores, parlamentares e jornalistas, gerando uma dura repressão do regime contra os estudantes. Dentre as críticas figurava o questionamento sobre a falta de ampla publicidade do conteúdo dos acordos e dos planos de trabalho. A partir de 1966, multiplicaram-se os protestos de rua dos estudantes que denunciavam a invasão imperialista estadunidense na educação. Inicialmente, o principal alvo das críticas era o Relatório Atcon, publicado pelo MEC e elaborado por Rudolf Atcon, membro da USAID, que realizou estudo sobre a universidade brasileira a partir de visitas realizadas a várias instituições do país. Em 1967, com as crescentes manifestações,

a UNE coloca como tema central os acordos MEC-USAID, organizando eventos, como o seminário nacional sobre infiltração imperialista na educação. Os estudantes queimavam bandeiras do país do Norte, realizavam passeatas e comícios. A UNE, que em 1967 atuava clandestinamente, convocou para 2 de junho uma jornada de lutas contra os acordos MEC-USAID, que reuniu milhares de estudantes. Dessa maneira, os acordos se tornaram objeto da atenção da grande imprensa, ganhando visibilidade nacional e gerando preocupação nos norte-americanos (MOTTA, 2014, p. 126-127).

Tarso Dutra³¹⁰, então chefe da Pasta da Educação, em novembro de 1967, publica uma compilação dos acordos firmados com a USAID, como resposta às críticas recebidas. O material é rico, posto reunir acordos com a agência internacional que, algumas vezes, não deixavam muito transparente, em outras fontes, sua relação direta com a Aliança para o Progresso. Porém não se tem clareza absoluta do universo de acordos que envolveu a ingerência da USAID na educação brasileira. Nossa pesquisa buscou lançar luz a alguns deles, principalmente ligados à educação rural, para contribuir com o debate sobre a influência estadunidense na educação brasileira durante a década de 1960.

4.7 – O fim da Aliança para o Progresso

Richard Nixon ao tomar posse, em 1969, não falou diretamente da América Latina e tampouco da Aliança para o Progresso. Nada a se estranhar de um republicano que se tornara presidente após oito anos com os democratas ocupando a Casa Branca. Ademais, era estratégico evitar falar do programa que serviu fortemente como propaganda estadunidense dos democratas na América Latina. Porém com relação aos projetos na área de pesquisa e educação rural no Brasil, todos foram mantidos até pelo menos 1970. O CIAP (Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso), instituição que visava ser multilateral, resistiu até 1973. Em reunião ministerial da Comissão Econômica Coordenadora Latino-Americana (CECLA)³¹¹, foi elaborado documento conhecido como

³¹⁰ Deputado Federal pelo Partido Social Democrático (PSD) de 1951 a 1967, como Ministro da Educação participou das reuniões do Conselho de Segurança Nacional das quais se originou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi consultor jurídico do Banco Agrícola-Mercantil em Porto Alegre, presidiu o Conselho Interamericano Cultural da OEA (DHBB/CPDOC).

³¹¹ Scheman (1988) afirma que a CECLA teria sido criada pelo CIES em 1963, como um veículo para coordenar uma posição latino-americana em relação a uma série de questões comerciais a serem discutidas na primeira reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964. Posteriormente, continuou sendo uma agência da OEA para a discussão destes assuntos.

Documento de Viña del Mar, que tecia algumas críticas à Aliança para o Progresso e deveria subsidiar um diálogo regional com a Casa Branca (RIBEIRO, 2006, p. 353).

O documento criticava principalmente a “ajuda ligada”, presente na cláusula que obrigava a compra, no mercado norte-americano, de insumos e bens de capital destinados a projetos do programa. Outra denúncia eram as exigências de transporte destes produtos em navios estadunidenses. Com a intenção de manter programas nos moldes aos da Aliança para a região, o documento enumerava várias reivindicações: a) aumento do volume da ajuda; b) melhoria nas condições dos empréstimos quanto aos prazos e juros; c) desvinculamento da ajuda em relação às importações compulsórias; d) crescimento da cooperação pelos canais multilaterais (Ibidem).

Nesse mesmo período, logo em seu primeiro dia como presidente, Nixon designou Nelson Rockefeller, então governador de Nova York, para a missão de consultar os líderes dos países do hemisfério para melhor estabelecer a “nova” política de relações internacionais. Pouco antes Nixon se reuniu com o Secretário Geral da OEA, Galo Plaza, para tratar da missão e confirmar o nome de Rockefeller (RC d/md 1969.08.30, p. 1). A missão incluía a visita a 23 países do continente americano³¹², sendo então designados 25 assessores para participar das viagens. Cada um deles era “especialista” em áreas como comércio, finanças, educação, ciência, cultura, atividades femininas, agricultura, trabalho, dentre outros. Aos países que visitou pessoalmente, Rockefeller se encontrava com o presidente ou primeiro ministro, além do ministro das Relações Exteriores e demais ministérios, enquanto seus assessores se reuniam com representantes da esfera pública e privada (Ibidem, p. 3).

Nelson Rockefeller aponta que a missão foi muito proveitosa, sendo recebida de forma “franca e calorosa” pelos líderes públicos e privados. Todavia, menciona a impossibilidade de visitar alguns países devido a protestos antiamericanos articulados por elementos “subversivos”. No Brasil, o governo de Costa e Silva proibiu a imprensa de publicar notícias que pudessem refletir negativamente sobre as conversações, incluindo as informações sobre os distúrbios verificados em outros países. Uma série de adversários do regime foram detidos “preventivamente” (RIBEIRO, 2006, p. 354). Em carta ao presidente norte-americano, Rockefeller enumerou o que considerava como causas das demonstrações de violência ocorridas:

Existe frustração generalizada pelo fracasso em conseguir um melhoramento mais rápido nos padrões de vida. Os Estados Unidos, por serem identificados

³¹² A missão esteve efetivamente em 20 países.

com o fracasso das expectativas da Aliança para o Progresso, são culpados. O povo [...] também se valeu da nossa visita como ensejo para demonstrar suas frustrações com o fracasso de seu próprio governo [...]. Além disso, demonstrações que começaram como protestos de caráter local, foram usadas e agravadas por elementos subversivos anti-americanos, num esforço para enfraquecer e desacreditar os Estados Unidos (RC d/md 1969.08.30, p. 5).

As “visitas” da missão chefiada pelo governador de Nova York geraram um relatório que se tornou público no início de setembro de 1969, conhecido como Relatório Rockefeller. Ele apontava como preocupante o fato das nações do hemisfério estarem ponderando as intenções estadunidenses, sua política de assistência e de comércio, que considerava “vital para o desenvolvimento” dessas nações. Afirma ainda que essas intenções estavam sendo “desvirtuadas”, seguindo propósitos de um “sério conflito com as metas de desenvolvimento” (RC d/md 1969.08.30). O documento ressalta que “subconscientemente” os Estados Unidos tinham uma atitude “paternalista” para com os países do hemisfério, tentando “dirigir” as questões internas dessas nações. Visto estarem em curso mudanças em toda a região, indicava uma revisão das relações internacionais estadunidenses para o continente, além de uma ampliação do CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social), fortalecendo as relações multilaterais (RIBEIRO, 2006, p. 356).

Rockefeller apoiou o livre acesso latino-americano ao mercado estadunidense e sustentou a maior participação do capital privado americano na América Latina, com o objetivo de criar uma “estrutura dentro da qual se possa operar e levar à frente os interesses de uma inteira sociedade”. Do ponto vista institucional, sugeriu que a USAID reformulasse algumas normas e diretrizes e defendeu a criação do Instituto de Assuntos do Hemisfério Ocidental e o cargo de Secretário para os Negócios do Hemisfério Ocidental – entendido este como sendo a América Latina – para ser o braço da operação econômica na região. Os empréstimos não mais deveriam estar ligados a projetos específicos, porém ao “financiamento do desenvolvimento geral do país”, devendo ser mantidos os empréstimos para projetos apenas nas áreas de agricultura, educação, saúde pública e urbanização (RC d/md 1969.08.30, p. 76). Como pudemos detectar na documentação consultada ao longo de nossa pesquisa, foram mantidos, com pequenos ajustes, após o fim da Aliança, os recursos destinados a projetos de pesquisa e educação rural.

O presidente Nixon não tomou o relatório como referência básica de sua política para a região. Ribeiro (2006) afirma que ele não possuía um “genuíno comprometimento

com a ideia de ajuda econômica em larga escala” e revelou pouca disposição quanto ao desdobramento da cooperação em moldes multilaterais, tal como defendido por Rockefeller. Ao nível institucional, a proposta de uma reformulação na agência de desenvolvimento e a ampliação do CIES como órgão multilateral não foram em frente. Nixon sugeriu que o CIAP poderia cumprir este papel, mas, na prática, agiu no sentido de esvaziar o órgão, que perdeu a importância anterior. O presidente reforçou a ideia de que o setor privado tinha papel fundamental no desenvolvimento econômico e alertou que “nós não iremos encorajar o investimento privado americano onde as condições políticas locais criarem riscos não-garantidos” (RIBEIRO, 2006, p. 356).

O governo republicano estadunidense reforçou os acordos militares com os países latino-americanos, porém evitou lançar mão do discurso anticomunista à moda Eisenhower, demonstrando ser favorável às políticas de desenvolvimento como forma de combate ao comunismo. A guerra do Vietnã passava a mobilizar cada vez mais recursos e a deslegitimar o sistema político doméstico. Problemas estruturais no balanço de pagamentos americano logo em 1971, impuseram sérias restrições aos programas de ajuda, o que marcaria toda a atuação da agência norte-americana para o desenvolvimento por toda a década.

O panorama dos países ocidentais no início da década de 1970 demonstrava que a ideologia desenvolvimentista, marcada pela teoria da modernização, estava aprofundada e consolidada. O ex-Secretário de Defesa estadunidense, Robert McNamara, chegou à presidência do Banco Mundial em 1968 e, não por acaso, trouxe como marca mais forte de sua gestão a conexão estreita e explícita entre Segurança e Desenvolvimento. Formulada ainda quando era Secretário de Defesa, tal relação remetia, de maneira direta, à irrupção de guerrilhas urbanas e, sobretudo, rurais, nos países da periferia do capitalismo (PEREIRA, 2009, p. 113). Não por casualidade também, o governo Nixon apoiou ativamente a gestão McNamara e seu objetivo de consolidar o Banco como uma “agência de desenvolvimento”.

Para Washington, os bancos multilaterais de desenvolvimento poderiam alavancar fundos para os países do Terceiro Mundo, importantes do ponto de vista geopolítico, sem desgastar ainda mais o apoio doméstico à assistência internacional, questão preocupante ao longo da Aliança para o Progresso. Além disso, a “roupagem multilateral” permitiria aos Estados Unidos “despolitizar a assistência externa” e evitar tensões diretas com governos, como ocorreram algumas vezes pela via bilateral. O destaque para a assistência multilateral – porém devendo ser encabeçada por organismos como o Banco Mundial,

mas não pelo CIES – também aliviaria os custos da política externa norte-americana, num contexto de deterioração da situação econômica do país. Por fim, essa ênfase na atuação dos bancos multilaterais de desenvolvimento, permitiria a Washington “contornar as críticas internas à guerra do Vietnam e ao apoio dos EUA a golpes militares e regimes ditatoriais que se espalhavam por toda a periferia” do capital (Ibidem, p. 115).

Dessa maneira, não surge no imediato fim da Aliança para o Progresso, um novo programa nos mesmos moldes. Entretanto, isso não significou um retrocesso na ideologia do desenvolvimento de parte dos norte-americanos. Consideramos que o Banco Mundial passou a ocupar lugar de destaque com relação a essa ideologia, ainda que com certos redirecionamentos. Em seu primeiro discurso como presidente, McNamara fez um balanço socioeconômico dos anos sessenta, a “década do desenvolvimento”, caracterizando-a como “nitidamente desapontadora” (MCNAMARA, 1974, apud PEREIRA, 2009, p. 115). As razões apontadas eram duas:

[...] primeira, a desigualdade de renda no plano internacional, ao contrário de diminuir, havia aumentado; segunda, apesar do aumento das taxas de crescimento econômico de grande parte dos países da periferia, a maior parte da população permanecia presa a uma “pobreza imemoriável” (Ibidem, p. 116).

Logicamente, de forma alguma o presidente do Banco Mundial mencionava que essas razões da manutenção da situação de pobreza de grande parte da população dos países mais pobres, estavam ligadas ao imperialismo por trás da política do desenvolvimento. Apontava que o efeito de “derrame” desse modelo havia falhado e, dessa maneira, já não era mais válido tomar o crescimento econômico como sinônimo de redução da pobreza, como se o primeiro necessariamente levasse, de modo indireto, à segunda. Era preciso, agora, distingui-los analiticamente, concluindo que ambos podiam ser abordados de maneira “individualizada e direta”.

Tal proposta de redução “direta” da pobreza foi lançada para o quinquênio 1968-1973. McNamara anunciou a agropecuária como o setor que teria a maior expansão dentro do programa de financiamento, justificando que constituía “o fator-chave para o crescimento econômico na maioria dos países em desenvolvimento”. Do mesmo modo, passariam a ter mais importância na carteira do Banco os projetos considerados como pertencentes à “área social”, tais como educação (no meio urbano e rural), fornecimento de água potável, saneamento básico, nutrição, saúde primária, habitação urbana e planejamento familiar (Ibidem, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizamos aqui a interpretação de que o discurso do desenvolvimento, que bombardeou o Terceiro Mundo, e, mais especificamente a América Latina desde a década de 1950, fora lastreado pela noção de que era necessário aplicar tecnologia “moderna” e capital nos países mais pobres do globo, principalmente através de assistência técnica. A partir do figurino da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, principalmente, formulou-se um modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico que deveria, necessariamente, pautar mudanças nos países mais pobres.

O Brasil, a partir da gestão Truman, foi alvo de uma série de acordos de cooperação técnica que visavam colocar o “acervo de conhecimento técnico” estadunidense à serviço do “aumento da produtividade”, para “melhorar a vida das populações mais pobres”. Melhorar os níveis de industrialização e urbanização; tecnificação da agricultura; rápido crescimento do consumo e dos níveis de vida; adoção generalizada da educação e de valores culturais “modernos”, eram a solução una. Nesse sentido, para que os países superassem o subdesenvolvimento era necessário a modernização nesses moldes.

Nossa análise da Aliança para o Progresso buscou descortinar uso do programa como instrumento de disseminação da ideologia da modernização, ou seja, um dos principais meios utilizados para a modernização do capitalismo nos países da América Latina. A atuação imperialista estadunidense no hemisfério se utilizou do que chamou de cooperação técnica para adequar a economia desses países à sua expansão de capitais. Com a fé na ciência e na tecnologia convertidas em caminho para o progresso, os conhecimentos tradicionais das populações rurais brasileiras foram taxados como atrasados. O progresso social, cultural e político preconizado através da Aliança para o Progresso tinha na educação a forma de promover seus valores ideológicos.

Após o golpe empresarial-militar de 1964, o processo de modernização da agricultura foi amplamente aprofundado. A consolidação do capitalismo avançado no campo “acasalou terra e capital”, concentrando os lucros de grandes corporações, alargando a reprodução ampliada do capital. A aliança capital e grande propriedade impulsionou a formação do Complexo Agroindustrial, com maciça participação de empresas de origem norte-americana. A Aliança contribuiu diretamente para o sucesso desse processo, difundindo os ideais modernizantes dos países do “mundo livre”.

Além da análise propriamente dita do programa, buscamos abordar seus antecedentes, para comprovar a hipótese de que o discurso que imputava à Aliança aura de “novidade” ou “inflexão” na política externa estadunidense, era também estratégico. Instituições como o *Office* dirigido por Nelson Rockefeller, nos anos 1940; a AIA e o IBEC, de propriedade do mesmo empresário; o Programa Ponto IV de Truman; dentre outros, já vinham utilizando a educação como um de seus principais pilares de expansão imperialista. A partir da lógica de “racionalidade”, os Estados Unidos buscavam facilitar a aceitação dos grupos dominantes locais, uma vez que tal ideia “mantinha intocada a estrutura fundiária e contribuía para minimizar potenciais conflitos de classe no campo” (MENDONÇA, 2010b).

Dessa maneira, vimos neste trabalho que é possível traçar uma aproximação entre agências e programas de diferentes administrações estadunidenses, no pós-1945, identificados com as estratégias do desenvolvimento, e envolvidos de forma mais ou menos direta com os princípios da teoria da modernização, que contemplaram instrumentos da expansão imperialista norte-americana. Vimos também que Kennedy e seus principais assessores reproduziram, aprofundaram e sofisticaram a noção de que consistia em “perigo” para a segurança interna de seu país, o “atraso” econômico das nações do sul do hemisfério. A partir do referencial teórico de Gramsci, tomamos o Estado norte-americano na perspectiva ampliada, integral e orgânica, analisando a constante inter-relação entre as sociedades civil e política. Assim, procuramos realizar um estudo dos mais destacados membros da assessoria governamental de Kennedy, para perceber sua função como “efetivo[s] organizador[es] das vontades e da ação coletiva”.

Ao arrematar os mais influentes estudiosos em áreas estratégicas, a gestão do democrata buscava inscrever projetos de frações de classe hegemônicas – ou em vias de assim se tornarem – não apenas junto à sociedade política dos Estados Unidos, mas também a serviço do projeto imperialista ocidental. Tais intelectuais orgânicos representavam os interesses incrustados em instituições como a Fundação Ford, Fundação Rockefeller, CED, CFR, BGLA, dentre outras, incutindo, desde o princípio, na Aliança para o Progresso, uma estratégia de direção intelectual e moral e de difusão ideológica.

Dentro dessa lógica, o Brasil ocupava lugar central, tomado como o principal país da região, os Estados Unidos não poderiam de forma alguma permitir que sua influência fosse ameaçada. Pudemos ver como os governos militares internalizaram o binômio desenvolvimento e segurança, contribuindo sobremaneira para a expansão capitalista. O Nordeste brasileiro, estratégico geopoliticamente, recebeu vários dos projetos da Aliança

para o Progresso, tendo também como objetivo conter qualquer organização dos trabalhadores rurais que estivesse fora do modelo “racional” estabelecido.

A implantação da Aliança no Brasil ensejou a criação de diversas agências do Estado restrito para gerenciar a ajuda, além de abarcar outras já existentes. Integraram tais agências intelectuais orgânicos como Luiz Simões Lopes, Roberto Campos, Octávio Bulhões, José Luiz Bulhões Pedreira, Heitor Grilo, Edgard Teixeira Leite, José Irineu Cabral, Paulo de Assis Ribeiro. Todos foram designados para a tarefa de “semear o entusiasmo e otimismo” com relação à modernização da agricultura, sem, claro, deixar de garantir os interesses das classes dominantes agroindustriais. Procuramos demonstrar como tiveram papel central na “formação do consenso desenvolvimentista” (PAULA, 2015).

Nos debruçamos neste trabalho sobre as centenas de projetos e subprojetos no bojo do programa de assistência técnica lançado por Kennedy, dirigidos à pesquisa e educação rural. Porém, perpassa toda a nossa abordagem sobre a cooperação técnica e financeira da Aliança, o entendimento de que o programa apresentava um forte caráter político-ideológico, que possibilitou a “dependência circular” dos países subdesenvolvidos em relação aos centrais. Consideramos que a assistência técnica, na maior parte das vezes, girou em torno da transmissão de conhecimentos necessários para a utilização dos pacotes industriais (insumos químicos e maquinaria) adquiridos com o financiamento dentro da lógica da “ajuda ligada”. Caracterizamos a cooperação técnica como ônus aos países em desenvolvimento, que passaram a financiar o processo de acumulação de capital dos países industrializados.

Vimos como se estruturou a Aliança para o Progresso no Brasil, principalmente no que se referiu aos projetos para a agricultura, investigando, de forma mais detalhada, os acordos de cooperação técnica em educação e pesquisa para o campo, relacionando-os com a *modernização dolorosa* da agricultura brasileira.

Abordamos os órgãos responsáveis pela política de pesquisa agropecuária no Brasil, observando seu desenrolar ao longo da década de 1960, apontando a forte influência estadunidense sofrida. Existiam “técnicos” norte-americanos prestando “assistência” em todos os níveis dessas agências. A Aliança para o Progresso funcionou como um instrumento através do qual, a partir da cooperação técnica, os Estados Unidos contariam com ingerência na formação e no desenvolvimento do sistema brasileiro de pesquisa agropecuária. A criação da EMBRAPA coroou esse processo, que direcionou a pesquisa para atender aos anseios do capital.

Vimos, igualmente, como a educação rural ressignificada visava preservar a “subalternidade do trabalhador”, se apresentando como uma “nova prática educativa”, amplamente difundida na década de 1960, por meio dos acordos de cooperação técnica, no âmbito da Aliança para o Progresso. Como pudemos observar, a Pasta da Agricultura apresentava em seus quadros dirigentes, vários representantes de uma das mais importantes agremiações patronais do período, a SNA, que, por seu turno, propalava um discurso em prol da “educação em sentido amplo”, complementada pela pesquisa, extensão, associativismo, cooperativas e crédito agrícola.

O “sonho americano” propalado para os países latino-americanos, consubstanciado na ideologia do desenvolvimento, implicou não apenas na ressignificação da própria noção de educação, como também no adestramento supostamente perfeito desses trabalhadores triplamente expropriados: “de sua terra, de seu conhecimento e de sua própria identidade”.

A Aliança para o Progresso tinha centenas de projetos incrustados em Ginásios Vocacionais, Escolas de Economia Doméstica, Clubes 4-S, Clubes Agrícolas, dentre outros. Ademais, buscou inserir projetos no ensino superior brasileiro, através de instituições como a UREMG e a FGV. Tais programas foram meios pelos quais os Estados Unidos incutiram um sem número de experiências destinadas a levar o “saber técnico” a produtores rurais de distintos portes, através de práticas agrícolas “modernas”. Tal constatação de nossa pesquisa corrobora também a hipótese do caráter de contrarrevolução preventiva da Aliança para o Progresso, posto se tratar de uma estratégia de construção hegemônica destinada a integrar o trabalhador no universo ideológico do capital, castrando o seu potencial de confronto.

Por fim, analisamos de que forma a influência do programa estadunidense pautou políticas públicas em educação e pesquisa rural, mesmo após o seu fim, em 1970. Dessa forma, o decênio seguinte à “década do desenvolvimento”, com apoio do Estado brasileiro em cooperação com os Estados Unidos, impulsionou a “revolução verde”, consolidando o modelo de modernização do campo que foi amplamente difundido por meio dos inúmeros projetos de cooperação técnica aqui estudados.

A chamada “revolução verde” trouxe deterioração das condições sociais, êxodo rural, prejuízos à saúde, concentração fundiária e de renda, marginalização da população rural, envenenamento do ecossistema por agrotóxicos, dentre outros problemas, tanto para o Brasil como para outros países do Terceiro Mundo, o sonho se revelou um pesadelo.

Referências

Fontes

A Lavoura, 1961-1970.

ALIANÇA PARA O PROGRESSO NO BRASIL: Boletim Informativo. Comissão Brasileira da Aliança Para o Progresso. Arquivo Nacional, 1963.

ALIANÇA PARA O PROGRESSO NO BRASIL: Boletim Informativo. Comissão Brasileira da Aliança Para o Progresso. Arquivo Nacional, 1964.

Atas do Conselho de Ministros Parlamentares, 1961-1962.

Banco Interamericano do Desenvolvimento, disponível em: <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/marcos-historicos-1959-1968,3617.html?#1959>.

Boletim Informativo da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso (CBAP), 1962-1964.

BRASIL. Conselho de Ministros Parlamentaristas. *Ata da Reunião do Conselho de Ministros Parlamentaristas*. Brasília, 1962.

BRASIL. Conselho de Ministros Parlamentaristas. *Reunião do Conselho de Ministros*. Brasília, 23/05/62.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatórios 1961-1972*.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (Síntese), dezembro de 1962.

BRASIL. Decreto nº 55.890, de 31 de março de 1965.

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA, *Aliança para o Progresso: conceitos, objetivos, estrutura, realizações no Brasil*, Segunda Edição, outubro de 1964.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA, *Programa de Ação Econômica do governo 1964-1966*.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA, *Aliança para o Progresso: conceitos, objetivos, estrutura, realizações no Brasil*, janeiro de 1966.

BRASIL, Ministério da Agricultura, *Organização e Legislação*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Série Documentária, nº 24, 1963.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório Semianual Instituto de Pesquisas IRI*, Ministério da Agricultura/USAID, junho de 1966a

- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório Convênios Aliança para o Progresso-Ministério da Agricultura*, MA/CONTAP/USAID, 1967.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório Semianual MA/USAID Convênios 512-15-110-247.1*, CONTAP I.1, Ministério da Agricultura/USAID, dezembro de 1967a.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório CONTAP II. Projeto E: Assistência à Educação Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica*, 1967b.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Livro Anual da Agricultura: Revolução Tecnológica*, 1968.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Diretrizes do governo. Programa estratégico de desenvolvimento*, 1968-1970.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *III Congresso Nacional de Agropecuária, Carta de Brasília*, INDA, agosto de 1969.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Programa Especial de Pesquisa Agropecuária. Programa de Empréstimo 512-L-077 (DNPEA/USAID), 1972-1976.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Superior. *Reforma Universitária*. Relatório do Grupo de Trabalho Criado pelo Decreto nº 62.937/68, 1968.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). *Acordos, Contratos e Convênios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1967.
- Carta de Punta del Este*. DREIER, John C. (org.). *A Aliança para o progresso: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p. 167-186.
- Comissão Brasileira da Aliança Para o Progresso. *Boletim Informativo*, 1961-1965.
- Declaração Sobre a Política do PCB*, Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, Março de 1958.
- Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.
- Decreto Nº 51.431, de 19 de março de 1962.
- Decreto Nº 53.080, de 04 de dezembro de 1963.
- Decreto Nº 55.820, de 08 de março de 1965.
- Decreto Nº 58.193, de 14 de abril de 1966.
- Decreto nº 59.057, de 11 de agosto de 1966.
- Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966.
- Decreto Nº 60.731, de 19 de maio de 1967.
- Decreto nº 62.937, de 02 de janeiro de 1968.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Doutrina básica*. Rio de Janeiro: Solivro, 1979.
- Extensão Rural*, 1964-1971.

Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4214, de 02 de março de 1963.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. O IICA no Brasil, 1968.

_____. *Políticas Gerais do IICA*, série Documentos Oficiais, nº 27. Costa Rica, 1982.

_____. *Modernização da Agricultura e Cooperação Internacional: 25 anos do IICA no Brasil*, 1990.

Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Lei Nº 5.540, de 1968.

Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais do MRE, 1961-1969. *Relatório do Conselho de Segurança Nacional sobre os objetivos dos EUA com respeito à URSS para combater ameaças soviéticas à segurança dos EUA*, documento de 23 de novembro de 1948. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v01p2/d60> .

Relatório ao Conselho de Segurança Nacional com os objetivos e programas dos EUA para a Segurança Nacional, documento de 12 de abril de 1950. Disponível em https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf .

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA (SNA). *Da monocultura ao agrobusiness: a história da Sociedade Nacional da Agricultura*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

WASHINGTON .The New York Public Library. *Brazil and United States Policies*. Report of Senator Mike Mansfield to the Foreign Relations Committee United States Senate. Washington, janeiro de 1962.

Arquivos e Fundos

Arquivo Roberto Campos, FGV/CPDOC, RC.

Arquivo Anísio Teixeira (AT). Carta da Comissão do Vale do São Francisco à Aliança para o Progresso.

ARQUIVO LUIZ SIMÕES LOPES (LSL). Série Atividades Públicas. *Dossiê Aliança para o Progresso*.

FUNDO PAULO DE ASSIS RIBEIRO

JFK Library

Jornais

Correio da Manhã

Jornal do Commercio

O Pasquim

O Semanário

Internet

1964: O golpe – Debate. Documentário produzido pela UNIVESP TV, como parte das atividades dos 40 anos do golpe de 1964. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5tV85QBA7SE>.

1964: 50 anos do Golpe, Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xb81lhaU11c&t=4514s>.

40 horas na memória: resgate da experiência pioneira de Paulo Freire em Angicos/RN. Direção: Passos Junior. Roteirista: Renata Jaguaribe. Produção: Amanda Freitas. Mossoró: Ufersa, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PkN97kOriJc>.

Agência Nacional. Disponível em: <http://www.zappiens.br/portal/BuscaRapida.do>.

Brown University. Opening Archives. Disponível em: <http://library.brown.edu/create/openingthearchives/pt/>.

CASP. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/country-analysis-and-strategy-paper/documentos-feitos-pelos-estados-unidos-durante-a-ditadura-militar/>.

Conselho Deliberativo da SUDENE. Disponível em: http://procondel.sudene.gov.br/acervo/ATA_035_1963.pdf.

Dicionário da Educação Profissional em Saúde que apresenta toda uma bibliografia do tema. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/caphum.html>.

Serviço de Assistência Rural. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/sar/index.htm>.

The Century Foundation. Disponível em: <https://tcf.org/>.

Bibliografia:

ABRAMOVAY, Ricardo. (2008) *Paradigmas do Capitalismo Agrária em Questão*. São Paulo: Edusp.

- ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). (2010) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> .
- ALVES, Juliete Miranda. (2003) *A obra de José de Souza Martins e a reforma agrária no Brasil: uma leitura sociológica*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, UFRGS.
- ARAPIRACA, José Oliveira. (1982) *A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Cortez.
- ARAÚJO, Mário Olinto Campos de. (1979) *Evolução administrativa da pesquisa agropecuária no âmbito do Ministério da Agricultura no período de 1938/1978: um estudo de caso*. Rio de Janeiro: FGV, Tese Mestrado (Administração Pública).
- ARRIGHI, Giovanni. (1998) *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- AZEVEDO, Cecília. (2007) *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- AYERBE, Luis Fernando. (2004) *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (1978) *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2010) *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (1975) *Cartéis e desnacionalização: a experiência brasileira (1964-1974)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1998) *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: presença dos EUA no Brasil*, 2. ed. rev. São Paulo: SENAC São Paulo.
- BARBOSA, Igor Andrade Vidal. (2010) *A governamentalidade e o desenvolvimento internacional: um estudo de caso do Acordo do Nordeste de 1962*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais.
- BARROS, Júlio César Pessoa de. (2013) *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- BERSTEIN, Serge. (2009) Culturas políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília et al (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV.
- BIANCHI, Álvaro. (2008) *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). (2000) *50 anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.

- BORTONE, Elaine de A. (2017) O empresariado farmacêutico no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES): o caso de Paulo Ayres Filho. Anais do *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*.
- BRUM, Thiago Pereira Caldas. (2008) *Ruptura e Continuidade. As correntes historiográficas da Política Externa Independente*. Rio de Janeiro, PPGHS-UERJ, Dissertação de Mestrado.
- BRUNO, Regina. (1993) Patronato Rural: a modernização da retórica. *Reforma Agrária*, v.1, n.1, abr.
- _____. (1995) O Estatuto da Terra: Entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, novembro.
- _____. (1997) *Senhores da terra, senhores da guerra*. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Editora da UFRRJ.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. (2005) Teorias da modernização e expansão capitalista. *XII Congresso Brasileiro de Sociologia* da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte.
- CARVALHO, Thiago Bonfada de. (2009) *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- COLBY, Gerard & DENNET, Charlotte. (1998) *Seja feita a Vossa Vontade - a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro: Record.
- CORADINI, Odacir Luiz e FREDERICQ, Antoinette. (2009) *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- CORREA, Marcos Sá Correa. (1977) *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM.
- CORRÊA, Maria Letícia. (2007) Estado e Burocracias no Brasil: Um Estudo sobre Poder e Política na Área de Planejamento do Governo JK ao Regime Militar (1956-1968). *Revista Tempos Históricos*. Paraná, vol. 10, 1º semestre.
- COSTA, Luiz Flavio Carvalho. (1996) *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____ e SANTOS, Raimundo (orgs.). (1998) *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.

- COSTA, Ricardo da Gama Rosa. (2005) *1960- Descaminhos da Revolução Brasileira: O PCB e a construção da estratégia Nacional-libertadora (1958-1964)*. Niterói: Tese de Doutorado PPGH-UFF.
- COUTUNHO, Carlos Nelson (Org.). (2011) *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CUNHA, Luiz Antônio. (2007) *A Universidade Reformada*. São Paulo: Francisco Alves.
- DELFIN NETO, Antônio. (1969) Agricultura e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: *Estudo ANPES*, n. 5.
- DELGADO, Guilherme Costa. (1985) *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone/Editora Unicamp.
- _____. (2001) Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados* 15 (43).
- _____. (2012) *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- DINIZ, Eli. (1978) *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DREIFUSS, René Armand. (1981) *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1986) *A Internacional Capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- DUARTE, Luiz Claudio. (2014) Os intelectuais da Escola Superior de Guerra e a vitória do Ocidente: do júbilo ao desconforto. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º semestre.
- ELEK, Patrícia Braga. (2009) *Operação Pan-americana: uma discussão da relação entre política interna e política externa no governo Juscelino Kubitschek*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UERJ-PPGH.
- ESCOBAR, Arturo. (2007) *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana.
- _____. (2000) Planejamento. In: SACHS, Wolfgang (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- ESTEVA, Gustavo. (2000) Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes.
- ESTEVES, Carlos Leandro da S. (2012) O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro. *SÆCULUM - Revista De História*. João Pessoa: jan./jun.
- FERNANDES, Calazans e TERRA, Antônia. (1994) *40 horas de esperança: o método Paulo Freire – política e pedagogia na experiência de Angicos*. São Paulo: Ática.
- FERREIRA, Jorge. (2008a) O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, Livro 3.
- _____. (2008b) Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, Livro 3.
- FICO, Carlos. (2008) *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. FICO, Carlos. (2017) Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. (1993) *Democracia ou Reformas? alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra.
- FONTES, Virgínia. (2010) *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ.
- FREIRE, Paulo. (1963) Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. *Estudos Universitários*, Recife, n. 4, p. 5-23, abr./jun.
- _____. (1967) *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREITAS, Maria Carmelita de. (1997) *Uma opção renovadora: a Igreja no Brasil e o planejamento pastoral: estudo genético-interpretativo*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GATTO, Coriolano, FARO, Luiz Cesar, ALMEIDA, Rodrigo. (2009) *José Luiz Bulhões Pedreira: A invenção do Estado moderno brasileiro*. Rio de Janeiro: Insight Engenharia de Comunicação.

- GOMES, Angela de Castro. (2005) História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Raquel *et. al.* *Culturas políticas, ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad.
- GOMES, Leonardo Ribeiro. (2013) “*Progredir sempre*”. *Os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir (1952-1974)*. Dissertação de mestrado em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. (1997) *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec.
- GONÇALVES, Martina Spohr. (2010) *PÁGINAS GOLPISTAS: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- _____. (2016) *American way of business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, PPGHS/UFRJ.
- GORDON, Lincoln. (1962) *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record.
- GRAMSCI, Antonio. (1999) *Cadernos do Cárcere*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2001) *Cadernos do Cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. (2011) *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2015) *Cadernos do Cárcere*, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2002) *Cadernos do Cárcere*, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUERRA, Marcos e CUNHA, Célio da (Orgs.). (2013) Sobre as 40 horas de Angicos, 50 anos depois. *Em Aberto*, Brasília, v. 26, n. 90, p. 1-226, jul./dez.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. (1968) *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1976) O complexo agroindustrial no Brasil. *Opinião*, 05 de novembro de 1976.
- _____. (1982) *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1982b) *As Classes Perigosas-Banditismo Urbano e Rural*. Rio de Janeiro: Graal.

HIRSCHMAN, Albert. (1965) *Política Econômica na América Latina*. Rio de Janeiro; São Paulo; Lisboa; Fundo de Cultura S/A.

HOEVELER, Rejane Carolina. (2014) René Dreifuss e o golpe de 1964: sobre teorias e “conspiracionismos”. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro.

_____. (2015) *As elites orgânicas transnacionais diante da crise : os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação de Mestrado (PPGH-UFF). Niterói.

KOCHER, Bernardo. (2005) De Bandung a Bagdá: Cinquenta Anos de Economia Política do Terceiro Mundo. *X Encontro Nacional de Economia Política*. Rio de Janeiro.

LAMOSA, Rodrigo de A. C. (2016) *Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas*. Curitiba: Appris.

LATHAM, Michael E. (2000) *Modernization as Ideology. American Social Science and “National Building” in the Kennedy Era. (The New Cold War History)*. The University of North Carolina Press, Edição do Kindle.

LEMOS, Renato. (2002) *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.5, p.287-313, setembro.

_____. (2017) O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro. MATTOS, Marcelo B. (Org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.

LÊNIN, V. (1982) *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. (2011) *O que a Escola Superior de Guerra (ESG) ensinava*. Tese (Doutorado) da Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza.

LOUREIRO, Felipe. (2012) *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: Tese (Doutorado) da USP.

MAGDOFF, Harry. (1978) *A Era do Imperialismo: a Economia da Política Externa dos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec.

_____. (1979) *Imperialismo: da Era Colonial ao Presente*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARTINS, José de Souza. (1972) *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira.

_____. (1984) *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder: o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes.

_____. (1999) Reforma agrária o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

_____. (2010) *O cativo da terra*. 9. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto.

MATTOS, Marcelo Badaró (2014). As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian B. de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (1982) *A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado da Universidade de São Paulo.

_____. (1989) *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE.

_____. (1995) Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 4 de julho.

_____. (2004) *Reforma agrária: o impossível diálogo*. 1º ed., São Paulo, EDUSP.

MELO, Demian Bezerra de. (2013) *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Niterói: Tese (Doutorado) do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

_____ (org.). (2014) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência.

MENDONÇA, Sonia Regina de. (1997) *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec.

_____. (1998) Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: Pensar & Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História.

_____. (2000) Questão agrária, reforma agrária e lutas sociais no campo. *Serviço Social & Movimento Social*, São Luís, v.2, n.1, jan./jun.

_____. (2006) *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal.

- _____. (2007) O ETA em Marcha: Guerra Fria e Educação Rural no Brasil (1950-60). *Anais Eletrônicos do Congresso Latinoamericano de História Económica y 4ta Jornadas Uruguayas de História Económica*. Montevideo, dezembro.
- _____. (2008) Questão agrária e reforma agrária: algumas reflexões. In: *Temas e Matizes*, nº. 14, p.103-114.
- _____. (2008) As Políticas de Educação Rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação da Sociedade Brasileira de História da Educação*. Aracajú.
- _____. (2010) *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq.
- _____. (2010a) *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- _____. (2010b) *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1920-1961)*. Niterói: EdUFF.
- _____. (2014) O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul.
- _____. (2015) Estado, Intelectuais e Tecnologia Agropecuária (1970 – 2007). *XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Florianópolis.
- _____. (2016) Estado e Educação Rural no Brasil: Balanço Historiográfico e Visão Crítica. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*, agosto.
- _____. (2016) *Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30 (1930-1945)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- MILLIKAN, M.; ROSTOW, W. (1957) *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*. New York: Harper & Brothers.
- MOORE JUNIOR, B. (1975) *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (2014) *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOURA, Gerson. (1980) *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- _____. (1990) *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto.
- _____. (2002) Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. (2011) *Cultura Política e Estado Ampliado: incorporação teórica pela historiografia brasileira. Anais da VI Semana de História Política/ III Semana Nacional de História da UERJ.*

_____. (2013) *A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse.* Niterói: Dissertação de Mestrado, PPGH/UFF.

NICOLAU, Nathalia dos Santos. (2016) *Clubes agrícolas: um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958).* Niterói: Dissertação de Mestrado, PPGH/UFF.

OLIVEIRA, Francisco. (2013) *Crítica à razão Dualista: o ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. (1999) As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.16, n.2, p.97-134, maio/ago.

OLIVEIRA, Dilma Maria A. de. (2008) Melhoramento e Ampliação do Sistema de Educação Primária e Básica no Estado de Sergipe, Nordeste Brasileiro (1963). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.29, p.302-310, março.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano. (2013) *Extensão Rural e Interesses Patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974).* Niterói: Dissertação de Mestrado, PPGH/UFF.

_____. (2017) *Semeando Consenso com Adubo e Dedal: dominação e luta de classes na Extensão Rural no Brasil (1974-1990).* Niterói: Tese de Doutorado, PPGH/UFF.

PALMEIRA, Moacir. (1989) *Modernização, Estado e Questão Agrária. Estudos Avançados.*

PARKER, Phyllis. (1977) *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PAULA, Dilma Andrade de. (2015) (Des)venturas do desenvolvimento: a Comissão do Vale do São Francisco sob a ótica de Alfred Hirschman. PAUL & CORRÊA (Orgs.) *Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em história.* Rio de Janeiro: Contra Capa.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. (2003) *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. (2007) *Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História.* São Leopoldo.

- _____. (2011) Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina. *História: Debates e Tendências*, v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p. 308-320. Publicado no 2º semestre.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. (2009) *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese (Doutorado) da UFF. Niterói.
- PINHEIRO, Camila Fernandes. (2016) *Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)*. Dissertação de Mestrado PPGH-UFF.
- RAMOS, Carolina. (2011) *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Niterói: Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- REGINATTO, Ana Carolina. (2017) Os mineradores e a conquista do Estado: do caso Hanna ao golpe de 1964. Anais do *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*.
- REIS, Pollyanna Júnia Fernandes Maia. (2012) *Paulo Freire: Análise de uma história de vida*. Dissertação de Mestrado (Letras) da Universidade Federal de São João Del Rei.
- RÉMOND, René (org). (2003) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV.
- RIBEIRO, Flávio Diniz. (2007) *Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento Ideologia, política e ciência na Guerra Fria*. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, Maria das Graças M. (2009) A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 3, p. 453-463, set.- dez.
- _____. (2010) A Extensão Rural na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). 1948-1969. *Extensão em Foco*, Curitiba, n.6, p.15 a 25, jul./dez. Editora UFPR.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. (2006) *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. Campinas: Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- RIBEIRO, Thiago Reis Marques. (2012) Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Dissertação (Mestrado em História) da UFF.
- _____. (2017) *O Export-Import Bank of Washington e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro: finanças, industrialização, Estado e sociedade*. Tese (Doutorado em História) da UFF. Niterói.

- RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. (1987) A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, DF, v. 4, n.3, p. 205-254.
- ROSTOW, Walt. (1965) *A estratégia americana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1966) *Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um Manifesto Não-Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SANTOS, Raimundo & COSTA, Luiz Flavio Carvalho. (1997) Camponeses e Política no pré-1964. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, abril, n. 8.
- SANTOS, Raimundo. (2007) *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira.
- _____. (Org.). (2007b) *Caio Prado Jr.: dissertações sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, Fundação Astrogildo Pereira.
- SCHLESINGER, Arthur. (1966) *Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.2.
- SCHULTZ, T. (1962) *O Valor Econômico da Educação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1973) *Capital Humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SILVA, Claiton Marcio da. (2009) *Agricultura e Cooperação Internacional: A Atuação da American International Association for Economic And Social Development (AIA) e os Programas de Modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz.
- _____. (2013) Nelson Rockefeller, a Associação Americana Internacional (AIA) e a ideologia da modernização em busca de novas fronteiras (1946-1961). *Tempos Históricos*, Volume 17, 1º Semestre, p. 171-184.
- _____. (2015) *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil*. Curitiba: Unicentro/UFPR.
- SILVA, Alexandra de Mello e. (1992) *A Política Externa de JK: Operação Pan-Americana*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- SILVA, Golbery do Couto e (2003). *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade.
- SILVA, José Gomes da. (1971) *A Reforma Agrária no Brasil; frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar.
- SILVA, José Graziano da. (1982) *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SILVA, Ricardo Oliveira da. (2009) *O debate sobre a legislação trabalhista rural (1960-1963): o caso de Caio Prado Júnior e Fernando Ferrari*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, Num. 4, Vol. 2, novembro.

- SILVA, Vicente Gil da. (2008) *A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SINGER, Paul. (1977) *A Crise do “Milagre”*: Interpretação Crítica da Realidade Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOBRAL, Francisco Montório. (2009) Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. V. 2, n. 2, novembro. Brasília: MEC, SETEC.
- SORJ, Bernardo. (1980) *Estado e classes sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SPOHR, Martina. (2015) Aliança para o Progresso e elite orgânica: o papel da empresa privada no governo John F. Kennedy (1961-1963). *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História* da ANPUH. Florianópolis.
- STÉDILE, João Pedro (org.). (1994) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- STEPAN, Alfred. (1975) *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova.
- SKIDMORE, Thomas. (1975) *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (2006) 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n.19.
- TOTA, Antonio Pedro. (2014) *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Edição Kindle.
- VIANA FILHO, Luís. (1975) *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- VISENTINI, Paulo F. (1994) O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 37, p.24-36.
- _____. (2009) *Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964)*: o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente. Petrópolis: Vozes.

Anexos

Quadro 7: Dirigentes da USAID

Nome	Cargo USAID	Informações gerais
Fowler Hamilton	Diretor (administrador) da USAID (1961-1962)	Sócio fundador do escritório de advocacia internacional <i>Cleary, Gottlieb, Steen e Hamilton</i> . Foi por muitos anos advogado do governo em Washington. Além disso, representou clientes corporativos de indústrias, de companhias aéreas, bancárias, mineradoras e petroleiras.
David Bell	Diretor (administrador) da USAID (1962-1966)	Em 1966, vira vice-presidente executivo da Fundação Ford. Kennedy designara David Bell para coordenar as relações governamentais com o BGLA.
William Gaud	Diretor (administrador) da USAID (1966-1969)	Já fazia parte da administração da USAID desde sua fundação. Era o responsável pelas operações no Oriente Médio e Ásia. Em 1964 tornou-se vice-administrador da USAID. Defendia o aumento da produtividade e o controle de natalidade como forma de desenvolvimento dos países mais pobres. Quando saiu da USAID tornou-se vice-presidente executivo da <i>International Finance Corporation</i> do Grupo do Banco Mundial, onde permaneceu até 1974, quando se tornou um consultor do Banco Mundial e presidente do Comitê de Crise de População, uma organização privada que promove o controle da população.
John A. Hannah	Diretor (administrador) da USAID (1969-1973)	Presidente da <i>Michigan State College</i> (depois <i>Michigan State University</i>) por 28 anos antes de assumir a USAID. Assumiu cargo de diretor do Conselho Mundial da Alimentação, entre 1975 e 1978, nas Nações Unidas.
Teodoro Moscoso	Chefe do Bureau Latino-Americano da USAID/Coordenador da Aliança para o Progresso (1962-1964)	Empresário atuante em Porto Rico, foi também embaixador na Venezuela entre 1961 e 1962. Após sua saída da USAID, tornou-se presidente do Conselho da <i>Commonwealth Oil Refining Company</i> e administrador da <i>Economic Development</i>

		<i>Administration</i> de Porto Rico.
Thomas Mann ³¹³	Chefe do Bureau Latino-Americano da USAID/Coordenador da Aliança para o Progresso (1964-1966)	Texano, membro do alto escalão do Departamento de Estado durante o governo Eisenhower. Forte defensor dos interesses comerciais e empresariais dos EUA.
Jack B. Kubish	Diretor Geral da USAID no Brasil (1962-1964)	Trabalhou no Departamento de Estado nos anos 1950, foi diretor das operações americanas na missão Colombo. Em 1965 se tornou diretor do Escritório de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Fontes: GONÇALVES, 2016; RIBEIRO, 2006.

Quadro 8: Composição das agências da Aliança para o Progresso no Brasil

Nome	Cargo na administração da Aliança	Informações gerais
José Luiz Bulhões Pedreira	Coordenador da COPLAN e da COCAP (1961-1964)	Considerado um importante jurista do Rio de Janeiro, membro do IPES, participante da diretoria do BNDE, consultor jurídico de vários ministérios, foi da APEC e da CONSULTEC.
Francisco de Assis Grieco	Coordenador da COCAP (1964-1966) e do Escritório PONTO IV	
Luiz Simões Lopes	Membro da COCAP; dirigente da CBAP; membro do CONTAP e do ETA.	Idealizador e presidente da FGV entre 1944 e 1993. Presidente da SNA de 1962 a 1979, 1º vice-presidente da entidade entre 1955 e 1960, e membro do Conselho Superior da entidade de 1959 a 1993.
Heitor Grilo	Responsável pelo setor de agricultura da COCAP	Agrônomo e veterinário, esteve no Ministério da Agricultura nos anos 1930 e 1940 (Escola Nacional de Agronomia e Escola Nacional de Veterinária). Foi terceiro presidente da SNA entre 1963 e 1971, e membro do Conselho

³¹³ “Mann ainda recebeu um terceiro título: o de “Special Assistant to the President”, ou seja, o de Assistente Especial da Casa Branca para assuntos latino-americanos, cargo que um dia fora de Richard Goodwin” (RIBEIRO, 2006, p. 268). Johnson utilizou como estratégia uma centralização de responsabilidades dentro da burocracia governamental.

		Superior da entidade entre 1959 a 1975.
João Batista Pinheiro	Membro da COCAP	Diplomata; foi um dos principais negociadores do Plano de Metas do governo Kubitschek, em 1957 foi nomeado diretor-superintendente do BNDE, então presidido por Roberto Campos; participou de diversas missões junto à OEA.
Cibilis Vianna	Membro da COCAP	Um dos fundadores do PDT, foi assessor político e chefe de gabinete dos governos estaduais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul de Leonel Brizola, foi um dos integrantes da Campanha da Legalidade em 1961.
Joaquim Faria Góis	Secretário Executivo do CONTAP; Diretor Executivo do Escritório PONTO IV	
Cícero Salles	Membro do CONTAP e da SUDENE	

Fontes: GONÇALVES, 2016; RIBEIRO, 2006; BRASIL, 1964; BRASIL, 1966; BRASIL 1967.

Tabela 5: Total dos empréstimos concedidos pela Aliança para o Progresso (setores e agências financiadoras) – até junho de 1966

Especificação	Data	US\$ Milhões	Agência financiadora
I - Energia	-	374.193	-
1. CHEVAP	Set/63	15.500	AID/COCAP
2. CEMIG	Out/63	5.300	AID/COCAP
3. CEMAT	Jun/64	4.300	AID/COCAP
4. FURNAS	Out/64	16.700	AID/COCAP
5. ELETROBRÁS	Nov/64	20.400	AID/COCAP
6. COPEL	Jun/65	11.400	AID/COCAP
7. Rio-Light	Out/65	25.000	AID/COCAP
8. São Paulo-Light	Out/65	15.000	AID/COCAP
9. CONEFOR	Out/63	2.400	AID/SUDENE
10. CHESF	Out/64	7.000	AID/SUDENE
11. COHEBE	Dez/65	8.900	AID/SUDENE
12. CEMIG	Jun/62	5.000	BID
13. CHESF	Dez/62	15.000	BID
14. CELUSA	Nov/63	13.250	BID
15. COELBA	Dez/64	3.200	BID
16. Central Elétrica Capivari-Cachoeira	Mai/65	5.450	BID
17. CELESC	Mai/65	3.500	BID
18. ELETROBRÁS	Out/65	16.400	BID

19. FURNAS (Estreito)	Fev/65	57.000	BIRD
20. USELPA	Fev/65	22.500	BIRD
21. CEMIG (Jaguará)	Mar/66	49.000	BIRD
22. FURNAS	Abr/66	40.000	BIRD
23. Companhia Brasileira de Energia Elétrica	Ago/62	3.207	EXIMBANK
24. Companhia Paulista de Força e Luz	Ago/62	6.286	EXIMBANK
25. CEMIG	Set/63	2.500	EXIMBANK
II - Transporte	-	99.640	-
1. Aeronáutica	Set/64	3.760	AID/COCAP
2. DNER	Mar/65	960	AID/COCAP
3. DER-MG	Jul/65	15.000	AID/COCAP
4. NE – Construção de Rodovias	Jun/64	18.400	AID/SUDENE
5. NE – Manutenção de Rodovias	Nov/64	20.000	AID/SUDENE
6. Rodovia Paraguai-Paranaguá	Abr/66	20.000	BID
7. Porto Paranaguá	Abr/66	5.640	BID
8. Rede Ferroviária Federal	-	15.880	EXIMBANK
III – Educação e Assistência Técnica	-	20.265	-
1. Banco Central/FINEP	Jun/66	11.000	AID/COCAP
2. Comissão de Planejamento - BA	Ago/62	265	BID
3. BNDE/CAPES	Dez/64	4.000	BID
4. FINEP	Out/65	5.000	BID
IV – Saúde e Saneamento	-	91.360	-
1. Malária	Mai/64	6.500	AID/COCAP
2. Superintendência de Água e Esgoto do Recôncavo BA	Mar/63	4.120	BID
3. BEG - Águas	Mai/62	12.500	BID
4. BEG - Esgotos	Mai/62	11.000	BID
5. BEG - Águas	Mai/62	11.500	BID
6. BNB – Água e Esgoto	Mai/63	12.990	BID
7. Departamento de Águas e Esgotos Pará	Set/64	3.150	BID
8. Departamento Municipal de Água e Esgoto – RS	Set/64	3.150	BID
9. BEG - Água	Dez/64	7.000	BID
10. BEG - Água	Dez/64	5.000	BID
11. SESP - Água	Dez/65	5.000	BID
V - Habitação	-	3.850	-
1. BNB	Dez/63	3.850	BID
VI - Projetos	-	127.448	-
1. COPERBO	Set/62	3.400	AID/COCAP
2. COPEG	Mar/63	4.000	AID/COCAP
3. C.C.C.	Mar/63	2.000	AID/COCAP
4. C.S.N.	Mai/64	5.500	AID/COCAP
5. OLINKRAFT	Dez/64	5.500	AID/COCAP
6. EUCATEX	Mai/65	1.960	AID/COCAP
7. Companhia Metal Barbará	Jun/65	1.100	AID/COCAP
8. Companhia Cimento Vale do Paraíba	Ago/65	800	AID/COCAP

9. BNB	Ago/61	10.000	BID
10. Lutcher S/A	Jun/61	4.700	BID
11. Sifco do Brasil	Nov/61	628	BID
12. Indústria Brasileira de Equipamento	Jan/62	615	BID
13. Papel e Celulose Catarinense	Jan/62	5.000	BID
14. Fundação Tupy	Mai/62	560	BID
15. COPERBO	Nov/62	3.615	BID
16. Banco do Brasil	Jul/64	3.000	BID
17. Lutcher S/A	Mai/64	4.000	BID
18. BNDE	Dez/64	27.000	BID
19. Magnesita	Set/64	4.000	BID
20. Companhia Vale do Rio Doce	Fev/65	28.800	BID
21. Ferro e Aço Vitória	Jul/65	1.300	BID
22. USIBA	Dez/65	200	BID
23. Cimento Irajá	Dez/65	4.650	BID
24. Braseixos Rockwell S/A	Jul/62	5.320	EXIMBANK
25. C.S.N.	-	4.500	EXIMBANK
VII - Agricultura	-	51.100	-
1. Fundo de Fertilizantes	Ago/64	15.000	AID/COCAP
2. Caixa Econômica de MG	Out/62	6.400	BID
3. Companhia Agrícola Imobiliária Colonizadora	Dez/62	4.500	BID
4. Banco Crédito Agrícola do ES	Jan/63	2.000	BID
5. SUDENE	Mai/65	2.700	BID
6. Banco Central – Pequenos e médios agricultores	Abr/66	20.500	BID
VIII – Empréstimos/ Programa	-	450.000	-
1. De novembro de 1961	Nov/61	74.500	AID
2. De abril de 1963 (pequena e média indústria)	Abr/63	25.500	AID
3. De junho de 1964	Jun/64	50.000	AID
4. De dezembro de 1964	Dez/64	150.000	AID
5. De fevereiro de 1966	Fev/66	150.000	AID
Total Geral	-	1.212.756	-

Fonte: BRASIL, COCAP, 1966, anexos.